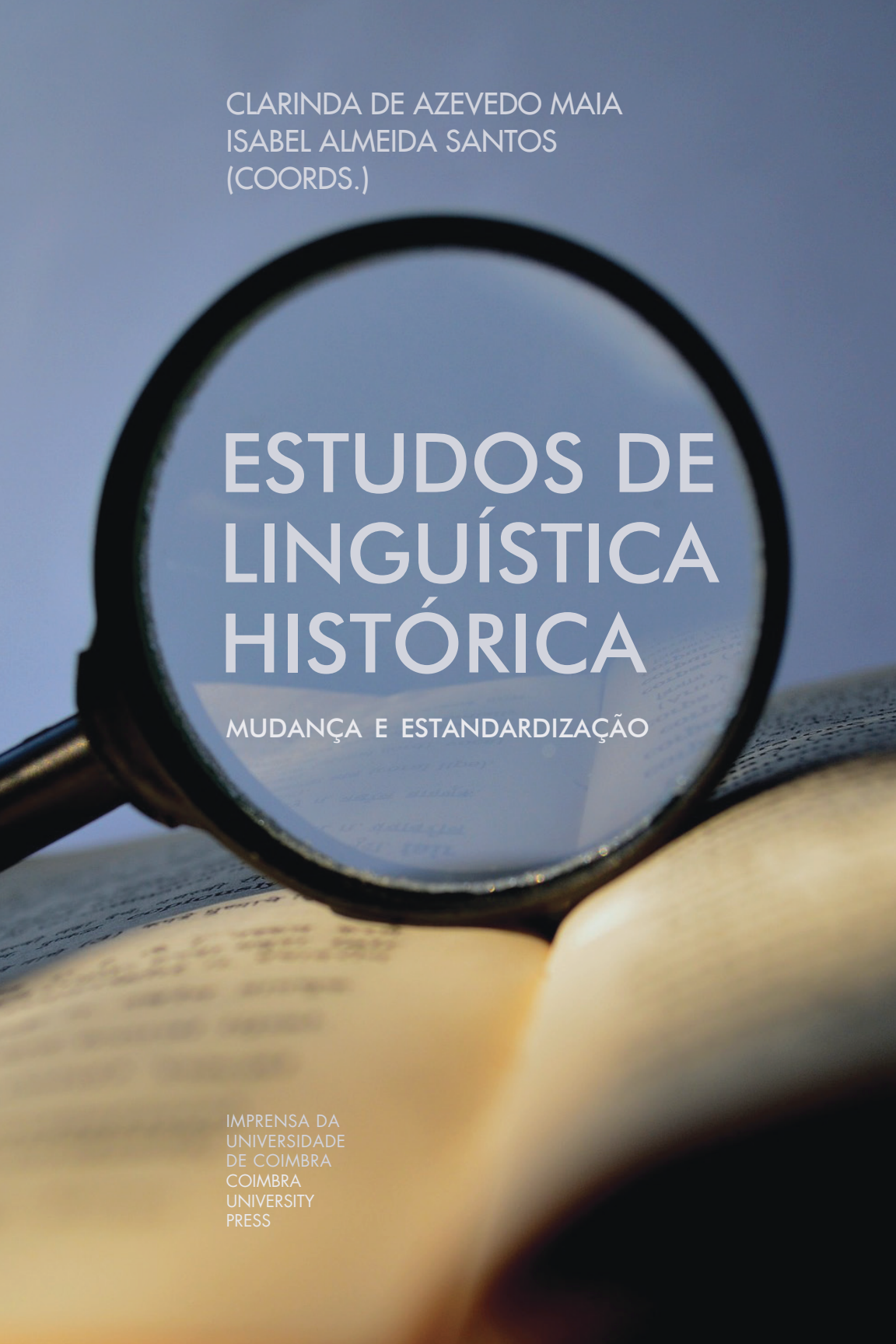


CLARINDA DE AZEVEDO MAIA
ISABEL ALMEIDA SANTOS
(COORDS.)



ESTUDOS DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA

MUDANÇA E ESTANDARDIZAÇÃO

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRÉ-IMPRESSÃO

Jorge Neves

PRINT BY

KDP

ISBN

978-989-26-1755-8

ISBN DIGITAL

978-989-26-1756-5

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1756-5>

MAIA, Clarinda de Azevedo, 1939-
Estudos linguísticos. - (Investigação)
ISBN 978-989-26-1757-2 (ed. impressa)
ISBN 978-989-26-1758-9 (ed. eletrónica)
CDU 811.134.3-112

CLARINDA DE AZEVEDO MAIA
ISABEL ALMEIDA SANTOS
(COORDS.)

ESTUDOS DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA

MUDANÇA E ESTANDARDIZAÇÃO

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

Apresentação	9
CLARINDA DE AZEVEDO MAIA	

SECÇÃO I

La sintaxis histórica de las palabras gramaticales. Un reto teórico para el cambio lingüístico	19
CONCEPCIÓN COMPANY COMPANY	

Síntese dos achados do <i>Projeto para a História do Português Brasileiro</i>	53
ATALIBA T. DE CASTILHO	

Protótipos e subjetificação na mudança semântica lexical e construcional	89
AUGUSTO SOARES DA SILVA	

Gramaticalização, distância, imediatez e tradições discursivas: o caso do português <i>caso</i>	119
JOHANNES KABATEK/DAVID GERARDS	

SECÇÃO II

Pragmática histórica e construção histórica do discurso: análise de alguns aspetos do funcionamento textual-discursivo do Português medieval	165
CLARA BARROS	

Para a história de algumas perífrases verbais no discurso metalinguístico português: de <i>estar</i>, <i>andar</i> e <i>ficar</i> + ‘gerúndio’ a <i>estar</i>, <i>andar</i> e <i>ficar</i> + ‘infinitivo’ preposicionado	201
---	-----

MARIA HELENA PESSOA SANTOS

Tipologia e âmbito dos cultismos no padrão linguístico quinhentista	251
--	-----

MARIA HELENA PAIVA

Codificação e intervenção do homem sobre a língua: com que autoridade?	275
---	-----

ISABEL ALMEIDA SANTOS

SECÇÃO III

Mudança, estandardização e o significado social da ênclise pronominal no Português do Brasil	303
---	-----

MARILZA DE OLIVEIRA

Critérios descritivos e prescritivos na colocação dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia da língua portuguesa durante o século XIX	329
--	-----

ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO

Tratamento do participio passado duplo em textos normativos dos séculos XVIII e XIX	353
--	-----

CARLA SOFIA SILVA FERREIRA

Variação, mudança, estandardização linguística e ensino do português: faces de um paradoxo	377
---	-----

AMÉRICO VENÂNCIO LOPES MACHADO FILHO

Apontamentos lexicais sobre o “Livro das Propriedades” ou Tombo da Mitra Arquiepiscopal de Braga: designações de terras e outros aspetos das propriedades	393
--	-----

ANABELA LEAL DE BARROS

Diacronia no nível do texto: uma discussão a partir da análise dos mecanismos de articulação tópica na história da carta do leitor na imprensa do Rio Grande do Norte-Brasil	429
---	-----

CLEMILTON LOPES PINHEIRO

**Particularidades linguísticas numa aldeia do interior norte
de Portugal: o léxico do meio rural 451**
ALEXANDRA MARIA FERNANDES BALTAZAR

**Alternativa de interpretação do grafema como indício de elevação
de vogais médias pretônicas no português brasileiro sul-rio-grandense
do século XIX. 475**
ROBERTO FRANCISCO NASI

**Ensino de língua portuguesa em contexto de variação linguística:
o caso da interferência de dialetos italianos na fala em português
em Santa Catarina-Brasil 513**
MARIZETE BORTOLANZA SPESSATTO

**O elemento lexical *sobre-* e o seu processo de herança, variação
e mudança lexical em Português 539**
SUSANA MARGARIDA NUNES

(Página deixada propositadamente em branco)

CLARINDA DE AZEVEDO MAIA

Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada

da Universidade de Coimbra (CELGA-ILTEC)

clarindamaia@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5887-3715

A P R E S E N T A Ç ã O

Reúne-se, neste volume, um conjunto de textos que, diferentes entre si, se inscrevem num mesmo domínio de análise, a Linguística Histórica e os processos de mudança e standardização. Na sua génese encontram-se trabalhos apresentados por investigadores portugueses e estrangeiros no *III Colóquio Internacional de Linguística Histórica – Mudança e Standardização*, organizado pelo Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra (CELGA – ILTEC), nos dias 9 e 10 de novembro de 2017. Com esta iniciativa pretendeu-se agregar um conjunto diversificado de especialistas em Linguística Histórica e em História da Língua Portuguesa, cujo trabalho se centrasse nas questões teórico-metodológicas implicadas no estudo histórico das línguas e em dois importantes processos históricos, a mudança linguística e o processo sócio-historicamente contingente de formação de línguas *standard*.

A fim de garantir uma visão atualizada das questões teóricas e metodológicas que na atualidade se equacionam no domínio da Linguística e, principalmente da Linguística Histórica, nomeadamente no âmbito dos dois processos em estudo, foram convidados, para as conferências plenárias, destacados especialistas procedentes de diversos âmbitos geográficos e representantes de diferentes perspetivas metodológicas e empíricas.

Com o objetivo de assegurar a unidade temática do colóquio e o tratamento de algumas questões consideradas relevantes pela Comissão Organizadora, foram também solicitadas, por convite, algumas comunicações sobre temas específicos, através das quais os seus autores dariam conta de linhas

de pesquisa em curso no âmbito da Linguística Histórica do português e de alguns resultados obtidos.

Pretendendo-se, simultaneamente, que este fosse um colóquio aberto, previu-se a possibilidade de apresentação de comunicações por toda a comunidade científica nacional e internacional, devendo, no entanto, os trabalhos enquadrar-se nas áreas temáticas propostas, designadamente a descrição de mudanças relevantes na trajetória diacrónica do português que apresentassem novas configurações empíricas ou que tivessem contribuído para o desenvolvimento de normas diferenciadas do português, aspeto que contribuiria para a explicação histórica do pluricentrismo da língua.

No âmbito da renovação da Linguística Histórica que se tem vindo a operar nas últimas décadas, verificaram-se significativos progressos no modo de considerar e explicar o processo que continua a ser o principal problema de debate na Linguística Histórica e na história de cada língua particular, a mudança linguística, ao mesmo tempo que foi também possível progredir no conhecimento das distintas componentes, fases históricas e dimensões do processo diacrónico de standardização. Essa renovação é o resultado não só dos desenvolvimentos teóricos e metodológicos que se verificaram na Linguística, mas também do facto de a aplicação de novos princípios teóricos e de novos instrumentos analíticos a situações linguísticas do passado ter trazido avanços e soluções para algumas questões e de, simultaneamente, ter posto a descoberto novos aspetos que careciam de ser analisados e interpretados, o que constituiu novos desafios para os investigadores.

As novas vias teóricas e metodológicas que se abriram na Linguística nas últimas décadas correspondentes a novas disciplinas que se revelaram de grande eficácia na análise linguística sincrónica, a Sociolinguística, a Pragmática e a Análise do Discurso, tiveram uma enorme repercussão na Linguística Histórica, tendo contribuído para a sua renovação teórica e para a renovação dos métodos de análise dos textos de fases pretéritas de cada língua singular.

A possibilidade de aplicar os novos métodos a materiais linguísticos do passado e a extensão dos seus princípios e instrumentos analíticos à interpretação de processos atestados na história das línguas permitiu a consolidação de disciplinas próprias como a Sociolinguística Histórica e a Pragmática Histórica. No primeiro caso, apesar de alguns problemas e limitações que os

materiais linguísticos do passado oferecem, a disciplina trouxe contributos significativos em âmbitos fundamentais como o estudo da mudança linguística e a análise do desenvolvimento histórico de normas *standard*.

A aplicação dos métodos e ferramentas analíticas da Sociolinguística variacionista à análise de textos escritos de fases pretéritas coloca ao investigador alguns problemas decorrentes das próprias limitações dos dados linguísticos do passado. Contudo, os trabalhos já realizados ao longo de três décadas proporcionaram o desenvolvimento de princípios metodológicos que contribuíram para a solução de alguns dos problemas e revelaram a viabilidade de acompanhar e reconstruir processos de mudança nas suas diferentes etapas: foi possível ultrapassar a explicação tradicional da mudança linguística como um resultado ou como simples passagem de um estado de língua a outro e aceder a explicações desse fenómeno nuclear da Linguística Histórica como um processo e desenvolver análises de tipo processual. Através de uma análise desse teor, pôde distinguir-se, também em relação aos dados linguísticos do passado, a origem, a inovação, e a difusão da inovação que cria um período – que pode ser plurissecular – de variação, resultante da convivência entre a variante inovadora e a variante mais antiga. Evidenciou-se a relação entre a mudança linguística e a variação, atualmente um conceito-chave para explicar não apenas o comportamento linguístico do falante como o devir histórico das línguas.

Por outro lado, assistiu-se também nas últimas décadas ao desenvolvimento de alguns conceitos teóricos no âmbito da Romanística alemã que se revelaram de grande capacidade explicativa para a análise das relações entre o material linguístico e o contexto social e pragmático.

Uma vez que o material linguístico se molda de forma diferente de acordo com a tradição discursiva a que se adscrive, na sua aplicação à Linguística Histórica, nomeadamente de algumas línguas românicas, têm-se vindo a estudar processos concretos de mudança, inclusive de mudanças sintáticas e processos de gramaticalização, no quadro das tradições discursivas, tendo em vista avaliar o peso de determinada tradição discursiva na aceitação, manutenção ou rejeição de determinada forma ou construção inovadora. Os estudos realizados permitiram comprovar a relação entre mudança linguística e tradição textual e a relevância do género discursivo no favorecimento da inovação

assim como da sua difusão. Relativamente a algumas mudanças concretas, o género discursivo pode ser um condicionante desse processo.

Um outro conceito desenvolvido no quadro da Romanística alemã e que teve grande impacto na consideração dos fatores de mudança linguística foi o conceito de elaboração linguística, considerada como um processo que contribui para a formação de uma língua histórica de pleno direito, passando o seu espaço variacional a abranger as exigências de todas as situações de comunicação, desde as que correspondem à proximidade comunicativa até às da distância comunicativa. A língua torna-se um meio eficaz de comunicação para qualquer tradição discursiva ou género textual.

No acesso ao meio gráfico e à cultura escrita das variedades românicas até determinado momento confinadas às situações de comunicação imediata, essas modalidades vão progressivamente adquirindo novos âmbitos funcionais até então confinados ao latim e acedem paulatinamente às tradições discursivas da distância comunicativa. Ao mesmo tempo que se verifica esse processo de elaboração *extensiva*, de expansão a outras tradições discursivas, desenvolve-se um outro, intimamente associado a este, de elaboração *intensiva*, caracterizado pela ampliação de recursos linguísticos e textuais-discursivos que tornam a língua apta para todas as funções comunicativas.

Contrariando uma tendência muito enraizada para considerar a oralidade, o discurso oral, como a força motora da criação de inovações, observa-se que também no discurso elaborado se podem gerar inovações: basta pensar nas inovações no domínio da sintaxe, nomeadamente no desenvolvimento de processos integrativos correspondentes à hipotaxe, ou no domínio lexical, sendo a ampliação do léxico obtida por várias vias, designadamente através do recurso a nomes abstratos ou da introdução de cultismos greco-latinos.

Além de o processo de elaboração poder atuar como um importante fator de mudança linguística, está também relacionado com o processo de standardização e, por esse motivo, embora sob outras designações, o reforço das possibilidades de comunicação da variedade linguística que no decurso do tempo se transformará em *standard* mediante o incremento de novas estruturas e de novo vocabulário foi considerado, desde as primeiras tentativas de sistematização do estudo da standardização, como uma importante propriedade desse processo diacrónico.

A investigação realizada nas últimas décadas tem salientado que a standardização é um processo particularmente complexo vinculado com determinados comportamentos psicológicos e afetivos (crenças e atitudes dos utentes da língua) e dependente de circunstâncias extralinguísticas (sociais, políticas e económicas) e que, além disso, abrange uma diversidade de dimensões (a dimensão ideológica, a dimensão linguística e a dimensão sociolinguística), as quais exigem diferentes perspetivas no seu estudo. Por essa razão, a análise do processo que acompanha o desenvolvimento histórico de determinada norma *standard* requer o estabelecimento de relações entre aspetos linguísticos e aspetos sociais e psicossociais, constituindo um domínio privilegiado para a investigação interdisciplinar em que intervêm distintas disciplinas que se ocupam do estudo da linguagem e das línguas particulares. Um lugar relevante tem cabido à Sociolinguística que trouxe importantes contributos para o estudo deste aspeto da história das línguas, nas várias fases por que passa uma determinada variedade antes da sua promoção à categoria de norma *standard*. O seu contributo é sobretudo significativo para a compreensão da seleção de uma dada variedade assim como da difusão social e geográfica dos traços correspondentes à variedade selecionada e das suas consequências.

Os trabalhos coligidos neste volume constituem uma amostra da investigação que tem vindo a desenvolver-se no âmbito da Linguística Histórica, tanto no plano da discussão teórica como da investigação empírica. Todos os textos são inéditos e originais, com exceção do artigo de Johannes Kabatek e David Gerards, já anteriormente publicado em língua inglesa e de que se oferece neste momento uma versão e adaptação em língua portuguesa. Em virtude do interesse e pertinência do tema e da perspetiva metodológica em que se situa, este trabalho representa um contributo novo para o conhecimento do aspeto estudado da história da língua portuguesa e abre horizontes para futuros trabalhos comparativos com outras línguas, particularmente com outras línguas românicas.

O livro apresenta em primeiro lugar os textos resultantes das conferências plenárias, a que se seguem, na secção seguinte, os trabalhos das comunicações apresentadas também por conferencistas convidadas e, finalmente, uma seleção das restantes comunicações.

Conjugam-se, nesta obra, diferentes tipos de contribuições. Alguns textos, apoiados em trabalho predominantemente reflexivo e teoricamente enquadrados e fundamentados em modelos e paradigmas atuais, ocupam-se de questões centrais que, no presente, se equacionam na Linguística e, particularmente, na Linguística Histórica. Alguns representam contributos inovadores para o conhecimento da mudança linguística, avançando, mesmo, com novas propostas de análise.

Nalguns dos artigos dá-se conta de linhas de pesquisa e de projetos de investigação em curso ou desenvolvidos noutras partes do mundo, nomeadamente no Brasil, onde o PHPB (Projeto para a História do Português Brasileiro), que implicou dezenas de investigadores, disponibilizou já à comunidade científica vários produtos editoriais e importantes resultados empíricos.

Noutros textos estudam-se mudanças de estruturas e de usos linguísticos, apoiando-se as análises em dados empíricos (sobretudo das variedades europeia e brasileira do português), de diferentes sincronias e procedentes de distintas fontes e de *corpora* diversos. Nalguns deles, descrevem-se mudanças que explicam a configuração de normas diferenciadas em Portugal e no Brasil.

Deve relevar-se, além disso, que numa das contribuições se propõem novas vias de abordagem dos textos de fases pretéritas, orientada para o estudo da sua estrutura textual-discursiva, através de uma análise pragmática histórica.

Outro conjunto de trabalhos apoia-se nos instrumentos codificatórios do português e neles se recolhe informação relevante sobre as forças de unificação e nivelação que conduzem à estandardização e sobre o papel desempenhado pelos agentes da codificação e pelos próprios textos codificatórios na elaboração da língua e na definição do padrão linguístico. Noutros casos, é nesse tipo de textos que se obtêm elementos sobre determinados estados de língua e sobre mudanças linguísticas relevantes na história da língua portuguesa, nomeadamente no domínio da sintaxe.

Finalmente, alguns artigos situam-se no âmbito das relações entre o ensino da língua portuguesa no Brasil e a variação, a mudança e a estandardização: além de uma reflexão sobre as questões decorrentes da acentuada polarização sociolinguística resultante de aspetos da sócio-história brasileira, a qual coloca problemas aos agentes de ensino das escolas públicas do País, analisa-

-se, num outro artigo, a situação particular de uma população escolar marcada por acentuada interferência de variedades de outras línguas.

O volume que agora se põe à disposição da comunidade científica associa, em suma, no plano teórico e no tratamento de dados empíricos, dois importantes processos diacrónicos, a mudança linguística e a standardização: em conjunto, os trabalhos nele coligidos representam contributos inovadores para o desenvolvimento da investigação nesses domínios e enriquecem e ampliam o conhecimento até ao momento disponível sobre aspetos histórico-linguísticos da língua portuguesa. Deseja-se que ele constitua um ponto de partida para novos estudos sobre a diacronia do português e sirva para suscitar novos temas de pesquisa e incentivar a investigação nalgumas das vias que nele se abrem.

Não queremos terminar esta apresentação sem agradecer às pessoas e instituições que, de diferentes modos, apoiaram a elaboração deste volume. Em primeiro lugar, aos autores das várias contribuições assim como aos membros da Comissão Científica do colóquio que procederam à avaliação crítica dos textos agora editados.

Agradecemos também o apoio institucional do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra (CELGA – ILTEC), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que impulsionou a concretização do colóquio, uma iniciativa da Linha Temática «História da Língua Portuguesa e História da Consciência Linguística», e subsidiou as despesas exigidas pela sua organização e, em parte, pela publicação do volume dele resultante.

Um agradecimento também à Imprensa da Universidade de Coimbra pela possibilidade de inclusão deste livro entre as suas publicações.

(Página deixada propositadamente em branco)

SECÇÃO I

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCEPCIÓN COMPANY COMPANY
Universidad Nacional Autónoma de México
concepcion.company@gmail.com
ORCID: 0000-0002-6351-715X

**LA SINTAXIS HISTÓRICA DE LAS PALABRAS
GRAMATICALES. UN RETO TEÓRICO
PARA EL CAMBIO LINGÜÍSTICO¹**

**HISTORICAL SYNTAX OF GRAMMATICAL
WORDS. A CHALLENGE TO THE THEORY
OF LANGUAGE CHANGE**

RESUMEN: Este trabajo pone en diálogo la diacronía de las palabras gramaticales, la de la preposición *a*, específicamente, con los postulados de tres acercamientos, o modelos, al cambio lingüístico: Gramaticalización, Reanálisis y Analogía, muy particularmente con el primero de ellos. Muestra el trabajo que una dinámica usual de cambio en las palabras gramaticales es la extensión y generalización a nuevas distribuciones y nuevos contextos sin que, las más de las veces, la palabra gramatical experimente recategorización alguna y sin que modifique su significado etimológico básico. La extensión o invasión a nuevos contextos no está prevista, ni menos incluida, en ninguno de los acercamientos teóricos al cambio lingüístico. El trabajo muestra que la extensión a nuevos contextos y distribuciones no ha sido estudiada teóricamente aunque constituye una pauta diacrónica frecuente; propone la necesidad de incluir este tipo de cambio en las taxonomías teóricas del cambio gramatical. El trabajo expone que el contexto es no sólo el *locus* del cambio sino también una unidad de cambio, ya que la extensión contextual es un dinamismo diacrónico característico de bastantes palabras gramaticales.

¹ Este trabajo fue expuesto verbalmente, en versiones preliminares, en dos foros: el coloquio *50 Años del Centro de Lingüística Hispánica* en la Universidad Nacional Autónoma de México, octubre de 2017, y el *Diálogos XV. The Graduate Student Research Conference in Hispanic & Lusophone Linguistics, Literature, Culture*, en Indiana University, Bloomington, 2-3 de marzo de 2018. Agradezco a Virginia Bertolotti la lectura crítica de una versión previa de este texto. Con el mismo tipo de datos, pero menos explícito en cuanto a los cambios de *a*, y más centrado en la teoría o marco de la Gramaticalización, remito a mi trabajo Company, 2019. Agradezco a un dictaminador anónimo las sugerencias que mejoraron los datos relativos al portugués.

Palabras clave: palabra gramatical, preposición, gramaticalización, reanálisis, analogía, construccionalización, exaptación, regramaticalización, cambio sintáctico, generalización, extensión, contexto

ABSTRACT: The paper shows that certain changes consist of the very active spreading of a form to new contexts, without changing the category or grammatical status of the form. This kind of change cannot be analyzed within the current theoretical models of language change, that is, Grammaticalization, Reanalysis, and Analogy. The paper proposes that spreading to new contexts must be included in theoretical taxonomies of linguistic change. In addition, context is not only the locus but also a unit of language change. The empirical evidence is the diachrony of the Spanish preposition *a*, 'to'. Throughout the history of Spanish, this preposition pervasively extended to a range of contexts, but the form *a*, 'to', never changed; it has remained a grammatical preposition, and has always had a basic meaning of 'directive telicity towards a goal'. The paper revises various approaches to Grammaticalization and Analogy, showing that the spreading of context is a different kind of change.

Keywords: grammatical words, preposition, grammaticalization, reanalysis, analogy, constructionalization, exaptation, regrammaticalization, syntactic change, context, spreading of contexts

1. Introducción. El problema teórico

Este trabajo tiene como objetivo general establecer un diálogo entre datos diacrónicos sobre palabras gramaticales y teoría de cambio lingüístico, con la finalidad de poner énfasis en dos aspectos: *a)* por un lado, mostrar que una dinámica usual de cambio en aquellas es la extensión y generalización, y con frecuencia obligatorificación, a nuevas distribuciones y nuevos contextos, invadiendo o usurpando, incluso, espacios funcionales que eran propios de otras palabras gramaticales, y *b)* por otro, cuestionar o poner en duda la validez del modelo teórico de cambio gramatical imperante en las últimas tres o cuatro décadas, Gramaticalización y su mecanismo básico, reanálisis o recategorización, modelo que, como se sabe, ha dado cabida a un número muy diverso de fenómenos y que tiene un alto poder explicativo, pero que, en mi opinión, debilita su validez cuando se enfrenta a cierto tipo de datos de corpus, como la diacronía de las palabras gramaticales, sobre todo cuando los datos se exponen sin condicionamientos teóricos de ninguna naturaleza.

El problema teórico específico que atenderé en este trabajo es el siguiente: un número no desdeñable de palabras gramaticales en español, en particu-

lar, las preposiciones denominadas *gramaticales* (*a*, *de*, y en menor medida *en*), tienen un comportamiento diacrónico caracterizado por dos hechos: *a*) un altísimo dinamismo sintáctico diacrónico, que genera muchísimas nuevas funciones, además de preservar, así sea de una manera general y abstracta, la función y significado etimológicos u originarios, y *b*) los cambios que se documentan no pueden ser adscritos, las más de las veces, a ninguno de los marcos teóricos actuales del cambio lingüístico, ni a *Gramaticalización*, ni a *Reanálisis*, ni tampoco a *Analogía*, definidos en términos tradicionales, al menos.

El cambio de las preposiciones gramaticales se puede caracterizar, en resumen, por una gran *extensión a nuevas construcciones y a nuevos contextos* y, en no pocos casos, por una *generalización y obligatorificación* de la marcación prepositiva. Siguen apareciendo, como es esperado en diacronía, de forma consistente y con gran vitalidad, en los contextos etimológicos, ya que una propiedad usual del cambio sintáctico-semántico es que los valores o funciones innovadoras conviven al lado de las conservadoras o etimológicas por siglos, propiedad conocida como *estratificación o acumulación*.

Este trabajo analiza, de manera específica, la diacronía de la preposición *a* en el español, diacronía caracterizada, en esencia, por haber experimentado numerosos cambios sin que se haya modificado su estatus de preposición y sin que, en la mayoría de los cambios, se haya producido un cambio de categoría. Esto es, no ha habido una recategorización ni ha tenido lugar un reanálisis de la preposición; la palabra *a* sigue siendo una preposición gramatical que conserva su significado básico originario, no obstante los numerosos cambios experimentados.

Es necesario matizar la generalización anterior. En algunos cambios, los menos, la preposición *a* sí ha experimentado una gramaticalización vía reanálisis, con cambio de categoría. Por ejemplo, esta preposición se ha vuelto un marcador de caso, dativo y acusativo, ya que es obligatoria para marcar las funciones de objeto indirecto y de objeto directo, respectivamente; en el caso del directo, el carácter de marcador de caso no se ha extendido totalmente, ya que aquel para llevar marca prepositiva debe poseer ciertas características léxicas, + humano, aunque, desde hace siglos, la preposición se está generalizando progresivamente a objetos directos inanimados de todo tipo, prueba

clara de que esta preposición, en este ámbito funcional, está a punto de experimentar de forma total la recategorización: preposición > marca de caso.

Tal dinámica diacrónica es característica de otras palabras gramaticales, además de las preposiciones gramaticales; por ejemplo, ciertos clíticos pronominales, *le* y *se*, el artículo y el posesivo átono muestran una extensión de contextos similar, sin haber experimentado gramaticalización o reanálisis. No llegan a la “exuberancia diacrónica” de las preposiciones *a* o *de*, pero tales diacronías similares parecen indicar que existe una pauta de cambio para las palabras gramaticales, pauta que, hasta donde sé, no ha sido analizada a la fecha en la bibliografía sobre Gramaticalización ni sobre Cambio Lingüístico en general.

La pregunta de investigación que guía la exposición y análisis es, por tanto, la siguiente: ¿cómo dar cuenta de estos cambios con alguno de los marcos teóricos actuales del cambio lingüístico, particularmente con el conocido como Gramaticalización? La propuesta que realizo a lo largo del trabajo es que los cambios consistentes en extensión y generalización de distribuciones y contextos no caben en ninguno de los ángulos de la Gramaticalización, sino que requieren una caracterización teórica *ad hoc*, y deben ser incorporados como un tipo distinto de cambio en las taxonomías y tipologías generales de cambio lingüístico.

Además de establecer un diálogo entre teoría y datos para decidir qué tipo o tipos de cambio es la extensión de las palabras gramaticales a nuevos contextos y qué conceptos teóricos son aplicables, otros objetivos teóricos de este trabajo son los siguientes: *a)* hacer una propuesta de que las formas mantienen su significado básico, general por siglos, el cual garantiza que las nuevas extensiones y distribuciones no sean azarosas; *b)* proponer que la unidad de cambio no es la forma, sino la *construcción + contexto específico*; *c)* proponer que el *locus* del cambio gramatical es el *contexto*; *d)* mostrar que la polisemia nunca es de las formas ni de las construcciones sino que se trata de amplitud de nuevos y más contextos, de manera que sí es adecuado hablar de *polifuncionalidad de los contextos de a* pero no es adecuado hablar de polisemia de la preposición *a*, y menos adecuado aun sostener, como se ha hecho en no

pocas gramáticas de referencia del español, que, dada tal polifuncionalidad, existen preposiciones vacías o carentes de significado².

Este trabajo, además de esta breve introducción, está organizado en cinco secciones. En la primera, apartado 2, expongo los datos correspondientes a la diacronía de la preposición *a* y muestro que no se trata de una variedad de cambios inconexos, sino que siguen tres tipos o patrones recurrentes de cambio. En el apartado 3 presento las peculiaridades y dificultades teóricas que enfrenta la sintaxis histórica de una palabra gramatical, cuya diacronía consiste en ampliar su esfera de empleo a nuevos y más contextos sin recategorizarse. El apartado 4 está dedicado a poner en diálogo los datos y la teoría, mediante la revisión de las definiciones de gramaticalización, reanálisis y analogía, existentes en la bibliografía actual, con el fin de valorar hasta qué punto estas se adecuan a aquellos. El apartado 5, muy breve, es una propuesta de caracterización teórica de cambios consistentes en generalización de contextos; la propuesta no es simplemente buscar o poner una etiqueta teórica, sino plantear la necesidad, ya comentada, de incorporar este tipo de dinámica diacrónica a la teoría del cambio lingüístico. Cierran unas muy breves conclusiones en 6.

2. Los datos. La generalización de la preposición *a*

Los ejemplos de (1) a (18) muestran buena parte de la amplitud funcional y construccional de la preposición *a* en el español, en muy diverso tipo de estructuras. Muchas de las construcciones no estaban en el temprano español medieval sino que son resultado de la ya comentada extensión y generalización de esta preposición. La datación de las innovaciones corresponde a fechas muy diversas, algunas inician en el temprano latín medieval, tal es el caso de la marcación de objeto indirecto y de objeto directo humano, otras son bastante tardías y corresponden al siglo XIX, como, por ejemplo,

² Para una exposición amplia de cuáles postulados y principios guían el cambio lingüístico, cf. Company (2016b); para una exposición de cómo las gramáticas de referencia del español han tratado las preposiciones gramaticales, remito a Company/Flores (2014), Company/Sobrevilla (2014).

la secuencia preposicional *a por* con verbos de movimiento, *voy a por agua*, e incluso algunas se documentan por primera vez en el siglo XX, como es el caso de la introducción de *a* con ciertas frases hechas, del tipo *a grosso modo*³. Todas, no obstante, tienen en común el hecho de que la preposición *a*, sin dejar de ser preposición, extendió su esfera de empleo a numerosas construcciones, mucho más allá de la que era propia de su étimo latino *ad*.

En (1) se ejemplifica el significado etimológico originario de meta locativa; en (2) la preposición introduce objetos indirectos; en (3) introduce objetos directos humanos; en (4), objetos directos inanimados; en (5) metas temporales; en (6) régimen verbal, con términos diversos: oración en infinitivo, oración con verbo conjugado y régimen nominal; en (7), perífrasis obligativas con *haber* y *deber*, estructuras exclusivas del español medieval; en (8), la perífrasis de futuro con el verbo de movimiento *ir*; en (9) perífrasis varias con verbos de movimiento distintos de *ir*; (10) ejemplifica la secuencia preposicional *a por* con verbos de movimiento, que en el español de España sustituyó a la construcción prepositiva simple con *por* + verbo de movimiento, vigente en todo el español americano; en (11) la preposición *a* introduce complementos modales, tanto con rector verbo como con rector sustantivo; en (12) se muestran construcciones temporales con *a* + infinitivo; en (13), oraciones finales con *a* + infinitivo; en (14), infinitivos yusivos introducidos con *a* obligatoriamente desde los inicios; en (15), construcciones de valor discursivo diverso introducidas todas mediante la preposición *a*; en (16), construcciones adverbiales modales en *-as*, introducidas desde los inicios con *a*; (17) presenta usos absolutos de valor interjectivo exclamativo de frases prepositivas introducidas por *a*, con la autonomía sintáctica característica de las expresiones interjectivas; finalmente, (18) muestra la locución prepositiva *de a* encabezando un sintagma nominal que es complemento adnominal de un sustantivo. Todas las expresiones formadas con *a*, aquí ejemplificadas, están vigentes en el español actual, con una sola excepción, las perífrasis obligativas medievales con *haber*

³ Para la datación y periodización de muchas de las construcciones aquí ejemplificadas, cf. entre otros, Company (2006); Laca (2006); Melis (2006); Company/Flores (2014, 2017, 2018); Ortiz Ciscomani (2014).

a y *deber a* –mucho más comunes con *haber* que con *deber*– que fueron sustituidas por *haber de* y *deber de*, respectivamente.

- (1) a. e enviavan **a la villa** por lo que avién meester [Alfonso X, *General estoria. Primera parte*, ca. 1275, *CORDE*]
b. se manda este presso sea puesto en la carçel de corte desta Nueva España, y se traiga **a ella** de donde quiera que estuviere [1618, México, *CORDIAM*]
- (2) a. enviól a la villa que aduxesse ende viandas **a aquellas compañas** todo lo que meester oviessen [Alfonso X, *General estoria. Primera parte*, ca. 1275, *CORDE*]
b. dixeron **a Calila** cómmo Digna era preso [Anónimo, *Calila e Dimna*, 1250, *CORDE*]
- (3) a. la cosa que aveys de haser es **guardar** mucho **a los yndios** y que no les sea fecho mal ni daño [1494, República Dominicana, *CORDIAM*]
b. y **vio a las dos destráidas mozas que allí estaban** [Miguel de Cervantes, *Quijote. Primera parte*, 1605, *CORDE*]
- (4) a. los ácidos minerales **destruyen al barniz** que reviste al hueso del diente [José Antonio Alzate, *Gazeta de México*, 1787, *CORDIAM*]
b. Debe tener esa denominación porque **designa a una función gramatical** [Español de España, conferencia]
- (5) a. Estos son los Juegos Olímpicos y aquí no te puedes dar el lujo de tener una mala mañana porque **no llegas a la tarde** [*Excélsior*, 19-09-2000, México, *CREA*].
b. Tres de los equipos de fútbol **adelantan a hoy** los encuentros del fin de semana [*El Diario Vasco*, 06-01-2001, España, *CREA*]
- (6) a. me **atreuo a dezirlo** y **a que**, de menos cabo de mi hazienda e ynterese, **llega a** mas de çinquenta mill ducados el daño [1678, Bolivia, *CORDIAM*]
b. practicandose con la prudencia y equidad que **corresponde a** un fin que mira al beneficio comun y del rey [1791, Argentina, *CORDIAM*]

- (7) a. les enviase a su ffijo que les **auya a ssalvar** [Alfonso X, *Setenario*, 1252, *CORDE*)
 b. e delos caualleros e delos otros omes a quien **he a dar** algo [Anónimo, *Ordenamiento Cortes de Valladolid*, 1312, *CORDE*]
 c. E maguer yo entiendo que todo esto **devo a fazer e a vedar** [Alfonso X, *General estoria. Primera parte*, ca. 1275, *CORDE*]
- (8) a. que por qué no **voy a rreprehender** aquellos [1548, México, *CORDIAM*]
 b. Lope, recién venido de Italia **va a besar** la mano a V.E. [Santa Teresa, *Cartas*, *apud* Company/Flores 2014]
- (9) a. Despertaron algo tarde, **volvieron a subir y a seguir** su camino [Miguel de Cervantes, *Quijote. Segunda parte*, *CORDE*]
 b. ¿qué le parece?, que me **viene a deçir** que niegue lo que me dijo [1628, México, *CORDIAM*]
- (10) a. Y **llega** el rey **a por su novia** y ve a la negra y le dice... [Anónimo, *Cuentos populares españoles*, ca. 1920, España, *CORDE*]
 b. con intenciones de darle a esto una solución, sin trampas ni malas intenciones, y que si no lo hacen, **vamos a por ellos** [Carmen Gurruchaga e Isabel San Sebastián, *El árbol y las nueces*, 2000, España, *CREA*]
- (11) a. **diciendole a gritos** en la puerta de su Tribunal, que era un pícaro [1832, Venezuela, *CORDIAM*]
 b. La vi de espaldas con sus zapatos bajos y **su falda a cuadros** [Javier Marías, *Corazón tan blanco*, 1992, España, *CREA*]
- (12) a. y que **al salir** de missa, dixo... que eran unos bobos, floxos, e inútiles [1751, Colombia, *CORDIAM*]
 b. **Al irme**, ya no supe qué pasó [Español general, habla espontánea]
- (13) a. que auía de yr al conuento **a comer y a dormir** [1615, Perú, *CORDIAM*]
 b. y se sentó en la mesa **a cenar** [1808, México, *CORDIAM*]

- (14) a. ¡Niña, **a callar**! [Alfonso Zurro, *Farsas maravillosas*, 1987, España, CREA]
 b. ¡Arturito! ¡**A comer**! ¿Dónde se escondió el niño? [Santiago Gamboa, *Páginas de vuelta*, 1998, Colombia, CREA]
- (15) a. ¿**A que no?** ¿**a que no?** [Clarín, *La Regenta*, 1884-1885, España, CORDE]
 b. **A ver** si vamos haciendo lo que nos corresponde [Español general, habla espontánea]
 c. ¿**A cómo** nos toca por cabeza? [Español general, habla espontánea]
- (16) a. como a malos y cristianos que **a sabiendas** juran el santo nombre de Dios en vano [1533, Venezuela, CORDIAM]
 b. quienes cuydadosa y maliciosamente tenían siempre la recamara **a oscuras** [1686, Argentina, CORDIAM]
- (17) a. –Pues de castigo te llevamos a Garibaldi. –¡No, no! ¡Protesto! ¡Es una injusticia! –¡Cómo no! ¡**A huevo**! [Marco Antonio Campos, *Que la carne es hierba*, 1982, México, CREA]
 b. Entonces, ponele que hubiese ganado Ñubel y...¡**a la mierda**!, de ahí en más todos los pibes se hacían... [Roberto Fontanarrosa, *Cuentos de fútbol*, 1995, Argentina, CREA]
- (18) a. porque **los de a caballo** desampararon a **los de a pie** i estos perecieron [1781, Bolivia, CORDIAM]
 b. Esto solo pueden decidirlo **los ciudadanos de a pie** [Español de España, programa de TV]

Un comportamiento característico de la preposición *a* en su proceso de generalización a más contextos y nuevas distribuciones es que este se llevó a cabo mediante dos tipos de estrategias. En no pocas ocasiones, la extensión se produjo a expensas de otras preposiciones, es decir, *a* usurpó el espacio sintáctico que le correspondía a otra preposición, por lo regular *de* o *en*, pero también, ocasionalmente, *por*; una variante de tal usurpación es que en ciertas estructuras existía alternancia de dos preposiciones desde los orígenes, una de las cuales era *a* y esta preposición desbancó a su contendiente, tal fue el

caso, por ejemplo, de las perífrasis incoativas *empezar de/a* > *empezar a*, o de la alternancia genitivo subjetivo y genitivo objetivo, mucho más extendido hoy este último, *amor de dios/amor a dios* > *amor a dios*. La segunda estrategia común de expansión de esta preposición es un comportamiento que podría llamarse *invasivo*, ya que aparece *a* en construcciones muy diversas –verbales, nominales, adverbiales, prepositivas o discursivas– en las cuales, aparentemente, resulta innecesaria esta preposición o, al menos, no era necesaria en el primitivo español. En suma, el avance o extensión de la preposición *a* se realizó mediante tres mecanismos básicos: *a)* *aparición* de *a* donde etimológicamente no aparecía, aun cuando existiera la función desde la lengua madre; *b)* *usurpación* de otras marcaciones prepositivas, y *c)* *invasión* de espacios funcionales diversos carentes de preposición, muchos de los cuales son innovaciones romances. Los mecanismos *a)* y *c)* no son exactamente equivalentes en cuanto al tipo de estructuras ni en cuanto a su origen, motivo por el cual los separo, aunque, teóricamente, se solapan en parte en cuanto a la naturaleza del proceso diacrónico. Estas estrategias suelen ser comunes en la sintaxis histórica de otras palabras gramaticales, particularmente con la preposición *de* (Company y Sobrevilla 2014).

En los ejemplos (19) a (31) pueden apreciarse mecanismos de usurpación e invasión de *a* en prácticamente todas las zonas categoriales de la lengua: sustantivo, con muy diversos valores y funciones; régimen verbal; sintagmas prepositivos libres, sintagmas nominales y prepositivos casi fijos, secuencias preposicionales; frases hechas, etc. Al final del ejemplo documentado, señalo el uso conservador, estándar, normativo o más general del español, todos ellos con una preposición distinta de *a* o carentes de preposición *a*.

- (19) a. Un **hecho central *a* este nuevo paradigma** es la concepción de la semántica [Español general, escrito académico]
 b. Presentaré en este trabajo **un enfoque cognitivo *a* la enseñanza de la gramática** [Español de México, escrito académico]
 c. Son **características inherentes *a* los procesos de cambio** [Español general, escrito académico]
 Construcción prepositiva conservadora = *de*

- (20) a. cada oración expresa una unidad de mensaje y este mensaje **a nivel oracional** suele ser acerca del tópico [Español de México, escrito académico]
 b. **Relaciones al interior de la palabra** [Español de México, título de escrito académico]
 Construcción prepositiva normativa = *en*
- (21) a. pido y suplico mande que el dicho my parte sea remunerado y gratificado de sus serbiçios en aquellas probinçias tenyendo en sí **de acuerdo a la calidad de su persona** [1569, Perú, *CORDIAM*]
 b. y yo me inclino al sentir de los últimos y ya, más por ser **acorde a** lo que V. S. escribe [Francisco Borja Cabrera, *Carta a Rodríguez Campomanes*, 1765, España, *CORDE*]
 Construcción prepositiva normativa = *con*
- (22) a. ¿Qué **dirás a todo esto**? [Fernando de Rojas, *La Celestina*, 1499, España, *CORDE*]
 b. Lamenta experto que diputados **desistan a facultad** sin cambiar la ley [*Reforma*, 14-02-2018, México]
 Construcción prepositiva general = *de*
- (23) a. Vieron estar la Condesa/Y **empezaron de hablarle**/–Dios te salve, la Condesa [Anónimo, *Cancionero de romances*, a. 1550, España, *CORDE*]
 b. Y algunas veces me subía a unas altas ventanas de las cuales se veía la mar, y **comenzaba de mirar** aquellas bravas ondas [Alonso Núñez de Reinoso, *Los amores de Clareo y Florisea*, 1552, España, *CORDE*]
 Español general desde el siglo XVII = *con a*
- (24) a. Nos vemos **a la noche** [Español de Buenos Aires, noroeste de México, País Vasco]
 Vivo **al 340 de Corrientes** [Español de Argentina, habla espontánea]
 Construcciones prepositivas del español general = *en/por*
- (25) a. **El coloquio a realizarse en marzo** trae a los mejores especialistas [Español de México, escrito académico]

b. **Teléfonos superrápidos a resolver todo** [Español de México, anuncio publicitario]

c. proponen ampliar el origen de **los materiales a estudiar** [Español de México, escrito académico]

Construcción normativa = oración de relativo: *que se realizará, que resuelven, que deben ser estudiados*

- (26) a. De qui ouiere querella de otro et non quisiere dar o tornar derecho sobre aquella querella **fasta a nueve días** (Anónimo, *Fuero de Molina de Aragón*, c. 1272-1283, *CORDE*)

b. anuncios pintados en el color plata del Silver Jubilee que ha alcanzado **hasta a los tradicionales autobuses de dos pisos** [*Triunfo*, 25-06-77, España, *CREA*]

c. Yo no pienso ir, está **hasta a casi la chingada** [Español de México, habla espontánea]

Construcción general = sin *a*

- (27) El último ha sido el impoluto (hasta hoy) alcalde de París, el chiraquiano Chirac, que ha desvelado **a grosso modo** su patrimonio [*La Vanguardia*, 16-03-1995, España, *CREA*]

Construcción normativa = sin *a*

- (28) ¿**De a cuánto** nos toca por cabeza? [Español de México, habla espontánea]

Hay que hacerlo **de a poquito** en poquito [Español de México, habla espontánea]

Construcción general = sin *a* o sin preposición alguna

- (29) Me agarré **un virus al hígado** que pensé que era hepatitis, y no [Español de Argentina, habla espontánea]

Construcción general = *en*

- (30) **Autopistas al Sur** [Español de Argentina, anuncio de vialidad en Buenos Aires indicando dirección]

Construcción general = *de*

- (31) ¿Y cuánta infinidad de **razones a este propósito** se le alegarían a cualquier hombre y más a el poderoso? [Francisco Gutiérrez de los Ríos, *El hombre práctico*, 1686, España, *CORDE*]

Construcción general = *sobre*

La suma de ejemplos de (1) a (31) informa que a lo largo de la historia del español aparecieron muchas nuevas marcaciones con *a* y/o muchas nuevas funciones con *a*, y que la extensión de esta preposición impactó todos los ámbitos gramaticales: nominal, verbal, adverbial, prepositivo, interoracional, discursivo, locuciones y fraseología. Ganó 30 ámbitos funcionales, al menos, y sólo perdió uno en la historia del español, el de las perífrasis obligativas con *haber* y *deber*, ejemplificadas en (7) arriba; tal ganancia convive, en ocasiones, con las estructuras conservadoras carentes de *a* o con las estructuras introducidas por otra preposición. Algunos de los cambios están acotados dialectalmente, tal es el caso de *voy a por agua* para España, el de los complementos temporales y locativos *nos vemos a la noche*, *vivo al 340 de Corrientes*, para Argentina y alguna zona de España y México, o el de las pocas innovaciones con *a* características, al parecer, del español de Buenos Aires, Argentina. No obstante, la gran mayoría de cambios, cualquiera sea la estrategia de introducción de *a*, corresponde al español general, prueba de que la extensión y generalización de una palabra gramatical a nuevas distribuciones y contextos, sin cambio de categoría por lo general, constituye una fuerte pauta de cambio lingüístico y dista de ser una rareza diacrónica o un cambio esporádico.

Al valorar el conjunto de los ejemplos anteriores, es posible encontrar diez maneras de cambio de *a*, que aparecen resumidas a continuación:

1. Existe la función en la lengua madre pero formalmente no es FP; esto es, el cambio fue: $\emptyset > a$ (objeto indirecto, objeto directo, régimen verbal: *esperan que se derrumbe* > *esperan a que se derrumbe*).
2. Existe la función desde etapas tempranas del español y formalmente es una FP, pero introducida por otra preposición, o bien coexistían *a* y otra preposición en variación y *a* desbanca a la otra preposición: FP-distinta de *a* > FP-*a*: *comenzar de* – *comenzar a* > *comenzar a*; *empezar de* –

empezar a > *comenzar a*, *empezar a*; fuente-separación: *espidiénsse al rey*, *con esto tornados son* (*Cantar de mio Cid*, 1914), ejemplo este último poco común y para el que cabe pensar en un posible cruce con la preposición latina *ab*.

3. Formación hispano romance carente de *a* en sus inicios: *fuleron ferir* > *fuleron a herir*.
4. Creación hispano romance con preposición *a* desde sus primeras documentaciones: infinitivos yusivos: ¡*a comer!*; infinitivos discursivos: *a ver*, *dime qué tienes*; usos absolutos interjectivos: ¡*a huevo!*, ¡*a la mierda!*
5. Recodificación o recreación de expresiones ya prepositivas: *paso por ti* > *paso a por ti*; ¿de cuánto nos toca? > ¿de *a* cuánto nos toca?
6. Inserción en espacios predicativos ya existentes pero introducidos por un relacionante no prepositivo: relativas especificativas con antecedente nominal de naturaleza eventiva > oración especificativa introducida por *a*: *el congreso que se realizará* > *el congreso a realizarse*.
7. Inserción en expresiones nominales que se relacionaban mediante otra preposición; muchas veces suelen convivir las dos preposiciones: *en el interior del edificio* > *al interior del edificio*; *amor de la patria* > *amor a la patria*; *un nuevo enfoque de la gramática* > *un nuevo enfoque a la gramática*.
8. Inserción de *a* en complementos adnominales instrumentales-modales; *a* desbanca a la otra preposición: *falda de/con cuadros* > *falda a cuadros*; *camisa de/con rayas* > *camisa a rayas*.
9. Inserción en sintagmas relacionantes casi fijos que tomaban otra preposición: *de acuerdo con* > *de acuerdo a*; *con base en* > *en/con base a*.
10. Presencia de *a* en locuciones y frases cultas, *a priori*, *a posteriori*, *a fortiori*, algunas de las cuales etimológicamente, y normativamente, deben carecer de preposición: *grosso modo* > *a grosso modo*.

El resumen de los cambios es que existe un *patrón o modelo (pattern) de extensión* de la preposición *a* en la historia del español a muchos nuevos contextos y muchas nuevas construcciones. En bastantes casos, la extensión llegó

a una obligatorificación, como ya dije; en otros, sigue habiendo variación sincrónica entre dos usos prepositivos o entre ausencia y presencia de *a*⁴.

Este patrón-modelo diacrónico tan consistente es explicable, en buena parte, a mi modo de ver, por el significado originario de la preposición *a*, ‘locación’, que constituye, como es sabido, un dominio conceptual muy básico, que hace posible ser reelaborado mediante metáforas o metonimias y codificar nuevos dominios con cierta facilidad. Hay que señalar que el significado de la preposición *a*, locativo directivo télico, se mantiene en todos los cambios, ya que siempre hay una meta y un evento realizado, sean metas nominales, sean metas de régimen verbal, sean metas predicativas de diversa estructura o sean metas discursivas (Company y Flores 2014). De hecho, la conservación de un significado etimológico básico, así sea general y abstracto, es el modo de garantizar que el cambio, en este caso la aparición de *a* en nuevos contextos,

⁴ Una tarea pendiente e interesante sería ubicar tipológicamente el dinamismo diacrónico de esta palabra gramatical en las dos lenguas más estrechamente emparentadas de la Iberorromania, el español y el portugués, ya que, como se sabe, las dos comparten un número no desdeñable de innovaciones. Una búsqueda rápida en el corpus histórico electrónico de Davies/Ferreira, *Corpus do Português* y en fuentes electrónicas actuales parece indicar que la preposición *a* en esta última lengua se extendió también a muchas nuevas funciones pero no activó tantos espacios funcionales como sí lo hizo en el español. He aquí un puñado de ejemplos de portugués; indico con *ø* aquellos casos en que el español sí ha introducido la marca prepositiva, y pongo (sic) para indicar que está tomado literalmente el ejemplo, aun cuando dista, al parecer, de ser portugués normativo: “E elle rrespondeo e disse que todos **hiam a Jherusalem** pera **veerê a Santa Vera Cruz de Jhesu Cristo**. E eu **disse a aquel homê...**” [Anónimo, *Vidas de santos de um manuscrito Alcobacense*, 1200-1300, CP]; “bem sofrem i de trabalh’he de pea, ca **vam a furt’**e tornam-s’em corer [Anónimo, *Cantigas de escárnio e maldizer*, 1201-1300, CP]; “e as outras que tenio en uoontade por dar por mia alma e non’as **uiier a dar**. E mado que...” [Testamento de don Alfonso II, 1214, CP]; “se por algum caso se **viessse a auentar** o que tinhamos feito” [Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, 1603, CP]; “era tão prezado entre os Gregos, que essa foi a razão, segundo graves Autores, de **chamarem Bárbaros a todos os estrangeiros**” [Manuel Severim de Faria, *Escritos varios políticos*, 1631, CP]; “O candidato do CDS-PP **a a** (sic) **Câmara Municipal** do Funchal reconhece que a autarquia tem...” [http://www.dnoticias.pt, 2013-2014]; “do que **ir ø perder** o seu tempo **a dar confiança a os** (sic) **políticos**, ladrões de poder” [http://www.dnoticias.pt, 2013-2014]; “**De aqui a cem anos**, acredito que o porto do Funchal ainda será mais bonito” [http://www.dnoticias.pt, 2013-2014]; “só se compreende que alguém **se sente a uma mesa de negociações**” [http://www.dnoticias.pt, 2013-2014]; “e depois **acede ø negociar** com o Governo Regional” [http://www.dnoticias.pt, 2013-2014]. También hay contextos con *a* en portugués, carentes de preposición o con otra preposición en español, “**estou a enviar**, em anexo, as normas editoriais” [mensaje de correo electrónico], aunque parecieran ser los menos en la comparación de las dos lenguas. Es, sin duda, una tarea pendiente este análisis y comparación. Los ejemplos de *dnoticias* proceden de un periódico, *Diário de Noticias*, de las islas Madeira, y son, según indica un evaluador, no normativos ni aceptables en portugués europeo peninsular; muy probablemente reproducen usos orales.

no sea azaroso sino que siga patrones y dinámicas bien establecidas, como hemos visto.

La liviandad fónica de *a* debió facilitar y motivar, sin duda, la extensión y generalización de esta preposición⁵. Además, la posible confusión de la latina *ad*, rectora de caso acusativo y étimo de *a*, con la latina *ab*, rectora de ablativo, casi homónimas ambas, e idénticas tras la apócope de las consonantes finales en el temprano romance, debió propiciar la extensión de *a* hacia los numerosos ámbitos funcionales que en latín estaban codificados mediante el caso ablativo, con el que se construía *ab*.

El esquema 1, abajo, tomado de Company/Flores (2014:1328), pretende mostrar, de manera muy resumida, la extensión constante y sistemática de la preposición *a*, en la diacronía pero también en la dialectología del español, en tanto que algunos cambios diacrónicos solo se produjeron en ciertas variantes diatópicas o son mucho más activos en ciertas variedades. El “crecimiento gráfico de *a*” no significa que la preposición se haya vuelto polisémica en sí misma, sólo indica la extensión a nuevos contextos y distribuciones. Se trata de polifuncionalidad de contextos no polisemia de formas; siempre es la misma preposición *a* y mantiene un significado básico constante, como ya he dicho. El esquema intenta reflejar, asimismo, el carácter acumulativo o estratificado de los cambios sintácticos, en tanto que una vez que surge una codificación nueva, esta innovación convive por siglos con la construcción o construcciones ya existentes, que son, por ello, construcciones conservadoras respecto de la nueva estructura. El orden de avance del crecimiento sostenido de *a* y la disposición de las etiquetas en el esquema intenta reproducir, en parte, el orden diacrónico en que se produjo la extensión. El esquema no incorpora todos los cambios reflejados en los ejemplos (1) a (31), en tanto que se trata, justamente, de un esquema⁶.

⁵ No debe ser simple casualidad que las dos preposiciones que tienen la mayor ligereza fónica, *a* y *de*, y un patrón de sílaba abierta prototípico, bien consonante-vocal, *de*, o simple vocal, *a*, sean las dos preposiciones protagonistas de la asignación de caso sin papel temático en español, acorde con marcos formales de análisis dentro de la gramática generativa.

⁶ Las abreviaturas corresponden a: LOC = locativo; OI = objeto indirecto; ODH = objeto directo humano; CCT = complemento circunstancial de tiempo; PMOV = perífrasis de movimiento; ODI = objeto directo inanimado; MOD = complementos modales verbales y adnominales; YUS = infinitos yusivos; DISC = construcciones discursivas diversas.

<i>a</i>	→	<i>a</i>	→	<i>a</i>	→	<i>a</i>	→	<i>a</i>	→	<i>a</i>
LOC		LOC		LOC		LOC		LOC		LOC
		OI		OI		OI		OI		OI
				ODH		ODH		ODH		ODH
						CCT		CCT		CCT
								PMOV		PMOV
										ODI
								MOD		MOD
										YUS
										DISC

Esquema 1 – Extensión de la palabra gramatical *a* a nuevas distribuciones

3. El problema teórico de nuevo

El conjunto de los ejemplos y el análisis arriba expuesto indica que *a* nunca dejó de ser preposición, excepto en su recategorización como marcador de caso objetivo, indirecto y directo, ya comentada. Se trata de una palabra gramatical sin duda, una preposición *funcional* o *gramatical*, de significado ligero. Suele, incluso, señalarse en la bibliografía que es un simple relacionante, carente de significado léxico aunque mantiene su significado directivo (Alcina y Blecua, 1975: §6.2.5; Di Tullio, 1997: 41-42), afirmación, a mi entender, que resulta ambigua o un tanto contradictoria, porque o bien carece de significado o bien tiene significado directivo.

Los datos del apartado anterior confirman, asimismo, el hecho bien conocido de que las categorías no son internamente homogéneas, no lo son ni siquiera en una palabra gramatical, aunque mantenga un significado básico, constante a lo largo de siglos. En efecto, parece que en el conjunto de manifestaciones diacrónicas de *a* hay dos comportamientos categoriales diferenciados (al igual que ocurre con otra preposición gramatical, *de*): uno en que *a* tiene una naturaleza más léxica, es una verdadera preposición que rige un sintagma nominal pleno –considerada por ello en análisis formales generativistas núcleo de la frase prepositiva que asigna papel semántico–, la mayoría de sus empleos, y uno de naturaleza más gramatical que no rige a su término y que no es propiamente preposición, o es una especie de preposición degradada,

sino que opera como marca gramatical de caso objetivo, de manera que los sintagmas de objeto indirecto y directo no son frases prepositivas sino verdaderos sintagmas nominales. Entre estos dos tipos de la categoría preposición habría, en la amplitud de usos de *a*, situaciones categoriales intermedias, en tanto que se trata de una categoría internamente no homogénea.

El problema teórico fundamental, a la luz de los datos del apartado anterior, es que la diacronía general de la preposición *a* se escapa a una caracterización en términos de Gramaticalización, se escapa asimismo al proceso o mecanismo de cambio conocido como Reanálisis y también se escapa a una caracterización en términos de Analogía.

Una *Gramaticalización*, en su formulación tradicional, es un cambio procesual mediante el cual “una palabra léxica pasa a palabra gramatical o una palabra gramatical pasa a ser más gramatical” (Kuryłowicz, 1965/1975: 52; Hopper/Traugott, 1993/2003: cap.1, entre muchos otros). La extensión y generalización de *a* no es una Gramaticalización porque no pasa de palabra gramatical a más gramatical –con excepción de la ya comentada recategorización como marca de caso. Esto es, en solo uno de los muchos cambios de la diacronía de *a* sí se produjo este tipo de gramaticalización, pero en los otros 30 no se produjo gramaticalización alguna.

De igual modo, nunca experimentó, por ella misma, *Reanálisis* o recategorización, con excepción del ya comentado cambio preposición > marca de caso objetivo. Muchos cambios sintácticos del español sí se produjeron mediante reanálisis, prueba de la nuclearidad de este mecanismo de cambio, tales son los casos, por citar ejemplos paradigmáticos bien conocidos, del adverbio demostrativo latino *ibi* que pasó al formativo de palabra *-y* en el verbo existencial *hay*, del sustantivo pleno latino *mente* que pasó al formativo obligatorio de los adverbios largos o derivativos en *-mente*, o del pronombre demostrativo latino *ille-illa-illud* que pasó a un simple determinante, entre muchos otros cambios en la historia de la lengua española (Company, 2006, 2009, 2014), pero la preposición *a*, así como otras palabras gramaticales, no sufrió, en lo esencial, reanálisis, no obstante el llamativo dinamismo diacrónico ya comentado y analizado. Como es sabido, un reanálisis, en su definición clásica, es un cambio de categoría sin que necesariamente se produzca un cambio en la manifestación formal o superficial de la forma o estructura

involucrada en el cambio (Langacker, 1977:58). Si ampliamos esta definición y salimos del sentido tradicional de este término, sí hubo reanálisis y recategorización de la frase prepositiva toda en algunos cambios, pero es un reanálisis de la construcción FP toda no de la preposición por sí misma; no se ha reanalizado la preposición, pero sí hay construccionalización nueva en contextos específicos nuevos en la mayoría de las extensiones.

Tampoco es una *Analogía*, porque para que esta se produzca, al menos en su formulación tradicional (Kuryłowicz, 1945/1949; Antila, 2003), se requiere de la existencia de un modelo de proporciones que presione, morfológica o sintácticamente –aunque opere, las más de las veces, en el nivel de la morfología–, para que otras formas o construcciones adopten la forma o la función, o ambas, del modelo en cuestión. La extensión de *a* no ha avanzado presionada por un modelo previo; no existe tal modelo ni en la lengua madre ni en el primitivo castellano ni en otras lenguas románicas.

Una característica teórica de la extensión y generalización diacrónica de la preposición *a* es que los cambios y el avance de los cambios tienen un muy desigual estatus teórico, aunque en su conjunto construyen una única pauta o modelo de diacronía: aparición de nuevas estructuras y construcciones vía la extensión y muchas veces generalización de la palabra gramatical a nuevas distribuciones y contextos. La desigualdad teórica consiste, básicamente, en cuatro comportamientos, el último de los cuales es bastante problemático desde el punto de vista de la teoría del cambio lingüístico. Veamos.

1. Algunos cambios siguen la jerarquía ortodoxa de actualización del reanálisis: contextos favorables y más concretos > contextos menos favorables y más abstractos > contextos no favorables y muy abstractos, aunque no medie en el cambio un reanálisis propiamente; por ejemplo, meta nominal locativa > meta nominal temporal > meta predicativa > meta discursiva.
2. Los mismos cambios, y otros involucrados en el conjunto de (1) a (31) arriba, pueden ser analizados como una extensión analógica discursiva de base metafórica-metonímica, sin necesidad de reanálisis y sin que exista un modelo analógico propiamente, tal es el caso del conocido camino diacrónico espacio > tiempo > modo: *voy a México* > *llego a las*

tres > firmó a ciegas; o del camino diacrónico que es posible postular vía extensiones metonímicas: término meta nominal > término meta proceso-evento > término meta pragmática-discursiva: *voy a Coimbra > voy a comer > a ver, ¿qué te ocurre?*

3. En otros cambios, la preposición *a* entra de manera no gradual o en un lapso tan breve que es difícil plantear una gradualidad o una jerarquía de contextos: verbo de movimiento + *a por* + nominal, *vamos a por todo*, se generaliza en menos de 100 años sin que se puedan establecer de manera clara distribuciones preferentes graduales (Company/Flores, 2017).
4. Muchos cambios, una vez realizada la innovación o creación de una nueva estructura preposicional, experimentaron un importantísimo aumento en la frecuencia de empleo, por ejemplo: *a)* un aumento diacrónico importante de términos verbales infinitivos; *b)* un aumento diacrónico muy importante de términos nominales no locativos; *c)* un aumento diacrónico importante de frases prepositivas dependientes de sustantivo y no constituyentes de oración por sí mismas; *d)* un aumento diacrónico muy importante de construcciones discursivas, aumento este que pudiera deberse al surgimiento de tipos textuales próximos a la oralidad y no a un cambio real en las estructuras de la lengua, es decir, siempre estuvieron, pero era imposible documentarlos. Ahora bien, un problema teórico importante es cómo valorar cambios consistentes en aumento de frecuencia que no impactan la gramática como tal; en otras palabras, ¿los incrementos frecuenciales son o no parte del establecimiento del patrón de cambio que hemos caracterizado como *extensión* y *generalización*? En mi opinión, la frecuencia de empleo es una valiosa herramienta de diagnóstico de cómo se está desplazando la gramática, pero no se puede equiparar a cambios que impactan estructuralmente un determinado estado de lengua, sin que esto signifique que estos son más importantes que aquellas o viceversa; sólo son cambios de muy distinta naturaleza teórica.

En suma, existe un patrón o modelo de conducta diacrónica expansiva e invasiva, pero en el interior del modelo los cambios carecen de homogenei-

dad y no responden teóricamente a una gramaticalización, ni a un reanálisis ni a una analogía, definidos en su sentido tradicional.

4. El diálogo entre teoría y datos

Dado que el modelo teórico o marco de análisis diacrónico imperante en los últimos treinta o cuarenta años ha sido el de Gramaticalización⁷, en este apartado me propongo definir brevemente los muy diversos acercamientos, matizaciones y precisiones teóricas que este modelo o marco ha tenido y ponerlos en diálogo con el rasgo definitorio diacrónico de la preposición *a*, consistente, como ya he repetido a lo largo del trabajo, en extensión y generalización a nuevas distribuciones y nuevos contextos.

Con el fin de no extenderme, primero doy la etiqueta empleada por el autor o autores, indico si esta puede ser o no aplicada a la diacronía de la palabra gramatical *a*, a continuación defino el concepto implicado en la etiqueta, y finalmente expongo si la definición en cuestión se aviene a la diacronía de la preposición *a*, o cuáles ángulos de esta son adecuados y cuáles no para este tipo de dinámica diacrónica. Dejo algunos términos y etiquetas en la lengua original del texto, cuando me parece que una traducción puede alterar el sentido de la definición. La última definición acoge un acercamiento reciente a analogía, que difiere en algunos aspectos de la definición tradicional de este concepto expuesta en el apartado anterior.

1. *Gramaticalización* tradicional → NO. Paso de una forma léxica a una gramatical/paso de una forma gramatical a otra más gramatical. Dentro del nivel sintáctico no hay nada más gramatical que una preposición funcional o gramatical. Ya discutido en el apartado anterior.

⁷ No entraré en el problema de si la Gramaticalización es una teoría *per se*, con todas las características y propiedades de una teoría, explicitud total, predicción, formalización, adecuación empírica, etc., o sólo es un poderoso marco de análisis. Para la discusión al respecto, cf. los artículos recogidos en Campbell (2001), especialmente la amplia introducción de este autor.

2. *Gramaticalización como “emergent grammar”* (Hopper, 1987, 1998) → SÍ. Bajo esta definición, todo es gramaticalización: “no hay gramática sino gramaticalización”. Es una definición interesante epistemológicamente pero vaga, inútil y casi trivial operativamente por falta de especificidad. Todo cambio es creación o recreación de gramática, todo cambio crea una nueva rutinización.
3. *Gramaticalización como “the emergence of grammatical systems”* (Frajzyngier, 2010; Hurford, 2012: cap. 7) → SÍ. Mismo problema que definición anterior: carece de especificidad operativa.
4. *Gramaticalización como “the emergence of language”* (Hurford, 2012: cap. 7; Smith, 2011: 144) → SÍ. Mismo problema que las dos definiciones anteriores; aún peor, porque no es aplicable a cambios específicos sino a la evolución del lenguaje humano.
5. *Gramaticalización secundaria 1* (Hopper/Traugott 1993/2003; Breban y Kranich 2014) → SÍ/→ NO. “Cases of grammaticalization affecting elements that already have grammatical function and proceed to develop a new grammatical function”. Es el caso de la preposición *a*. Es poco específico qué se debe entender por “secondary grammaticalization”: también sería el caso de formas léxicas que se gramaticalizan y adquieren nuevas funciones gramaticales en etapas más tardías del proceso (por ejemplo, epistemización de *-mente*). No difiere del segundo tramo de la definición de gramaticalización tradicional: forma gramatical > más gramatical. La extensión invasiva de *a* no es exactamente gramaticalización secundaria, porque genera una pauta que no está implicada o sugerida en la definición de ‘gramaticalización secundaria’. Los cambios de *a* no necesariamente corresponden a “later stage processes in grammaticalization” (Breban/Kranich, 2014).
6. *Gramaticalización secundaria 2* (Givón, 1991) → NO. “The reanalysis of markers of one syntactic category into another one”. La preposición *a* no experimenta reanálisis por sí misma, sino un reanálisis restringido a la función de objeto, indirecto y directo. Esta definición, en realidad, tampoco difiere del segundo tramo de la definición de gramaticalización tradicional.

7. *Connecting grammaticalisation* (Nørgård/Heltoft/Schøsler, 2011: 5) → SÍ/→ NO. “Grammaticalisation: chains of grammations, regrammations [transition from one grammatical status to another] and degrammations are seen as one connected process: change A is a precondition for B which again is a precondition for C and D”. Mismo problema que otros subtipos de gramaticalización o conceptos asociados a la gramaticalización, ya que abarca todo tipo de cambios y le falta especificidad: todo es una gramaticalización conectada. Por otra parte, el cambio del esquema 1 arriba, final del apartado 2, no es tan lineal como definen estos autores, ya que hay fuertes y sostenidos solapamientos cronológicos.
8. *Exaptación 1* (Lass, 1990) → NO. Reúso gramatical de una forma desempleada o de “basura” (*garbage, junk*) gramatical, léxica o fónica. Ningún cambio experimentado por FP-*a* surge del reúso de un desempleo o de un residuo previo de la preposición o de la FP encabezada por esta.
9. *Exaptación 2* (Lass, 1997: 318 ss.) → SÍ. “Conceptual invention,... the model itself is what’s new”. La extensión-invasión de *a* sí crea una pauta de cambio, y es un modelo porque sucede en otras áreas de diacronía de palabras gramaticales: extensión de los dominios del dativo *le* (Company, 2006). Traugott (2004) indica que es falsa la distinción entre exaptación y gramaticalización. No estoy tan segura, depende de cómo se definan los conceptos.
10. *Functional renewal* (Brinton/Stein 1995) → NO. Una vieja forma resurge con un significado nuevo. La preposición *a* siempre ha tenido el mismo significado básico locativo directivo télico. En el caso de *a*, cambian los tipos de meta: de menor a mayor abstracción de la meta, y cambian los contextos de aparición, pero *a* no cambia.
11. *Regramaticalización* (Greenberg, 1991) → NO. La preposición *a* no es «a desemantized item found only in a few lexical forms (...) reinterpreted in a new function». La preposición *a* tiene altísima vitalidad desde la lengua madre, sólo se volvió más productiva, extendiéndose a nuevos espacios funcionales.
12. *Capitalization* (Pountain, 1997) → SÍ/→ NO. «The historical process by which a linguistic feature which already exists in a language comes

to be substantially exploited for wider purposes». Es el caso de *a* en la diacronía del español, pero no es el caso de *a* porque no siempre *a* se extendió a expensas de otras formas (ejemplo de Pountain: *estar* se capitaliza/crece a expensas de *ser*, y crea una pauta, *pattern*, de cambio en otros verbos). Si se considera capitalización el cambio $\emptyset > a$, la extensión invasiva de *a* sí es capitalización.

13. *Refuncionalización* (Smith, 2006) → NO. «A process whereby a form loses its original function and takes on a new function». La preposición *a* nunca perdió su significado de preposición directiva télica y nunca dejó de tener función de relacionante prepositivo.
14. *Adfuncionalización* (Smith, 2006) → NO. «A process in which a form assumes a new function alongside or in addition to its original function». La preposición *a* siempre ha sido preposición y nunca ha dejado de tener significado de preposición directiva télica.
15. *Construccionalización* (Trousdale, 2012; Goldberg, 2013; Hoffmann/Trousdale, 2013) → SÍ/NO. «Apareamiento de formas con sintaxis y significado, que juntas mantienen un significado composicional debilitado y que operan como una unidad esquemática con llenado léxico que suele ser almacenada en el lexicón mental». Sí, en tanto que la sintagmaticidad es inherente a toda lengua y, en última instancia, todo es construccionalización; no, porque no todas las construcciones y ejemplos aquí considerados han llegado a un cierto nivel de fijación y requieren almacenamiento como construcción, sino que tienen sintaxis libre.
16. *Analogía como “extensión local”* (Brian, 2017) → SÍ/→ NO. Se trata de un tipo de analogía motivada por un modelo que activa el cambio en contextos específicos. Sí podría ser en tanto que el contexto es el locus del cambio, pero ¿cuál sería el modelo para la extensión analógica a nuevos contextos por parte de la preposición? No existe, como ya señalé, modelo previo sobre el que se modele el cambio; tampoco existe nivelación paradigmática porque la preposición no integra un paradigma, en sentido estricto, sino es parte de una clase de palabras.

El resumen que puede hacerse de la exposición anterior respecto de los diferentes acercamientos a la gramaticalización es que, en primer lugar, se

produce un solapamiento parcial o total de varios conceptos: *a)* entre exaptación, refuncionalización, gramaticalización secundaria y gramaticalización tradicional (en el segundo tramo que se da en esta definición tradicional); *b)* entre adfuncionalización y capitalización, y *c)* entre construccionalización y sintaxis libre y sintaxis más fija. En segundo lugar, que existe una incómoda polisemia y vaguedad en otros varios conceptos, tales como exaptación en su segunda acepción, gramaticalización a la Hopper o a la Hurford, gramaticalización secundaria y *connecting grammaticalization*. En tercer lugar, que el patrón de cambio objeto de este trabajo, consistente en la extensión invasiva a nuevos y viejos contextos por parte de una forma gramatical, no queda totalmente explicado, o está sólo parcialmente cubierto, por los conceptos asociados a la teoría o marco de la Gramaticalización.

Como expuse al inicio de este texto, estamos asistiendo a la ineficacia e inespecificidad del antes útil y poderoso concepto de gramaticalización; como dicen Breban *et al.* (2012: 2) el concepto de gramaticalización «risks the victim of its own success».

5. Una propuesta teórica

El germen de la invasiva extensión de contextos de la preposición *a* debió iniciar ya en el latín. Parece lógico pensar que un cambio tan abarcador y expansivo categorialmente y tan activo diacrónicamente goce de una gran profundidad histórica, en este caso, la propia lengua madre. El *Oxford Latin dictionary* (Glare, 1879/1982/2012: s.v. *ad*) consigna siete contextos generales de *ad* en latín, relacionados, con 46 acepciones en total: *a)* movimiento directivo; *b)* límite; *c)* posición y situación orientada; *d)* adición, incremento y aplicación a algo; *e)* oposición, respuesta y negociación con algo; *f)* acuerdo y comparación con algo; *g)* función, propósito o resultado de algo. A partir de los contextos de *d)*, se aleja ya en latín de las metas locativas originarias y se observan en el diccionario numerosos ejemplos de valor modal, igualmente a partir de los contextos de *d)*. Asimismo, hay bastantes ejemplos de *ad* con fijación discursiva y creación de adverbios con *ad*: *quemadmodum*, *ad postremum*, *ad extremum*, etcétera.

El patrón de cambio analizado en este trabajo queda sólo parcialmente cubierto por los acercamientos a las teorías del cambio lingüístico aquí listados y vistos. En efecto, la extensión invasiva de nuevos contextos y la usurpación de viejos contextos por parte de una forma gramatical no queda cabalmente explicada por los conceptos asociados a la teoría o marco de la gramaticalización ni a otros modelos y conceptos teóricos del cambio gramatical, tales como reanálisis o analogía. Este vacío pone de manifiesto la necesidad de otorgar un estatus teórico al cambio, que, de forma resumida, podemos denominar *extensión y generalización de contextos* y a las tres dinámicas o estrategias identificadas en esa extensión y generalización: aparición, usurpación, invasión. Necesidad que deriva del hecho de que se trata de un tipo de cambio característico de varias preposiciones y de otras palabras gramaticales, una dinámica que crea una muy poderosa pauta de extensión a nuevos y más contextos, sin dejar de ser la misma categoría originaria. Es decir, no es un hecho diacrónico aislado ni al azar, asociado a la preposición *a*, además de que si así fuera, el hecho de que la diacronía de esta preposición alcance, al menos, 30 cambios no es para que el fenómeno teórico subyacente sea ignorado por la teoría.

La pregunta obligada es, en consecuencia, ¿qué tipo de cambio es la *extensión y generalización de una forma a más y más contextos*? Es en parte una capitalización, es en parte una gramaticalización secundaria, es en parte “connecting” gramaticalización, es en parte “analogía como extensión local”; y es, sin duda, gramaticalización a la Hopper, Frajzynger o Hurford, esto es, ‘creación de código’, es también, sin duda, “construccionalización”, pero metodológicamente estas últimas propuestas son de baja utilidad. Casi todo en diacronía es creación de código y todo opera en construcción y sintagmaticidad.

A partir del conjunto de reflexiones teóricas anteriores y de la información descriptiva aportada en este trabajo, surge una serie de propuestas teóricas, que hacen explícito cómo integrar este tipo de cambios a la teoría general de cambio lingüístico:

Propuesta 1. Privilegiar el papel del contexto como *locus del cambio* (Company, 2003, 2016^a; Company/Flores, 2017, 2018), ya que dará resultados diacrónicos más finos salir del análisis del cambio dentro del ámbito de la palabra. El contexto es

el locus y es determinante para dar cuenta de ciertas maneras de cambio porque las formas lingüísticas que constituyen la fuente del cambio son preexistentes y, por ello, en el cambio sintáctico no hay creación *ex novo*. El cambio gramatical consiste, básicamente, en recrear o revolver la materia léxica y/o gramatical previas (Company, 2003), en este caso la forma gramatical *a* + sus varias distribuciones en contextos específicos. No existe creación sintáctica absoluta, siempre son formas “viejas” la base del cambio. Ninguna de las definiciones y conceptos anteriores hace explícito el papel del contexto, ni otorga un papel protagónico al contexto, por encima de la forma o de la palabra. En la dinámica diacrónica aquí analizada, el contexto es la base de los cambios de la preposición.

Propuesta 2. Privilegiar el concepto de *distribución* como *unidad del cambio* y también dar peso al concepto de *construcción*, aunque acotándolo a la capacidad de apareamiento, colocación y sintagmaticidad de las formas de una lengua (Trousdale, 2012; Traugott/Trousdale, 2013: cap.1; Hoffmann/Trousdale, 2013; Company, 2016b). Ninguna de las definiciones y conceptos anteriores hace explícito el papel de la *construcción*, quizá por obvio, ya que, en última instancia, todo es construccionalización, no cambian las formas en aislado sino adscritas a distribuciones, y juntas, forma y distribución, se construccionalizan. En la teoría del cambio lingüístico es común hablar del cambio de forma o de cambio de unos rasgos. Cabe insistir en que las formas cambian insertas en construcciones –un puro núcleo de frase es construcción– y cambian porque se usan en contextos específicos; la sintagmaticidad es inherente al lenguaje humano.

Propuesta 3. La construccionalización se produce impulsada por un motor que puede caracterizarse como una “extensión contextual”: ciertos contextos se contagian de otros previos con *a*, cuando hay similitudes, distribucionales + semánticas, casi imperceptibles. Podría decirse que el patrón de cambio que aquí nos ocupa es una construccionalización que tiene como base o motor una *analogía contextual*, esto es, una extensión analógica impulsada por contexto.

Propuesta 4. Cualquier forma mantiene un significado único por siglos: básico, muy general y bastante abstracto en el caso de las palabras gramaticales. Ese significado es el que permite que las nuevas distribuciones y contextos no sean azarosas, sino que exista una pauta y dirección de avance del proceso: contexto favorable > menos favorable.

Propuesta 5. Existe polifuncionalidad de contextos pero no es polisemia de la forma. La preposición *a* en cualquiera de sus contextos y construcciones tiene el mismo significado: locativo directivo télico hacia una meta, sea concreta o abstracta, sea nominal, verbal o eventiva-discursiva.

Propuesta 6. La dinámica diacrónica aquí analizada es un fuerte *patrón o modelo de cambio, de base contextual*. Este tipo de patrones de cambio que son consistentes y que no implican recategorización ni gramaticalización deben ser incluidos en las taxonomías del cambio sintáctico.

Finalmente, pareciera que este patrón diacrónico de extensión de contextos por parte de *a* y de otras preposiciones, sin que se produzca recategorización, está generando ciertas consecuencias tipológicas, ya que parece estarse moviendo el español de tipo de lengua: desde una lengua con relacionalidad de funciones encubierta –relaciones por yuxtaposición de formas o de periodos discursivos, por ejemplo– hacia una lengua con relacionalidad explícita, marcas de relacionalidad que indican explícitamente la función. El avance de ciertas palabras gramaticales, como *a* o *de*, se habría sumado al avance diacrónico que tuvo la forma *que*, y sus muchos compuestos, el relacionante por excelencia y también una palabra gramatical.

6. Conclusiones

Hemos descrito la diacronía de una palabra gramatical, la preposición *a*, una diacronía caracterizada por una muy activa e invasiva extensión a nuevas distribuciones y nuevos contextos, sin que se haya producido en la gran mayoría de los cambios, recategorización alguna. Hemos caracterizado esta invasiva extensión en forma de tres estrategias de cambio.

Hemos establecido un diálogo con el modelo de análisis diacrónico imperante en las últimas décadas, Gramaticalización, reconociendo que tiene un alto poder explicativo para comprobar que ninguna de las acepciones y matices con que esta ha sido abordada da cuenta del tipo de proceso que caracteriza la diacronía de esta preposición. Hemos dialogado también con el modelo teórico de analogía y con el mecanismo básico de la gramaticalización, el rea-

nálisis. El diálogo ha servido para reconocer que el conjunto de los cambios de *a* no han sido considerados, hasta la fecha, en ninguna perspectiva teórica.

Finalmente, hemos propuesto que la extensión de la preposición *a* más y más contextos es un cambio no azaroso, sino que construye un patrón o pauta estructural diacrónica, consistente y coherente, que debe ser incorporada en las taxonomías y clasificaciones teóricas del cambio gramatical.

Corpus electrónicos consultados

CORDE = Real Academia Española, *Corpus Diacrónico del Español*, www.rae.es

CORDIAM = Academia Mexicana de la Lengua, *Corpus Diacrónico y Diatópico del Español de América*, www.cordiam.org

CP = Mark Davies/Michael Ferreira, *Corpus do português*, www.corpusdoportugues.org

CREA = Real Academia Española, *Corpus de Referencia del Español Actual*, www.rae.es

Referencias bibliográficas

ALCINA, Juan/José María Blecua (1975): *Gramática española*. Barcelona: Ariel.

ANTILA, Raimo (2003): "Analogy: the warp and woof of cognition". In B. Joseph/R. Janda (eds.), *The handbook of historical linguistics*. Malden/Oxford: Blackwell, 425-440.

BREBAN, Tine/Kranich Svenja (2014): "Secondary grammaticalization and other later stage processes in grammaticalization", ponencia leída en el *Workshop Secondary Grammaticalization*, en el *21st International Conference on Historical Linguistics*, Universidad de Oslo, 5-9 de agosto.

BREBAN, Tine *et al.* (2012): "Introduction. New reflections on the sources, outcomes, defining features and motivations of grammaticalization". In K. Davidse *et al.*, (eds.), *Grammaticalization and language change. New reflections*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1-35.

- BRIAN, Joseph (2017): "Analogy as local generalization: The solution to (almost) all our problems", ponencia leída en el 23rd *International Conference on Historical Linguistics*, San Antonio, Texas, agosto.
- BRINTON, Laurel/Dieter Stein (1995): "Functional renewal". In H. Andersen (ed.), *Historical Linguistics 1993. Selected papers from the 11th International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 33-47.
- CAMPBELL, Lyle (ed.) (2001): "Grammaticalization. A critical assesment", *Language Sciences*, 23, 2-3.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2003): "La gramaticalización en la historia del español". In Concepción Company Company (ed.), *Gramaticalización y cambio sintáctico en la historia del español*. México: UNAM, 1-62.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2016^a): "Sintaxis histórica y tradiciones discursivas. El género textual como *macrolocus* del cambio sintáctico", *Languages*, 4:10, 1-16.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2016^b): "Gramaticalización y cambio sintáctico". In J. Gutiérrez-Rexach (ed.), *Enciclopedia de lingüística hispánica*, vol. 2. London: Routledge, 515-526.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2019): "Grammatical words and spreading of contexts. Their status in Grammaticalization theory. Evidence from the Spanish preposition *a* 'to'". *Language*, 4: 10, 1-16.
- COMPANY COMPANY, Concepción (dir.) (2006): *Sintaxis histórica de la lengua española. Primera parte: La frase verbal*, 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica/UNAM.
- COMPANY COMPANY, Concepción (dir.) (2009): *Sintaxis histórica de la lengua española. Segunda parte: La frase nominal*, 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica/UNAM.
- COMPANY COMPANY, Concepción (dir.) (2014): *Sintaxis histórica de la lengua española. Tercera parte: Adverbios, preposiciones y conjunciones. Relaciones interoracionales*, 3 vols. México: Fondo de Cultura Económica/UNAM.
- COMPANY COMPANY, Concepción/Rodrigo Flores Dávila (2014): "La preposición *a*". In C. Company (dir.), 3 vols., *Sintaxis histórica de la lengua española. Tercera parte: Adverbios, preposiciones y conjunciones. Relaciones interoracionales*. México: Fondo de Cultura Económica/UNAM, 1195-1340.

- COMPANY COMPANY, Concepción/Rodrigo Flores Dávila (2017): “Género textual, diacronía y valoración de un cambio sintáctico. *A por* con verbos de movimiento”, *Boletín de la Real Academia Española*, 97: 325, 201-237.
- COMPANY COMPANY, Concepción/Rodrigo Flores Dávila (2018): “El contraste *a por* vs. *por* con verbos de movimiento. Gramática y diacronía”, *Revista de Filología Española*, 98: 2, 281-318.
- COMPANY COMPANY, Concepción/Zazil Sobrevilla Moreno (2014): “Las preposiciones *de, des* y *desde*”, In C. Company (dir.), 3 vols., *Sintaxis histórica de la lengua española. Tercera parte: Adverbios, preposiciones y conjunciones. Relaciones interoracionales*, 1341-1478.
- FRAJZYNGIER, Zygmunt (2010): “Grammaticalization within and outside of a domain”. In A. Van Linden/J. C. Verstraete/K. Davidse (eds.), *Formal evidence in grammaticalization research*. Amsterdam: John Benjamins, 43-62.
- GIVÓN, Talmy (1991): “The evolution of dependent clause morpho-syntax in Biblical Hebrew”. In E. C. Traugott/B. Heine (eds.), *Approaches to grammaticalization*, 2: *Types of grammatical markers*. Amsterdam: John Benjamins, 257-310.
- GLARE, Peter G. W. (1879/1982/2012): *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Oxford University Press.
- GOLDEBERG, Adele (2013): “Constructionist approaches”. In T. Hoffman/G. Trousdale (eds.), *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: Oxford University Press, 15-31.
- GREENBERG, Joseph H. (1991): “The last stages of grammatical elements: Contrastive an expansive desemanticization”. In E. C. Traugott/B. Heine (eds.), *Approaches to grammaticalization*, 1: *Theoretical and methodological issues*. Amsterdam: John Benjamins, 301-314.
- HOFFMAN, Thomas/Graeme Trousdale (2013): “Construction grammar. Introduction”. In T. Hoffman/G. Trousdale (eds.), *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: Oxford University Press, 1-14.
- HOPPER, Paul (1987): “Emergent grammar”, *Berkeley Linguistics Conference*, 13, 139-157.
- HOPPER, Paul (1998): “Emergent grammar”. In M. Tomasello (ed.), *The new psychology of language. Cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: LEA, 155-175.
- HOPPER, Paul/Elizabeth C. Traugott (1993/2003): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HURFORD, James (2012): *The origins of grammar*. Oxford: Oxford University Press.
- KURYLOWICZ JERZY (1945/1949): "Sur la nature des procès dits analogiques", *Acta Linguistica*, 5, 1, 15-38.
- KURYLOWICZ JERZY (1965/1975): "The evolution of grammatical categories". In *Esquisses linguistiques II*. Múnich: Wilhelm Fink Verlag.
- LACA, Brenda (2006): "El objeto directo. La marcación preposicional". In C. Company (dir.), *Sintaxis histórica de la lengua española. Primera parte: La frase verbal*, 3 vols. México: Fondo de Cultura Económica/UNAM, 423-475.
- LANGACKER, Ronald W. (1997): "Syntactic reanalysis". In Ch. Li (ed.), *Mechanisms of syntactic change*. Austin: Texas University Press, 57-139.
- LASS, Roger (1990): "How to do things with junk: Exaptation in language evolution", *Journal of Linguistics*, 26, 79-102.
- LASS, Roger (1997): *Historical linguistics and language change*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MELIS, Chantal (2006): "Verbos de movimiento. La formación de los futuros perifrásticos". In C. Company (dir.), *Sintaxis histórica de la lengua española. Primera parte: La frase verbal*, 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica/UNAM, 875-968.
- NORGARD-SORENSEN, Jens *et al.* (2011): *Connecting grammaticalisation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- ORTIZ CISCOMANI, Rosa Maria (2014): "Locuciones adverbiales con *a* y base léxica en *-as*". In C. Company (dir.), *Sintaxis histórica de la lengua española. Tercera parte: Adverbios, preposiciones y conjunciones. Relaciones interoracionales*, 3 vols. México: Fondo de Cultura Económica/UNAM, 1117-1192.
- POUNTAIN, Christopher J. (1997): "Capitalization". In J. C. Smith/D. Bentley (eds.), *Historical Linguistics 1995, 1: General issues and non-Germanic languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 295-309.
- SMITH, Andrew D. M. (2011): "Grammaticalization and language evolution". In H. Narrog/B. Heine (eds.), *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: Oxford, 142-152.
- SMITH, John Charles (2006): "How to do things without junk. The refunctionalization of a pronominal subsystem between Latin and Romance". In C. Nishida/J. P. Montreuil (eds.), *New perspectives on Romance linguistics, 2: Phonetics, phonology and dialectology*. Amsterdam: John Benjamins, 183-205.

- TRAUGOTT, Elizabeth C. (2004): "Exaptation and grammaticalization". In M. Akimoto (ed.), *Linguistic studies based on corpora*. Tokyo: Hitsuji Shobo, 133-152.
- TRAUGOTT, Elizabeth C./Graeme Trousdale (2013): *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.
- TROUSDALE, Graeme (2012): "Grammaticalization, constructions and the grammaticalization of constructions". In Kr. Davidse *et al.* (eds.), *Grammaticalization and language change. New reflections*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 167-198.
- TULLIO, Ángela di (1997): *Manual de gramática del español. Desarrollos teóricos, ejercicios, soluciones*. Buenos Aires: Edicial.

(Página deixada propositadamente em branco)

ATALIBA T. DE CASTILHO

Universidade de São Paulo

ataliba@uol.com.br

ORCID: 0000-0002-1964-9884

SÍNTESE DOS ACHADOS DO PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

SOME FINDINGS FROM THE PROJECT ON THE HISTORY OF BRAZILIAN PORTUGUESE

RESUMO: Este texto trata da história do português brasileiro, tal como vem sendo investigada pelos pesquisadores associados ao Projeto para a História do Português Brasileiro, em curso desde 1998. Mencionam-se os seminários realizados por esse projeto, as publicações que daí resultaram e, mais recentemente, a consolidação dos resultados na série *História do Português Brasileiro*, 12 volumes, em curso de publicação. Finalmente, apresentam-se os resultados do estudo diacrônico da concordância, com foco na concordância por reanálise, à luz da abordagem multissistêmica.

Palavras-chave: linguística histórica, português brasileiro, diacronia da concordância

ABSTRACT: This text looks at some findings from the project on the History of Brazilian Portuguese, ongoing since 1998. Seminars held by this project are mentioned together with its publications. Attention is drawn to the series of 12 volumes, in press, which consolidates the results obtained so far. Finally, I show the results of a broad study on the agreement, focusing on the reanalysis issue, based on the approach to language as a complex system.

Keywords: historical linguistics, Brazilian Portuguese, diachrony of the agreement

Apresentação

Este trabalho consta de três partes: (1) o Projeto para a História do Português Brasileiro, (2) a série *História do Português Brasileiro*, (3) a diacronia da concordância por reanálise.

Constatemos, inicialmente, que a Linguística Histórica perdeu espaço durante o período mais forte de atuação do Estruturalismo e do Gerativismo, movimen-

tos basicamente a-históricos. Chegou-se mesmo a anunciar sua morte, dado o forte impacto dessas teorias, que favorecem o estudo de uma dada sincronia.

É verdade, entretanto, que mesmo no interior dessas teorias algumas vozes anunciavam a volta da *velha senhora*. Lembrem-se as pesquisas de A. Martinet sobre a Fonologia diacrônica, no quadro do Estruturalismo, a teoria dos Princípios e parâmetros, de N. Chomsky, no quadro do Gerativismo, os estudos sobre gramaticalização, no Funcionalismo. No Brasil, foi profética a voz de Fernando Tarallo (1984), que proclamou o renascimento da *fênix*, excelente metáfora para uma ciência que retorna sempre.

Nesses mesmos anos 1980, sem que tivesse havido uma combinação prévia, três respeitadas linguistas fizeram renascer a Linguística Histórica no domínio da língua portuguesa: Clarinda Maia (1986), na Universidade de Coimbra, com seus estudos sobre o Galego-Português; Mary Kato, na Universidade Estadual de Campinas, juntamente com Fernando Tarallo, focalizando o Português Brasileiro (Kato/Tarallo, 1988; Roberts/Kato, 1993); Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989), na Universidade Federal da Bahia, com seu estudo sobre o Português trecentista, a que se seguiu o *Programa de História do Português*.

Foi nesse contexto que, a partir de 1998, tiveram início as atividades do Projeto para a História do Português Brasileiro. Os pesquisadores então reunidos são largamente devedores a essas linguistas, tanto quanto ao desenvolvimento da Linguística no Brasil. O tempo mostrará o peso dessa condição sobre os resultados que eles alcançarem.

1. Projeto para a História do Português Brasileiro

A partir dos anos 70, sucederam-se no Brasil vários projetos coletivos de pesquisa, voltados para um conhecimento mais aprofundado da identidade linguística dos brasileiros.

Inicialmente, nos perguntávamos sobre como era mesmo o português culto falado no Brasil. O Projeto para o Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC) tinha o propósito de oferecer respostas a isso. Assim, de 1970 a 1980, uma extensa documentação do português brasileiro foi recolhida no Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Amostras desse mate-

rial foram digitalizadas e disponibilizados pelo Centro de Documentação Alexandre Eulálio, da Universidade Estadual de Campinas (CEDAE) (cf. www3.iel.unicamp.br/cedae).

O objetivo desse projeto era descrever a variedade culta do português, em seus domínios fonológico, morfológico e sintático, para além do estudo do léxico.

Dada a dimensão hispânica e luso-americana do projeto, organizou-se um Guia Questionário a ser utilizado por todos os pesquisadores, de forma a garantir uma comparabilidade dos resultados.

Infelizmente, essa parte do projeto não reuniu condições para avançar, pois à altura não havia ainda hipóteses sobre a oralidade e, além do mais, os quesitos não se integravam numa perspectiva teórica coerente (Castilho, 1984). Os pesquisadores do Projeto NURC se voltaram, então, para estudos de caráter pragmático, como a Análise da conversação¹.

Para retomar os objetivos daquele projeto, propus a realização do Projeto de Gramática do Português Brasileiro, que se desenvolveu entre 1988 e 2016, com a participação de 34 pesquisadores, recrutados em várias universidades brasileiras. O novo projeto teve por sede o Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas.

Os resultados parciais desse projeto foram publicados em 9 volumes de ensaios os quais, uma vez consolidados, deram origem a uma série de sete volumes:

- A construção do texto (Jubran [org.], 2015);
- A construção da sentença (Kato/Nascimento [orgs.], 2015);
- Palavras de classe aberta (Ilari [org.], 2014);
- Palavras de classe fechada (Ilari [org.], 2015);
- A construção das orações complexas (Neves [org.], 2016);
- A construção morfológica da palavra (Alves/Rodrigues [orgs.], 2015);
- A construção fonológica da palavra (Abaurre [org.], 2013).

O Projeto NURC e o Projeto de Gramática levantavam novas indagações sobre como se constituiu historicamente o Português Brasileiro. Para buscar as respos-

¹ Para uma história do Projeto NURC e sua produção bibliográfica, ver Castilho (1990).

tas, organizei em 1995 o Projeto de História do Português Paulista, no contexto da área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo.

O novo projeto deveria reconstituir o percurso histórico do português paulista, que corresponde ao primeiro momento de lusitanização do Brasil, ocorrido em 1532, na cidade litorânea de São Vicente, Estado de São Paulo.

Após intensa troca de correspondência com pesquisadores eventualmente interessados, realizou-se em São Paulo o I Seminário do Projeto para a História do Português Paulista, em 1997 (Castilho [org.], 1998). Nessa ocasião, por iniciativa dos participantes, o projeto regional assumiu uma dimensão nacional, mudando-se sua designação para *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)*.

O PHPB conta hoje com mais de 200 pesquisadores, distribuídos por catorze equipes regionais:

- Alagoas: coordenação de Denilda Moura (Universidade Federal de Alagoas);
- Bahia: coordenação de Tânia Lobo, em substituição a Rosa Virgínia Mattos e Silva (Universidade Federal da Bahia);
- Ceará: coordenação de Aurea Suely Zavam (Universidade Federal do Ceará);
- Mato Grosso: coordenação de Elias Alves de Andrade (Universidade Federal do Mato Grosso);
- Minas Gerais: coordenação de Jânia Ramos (Universidade Federal de Minas Gerais);
- Paraíba: coordenação de Roseane Nicolau, em substituição a Camilo Rosa (Universidade Federal da Paraíba);
- Pará Oeste: coordenação de Ediene Pena Ferreira (Universidade Federal do Oeste do Pará)
- Paraná: coordenação de Vanderci Aguilera (Universidade Estadual de Londrina);
- Pernambuco: coordenação de Valéria Gomes (Universidade Federal Rural de Pernambuco), em substituição a Marlos de Barros Pessoa (Universidade Federal de Pernambuco);
- Rio de Janeiro: coordenação de Dinah M. I. Callou (Universidade Federal do Rio de Janeiro);

- Rio Grande do Norte: coordenação de Alessandra Castilho da Costa, em substituição a Marco Antonio Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Norte);
- Santa Catarina: coordenação de Izete L. Coelho, em substituição a Gilvan Muller de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina);
- São Paulo: coordenação de Clélia C. S. Jubran (Universidade Estadual Paulista/São José do Rio Preto) e Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (Universidade de São Paulo), em substituição a Ataliba T. de Castilho (Universidade de São Paulo);
- Sergipe: coordenação de Sandro Drumond Marengo (Universidade Federal de Sergipe).

A exemplo do que ocorreu no Projeto de Gramática, o PHPB tem estimulado uma *convivência dos contrários*, abrigando sociolinguistas, gerativistas, funcionalistas e cognitivistas.

Uma temática nova passou a frequentar nossas práticas de pesquisa diacrônica, com o apoio de linguistas portugueses (Ivo Castro, Augusto Soares da Silva, Clarinda Maia) e alemães (Brigitte Schlieben-Lange, Wulf Oesterreicher, Johannes Kabatek, Konstanze Jungbluth, Eberhard Gaertner, Roland Schmidt Riese, Uli Reich), entre outros. Todos foram especialmente convidados a interagir com nossos pesquisadores, por meio de seminários de estudos e visitas de trabalho. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo vem financiando os seminários e as publicações da equipe de São Paulo. O Programa Brasil-Alemanha, que reúne financiamentos da CAPES e do DAAD, assegurou a troca de pesquisadores entre a Alemanha e o Brasil.

A agenda do PHPB compreende as seguintes atividades:

- (1) organização do corpus diacrônico;
- (2) história social do PB;
- (3) mudança gramatical do PB;
- (4) tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos;
- (5) diacronia dos processos constitutivos do texto;
- (6) história do léxico.

Os pesquisadores se dividiram por grupos de trabalho correspondentes a essa agenda. Os resultados das investigações têm sido apresentados em seminários nacionais, em número de nove até aqui, cujos resultados foram publicados na seguinte série:

- I Seminário, São Paulo, 1997 (Castilho [org.], 1998);
- II Seminário, São José dos Campos SP, 1997 (Mattos e Silva [org.], 2001, 2 tomos);
- III Seminário, Campinas SP, 1999 (Alkmim [org.], 2002);
- IV Seminário, Teresópolis RJ, 2001 (Callou/Duarte [orgs.], 2002);
- V Seminário, Ouro Preto MG, 2002 (Ramos/Alckmin [orgs.] 2007);
- VI Seminário, Ilha de Itaparica BA, 2006 (Lobo/Ribeiro /Carneiro/Almeida [orgs.], 2006, 2 tomos);
- VII Seminário, Londrina PR, 2007 (Aguilera [org.], 2009, 2 tomos);
- VIII Seminário, João Pessoa PB, 2010 (Hora/Rosa [orgs.], 2010);
- IX Seminário, Maceió AL, 2013 (Moura/Sibaldo [orgs.], 2013).

O PHPB completou 10 anos em 2007. Surgiu então a ideia de consolidar os resultados obtidos numa grande obra de referência, a *História do Português Brasileiro*.

A proposta de redação coletiva dessa obra foi apresentada e aprovada no VII Seminário do PHPB (Londrina, 2007 – cf. Aguilera [org.], 2009), ganhou contornos mais precisos no VIII Seminário (João Pessoa 2010 – cf. Hora/Silva [orgs.], 2010: 424-426), apresentando-se à discussão os primeiros capítulos no IX Seminário (Maceió, 2013).

Estamos cientes da incompletude dessa obra, dada a enorme extensão do empreendimento. Espera-se que novas gerações de linguistas ampliem e aprofundem o quadro aqui apresentado, num grande esforço de historiar a formação da identidade linguística dos brasileiros.

O objetivo de todos foi preparar uma obra de referência, não uma coletânea de artigos soltos, que não correspondem a um plano prévio de pesquisas. Espera-se de uma obra de referência um conjunto articulado de textos, suficientemente capazes de retratar o conhecimento atual de determinada disciplina. Os volumes serão publicados em 2018 e 2019; seu conteúdo vem mencionado na seção a seguir.

2. A série *História do Português Brasileiro*

Nesta seção, reproduzo o sumário dos 12 volumes respectivos, para dar uma ideia do conteúdo da série *História do Português Brasileiro*. Todos os volumes são abertos com uma *Introdução*, em que se expõe a orientação teórica perfilhada pelos autores. Referências bibliográficas encerram os volumes.

Volume 1 – Ataliba T. de Castilho (coord.) – LINGUÍSTICA HISTÓRICA E HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. São Paulo: Editora Contexto, 2018².

Cap. 1 – Ataliba T. de Castilho – *A Linguística Histórica e o Projeto para a História do Português Brasileiro*.

Cap. 2 – Carlos Alberto Faraco – *Breve retrospectiva do pensamento linguístico-histórico no Brasil*.

Cap. 3 – Olga Coelho e Wellington Santos da Silva – *Páginas de história da terminologia relativa ao Português Brasileiro*.

Volume 2 – Ataliba T. de Castilho (coord.) – CORPUS DIACRÔNICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Cap. 1 – Afrânio Gonçalves Barbosa – *Plataforma de corpora do PHPB: uma apresentação ad infinitum*.

Cap. 2 – Afrânio Gonçalves Barbosa; Marcelo Modolo – *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos – Edição Semidiplomática*.

Cap. 3 – Alexandre Xavier Lima, Leonardo Lennertz Marcotulio e Márcia C. de Brito Rumeu – *Experiências metodológicas em constituição de corpora: pistas para um pesquisador iniciante*.

Cap. 4 – Huda da Silva Santiago; Zenaide de O. Novais Carneiro – *Tratamento metodológico das mãos inábeis em corpora diacrônicos*.

Cap.5 – Nei Carlos dos Santos Rocha; Leonardo Lennertz Marcotulio – *Reflexões sobre a constituição de amostras derivadas a partir de um corpus*.

Cap. 6 – Afrânio Gonçalves Barbosa e Alexandre Xavier de Lima – *O controle indireto de perfis sócio-históricos em corpora histórico-diacrônicos: a identificação de graus de letramento pela grafia etimológica do século XIX*

² IN MEMORIAM: Rosa Virgínia Mattos e Silva; Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran; Klebson de Oliveira.

Cap. 7 – Verena Kewitz e José da Silva Simões – *O corpus do Projeto para a História do Português Brasileiro: a constituição de corpora históricos baseada em critérios de tradições discursivas.*

Cap. 8 – Verena Kewitz e José da Silva Simões – *Características e potencialidades dos corpora do português paulista.*

Cap. 9 – Tânia Lobo e Zenaide Carneiro – *Reflexões sobre a constituição e análise de corpora linguísticos históricos e sobre a identificação de perfis sociais de redatores do passado.*

Volume 3 – Demerval da Hora, Elisa Battisti, Valéria Neto de Oliveira Monaretto (coords.) – **MUDANÇA FÔNICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dermeval da Hora e Elisa Battisti – *Introdução: indícios de mudança fônica em documentos escritos; desafios e perspectivas de análise.*

Cap. 1 – Sílvia Figueiredo Brandão e Dinah Callou – *Pressupostos básicos para uma caracterização fonológica do Português Brasileiro.*

Cap. 2 – José Sueli Magalhães – *Vogais pretônicas.*

Cap. 3 – Maria Bernadete Marques Abaurre – *Monotongações e ditongações.*

Cap. 4 – Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa e Rubens Marques de Lucena – *Apagamento e vocalização em coda silábica.*

Cap. 5 – Valéria Neto de Oliveira Monaretto – *Sequências mediais obstruintes.*

Cap. 6 – Dermeval da Hora e Stella Telles – *Metátese.*

Cap. 7 – Elisa Battisti – *Hipossegmentação de sequências com clíticos.*

Cap. 8 – Gladis Massini-Cagliari – *Acentos em nomes.*

Cap. 9 – Célia Marques Telles – *Representações das vogais pretônicas nos Livros do Tombo.*

Cap. 10 – Leda Bisol – *Harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica.*

Vol. 4 – Célia Regina dos Santos Lopes (coord.) – **MUDANÇA SINTÁTICA DAS CLASSES DE PALAVRAS: PERSPECTIVA FUNCIONALISTA.** São Paulo: Editora Contexto, 2018.

Célia Regina dos Santos Lopes – *Introdução: Concepção funcionalista de mudança sintática das classes de palavras*

Cap. 1 – Célia Regina dos Santos Lopes, Leonardo Marcotulio, Márcia Rumeu et al. – *A reorganização no sistema pronominal de 2.^a pessoa na história do Português Brasileiro: posição de sujeito.*

Cap. 2 – Célia Regina dos Santos Lopes, Thiago Laurentino de Oliveira, Leonardo Marcotulio et al. – *A reorganização no sistema pronominal de 2.^a pessoa na história do português brasileiro: outras relações gramaticais.*

Cap. 3 – Raquel Meister Ko. Freitag, Josane Moreira de Oliveira e Márluce Coan – *Formas simples e perifrásticas do verbo em relação ao domínio tempo-aspecto-modalidade*.

Cap. 4 – Maria Maura Cezario, Karen Sampaio Braga, Deise Moraes Pinto *et. al.* – *Os advérbios*.

Cap. 5 – Verena Kewitz, Maria Lúcia Leitão de Almeida, Janderson Lemos de Souza e Carlos A. Gonçalves – *As preposições: aspectos históricos e usos atuais*.

Vol. 5 – Ataliba T. de Castilho (coord.) – MUDANÇA SINTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES: PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Ataliba T. de Castilho – *Introdução: concepção funcionalista da mudança sintática das construções*.

Cap. 1 – Sanderléia Roberta Longhin, Erotilde Goreti Pezatti – *A coordenação*.

Cap. 2 – Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Marize Mattos Dall’Aglío-Hattnher – *A subordinação substantiva*.

Cap. 3 – Edvaldo Balduino Bispo, Maria Angélica Furtado da Cunha – *A subordinação adjetiva*.

Cap. 4 – Maria Luiza Braga; Maria da Conceição Paiva – *Orações de tempo, causa e condição ao longo dos séculos 18 a 21*.

Cap. 5 – José da Silva Simões – *A gramaticalização das orações de gerúndio no português brasileiro do séc. XVIII ao séc. XX*.

Cap. 6 – Ataliba T. de Castilho, Bruno Maroneze, Célia Maria Moraes de Castilho, Edilaine Buin, Flávia Orci Fernandes, Janaína Olsen, Marcel Caldeira – *Diacronia da concordância*.

Vol. 6 – Sonia Cyrino e Maria Aparecida Torres Moraes (coords.) – MUDANÇA SINTÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PERSPECTIVA GERATIVISTA. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

Sonia Cyrino e Maria Aparecida Torres Moraes – *Introdução: Mudança sintática do Português Brasileiro sob a perspectiva gerativista*.

Cap. 1 – Maria Eugenia Lamoglia Duarte – *O sujeito nulo na história do Português Brasileiro*.

Cap. 2 – Juanito Ornelas Avelar – *Orações possessivas e existenciais com ter, haver e estar*.

Cap. 3 – Marco Antonio Martins – *A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do Português Brasileiro*.

Cap. 4 – Sonia Maria Lazzarini Cyrino – *O objeto nulo*.

Cap. 5 – Maria Aparecida C. T. de Moraes e Rosane de A. Berlinck – *O objeto indireto na história do Português Brasileiro.*

Cap. 6 – Rosane de A. Berlinck e Izete Lehmkuhl Coelho – *A ordem do sujeito em construções declarativas na história do Português Brasileiro.*

Cap. 7 – Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante – *Revisitando as construções com SE na história do Português Brasileiro.*

Cap. 8 – Mary Aizawa Kato – *Estruturas de focalização no Português Brasileiro dos séculos XIX e XX.*

Posfácio – Charlotte Galves – *O retrato da emergência de uma nova gramática.*

Vol. 7 – Maria Lúcia C.V.O. Andrade e Valéria Severina Gomes (coords.) – *TRADIÇÕES DISCURSIVAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: CONSTITUIÇÃO E MUDANÇA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS.* São Paulo: Editora Contexto, 2018.

Maria Lúcia C.V.O. Andrade e Valéria Severina Gomes – *Introdução: Tradições discursivas: reflexões conceituais.*

Cap. 1 – Áurea Zavam e Valéria Severina Gomes – *O editorial de jornal: revisitando a trajetória de um gênero.*

Cap. 2 – Cleber Ataíde e Tarcísia Travassos – *A notícia de jornal entre conservação e inovação: Tradições Discursivas e história da língua.*

Cap. 3 – Fábio Fernando Lima – *Tradição, persuasão, hegemonia: o noticiário sobre as eleições em perspectiva diacrônica.*

Cap. 4 – Paulo Roberto Gonçalves Segundo – *Estrutura retórico-teleológica e negociação intersubjetiva em editoriais da imprensa de bairro.*

Cap. 5 – Thiago Trindade Matias – *História da carta de leitor: sobre aspectos compositionais, conservação e dinamismo.*

Cap. 6 – Ana C. de Sousa Aldrigue e Roseane Batista Feitosa Nicolau – *Práticas histórico-discursivas na seção “anúncios” de jornais no Brasil do século XIX.*

Cap. 7 – Kelly Cristina de Oliveira – *Tradições discursivas: uma análise dos anúncios de emprego publicados em jornais brasileiros.*

Cap. 8 – Maria Cristina de Assis – *A escrita burocrática colonial: cartas oficiais dos séculos XVIII E XIX.*

Cap. 9 – Konstanze Jungbluth – *Os livros de família pernambucanos do século XIX: o aporte das escrituras pessoais dos autores semicultos nordestinos para a pesquisa da história do português brasileiro.*

Cap. 10 – Lucrécio Araújo de Sá Júnior – *O bendito em manuscritos religiosos populares da primeira metade do século XX ao início do século XXI.*

Vol. 8 – Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra (coords.) – ABORDAGEM DIACRÔNICA DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL

Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra – Introdução – *Princípios teórico-analíticos e objetivos.*

Cap. 1 – Eduardo Penhavel – *O processo de organização tópica em editoriais paulistas dos séculos XIX e XX.*

Cap. 2 – Alessandra Regina Guerra – *O processo de organização tópica em cartas de leitores paulistas dos séculos XIX e XX.*

Cap. 3 – Marcos Rogério Cintra – *O processo de referenciação em anúncios mineiros dos séculos XIX e XX.*

Cap. 4 – Marcos Rogério Cintra e Eduardo Penhavel – *O processo de referenciação em cartas de leitores mineiros dos séculos XIX e XX.*

Cap. 5 – José Gaston Hilgert – *O processo de parafraseamento em editoriais baianos dos séculos XIX e XX.*

Cap. 6 – Cleide Vilanova Hanisch – *O processo de parafraseamento em anúncios baianos dos séculos XIX e XX.*

Cap. 7 – Solange de Carvalho Fortilli – *O processo de repetição em cartas de leitores catarinenses dos séculos XIX e XX.*

Cap. 8 – Eduardo Penhavel – *O processo de repetição em anúncios catarinenses dos séculos XIX e XX.*

Cap. 9 – Michel Gustavo Fontes – *O processo de parentetização em editoriais pernambucanos dos séculos XIX e XX.*

Cap. 10 – Joceli Catarina Stassi Sé – *O processo de parentetização em cartas de leitores pernambucanos dos séculos XIX e XX.*

Vol. 9 – Dinah Callou e Tânia Lobo (coords.) – HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DA HISTÓRIA SOCIAL PARA A HISTÓRIA LINGUÍSTICA

Dinah Callou e Tânia Lobo – Introdução – *Da história social para a história linguística.*

Cap. 1 – Iraci del Nero da Costa – *A demografia histórica e a mobilidade socioeconômica e geográfica no Brasil.*

Cap. 2 – Tânia Lobo e Ana Sartori – *Difusão social da escrita na Bahia e em Pernambuco no século XVI.*

Cap. 3 – André Moreno – *Difusão social da escrita na Bahia e em Minas Gerais no século XVIII.*

Cap. 4 – Dante Luchesi – *Século XVIII: o século da lusofonização do Brasil.*

Cap. 5 – Dante Lucchesi e Dinah Callou – *Panorama sociolinguístico do Brasil no século XIX*.

Cap. 6 – Dinah Callou, Afrânio Barbosa, Juanito Avelar e Carolina Serra – *Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro: escolarização, norma e nacionalidade*.

Cap. 7 – Emílio Pagotto e Dinah Callou – *O ensino escolarizado e a constituição da norma no Brasil*.

Cap. 8 – Bessa Freire – *História social das línguas indígenas*.

Cap. 9 – Wagner Argolo – *As línguas gerais*.

Cap. 10 – Margarida T. Petter – *História social das línguas africanas*.

Cap. 11 – Gilvan Muller – *História social das línguas de imigração*.

Vol. 10 – Jânia Ramos e Marilza de Oliveira (coords.) – **HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DA HISTÓRIA LINGÜÍSTICA PARA A HISTÓRIA SOCIAL**

Jânia Ramos e Marilza de Oliveira – *Introdução – Da história linguística para a história social*.

Cap. 1 – Jânia Ramos, Renato Venâncio – *História da língua portuguesa (periodização)*.

Cap. 2 – Marlos Pessoa – *Urbanização e intervenção linguística no Brasil (1950-1960)*.

Cap. 3 – Ana Paula Rocha, Francisco Eduardo de Andrade – *Áreas dialetais: questões linguísticas e sócio-históricas, um estudo de caso*.

Cap. 4 – Emilio Gozze Pagotto – *Fonologia em Fonogramas no Brasil*.

Cap. 5 – Iiris Rennie – *A origem do /r/ retroflexo do PB no contexto fonético e sócio-histórico*.

Cap. 6 – Maria Denilda Moura – *Loiça ou louça? Comunidades isoladas e ritmo da mudança linguística: um estudo sobre a comunidade de Muquém (AL)*.

Cap. 7 – Norma da Silva Lopes – *Estudo dos sobrenomes em Salvador, Bahia*.

Cap. 8 – Izete Coelho – *Revisitando a distribuição regional de tu e você em Santa Catarina*.

Cap. 9 – Célia Maria Moraes de Castilho – *Os judeus na história da escrita em São Paulo*.

Cap. 10 – Marilza de Oliveira – *O cientificismo na linguagem dos doutores: o bacharel e o médico*.

Cap. 11 – Maria Clara da Paixão Rosa – *A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre o discurso da “perda”*.

Cap. 12 – Tânia Alkmim – *A propósito da fala de negros*.

Cap. 13 – Marilza Oliveira, Jânia Ramos, *A linguagem do circo e o circo na linguagem: considerações em torno da expressão ‘respeitável público’*.

Cap. 14 – Maria Lúcia da C. Victório de O. Andrade -*Um estudo da expressão 'muito obrigado(a)' no português.*

Vol. 11 – Rodolfo Ilari e Renato Basso (coords.) – SEMÂNTICA DIACRÔNICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Cap. 1 – Renato Basso – *Mudança semântica: desafios teóricos e metodológicos.*

Cap. 2 – Rodolfo Ilari – *Ruídos semânticos na leitura dos textos do PHPB: relato de uma experiência pessoal.*

Cap. 3 – Hélio Oliveira – *De doutorço a deitaço: uma análise diacrônica do sufixo -aço no Português Brasileiro.*

Cap. 4 – Maurício Resende – *Mudança semântica no domínio intravocabular: o caso das raízes cranberry do Português.*

Cap. 5 – Martin Becker – *O PCC na história do Português no Brasil.*

Cap. 6 – Luisandro Mendes de Sousa – *Sobre a origem de intensificadores encabeçados pela preposição a.*

Cap. 7 – Márcio Renato Guimarães – *De maneira a foco: o percurso semântico do advérbio justamente numa perspectiva formal.*

Cap. 8 – Albert Wall – *Para uma história dos nomes nus no português brasileiro: o caso do singular nu.*

Cap. 9 – Verena Kewitz, Lúcia de Almeida Leitão e Janderson de Oliveira – *Algumas dimensões espaciais do português: o caso de cerca, cima e baixo.*

Cap. 10 – Valdilena Rammé e Teresa Cristina Wachowicz – *Reanálise e mudança semântica na nanossintaxe: o caso do verbo 'correr'.*

Cap. 11 – Alessandra Castilho – *Apresentativos entre indicatividade e predicatividade.*

Cap. 12 – Laura Álvarez Lopez e Juanito Ornelas de Avelar – *Verbos de raiz africana no Brasil: difusão geral, origens e o caso do verbo cuendar.*

Vol. 12 – Vanderci Aguilera e Fabiane Cristina Albino (coords.) – LÉXICO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO (versão eletrônica em preparação)

A extensão temática desses volumes mostra que é impossível apresentar aqui um resumo dos achados.

Optei, então por concentrar-me na abordagem multissistêmica da diacronia da concordância. Trata-se do cap. 6 do volume 5, escrito por Ataliba T. de Castilho, Bruno Maroneze, Célia Maria Moraes de Castilho, Edilaine Buin, Flávia Orci

Fernandes, Janaína Olsen e Marcel Caldeira. Uma parte desse capítulo foi apresentada ao III Congresso Internacional de Linguística Histórica (Castilho, 2017). Tratarei aqui da concordância por reanálise, aspecto instigante e intrigante das regras de concordância.

3. Abordagem multissistêmica da concordância por reanálise

O estudo da concordância por reanálise fundamenta-se na Abordagem multissistêmica da língua, exposta em Castilho (2009). Essa abordagem, em resumo, parte dos *produtos* constantes do *corpus*, para identificar os *processos* de constituição desses produtos em nossa cognição.

Os produtos propiciam a arquitetura do capítulo, em que se estuda a Diacronia da concordância nominal e a Diacronia da concordância verbal. Neste domínio, operamos com categorias lexicais, semânticas, gramaticais e discursivas, postulando que tais categorias são entrelaçadas, problemáticas, não opositivas, operando simultaneamente. Em consequência, um mesmo exemplo de concordância exemplifica a atuação de mais de um sistema, convivendo uns com os outros, sem determinação entre eles, configurando a língua como um sistema complexo.

i) Definição de concordância

Os autores do capítulo deixaram de lado a definição tradicional segundo a qual a concordância é uma relação de dependência entre dois termos, ilustrando o Princípio de projeção.

Optamos por entendê-la como uma relação de compartilhamento de traços gramaticais entre dois termos, percepção mais conforme à abordagem adotada. Assim, um termo X compartilha traços com um termo Y, ilustrando o Princípio da recursão.

A abordagem multissistêmica, aplicada ao estudo da concordância, prevê um conjunto de tarefas.

ii) Léxico e concordância

Os seguintes quesitos, pelo menos, permitem avaliar o papel do Léxico na identificação das regras de concordância: (1) classes de palavras passíveis de

expressar concordância; (2) comportamento das palavras invariáveis; (3) papel de coletivos e de quantificadores.

iii) Gramática e concordância

Os seguintes quesitos foram investigados para a identificação das regras gramaticais de concordância: (1) papel dos especificadores e dos complementizadores; (2) concordância com os argumentos internos e externo; (3) concordância com os adjuntos adnominais e adverbiais; (4) papel da posição dos constituintes no sintagma e na sentença e as regras de concordância; (5) complexidade sintática: correlação entre os sintagmas pesados e os sintagmas leves com as regras de concordância.

iv) Semântica e concordância

Investigamos as seguintes propriedades semânticas das regras de concordância: (1) comportamento dos verbos e dos adjetivos predicativos; (2) comportamento dos constituintes absolutivos, equativos, apresentacionais e da minissentença; (3) papel assumido pelas representações da categoria cognitiva de QUANTIDADE: quantificação definida, quantificação indefinida, flutuação de quantificadores.

v) Discurso e concordância

Foram consideradas as seguintes categorias discursivas, em sua correlação com a concordância: (1) tópico discursivo; (2) participantes do discurso; (3) gêneros discursivos; (4) correlação entre *frames* semânticos e expressão da concordância.

vi) Papel regulador do dispositivo sociocognitivo

O dispositivo sociocognitivo postulado pela abordagem multissistêmica levou-nos a identificar três tipos de concordância, assim formulados em Castilho e Moraes de Castilho (2011):

(1) Concordância plena (CP): os termos X e Y compartilham traços gramaticais, produzindo a CP (ex.: *O cortejo dos reis magos **chegou** a Belém uma semana depois do nascimento de Cristo*). A concordância plena, ou canônica, é aquela em geral descrita nas gramáticas. Mesmo palavras habitualmente invariáveis podem flexionar-se, dando origem à CP, como nos seguintes exemplos:

(1) Flexão de palavras invariáveis no PB

- (a) [19,1 CR RJ] *contra as arbitrariedades praticadas pelo Senhor Feijó | como ministro da Justiça he que nos endereçamos |arguições; **arbitrariedades das ques** o nosso corres- | pondente jamais poderá victoriosamente justifica-lo*
- (b) [21, 1 Dif TT] ***Quês chances** perdeu o Galo nesse jogo. Incrível!*
- (c) [21, 1 Dif TT] ***Cadês os amigos** com piscina em casa?*
- (d) [21, 1 Dif TT] ***Ques música** tocam nas baladas, meldels?*

(2) Concordância zero (CØ): desaparece a recursão de traços entre os termos X e Y, concentrando-se em apenas um deles a expressão de pessoa, gênero e número (ex.: *Os reis magos chegou a Belém uma semana depois do nascimento de Cristo*). O termo que expressa esses traços é, em geral, o especificador do sintagma (= constituinte localizado à esquerda do núcleo) ou da sentença (= sujeito sentencial). A CØ também é considerada pela gramática prescritiva uma infração à norma, mas ela aponta igualmente para mudanças gramaticais.

(3) Concordância por reanálise (CR): X expressa traços de um constituinte periférico Y, reanalisado como nuclear (ex.: *O cortejo dos reis magos chegaram a Belém uma semana depois do nascimento de Cristo*). A concordância por reanálise é considerada pela gramática prescritiva uma infração à norma, com exceção da concordância com o partitivo. Não obstante, ela aponta para possíveis mudanças gramaticais, de que pode ser considerada como um indício.

Esse entendimento da concordância permite a construção das seguintes hipóteses de trabalho:

- (1) A CP aponta para a conservação das regras de concordância.
- (2) A CØ aponta para o desaparecimento dessas regras, co-ocorrendo maiormente com a simplificação da morfologia flexional.
- (3) A CR indicia a alteração das regras de concordância.

vii) Corpus de análise

Não esgotamos nesta altura da pesquisa o *corpus* previsto pelo Projeto para a História do Português Brasileiro, constante de textos do *corpus* mínimo e textos do *corpus* diferencial. Do *corpus* mínimo, restringimo-nos às cartas particulares (CP) e às cartas de leitores (CL). Do *corpus* diferencial, investigamos:

- Língua falada, documentada pelo Projeto NURC (=N) e pelo Banco de dados Iboruna (=IB);
- Sites de internet: blogs (=BLG), sites diversos (=G);
- Redes sociais: Twitter (=TT), Facebook (=FB), Yahoo Answers (=YA), YouTube (=Dif. Vid.).

Todos os textos foram redigidos nos séculos XIX e XX.

3.1. Concordância nominal por reanálise

3.1.1. *CR envolvendo o artigo/demonstrativo, o núcleo do SN e um termo periférico*

(2)?? CR entre artigo, núcleo do SN e um termo periférico

(a) [19,1 CL CE] *Ora cubra se de pejo, se ainda e é ca- | paz d'isso, senhor doutor Miguel, e deixe-se de | semelhantes duellos, por que a sua sorte | será sempre o de – vencido, quando pu- | gnar com armas iguaes a essas.*

(b) [20, 1 CP RN] *Não recebemos mais gado de João dos Santos, a | não ser as das partidas de que já lhe forneci | as listas.*

O uso de *o* evidencia o compartilhamento de traço gramatical de gênero com o sintagma nominal encaixado no sintagma preposicional *de vencido*. Dessa relação surge a CR. O que chama a atenção nesse dado é que se estabelece uma concordância entre elementos que estão separados por uma preposição (*o de vencido*), situação em que geralmente se reconhece não haver relação de concordância, pelo fato de a preposição instaurar uma sorte de fronteira entre os termos X e Y.

Em (2 a), a CR ocorre em uma sentença com um verbo *ser* que indica identidade (*a sua sorte será sempre o de vencido*). O autor apresenta *a sorte de vencido* como sendo a sorte do interlocutor, *a sua sorte*. No entanto, *a sorte* não se repete no segundo sintagma nominal; o que aparece é o sintagma nominal nucleado pelo demonstrativo *o*, no qual se encaixa o sintagma preposicionado *de vencido*. A indicação de identidade pelo uso do verbo *ser* não deixa dúvidas de que *o de*

vencido equivale a *a (sorte) de vencido*; por essa razão, o que se esperava é que o sintagma preposicionado em questão se encaixasse em um demonstrativo *a*, e não num *o*.

Em (2b), esperava-se que o sintagma preposicional *das partidas* se encaixasse em um demonstrativo *o* sem flexão de plural, tendo em vista que é o termo masculino *gado* que está em questão. No entanto, ocorre a forma feminina com flexão de plural, que compartilha esses traços com o sintagma nominal encaixado *as partidas*, processando-se uma reanálise.

3.1.2. CR envolvendo o complementizador adjetival e o núcleo do sintagma nominal

(3) CR parcial entre o adjetivo e o substantivo

(a) [19, 2 CP BA] *Continuarei aqui com o meu estudo de Química até Agosto: nesse tempo deixarei a França com o intuito de vezitar as prizaões milhormente estabelecidos segundo o sistema penitenciario, que ainda aqui não existem, os estabelecimentos agricolas, e os trabalhos das minas.*

(b) [19, 2 CP BA] *Os Estados Unidos tem tambem um modelo de armas muito bons.*

No exemplo (3a), a CR ocorreu apenas com a categoria de gênero. O complementizador *estabelecidos* compartilha traço de número (plural) com seu núcleo *prizaões*, mas o traço de gênero é compartilhado com o núcleo de um elemento extra-sintagmático, *o sistema penitenciário*, uma evidência de que o Princípio de Recursão pode atuar de maneira desigual na relação de concordância envolvendo os mesmos elementos.

Em (3b) ilustra-se uma situação semelhante, mas nele a reanálise envolve apenas a categoria de número ou apenas a categoria de gênero, a depender da interpretação que se faz do enunciado. Neste caso, o complementizador *bons* pode ter como núcleo o nome *modelo* ou *armas*, encaixado no sintagma preposicional. Em termos semânticos, essas opções se associam, respectivamente, às seguintes interpretações: (1) as armas de que dispõem os Estados Unidos são consideradas *um modelo muito bom*; (2) os Estados Unidos dispõem de *armas muito boas*, que são encaradas como um modelo.

Em qualquer dessas interpretações haverá uma reanálise. Na interpretação (1), o complementizador *bons* compartilha traço de gênero com seu núcleo *modelo*, mas compartilha traço de número com um elemento periférico *armas*. Na interpretação (2), o complementizador *bons* compartilha traço de número com seu Núcleo *armas*, mas compartilha traço de gênero com o núcleo de outro sintagma, *modelo*.

O falante ressaltou aqui o sistema da Semântica, que atuou mais visivelmente na concordância apurada. Assim, as duas interpretações mencionadas podem ter-se cruzado na construção da sentença e na organização dos sintagmas encaixados.

3.1.3. CR envolvendo o complementizador expresso por sentença relativa e o antecedente, expresso pelo núcleo do sintagma nominal

(4) CR entre palavra *qu-* e o núcleo de um SN

- (a) [21, 1 Dif BLG] *A tarefa de treinamento do toalete raramente é fácil, e para os pais cujos filho sofre de autismo, essa tarefa normalmente difícil pode parecer quase impossível.*
- (b) [18, 2 CP MG] *Resebi pelo portador huá oitava cuja torno a Remeter a vossa mercê.*
- (c) [21, 1 Dif TT] *conheço pessoas cujas ja botaram fogo em si mesmas.*
- (d) [21, 1 Dif TT] *Sdds [saudades] do boy cujo vi hj a tarde mas n falei com ele.*

Em (4a), parece haver uma CR entre *cujos* e *pais*, uma vez que não se realiza a concordância plena aí esperada. Essa interpretação é corroborada pela presença do verbo *sofrer* no singular, ou seja, há uma indicação de que a referência é feita a um único sujeito, um filho, estabelecendo-se uma relação entre um dado filho e cada um dos pais indicados anteriormente. Outra análise possível é a instauração de uma CØ entre *cujos* e *filho*, uma vez que, ao se referir ao elemento posterior, *cujo* não está compartilhando traços de número com *filho*.

Em (4b-d), *cujo* estabelece uma CR com o constituinte anteposto (*oitava*, *pessoas*, *boi*). Esse funcionamento de *cujo* ocorre desde o século XVIII, podendo ainda ocorrer no PB atual.

3.2. Concordância verbal por reanálise

3.2.1. CR entre o verbo e o argumento interno

(5) CR entre o verbo e o argumento interno

(a) [19, 2 CP BA] *O Mont'alegre, e o Euzebio estão promptos á lhe servirem, e só lhes faltam saber o como.*

(b) [21,1] *O vendedor daquela loja indicaram alguns rótulos interessantes.*

(c) [21,1 SP Folha de São Paulo] *Tratam-se de vários processos atrasados.*

No exemplo (5 a), *faltar* concorda por reanálise com o objeto indireto *lhes*, e não com o infinitivo sujeito *saber*; em (5b), *indicaram* concorda por reanálise com o objeto direto *alguns rótulos interessantes*, e não com o sujeito *o vendedor*; finalmente, em (5c), *tratam-se* concorda com o complemento oblíquo *de vários processos*, numa sentença sem sujeito.

Como pode tratar-se de casos de hipercorreção, seria necessário verificar até que ponto estruturas como (5c) não terão surgido depois da intensa pregação gramatical em favor da concordância entre o verbo com *se* e a expressão nominal seguinte – portanto, uma questão de história social.

Por outro lado, pode-se hipotetizar que a concordância entre o verbo e o argumento interno aponta para a perda do caso abstrato no PB.

3.2.2. CR entre o verbo e o adjunto adnominal

Neste ambiente, não são raras as ocorrências de CR entre o verbo e o adjunto adnominal. Elas são, na verdade, mais produtivas que a CR nominal. Os casos de CR analisados a seguir ilustram tipos interessantes de concordância que envolvem o verbo e o adjunto adnominal.

(6) CR entre o verbo e o adjunto adnominal

(a) [19, 1 CP SP] *Secenta, etantas pessoas obtiverão votos para Deputados deCortes, que abun= | dancia de luzes cobrem aos Paulistas!*

- (b) [20, 2] O *mistério dos crânios humanos mergulharam* na noite dos tempos.
- (c) [20, 2] Um *ponto dessas civilizações escapam* à nossa compreensão.
- (d) [21,1 SP, noticiário televisivo, 2012] O *preço deles são* cada vez mais altos.
- (e) [21,1 SP, carta-circular enviada por uma professora de Português] *Pessoal, segunda feira vai haver a divisão das salas mesmo, né? O rendimento das aulas de Português ficam muito prejudicado* com as salas tão grande.
- (f) [21,1 SP, Folha de São Paulo] O *comando das forças internacionais no Afeganistão confirmaram* ontem a morte de 12 civis.
- (g) [21,1] As *reclamações repetidos dos moradores desta cidade me obrigou* a procurar a autoridade.
- (h) [21,1 SP, de um relatório científico] O *levantamento dos fatos gramaticais de variação e mudança ocorridos no período em análise possibilitam* ainda um estudo (...).
- (i) [21.1, jornal de Belém do PA] A *população de 250.000 habitantes vivem* em treze municípios.
- (j) [19, 1 CP SP] *Meu respeitado Senhor, não pode o meu Coração | conter o júbilo, e contentamento com a alegre notícia do | onorífico Lugar que Sua Alteza Real elevou ao Ill. mo Ex.mo | Senhor Mano, a boa escolha que o Augusto Senhor teve e os | meresimentos deste grande Menistro he para mim, e para todos Bra | zilleiros digno das mais alegres esperanças.*

Em (6j), o constituinte nuclear do sintagma *este grande Menistro*, encaixado no SP que atua como Complementizador do primeiro SN (*Os meresimentos*), é reanalisado como elemento nuclear com que o verbo *he* estabelece uma relação de compartilhamento de traços gramaticais, ficando esse verbo no singular.

O que haveria de comum na estrutura dos adjuntos adnominais dessas sentenças?

- (1) Eles vêm encaixados no SN *sujeito anteposto* que exhibe, em geral, a estrutura [Esp + Nome + SP introduzido por *de*], ocorrendo uma CR entre o verbo e o SP.
- (2) O núcleo nominal desse SN *sujeito* não exhibe propriedades comuns: temos aí substantivos concretos e abstratos (*mistério, ponto, preço*), um coletivo (*população*) e deverbais (*rendimento, comando, reclamação, levantamento*).
- (3) O complementizador vem maiormente introduzido pela preposição *de*, que exhibe o caso abstrato Genitivo, seguida por um substantivo no plural.

Com esse substantivo o verbo estabelece uma relação de concordância por reanálise. Em (6c), o SP *dessas civilizações*, constituinte periférico de *um ponto*, compartilha traços gramaticais de pessoa e número com *escapam*, “destronando” o Núcleo *ponto*.

A sintaxe que vimos analisando representa o caso mais frequente de CR verbal. Por isso mesmo, ela tem chamado a atenção dos sintaticistas.

Scherre (2005) e Bagno (2011: 648) analisaram tais casos como uma concordância entre o verbo e o adjunto adnominal, como estamos fazendo aqui. Entretanto, gostaríamos de entender melhor essa sintaxe. Alguns linguistas consideram tratar-se de uma influência africana (cf. Avelar/Galves, 2014 – com abundante bibliografia). Moraes de Castilho (2015) mostra que o fenômeno ocorre pelo menos desde o séc. XV, em que são documentadas concordâncias como *Mas entendo que a moor parte de todos acharám grande vantagem em leerem bem todo esto que screvo*.

Ela argumenta que a palavra *de* que introduz os adjuntos adnominais nessas construções não é uma preposição e, sim, um segmento do locativo arcaico redobrado *ende...de*, que organizava frequentes estruturas redobradas. Como neste capítulo temos entendido a concordância como a recorrência de expressões, pode-se concluir que concordância e redobramento constituem um caso de harmonia transistêmica (Moraes de Castilho, 2015: 9).

Nos exemplos recolhidos em (6), o locativo *de*, homônimo da preposição *de*, também cria uma barreira entre os termos que antecedem e que se seguem a esse item, como em (6b) *o mistério dos crânios mergulharam*. Também a concordância verbal, portanto, ilustra casos de “turbulência” quando aparece esse item lexical.

Vale a pena, portanto, reconstruir o percurso diacrônico desse locativo, organizado por essa autora em três momentos:

i) Estrutura original, em que *ende* era imediatamente seguido por *de*:

(7) Clítico locativo *en* na estrutura original

(a) [13:1299 HGP 216:24] (...) áátal preto que nos dedes ende cada ãu ano .v.^e quarteiros de pam pela midida per que rreçebemos os outros cabedaes para a dita oueêça, e séér hñu quarto **ende de trijgo** e os quatro de segunda e paguardes o fforo a Santiago, (...)

(b) [15:1414 HGP 107:22] *Et por que esto seja çerto et nõ veña em dulta, rroquey et mandey ao notario sub escripto que fizesse **ende delo** esta carta de testamẽto.*

ii) Estrutura descontinuada, em que *ende/en* era mediatamente seguido por *de*:

(8) Clítico locativo *en* na estrutura descontinuada

(a) [13 FR 167:10] *Outrosy dementres que for em corte del rey, des aquel dya que se **en** partir **de sa casa** por todo huu dia seya y seguro (E) el con todas sas cousas, (...)*

(b) [14:1310 HGP 89:38] *Et que isto sseia çerto e nõ uena em dulta, mãdamos uos **en** facer esta carta **desta uençõ** feyta per Ares Peres, (...)*

iii) Estrutura topicalizada, em que *ende/en* separa-se de *de*:

(9) Clítico locativo *en* na estrutura topicalizada

(a) [13 CA 223:8] *E mia senhor, al vus quero dizer/de que sejades **ende** sabedor:/non provarei eu, mentr'eu vivo for', /de lhe fogir, ca non ei én poder:/Ca pois mi-Amor ante vos quer matar,/matar-xe-mi-á, se me sem vos achar'.//*

(b) [14:1314 HGP 151:33] *(...) e **da** froyta toda que é feyt(a) ou que uos y fecerdes daredes **ende** a mea;*

A autora levanta a hipótese de que nos exemplos de (9), «não temos aí a preposição *de*, pois salvo engano, sintagmas preposicionados por *de* não são reduplicáveis. Já os locativos sofrem redobramento, juntamente com outras classes».

E mais adiante, Moraes de Castilho (2015: 13) escreve:

Ende procede da forma latina *inde*, de que resultou a forma monossilábica *en*, muito frequente no português arcaico e ainda hoje em várias línguas românicas: cf. Italiano *ne* (ende de > ende > enne > ne), Francês *en* (ende de > en). (...)

O clítico locativo redobrado [en + de SN] passou por um longo processo de gramaticalização que pode ser simplificada em duas fases: (i) fase A, ou fase do redobramento propriamente dito, e (ii) fase B, ou fase de simplificação do redobramento. (...) Estas devem ter sido as alterações fonológicas da estrutura B: [[ende de N]] > [endede N] > *[endde N] > [en de N] > [de N]”.

Segundo essa explicação, portanto, é o locativo *de* que ocorre na CR, tendo-se tornado homófono à preposição *de*.

3.2.3. CR entre o verbo e o adjunto adverbial

(9) CR entre o verbo e adjunto adverbial

(a) [21,1] O licenciamento ambiental *demoram anos*.

(b) [21,1] Logo vocês saberão o que *acontecem naquelas três salas*.

3.2.4. CR entre o argumento verbal e a minissentença

A CR a seguir envolve uma minissentença que não compartilha traço de gênero com o argumento interno do verbo, como esperado, mas com um elemento que aparece anteriormente no enunciado.

(10) CR envolvendo o argumento verbal e a minissentença

(a) [19, 2 CP BA] *Da-me todas estas informações, que agradáveis me são por que nellas **deves julgar interessadas meus próprios prazeres***.

(b) [19,2 CL SP] *Se mora, como diz na rua do Matafome, é bom que | saiba que nem todos querem matar a fome; e que **quem** | já foi 3 vezes a cadêa, por 24 horas **cada uma** deve | sempre andar **munida** de limão azedo*.

A minissentença *interessadas*, em (10 a) aparece anteposta ao objeto *meus próprios prazeres*, sintagma cujo Núcleo exibe gênero masculino e número plural. A minissentença estabelece com esse objeto uma concordância nominal mista, na qual há CP de número, mas CR de gênero. A marca de gênero decorre, provavelmente, do compartilhamento de traço de gênero com *ellas*, que aparece no SP anterior.

O constituinte que se relaciona com *quem* geralmente não leva marca de flexão de gênero e de número. Em (10 b), a minissentença *munida* compartilha traços de gênero com *cada uma*. Esperava-se, no entanto, que a minissentença

não apresentasse flexão de gênero, no caso, ou de número, tendo em vista que o Núcleo do SN que funciona como sujeito (*quem*) não exibe essas marcas, inviabilizando o compartilhamento de traços.

3.2.5. CR em sentenças relativas

Mostrou-se produtiva a concordância verbal por reanálise envolvendo sentenças adjetivas iniciadas por *que*. Essa produtividade pode estar relacionada à progressiva especialização do pronome relativo *que* no PB como elemento juntivo, atenuando-se progressivamente sua propriedade pronominal anafórica.

O enfraquecimento do *que* como pronome relativo afeta a identificação de caso e papel temático, que envolvem o antecedente, de modo que as regras de concordância que, porventura, se associavam à identificação dessas propriedades, se desestabilizaram, dando lugar a compartilhamento inesperado de traços gramaticais entre o verbo e o argumento interno.

(11) CR entre o antecedente e o verbo da sentença relativa

(a) [19, 2 CP PR] *O nosso commercio atra- | vessa uma phase lamentavel devido á elementos | controversos ao seu progresso: por um lado a secca | que assolam a lavoira, tendo de se importar | feijão, farinha, milho e outros mantimentos em con- | sequencia da precariedade dos nossos, por outro | o recrutamento aberto que faz com que os consu- | midores se evadão dos centros commerciaes e popu- | losos, pelo pavor que lhes inspirão a sorte de | servirem o paiz como soldados, por ser uma | classe carecedora de prestigio e moralidade.*

(b) [19, 2 CL PR] *Quanto a propalada demissão, rio-me | della, não vacillo entre a defeza de meus | brios offendidos e as vantagens que me | trazem o cargo. || Finalmente ouviu o offendido demita o | secretario || Romão Rodrigues de Oliveira Branco.*

(c) [19, 2 CP BA] *Tive o prazer de receber sua presada| carta de 24 do passado, centindo entretanto os padecimentos que lhe trouxeram a operação, da qual| o desejo restabelecido.*

(d) [20, 1 CP BA] *Hoje completam 20 dias de minha expectativa, que já começavam a se tornar insuportavel.*

Há duas relações de CR no exemplo (11 a), encontrado numa carta pessoal escrita no século XIX. Na primeira CR, o verbo *assolam*, que compartilharia traços

gramaticais com *a secca*, antecedente do pronome relativo *que*, acaba compartilhando esses traços com um elemento extrassentencial, *elementos controversos*.

Observa-se que o autor da carta categoriza *a seca que assola a lavoura* e *o recrutamento aberto* como *elementos controversos*, apresentado prospectivamente. Tratando dessa relação de modo análogo à relação lexical de hiperonímia/hiponímia, podemos dizer que esses elementos são co-hipônimos de *elementos controversos*. Pode-se sugerir que *assolam* tenha manifestado a marca de plural por ter se combinado com o hiperônimo em vez de *secca*, um dos hipônimos, compartilhando o traço de número com o primeiro. Do ponto de vista semântico, o verbo *assolam* é compatível tanto com *secca* como com *elementos controversos*, o que pode ter dado lugar à relação com o hiperônimo.

Na segunda CR do exemplo (11 a), *o recrutamento aberto que faz com que os consumidores se evadão dos centros commerciaes e populosos, pelo pavor que lhes inspirão a sorte de servirem o paiz como soldados*, o verbo *inspirão* deixa de compartilhar traços com seu sujeito posposto *a sorte de servirem o paiz como soldados*, compartilhando traços com o argumento interno anteposto, *lhes*; mais um exemplo que demonstra que não há correlação categórica entre argumentos sintáticos e concordância. Note-se que, neste caso, o antecedente do pronome relativo, o argumento interno *o pavor*, parece não ter tido influência sobre o compartilhamento de traços, mas a construção adjetiva pode ter contribuído para a reanálise, já que estão em jogo três argumentos para o verbo *inspirão*, que sofrem a interveniência de um *que* com função relativa, provavelmente já em enfraquecimento no PB.

Já nos exemplos (11 b, c), a CR envolve o argumento interno antecedente do pronome relativo. Nesses dois casos, o argumento interno antecedente do relativo é constituído por um sintagma nominal plural (*as vantagens* e *os padecimentos*), e o sujeito posposto ao verbo vem no singular (*o cargo* e *a operação*). O verbo compartilha flexão de plural com o antecedente (*as vantagens ... trazem; os padecimentos ... trouxeram*), quebrando a expectativa de CP com o sujeito posposto.

O exemplo (11d) chama atenção o fato de o próprio autor da carta ter identificado a CR que tinha produzido, encarando-a como um erro, já que o documento registrou a correção da letra *m*, que representa o morfema da terceira pessoa do plural, letra essa que aparece riscada. Este dado, apesar da correção, continua sendo relevante, já que o real processo envolvido na manifestação da concordância é o que se procura identificar aqui.

Nessa reanálise, ocorreu o contrário do que se demonstrou em reanálises em que o sintagma nominal encaixado por intermédio de um SP em outro SN compartilha traços gramaticais com o verbo do qual não era sujeito, ou mesmo antecedente de um pronome relativo. Aqui, quando o SN encaixado *minha expectativa* é, de fato, antecedente de um sujeito *que*, ele não compartilha traços com o verbo da sentença que esse relativo introduz; o verbo compartilha traços com o primeiro sintagma nominal, *20 dias*.

Esses diferentes exemplos mostram que a CR é um fenômeno bastante complexo e que carece de estudos aprofundados para sua compreensão.

Conclusões

No trabalho maior em que este texto se fundamenta, investigamos as dimensões lexical, semântica, gramatical e discursiva dos tipos de concordância apurados, procurando entender a concordância como um processo. Os produtos foram tomados como pistas para o entendimento desses processos. Essa decisão conduziu os pesquisadores a uma análise maiormente qualitativa. As quantificações aqui realizadas buscaram apenas verificar a estabilidade/instabilidade da CP, CR e CØ em correlação com os gêneros discursivos de que procedem os exemplos e as estruturas em que isso foi apurado.

A distribuição dos dados pode ser vista na tabela seguinte, em que estão quantificados os mais de 7000 casos analisados. A CP, relação mais frequente, é regra constante. É importante ressaltar que a CR teve um aumento expressivo no século XIX, em que se fixavam as principais características atuais da língua falada. A CØ, mais expressiva do que a CR, possui um aumento significativo durante a passagem de tempo, mas mantém-se estável a partir da segunda metade do século XIX.

Tabela 1 – Comportamento geral da concordância na história do PB, nos documentos analisados

	Século	CP	CR	CØ
Cartas particulares Estados: PE, SC, RN, RJ, BA, SP, MG	XVIII-1	137/137 (100%)	0	0
	XVIII-2	134/161 (83,23%)	1/161 (0,62%)	26/161 (16,15%)
	XIX-1	741/790 (93,80%)	3/790 (0,38%)	46/790 (5,82%)
	XIX-2	1322/1432 (92,32%)	9/1432 (0,63%)	101/1432 (7,05%)
	XX-1	1186/1298 (91,37%)	3/1298 (0,23%)	109/1298 (8,40%)
	XX- 2	481/514 (93,58%)	0	33/514 (6,42%)
Subtotal		4001/4332 (92,36%)	16/4332 (0,37%)	315/4332 (7,27%)
Cartas de leitores Estados: PE, SC, PA, SP, PR, BA, MG, CE, RJ	XIX-1	759/792 (95,83%)	2/792 (0,25%)	31/792 (3,91%)
	XIX-2	757/787 (96,18%)	3/787 (0,38%)	27/787 (3,43%)
	XX-1	729/757 (96,30%)	0	28/757 (3,70%)
	XX-2	472/502 (94,02%)	0/502	30/502 (5,98%)
Subtotal		2717/2838 (95,73%)	5/2838 (0,17%)	116/2838 (4,08%)
Total por século – cartas particulares e cartas de leitores	XVIII	271/298 (90,94%)	1/298 (0,34%)	26/298 (8,72%)
	XIX	3579/3801 (94,15%)	17/3801 (0,44%)	205/3801 (5,39%)
	XX	2868/3071 (93,39%)	3/3071 (0,10%)	200/3071 (6,51%)
Total		6718/7170 (93,69%)	21/7170 (0,29%)	431/7170 (6,01%)

É preciso deixar claro que as categorias gramaticais, evidentemente, têm um papel importante na formulação das regras de concordância, pois para expressar o singular/plural contamos essencialmente com a morfologia, que integra a Gramática, juntamente com a fonologia e a sintaxe. Entretanto, outras categorias linguísticas atuam na configuração dessas regras, se quisermos postular – e este foi nosso caso – como decorreu o processamento cognitivo por parte do falante/interlocutor. Como diz Bagno (2011: 648), «a concordância verbal se faz com algo que não está visível na materialidade do texto, mas que decerto participou do processamento cognitivo do falante/escritor, no momento de falar/escrever».

Resumindo, todos os casos de concordância se expressam por meios gramaticais, mas sua motivação nem sempre procede do sistema gramatical da língua.

Postulamos que essas motivações ocorrem conjunta e simultaneamente, sem determinação de umas sobre outras, evidenciando a integração dos diferentes componentes da concordância, como uma das manifestações da complexidade da língua.

Considerando o texto maior em que este trabalho se baseia, vejamos o que se pode aprender nas relações entre o Léxico, a Gramática, a Semântica e o Discurso e a concordância.

1. Léxico e concordância

- As seguintes classes expressam concordância: substantivo, adjetivo, artigo, pronomes, verbo.
- Não expressam concordância as conjunções, as preposições e os advérbios, embora alguns destes possam exibir o feminino, como em *menas pessoas*.
- Substantivos que apresentam gênero natural (quando o gênero do substantivo corresponde ao sexo real do ser a que se refere) favorecem a CP de gênero; substantivos que apresentam gênero arbitrário permitem mais facilmente a CØ de gênero.
- Substantivos coletivos e expressões quantificadoras relacionam-se com a CØ de número.

2. Gramática e concordância

- A posição dos termos X e Y relaciona-se com a regra apurada: (1) a anteposição do termo X em relação ao termo Y relaciona-se com a CP; (2) a posposição e o distanciamento relacionam-se com a CØ.
- As categorias gramaticais de gênero e número têm um comportamento assimétrico, mantendo-se com mais vigor a CP de gênero.
- Por conta disso, os especificadores mantêm os traços de número e pessoa quando as outras classes os perdem. Isso se correlaciona com o fato de os especificadores ocuparem a primeira posição na sentença – justamente aquela mais suscetível de expressar traços gramaticais, dada sua relevância discursiva, como introdutora do Tema. O trabalho de Rodrigues/Campos (2015) identificou o peso relativo .94 (= quase categórico) na expressão do plural das classes nessa posição.

- A estruturação desses termos correlaciona-se igualmente com a regra apurada: (1) sintagmas leves relacionam-se com a CP; (2) sintagmas pesados relacionam-se com a CR.
- A CR parece apontar para uma quebra da categoria de caso no PB, tendo-se apurado concordância entre (i) o verbo e o argumento interno; (ii) o verbo e o adjunto adnominal genitivo e comitativo; (iii) o verbo e o adjunto adverbial. Estes argumentos sentenciais, portanto, vêm perdendo os casos indicados, de manifestação abstrata, que já haviam desaparecido na morfologia do substantivo latino-vulgar. Discutimos se a palavra *de* frequente nas CRs é realmente uma preposição, postulando-se que se trata de um locativo homônimo.
- As ocorrências de CØ apontam para o desaparecimento da concordância. Nesses casos, observa-se uma harmonia transcategorial no comportamento do especificador nominal (= artigo, demonstrativo, possessivo, quantificador) e do especificador sentencial (= sujeito), pois esses constituintes passam a expressar o gênero e o número.

3. Semântica e concordância

- Adjetivos predicativos e verbos predicativos relacionam-se com a CP.
- Como era de se esperar, as representações da categoria cognitiva de QUANTIDADE assumem um papel crucial nas regras de concordância: (i) Quantificação definida se relaciona com a CP. (ii) Quantificação indefinida, com CØ. (iii) O plural morfológico expresso pelos morfemas *{-s}* e *{-mos}* flutuam nos enunciados, como em *a casas/ as casa/ques coisa, devemos falar/deve falarmos*, exibindo a mesma propriedade de flutuação do item lexical *todo, tudo*. Quando o falante aparenta não saber bem como operar com a expressão de certas categorias, ou elas estão desaparecendo, ou estão passando por grandes alterações em sua representação – e este parece ser o caso do PB.
- Os *frames* semânticos se correlacionaram com a expressão da concordância.

4. Discurso e concordância

- O tópico discursivo correlaciona-se com as regras de concordância.
- Os participantes do discurso correlacionam-se com as regras de concordância.

- Gêneros discursivos correlacionam-se com a concordância: nas cartas de leitores prevalece a CP, por se tratar de textos mais monitorados; ao contrário, nas cartas pessoais prevalece a CØ.
- Foricidade e concordância compartilham propriedades, visto que ambos exemplificam o Princípio de recursão. Isso reforça a dimensão discursiva da concordância.

5. Ação do dispositivo sociocognitivo na concordância

- O dispositivo sociocognitivo permite identificar três grandes regras de concordância: CP, CR, CØ. É preciso ter em mente que uma mesma sentença pode exemplificar mais de um desses tipos de concordância. Assim, uma CP semântica é ao mesmo tempo uma CØ gramatical, como em *A peste dizimaram o gado*. Uma CR gramatical pode ser ao mesmo tempo uma CP semântica, como em *O levantamento dos fatos permite várias conclusões*.
- CR e CØ foram interpretados como indícios de mudança. No primeiro caso, via alteração da regra. No segundo caso, via desaparecimento da regra. No corpus utilizado, ainda não é possível afirmar que a CØ tende a acentuar-se no PB. Por ora, dispomos apenas de alguns indícios.
- Entretanto, não se pode supor que essa tendência seja unidirecional, pois a criação de prefixos gramaticais reforça a manutenção da concordância, mesmo perdendo-se os sufixos. Por outras palavras, a desativação de uma regra pode estar sendo compensada pela ativação de outra regra, numa forma autorregulada, própria dos sistemas complexos.

Em síntese, neste mapeamento da história da concordância no PB, perfilhamos a ideia de que a CP, a CR e a CØ assumem dimensões diferentes do ponto de vista diacrônico: (i) a CP, majoritária, aponta para a conservação das regras de concordância; (ii) a CR indicia a alteração das regras de concordância; (iii) a CØ indicia o desaparecimento dessas regras.

As hipóteses (i) e (ii) foram confirmadas, uma vez que a CP se mantém majoritária e que a CR é um fenômeno bastante complexo que indica a alteração das regras de concordância, principalmente nas estruturas encaixadas.

A hipótese (iii) não foi totalmente confirmada, no *corpus* utilizado. O funcionamento da CØ parece não ser um fator decisivo para o desaparecimento das

regras de concordância. Para além do que se disse acima, ao mesmo tempo em que um termo de uma determinada estrutura perde a flexão, outros termos passam a adquirir flexão em outros contextos.

Concluimos que, no geral, o funcionamento diacrônico da CP, da CR e da CØ nas Cartas particulares e nas Cartas de leitores aponta para relações relativamente estáveis, e que a instauração de novas relações de concordância é um ponto bastante complexo a ser investigado.

Acreditamos que este capítulo tenha apontado vários casos que merecem a atenção dos pesquisadores interessados na história da concordância. Em sua continuação, completaremos o exame do *corpus* do PHPB e recuaremos as análises ao século XVI.

Finalmente, ressalto que os volumes que compõem a série *História do Português Brasileiro* foram preparados, em sua grande maioria, por uma nova geração de linguistas brasileiros. Eles apresentam aqui os resultados de suas pesquisas, tratando de novos temas, concorrendo assim para um conhecimento mais aprofundado da história do Português Brasileiro.

Reforça-se, mais uma vez, o modo brasileiro de fazer Linguística por meio de projetos coletivos, em que convivem especialistas de diferentes orientações teóricas, unidos num temário compartilhado.

Esses temas levantam questões típicas da România Nova, entre outras:

- Qual é, e como é o *Latim vulgar* do Português Brasileiro, e quais são suas fontes?
- Que materiais escritos revelam traços da variedade vernacular, estritamente falada?
- Como se apresentam nesses materiais as categorias da Gramática, do Léxico, do Discurso e da Semântica do Português Brasileiro?
- Qual é o ritmo da mudança da língua portuguesa nas diferentes regiões do Brasil?

É fácil constatar que temáticas concentradas unicamente nas diferenças entre o Português Brasileiro e o Português Europeu cederam aqui o passo a uma perspectiva diversa, que consiste em desvendar a mente humana, pesquisando um de seus produtos mais espantosos, que é o mistério de uma língua natural. Agregue-se a isso a natural dificuldade de historiar as línguas.

Lembre-se por fim que a série História do Português Brasileiro fará dessa variedade a língua mais investigada na România Nova, do ponto de vista de sua diacronia. Já o tinha sido, do ponto de vista da descrição gramatical da língua culta falada. O *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) agregará a isto a descrição do PB vernacular.

Precisaremos logo trilhar caminhos de amplitude maior, comparando a história do Português Brasileiro à história do Espanhol da América, ou seja, precisaremos deslocar nossa mirada para a *România Nova*.

Mary Kato e Francisco Ordóñez, coordenadores do grupo de trabalho homônimo, da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, deram um passo significativo nessa direção, ao publicarem seus resultados obtidos desde 2005, aquando da primeira reunião dos pesquisadores (Kato/Ordóñez, 2016).

Como se vê, mais pesquisas aguardam os linguistas latino-americanos e os europeus.

Referências bibliográficas

- ABAURRE, Maria Bernadete (org.) (2013): *A construção fonológica da palavra. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 7. São Paulo: Editora Contexto.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.) (2009): *Para a história do português brasileiro*, vol. VII: Vozes, veredas, voragens, 2 tomos Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.
- ALKMIM, Tânia (org.) (2002): *Para a história do português brasileiro*, vol. III, *Novos Estudos*. São Paulo: Humanitas/Unicamp – Universidade de São Paulo.
- ALVES, Ieda Maria/Ângela C. S Rodrigues (orgs.) (2015): *Construção morfológica das palavras. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 6. São Paulo: Editora Contexto.
- AVELAR, Juanito/Charlotte Galves (2014): "O papel das línguas africanas na emergência do português brasileiro", *Linguística*, 30 (2), 241-288.
- BAGNO, Marcos (2011): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- CALLOU, Dinah/Maria Eugênia Duarte (orgs.) (2002): *Para a história do português brasileiro*, vol. IV. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faperj.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1984): "El proyecto de estudio coordinado de la norma culta. Formalismo y semanticismo en la sintaxis verbal". In Donald F. Solá (ed.), *Language in*

- the Americas*. Proceedings in the Ninth PILEI Symposium. Ithaca: Cornell University, 161-165.
- CASTILHO, Ataliba T. (org.) (1998): *Para a história do português brasileiro*, vol. I, *Primeiras Ideias*. São Paulo: Humanitas/Fapesp.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1990): "O Português culto falado no Brasil: história do Projeto NURC". In Dino Preti/Hudinilson Urbano (orgs.), *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, vol. IV, *Estudos*. São Paulo: TAQ/Fapesp, 141-202.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2009): "An approach to language as a complex system. New issues in Historical Linguistics". In Vanderci Aguilera (org.), *Para a história do português brasileiro*, vol. VII: *Vozes, veredas, voragens*, tomo 1. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1-44. Republicado em A.T. de Castilho (org.) (2009): *História do português paulista*, série Estudos, vol. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 119-136.
- CASTILHO, Ataliba T./Célia Maria Moraes de Castilho (2011): "Perspectiva multissistêmica da concordância". In Maria Célia Lima-Hernandes/Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (orgs), *História do português paulista*. Série Ensaios, vol. 3. São Paulo, 111-132.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2017): "Sistemas complexos e mudança linguística. Estudo de caso: diacronia da concordância no Português Brasileiro". In Marta Negro Romero/Rosario Álvarez/Eduardo Moscoso Mato (coords.), *Gallaecia. Estudos de linguística portuguesa e galega*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 95-118.
- HORA, Dermeval da/Camilo Rosa Silva (orgs.) (2010): *Para a história do português brasileiro. Abordagens e perspectivas*, vol. VIII. João Pessoa: Ideia/Editora da UFPb.
- ILARI, Rodolfo (org.) (2014): *Palavras de classe aberta. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 3. São Paulo: Editora Contexto.
- ILARI, Rodolfo (org.) (2015): *Palavras de classe fechada. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 4. São Paulo: Editora Contexto.
- JUBRAN, Clélia Cândida Spinardi (org.) (2015): *A construção do texto falado. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editora Contexto.
- KATO, Mary A./Fernando Tarallo (1988): "Restrictive vs syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects". Trabalho apresentado na *Georgetown Round Table in Languages and Linguistics 1988*, Washington DC.
- KATO, Mary A./Milton Nascimento (orgs.) (2015²): *A construção da sentença. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Editora Contexto.

- KATO, Mary/Francisco Ordóñez (2016): *The morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. Oxford: University Press.
- LOBO, Tânia et al. (orgs.) (2006): *Para a história do português brasileiro. Novos dados, novas análises*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, vol. VI, 2 tomos.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986): *História do galego-português. Estudo lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989): *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.) 2001): *Para a história do português brasileiro*, vol. II, *Primeiros estudos*, 2 tomos. São Paulo: Humanitas/Fapesp.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2006): "Primeiras histórias sobre a diacronia do dequeísmo: o clítico locativo *en* e o dequeísmo das orações relativas no PM". In T. Lobo/I. Ribeiro/Z. Carneiro/N. Almeida (orgs.), *Para a história do português brasileiro*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, tomo 1, 183-222.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2013): *Fundamentos sintáticos do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2015): "O redobramento de clíticos no português medieval e a România Nova: raízes do dequeísmo". Comunicação ao XIV Congresso Internacional da ALFAL/Comissão de Pesquisas em História do Português, inédito.
- MOURA, Maria Denilda/Marcelo Amorim Sibaldo (orgs.) (2013): *Para a história do português brasileiro*, vol. III, tomo 4. *Sintaxe comparativa entre o português brasileiro e línguas crioulas de base lexical portuguesa*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas.
- NEVES, Maria Helena de Moura (org.) (2016): *A construção de orações complexas. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. V. São Paulo: Editora Contexto.
- RAMOS, Jânia/Mônica A. Alckmin (orgs.) (2007): *Para a história do português brasileiro*, vol. V: *Estudos sobre mudança linguística e história social*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.
- ROBERTS, Ian/Mary Aizawa Kato (orgs.) (1993): *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- RODRIGUES, Ângela C. Souza/G.L.A. Campos (2015): "Flexão e sintaxe: a concordância". In A. Rodrigues/I. M. Alves (orgs.), *A construção morfológica da palavra. Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 6. São Paulo: Editora Contexto, 211-229.

- SCHERRE, Maria Marta Pereira (2005): Doa-se lindos filhotes de 'poodle'. *Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial.
- TARALLO, Fernando (1984): "A Fênix finalmente renascida", *Boletim da ABRALIN* 6, 95-103.

AUGUSTO SOARES DA SILVA

Universidade Católica Portuguesa – Braga

assilva@braga.ucp.pt

ORCID: 0000-0001-7951-5194

PROTÓTIPOS E SUBJETIFICAÇÃO NA MUDANÇA SEMÂNTICA LEXICAL E CONSTRUCIONAL

PROTOTYPES AND SUBJECTIFICATION IN LEXICAL AND CONSTRUCTIONAL SEMANTIC CHANGE

RESUMO: Prototipicidade e subjetificação são motivações e mecanismos fundamentais da mudança semântica, tanto lexical como construcional. A flexibilidade e a mudança do significado são efeitos do modo como categorizamos a realidade, não sob a forma de condições necessárias e suficientes, mas com base em *protótipos* ou representações mentais das propriedades e dos exemplares que, nos nossos contextos culturais e sociais, consideramos mais representativos. A mudança semântica quer semasiológica quer onomasiológica é explicável, tanto nas suas motivações como nas suas características e mecanismos, em termos de *efeitos de prototipicidade* e estes respondem a princípios de eficiência cognitiva. A *subjetificação* ou desenvolvimento de significados ancorados nas perspetivas, crenças e atitudes do conceptualizador/locutor representa uma tendência geral da mudança semântica, mas, ao contrário do que a literatura sugere, não constitui um mecanismo autónomo da mudança semântica, mas antes um efeito de prototipicidade e de mecanismos básicos da mudança semântica, especialmente a metonímia. Depois de identificarmos as principais dimensões da mudança semântica e o mapa conceptual da Semântica Histórica e de argumentarmos sobre a relação estreita entre cognição, discurso e mudança semântica, discutiremos e analisaremos, com base em exemplos de mudança lexical e construcional da língua portuguesa, o impacto da prototipicidade e da subjetificação na mudança semântica. Finalmente, relacionaremos a mudança semântica com os processos regulares de gramaticalização e construcionalização.

Palavras-chave: mudança semântica, prototipicidade, subjetificação, cognição, semântica histórica

ABSTRACT: Prototypicality and subjectification are fundamental motivations and mechanisms of semantic change, both lexical and constructional. Flexibility and change of meaning derive from the way we categorize reality, i.e. not by way of necessary and sufficient conditions, but based on *prototypes* or mental representations of the properties

and exemplars that we deem more representative in our cultural and social contexts. The motivations behind semantic change, both semasiological and onomasiological, as well as its typical features and mechanisms can be explained in terms of *prototypicality effects*, which respond to principles of cognitive efficiency. The *subjectification* or development of meanings grounded in perspectives, beliefs and attitudes of the conceptualizer/speaker is a general tendency of semantic change but, contrary to what the literature suggests, it does not constitute an autonomous mechanism of semantic change. Rather, it is an effect of prototypicality and of basic mechanisms of semantic change, especially metonymy. After identifying the main dimensions of semantic change and the conceptual map of historical semantics, and after arguing that cognition, discourse and semantic change are closely connected, we discuss and analyze the impact of prototypicality and subjectification on semantic change based on examples of lexical and constructional change in Portuguese. Finally, we associate semantic change with the regular processes of grammaticalization and constructionalization.

Keywords: semantic change, prototypicality, subjectification, cognition, historical semantics

1. Introdução

O estudo da mudança semântica, como o da mudança linguística em geral, envolve a descrição e a interpretação dos mecanismos de inovação e de propagação e das motivações ou causas da mudança. No caso da mudança semântica, há ainda outras dimensões a considerar, referentes ao objeto da mudança, especificamente mudança da significação ou mudança da designação, mudança do significado referencial ou mudança do significado não-referencial, mudança da significação/designação lexical ou mudança da significação/designação construcional.

As abordagens tradicionais da mudança semântica centram-se nos resultados da mudança de significado e apresentam classificações de tipos de mudança semântica, tais como a extensão metafórica e a extensão metonímica, a generalização e a especialização, e o desenvolvimento de significados positivos e negativos. As mudanças são aí geralmente analisadas fora dos respectivos contextos e tradicionalmente são mais estudadas as mudanças semânticas lexicais do que as mudanças semânticas gramaticais.

Ora, a mudança semântica, tal como a mudança linguística em geral, é um fenómeno que ocorre necessariamente no uso da língua, na interação ver-

bal, tanto no processo cognitivo de alteração ou inovação como no processo social de propagação da inovação pelos membros da comunidade, pelo que estudar a mudança semântica implica uma perspectiva centrada no uso e que dê conta dos processos cognitivos e das estratégias pragmático-discursivas envolvidos, para com eles se compreender o como (mecanismos) e o porquê (motivações) da mudança semântica. Para esta abordagem centrada no uso, cognitiva e pragmática da mudança semântica, muito tem contribuído a Linguística Cognitiva (Geeraerts/Cuyckens, 2007, para uma visão de conjunto), nos últimos 35 anos. Importantes teorias da Linguística Cognitiva, como a teoria do protótipo, a teoria da metáfora e da metonímia conceptuais, a teoria das redes radiais e esquemáticas, a teoria da subjetificação, combinadas com teorias da Linguística Funcional, como a teoria da inferenciação sugerida e a abordagem pragmático-discursiva da gramaticalização, muito têm contribuído para o desenvolvimento da Semântica Histórica. Em Winters/Tissari/Allan (2010) e Allan/Robinson (2012) encontram-se estudos bem representativos de Linguística Histórica Cognitiva e de Semântica Histórica Cognitiva. O manifesto interesse da Linguística Cognitiva pela mudança semântica, motivado pelo seu interesse pelo dinamismo e flexibilidade do significado linguístico e pela natureza experiencial da linguagem, de que a experiência histórica é uma componente essencial, tem levado a colocar os fenómenos de mudança semântica no centro da agenda de investigação linguística e tem levado a Semântica Cognitiva a revalorizar os temas de investigação da semântica histórico-filológica do séc. XIX.

Neste estudo, analisaremos a prototipicidade e a subjetificação como motivações e mecanismos fundamentais dos processos de mudança semântica, tanto lexical como construcional. Na linha dos estudos de Geeraerts (1997) sobre semântica do protótipo diacrónica, evidenciaremos a importância dos *efeitos de prototipicidade* para as motivações conceptuais e funcionais, as características e os mecanismos da mudança semântica. Partindo das concepções cognitivas (Langacker, 1990, 1999) e pragmáticas (Traugott, 1989, 1995) da subjetificação, argumentaremos que, embora represente uma tendência geral e muito produtiva de mudança semântica, a *subjetificação* não é um mecanismo autónomo da mudança semântica, mas antes um efeito de mecanismos cognitivos mais básicos, como a metonímia, e também um efeito de

prototipicidade. Mostraremos também como prototipicidade e subjetificação evidenciam a interação e complementaridade de fatores conceptuais e fatores pragmático-discursivos no processo de mudança semântica.

Começaremos por identificar as principais dimensões da mudança semântica e, com base nelas, delinearemos o mapa conceptual da Semântica Histórica, evidenciando os contributos da Semântica Cognitiva para o desenvolvimento da Semântica Histórica, em comparação com outras teorias semânticas, como a Semântica Histórico-Filológica, a Semântica Estrutural e a Semântica Generativa. Exploraremos depois as relações estreitas entre cognição, discurso e mudança semântica. Seguidamente, estudaremos o papel da prototipicidade e da subjetificação na mudança semântica, com base em exemplos de mudança lexical e de mudança construcional da língua portuguesa. Finalmente, trataremos da relação entre a mudança semântica e os processos regulares e produtivos de gramaticalização e construcionalização.

2. Dimensões da mudança semântica

Estudar a mudança semântica (lexical ou construcional) deve envolver, como tarefa inicial ou prévia, uma série de distinções conceptuais e metodológicas.

A primeira distinção é entre *mudança semasiológica* ou desenvolvimento de novos sentidos de uma palavra ou construção, acompanhado ou não de perda de sentidos existentes, e *mudança onomasiológica* ou expressão de determinado conceito, previamente lexicalizado/gramaticalizado ou não, por uma nova ou diferente palavra ou construção. Dito de outro modo, dado determinado item lexical L ou construção C, que mudanças se verificam no significado S de L/C (mudança semasiológica); e dado determinado conceito Co ou significado S, por que novos ou diferentes itens lexicais ou construções pode ele ser expresso (mudança onomasiológica). Mais simplificada, de um lado temos a mudança de significação (mudança semasiológica) e do outro lado temos a mudança de designação (mudança onomasiológica). Por exemplo, a mudança que ocorreu no étimo latino do verbo *deixar*, isto é, *laxare*, do sentido de ‘largar, soltar’ para o sentido de ‘permitir’ é uma mudança sema-

siológica. Também semasiológica é a mudança bem mais recente do adjetivo *brutal* de ‘próprio dos animais, cruel’ para ‘impressionante, extraordinário’. Já o facto de o conceito de ‘permitir’ passar a ser designado, nos finais do séc. XV, não só pelo verbo *deixar*, mas também pelo verbo *permitir* configura uma mudança onomasiológica. E o facto bem mais recente de o conceito intensificador ‘impressionante, extraordinário’ passar a ser expresso também pelo adjetivo *brutal* ou o intensificador de nomes poder ser expresso também, sobretudo no português brasileiro, pelo adjetivo anteposto *bruto* ou *bruto de* (como em *(um) bruto susto/problema*, *(um) bruto de um susto/problema*) instancia uma mudança onomasiológica.

A segunda distinção é entre a dimensão *qualitativa* da mudança semântica, que envolve as novas entidades quer semasiológicas (novos significados) quer onomasiológicas (novas designações) e os mecanismos que deram origem a essas inovações e mudanças, e a dimensão *quantitativa* da mudança semântica, que tem a ver com diferenças de saliência dessas entidades (mudanças implicadas por efeitos de prototipicidade) e desses mecanismos (existência de mecanismos preferenciais).

A terceira distinção aplica-se à mudança semasiológica e dá-se entre significado *referencial* ou denotacional e significado *não-referencial* ou conotacional (emotivo, estilístico, sociolinguístico ou discursivo), daí resultando a distinção entre mudança do significado referencial e mudança do significado não-referencial.

Outras duas distinções devem ainda ser feitas. Uma é entre saber *por que* surgem novos significados ou novas palavras ou construções, isto é, quais as *motivações* ou *causas* da mudança, e saber *como* surgem esses novos significados ou novas palavras, isto é, quais os *mecanismos* da mudança. Os mecanismos da mudança não podem, pois, ser confundidos com as causas da mudança: estas especificam as razões da realização efetiva dos desenvolvimentos potenciais possibilitados por aqueles. Uma última distinção tem a ver com os mecanismos de mudança semântica e opõe os mecanismos *lexicogenéticos* (ou gramaticogenéticos) de mudança semasiológica ou formação de novos significados e de mudança onomasiológica ou formação de novas designações e os mecanismos *sociolexicológicos* (ou sociogramaticais) de propagação de mudanças individuais semasiológicas e onomasiológicas pela

comunidade linguística. Os primeiros são mecanismo cognitivos de *inovação*, ao passo que os segundos são mecanismos sociais de *difusão*.

Estas cinco distinções permitem desenhar o mapa conceptual da Semântica Histórica, sistematizado na Tabela 1. As duas dimensões estruturantes são, por um lado, a distinção entre semasiologia diacrónica e onomasiologia diacrónica, isto é, mudança semasiológica e mudança onomasiológica, respetivamente, e, por outro lado, a distinção entre mudança qualitativa e mudança quantitativa. O mapa vale tanto para a mudança semântica lexical quanto para a mudança semântica construcional ou gramatical.

Tabela 1 – Mapa conceptual da Semântica Histórica

	QUALIDADE: entidades e relações	QUANTIDADE: diferenças de saliência
SEMASIOLOGIA DIACRÓNICA	novos sentidos e mecanismos de mudança (metáfora, metonímia, etc.)	características <i>prototípicas</i> da mudança
ONOMASIOLOGIA DIACRÓNICA	novas designações e mecanismos de mudança (formação de palavras, neologismo, empréstimo, etc.)	mecanismos preferenciais (metáforas/metonímias dominantes, etc.)

Verificando o contributo das principais teorias de Semântica Lexical para a Semântica Histórica, pode dizer-se que a Semântica Cognitiva é a única que se ocupa dos quatro espaços do mapa da Semântica Histórica. A Semântica Histórico-Filológica do séc. XIX, orientada por uma conceção psicológica do significado, estudou principalmente os aspetos qualitativos da mudança semasiológica, designadamente os mecanismos lexicogenéticos de formação de novos significados (embora se tenha ocupado também de mecanismos da mudança onomasiológica, como o empréstimo e a etimologia popular). Pelo contrário, a Semântica Estrutural, assumindo princípios não-psicológicos e autonomistas no estudo do significado, centrou-se nos mecanismos lexicogenéticos da mudança onomasiológica, na mesma linha do seu interesse pelas estruturas sincrónicas onomasiológicas (campos lexicais e relações lexicais), tendo dado particular atenção aos conflitos homonímicos como fator de mudança onomasiológica (ver trabalhos de Gilliéron). A Semântica Generativa não deu contributo significativo ao estudo da mudança lexical. Por seu lado, a

Semântica Cognitiva amplia o mapa da semasiologia e onomasiologia diacrônicas para investigar também os aspetos quantitativos da mudança semasiológica, especificamente os efeitos de prototipicidade na mudança, bem como da mudança onomasiológica, concretamente mecanismos preferenciais, metáforas e metonímias dominantes, tendências de conceptualização de alvos onomasiológicos e trajetórias de lexicalização. Além disso, a Semântica Cognitiva tem investigado também os mecanismos sociolexicológicos tanto da mudança semasiológica como da mudança onomasiológica, contribuindo assim para o desenvolvimento da onomasiologia pragmática e da sociolexicologia, praticamente inexistentes nas tradições semânticas anteriores.

É interessante notar a afinidade entre a Semântica Cognitiva e a Semântica Histórico-Filológica na conceção da mudança semântica: ambas se interessam pela flexibilidade e contextualidade do significado, bem como pelos mecanismos cognitivos subjacentes à mudança semântica e à polissemia, como a metáfora e a metonímia. Como assinala Geeraerts (2010^a, 2010^b), ambas partilham de uma conceção *psicológica* da mudança semântica como um processo baseado em mecanismos cognitivos e de uma conceção *pragmática* da mudança semântica como um processo baseado em atos individuais. A orientação psicológica da Semântica Histórico-Filológica está bem patente em Michel Bréal (1897): Bréal define o significado linguístico como um fenómeno psicológico e a mudança de significado como o resultado de processos psicológicos (Silva, 2006: 20-23). A orientação pragmática da Semântica Histórico-Filológica é ilustrada por Herman Paul (1920): Paul distingue entre significado *usual*, estabelecido e partilhado pelos membros de uma comunidade linguística, e significado *ocasional*, que é a concretização que um conceito mais ou menos geral recebe num contexto particular de comunicação; com base nesta distinção, Paul concebe a mudança semântica em termos de modulações de significados usuais em significados ocasionais.

3. Mudança semântica, cognição e discurso

A mudança semântica envolve uma dimensão *cognitiva*, como processo de conceptualização e utilização de mecanismos cognitivos para a inovação,

e uma dimensão *pragmática*, como processo que ocorre na interação verbal e resulta da difusão e convencionalização da alteração do uso. Todavia, tem havido uma certa tensão entre a perspectiva pragmática e a perspectiva cognitiva da mudança semântica. Argumenta-se, por exemplo, que ocorrendo a mudança semântica necessariamente no uso, ela só pode ser explicada como resultado da convencionalização de implicaturas conversacionais ou de inferências contextualmente sugeridas. Keller (1994) e Traugott (1999) enfatizam a dimensão pragmática da mudança semântica, preferindo entendê-la mais como uma *questão pragmática* de comunicação do que como um *problema cognitivo* de conceptualização. Na mesma perspectiva pragmática, Lima (1999, 2014) considera que nem a metáfora nem a metonímia podem explicar satisfatoriamente a mudança semântica, visto que é necessário um processo de convencionalização para que a mudança ocorra e, durante esse processo, a ligação à metáfora ou à metonímia pode perder-se.

Ora, sendo verdade que os aspetos pragmáticos da mudança semântica são cruciais, pela razão fundamental de que a mudança semântica só pode ocorrer na interação verbal, também é verdade que os falantes quando alteram os significados convencionais estão, intuitiva ou inconscientemente, a utilizar operações mentais de conceptualização e mecanismos cognitivos para essa mudança. Efetivamente, a alteração do uso convencional implica que o falante faça uma escolha de como conceptualizar determinada entidade/situação, mais especificamente que estruturas semânticas têm que ser alteradas e que mecanismos cognitivos têm que ser aplicados (Györi, 2002). A mudança semântica não poderá, pois, ser inteiramente explicada apenas em termos pragmáticos, justamente porque a linguagem não é apenas um meio de comunicação.

Quer isto dizer que a perspectiva pragmática e a perspectiva cognitiva da mudança semântica não são incompatíveis, como por vezes se quer fazer entender, mas antes que fatores conceptuais e fatores pragmáticos são dimensões interatuantes e complementares da mudança semântica (Silva, 2008, 2013). Os novos significados das palavras ou construções e as novas designações emergem no uso atual da língua, a nível do discurso, em termos de interpretações que não são explicitamente expressas mas pretendidas ou, pelo menos, permitidas pelo locutor e interlocutor, isto é, na forma de *inferências sugeridas*

(Traugott/Dasher, 2002). Mas a mudança semântica envolve necessariamente também princípios gerais e mecanismos da cognição humana como a categorização, a prototipicidade, a metáfora e a metonímia conceptuais, a (inter)subjectificação e outras operações de perspetivação conceptual, como os estudos diacrónicos de Semântica Cognitiva (Sweetser, 1990; Geeraerts, 1997; Blank/Koch, 1999; Winters *et al.*, 2010) têm demonstrado.

Relevando a importância da Linguística Cognitiva para o estudo da mudança semântica, podemos identificar três principais contribuições da Semântica Cognitiva para a Semântica Histórica. A primeira contribuição mostra como a noção de saliência conceptual ou *prototipicidade* é chave descritiva e explicativa dos processos de mudança semântica e como aquela noção permite compreender como mudanças específicas interagem com o sistema linguístico ou como a mudança implica uma dialética entre sistema e uso (Geeraerts, 1997). Desta contribuição, ocupar-nos-emos mais adiante. A segunda contribuição responde à questão das possíveis regularidades ou tendências da mudança semântica, mostrando a existência de mecanismos conceptuais de mudança semântica, sejam padrões metafóricos e metonímicos de mudança semântica (Sweetser, 1990; Koch, 2008, 2012), sejam processos produtivos de mudança semântica como a inferenciação sugerida (Traugott/Dasher, 2002), a subjetificação (Traugott, 1989, 1995; Langacker, 1990, 1999), de que falaremos mais adiante, a gramaticalização (Heine/Claudi/Hünemeyer, 1991; Traugott/Dasher, 2002), a lexicalização (Blank/Koch, 1999) e a construcionalização (Traugott/Trousdale, 2013). A terceira contribuição, sendo ainda a menos desenvolvida das três, versa os mecanismos sociais da mudança semântica, em particular a natureza intrinsecamente social do processo de convencionalização semântica, e conta já com promissoras áreas de investigação, como a onomasiologia pragmática (Grondelaers/Geeraerts, 2003), a sociolinguística cognitiva (Kristiansen/Dirven, 2008; Geeraerts/Kristiansen/Peirsman, 2010; Silva, 2014^b) e o modelo evolucionista da mudança linguística de Croft (2000).

Merece especial destaque o modelo evolucionista de Croft (2000), inspirado no evolucionismo neodarwiniano, particularmente na Teoria Generalizada da Seleção elaborada por Hull (1988), e no modelo pragmático de máximas conversacionais de Keller (1994). Croft mostra como o uso da língua

é o lugar próprio da mudança linguística: não são as línguas que mudam, mas os falantes que mudam as línguas através das suas ações linguísticas. Mostra ainda como a mudança linguística é um processo de duas etapas, tal como o é a evolução: a etapa da *replicação alterada* ou inovação rompendo com a convenção linguística e a etapa da *seleção* ou propagação de alguma(s) das novas variantes linguísticas criadas (para uma análise desenvolvida e aplicada ao português, ver Silva, 2010, 2014^a).

4. Protótipos e mudança semântica

O significado linguístico é intrinsecamente dinâmico e flexível e, por isso mesmo, intrinsecamente variável. A flexibilidade semântica decorre do facto de o significado representar o mundo e o mundo ser uma realidade dinâmica, imprecisa e em mudança. Assim, novas experiências implicam que adaptemos as nossas categorias a transformações das circunstâncias e que deixemos lugar para nuances e casos desviantes. Em termos mais conceptuais, a flexibilidade do significado é um efeito do modo como categorizamos a realidade: não sob a forma de “condições necessárias e suficientes”, isto é, propriedades necessariamente comuns aos membros de determinada categoria e suficientes para distinguir essa categoria de outras categorias, como sustenta a chamada teoria “clássica” da categorização, mas com base em *protótipos*, isto é, representações mentais das propriedades e dos exemplares que, nos nossos contextos culturais e sociais, consideramos mais representativos, como propõe a Teoria do Protótipo, tal como tem sido desenvolvida pela Psicologia Cognitiva (Rosch, 1978) e pela Linguística Cognitiva (Geeraerts, 1985, 1997; Taylor, 1995). Categorizar na base de protótipos é categorizar por semelhanças ou associações, de algum modo, com o protótipo, pelo que os membros de uma categoria apresentam diferentes graus de representatividade ou saliência, agrupam-se por similaridades parciais ou *parecenças de família* (Wittgenstein, 1953) e os limites entre si e entre diferentes categorias são geralmente difusos.

A razão maior da prototipicidade está nas próprias características do sistema cognitivo humano e do seu funcionamento. Uma categoria estruturada com base em protótipos satisfaz três requisitos de *eficiência cognitiva* (Gee-

raerts, 1988): (i) densidade informativa, possibilitando máxima informação com o mínimo esforço; (ii) flexibilidade, permitindo aos falantes adaptar a categoria a novas circunstâncias e experiências e nela integrá-las; e (iii) estabilidade estrutural, permitindo interpretar novos factos através do conhecimento já existente e, assim, evitar que aquela flexibilidade torne a categoria comunicativamente ineficiente. As categorias prototípicas tornam o sistema conceptual mais económico e têm a enorme vantagem de facilmente se adaptarem à inevitável variação e mudança da realidade e de funcionarem como modelos interpretativos das novas condições, situações ou necessidades.

Tabela 2 – Prototipicidade e características da mudança semasiológica

	EXTENSIONALMENTE (a nível dos referentes)	INTENSIONALMENTE (a nível dos significados)
SALIÊNCIA (estrutura centro-periferia)	(1) graus de representatividade entre os membros de uma categoria ↓ (a) mudança semântica como modulações de centros prototípicos	(2) agrupamento de significados em “parecenças de família” e sobreposições ↓ (b) mudança semântica como alteração da estrutura de significados em “parecenças de família” e sobreposições
FLEXIBILIDADE (problemas de demarcação)	(3) flutuações nas margens de uma categoria, ausência de limites nítidos ↓ (c) mudanças semânticas efémeras (poligénese semântica)	(4) impossibilidade de definições em termos de “condições necessárias e suficientes” ↓ (d) natureza enciclopédica da mudança semântica: mudança a partir de aspetos contextuais de significados já existentes

A prototipicidade não é um fenómeno único mas múltiplo, existindo assim diferentes *efeitos de prototipicidade* que não são necessariamente coextensivos. São efeitos de prototipicidade, indicados em (1)-(4) da Tabela 2: (1) a existência de diferentes graus de representatividade entre os membros de uma categoria, pelo que alguns membros são mais representativos dessa categoria do que outros; (2) a estrutura interna na forma de parecenças de família, pelo que os atributos ou os sentidos de uma categoria se associam

por parencas de família e em estruturas radiais; (3) a ausência de limites precisos entre diferentes categorias, havendo assim flutuações nas margens de uma categoria; e (4) a impossibilidade de definição de uma categoria em termos de um conjunto de atributos necessários e suficientes, não podendo assim postular-se definições essencialistas.

A prototipicidade é uma das principais motivações da mudança semântica. Geeraerts (1997) demonstra que os processos de mudança semasiológica tomam determinadas formas implicadas por efeitos de prototipicidade na estrutura interna das categorias. A Tabela 2 sintetiza os quatro efeitos de prototipicidade, indicados em (1)-(4), e as quatro características da mudança semântica, indicadas em (a)-(d), geradas por aqueles efeitos.

Primeiro, as diferenças de saliência entre os elementos do campo de aplicação referencial de uma categoria (1) fazem com que mudanças na *extensão* de um único significado tomem a forma de modulações do seu centro prototípico e de uma consequente expansão deste (a). Segundo, o agrupamento de significados em parencas de família (2) faz com que mudanças na *intensão* de uma categoria envolvam, não sentidos individuais e isolados, mas todo o conjunto de sentidos assim agrupados (b): é esta estrutura radial que se altera, ora na forma de desenvolvimentos a partir de vários sentidos coexistentes e/ou desaparecimentos de sentidos periféricos, ora na forma de reorganizações de protótipos. Terceiro, a flexibilidade *extensional* ou ausência de limites nítidos (3) explica que a mudança tome a forma de modulações efêmeras das margens de uma categoria, de que pode resultar uma *poligénese* semântica (c), isto é, o facto de um mesmo significado surgir mais do que uma vez na história da palavra. Finalmente, a flexibilidade *intensional* ou impossibilidade de uma definição em termos de condições necessárias e suficientes (4) determina a natureza *enciclopédica* da mudança semântica (d), no sentido de esta poder envolver qualquer informação associada a determinado item lexical e, consequentemente, um novo sentido poder surgir, não de um sentido já existente como um todo, mas de um subconjunto pragmático ou de uma inferência. Sintetizando as quatro características, a mudança semasiológica pode consistir numa modulação do centro prototípico (a), numa alteração do agrupamento de significados por parencas de família (b), em mudanças efêmeras (c) e em mudanças a partir de matizes contextuais (d).

O desenvolvimento histórico do verbo *deixar*, que deriva do verbo latino *laxare* ‘afrouxar, relaxar’, é um bom exemplo da relevância da prototipicidade nos processos de mudança semântica (ver Silva, 1999, 2003, 2006: 185-218). Foi a partir do sentido de ‘largar, soltar’, uma aplicação metonímica de *laxare* que se tornou prototípica por volta do séc. II d.C., que se formaram, ainda no latim pós-clássico e tardio, os dois grupos de sentidos atuais – ‘abandonar’ e ‘não intervir’. Do latim tardio ao português, o desenvolvimento semântico de *deixar* envolve um processo de *desprototipização* de ‘largar, soltar’ e duas reestruturações semasiológicas prototípicas à volta dos dois novos protótipos de natureza psicossocial: ocorrem, de um lado, a prototipização de ‘permitir, autorizar’ e, mais tarde, como resultado do reforço da passividade do sujeito, a prototipização de ‘não intervir’ e, do outro lado, a prototipização de ‘abandonar’. A desprototipização de ‘largar, soltar’ deu origem a uma tensão homonímica entre os dois novos grupos de sentidos. Mas a homonimização de *deixar* (ainda) não se consumou. O fator principal que garante uma certa coesão semântica interna são as transformações de *esquemas imagéticos* que estão por trás dos dois grupos de sentidos: as duas categorias ‘abandonar’ e ‘não intervir’ estão ligadas entre si por uma inversão do participante dinâmico (o sujeito em *deixar* ‘abandonar’ e o objeto em *deixar* ‘não intervir’).

Ilustrando os efeitos de prototipicidade na mudança semasiológica do verbo *deixar*, a característica (a) vê-se nas sucessivas modulações do protótipo original ‘largar, soltar’ e dos protótipos que lhe seguiram. A característica (b) documenta-se na emergência e na perda de sentido de *laxare* e na reestruturação de protótipos. Os novos sentidos de *laxare* no latim pós-clássico e tardio, como ‘abandonar’, ‘permitir’, ‘legar’, surgiram do novo protótipo ‘largar, soltar’, mas com influências de antigas e novas aplicações: por exemplo, o sentido normativo ‘permitir, autorizar’ formou-se daquele protótipo através do sentido, também derivado e sociomoral, de ‘conceder (dom, direito), perdoar, isentar’. Ao mesmo tempo, desapareceram sentidos primitivos, como ‘alargar, estender’ e, um pouco mais tarde, ‘afrouxar, relaxar’, e ainda o sentido derivado ‘perdoar, isentar’. Além disso, a desprototipização de ‘largar, soltar’ nos finais da latinidade abriu caminho à prototipização de ‘abandonar’, de um lado, e de ‘permitir, autorizar’, do outro, e esta reestruturação de protótipos, consumada no português antigo, foi seguida de uma outra, que levou à proto-

tipização do sentido *passivo* de ‘não intervir’, em detrimento do sentido *ativo* ‘permitir, autorizar’. O desenvolvimento dos sentidos trivalentes de *deixar*, a começar por ‘ir embora depois de ter deslocado (o objeto)’, ilustra a característica (d). Este sentido espacial trivalente e, através dele, os outros sentidos trivalentes (‘ir embora depois de ter alterado/de ter transferido a posse, isto é, legar’) surgiram de uma *reanálise* de um subconjunto contextual e pragmático bivalente do protótipo, designadamente ‘*x* larga, solta *y*, num determinado lugar’, na estrutura trivalente ‘*x* deixa *y* num determinado lugar’.

Importa notar que a *inferenciação sugerida*, proposta por Traugott/Dasher (2002) como processo fundamental da mudança semântica, pelo qual esta ocorre quando *inferências* que emergem em contextos específicos se generalizam e posteriormente se convencionalizam como *significado codificado* associado a determinada construção, encontra aqui o seu lugar próprio. A convencionalização de inferências sugeridas corresponde à característica (d) da mudança semasiológica, indicada na Tabela 2, isto é, ela resulta de um efeito de prototipicidade e toma a forma de uma mudança a partir de um subconjunto pragmático de um significado já existente. Além disso, o processo de inferenciação sugerida não é um mecanismo autónomo de mudança semântica, como a literatura funcionalista sugere, mas é por natureza um processo metonímico, participando assim da metonímia como processo cognitivo de mudança semântica.

Os efeitos de prototipicidade determinam também a mudança onomasiológica: podem diferenciar sinónimos e podem dar origem a sinónimos. A história semântica do verbo *deixar* nas suas relações com *abandonar* e *permitir* (Silva, 1999) volta a ser um bom exemplo. Os verbos *abandonar* e *permitir* entraram na língua portuguesa nos finais do português antigo: aquele como galicismo e este como latinismo jurídico. A entrada tardia de *abandonar* e *permitir* no português conduziu a uma situação de completa sinonímia com dois usos de *deixar*. Todavia, esta situação rapidamente desencadeou uma dissimilação semântica que tomou a forma de uma reorganização de protótipos, principalmente na estrutura semasiológica de *deixar*. Por um lado, com a entrada de *permitir*, o uso passivo de ‘não impedir’ (passividade do sujeito de *deixar*) tornou-se prototípico em comparação com o sentido ativo de ‘permitir’. Por outro lado, os novos verbos *abandonar* e *permitir* vieram colocar

os sentidos prototípicos de *deixar* em níveis hierarquicamente mais esquemáticos, designadamente ‘suspender ativamente a interação não espacial com o que se caracteriza como estático’, em *deixar* com complemento nominal, e ‘não se opor passivamente com o que se apresenta como dinâmico’, em *deixar* com complemento verbal.

Há ainda diferenças de significado não referencial entre os três sinónimos. Em relação a *abandonar*, *deixar* exprime abandono com densidade emotiva menor, pelo que *deixar* pode ser usado como eufemismo dos processos expressos por *abandonar* (uma diferença de significado emotivo). Em relação a *permitir*, *deixar* é usado no registo não formal (uma diferença de significado estilístico) e pressupõe uma autoridade mais familiar ou pessoal, por outras palavras, uma autoridade *subjetificada* (uma diferença de significado pragmático). Necessidades emotivas, estilísticas e pragmáticas motivaram, assim, a emergência de *permitir* e *abandonar* e facilitaram a reorganização de protótipos de *deixar*.

5. Subjetificação e mudança semântica

A (inter)subjetificação tem ocupado um lugar central nas abordagens cognitivistas e funcionalistas da mudança semântica e da gramaticalização, nos últimos anos (para uma visão geral, ver Stein/Wright, 1995; Athanasiadou/Canakis/Cornillie, 2006; Davidse/Vandelanotte/Cuyckens, 2010). Subjetificação e intersubjetificação constituem processos bastante produtivos e regulares de mudança semasiológica no sentido de um maior envolvimento do conceitualizador/locutor, pela intromissão da sua perspetiva ou atitude (*subjetificação*), ou no sentido de maior saliência da relação entre locutor e interlocutor (*intersubjetificação*). Estas noções pressupõem a ideia relativamente antiga, mas poucas vezes explorada, da natural e inevitável *subjetividade* da linguagem (Benveniste, 1966; Lyons, 1982).

Na teoria linguística atual, existem duas abordagens principais do fenómeno da (inter)subjetificação: a abordagem pragmático-funcional de Traugott (1989, 1995, 1999, 2003, 2010) e a abordagem cognitiva de Langacker (1990, 1998, 1999, 2003, 2006). Traugott focaliza o processo diacrónico e a dimensão

pragmática da subjetificação, ao passo que Langacker focaliza o próprio processo de conceptualização envolvido. Por outro lado, Traugott vê o fenómeno em termos de *reforço pragmático*, ao passo que Langacker prefere falar em *atenuação semântica*. As diferenças entre as duas abordagens resultam sobretudo da perspectiva teórica sobre a linguagem assumida por cada autor, pelo que elas são, no essencial, compatíveis e até complementares.

Traugott (1989, 1995, 1999, 2003, 2010) focaliza o processo diacrónico e a dimensão pragmática da subjetificação, entendendo este fenómeno como um processo de mudança semasiológica pelo qual significados que descrevem uma situação externa passam a indicar perspectivas, atitudes e crenças do locutor em relação a essa situação. Esta tendência para a subjetificação resulta da combinação de tendências mais específicas de mudança semântica, configurando o contínuo evolutivo *proposicional* > *textual* > *expressivo*. Como tendências para a pragmatização do significado, Traugott argumenta que a subjetificação deve ser vista como um processo de *reforço pragmático* (Traugott, 1999: 188), resultante da convencionalização de *inferências sugeridas* (Traugott/Dasher, 2002: 34-40). Entre os vários estudos de caso, sumariados em Traugott/Dasher (2002), contam-se o desenvolvimento de verbos modais de expressão de modalidade deontica e/ou epistémica, o desenvolvimento de advérbios e conjunções com função discursiva, o desenvolvimento de verbos e construções performativos e o desenvolvimento de deícticos sociais.

Enquanto as expressões de subjetividade codificam a atitude ou perspectiva do locutor, os marcadores de intersubjetividade codificam a atenção do locutor para com o seu interlocutor. Traugott (2003: 130) define a *intersubjetificação* como um processo de mudança semântica pelo qual um significado passa a codificar a relação entre locutor e interlocutor em sentido quer epistémico quer social. Por exemplo, as expressões *eu acho*, *eu penso*, *eu suponho/creio* podem ser usadas, não somente para exprimir a subjetividade do locutor, mas também para reconhecer necessidades intersubjetivas. Outros exemplos de intersubjetificação: a seleção de pronomes pessoais para propósitos deícticos atitudinais e sociais e os marcadores de delicadeza.

Langacker (1990, 1998, 1999, 2003, 2006) explora o processo de conceptualização envolvido e entende *subjetividade* e *subjetificação* em termos da dimensão conceptual da *perspetiva* ou *arranjo de visão* na relação assimétrica

entre sujeito observador/conceitualizador e objeto observado/conceitualizado. Uma entidade ou situação é *objetivamente* construída na medida em que é colocada “dentro de cena” e vista do exterior, como foco específico de atenção, como objeto de per/conceção; é *subjetivamente* construída na medida em que permanece “fora de cena”, como sujeito não consciente de si mesmo e implícito de per/conceção (Langacker, 2006: 18, 2008: 77). A *subjetificação* é, então, o processo pelo qual uma entidade passa de ‘objeto’ a ‘sujeito’ de per/conceção e, conseqüentemente, o conceitualizador/locutor (ou um outro elemento do ato de fala) deixa de ser um observador/elemento externo e passa a fazer parte do conteúdo de conceitualização.

Inicialmente, Langacker (1990) entendia a subjetificação em termos de substituição: determinada relação dentro da situação objetiva é substituída por uma relação correspondente subjetivamente construída, inerente ao próprio processo de conceitualização. Mais recentemente, Langacker (1999, 2006) esclarece que a subjetificação não deve ser caracterizada em termos de substituição de uma situação objetiva por uma relação subjetivamente construída, mas como um processo de *debilitação semântica* (“semantic bleaching”) ou *atenuação* da conceção objetiva. A razão principal, argumenta Langacker (1999, 2006), reside no facto de que a componente subjetiva (isto é, a perspectiva do conceitualizador) é imanente à conceção objetiva, faz parte do próprio processo de conceitualização. A subjetificação ou atenuação semântica é um fenómeno gradual e multifacetado que, segundo Langacker (1999: 155-56), se caracteriza relativamente a, pelo menos, quatro parâmetros de mudança: (i) mudança de estatuto: de atual para potencial ou de específico para genérico; (ii) mudança de foco de atenção: de *perfilado* (focalizado, designado) para não *perfilado*; (iii) mudança de domínio: da interação física para a interação experiencial ou social; e (iv) mudança de fonte de atividade: de entidade “em cena” para entidade “fora de cena”.

A abordagem funcionalista de Traugott e a abordagem cognitivista de Langacker complementam-se, apesar das suas diferenças de enquadramento teórico. Na verdade, inferenciação contextual e reforço pragmático, no sentido de Traugott, e perspetivação conceptual e atenuação semântica, na abordagem de Langacker, são dimensões do mesmo processo.

Apesar de a *(inter)subjetificação* constituir uma tendência muito frequente e produtiva de mudança semântica, vamos defender a hipótese de que não se trata de um mecanismo autónomo de mudança semântica, mas antes um efeito dos conhecidos mecanismos de mudança semântica como a metonímia, a metáfora, a generalização e a especialização. Defendemos também a hipótese de que, embora a subjetificação envolva tanto o processo de reforço pragmático (no sentido de Traugott) quanto o processo de atenuação semântica (no sentido de Langacker), o reforço pragmático é determinado pelo tipo de traços semânticos que são atenuados, isto é, a *(inter)subjetificação* implica um processo gradual de atenuação semasiológica. Vamos ilustrar estas hipóteses com a análise sumária de três exemplos de subjetificação da história semântica do português.

Começemos por um dos casos emblemáticos de gramaticalização e subjetificação: a construção *ir + INF* como marcador de futuro. A mudança semântica dá-se do sentido de movimento do verbo *ir* para o sentido de tempo futuro da construção *ir + INF*. No sentido básico de movimento de afastamento, a noção de futuro está já presente, como traço inferido. Em termos cognitivos, o movimento *subjetivo* do conceptualizador no tempo está imanente na conceção do movimento *objetivo* do sujeito no espaço. Verifica-se nesta mudança uma atenuação da atividade do sujeito de *ir*, especificamente uma atenuação dos traços de ‘movimento’, ‘agentividade’ e ‘intencionalidade’: o ‘movimento’ perde a sua componente física, bem como a ‘agentividade’ e o ‘propósito’. Esta atenuação da atividade do sujeito de *ir + INF* inclui outras mudanças semânticas. Uma dessas mudanças dá-se por similaridade literal: a leitura de tempo futuro é processada por similaridade com a leitura de movimento de afastamento. Outra mudança consiste na generalização de sentido e processa-se através do esbatimento dos traços semânticos de ‘movimento’ e ‘propósito’. Uma terceira mudança e a mais relevante é de natureza metonímica: a transferência de estatuto do traço pragmaticamente inferível de ‘futuro’ para o traço convencionalmente semântico de ‘futuro’, isto é, a noção de ‘futuro’, já presente na construção como traço inferido, convencionaliza-se metonimicamente como significado codificado da construção *ir + INF*.

O processo de gramaticalização e subjetificação da construção *ir + INF* resulta da metonímia e não da metáfora, contrariamente ao que defendem Sweetser (1988, 1990) e Heine/Claudi/Hünemeyer (1991) para a construção

equivalente do inglês *be going to*. Na verdade, em *ir + INF* ou *be going to + INF* não há mudança do domínio espacial para o domínio temporal, mas simplesmente retenção e convencionalização (metonímica) de uma relação temporal que esteve sempre presente.

Passemos agora ao desenvolvimento dos significados causativos e permissivos do verbo *deixar* na construção completiva com complemento infinitivo ou finito (Silva, 1999). Esta evolução semântica envolve um processo gradual de atenuação do controlo e agentividade do causador e, conseqüentemente, um processo de subjetificação. A extensão semântica do significado originariamente prototípico ‘largar-soltar’, exemplificado em (1), para ‘permitir que alguém realize determinada ação’, como em (2), envolve a passagem de cessação de bloqueio para não-ocorrência de barreira e configura uma primeira atenuação da fonte de atividade, que passa do domínio do causador para o domínio do causado. A atividade do causador sofre uma atenuação posterior, quando *deixar + INF/QUE* passa a significar ‘não impedir que alguém realize determinada ação’, como em (3): o causador abstém-se de exercer a sua força bloqueadora, adotando assim uma atitude passiva de não intervenção. A construção causativa com indicativo de (4), típica do discurso oral, configura um outro passo no processo de atenuação: a fonte de atividade passa agora para o domínio da interação entre locutor e interlocutor, pelo que estamos perante um processo de intersubjetificação.

(1) *O Zé deixou o pássaro voar (abrindo a gaiola).*

(2) *O Zé pediu-me para ir ao cinema, e eu deixei-o ir.*

(3) *O Zé pôs-se a fazer disparates, e eu deixei-o fazer.*

(4) *Deixa, (que) eu faço isso.*

A atenuação e (inter)subjetificação de *deixar + INF/QUE* resulta de mecanismos metonímicos e metafóricos de mudança semântica. Por um lado, deixar X livre implica permitir que X se vá embora e não impedir X de se ir embora, isto é, os sentidos de ‘permitir’ e ‘não impedir’ correspondem a convencionalizações de inferências metonímicas de ‘largar-soltar’. Por outro lado, a dinâmica de forças físicas de remoção de barreira do sentido originário de ‘largar-soltar’ é metaforicamente projetada no domínio sociomoral de conce-

der permissão. A permissão é assim conceptualizada metaforicamente como ausência ou eliminação de barreira no percurso do movimento de um agente em direção a uma meta.

Finalmente, observemos a (inter)subjetificação dos sufixos diminutivo e aumentativo. Os sufixos diminutivo e aumentativo exprimem diversos sentidos avaliativos e interacionais, construídos a partir dos significados básicos de ‘tamanho pequeno’ e ‘tamanho grande’ (Silva, 2006: 219-241). Os sentidos relativizador (como *cortezito*), aproximativo (como *quilito*) e intensificador (como *pertinho*) do diminutivo representam um primeiro nível de atenuação, que envolve tanto a relação de pequenez per/concebida objetivamente quanto o papel desempenhado pela entidade designada pelo respetivo nome. Estes usos são já avaliativos e, por consequência, o escaneamento mental do conceptualizador é já *subjetivo*.

Os sentidos apreciativos e depreciativos do diminutivo (como em *mãezinha* e *gentinha*) e do aumentativo (como em *paizão* e *povão*) representam uma subjetificação completa, visto que todos os parâmetros de atenuação concorrem em grau elevado. Primeiro, o traço semântico do tamanho é completamente esbatido. Segundo, a entidade designada pelo nome perde o seu estatuto de entidade comparável e mensurável. Terceiro, o conceptualizador torna-se mais ativamente envolvido e afetado na construção da relação, havendo assim uma alteração na fonte de atividade: de uma entidade focalizada dentro de cena, designada pelo nome, para uma entidade fora de cena, que é o conceptualizador. Finalmente, temos uma mudança radical de domínio: a escala da extensão de tamanho das entidades observadas pelo conceptualizador é substituída pela escala da extensão emocional do próprio conceptualizador.

Os sentidos interacionais do diminutivo (delicadeza, simpatia, interação com crianças, eufemismo) e do aumentativo (simpatia, ironia, insulto) representam o grau mais elevado de atenuação e (inter)subjetificação. Os elementos do objeto conceptualizado passam a relacionar-se com o interlocutor ou simplesmente deixam de existir. E a fonte de atividade passa agora para o domínio do ato de fala, mais especificamente para a atividade discursiva do falante de aproximação e manipulação do interlocutor em ordem a obter a adesão deste. Temos, pois, agora o processo de intersubjetificação.

A atenuação da relação de tamanho e o consequente reforço da perspectiva (inter)subjativa do locutor/interlocutor interagem com mudanças metonímicas e metafóricas. Ocorrem projeções metafóricas e metonímicas baseadas na experiência da nossa interação com objetos pequenos e grandes, nomeadamente a capacidade que temos de os controlar e a importância que lhes atribuímos.

Os três estudos de caso – a construção *ir + INF* para a expressão do futuro, a construção *deixar + INF/QUE* para a expressão de causalidade e permissão e os usos avaliativos e pragmáticos dos sufixos diminutivo e aumentativo – mostram dois resultados principais: (i) a (inter)subjeficação implica um processo gradual de atenuação semasiológica e, a partir deste, um processo gradual de reforço pragmático; (ii) a (inter)subjeficação é um efeito de mecanismos básicos de mudança semântica, como a generalização, a similaridade literal, a metonímia e a metáfora. Como fenómeno associado ao processo de atenuação semântica, a subjeficação relaciona-se mais frequentemente com a generalização e a similaridade literal. Como fenómeno associado à expressão da perspectiva ou atitude do falante e como fenómeno de mudança semântica por convencionalização de inferências sugeridas, a subjeficação relaciona-se mais frequentemente com a metonímia. É a metonímia o mecanismo cognitivo que melhor explica o processo de (inter)subjeficação, o que está em sintonia com a enorme produtividade da metonímia na mudança semântica, como demonstrado por alguns autores, como Koch (2008, 2012). Não parecendo ser um mecanismo autónomo de mudança semântica, a (inter)subjeficação não deixa de ser uma tendência natural de conceptualização, por mudança de perspectiva na relação entre sujeito e objeto de per/conceção, e de mudança semântica, na medida em que toda a linguagem, como já dizia Benveniste (1966), está inexoravelmente marcada pela subjefividade.

6. Mudança semântica, gramaticalização e construcionalização

A mudança semântica pode incidir ora no significado *lexical* (ou referencial) ora no significado *gramatical* (ou funcional), embora a distinção entre um e outro seja não dicotómica, mas gradual. Neste segundo caso, a

mudança semântica está tipicamente incluída no processo de *gramaticalização*, mediante o qual uma unidade lexical adquire uma função gramatical ou uma unidade gramatical adquire uma função ainda mais gramatical (Lehmann, 1982; Hopper/Traugott, 1993; Bybee/Perkins/Pagliuca, 1994; Heine/Kuteva, 2002, entre outros). É uma mudança linguística gradual, tipicamente unidirecional, que envolve a correlação de diversas mudanças linguísticas, nomeadamente morfossintáticas, semânticas, pragmáticas e fonológicas. Esta macromudança compreende geralmente reinterpretação ou *reanálise* estrutural, *descategorização* de propriedades morfossintáticas, generalização e *debilitação* ou *dessemantização* do significado básico, pragmatização ou *discursivização* do significado e *subjefificação*, *rotinização* de aspetos pragmático-discursivos e de novas funções e construções gramaticais e, por vezes, *erosão* fonética. Entre os processos de gramaticalização mais produtivos e interlinguísticos, estão a formação de auxiliares e perífrases verbais de tempo, aspeto e modalidade a partir de verbos de movimento ou outros verbos plenos (e.g. *ir, andar, ficar, passar, ter, poder, dever*), a formação de preposições e locuções prepositivas a partir de termos de partes do corpo (ingl. *back, behind; ao pé de, face a*), a formação de conjunções e locuções conjuncionais a partir de nomes, advérbios, expressões fixas ou conjunções já existentes (e.g. *logo, mal, assim, embora* < *em boa hora, enquanto*) e a formação de marcadores discursivos a partir de fontes lexicais ou gramaticais (*tipo, pronto, bom, bem, aí, pois*).

Nas últimas três décadas, a gramaticalização tornou-se um tema preferido de investigação, provavelmente o processo de mudança linguística mais estudado, graças à sua amplitude e à diversidade de mudanças que envolve, ao desenvolvimento paralelo de forma e significado e, particularmente, à sua regularidade interlinguística. Os inúmeros estudos cognitivos e funcionais da gramaticalização têm, por um lado, revelado novas e iluminadoras facetas deste processo de mudança linguística e, por outro lado, aberto tensões e mesmo ruturas no próprio conceito de gramaticalização. Várias questões têm sido objeto de um amplo debate, nomeadamente a própria definição de gramaticalização, a hipótese da unidirecionalidade ou irreversibilidade do processo de gramaticalização, os mecanismos da gramaticalização, entre os quais se encontram a metonímia, a metáfora e a subjefificação, as motivações da

gramaticalização e a distinção entre gramaticalização e outros processo de mudança linguística como a lexicalização, a desgramaticalização e a pragmatização (ver Silva, 2012^a, 2012^b). O que dissemos nas secções anteriores sobre (inter)subjeficação e prototipicidade aplica-se igualmente à gramaticalização.

Não obstante os questionamentos e alguma erosão no conceito de gramaticalização, as recentes discussões e controvérsias têm permitido importantes avanços na compreensão deste fenómeno. A gramaticalização deixa de ser vista como um processo que afeta simplesmente formas lexicais e gramaticais e passa a ser compreendida como um fenómeno que envolve necessariamente uma *construção* e não ocorre senão no uso dessa construção em contextos específicos. Itens lexicais desenvolvem funções gramaticais e itens gramaticais desenvolvem funções ainda mais gramaticais sempre dentro de *construções particulares* (Traugott, 2003; Bybee, 2007). A repetição, o uso frequente e a rotinização são determinantes para que ocorra um processo de gramaticalização: alterações pragmáticas e discursivas de uma construção passam a ser usadas com frequência, entram na rotina, automatizam-se e, com o passar do tempo, convencionalizam-se como novas construções, já desprovidas dos seus condicionamentos pragmático-discursivos. A nova construção gramatical surge, não de uma construção já existente como um todo, mas de um aspeto pragmático-discursivo – uma inferência, por exemplo – dessa construção. A gramaticalização consiste, pois, em fazer com que uma estratégia comunicativa operando a nível pragmático ou discursivo e associada a uma construção particular se converta numa construção gramatical convencionalizada. A gramaticalização é, assim, um efeito de prototipicidade, correspondente ao efeito (d) da Tabela 2. A gramaticalização, como a mudança semântica em geral, envolve fatores quer pragmático-discursivos de pragmatização e discursivização quer cognitivos de conceptualização e perspetivização conceptual. A gramaticalização, como a mudança semântica em geral, envolve mecanismos linguístico-genéticos de inovação ou criação de novas construções e novos significados e mecanismos sociolinguísticos de propagação das inovações individuais pela comunidade linguística.

As novas perspetivas sobre a gramaticalização, juntamente com o desenvolvimento do modelo cognitivo de Gramática de Construções (Goldberg, 1995, 2006; Croft, 2010; Langacker, 2008) têm permitido desenvolver a abor-

dagem *construcionista* da mudança linguística (Traugott/Trousdale, 2013), sustentada nos princípios gerais de que (i) a mudança linguística é uma alteração efetuada no *uso*, isto é, na interação verbal; (ii) o lugar da mudança é a *construção*, entendida como unidade simbólica (associação de forma e significado) convencional; e (iii) inovação e propagação, referidas nas secções anteriores, são propriedades conjuntamente necessárias da mudança linguística.

Na perspetiva construcionista da mudança, distinguem-se dois tipos principais de mudança linguística: construcionalização e mudança construcional (Traugott/Trousdale, 2013). Por *construcionalização* entende-se a criação de uma associação de uma nova forma e um novo significado, podendo a construcionalização ser lexical ou gramatical e podendo daí resultar uma nova microconstrução ou uma nova macroconstrução ou esquema construcional. Traugott/Trousdale (2013: 22-26) dão como exemplo da primeira *cupboard* ‘armário’ (de *cup* ‘copo’ e *board* ‘pedaço de madeira’) e da segunda o desenvolvimento das expressões partitivas *a lot/bit/shred of* como quantificadores. A *mudança construcional* é a alteração de uma dimensão interna da construção e não da construção como um todo. Assim, um processo de construcionalização é geralmente precedido e seguido por sucessivas mudanças construcionais. Por exemplo, a convencionalização da inferência de ‘quantidade’ é uma das mudanças construcionais de *a lot/bit/shred of*. Tanto a construcionalização como a mudança construcional mostram que tanto a forma como o significado têm que ser igualmente tidos em conta no estudo da mudança linguística.

7. Conclusão

A mudança semântica está intrinsecamente ligada a princípios gerais da cognição humana. E estratégias pragmático-discursivas motivam e determinam processos de mudança semântica. Fatores conceptuais e fatores pragmático-discursivos e sociais são, pois, dimensões interatuantes e complementares do processo de mudança semântica. A mudança semântica surge necessariamente na interação verbal através de mecanismos cognitivos de inovação e de mecanismos sociais de propagação pela comunidade. Estudar a mudança semântica implica, assim, uma perspetiva centrada no uso da linguagem e

uma perspectiva cognitiva e social da linguagem. A Linguística Cognitiva, como modelo orientado para o significado, como modelo experiencialista, fundamentado na natureza experiencial da linguagem, de que a historicidade é uma componente essencial, e como modelo centrado no uso da linguagem, sendo este a origem e a causa da mudança linguística, traz um importante contributo para a Semântica Histórica.

A prototipicidade, como princípio geral da categorização e da conceptualização, desempenha um papel fundamental na mudança semântica: a prototipicidade motiva e implica a própria mudança semântica e determina as características da mudança semântica. Cada um dos efeitos de prototipicidade, nomeadamente a existência de diferentes graus de representatividade entre os membros de uma categoria, a estrutura interna na forma de parencas de família, a ausência de limites precisos entre diferentes categorias e a impossibilidade de definição de uma categoria em termos de um conjunto de atributos necessários e suficientes, tem consequências específicas na mudança semântica. Especificamente, os efeitos de prototipicidade fazem com que a mudança semântica tome a forma de modulações do centro prototípico de uma categoria, ou a forma de uma alteração do agrupamento de significados por parencas de família, que possa haver poligénese semântica e que um novo sentido possa surgir, não de um sentido já existente como um todo, mas de um subconjunto pragmático-discursivo ou de uma inferência.

A subjetificação ou desenvolvimento de significados ancorados nas perspectivas, crenças e atitudes do conceptualizador/locutor constitui uma tendência geral e muito produtiva da mudança semântica, tanto lexical como gramatical. Ao contrário do que vários estudos funcionalistas e cognitivistas sugerem, a subjetificação não constitui um mecanismo autónomo da mudança semântica, mas antes um efeito de prototipicidade e de mecanismos básicos da mudança semântica, especialmente a metonímia.

Referências bibliográficas

ALLAN, Kathryn/Justyna A. Robinson (2012): *Current Methods in Historical Semantics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton.

- ATHANASIADOU, Angeliki/Costas Canakis/Bert Cornillie (eds.) (2006): *Subjectification. Various Paths to Subjectivity*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- BENVENISTE, Emile (1966): "De la subjectivité dans le langage". In Emile Benveniste, *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Gallimard, 258-266.
- BLANK, Andreas/Peter Koch (eds.) (1999): *Historical Semantics and Cognition*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- BRÉAL, Michel (1897): *Essai de sémantique. Science des significations*. Paris: Hachette.
- BRINTON, Laurel/Elizabeth C. Traugott (2005). *Lexicalization and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BYBEE, Joan L. (2007): "Diachronic Linguistics". In Dirk Geeraerts/Hubert Cuyckens (eds.), *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford/New York: Oxford University Press, 945-987.
- BYBEE, Joan/Revere D. Perkins/William Pagliuca (1994): *The Evolution of Grammar. Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CROFT, William (2000): *Explaining Language Change: an Evolutionary Approach*. London: Longman.
- CROFT, William (2001): *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- DAVIDSE, Kristin/Lieven Vandelanotte/Hubert Cuyckens (eds.) (2010): *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton.
- GEERAERTS, Dirk (1985): *Paradigm and Paradox. Explorations into a Paradigmatic Theory of Meaning and its Epistemological Background*. Leuven: Leuven University Press.
- GEERAERTS, Dirk (1997): *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon Press.
- GEERAERTS, Dirk (1988): "Where does prototypicality come from?". In Brygida Rudzka-Ostyn (ed.), *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 207-229.
- GEERAERTS, Dirk (2010^a): *Theories of Lexical Semantics*. Oxford: Oxford University Press.
- GEERAERTS, Dirk (2010^b). "Prospects for the past: Perspectives for diachronic cognitive semantics". In Margaret E. Winters/Heli Tissari/Kathryn Allan (eds.), *Historical Cognitive Linguistics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 333-356.

- GEERAERTS, Dirk/Hubert Cuyckens (eds.) (2007): *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- GEERAERTS, Dirk/Gitte Kristiansen/Yves Peirsman (eds.) (2010). *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton.
- GOLDBERG, Adele (1995): *Constructions. A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press.
- GOLDBERG, Adele (2006): *Constructions at Work. The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press.
- GRONDELAERS, Stefan/Dirk Geeraerts (2003): "Towards a pragmatic model of cognitive onomasiology". In Hubert Cuyckens/René Dirven/John R. Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 67-92.
- GRONDELAERS, Stefan/Dirk Speelman/Dirk Geeraerts (2007): "Lexical variation and change". In Dirk Geeraerts/Hubert Cuyckens (eds.), *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford/New York: Oxford University Press, 988-1011.
- GYÖRI, Gábor (2002): "Semantic change and cognition", *Cognitive Linguistics*, 13-2, 123-166.
- HEINE, Bernd/Ulrike Claudi/Friederike Hünemeyer (1991): *Grammaticalization: a Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HEINE, Bernd/Tania Kuteva (2002): *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOPPER, Paul J./Elizabeth C. Traugott (2003²): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HULL, David L. (1988): *Science as a Process: An Evolutionary Account of the Social and Conceptual Development of Science*. Chicago: The University of Chicago Press.
- KELLER, Rudi (1994): *On Language Change: The Invisible Hand in Language*. London/New York: Routledge.
- KOCH, Peter (2008): "Une «bonne à tout faire»: l'omniprésence de la métonymie dans le changement linguistique". In Benjamin Fagard *et al.* (eds.), *Evolutions en français. Etudes de linguistique diachronique*. Bern: Peter Lang, 171-196.
- KOCH, Peter (2012): "The pervasiveness of contiguity and metonymy in semantic change". In Kathryn Allan/Justyna A. Robinson (eds.), *Current Methods in Historical Semantics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 259-311.
- KRISTIANSEN, Gitte/René Dirven (eds.) (2008): *Cognitive Sociolinguistics: Language Variation, Cultural Models, Social Systems*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

- LANGACKER, Ronald W. (1990): "Subjectification", *Cognitive Linguistics*, 1-1, 5-38.
- LANGACKER, Ronald W. (1998): "On subjectification and grammaticalization". In Jean-Pierre Koenig (ed.), *Discourse and Cognition: Bridging the Gap*. Stanford, CA: CSLI Publications, 71-89.
- LANGACKER, Ronald W. (1999): "Losing control: grammaticization, subjectification, and transparency". In Andreas Blank/Peter Koch (eds.), *Historical Semantics and Cognition*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 147-175.
- LANGACKER, Ronald W. (2003): "Extreme subjectification: English tense and modals". In Hubert Cuyckens/Thomas Berg/René Dirven/Klaus-Uwe Panther (eds.), *Motivation in Language: Studies in Honor of Günter Radden*. Amsterdam: John Benjamins, 3-26.
- LANGACKER, Ronald W. (2006). "Subjectification, grammaticization, and conceptual archetypes". In Angeliki Athanasiadou/Costas Canakis/Bert Cornillie (eds.), *Subjectification. Various Paths to Subjectivity*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 17-40.
- LANGACKER, Ronald W. (2008): *Cognitive Grammar. A Basic Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- LEHMANN, Christian (1982): *Thoughts on Grammaticalization*. Munich: Lincom.
- LIMA, José Pinto de (1999): "Neither by metaphor nor really by metonymy: the shortcomings of these concepts as explanatory of language change processes". In Mário Vilela/Fátima Silva (eds.), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*. Porto: Universidade do Porto, 207-221.
- LIMA, José Pinto de (2014): *Studies on Grammaticalization and Lexicalization*. München: LINCOM Europa.
- LYONS, John (1982): "Deixis and subjectivity: *Loquor, ergo sum?*". In Robert J. Jarvella/Wolfgang Klein (eds.), *Speech, Place, and Action: Studies in Deixis and Related Topics*. New York: John Wiley & Sons, 101-124.
- NORDE, Muriel (2009): *Degrammaticalization*. Oxford: Oxford University Press.
- PAUL, Hermann (1920⁵): *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle: Max Niemeyer Verlag.
- ROSCH, Eleanor (1978): "Principles of categorization". In Eleanor Rosch/Barbara B. Lloyd (eds.), *Cognition and Categorization*. New York: Erlbaum, 27-48.
- SILVA, Augusto Soares da (1999): *A Semântica de deixar. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

- SILVA, Augusto Soares da (2003): "Image schemas and category coherence: The case of the Portuguese verb *deixar*". In Hubert Cuyckens/René Dirven/John R. Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 281-322.
- SILVA, Augusto Soares da (2006): *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Augusto Soares da (2008): "Conceptualization, pragmaticization, and semantic change: Towards an integrated view of semantic change". In Maria Clotilde Almeida/Bernd Sieberg/Ana Maria Bernardo (eds.), *Questions on Language Change*. Lisboa: Edições Colibri, 133-148.
- SILVA, Augusto Soares da (2010): "Replication, selection and language change. Why an evolutionary approach to language variation and change?", *Revista Portuguesa de Filosofia*, 66-4, 803-818.
- SILVA, Augusto Soares da (2012^a): "Stages of grammaticalization of causative verbs and constructions in Portuguese, Spanish, French and Italian", *Folia Linguistica – Journal of the Societas Linguistica Europaea*, 46, 2, 513-552.
- SILVA, Augusto Soares da (2012^b): "Gramaticalização, reanálise e subjectificação. Para uma revisão do conceito de gramaticalização". In Manoel Mouviraldo Santiago-Almeida/Maria Célia Lima-Hernandes (eds.), *História do Português Paulista*, vol. III. Campinas/S. Paulo: UNICAMP, 25-44.
- SILVA, Augusto Soares da (2013): "Lingüística Cognitiva y cambio semántico: Prototipos, metáfora-metonymia y subjetivización". In Alicia Puigvert Ocal/Silvia Iglesias Recuero (eds.), *Trabajos de Semántica y Pragmática Históricas. Aportación al estudio de nuevos métodos*. Madrid: Editorial Complutense, 191-217.
- SILVA, Augusto Soares da (2014^a): "Evolucionismo, integración sociocognitiva y cambio semántico", *Caplletra. Revista Internacional de Filologia*, 56, 137-156.
- SILVA, Augusto Soares da (ed.) (2014^b): *Pluricentricity: Language Variation and Socio-cognitive Dimensions*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton.
- STEIN, Dieter/Susan Wright (eds.) (1995): *Subjectivity and Subjectivisation. Linguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SWEETSER, Eve E. (1988): "Grammaticalization and semantic bleaching", *Berkeley Linguistics Society*, 14, 389-405.
- SWEETSER, Eve E. (1990): *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

- TAYLOR, John R. (1995): *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (1989): "On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in: semantic change", *Language*, 65, 31-55.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (1995): "Subjectification in grammaticalisation". In Dieter Stein/Susan Wright (eds.), *Subjectivity and Subjectivisation. Linguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 31-54.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (1999): "The role of pragmatics in semantic change". In J. Verschueren (ed.), *Pragmatics in 1998: Selected Papers from the 6th International Pragmatics Conference*, vol. II. Antwerp: International Pragmatics Association, 93-102.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (2003): "From subjectification to intersubjectification". In Raymond Hickey (ed.), *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 124-139.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (2008): "Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English". In Regine Eckardt/Gerhard Jäger/Tonjes Veenstra (eds.), *Variation, Selection, Development: Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 219-250.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (2010): "(Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment". In Kristin Davidse/Lieven Vandelandotte/Hubert Cuyckens (eds.), *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 29-73.
- TRAUGOTT, Elizabeth C./Bernd Heine (eds.) (1991): *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins.
- TRAUGOTT, Elizabeth C./Richard B. Dasher (2002): *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAUGOTT, Elizabeth C./Graeme Trousdale (2013): *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press.
- WINTERS, Margaret E./Heli Tissari/Kathryn Allan (eds.) (2010): *Historical Cognitive Linguistics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1953): *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.

JOHANNES KABATEK

Universidade de Zurique

kabatek@rom.uzh.ch

ORCID: 0000-0001-8743-6250

DAVID GERARDS

Universidade de Zurique

david.gerards@access.uzh.ch

ORCID: 0000-0003-2380-2631

**GRAMATICALIZAÇÃO, DISTÂNCIA,
IMEDIATEZ E TRADIÇÕES DISCURSIVAS:
O CASO DO PORTUGUÊS *CASO****

**GRAMMATICALIZATION, DISTANCE,
IMMEDIACY AND DISCOURSE TRADITIONS.
THE CASE OF PORTUGUESE *CASO***

RESUMO: O presente estudo investiga a emergência e evolução do português *caso* (< Lat. CASUS) em contextos condicionais. Como em casos semelhantes em outras línguas europeias, as construções condicionais envolvendo *caso* emergiram na língua medieval em textos jurídicos. Este estudo analisa as primeiras referências de tais construções e mostra como permitiram uma evolução de *caso* em português para uma conjunção condicional. Esta evolução pode ser inicialmente identificada no português do Brasil, a partir do qual é possível que se tenha espalhado para a variedade europeia. Outras evoluções são também consideradas, como a emergência do nome *acaso* ‘coincidência’ ou ‘destino’ e a partícula modal *acaso* (em português e em espanhol). O objectivo teórico deste estudo é mostrar a interrelação entre *gramaticalização* e *tradições discursivas* no sentido de Koch (1987, 1997): as inovações emergem em ambientes textuais determinados, não apenas na língua como entidade abstrata, e podem espalhar-se da sua tradição textual original para outras.

* Este texto resulta da adaptação e tradução para português de um trabalho originalmente apresentado em inglês: “Grammaticalization, *distance*, *immediacy* and *discourse traditions*: The case of Portuguese *caso*”, in: Salvador Pons Bordería/Óscar Loureda Lamas (eds.) (2018), *Beyond Grammaticalization and Discourse Markers. New Studies in Language Change*. Leiden/Boston: Brill, 115-159.

Assim, a principal hipótese deste estudo é então que a ampliação do âmbito das tradições discursivas de um elemento deveria ser considerada um parâmetro geral em processos de gramaticalização.

Palavras-chave: gramaticalização, tradições discursivas, mudança a partir de cima, história do português, inovação do português do Brasil

ABSTRACT: This paper investigates the emergence and evolution of Portuguese *caso* (< Lat. CASUS) in conditional contexts. As in similar cases in other European languages, conditional constructions involving *caso* emerged in medieval language in juridical texts. The paper examines the first attestations of such constructions and shows how they allow the further evolution of *caso* in Portuguese into a conditional conjunction. This evolution can be initially identified in Brazilian Portuguese from where it possibly spread to the European variety. Other evolutions such as the emergence of a noun *acaso* ‘coincidence’ or ‘fate’ and a modal particle *acaso* (in both Portuguese and Spanish) are also considered. The theoretical aim of the paper is to show the interrelation between *grammaticalization* and *discourse traditions* in the sense of Koch (1987, 1997): innovations emerge in particular textual environments, not only in the language as an abstract entity, and they may spread from their original textual tradition to others. The main claim of the paper is thus that the widening of the scope of discourse traditions of an item should be considered as a general parameter of grammaticalization processes.

Keywords: Grammaticalization, discourse traditions, change from above, history of Portuguese, Brazilian Portuguese innovation

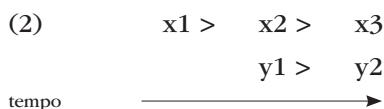
1. Introdução

1.1. Este estudo visa juntar dois paradigmas linguísticos centrais, ambos com impacto em perspectivas históricas bem como em perspectivas sincrônicas, nomeadamente *gramaticalização* e *tradições discursivas* (TD, ver Koch 1987, 1997) ao longo do *continuum* entre *distância comunicativa* e *imediatez comunicativa* (Koch/Oesterreicher, 1985) através de exemplos das línguas românicas em geral bem como do português europeu e do Brasil.

Os estudos de gramaticalização têm-se focado largamente na evolução do estatuto de certos elementos (palavras, construções) ao longo da história de uma determinada língua. Nesse sentido, concentram-se normalmente na evolução diacrónica, concetualizando diacronia como uma linha abstrata determinada pelo fator *tempo*:

(1) $x_1 > x_2 > x_3$
tempo $\longrightarrow$

Aqui, $x1$ é uma palavra (ou construção) que se torna item gramatical, $x2$, ou um item ainda mais gramatical, $x3$. Esta visão é muitas vezes acompanhada, numa perspetiva mais onomasiológica, por olhares paralelos para elementos alternativos com funções similares e com evoluções paralelas, mas deslocadas no tempo:



Podíamos considerar a evolução da construção latina *amare habeo* para o futuro românico (Fr. *j'aimerai*, Port. *amarei*, Sp. *amaré*) como exemplo de x ; y seria então o futuro perifrástico com um verbo de movimento (Fr. *je vais aimer*, Port. *vou amar*, Sp. *voy a amar*). Curiosamente, os estudos de gramaticalização contêm muitas vezes observações do género “ x está a tornar-se um elemento mais formal ao passo que y é mais comum na língua falada”. Trata-se também de uma observação típica relativamente ao futuro perifrástico – menos gramaticalizado e associado a estilos mais informais. É muito natural que muitos trabalhos sobre gramaticalização contenham observações sobre registos/estilos ou outras características textuais. Habitualmente, no entanto, fazem-no de uma forma bastante geral e não sistemática. O objetivo do nosso contributo é mostrar que esta negligência é problemática, uma vez que só nos dá um retrato incompleto e demasiado simplificado da história das línguas individuais. A diferenciação interna das línguas, i.e., as suas variedades, o *continuum* da *distância e imediatez comunicativa*, bem como as *tradições discursivas* (TD), são *parâmetros essenciais* associados à gramaticalização e mudança linguística em geral. Em seguida ofereceremos uma breve apresentação destas duas noções e ilustraremos a sua relação.

1.2. De acordo com Koch e Oesterreicher (1985), a variação linguística é determinada por um *continuum* básico e universal entre dois pólos designados por *imediatez* e *distância*. Os autores definem esta oposição através de uma série de estratégias e condições comunicativas (e.g., privado–público; intimamente relacionado–desconhecido; emocional–sem emoção; com refe-

rência à ação e situação concretas—sem tal referência; fisicamente próximo—fisicamente distante; dialógico—monológico; espontâneo—planeado, etc.; cf. Koch/Oesterreicher (1985). Imediatez e distância estão relacionadas – em culturas com língua escrita – com o falar e o escrever, embora não haja uma relação causal, nem sequer absoluta, entre as duas. Contudo, é possível observar que existem tendências de associação preferida. Koch e Oesterreicher, com referência a Söll (1974), explicam que, enquanto a distinção entre o meio fônico e gráfico é uma dicotomia bem visível, a sua relação com imediatez e distância é estatística: é mais provável encontrar textos escritos mais próximos do pólo da distância e textos falados mais próximos do pólo da imediatez do que vice-versa. Isto é esquematizado da seguinte forma:

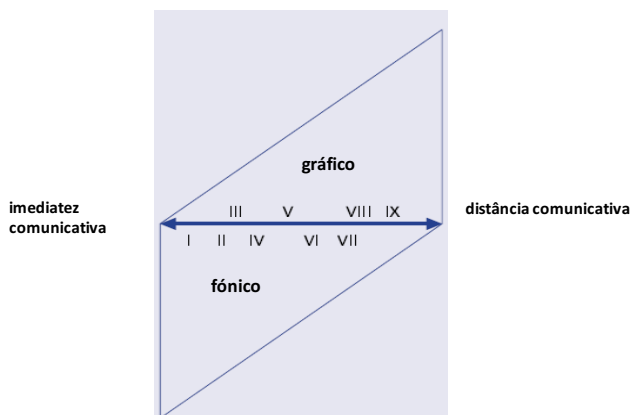


Figura 1 – Imediatez e distância, de acordo com Koch e Oesterreicher (2010: 13)

Em cada um dos pontos do *continuum*, podem emergir tradições mais ou menos estáveis da fala e da escrita numa determinada cultura: as chamadas *tradições discursivas* (TD)¹. Estas TD são assinaladas com números roma-

¹ O conceito de *tradições discursivas* foi introduzido por Koch (1987) com referência ao trabalho anterior de Schlieben-Lange (1983) e Koch e Oesterreicher (1985). A ideia básica é a de que, na teoria da linguagem de Eugenio Coseriu, na qual se considera crucial a distinção tripartida entre um nível *universal*, *histórico* e *individual* em todas as questões concretas da análise linguística (cf. Coseriu, 1985), se deveria introduzir no nível histórico uma outra diferenciação entre historicidade *da língua* como sistema e historicidade *dos textos* (i.e., a repetição de enunciados concretos, formas textuais, géneros, etc.). Nas últimas décadas, inúmeras publicações na área da linguística românica incidiram sobre o estudo de tradições discursivas e este tornou-se um dos paradigmas mais frequentemente aplicados neste campo.

nos na Figura 1, em que I é, por exemplo, uma conversa informal, III uma carta pessoal, VII uma apresentação oral formal e IX um texto jurídico escrito (Koch/Oesterreicher, 2010: 12). As TD têm a sua própria história no seio da diacronia de uma língua. De modo a visualizar-se esta perspetiva histórica, propusemos a rotação do esquema da Figura 1 e a sua modificação com a introdução de um eixo temporal esquerda-para-direita, que representa as TD como linhas horizontais com uma dinâmica própria entre estabilidade e mudança e com uma (possível) influência mútua:

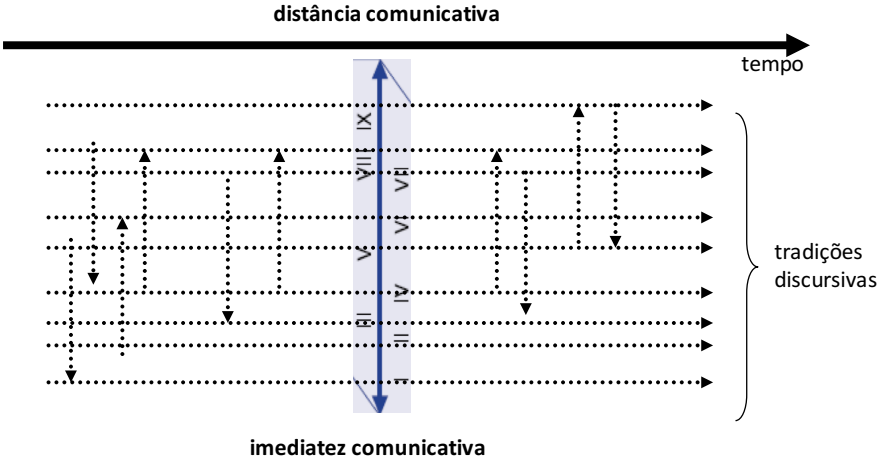


Figura 2 – Tradições discursivas em diacronia entre imediatez e distância
(cf. Kabatek, 2012: 92)

As ideias que subjazem a este estudo são as seguintes: a diacronia de uma língua pode ser mais diferenciada e nem todos os elementos linguísticos aparecem (ou pelo menos não com a mesma frequência) em todas as TD. Isto também implica que as inovações possam emergir numa determinada TD situada num determinado ponto ao longo do *continuum* da distância comunicativa e imediatez. A partir daí, estas inovações podem (mas não necessariamente precisam de) difundir-se abrangendo outras TD, como ilustrado na Figura 2 pelas setas verticais (ver também Koch, 2008, para ulteriores reflexões sobre o interrelacionamento de TD e gramaticalização). Defendemos que esta difusão acontecerá primeiro nas TD situadas num ponto do *continuum* distância–imediatez similar ao ponto da TD de inovação. Só numa fase

posterior é que a inovação “conquista” TD caraterizadas por um parâmetro [±imediato/distante] diferente. Presumimos que um caminho similar possa também aplicar-se à perda de elementos gramaticais: se o ponto inicial da perda é uma determinada TD, é muito provável que outras TD nas quais um elemento desaparece mostrem, ao início, uma marca similar de [± imediato/distante], ao passo que o elemento é preservado durante mais tempo em TD marcadas de outra forma.

É comumente aceite que o fenómeno da gramaticalização sempre emerge “a partir de baixo” (Labov, 1994: 78) – ou seja, em TD marcadas [+imediato] – e que estão associadas à expressividade, etc. (Mair, 1992; Koch/Oesterreicher, 1996). No entanto, em princípio, qualquer TD pode ser o locus da inovação, e há exemplos claros de emergência “a partir de cima”, ou seja, em – TD marcadas como [+distante]. Em Kabatek (2005^a), esta dupla possibilidade foi visualisada da seguinte forma:

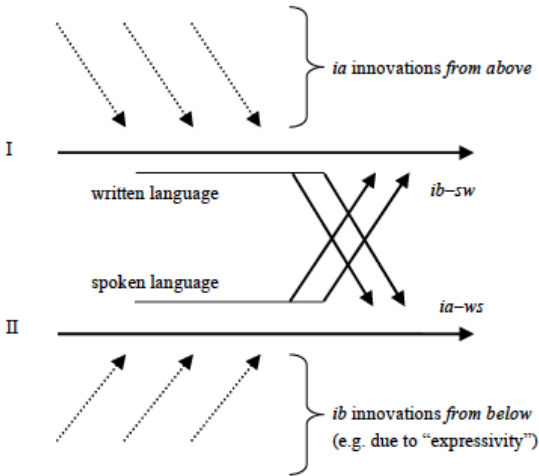


Figura 3 – Alterações “a partir de cima” e “a partir de baixo”
(cf. Kabatek, 2005^a: 32)

No que diz respeito às alterações “a partir de cima” e considerando a Figura 3 e a relação entre mudança gramatical e tradições discursivas, Pons

² Nota do editor: os autores apresentam na Fig. 3 a tradução inglesa do esquema originalmente apresentado em alemão (Kabatek, 2005^a: 3).

Bordería (2008), por exemplo, mostrou como ID EST, um elemento do latim formal escrito, se tornou um marcador discursivo em espanhol (*esto es*). Vários estudos na área da linguística românica têm discutido questões em que a gramaticalização e as tradições discursivas interagem (e.g., Octavio de Toledo, 2014; Winter-Froemel, 2014). No entanto, a maioria dos estudos sobre gramaticalização refere-se apenas muito vagamente a registos, estilos e (in)formalidade. Isto deve-se, provavelmente, à grande dificuldade de determinar a(s) exata(s) TD(s) que deram origem a um elemento gramatical. Não obstante, é precisamente esta a intenção do presente estudo. Iremos discutir um determinado caso de gramaticalização “a partir de cima” – o do Lat. CASUS ‘caso’ e a sua evolução em português – e mostrar como o seu caminho de gramaticalização só pode ser plenamente compreendido quando se tem em conta as TD e, por consequência, o *continuum* da distância comunicativa e imediatez.

1.3. Em português moderno, encontram-se comumente construções como as seguintes:

(3) *Fumaça já não consegue mexer-se. Está de pé porque o moreno o segura por um dos braços. Dito sabe que vão matá-lo, caso não fale.*

(José Pixote Louzeiro, *Infância dos Mortos*, 1977; fonte: *Corpus do Português*)³

Em (3), um exemplo do português do Brasil, a forma *caso* aparece num contexto condicional e pode ser substituída pela conjunção condicional tradicional *se* (<Lat. SI). Em português, *caso* é originalmente um nome (e continua a ser nome noutros contextos) que se gramaticalizou em conjunção condicional através de processos históricos. O nosso objetivo empírico é traçar a evolução de diferentes construções condicionais que contêm *caso* na história do português. Iremos mostrar como tais construções emergem – tal como noutras línguas europeias como o espanhol, o francês ou o inglês – no contexto de TD jurídicas ou outros textos marcados como [+ distante]. Para além disso, iremos investigar como essas construções passam por uma série de

³ Doravante o *Corpus do Português (CdP)* de Mark Davies e Michael Ferreira (www.corpusdoportugues.org) será a principal, embora não exclusiva, fonte dos nossos dados.

alterações no caso do português que, entre outras coisas, as faz perder a sua conotação formal, permitindo com isso que se tornem parte da comunicação oral quotidiana.

Este estudo está organizado da seguinte forma: a Secção 2 é dedicada às origens das construções condicionais contendo *caso* em fases mais antigas do português com observações adicionais sobre uma série de outras línguas. A Secção 3 aborda a evolução de *caso* para conjunção condicional em português. Na Secção 4, acrescentamos algumas reflexões sobre a forma *acaso* em português e espanhol, que adquiriu o estatuto de partícula modalizante na língua contemporânea. Na Secção 5, retomamos a discussão teórica. A nossa hipótese geral é que os dois paradigmas mencionados – gramaticalização, por um lado, e *distância-imediatez* e TD, por outro – deveriam ser integrados numa perspectiva mais completa da evolução da língua. Para além disso, não há apenas uma coexistência paralela mas uma íntima relação entre os dois paradigmas.

2. Construções condicionais com *caso*: Fases mais antigas do português e mais além

2.1. Observações preliminares

Em línguas europeias contemporâneas, construções condicionais contendo formas etimologicamente relacionadas com o Lat. CASUS ‘caso’ (ou traduções por empréstimo como o alemão *Fall*) são bastante comuns em certos contextos formais e formulaicos, como no exemplo seguinte de uma bem conhecida instrução de segurança em aeronaves:

(4a) (Port.) Em ***caso de despressurização da cabine***, máscaras cairão automaticamente à sua frente.

(<http://espadaeogum.blogs.sapo.pt/em-caso-de-despressurizacao-4309934> [01/22/2018])

(4b) (Esp.) ***En caso de una despresurización de la cabina***, se abrirán los compartimentos encima de sus asientos, que contienen las máscaras de oxígeno

(<http://www.diarioazafata.com/2011/09/08/de-procedimientos-de-emergencia-la-despresurizacion-las-mascarillas-y-los-ninos/> [01/22/2018])

(4c) (Ingl.) *I'm sure you've heard the sage advice from flight attendants a hundred times: in case of a loss in cabin pressure, put your own breathing mask on first, then put...* (Don Everts, *Go and Do: become a Missional Christian*, Google Books)⁴

(4d) (Al.) *Im Fall eines Druckverlustes fallen automatisch Sauerstoffmasken aus der Kabinendecke.*

“Em caso de despressurização da cabine, as máscaras de oxigénio cairão automaticamente à sua frente.”

(Hans Peter Hepe, *Der soziale Körper*, 84, Google Books)

Em qualquer uma das (4a)–(4d), a palavra *caso* (*case*, *Fall*) aparece em construções preposicionais que são largamente convencionalizadas, mas que conservam a semântica de *caso* como nome. Em alemão (4d), o determinante é necessariamente preservado (*in+dem→im*), ao passo que em português, espanhol e inglês a omissão do artigo é opcional; ou seja, é possível substituir *no caso* / *en el caso* / *in the case* por *em caso* / *em caso* / *in case*⁵. A semântica da palavra CASUS (uma nominalização do particípio passado do verbo latino CADERE ‘cair’) e seus sucessores favorece especificamente a geração de tais construções: é uma palavra muito abstrata, e o seu significado em inglês, de acordo com o *OED*, é «[a] thing that befalls or happens to anyone; an event, an occurrence; a chance happening»⁶. Os significados nas outras línguas são

⁴ Gostaríamos de agradecer a Lachlan Mackenzie por indicar que *in case (of)* [em caso (de)] poderá não ser a melhor escolha idiomática na construção (4c) e que, pelo menos para alguns falantes, dever-se-ia optar por *in the event of* [na circunstância de]. Tanto quanto podemos afirmar, falantes de inglês de diferentes regiões do mundo mostram diferir na prontidão com que aceitam *case* em vez de *event* (ver, e.g., a argumentação de que as duas construções são realmente sinónimas: <https://www.dailywritingtips.com/in-case-of-e-in-the-event-of/> [01/22/2017]).

⁵ A opcionalidade de um determinante é típica de locuções preposicionais (cf. e.g., Himmelmann, 1997: 3; Lyons, 1999: 51; para espanhol antigo, ver também Codita, 2017).

⁶ A menção do empréstimo do termo francês *chance* < Lat. CADENTIA, nominalização da forma do plural neutro do particípio presente do verbo em latim CADERE – e assim etimologicamente também relacionado com CASUS e seus sucessores – certamente que não é uma coincidência (cf. *Oxford English Dictionary*, s.v. *case*, n.¹, <http://www.oed.com/view/Entry/28393?rskey=lkTO2o&result=1#eid> [23.04.2017]).

similares: *caso* é uma “palavra internacional” e as respetivas construções são facilmente transferíveis para diferentes línguas onde existem formas direta ou indiretamente baseadas em CASUS.

Caso pode referir-se a eventos concretos, passados ou futuros, e a construção preposicional abre um espaço no tempo no qual o evento pode ocorrer. Construções com *in case of* funcionam como construções condicionais e podem ser substituídas por *if*, onde ‘caso’ é a prótase e a consequência, a apódose:

(5) *If cabin pressure falls below a certain threshold, the masks will deploy from the ceiling.*

(<http://www.telegraph.co.uk/travel/travel-truths/truth-about-oxygen-masks-on-planes/> [01/22/2018])

A construção preposicional com *caso* e um nominal subsequente possui, no entanto, um caráter mais formal, e ocorre em contextos administrativos ou em prosa jurídica e científica, ou seja, em textos de distância comunicativa. Isto pode estar relacionado com a origem de CASUS: o latinismo foi adotado por línguas europeias medievais sobretudo em contextos jurídicos nos quais originalmente denota um caso judicial.

Tabela 1 – *Caso(s)* dos séculos XIII e XIV no *CdP* de acordo com o texto

Século	Total N <i>caso/casos</i>	Textos
XIII	5	– Trad. de <i>Summa de los Nueve Tiempos de los Pleitos</i> (3) – <i>Textos Notariais. História do galego-português</i> (1) – <i>Foros de Garvão</i> (1)
XIV	84	– Trad. de <i>Siete Partidas</i> (58) – <i>Costumes de Santarem</i> (2) – <i>Chartularium Universitatis Portugalensis</i> (7) – <i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i> (5) – <i>Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra</i> (9) – <i>Textos Notariais. Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI</i> (3)

Quanto ao português antigo, tal preferência textual é corroborada pelo inventário exaustivo de ocorrências dos séculos XIII e XIV de *caso(s)* no *Corpus do Português*, não apenas em construções preposicionais mas em qualquer ambiente morfossintático. Na Tabela 1, visualizamos o número destas ocorrências e os textos nos quais estas são referidas.

É deveras surpreendente que, à exceção de cinco ocorrências em *Crónica Geral de Espanha*, todas as outras se encontrem claramente em textos jurídicos ou pelo menos em trechos de teor jurídico (i.e., TD jurídicas)⁷. Em todas as ocorrências, *caso(s)* é usado com o significado lexical supra mencionado. O papel especial de textos jurídicos sugerido pelos dados apresentados na Tabela 1, defendemos, poderá ser encontrado na relação entre casos judiciais e condicionalidade. Basta olhar para as diferentes tradições de textos jurídicos na Península Ibérica para nos apercebermos desta relação: por um lado, existe um sistema casuístico consuetudinário de *fazanhas* ou *notícias*, casos concretos que em determinadas ocasiões são registados e servem de pontos de orientação para eventos similares no futuro. Por outro lado, existe uma tradição mais abstrata, linguisticamente mais distante, dos *foros* ou *forays*, que, em muitos casos, consiste em listas de frases condicionais em que o caso já não é concreto, mas sim hipotético. Por último, desde o início do Resurgimento do Direito Romano (a partir do século XII), emerge uma terceira tradição com textos ainda mais distantes e abstratos (ver Kabatek, 2005^a, para detalhes).

⁷ Poderíamos aqui iniciar um debate referente à questão problemática da representatividade dos *corpora* diacrónicos. Este assunto, no entanto, extrapola o escopo deste trabalho, e referenciamos o leitor para uma discussão mais detalhada sobre o assunto em Kabatek (2013). Relativamente ao nosso ponto sobre o(s) *caso(s)* no português antigo, é certamente verdade que o *CdP* contém um número desproporcionalmente elevado de textos jurídicos, especialmente da Idade Média. Porém, do nosso ponto de vista, a hipótese enquanto tal – ou seja, a forte ligação entre *caso(s)* e textos de distância comunicativa – continua sendo válida. Se não houvesse essa preferência textual, teríamos dificuldade em explicar a completa ausência de *caso(s)* em, por exemplo, *Cantigas de Santa Maria*, *Cartas Portuguesas de D. João de Portel*, ou *Barlaam e Josephat* – todos eles textos extensos ou coletâneas contendo mais de 10.000 palavras.

Nas seguintes duas subsecções, preocupar-nos-emos com a diacronia de construções condicionais portuguesas contendo *caso*. Neste momento, limitaremos as nossas observações e análises a fases mais antigas do português (anteriores ao século XIX). A Secção 2.2 centra-se em desenvolvimentos formais, ao passo que a 2.3 foca-se na atribuição destas construções a certas TD e na sua ancoragem no *continuum* da distância comunicativa e imediatez.

2.2. Construções condicionais com *caso*: alterações formais até ao século XVIII

Como se referiu anteriormente, a Tabela 1 não distingue as ocorrências de *caso* em português dos séculos XIII e XIV em (futuras) construções preposicionais altamente rotinizadas e outros contextos menos fixos. No que se segue, concentrar-nos-emos nas alterações formais em construções preposicionais com interpretações condicionais. Abordaremos especificamente essas construções seguidas da conjunção *que* (i.e., não seguidas da preposição *de* como em (4a)). Esta decisão deve-se ao facto de a primeira se estar presumivelmente a convencionalizar cada vez mais, tendo dado origem a uma peculiaridade gramatical do português moderno: a disponibilidade de uma conjunção condicional *caso*, que será discutida mais aprofundadamente na Secção 3.

A Tabela 2, que ilustra o período até ao século XVIII, mostra a frequência de duas construções preposicionais condicionais em vários séculos e também lista a frequência de duas construções alternativas sem preposições. Para comparação, são também dadas frequências de outras ocorrências nominais⁸:

⁸ A Tabela 2 não inclui 15 ocorrências de *per /por caso* (quatro no século XV; sete, século XVI; uma, século XVII; três, século XIX), 63 ocorrências de *a caso* (10, século XVI; 42, século XVII; 11, século XVIII), ou duas ocorrências de *se caso* (séculos XV e XVII); ver também Secção 4. Há duas outras construções adicionais também excluídas: 34 ocorrências de *por /per caso de* (31, século XVI; duas, século XVII; uma, século XVIII) e duas ocorrências de *por caso que* ‘por causa do que’ (século XVI).

Tabela 2 – Séculos XIII-XVIII: *caso* no *CdP* de acordo com a construção⁹

Século	Outros N (Sg.)	<i>em caso_N que +</i>			<i>no caso_N que +</i>				<i>caso? que +</i>	<i>caso_{Conj}+</i>
		Subj.	Ind.	<i>de +</i> Inf.	Subj.	Ind.	Cond.	<i>de +</i> Inf.	Subj.	Subj.
XIII	2									
XIV	54	8								
XV	397	27	5		1	2			1	
XVI	1328	18	4		5	1		1	9	
XVII	820	43	3	1	22	1		2	2	
XVIII	642	6		2	16	1	1	9	3	1

Como se sugere na Tabela 2, de acordo com o *CdP*, a primeira construção preposicional a aparecer é *em caso que*, no século XIV. No início, é necessariamente seguida pelo modo conjuntivo (6), ao passo que a partir do século XV também ocorre com orações complementares no modo indicativo. No entanto, esta última nem sempre apresenta sentidos condicionais. No exemplo (7), em particular, parece ser adequada uma interpretação concessiva ou adversativa:¹⁰

(6) *Outorgou que em caso que os dictos logares ou cada hũu deles forem vencidos, que lhe cõponha ã nome de uiço en dobre.*

(Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, século XIV)

⁹ Em prol da clareza, nem a Tabela 2 nem nenhuma das tabelas seguintes distinguem diferentes construções relativizantes, i.e., na Tabela 2, *no caso que* contém quatro certificações de *no caso em que* (uma do século XVII e três do século XVIII) e uma certificação de *no caso com que* (século XVII). Além disso, têm sido omitidos os pares de certificações idênticas para garantir uma quantificação exata.

¹⁰ Há casos em que uma construção preposicional seguida de um indicativo presta-se realmente a uma interpretação condicional. Estão esporadicamente certificadas até final do século XVIII. Acreditamos que estas certificações se devam ao facto de, em *em /no caso que*, o nome *caso* possa referir-se a uma exemplificação simples, concreta de um “caso” de **dado** discurso (e.g., via referência anafórica). Nestes casos, *caso* não teve implicações condicionais no sentido de um ‘caso hipotético’, daí o uso do modo indicativo. O facto de um tal padrão com o indicativo estar disponível poderá ter causado, devido à identidade formal da construção preposicional, a extensão esporádica do modo indicativo a contextos verdadeiramente hipotéticos. No que resta deste artigo, não tornaremos a mencionar as certificações do modo indicativo. Todas as percentagens e quantificações dadas referir-se-ão apenas a dados com construções conjuntivas.

(7) *Soomente saiba-se que **em caso que nas mortes dos Reis e Príncipes se fazem** sempre synaaes de grandes sentimentos, na deste glorioso Rey, assy em prantos e lagrimas, como Na tristeza Das vestiduras de todos se fez por muitos com muita spicialidade de dõr.*

(Crónica de D. Duarte, Rui de Pina, final do século XV)

No século XV, começa a fazer-se notar uma segunda construção preposicional, *em caso que*. De acordo com a observação a respeito dos exemplos portugueses, espanhóis e ingleses (4a), (4b) e (4c), os dados sugerem que passou então a ser possível usar o artigo definido com *caso* em contextos preposicionais (8). Observa-se uma oscilação entre as duas construções mesmo nos escritos do mesmo autor.

(8) *E per semelhante guisa nom se contem em a paga do retorno do dicto dote e arras alguis panos nem cousas que ella tenha de moueës saluo ouro ou prata e djnbeiros como dicto be ante. Ella os aia e posuya como suas cousas proprias **no caso em que o dicto gomez freire moyra** primeiro.*

(Chancelarias Portuguesas. Dom Duarte 1-2, século XV)

A posterior ocorrência da construção com o artigo definido, quando comparada com *em caso que*, poderá parecer pouco lógica ao início, visto poder esperar-se que a crescente rotinização e gramaticalização da construção preposicional vá de mãos dadas com uma redução formal (cf. e.g., Lehmann, 2015). Porém, o caminho *em caso que* > *no caso que* não constitui surpresa se considerarmos o facto bem conhecido de que na gramaticalização de sistemas de artigos é, entre outros contextos, precisamente em orações preposicionais que o uso do artigo manifesta-se tarde (ver também nota de rodapé 5).

No século XV, *no caso que* é claramente a opção marcada comparada com o indeterminado *em caso que*, e assim se mantém até ao século XVII. No entanto, a variante com o artigo definido ganha continuamente mais terreno: enquanto no século XV, apenas 4% dos contextos preposicionais seguidos de conjuntivo contêm o artigo definido, as proporções são consideravelmente maiores nos séculos XVI e XVII (22% e 34%, respetivamente). Por último, no século XVIII, *no caso que* supera o mais antigo *em caso que*, aparecendo

quase três vezes mais frequentemente nos nossos dados do que este último¹¹. Quanto à proporção de *em caso de* + infinito *vs no caso de* + infinito, a variante com o artigo definido parece ter sido sempre mais frequente do que o seu equivalente indefinido. As duas construções são desenvolvimentos posteriores às respetivas versões com *que* e podem ser observadas ainda hoje. (cf. Tabelas 5 e 6).

O século XV é interessante não apenas devido à primeira ocorrência do concorrente preposicional *no caso que*, mas igualmente por causa da manifestação de uma segunda alternativa formal ao mais antigo *em caso que*. Como se ilustra no seguinte exemplo condicional (9), *caso que* + conjuntivo¹², uma variante formalmente reduzida de *em caso que*¹³, também fica disponível:

(9) [...] & **caso que** *hy sse acontecesse de matar alguõ pode tornar honde leyxou na missa & acabala pois nom pecou*
(*Sacramental*, 1488?)

Caso que é uma opção marcada, quantitativamente inferior a *em caso que* e *no caso que* – sendo a única exceção o século XVI, onde pelo menos é mais frequente do que *no caso que*, apesar de nem sempre revelar um significado condicional claro (ver adiante (14) e (15)).

¹¹ Para a gramaticalização do artigo definido em português e em românico, ver Kabatek (2002).

¹² É difícil avaliar o estatuto categórico de *caso* em *caso que*, razão pela qual está marcado com <?> na Tabela 2. Por um lado, o não ser precedido por um determinante não permite uma análise nominal. Por outro, existe uma fórmula concessiva formalmente relacionada, *caso negado que*, esporadicamente certificada nos séculos XVII e XVIII, na qual poder-se-ia argumentar que *negado* é um adjetivo modificador (nominal) de *caso* ou parte de um elemento/construção fixa.

¹³ É possível que *em caso que* não seja o único antecessor do condicional *caso que*: quer no século XIV, quer no século XV, os nossos dados contêm 1 ocorrência de *posto caso que* (documentada também nos séculos XVI, XVII e XVIII); no século XV encontramos 6 ocorrências de *sendo /avendo caso que* (documentadas também no século XVII e XVIII). Além disso, no século XV, documentámos três ocorrências de *se for /era /é caso que* (documentadas também nos séculos XVI e XVII). Todas estas construções têm significados condicionais, e a evolução de *X caso que* > *caso que* afigura-se igualmente plausível como *em caso que* > *caso que*. Outra possível fonte é o condicional *dado caso que*, que é, no entanto, documentado pela primeira vez no século XVI (e sobrevive até ao XIX). O caminho da gramaticalização adiante sugerido na Figura 4 é por isso potencialmente uma espécie de simplificação. Em prol da clareza, todas as construções comentadas neste parágrafo foram incluídas na categoria *Outros N* na Tabela 2.

Dada a cronologia sugerida pelos dados, é provável que *caso que* + conjuntivo e *no caso que* se tenham desenvolvido mais ou menos simultaneamente a partir da preposição indefinida *em caso que*. Dito isto, os dois desenvolvimentos, no entanto, parecem ser independentes um do outro no sentido em que o primeiro, *caso que*, é uma redução formal, como se espera em casos de gramaticalização, ao passo que *no caso que* na verdade reforça a substantivização de *caso*¹⁴. O uso de *caso que* diminui a partir do século XVII, e as três ocorrências no século XVIII são os últimos casos documentados nos nossos dados. Esta perda fica provavelmente a dever-se à génese da conjunção condicional *caso*, que ocorre pela primeira vez (ver a primeira coluna à direita na Tabela 2) numa carta de Alexandre de Gusmão do século XVIII.

Os desenvolvimentos formais até ao século XVIII, como revelam os dados da Tabela 2, podem resumir-se da seguinte forma:

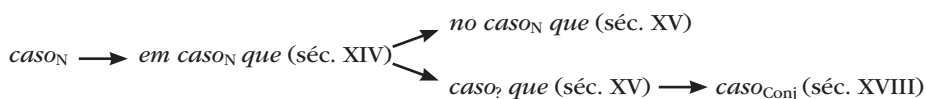


Figura 4 – Evolução de construções condicionais com *caso* no CdP (século XIII – XVIII)

¹⁴ Fundamenta-se no facto de que há ocorrências esporádicas nas quais *caso* em *no caso que* é pluralizado (e.g., *para que as normas [...] sejam sancionadas como leis nacionais nos casos que se requeira sanção parlamentária* «para que as normas passem a ser legislação nacional em [os] casos em que se exige aprovação parlamentar»). Agradecemos a Sanderléia Longhin por nos chamar a atenção para este ponto. Além disso, há ocorrências de *no caso que* nas quais *caso* é modificado por um adjetivo com concordância em género e número (e.g., *no caso suposto que*, *no caso mesmo que*). As inovações simultâneas *no caso que* e *caso que* providenciam interessantes provas empíricas sobre o funcionamento de contextos de ligação (aqui: *em caso que*). *Caso* em *em caso que* é, até certo ponto, um nome problemático. É indeterminado, e o artigo definido português continua a gramaticalizar-se. As duas evoluções *no caso que* e *caso que* representam duas soluções distintas para este problema: *No caso que* reforça o estatuto nominal de *caso*, ao passo que o *caso que* formalmente reduzido explora o estatuto problemático de *caso* em *em caso que* em direção a um enfraquecimento da sua substantivização, “preparando” assim a reanálise ocorrida no curso da gramaticalização de uma conjunção condicional *caso* (ver Secção 3). O que é fundamental é que, na maior parte dos casos de gramaticalização, só um dos dois caminhos é percorrido – a construção de fonte “problemática” é um precursor do caminho em direção a um item (mais) gramatical. Há raros reflexos formais inovadores dos dois possíveis caminhos, como *no caso que* vs *caso que*.

Com a Figura 4 em mente, abordaremos agora a questão de como *em/no caso que* e *caso que* se situam no *continuum* imediatez–distância e de como determinadas TD podem ser identificadas como o seu locus primário de “rotinização”.

2.3. Construções condicionais com *caso* até ao século XVIII: Tradições discursivas entre distância comunicativa e imediatez

Para começar, a Tabela 3 (*infra*), uma versão simplificada da Tabela 2, reproduz a quantificação de todas as ocorrências do século XIV-XVIII de *em caso que*, *no caso que*, *caso que* e da conjunção *caso*. O tipo de construção *em/no caso de* + infinito, bem como a categoria *Outros N*, foram omitidas, e as nossas observações só incluem variantes com *que*:

Tabela 3 – Séculos XIV–XVIII: *caso* no *CdP* em locuções condicionais e como conjunção condicional

Século	<i>em caso_N que</i> +		<i>no caso_N que</i> +			<i>caso₂ que</i> +	<i>caso_{Conj}⁺</i>
	Subj.	Ind.	Subj.	Ind.	Cond.	Subj.	Subj.
XIII							
XIV	8						
XV	27	5	1	2		1	
XVI	18	4	5	1		9	
XVII	43	3	22	1		2	
XVIII	6		16	1	1	3	1

Como se vê na Tabela 1, todas as 89 ocorrências de *caso(s)* nos séculos XIII e XIV, independentemente de serem construções condicionais ou não, provêm de textos altamente formais, que, desta forma, situam-se em proximidade do pólo da distância comunicativa. Além disso, a Tabela 1 constitui uma prova relativamente forte da propensão para a utilização de *caso(s)* em TD jurídicas. Uma vez que o conjunto de dados de *caso(s)* ilustrado na Tabela 1 também continha todos os oito casos do século XIV *em caso que*, é escusado dizer-se

que a anterior afirmação também se aplica às primeiras ocorrências de *em caso que*: das oito ocorrências do século XIV na Tabela 3, cinco provêm claramente de texto jurídicos (*Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* (3), *Textos Notariais. Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI* (1), *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1), cf. exemplo (6)). As restantes três ocorrências de *em caso que*, que não são claramente jurídicas na sua natureza, vêm de um texto: a tradução portuguesa de *Crónica Geral de Espanha* (1344)¹⁵. A ocorrência seguinte (10), que novamente oscila entre uma interpretação condicional e concessiva, exemplifica esse uso não jurídico:

(10) ...*ca bem cuidava elle que tam poderoso rey como era el rey dom Fernando que non viria a tal logar como era Cordova sen muyta companha. E, en caso que muyta nō fosse, que seria boa.*

(*Crónica Geral de Espanha*, 1344)

Fundamentalmente, a propensão para contextos jurídicos para *em caso que* continua presente no século XV (18/27 na Tabela 3; 67%), e mantém-se tão forte como no século XIV. De qualquer forma, *em caso que* continua a ser uma construção que pertence ao domínio da distância comunicativa, como se pode ver na enumeração seguinte, que lista todos os textos do século XV onde *em caso que* está presente:

- *Cortes Portuguesas* (1498) (7)
- *Chancelarias Portuguesas. Dom Duarte 1–2* (7)
- *Foraes* (1)
- *Crónica de D. Duarte* (3)
- *Cronica de Dom Fernando* (2)
- *Estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra* (2)
- *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Á. Cabral* (1)
- *Tratado de confissom* (1)
- *Vida e feitos de Júlio Cesar* (1)

¹⁵ Mais uma vez, 63% (5/8) pode aparentar ser uma proporção demasiado baixa para afirmar a origem da construção preposicional em TD jurídicas. Trata-se, à primeira vista, de uma objecção razoável, mas veja-se nota de rodapé 7 para discussão futura.

- *Orto do Esposo* (1)
- *Leal Conselheiro* (1)

O único exemplo do século XV *no caso que* + conjuntivo (ver exemplo (8)) vem de *Chancelarias Portuguesas* e assim também aparece num contexto jurídico¹⁶. O mesmo acontece com a primeira ocorrência de *caso que* (ver exemplo (9)), que faz referência a um caso judicial apesar de o texto em si não ser jurídico mas um tratado litúrgico.

As tendências observadas nas ocorrências do século XV continuam, até certo ponto, a ser visíveis nos séculos XVI, XVII e XVIII: quer para o mais antigo, *em caso que*, quer para o mais recente, *no caso que*, continua claramente a haver exemplos jurídicos – muito mais, no entanto, nos séculos XVI e XVII ((11) & (12)). De uma forma geral, no entanto, a proporção de exemplos jurídicos das duas variantes é inferior à dos séculos XIV e XV, e exemplos como (13) passam a ser muito mais frequentes. Porém, ambas as construções preposicionais condicionais ainda parecem evocar (ou ser indicativas de) um grau relativamente elevado de distância comunicativa, apesar de também haver quase mais ocorrências relacionadas com imediatez provenientes do *Cancioneiro de Resende*:

(11) *E outrossi mando que todas as alldeas terras e propriedades que estiuerem vagas por aforar e as que ao diante vagarem ou se adquirirem por guerra ou por qualquer outro titulo, **em caso que se aforem**, não valhão os tais aforamentos (...) sem primeiro terem confirmação minha.*

(*O Tombo de Diu*, 1591–1597)

(12) *E **no caso em que o comprador perder** o gado que comprar a noueado por cõprar a pessoas que lbe não sejam nomeadas pela certidão que das camaras há de leuar, as taes pessoas que assi lbe venderem, perderão o preço que valer o gado.*
(*Leis extravagantes*, 1569)

¹⁶ Para uma forte e similar ancoragem das TD não jurídicas do paralelo *nel caso che* em italiano antigo, ver Colella (2010: 174).

(13) *Também instará, **no caso que ache** esta nomeação dificultosa, que se meta sobre o trono algum Terceiro...*

(Cartas de José da Cunha Brochado, 1698)

Curiosamente, as tendências observadas nos séculos XVI, XVII e XVIII para o condicional *em caso que* e *no caso que* não se observam com o mesmo grau para o não preposicional e formalmente reduzido *caso que*. Já no século XVI, só uma das nove ocorrências de *caso que* + conjuntivo vem de um contexto jurídico claramente (condicional), ao passo que não se pode argumentar que as restantes oito certificações pertençam a TD jurídicas e, em muitos casos, têm ligeiras implicações temporais (14) ou condicionais ((15), desenvolvida mais à frente):

(14) *E **caso que buscassem** sombras, ribeyras graciosas, valles amenos, altos álmos, sombrios freyxos, suaves cantos de aves, o soidoso tom Dos quebrados das agoas, O rugido dos ventos, que zunião nas concavidades das altas rochas: tudo isto fazião, não somente pera seu gosto, mas tambem (...)*

(Imagem da Vida Cristã, século XVI)

Igualmente notável é o facto de *caso que* do século XVI sem preposição se afigurar uma escolha melhor do que *em caso que* ou *no caso que* em contextos localizados pelo menos um pouco mais próximos da imediatez comunicativa. Isto é corroborado, entre outros exemplos, pelo facto de duas em nove ocorrências surgirem no *Cancioneiro de Resende* (15) e outras 3 nos *Diálogos de Amador Arrais*, conversas relativamente simples com um homem doente que recebe a visita de vários amigos. Embora muitos dos visitantes tenham profissões altamente respeitáveis – que, poder-se-ia argumentar, provocassem um registo mais distante e formal – exemplos claramente condicionais como (16) são casos de um tipo de oralidade construída:

(15) *Toda cousa da payxam a quem dela se rreçea & **caso que se nam crea** la o sente o coração.*

(Cancioneiro de Resende, 1516)

(16) *Com rogos se ha de procurar a equidade, & misericordia dos Principes: & **caso que não baste** sendo o agravo manifesto, remetamolo a Deos...*
(*Diálogos*, Amador Arrais, 1589)

Com base nos dados do *CdP*, uma tal afirmação a favor de uma maior adequação de *caso que* a contextos de imediatez comunicativa não pode ser considerada tão perentoriamente para os séculos XVII e XVIII. No entanto, as cinco ocorrências dos séculos XVII e XVIII pelo menos não parecem contradizer muito a nossa hipótese, como se evidencia nos textos nos quais *caso que* está presente (XVII: *Crónica da Companhia de Jesus* (1), *Cartas do Padre António Vieira* (1); XVIII: *Cartas do Abade António da Costa* (2), *Cartas de Alexandre de Gusmão* (1)). Um exemplo de uma atestação do século XVII é apresentada a seguir:

(17) *Outros levavam esta impossibilidade pela dos mares; que tinham por imensos, e impossíveis de navegar para chegar a ela, **caso que tal terra houvesse**.*
(*Crónica da Companhia de Jesus*, 1663)

Dado que o mais provável era *caso que* ser o antecessor direto da conjunção condicional *caso*, a hipótese de uma ligação entre o formalmente reduzido *caso que* e a imediatez comunicativa, a ser verdade, encaixar-se-ia bem na história da conjunção futura (ver Secção 3).

A Tabela 4 (*infra*) dá-nos um possível resumo da ancoragem de diferentes construções condicionais e da categoria *Outros N* no *continuum* distância-imediatez e do seu grau de pertença a TD jurídicas.

Avançaremos agora para a discussão da génese da conjunção condicional *caso*, que representa um passo em frente no *continuum* da gramaticalização e também, tanto quanto sabemos, separa o português de qualquer outra variedade românica.

3. Mais além: o português dos séculos XIX e XX

Na Secção 2, mostrou-se como o nome português *caso* < Lat. CASUS passou a ser usado em duas construções preposicionais com significado condicional

Tabela 4 – Séculos XIII-XVIII: *caso* no *CdP* de acordo com construção, $\pm$ distância e $\pm$ TD jurídicas

	Século	$\pm$ Distância	$\pm$ TD jurídicas
Outros N (Sg. e Pl.)	XIII	+++	+++ (5/5)
	XIV	+++	+++ (73/76)
	XV	(Devido ao imenso volume de dados, não se analisou o posterior <i>OutrosN</i> nas certificações de <i>caso</i>)	
	XVI		
	XVII		
	XVIII		
<i>em caso_N que + ... (só conjuntivo)</i>	XIII		
	XIV	+++	++ (5/8)
	XV	+++	++ (18/27)
	XVI	++	+ (4/18)
	XVII	++	+ (10/43)
	XVIII	++	neutro (0/6)
<i>no caso_N que + ... (só conjuntivo)</i>	XIII		
	XIV		
	XV	+++	+++ (1/1)
	XVI	++	++ (2/5)
	XVII	++	neutro (1/22)
	XVIII	++	neutro (1/16)
<i>caso_? que + ...</i>	XIII		
	XIV		
	XV	++	+++ (1/1)
	XVI	+	neutro (1/9)
	XVII	+ / ++	neutro (0/2)
	XVIII	+ / ++	neutro (0/3)

e como estas construções (*em caso que*, *no caso que*) se tornaram um meio rotinizado para codificar condições. Como dissemos, isto parece ter acontecido primeiro sobretudo em TD jurídicas, a partir das quais as construções se transferiram para contextos de distância comunicativa em geral. Além disso, apresentámos provas que nos mostraram como *em caso que* ficou mais redu-

zido a *caso que*, que, fundamentalmente, revelou ser uma escolha mais acertada em contextos de imediatez comunicativa do que *em caso que*. *Caso que* perdeu-se no século XVIII. Muito provavelmente, como sugerimos de forma resumida, isto prende-se com o facto de o complementarizador *que* passar a ser omitido com regularidade, dando origem a um uso altamente significativo de *caso*, ilustrado no seguinte exemplo:

(18) ... *que o não haver água(caso assim fosse) nada contenderia a imunidade da Igreja.*

(*Cartas de Alexandre de Gusmão*, 1735)

Fundamentalmente, em (18) o item *caso* passou por uma reanálise e a gramaticalização avançou mais: enquanto *caso* em *em caso que* e *no caso que* ainda preserva muitas características típicas de nome (cf. Secção 2), *caso* em (18) só pode ser analisado como conjunção condicional com o significado de ‘se’. Nesse sentido, é reconhecido por um número considerável de gramáticos do português europeu moderno e do Brasil (cf. e.g., Dunn, 1928; Cunha/Cintra, 1984; Mira Mateus *et al.*, 2003; Bechara, 2009; Bagno, 2012; Lobo, 2013). Segundo sabemos, no entanto, não há estudos sobre a sua diacronia, e nenhum dos gramáticos agora citados dedica mais de uma ou duas frases a *caso* como conjunção condicional. Isto compreende-se à luz do facto de que a conjunção condicional mais usada em português, assim como em outras variedades românicas¹⁷, é o *se*, sucessor do latim *SĪ(C)*¹⁸.

¹⁷ Com a notável exceção do daco-romeno *dacă* ‘se’ < Lat. *DE* + *QUOD*, do megleno-romeno (*ā*)*cu* ‘se’ < do macedónio *ako se*, juntamente com o – aparentemente menos frequente – derivado do latim *si* (Atanasov, 2002: 277), e do arromeno *ma(că)* ‘se’ < grego *μή*/albanês *ma* ‘mas’ (+ *că* < Lat. *QUOD*) (Pascu, 1925, vol. 1: 59, 212). Uma conjunção condicional arromena alternativa é *āma* < grego *ἄμα* ‘assim que’ <?turco *amma* ‘mas’ (Papahagi, 1974: 141; para as formas cognatas em servo-croata, búlgaro, albanês e daco-romeno com o significado de ‘mas’ cf. Pascu, 1925, vol. 2: 10 e s., que rejeita a influência turca). Além disso, o arromeno mostra possuir também formas latinas de *si* mais antigas, que, no entanto, parecem só ter sido preservadas em padrões colocacionais fixos do tipo *seastică*, *sfurică* < Lat. *SI* + forma conjugada de *ESSE* ‘ser’ + *QUOD* (Pascu, 1925, vol. 1: 102). As conjunções condicionais do megleno-romeno e do arromeno são mais uma prova da afirmação de que facilmente se emprestam conjunções em situações de contato linguístico (Matras, 2009: 157). Mas curiosamente, o istro-romeno – uma variedade moribunda do romeno em intenso contato com o croata – não usa o elemento emprestado mas a forma latina *se* (Kovačec, 1971: 193 e s.).

¹⁸ É bastante comum que estudos sobre a diacronia de construções condicionais em

Atendendo à falta de investigação a respeito da conjunção *caso*, a presente Secção aborda a sua diacronia em português europeu e do Brasil (3.2) e, em paralelo com a Secção 2, o seu lugar no *continuum* distância-imediatez (3.3). Esta segunda abordagem será feita tendo sempre em consideração as sugestões a respeito do seu antecessor *caso que* e realça como *caso*, muito diferente de *em caso que* e *no caso que*, lenta mas inexoravelmente traça o seu caminho pelos domínios da imediatez comunicativa. O objetivo geral da Secção 3 é assim, pelo menos parcialmente, colmatar as (muitas) lacunas na descrição da história da língua portuguesa e corroborar a forma como decorre o processo de gramaticalização “a partir de cima”. A nossa análise será precedida de algumas breves observações tipológicas (3.1).

3.1. Breve tipologia das conjunções condicionais e o caso do português moderno *caso*

A notável renovação do paradigma da conjunção condicional em português exige uma breve digressão tipológica a respeito das fontes lexicais das conjunções condicionais. Num importante estudo, Traugott (1985: 290 e ss.) defende a existência de uma série de fontes bem certificadas a partir das quais as conjunções condicionais se podem desenvolver. Nelas se incluem: 1) palavras com origem temporal, significando ‘durante um tempo’, 2) formas que no seu significado original expressam uma modalidade epistémica ou optativa, 3) construções copulativas, e 4) complementos interrogativos de verbos como *saber*. Para além disso, Traugott lista uma quinta via, que inclui elementos a significar *grosso modo* ‘dado que, visto que’. Esta última via é precisamente o tipo de fonte do latim *sī*, e assim, indiretamente, também das formas românicas de *si*: o românico *si* /*se* desenvolveu-se a partir da conjunção latina *sī(c)*¹⁹. É interessante notar como o latim *sī(c)* se gramaticalizou

romeno estejam limitadas a uma perspetiva semasiológica que apenas considera a evolução das construções com *si* (cf. e.g., para o espanhol, Cano, 2014: 3909).

¹⁹ Usualmente, a etimologia das formas *si* do românico é o latim *SĪ*, – ou seja, sem a adição da partícula C(E). No entanto, isto parece ser uma espécie de simplificação pois, em determinada altura, parece ter havido uma sobreposição do *SĪ* e do *SĪC* em latim (cf. Ernout/

a partir de um advérbio formalmente idêntico com o significado de ‘assim, então, nesse caso’.²⁰

Do nosso ponto de vista, o caminho da conjunção condicional portuguesa *caso* está muito próximo do das formas românicas *si*. Realmente, o nome *caso* significa ‘caso’, e um caso é algo que, pelo seu significado lexical, é muito provável que seja “conhecido ou dado” (para usar a formulação de Traugott). Se se aceitar a existência de uma tal ligação cognitiva entre advérbios como *SĪ(C)* “assim” e *caso*, o português moderno desenvolveu então uma nova conjunção condicional ao reutilizar um caminho já comprovado na sua história²¹. Proce-
deu assim por passos intermédios que incluem a construção preposicional *em caso que*, mais tarde reduzida a *caso que*. Este caminho análogo aqui proposto é ilustrado no seguinte esquema, uma versão adaptada da Figura 4:

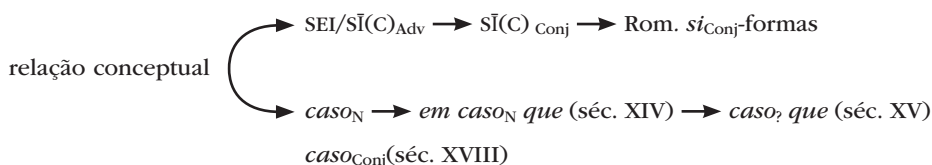


Figura 5 – Caminhos da gramaticalização e interrelação de construções condicionais com *caso* e *se*

Meillet, 1959: 622–623, que sugerem esta ideia ao dizerem que «*Sī* est le même mot que *sīc*», e mais tarde: «entre *sī* et *sīc* il y a eu une répartition»; ver também de Vaan, 2008: 561).

²⁰ Em latim antigo o advérbio *SĪ(C)* ‘assim’, ‘então’, ‘neste caso’ era *SEI*. O mais antigo significado adverbial é conservado nas formas reforçadas do românico moderno do tipo Port. *assim*, Gal./Sp. *así*, Cat. *així*, Fr. *ainsi*, Ital. *così*, Rom. *așa*, etc., cuja génese está talvez relacionada com a sobreposição funcional das formas adverbiais e condicionais *si*. Estas formas estão, em certa medida, ainda documentadas em antigo românico; ver Kabatek (2005^a: 152–154).

²¹ Enquanto o português *caso* é uma ocorrência singular no domínio das línguas românicas, há outras línguas nas quais a mesma fonte lexical está certificada (e.g., alemão *falls* ‘se’ < *Fall* ‘caso’ + mais tarde acrescentado o genitivo adverbial –s. *Falls* emerge no século XVII através de um caminho muito similar ao sugerido neste contributo para o *caso* português (cf. Kluge, 2002: 274 e também especialmente *SHW*, vol. 2: 342 para ocorrências dialectais da etapa *falls dass*, formalmente paralelo ao Port. *caso que*).

3.2. A conjunção condicional *caso* nas variedades do português dos séculos XIX e XX

Para contextualizar a análise diacrónica da conjunção *caso*, a Tabela 5 (*infra*) fornece uma primeira visão quantitativa das várias construções preposicionais, de *caso que* e da conjunção *caso*, nos séculos XIX e XX²²:

Tabela 5 – *Caso* nos séculos XIX e XX no *CdP* de acordo com a construção

Século	Outros N (Sg.)	<i>em caso_N que +</i>			<i>no caso_N que+</i>				<i>caso?</i> <i>que +</i>	<i>caso_{Conj}+</i>		
		Subj.	Ind.	<i>de +</i> Inf.	Subj.	Ind.	Cond.	<i>de +</i> Inf.	Subj.	Subj. Pres./ Pret. Impf.	Subj. Fut.	Adv.
XIX	876			1	19			23		28		
XX	1451			2	1	1		28		181	2	1

Os dados visualizados na Tabela 5 sugerem que o preposicional *em caso que*, já raro no século XVIII, parece desaparecer completamente no século XIX. A mesma observação é válida para o formalmente reduzido *caso que*, muito provavelmente o antecessor da conjunção condicional *caso* (cf. também a nota de rodapé 13)²³. Assim, de uma forma geral, os dados do *CdP* sugerem que *caso* como conjunção substituiu muito rapidamente os seus antecessores formais, indiretos (*em caso que*) ou diretos (*caso que*). Provavelmente, *no caso que*, ainda bastante frequente no século XIX, também contribuiu para a perda de *em caso que*, porque se desenvolveu a partir de *em caso que* (cf. Figura 4), reforçando o carácter nominal de *caso*. Porém, quando a conjunção

²² Ao passo que os dados para os séculos XIII-XVIII visualizados nas várias Tabelas (*supra*) apresentam uma quantificação exaustiva de todas as ocorrências no *CdP*, os dados para os séculos XIX e XX são um exemplo consistindo em cada quarta (XIX), sexta (XX PE) e sétima (XX PB) ocorrências produzidas pela pergunta <caso>. Visto que a Tabela 5 (*infra*) foi feita para dar apenas uma primeira panorâmica geral, não diferencia PE e PB – uma distinção no *CdP* serve apenas para o século XX. Os dados para o século XX serão analisados mais cuidadosamente adiante.

²³ Uma única ocorrência de *caso* como conjunção já tinha sido descoberta no século XVIII (cf. (19)), o que pode considerar-se um bom argumento a favor da hipótese que a perda de *caso que* já havia começado no século XVIII antes de ficar completa no século XIX.

caso se torna frequente, o uso de *no caso que* diminui e parece tornar-se marginal no século XX (cf. também Hundertmark-Santos Martins, 2014: 325). Das diferentes variantes condicionais aqui investigadas, a conjunção *caso* torna-se de longe a opção mais frequente, pelo menos quando o verbo seguinte é conjugado. A situação para *em caso de* + infinito e *no caso de* + infinito, é, no entanto, diferente. *Em caso de* + infinito é observada ainda hoje, embora esporadicamente, enquanto o uso de *no caso de* + infinito parece ser ainda frequente.

Apesar de não conseguirmos determinar de forma conclusiva por que razão a conjunção *caso* emergiu, o facto de ser um desenvolvimento muito recente dos séculos XVIII/XIX significa que, graças à existência de um grande volume de dados disponível, somos pelo menos capazes de delinear meticolosamente a sua diacronia. É este o objetivo dos parágrafos seguintes, nos quais a visão geral diacrónica apresentada até aqui será complementada substancialmente através da separação dos dados do português europeu (PE) dos do português do Brasil (PB). Visto que o *CdP* não separa PB e PE para o século XIX, a Tabela 6 dá apenas um valor refinado dos dados do século XX:

Tabela 6 – Ocorrências de *caso* no século XX no *CdP*
de acordo com a construção: PE *vs* PB

Século	Outros N (Sg.)	<i>em caso_N que</i> +			<i>no caso_N que</i> +				<i>caso?</i> <i>que</i> +	<i>caso</i> _{Conj} +		
		Conj.	Ind.	<i>de</i> + Inf.	Conj.	Ind.	Cond.	<i>de</i> + Inf.	Conj.	Pres. Conj./ Pret. Impf.	Fut. Conj.	Adv.
PE	658			2	1			16		58		
PB	793			2		1		12		123	2	1

Com toda a evidência, a Tabela 6 mostra que no nosso conjunto de dados para o século XX, a conjunção *caso* é cerca de duas vezes mais frequente em PB do que em PE²⁴. No entanto, isto ainda não revela nada sobre as precisas

²⁴ Note-se que o *CdP* mostra proporções quase idênticas de dados em termos de símbolos para o PB e PE do século XX, respetivamente, implicando a improbabilidade de as

circunstâncias geográficas em que a conjunção surgiu. Atendendo às frequências assimétricas entre PB e PE nos dados do século XX, consideramos que vale a pena observar com mais atenção a origem das 29 ocorrências dos séculos XVIII e XIX nos nossos dados – um período para o qual, como referido anteriormente, o *CdP* não distingue variedades diatópicas. A lista seguinte apresenta os nomes e locais de nascimento de todos os autores dos séculos XVIII e XIX nos quais está comprovado o uso da conjunção *caso*. O número de ocorrências aparece entre parêntesis.

- Alexandre de Gusmão (*Santos/Brasil 1695) (1)
- Aluísio Azevedo (*São Paulo/Brasil 1857) (7)
- Joaquim Norberto de Souza Silva (*Rio de Janeiro/Brasil 1820) (2)
- Bernardo Guimarães (*Ouro Preto/Brasil 1825) (5)
- Franklin Távora (*Baturité/Brasil 1842) (1)
- José de Alencar (*Messejana/Brasil 1829) (3)
- Euclides da Cunha (*Cantagalo/Brasil 1866) (1)
- Joaquim Maria Machado de Assis (*Rio de Janeiro/Brasil 1839) (7)
- Emílio de Menezes (*Rio de Janeiro/Brasil 1866) (1)
- Afonso de E. Taunay (*Nossa Senhora do Desterro/Brasil 1876) (1)

Note-se que, sem uma única exceção, todas as ocorrências dos séculos XVIII e XIX da conjunção *caso* presentes no *CdP* provêm de textos escritos por brasileiros nascidos no Brasil²⁵. Assim, parece razoável presumir que a conjunção *caso* é um fenómeno de origem brasileira, de onde, no final do século XIX, se espalha para o PE²⁶. É importante, contudo, salientar que isto

proporções discordantes observadas para a conjunção *caso* serem um efeito de um design defeituoso do *corpus*. Note-se também que para o PB analisámos apenas cada sétima ocorrência de <caso>, ao passo que para o PE foi analisada cada sexta ocorrência. Isto significa que, na realidade, a desproporção é ainda maior.

²⁵ Mesmo apesar de o *CdP* apresentar uma preferência quantitativa em relação ao PB para os séculos XVIII e XIX, o volume de dados do PE é ainda considerável.

²⁶ Num outro *corpus* (*Tycho Brabe*), encontrámos uma ocorrência da conjunção *caso* do autor português do final do século XIX (Eça de Queiroz, ocorrência de 1891). A possibilidade que o PB tenha induzido alterações no PE tem sido até agora só marginalmente proposta na melhor das hipóteses, quanto mais sistematicamente explorada. Uma exceção de que temos conhecimento é a estratégia do pronome resumptivo em orações relativas com o abandono

não se aplica a *caso que*, o presumível antecessor direto da conjunção. Esta última está documentada sobretudo em PE, e só uma ocorrência tem origem no brasileiro de nascença *Alexandre de Gusmão*²⁷.

Há também diferenças qualitativas que favorecem a assunção de que *caso* é uma inovação brasileira. Ao olharmos para a coluna PB na Tabela 6, salta imediatamente à vista a existência de certificações com tempos verbais diferentes do presente ou do pretérito imperfeito conjuntivo em PB. O exemplo (19) ilustra uma das duas certificações do PB com um verbo no futuro do conjuntivo²⁸:

(19PB) *caso a corrente estiver saindo da tela do computador, o campo magnético estará no sentido anti-borário.*

(*Lei de Ampère, século XX*)

da preposição como no exemplo *O prédio que o Paulo vive (ø/nele) está a ser restaurado*, usado em vez do prescritivo *O prédio em que o Paulo vive está a ser restaurado*, descrito ao detalhe em Veloso (2013: 2127–2133). Relativamente ao tipo de construção não canónica, certificada quer em PB, quer em PE, Peres e Mória (1995: 288–297), de onde provêm os exemplos anteriores, considera possível a influência do PB no PE. Esta possível influência do PB para a conjunção *caso* não pode ser presumida para *caso contrário*, uma locução adverbial que, de acordo com o *CdP*, emerge simultaneamente no PB e PE do século XX.

²⁷ O facto de esta ser a única ocorrência de um autor brasileiro (que, além disso, se mudou para Portugal aos 23 anos de idade) é algo problemático para o *continuum* proposto *caso que* > *caso*. Se esta última fosse uma inovação brasileira, esperaríamos que houvesse mais ocorrências brasileiras de *caso que*. No entanto, acreditamos tratar-se de um efeito do design do *corpus*: *caso que* era relativamente frequente (embora ainda um padrão menor) apenas no século XVI (nove ocorrências), com apenas cinco ocorrências posteriores (duas do século XVII e três do século XVIII). Mas o factor crucial é que, para o século XVI, o *CdP* quase não inclui textos do Brasil (os primeiros exploradores portugueses chegaram ao Brasil em 1500).

²⁸ Um uso explicitamente censurado por gramáticas normativas publicadas no Brasil (cf. e.g., Mendes de Almeida 1978, 565: «*Caso*, quando equivalente ao *se* condicional, repele o futuro: “*Caso eu possa*” (e não “*caso eu puder*”)»). Uma exploração preliminar do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcf16/>) mostrou que *caso* + futuro do conjuntivo também está documentado no português de Macau, de Moçambique, de Angola, e de Cabo Verde. Nesta última variedade parece ser mais frequente (9/50 casos; 18%), ao passo que os dados do português de Macau (2/69; 2,9%), de Moçambique (3/55; 5,5%), e de Angola (10/primeiras 200 ocorrências; 5%) revelam percentagens inferiores, mas ainda consideráveis. Não se encontraram exemplos de futuro do conjuntivo para as restantes variedades de português não PB/PE (marginalmente) contidas no *corpus*. Mesmo apesar de não estar documentada no *CdP*, a possibilidade de se usar um futuro do conjuntivo depois de uma conjunção *caso* mostra ter-se também difundido lentamente no PE. Isto é sugerido por um olhar preliminar à Secção de PE do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, que contém muitos mais dados do que o *CdP* e onde se podem encontrar casos muito esporádicos de *caso* + futuro do conjuntivo.

Assim, os dados do *CdP* sugerem que a gramaticalização de *caso* encontra-se em fase mais avançada no PB do que no PE, na medida em que as restrições combinatórias são agora apenas determinadas pelo modo e já não pelo tempo. Acreditamos que isto se deve ao facto de a conjunção *caso* ser mais antiga em PB do que em PE. Viramo-nos agora para o terceiro aspeto a ser discutido nesta Secção: a ancoragem da conjunção *caso* no *continuum* da distância comunicativa-imediatez.

3.3. A conjunção condicional *caso* e a sua extensão para a imediatez comunicativa

Na Secção 2, sugerimos que, em comparação com o coexistente preposicional *em caso que* e *no caso que*, *caso que* era a escolha mais adequada em situações mais próximas do pólo da imediatez comunicativa. Um olhar mais atento aos exemplos dos séculos XVIII e XIX para *caso*, todos eles do Brasil, dá fundamento à ideia de que isto continua a ser assim para a conjunção *caso* em PB – provavelmente o sucessor direto de *caso que*. A conjunção *caso* (18) do século XVIII surge numa carta e todas as ocorrências do século XIX, apesar de literárias, surgem em romances-diário ou prosa romântica/naturalista, muitas vezes publicados sequencialmente em jornais (Port. *folhetins*). É claro que continuam a ser dados escritos e, às vezes, altamente elaborados, mas é comumente aceite que prosa deste tipo não é uma TD prototípica da distância comunicativa. Para além disso, uma parte considerável dos dados do PB do século XIX de romances surge em trechos dialógicos (“oralidade construída”) e, assim, sem dúvida muito diferente dos exemplos altamente formais e relativos à distância dados para *em caso que* e *no caso que* na Secção 2. Compare-se o seguinte exemplo da conjunção *caso* do PB do século XIX:

(20PB) *Então não há meio de chegarmos a um acordo...- Vinte! – E, **caso esteja eu pelos vinte**, posso contar que...?*

(Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, 1890)

Quanto ao PB do século XX, a conjunção *caso* é frequente em contextos de distância comunicativa²⁹, mas, fundamentalmente, continua a caminhar no sentido de domínios de imediatez comunicativa (cf. e.g., (3), similar ao mais antigo (20)). Considere-se a seguinte ocorrência:

(21PB) *uhn um gosta mais de limpar outro gosta mais de passar outro gosta mais de lavar escuta **caso você morasse** numa casa -e- pra que você dormisse sossegada que profissional você colocaria- pra -pra sua proteção?*
(orBr-LF-SP-3:251, século XX)

Dado que em PE, a conjunção *caso* é um desenvolvimento tardio e provavelmente influenciado pelo PB, é de esperar que ocorrências de contextos de extrema imediatez não se encontrem tão prontamente em PE. Esta previsão é, de facto, confirmada. Em 58 certificações, 35 são de artigos de jornal, e 16 surgem em textos académicos. Damos a seguir um exemplo de um texto jornalístico altamente elaborado em PE:

(22PE) *davam como ponto assente a possibilidade de realinhamento do sistema a pedido das novas autoridades britânicas **caso se verificasse** uma vitória trabalhista.*
(PUBLICO:5959:SEC:eco, 1992)

Apesar de o volume de dados do PE aparentemente relacionados com imediatez no *CdP* ser similar ao do PB, as sete ocorrências em PE de prosa literária e contextos orais exemplificados em (23) e (24), respetivamente, são também indicativos de situações de distância comunicativa (cf. a forma mesoclítica *manter-se-á* e o pronome relativo *cujo*, elementos claramente desfavorecidos em contextos de imediatez):

²⁹ De facto, a maioria dos casos do PB do século XX do *CdP* são de textos académicos ou de artigos formais de jornais. Não sabemos se isto também era possível no século XIX, visto que para este período o *CdP* contém apenas prosa literária. Agradecemos a um revisor anónimo por indicar adicionalmente que o condicional *caso* é também muito frequente no *corpus* do *CETEMPUBLICO* – um *corpus* que contém exclusivamente textos jornalísticos – corroborando assim as tendências observáveis no *CdP*.

(23PE) JN: *Garante que, **caso não ganhe** as eleições, manter-se-á como vereador até ao fim do mandato?*

CA: *O que está dito, está dito.*

(Oral, *Entrevista com Carlos Azeredo em Jornal de Notícias*, 1997)

(24PE) *só se podia livrar do trabalho depois de um ano de internato (...) a não ser por doença grave, (...) **caso os braços não pudessem** de todo voltar a manejar a picareta (...).*

(Prosa literária, *Terra Morta*, Castro Soromenho, 1949)

É só ao examinar outros *corpora* que se pode muito esporadicamente encontrar exemplos de PE situados mais perto do pólo da imediatez. Poder-se-ia dizer que os exemplos (25) e (26), os dois únicos exemplos do *corpus Cordial-Sin*, são similarmente *imediatos* como as ocorrências de PB comentadas anteriormente³⁰:

(25PE) *... não tenho mais que explicar à senhora. (...) Usamos também uma faca lá adiante, em caso de emergência, para cortar. E (...) uma machadinha. **caso se parta** (...) o mastro (...) do bote, fazer (...) um pé para botar no seu lugar.*

(Cordial-Sin, *Entrevista em Bandeiras*, Açores, 1979)

(26 PE) ***Caso esteja** muito frio, amorna-se um bocadinho põe-se o coalho, espera-se ali uma hora, conforme o tempo e a quantidade de leite que for*

(Cordial-Sin, *Entrevista em Unhais da Serra*, 1997)

Fundamentalmente, o diferente estatuto diassistémico da conjunção *caso* em PB e PE agora discutido não se tornaria nada claro se examinássemos simples e superficialmente os números: a seguinte Tabela apresenta todas as ocorrências da conjunção *caso* dos séculos XIX e XX de acordo com os quatro “registos” cobertos pelo *CdP*. Ao separarmos as ocorrências de PB e PE, a perspetiva quantitativa só por si poderia até provocar uma interpretação

³⁰ *Cordial-Sin* é um *corpus* oral, dialetal. É composto por gravações de conversas espontâneas. É preciso ter-se em consideração, no entanto, que os dados foram obtidos em cenários um pouco mais formais e distantes (presença do entrevistador, dispositivos de gravação, etc.). Não é de excluir que isto possa ter favorecido o uso de *caso* em vez do mais informal *se*.

contrária à conclusão aqui apresentada: os dados do PE do *CdP* contêm uma percentagem ligeiramente superior de certificações orais, o que poderia ser considerado erradamente como prova de que o PE é a variante na qual a conjunção *caso* avançou mais no sentido da imediatez comunicativa:

Tabela 7 – *Caso*_{CONJ} dos séculos XIX e XX no *CdP*
de acordo com o registo, PE *vs* PB

	Oral	Ficção Literária	Jornais	Académico
PE	4 (6,9%)	3 (5,1%)	35 (60,3%)	16 (27,6%)
PB	6 (4,8%)	19 (15,1%)	61 (48,4%)	40 (31,8%)

Assim, só ao inspecionarmos cuidadosamente as ocorrências é que podemos traçar um retrato fiável de como os itens linguísticos funcionam num dia-sistema. Contrariamente ao que parece ser o pressuposto subjacente a muita da recente investigação (quantitativa) no âmbito da linguística de *corpus* é uma falácia acreditar que grandes quantidades de dados são por si só suficientes para garantir uma abordagem integral a fenómenos como o que se discute neste artigo.

A Figura 6 resume as descobertas da Secção 2 e 3:

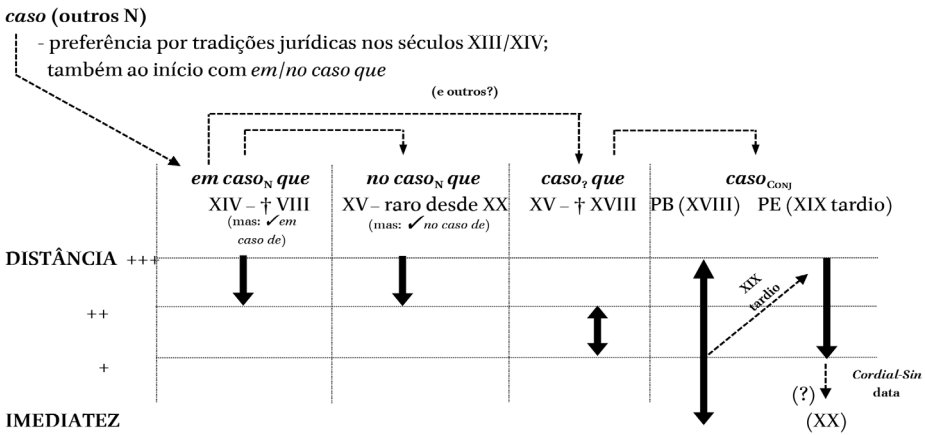


Figura 6 – Construções condicionais com *caso* na história do português: interação com o *continuum* da distância comunicativa/imediatez e tradições discursivas

4. *Acaso*

Antes de chegarmos às conclusões deste estudo, gostaríamos de acrescentar algumas palavras sobre outros desenvolvimentos relacionados com o Lat. CASUS nas línguas românicas. A semântica algo abstrata do Lat. CADERE ‘cair’ e o seu particípio passado CASUS>*caso* (ver 2.1.) abre um vasto campo para possíveis evoluções lexicais e gramaticais, como podemos ver se explorarmos alguns conceitos listados pelo REW. No léxico, CASUS pode dar lugar a conceitos como *caso*, *coincidência*, *ventura*, *maçã que cai*, *cascata*, *nevoeiro noturno*, *berança*, *matadouro*, *epilético*, etc., todos eles relacionados com a ideia mais geral de algo imprevisto. Uma tarefa interessante (que nos afastaria demasiado do presente contexto) seria também descrever a emergência e evolução semântica e formal de unidades idiomáticas, como esp. *hacer caso* ‘prestar atenção’, em várias línguas românicas. Quanto à gramática, como vimos, em português, a ideia geral associada a *caso* permite a sua gramaticalização como conjunção exprimindo condicionalidade, resultando para além disso em lexemas como o adjetivo *casual* ou o nome *casualidade*.

Em português moderno, encontramos também o caso interessante da forma *acaso* (< preposição *a* + *caso*), que, por um lado, é um nome a significar ‘coincidência’, ‘fado’ ‘destino’, (como em (27)) e, por outro, é um advérbio referente à possibilidade de algo acontecer – “pode”, “talvez”, como em (28)³¹. Além disso, *acaso* também aparece em perguntas com ou sem negação explícita marcada em construções como (29) ou (30). Nestes casos, *acaso* torna-se, como afirmam gramáticos portugueses, um “marcador para perguntas retóricas” (Martins, 2013: 2273).

(27) *Quis o acaso que eu tornasse a ver aquela mulher no teatro.*

(Irene Lisboa, *O Pouco e o Muito: Crónica Urbana*, 1956)

(28) *Estou à disposição dos senhores para responder às indagações e dúvidas que, acaso, me queiram dirigir e expor.*

(Luiz Beltrão, *A Greve dos Desempregados*, 1984)

³¹ Como já mencionado na nota de rodapé 8, a partir do século XV, encontramos também construções frequentes como *per / por caso*, *se caso*, *a caso*, com um significado similar.

(29) *Acaso me ouviste reclamar?*

(Martins, 2013: 2273)

(30) *Acaso não há formosura senão em Portugal, senhor Cavalheiro? – Me dizia a condessa de Laval*

(Cavaleiro de Oliveira, *Cartas*, 1756)

Esta função, que é também característica da anterior forma espanhola análoga *acaso*, pode ser encontrada a partir do século XVII. Aqui, *acaso* torna-se uma partícula com uma função modalizante, referente ao (presumido) conhecimento do ouvinte do propósito da enunciação: antecipa a resposta negativa do ouvinte à questão enquanto procura a solidariedade do ouvinte com o falante. Ao mesmo tempo, no entanto, o modalizante *acaso* dá-nos uma “margem para o interlocutor discordar e negociar” (Meisnitzer, 2012: 346)³².

Devido à sua função de avaliação ativa da (pressuposta) atitude do ouvinte perante o propósito da enunciação, o modalizante *acaso* é típico dos diálogos. No entanto, não está marcado como informal ou imediato e pode ser encontrado em textos elaborados bem como num discurso mais espontâneo.

5. “Encerramento do *Caso*”: gramaticalização, distância/immediatez e tradições discursivas

Mostrámos como o Lat. CASUS > Port. *caso* passa por uma série de evoluções na história do português; *caso* como nome torna-se parte de construções preposicionais que expressam condição, *caso* como conjunção torna-se ele-

³² Poder-se-ia negar por razões sintáticas que entidades como as partículas modais podem existir em línguas que não sejam V2 em casos em que as partículas não seguem o verbo. Se deixarmos de parte critérios puramente sintáticos, não há dúvidas, no entanto, de que a realização cognitiva de partículas modais pode também alcançar-se em línguas românicas. Os meios linguísticos para o fazer são variados, e alguns, embora não todos, são partículas (cf. Waltereit, 2006; para uma discussão de possíveis partículas modais românicas e do critério sintático, cf. Secção 2 e 3 in Gerards/Meisnitzer, 2017). Curiosamente, uma fonte importante para tais partículas no ibero-românico é a *insubordinação* (Evans, 2007), e uma partícula prototípica com uma função modalizante criada por insubordinação é o *si* (para espanhol, ver Gras Manzano, 2010). Isto não parece ser coincidência, se virmos as nossas hipóteses relativas à relação entre *caso* e *si* em 3.1.

mento gramaticalizado para subordinação condicional, *acaso* como advérbio torna-se nome e partícula com função modalizante. As evoluções observadas permitem algumas conclusões de caráter semântico e construcional bem como de caráter mais geral relativamente à relação entre gramaticalização, distância comunicativa–imediatez e TD.

Semanticamente, CASUS e os seus modernos sucessores evoluem ao longo de dois caminhos em português (e, em parte, noutras línguas). Como numa série de outras línguas, CASUS ‘evento’ ou ‘evento jurídico’ entra em construções preposicionais com *em*, onde a referência a futuros eventos é hipotética e assim acompanhada pelo significado mais abstrato de hipótese ou condicionalidade. A habitualização deste significado secundário faz com que se torne o significado primário de tais construções. O segundo caminho torna-se manifesto em construções com *a*, onde *caso* originalmente se refere a uma determinada situação e depois a um evento possível, casual, resultando no significado ‘talvez’. Dá-se um passo em frente assim que *acaso* se torna marcador de perguntas retóricas, ou seja, indicador de um “sentido secundário” da enunciação. Com esta última função, é possível argumentar que se se gramaticalizou formando uma partícula modal (ou partícula com função modalizante, dependendo da importância atribuída a critérios sintáticos) expressando um determinado tipo de modalidade epistémica interpessoal.

Sintática ou construcionalmente, *caso* em construções preposicionais como *em caso que /no caso que* emerge em textos medievais. Em português, estas construções passam por um processo de redução construcional como se vê na Figura 6 (*em caso que /no caso que* > *caso que* > *caso*). A redução formal é também acompanhada por uma redução da flexibilidade do meio gramatical da construção. Quanto a *acaso*, esta forma é o produto da fusão duma preposição e dum nome. Como advérbio, é bastante flexível relativamente à linearização e torna-se habitual sobretudo em duas construções concretas, *por acaso* e o simples *acaso* paralelamente com o recém-criado nome *acaso*.

Se examinarmos os itens observados e a sua relação com determinadas TD e a sua ancoragem no *continuum* da distância comunicativa–imediatez, podemos ver três evoluções: em primeiro lugar, o lexema espanhol e português *caso* (jurídico) surge inicialmente em tradições de distância comunicativa e particularmente em TD jurídicas. Aqui, entra então em construções

preposicionais expressando condicionalidade. Estas são ainda indicativas de tradições formais de distância comunicativa, mas cedo deixam de estar limitadas estritamente a TD jurídicas. Presumivelmente, isto também pode ser observado em outras línguas como o francês ou o inglês.

O segundo cenário é uma evolução posterior: em português, e especialmente na variedade do Brasil, a redução da construção preposicional e a sua transformação em simples conjunção vai de mãos dadas com a sua extensão a TD já não marcadas como [+distante]. O terceiro caso, *acaso*, com ou sem função modalizante, abre o seu caminho em textos de distância e imediatez semelhantes.

Em termos mais gerais, isto significa que a gramaticalização está intimamente relacionada com as TD e o *continuum* da distância comunicativa–imediatez. Os processos de gramaticalização podem ter origem na *expressividade* de TD orais e imediatas e, a partir daí, difundir-se para outras mais distantes (Mair, 1992; Koch /Oesterreicher, 1996; Kabatek, 2012):

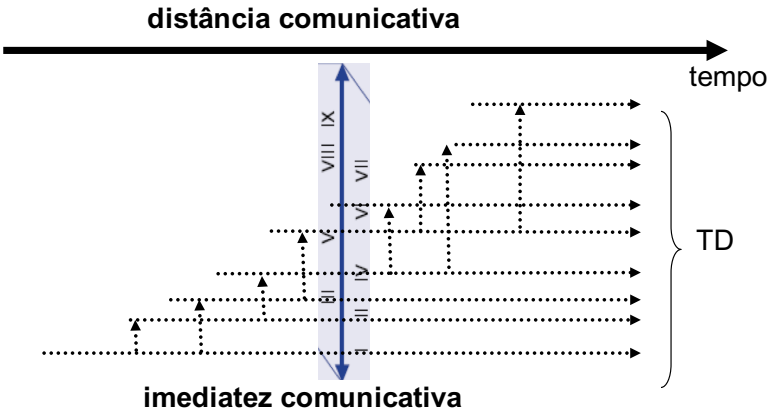


Figura 7 – Gramaticalização e tradições discursivas: da imediatez à distância

Como vimos, no entanto, a direção oposta é também possível, nomeadamente a emergência de inovações em determinadas TD marcadas como [+distante] e o seu subsequente alargamento em direção à imediatez:

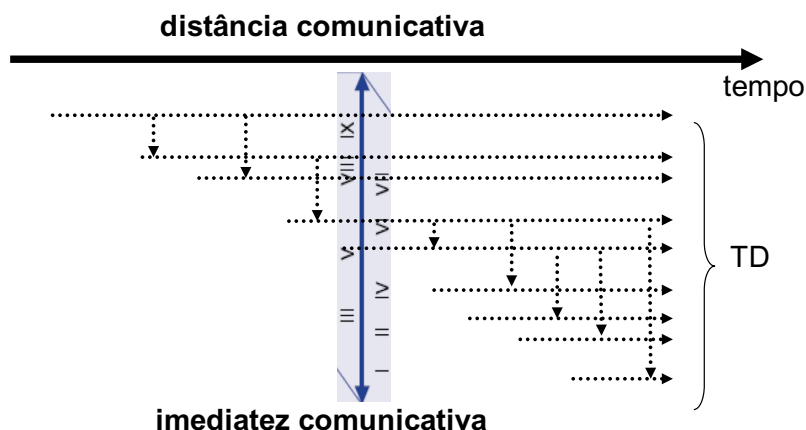


Figura 8 – Gramaticalização e tradições discursivas: da distância à imediatez

Em ambos os casos, a difusão para um espectro comunicativo mais amplo é um correlato de gramaticalização, pelo que poderíamos afirmar que *um parâmetro não tradicionalmente incluído na pesquisa da gramaticalização é o alargamento do âmbito comunicativo no continuum entre distância comunicativa e imediatez*: quanto mais gramaticalizado se torna um elemento, maior o alcance das TD onde o elemento pode ser encontrado.

Há outros cenários também possíveis, por exemplo, quando o alargamento inicial do âmbito comunicativo é seguido por uma redução posterior. Um exemplo seria a partícula de negação *pas* em catalão: em oposição ao francês, onde *pas* se tornou quase o marcador exclusivo de negação na língua contemporânea falada, o catalão *pas*, com uma origem similar na imediatez comunicativa, tornou-se mais e mais arcaico e é hoje em dia (além de usos dialetais) um elemento de TD formais, geralmente escritas, de distância comunicativa, conforme esquematizado na Figura 9.

Estas esquematizações são apenas abstrações que visam ilustrar princípios e tendências. Como se depreende do *caso* português aqui apresentado, a reconstrução de uma determinada evolução só pode ter lugar através de uma pesquisa detalhada de *corpus* (incluindo investigações detalhadas em casos singulares) com uma clara diferenciação de TD e sua ancoragem no *continuum* imediatez–distância.

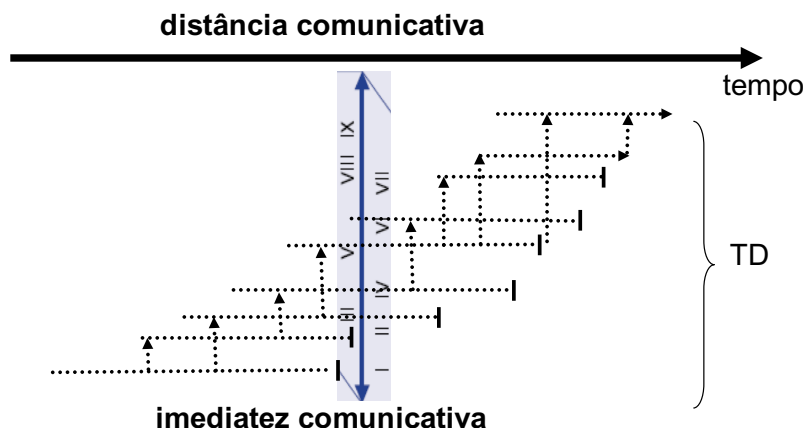


Figura 9 – Gramaticalização e tradições discursivas: emergência e perda entre imediatez e distância

A partir do momento em que aceitamos as duas possíveis fontes de processos de gramaticalização e a importância das TD, podemos avançar e perguntar se qualquer item gramatical pode teoricamente emergir na distância ou imediatez comunicativas e em qualquer TD ou se existem processos de gramaticalização que, seja qual for a razão, começam tipicamente em (determinadas TD de) imediatez, ao passo que outros o fazem preferencialmente em (determinadas TD de) distância. Isto é, com certeza, uma vasta questão tipológica que não pode ser resolvida aqui. Um ponto inicial, promissor, apesar de provisório, seria olhar para certas TD claramente situadas nos dois extremos do *continuum* da distância comunicativa–imediatez e procurar elementos gramaticais que pudessem assumir-se como tendo uma forte ligação ao propósito comunicativo da respetiva TD. Em ibero-românico, por exemplo, certos subordinadores bem como certas partículas discursivas podem originalmente ser associadas ao pólo da distância e, mais precisamente, a TD jurídicas medievais (cf. Kabatek, 2005^a: 155–158; Pons Bordería, 2008). Outros aspetos da gramática como, por exemplo, tempos verbais perifrásticos contendo os outrora verbos de movimento ou verbos de posse estão claramente associados a diferentes TD de imediatez. É claro que estas são apenas observações isoladas que carecem de estudos tipológicos exaustivos. Esperamos que as nossas observações sejam consideradas como um convite para seguir este caminho.

Referências bibliográficas

Corpora

- CdP = Mark Davies/Michael Ferreira, *Corpus do Português*. <http://www.corpusdoportugues.org>.
- CetemPublico = <http://www.linguateca.pt/cetempublico/>.
- ROCHA, Paulo/Diana Santos: “CETEMPúblico: Um corpus de grandes dimensões de linguagem jornalística portuguesa”. In Maria das Graças Volpe Nunes (ed.), *Actas do V Encontro para o processamento computacional da língua portuguesa escrita e falada (PROPOR'2000)*. São Paulo: Atibaia, 131–140.
- Cordial-Sin = Ana Maria Martins (coord.). *CORDIAL-SIN: Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. [<http://www.clul.ul.pt/en/resources/411-cordial-corpus>, [2000-] 2010].
- CRPC = *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (versão 2.0, 2010). [<http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/713-crpc-reference-corpus-of-contemporary-portuguese>].
- pTēnTēn11 = *PortugueseWeb 2011 by Heritrix*. [<https://the.sketchengine.co.uk/auth/corpora/>].
- TychoBrahe = Charlotte Galves/Pablo Faria (2010): *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. [<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>].

Literatura

- ABRAHAM, Werner (2009): “Die Urmasse von Modalität und ihre Ausgliederung. Modalität anhand von Modalverben, Modalpartikeln und Modus. Was ist das Gemeinsame, was das Trennende, und was steckt dahinter?”. In Werner Abraham/Elisabeth Leiss (eds.), *Modalität – Epistemik und Evidentialität bei Modalverben, Adverb, Modalpartikeln und Modus*. Tübingen: Stauffenburg, 251–302.
- ATANASOV, Petar (2009): *Meglenoromâna astăzi*. Bucarest: Academiei Române.
- BAGNO, Marcos (2012): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BECHARA, Evanildo (2009³⁷): *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CANO AGUILAR, Rafael (2014): “Oraciones condicionales”. In Concepción Company Company (ed.), *Tercera parte: Preposiciones, adverbios y conjunciones. Relaciones*

- interoracionales*, vol. 3 de *Sintaxis histórica de la lengua española*. Cidade do México: UNAM/Fondo de Cultura Económica, 3905–4092.
- CODITA, Viorica (2017): *La conformación y el uso de las locuciones prepositivas en castellano medieval*. Frankfurt a.M./Madrid: Vervuert-Iberoamericana.
- COLELLA, Gianluca (2010): *Costrutti condizionali in italiano antico*. Rome: Aracne.
- COSERIU, Eugenio (1985): “Linguistic Competence: What is it Really? The Presidential Address of the Modern Humanities Research Association”, *The Modern Language Review* 80, XXV–XXXV.
- CUNHA, Celso/Luís F. Lindley Cintra (1984): *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa, Sá da Costa.
- DE BENITO MORENO, Carlota/Ana Estrada Arráez (2016): “Variación en las redes sociales: datos twilectales”, *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, 28, 77–113.
- DE VAAN, Michiel (2008): *Etymological Dictionary of Latin and the Other Italic languages*. Leiden, Brill.
- DUNN, Joseph (1928): *A Grammar of the Portuguese language*. Washington, D.C.: N.N.
- ERNOUT, Alfred/Antoine Meillet (1959⁴): *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck.
- EVANS, Nicholas (2007): “Insubordination and its Uses”. In Irina Nikolaeva (ed.), *Finiteness: Theoretical and Empirical Foundations*. Oxford: Oxford University Press, 366–431.
- GERARDS, David P./Benjamin L. Meisnitzer (2017): “Überlegungen zur Vermittlung von Modalpartikeln im Fremdsprachenunterricht. Drei Beispiele aus dem Spanischen, Französischen und Italienischen”. In Daniel Reimann/Christoph Bürgel (eds.), *Zur Ökonomie des Fremdsprachenlernens: sprachliche Mittel revisited*. Tübingen: Narr, 329–360.
- GRAS MANZANO, Pedro (2010): *Gramática de construcciones en interacción. Propuesta de un modelo y aplicación al análisis de estructuras independientes con marcas de subordinación*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Barcelona.
- HERRERO RUIZ DE LOIZAGA, Francisco J. (2014): “La conjunción *que*. La complejización del sistema de subordinación.” In Concepción Company Company (ed.), *Tercera parte: Preposiciones, adverbios y conjunciones. Relaciones interoracionales*, vol. 3 de *Sintaxis histórica de la lengua española*. Cidade do México: UNAM/Fondo de Cultura Económica, 2791–2970.

- HIMMELMANN, Nikolaus (1997): *Deiktikon, Artikel, Nominalphrase: zur Emergenz syntaktischer Struktur*. Tübingen: Niemeyer.
- HUNDERTMARK-SANTOS MARTINS, Maria T. (2014³): *Portugiesische Grammatik*. Berlin/New York: De Gruyter.
- KABATEK, Johannes (2002): "Gibt es einen Grammatikalisierungszyklus des Artikels In der Romania?", *Romanistisches Jahrbuch*, 53, 56–80.
- KABATEK, Johannes (2005^a): *Die Bolognesische Renaissance und der Ausbau romanischer Sprachen: Juristische Diskurstraditionen und Sprachentwicklung in Südfrankreich und Spanien im 12. und 13. Jahrhundert*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- KABATEK, Johannes (2005^b): "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico", *Lexis*, 29, 2, 151–177.
- KABATEK, Johannes (2012): "Nuevos rumbos de la sintaxis histórica del español". In *Actas del VIII Congreso de la AHLE*. Santiago de Compostela: AHLE/Meubook, 77–100.
- KABATEK, Johannes (2013): "¿Es posible una lingüística histórica basada en un corpus representativo?", *Iberoromania*, 77, 8–28.
- KABATEK, Johannes (ed.) (2008): *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt a. M./Madrid: Vervuert-Iberoamericana.
- KLUGE, Friedrich (2002²⁴): *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. With expansions, editado por Elmar Seebold. Berlin/New York: De Gruyter.
- KOCH, Peter (1987): "Distanz im Dictamen. Zur Schriftlichkeit und Pragmatik mittelalterlicher Brief- und Redemodelle in Italien". Habilitation thesis, University of Freiburg/Breisgau.
- KOCH, Peter (1997): "Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik". In Barbara Frank/Thomas Haye/Doris Tophinke (eds.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 43–79.
- KOCH, Peter (2008): "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español". In Johannes Kabatek (ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt a. M./Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 53–87.

- KOCH, Peter/Wulf Oesterreicher (1985): "Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte", *Romanistisches Jahrbuch*, 36, 15–43.
- KOCH, Peter/Wulf Oesterreicher (1996): "Sprachwandel und expressive Mündlichkeit", *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 10, 64–96.
- KOCH, Peter/Wulf Oesterreicher (2010²): *Gesprochene Sprache in der Romania. Französisch, Italienisch, Spanisch*. Berlin/New York: de Gruyter.
- KOVAČEC, August (1971): *Descrierea istroromânei actuale*. Bucharest: Academiei Republicii Socialiste România.
- LABOV, William (1994): *Principles of Linguistic Change*, vol.1 (*Internal Factors*). Oxford: Blackwell.
- LEHMANN, Christian (2015³): *Thoughts on Grammaticalization*. Berlin: Language Science Press.
- LOBO, Maria (2013): "Subordinação adverbial." In Eduardo B. Paiva Raposo *et al.*, *Gramática do português* (orgs.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981–2057.
- LYONS, Christopher (1999): *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAIR, Walter N. (1992): *Expressivität und Sprachwandel: Studien zur Rolle der Subjektivität in der Entwicklung der romanischen Sprachen*. Frankfurt a. M.: Peter Lang.
- MARTINS, Ana M. (2013): "Posição dos pronomes pessoais clíticos." In Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.). *Gramática do português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2229–2302.
- MATRAS, Yaron (2009): *Language Contact*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEISNITZER, Benjamin L. (2012): "Modality in the Romance Languages: Modal Verbs and Modal Particles". In Werner Abraham/Elisabeth Leiss (eds.), *Modality and Theory of Mind Elements across Languages*. De Gruyter, 335–359.
- MENDES DE ALMEIDA, Napoleão (1978²⁷): *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. (2003⁷): *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- OCTAVIO DE TOLEDO/ÁLVARO S. HUERTA (2014): "Entre gramaticalización, estructura informativa y tradiciones discursivas: algo más sobre *nada*" . In José Luis Girón Alconchel/Daniel Sáez Rivera (eds.), *Procesos de gramaticalización en la historia del español*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 263–319.
- PAPAHAGI, Tache (1974²): *Dicționarul dialectului aromân general și etimologic*. Bucharest: Editura Academiei Republicii Socialiste România.

- PASCU, Giorge (1925): *Dictionnaire étymologique macédonaroumain*. Iași: Cultura Națională.
- PERES, João/Telmo Mória (1995): *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- PONS BORDERÍA, Salvador (2008): "Gramaticalización por tradiciones discursivas: el caso de *esto* es". In Johannes Kabatek (ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 249–274.
- REW = Meyer-Lübke, Wilhelm (1935³): *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Winter.
- SHW= Maurer, Friedrich (1969-1972): *Südhessisches Wörterbuch. Band II: E-G*. Continued by Rudolf Mulch. Marburg: Elwert Verlag.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1983): *Traditionen des Sprechens, Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer.
- SÖLL, Ludwig (1974) *Gesprochenes und geschriebenes Französisch*. Berlin: Schmidt.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs (1985): "Conditional Markers" . In John Haiman (ed.), *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 289–310.
- VELOSO, Rita (2013): "Subordinação relativa." In Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2059–2134.
- WALL, Albert (2014): "The Role of Grammaticality Judgments within an Integral Approach to Brazilian Portuguese Bare Nominals". In Barbara Hemforth/Barbara Schmiedtová/Catherine Fabricius-Hansen (eds.), *Psycholinguistic Approaches to Meaning and Understanding across Language*. Cham: Springer, 143–173.
- WALTEREIT, Richard (2006): *Abtönung: zur Pragmatik und historischen Semantik von Modalpartikeln und ihren funktionalen Äquivalenten in romanischen Sprachen*. Tübingen: Niemeyer.
- WINTER-FROEMEL, Esme (2014): "Re(de)fining Grammaticalization from a Usage-Based Perspective: Discursive Ambiguity in Innovation Scenarios", *Folia Linguistica*, 48, 2, 503–556.

SECÇÃO II

(Página deixada propositadamente em branco)

CLARA BARROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto

mbarros@letras.up.pt

ORCID: 0000-0002-4118-1683

**PRAGMÁTICA HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA
DO DISCURSO: ANÁLISE DE ALGUNS ASPETOS
DO FUNCIONAMENTO TEXTUAL-DISCURSIVO
DO PORTUGUÊS MEDIEVAL**

**HISTORICAL PRAGMATICS AND HISTORICAL
CONSTRUCTION OF DISCOURSE: ANALYSIS OF
SOME ASPECTS OF THE TEXTUAL-DISCURSIVE
FUNCTIONING OF MEDIEVAL PORTUGUESE**

RESUMO: Na análise de textos medievais orientada para o estudo da estrutura textual-discursiva, é importante a análise pragmática histórica, porque abre amplas perspectivas à análise de textos do passado. Este artigo pretende expor a análise de alguns aspetos linguísticos específicos do português medieval, nomeadamente o uso dos conectores discursivos e as suas derivas semânticas e pragmáticas, a evolução do sistema da dêixis espacial do português, precisando a cronologia da sua evolução, e a análise de alguns casos de inovação lexical em português, observados em textos de diferentes tradições discursivas em que a génese da utilização da palavra é evidente. Analisa-se a divergência formal e funcional de alguns conectores em textos de diferente tipologia, sugerindo que a génese de novos usos poderá estar intrinsecamente ligada à ocorrência numa tradição discursiva em particular. No estudo da dêixis espacial, a distribuição das formas no português medieval revela um sistema binário que evolui para uma estabilização da oposição ternária a partir da deslocação de morfemas anafóricos e identificativos. Esta análise contribui para o estabelecimento de padrões de evolução em diferentes tradições discursivas, o que sugere a relação entre a evolução linguística e a tipologia dos textos e a sua história.

Palavras-chave: pragmática histórica, tradições discursivas, conectores, dêixis espacial, inovação lexical

ABSTRACT: In medieval textual analysis (which concerns the study of textual and discursive structures) it is important to take into account historical pragmatics since this

broadens the horizons for the analysis of texts from the past. The present study aims to examine some specific linguistic aspects of medieval Portuguese. First, it looks at the use of discursive connectors and their semantic and pragmatic derivations, then it moves on to the evolution of the system of locative deixis in Portuguese. This involves discussing its chronology, with the analysis of some examples of lexical innovation; this has been observed in texts belonging to different discursive traditions in which the origin of new word use is evident. Some formal and functional divergence of connectors of use has been noted within the evolution of different types of text, which suggests that this evolution depends on specific contexts and on text typology. With regard to the analysis of locative deixis, it becomes clear that in the medieval period the system evolved from a binary to a ternary structure. The present analysis contributes to the establishment of parameters for the evolution of connectors in different discursive traditions, thus relating historical evolution to the typology of texts and their history.

Keywords: historical pragmatics, discourse traditions, connectors, locative deixis, lexical innovation

1. Pragmática Histórica e o estudo dos textos do passado

A Pragmática Histórica representa uma aproximação teórico-metodológica em Linguística Histórica que se configura como uma área de investigação interdisciplinar que cruza os domínios teóricos da Pragmática Linguística e da Linguística Histórica. Trata-se de uma abertura teórico-metodológica que contribuiu para uma necessária reformulação das perspetivas de análise de textos do passado.

É sabido que a análise de textos do passado se reveste de características próprias que põem problemas específicos. A começar pelo problema metodológico sempre presente no estudo de textos de outras sincronias – o problema dos dados. Como acentua a afirmação, já clássica, de William Labov (1994: 11): «Though we know what was written, we know nothing about what was understood».

Com efeito, não sabemos, à partida, como foi recebido o discurso, qual o sentido que lhe foi atribuído pelos leitores coevos. Os discursos estão situados em circunstâncias particulares e são determinados por elas e pela circulação social do sentido. Estão ancorados na história e constroem-se ao longo dela. Daí a importância de que se reveste uma história das formas textuais em que a construção histórica do discurso possa ser observada. O método de análise

tem de ser adequado a esse objetivo. Os textos podem ser analisados sincronicamente, mas na sua historicidade, mantendo a percepção da variação em sincronia, porque cada estado de língua tem a sua espessura histórica.

Quando procuramos fazer uma abordagem pragmática de textos do passado o problema dos dados agudiza-se, uma vez que a metodologia pragmática foi predominantemente aplicada à análise de textos atuais – orais e escritos – inseridos no seu contexto empírico, e terá que ser adaptada à análise de textos – escritos – de sincronias do passado, cuja inserção contextual só indiretamente pode ser determinada. As hipóteses analítico-descritivas formuladas pela Pragmática Histórica não poderão ser empiricamente sustentadas; é preciso, assim, encontrar informações – que se revelam, por vezes, escassas – sobre o contexto histórico e social dos textos.

Acresce que o estudo da unidade texto/discurso não foi muito frequente no âmbito da Linguística Histórica que, tradicionalmente, deu pouca atenção à evolução das formas textuais e dos géneros discursivos. Quando as dimensões textuais/discursivas foram englobadas na reflexão e caracterização praticadas pela Linguística, no âmbito da Pragmática Linguística, da Análise do Discurso e da Linguística Textual, o seu estudo foi inicialmente encarado numa perspectiva estritamente sincrónica. Mas o alargamento da análise linguística à relação entre a linguagem e os contextos não poderia deixar de ter repercussões na Linguística Histórica. As formas de organização textual-discursiva podem (e devem) ser estudadas numa perspetiva histórica e é indispensável que, em relação a textos do passado, se faça o estudo das relações entre o uso da linguagem e os contextos, isto é, que a comunicação construída nesses textos possa ser descrita à luz de uma metodologia enunciativo-pragmática.

A descrição linguística no âmbito da Pragmática Histórica foi uma área científica inicialmente assim designada por Brigitte Schlieben-Lange que, em inícios dos anos 80 (cf. Schlieben-Lange, 1983), de forma precursora, se propôs alargar a perspetivação da história das línguas românicas a novos conceitos da área da sociolinguística e da pragmática. Esta abordagem foi desenvolvida pela romanística alemã ao longo dos anos 80 e assumiu um âmbito mais alargado no final dos anos 90.

Na linguística portuguesa, a importância desta metodologia de análise foi sublinhada por Clarinda Maia num artigo, fundamental, de 1995 – *Sociolin-*

guística histórica e periodização linguística – em que chamava a atenção para a desejável utilização dessa metodologia na Linguística Histórica. Nesse mesmo ano, foi editada por Andreas Jucker (ed. 1995) uma obra de sistematização – *Historical Pragmatics. Pragmatic Developments in the History of English* –, com uma apresentação programática de Daniel Jacob e Andreas Jucker intitulada *The Historical Perspective in Pragmatics* (Jacobs/Jucker, 1995).

É de notar que este quadro teórico-metodológico assinala duas perspectivas que se têm afirmado na Pragmática Histórica: por um lado, a que se ocupa da análise da estruturação dos discursos e da caracterização do sentido neles construído, tendo em conta as condições da sua produção-receção; por outro lado, a que se aplica à descrição e explicação da deriva formal ou funcional de alguns morfemas, ao traçado do percurso diacrónico de uma forma ou função, analisando a alteração dos sentidos discursivos e as diferentes realizações formais dessa função através de diferentes estádios da mesma língua.

Estas duas perspectivas são complementares e podem cruzar-se: os dados obtidos na análise discursivo-textual permitem descrever o significado (e o uso) dos elementos linguísticos, e este conhecimento é fundamental para a determinação do seu valor, porque não há formas soltas, isoladas, há discursos. E é possível estabelecer comparação com outras sincronias, detetando a variação e eventuais movimentos de evolução linguística que afetem diversas categorias.

1.1. O modelo das tradições discursivas e a história da língua

Os estudos de Johannes Kabatek e de outros autores – desde Jacob/Kabatek (2001) até trabalhos mais recentes (Kabatek 2006; 2008; 2016) – constituem um marco muito importante no âmbito da análise pragmática de textos do passado. Kabatek enriqueceu o estudo desses textos relacionando-os não só com uma realidade, com uma situação, mas também com outros textos da mesma tradição (Kabatek, 2006: 513). O fecundo conceito de *tradição discursiva* consegue dar conta das interseções discursivas num contexto histórico, e perspetiva o texto como atualização, tradição e inovação.

Os trabalhos de Pragmática Histórica debruçam-se sobre tipos específicos de textos de que descrevem a estruturação discursiva e os fenómenos de evolução histórica. Algo que se tornou patente em estudos mais recentes de diversos autores que trabalham sobre Linguística Histórica como, por exemplo, o estudo de Company (2014) sobre as variáveis da difusão dos fenómenos de mudança sintática e do cenário em que decorrem.

A conceção de que a história de uma língua se faz também de acordo com as tradições dos textos e estas podem condicionar a seleção de elementos linguísticos parece-me fundamental na Linguística Histórica como, aliás, na linguística em geral. Os textos contêm também, em si mesmos, elementos do quadro situacional e das condições de enunciação que permitem largamente a reconstituição das intenções comunicativas que presidem à sua produção, as coordenadas da ‘audiência’ ou ‘destinação’, ou seja, as condições típicas da sua produção e receção.

A Pragmática Histórica e o modelo das Tradições Discursivas enriquecem o estudo do funcionamento textual-discursivo do português medieval, em diversos níveis de análise, facultando a observação de fenómenos de mudança desde a sua fase inicial até à fase de normatização e de estabilização no uso e sua standardização.

Vou tentar ilustrar esse lento movimento de mudança linguística em alguns aspetos da evolução do português medieval e renascentista, focando, nomeadamente:

- o percurso de diversos conectores e sua repercussão na estruturação e construção frásica;
- a evolução, ao longo do período medieval, da dêixis espacial que tenho procurado observar em textos de diferentes tradições discursivas;
- alguns casos de evolução lexical, no mesmo período.

2. Descrição do português medieval e de aspetos da sua evolução

No caso do percurso dos conectores comecei por utilizar um *corpus* constituído pela versão portuguesa de diversos textos jurídicos da legislação de

Afonso X – *Primeyra Partida*, *Foro Real*, *Flores de Dereyto*, *Tempos dos Prey-tos*, editados por J. Azevedo Ferreira, e de alguns outros fragmentos das *Parti-das*¹ – todos eles do primeiro período do português medieval. Textos que se integram numa prática discursiva histórica e socioculturalmente determinada – discurso jurídico legislativo – que traduz um sistema deôntico em relação com uma ideologia, com uma mentalidade específica.

Tenho tentado descrever e caracterizar o discurso medieval em português tal como surge concretizado nesse *corpus* representativo, e considerar aspetos de evolução linguística, com destaque para a descrição e explicação de alguns morfemas, relevantes no tipo de textos estudados, que evidenciam derivas formais ou funcionais. Este duplo objetivo releva claramente das duas vertentes, que considero complementares, que se têm afirmado crescentemente na Pragmática Histórica – a que se ocupa da análise da configuração dos discursos nas condições típicas da sua produção e receção e a que se aplica ao estudo da deriva de estruturas ou de elementos – quer se trate de deriva em curso quer de deriva já plenamente consumada.

2.1. Uso/valor semântico e pragmático de alguns conectores

Neste contexto, e no âmbito da história dos conectores em português, analisei sobretudo os contrastivos, mas não deixei de observar outros elementos linguísticos que os textos utilizam de forma persistente, como as correlações de conjunções causais e conclusivas, ou comparativas que fundamentam diferentes estratégias discursivas². Fiz o estudo de alguns destes casos do funcionamento e da evolução diacrónica da língua portuguesa, surpreendidos na análise da configuração estrutural de textos de diversas tradições e de diferentes sincronias do passado³.

¹ Editados por Dias (1995).

² Ver Barros (1994) e Barros (2011).

³ Essa análise foi exposta com maior desenvolvimento na obra –*Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-discursivo* (Barros, 2010) – mas também em alguns artigos e comunicações anteriores e posteriores a essa data.

A investigação sobre os contrastivos cruza transversalmente diversos temas. Assim, o trabalho sobre derivas semânticas e pragmáticas de conectores adversativos – *mais, porém, contudo, todavia* – integra-se noutro, de âmbito mais alargado, sobre o funcionamento das construções contrastivas em português no período medieval e em sincronias posteriores. Nas análises está sempre presente a perspetiva diacrónica e estabelecimento para cada texto e para cada sincronia um enquadramento teórico de cariz tendencialmente pragmático-discursivo.

O inventário de morfemas que se encontra nos textos jurídicos da legislação de Afonso X é formal e funcionalmente diferente do de outros textos, nomeadamente no caso dos contrastivos que neles apresentam uma elevada frequência em consonância com o cariz argumentativo de muitos segmentos textuais.

2.2. Deriva formal e funcional de alguns conectores que evoluíram para contrastivos

Verifica-se que o uso/valor contrastivo de certos conectores surge e progride, mas pode ser mais ou menos frequente em textos de um mesmo período histórico.

É possível observar nos textos analisados a presença de formas linguísticas entretanto desaparecidas nos estados posteriores da língua portuguesa como os concessivos *pero/pero que* e ainda de morfemas aparentemente análogos aos modernos, mas que evidenciam, na sincronia representada, um funcionamento discursivo específico, ou seja, que manifestam usos semânticos e pragmáticos diferentes dos que irão estabilizar em sincronias posteriores do idioma, sendo possível surpreender a génese de usos que viriam a estabilizar posteriormente na língua como no caso de *por en, toda via e com todo (esso)*. A análise dos atos de discurso predominantes nos textos, com explicitação do uso semântico e pragmático dos conectores discursivos, permite detetar uma deriva formal ou funcional de alguns morfemas. E obter dados de índole inequivocamente diacrónica.

Assim, quando se estudam os contrastivos em Português antigo verifica-se que há formas ainda em processo de gramaticalização. O sistema conjuncional organiza-se a partir de deslocções do sentido gramatical de partículas discursivas de diferente natureza e um dos percursos possíveis é a evolução de morfema conclusivo para o valor contrastivo, por surto de negação. É uma deriva que afetou diversos morfemas como, a título de exemplo, o morfema *por ende/poren*.

2.3. De *por ende* a *porém*: deriva semântica e pragmática

É muito característico do período medieval o uso deste morfema como conclusivo, mas ele não apresenta, ao longo deste período linguístico, um sentido unívoco. Vai adquirindo outro sentido e uma função pragmática diferente – de adversativo, de contra-argumentativo. A coexistência das formas aponta para a gramaticalização em curso da nova função gramatical – a de adversativo –, que veio a substituir o seu significado etimológico. Nos textos jurídicos que analisei ocorrem com frequência exemplos de *poren* em contexto negativo que admitem a leitura adversativa. Podemos observar esse funcionamento no exemplo seguinte, em que é clara uma leitura contra uma expectativa gerada pela existência de uma regra pressuposta:

(1) se o capicol ou o chantre ou o uigayro ferir algũs dos clerigos do coro per rrazõ de seu offizio **nõ** seeria **porende** scomũgado.

(Pr.P., XII, 132-133)⁴

(2) Se algũa molher for uiuuoa que aya senhor auodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou de sa madre sen uoontade de seus irmaos **nõ** seya **porẽ** desherdada.

(Fo.R., III, 45-47)

⁴ Neste e nos restantes exemplos, o destaque a negrito é da minha responsabilidade.

(3) e o deuedor nō possa emparar per dizer ca fiador ten del, ca pero que deu fiador **nō é poren** quite da deuida.

(Fo.R., III, 1283-1285)

Estas podem ser das primeiras ocorrências de um uso que surgiu em contextos muito marcados ou específicos.

2.4. A evolução de alguns morfemas contrastivos

Poderemos enquadrar o percurso diacrónico de *por ende* conclusivo a contrastivo se perspetivarmos a noção de contrastivo como ‘contra-conclusivo’ em relação a um princípio geral, de tipo causal ou condicional. Esta perspetiva permite avaliar a afinidade dos raciocínios causais/condicionais-conclusivos com os contrastivos e compreender melhor a evolução de morfemas conclusivos para contrastivos que se observa na história de diversas línguas românicas (caso do espanhol *pero*, do francês *pourtant*, *toutefois* ou do italiano *tuttavia*). Na sua génese, o valor adversativo é portanto de contra-conclusão, de conclusão contra a expectativa, dada a regra geral, e estaria na sua utilização em frase negativa. No caso concreto das construções com *poren* em contexto de negativa, é rigorosamente este o seu funcionamento: existe uma determinação e afirma-se que em determinadas circunstâncias ela não é aplicada.

No primeiro período da língua portuguesa observa-se, assim, um movimento de reestruturação, um fenómeno em fase mais ou menos adiantada de gramaticalização de diversos conectores em que se pode ainda perceber um conteúdo semântico de partida que deu origem às funções gramaticais que foram adquirindo. A evolução de *porém* não é um caso isolado. Também no caso dos conectores *toda via* e *com todo esto*, parece possível determinar um processo regular, orientado numa direção, seguindo tendências gerais e sistemáticas de evolução em que as formas ficam mais estratificadas, como se observa nos exemplos seguintes:

(4) E **como quer que** os bispos cada hũ tenha logar de Ihesu Cristo e seia sseu vigayro ssobre aqueles que ssom dados en seu bispado por auer poder de legar

e de ssoluer, **cõ todo esso** o apostoligo he vigairo de Nostro Senhor Ihesu Cristo assynaadamẽte en todo o mũdo.

(Pr.P., VIII, 96-101)

(5) E **como quer que** saluarse podesse o homẽ, pero nõ fezesse tal uoto come este, **cõ todo eso** teudo he de o gardar des que o fezer.

(Pr.P., XI, 43-45)

(6) **Pero** diz ena ley ante desta que ante deue o homẽ a dar a esmolla ao cristão que hao outro que ffosse doutra ley, **con todo esso** tã grande foy o bẽ da Eygreia mouẽdosse per rrazõ de piadade que solueo esta duuyda

(Pr.P., XXVI, 219-223)

Podemos estabelecer três momentos neste processo: primeiro, um item lexical tem um sentido baseado numa situação mais ou menos objetiva como *todo/ toda, ende, esto, via*; em seguida, passa a ser elemento da coesão textual, por exemplo como retoma de elemento anterior, por anáfora, como acontece com *com todo esso, por ende, toda via*; e, finalmente, esses elementos linguísticos passam a exprimir o ponto de vista do Locutor em relação ao que diz, os sentidos tendem a tornar-se progressivamente situados na opinião subjetiva ou na atitude do locutor em relação à situação (cf. Hopper/Traugott, 2003: 154).

No caso dos morfemas em questão – *com todo esso, toda via e por en* – eles surgem num cenário em que o elemento que introduzem não seria previsível e observa-se que marcam a expressão de reserva em relação ao argumento anterior e a afirmação de direção argumentativa diferente e contra-expectativa. Os morfemas integram, portanto, uma estratégia argumentativa, o seu conteúdo semântico de partida esbate-se, estabilizando-se numa função pragmática de contra-argumentação.

Os contrastivos figuram no texto como fratura de coerência e como uma reformulação da orientação do discurso. Enquanto nas correlações com morfemas causais e conclusivos as causais são a instanciação de uma regra universal que em princípio se verifica, as contrastivas constituem a reformulação de uma regra, pela afirmação de casos em que ela não se verifica, dando-se um alargamento de circunstâncias em relação ao que estava previsto na regra.

Assim, o elemento linguístico que serve de base aos conectores contrastivos tem significado objetivo de valorização axiológica positiva, de reconhecimento de um grau elevado, e aponta para significados objetivos que se relacionam com a ideia de ‘limite’, de quantificação universal. É o que se passa com o anafórico *todo* presente na gênese dos dois adversativos do português *todavia* e *contudo*, com formas análogas também em outras línguas românicas.

Numa segunda fase, procurei alargar o âmbito do *corpus* analisado a textos de um período posterior e de uma diferente tradição discursiva, no sentido de tentar traçar as linhas da estabilização dos novos usos destes morfemas. Dada a sua maior frequência de utilização, segui o percurso de *porém* e de *contudo*.

2.4.1. *Comportamento discursivo de porém e de com tudo no Leal Conselheiro*

A análise do *Leal Conselheiro*, obra do século XV e de cariz literário e filosófico, revela que a mesma forma funciona já inequivocamente como operador de inversão da direção argumentativa, como é característico das conjunções adversativas. É ainda predominante o valor causal-conclusivo equivalente ao de ‘por isso’, ‘por causa disso’. Ocorre frequentemente (em cerca de um terço das ocorrências) na forma *e porém*, introduzindo a sequência terminal de uma explicação, como se pode ver no seguinte exemplo:

(7) Dos ovos pera esto nom ha regla certa porque a hũus aproveita e a outros empece. E **porém** cada hũu huse de os comer como se deles sentir. (L.C., cap. C, Do regimento do estamago)

Mas também apresenta o sentido contrastivo, em frase afirmativa, num uso já moderno, de que só detetei três ocorrências. Veja-se o exemplo (8), em que a direção argumentativa dos predicados introduzidos é claramente oposta: “podem matar, ferir e roubar (...) husando **porém** de piedade quanto mais poderem”:

(8) Ca em este caso aos outros do seu reyno, a que perteece de o em ella [justa guerra] servir, nom convem mais scoldrinhar, mas sem embargo podem matar, ferir e roubar, segundo per seu rey e senhor for ordenado. Ca esto todo he per todos dereito determynado, que os que teem officio de defensores o devem fazer, husando **porem** de piedade quanto mais poderem, com reguardo de seu serviço, naqueles casos que per boons confessores e leterados nos for determinado

(L.C., cap. XVII, Do hodyo)

Também no exemplo (9) existe instanciação particular em que o princípio geral não se efetiva:

(9) Segunda he dos jejūs que por special devaçom se guardom, os quaaes, ainda que nom assy como aos primeiros sejamos obrigados, **porende** as speriencias bem demostram como a nosso senhor deles praz, per cujo emxemplo aquelles da cidade de Nyve foram salvos da sentença de sua destruyçom

(L.C., cap. XXXIII, Da diferença dos jejūs)

Encontra-se também no texto do *Leal Conselheiro* o uso contrastivo de *com todo esto/ com todo*:

(10) Ca ouverom grandes dignydades, muytas riquezas, forças em os corpos e **com todo esto** foram muyto achegados a deos

(L.C., cap RI, Sobre a deferença dos estados)

(11) E antre as muytas vyrtudes que ouve este virtuoso conde, desta foy sempre muy louvado: que era tam circonspecto em todo que ouvesse de fazer que nom podia com razom em myngua de avysamento e boo percebimento seer com dereito e verdade prasmado. E **com todo** tal avysamento e receo do que acontecer lhe podia, era nos medos e pellejas tam seguro e sem temor pera soportar e cometer que outro mais nom poderia seer achado

(L.C., cap. LIII Doutros speciaaes avisamentos sobre a prudencia)

Na análise de ocorrências em *corpus* do século XVI nota-se que este conector, agora já na forma *com tudo*⁵, funciona inequivocamente como opera-

⁵ Por um efeito de metafonía alguns pronomes acabaram, no Português clássico, por tomar uma forma diferente, evoluindo neste caso de *todo* para *tudo*.

dor de inversão da direção argumentativa, mas permanece não aglutinado, o que denuncia um processo recente de gramaticalização e a conservação do hábito de representação gráfica. De facto, esse processo de gramaticalização da expressão parece estar concluído neste período como pode observar-se nos seguintes exemplos do discurso expositivo gramatical da *Gramática da Língua Portuguesa* de Fernão de Oliveira, de 1536:

(12) E agora quando a cada vogal quasi muda sua voz: não diremos logo que temos as mesmas letras: nem tantas como os latinos: mas temos tantas figuras com”elles: & quasi as mesmas ou imitação dellas. E **com tudo** nam deixa d’ aver falta nesta parte porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta & duas: ou trinta & tres letras.

(06, 11, 12-18)

(13) E se assi e verdade que os gregos com os latinos: & os ebraycos cõ os arabigos e nos com os castellanos que somos mais vezinhos cõcorremos muitas vezes em hũas mesmas vozes e letras: & **cõ tudo** não tanto que não fique algũa particularidade a cada hũu por si hũa so voz & com as mesmas letras

(07, 12, 5-11)

(14) Que diz som. He o mui nobre johã de barros & a rezão que da por si e esta: que de som. mais perto vê a formaçã do seu plural o qual diz somos. **com tudo** sendo eu moço pequeno fui criado em são domingos D’euora onde fazião zõbaria de mÿ os da terra porque o eu assi pronũciaua segũdo que o aprendera na beira

(47, 71, 21 – 72, 2)

No exemplo (14), no morfema *com tudo*, *tudo* tem ainda, em parte, o valor adverbial anafórico, de retoma resumptiva de argumentos anteriores, nomeadamente o prestígio do “mui nobre João de Barros” e o seu argumento baseado numa regularidade paradigmática e flexional. No entanto, tais argumentos não são considerados suficientes pelo Locutor para anular o contra-argumento que passa a expor – o do evidente desprestígio da variável.

O adversativo *contudo* tem agora sempre um funcionamento de contrastivo, introduzindo contra-argumentação, sentido análogo ao que foi detetado, só esporadicamente, para *com todo esto/com todo* nos textos dos séculos XIII, XIV e XV.

2.4.2. Usos dos conectores e tipologia dos textos

A observação e análise, em textos de diferentes tradições discursivas, de alguns morfemas que se fixaram como contrastivos ao longo da história do português, permitiu-me estabelecer uma cronologia do processo de gramaticalização de alguns contrastivos em português. Este estudo, embora ainda em progresso, permite ver que é nos séculos de XIII a XV que se desenvolve esse processo, verificando-se ainda a coexistência de valores dos conectores ao longo do período medieval. Verifica-se também que o uso de *porém* como contrastivo ocorre com maior frequência nos textos legislativos e não se encontra, na mesma época, nem nos textos notariais (ver Maia, 1986) nem nos apologéticos (ver Mattos e Silva, 1989) onde continua a ter valor causal/explicativo. O texto argumentativo parece ter favorecido o novo uso, que poderá estar ausente em textos de outro tipo. Logo, há razões para crer que a génese de novos usos está intrinsecamente ligada à ocorrência em determinados contextos e a uma tradição discursiva particular.

Como vimos, encontra-se ainda no *Leal Conselheiro*, texto do século XV, o valor conclusivo de *porém* em raciocínios de tipo causal-explicativo, mas encontramos já também o contrastivo *porém* no seu uso moderno, em contexto de negação (como ocorre em textos mais antigos de cariz argumentativo), mas agora também em frase afirmativa, evidenciando o uso moderno já em fase de estabilização.

Creio que este tipo de abordagem é relevante por estabelecer parâmetros de evolução dos contrastivos em diversas tradições discursivas, relacionando o percurso dos conectores com a tipologia dos textos. Esta metodologia pode ter interesse para a descrição e história do português, sem esquecer que há aspetos comuns a outras línguas românicas, com fenómenos de evolução análogos, que no entanto poderão não se dar, nas diferentes línguas, nem com a mesma frequência, nem exatamente no mesmo período, nem no mesmo tipo de textos. Na comparação com textos de diversas tradições discursivas e de diferentes sincronias descobre-se que eventualmente terá surgido em texto argumentativo e deteta-se a extensão de uso e a cronologia da evolução.

Podemos concluir que a análise do funcionamento destes morfemas numa sincronia do passado poderá, sem dúvida, dar informações sobre a tendên-

cia da sua evolução diacrónica. A interseção destes dois aspetos parece ser fecunda para a análise de *corpora* de textos do passado, porque esclarece algumas estruturas e formas específicas de um estado histórico e simultaneamente dá conta de aspetos da sua evolução.

2.5. A estrutura da frase no português medieval

Em relação com estas vertentes da história dos conectores discursivos analisados na perspetiva da Pragmática Histórica, gostaria de aludir, de modo mais breve, a aspetos da organização sintática e textual específicos dos textos medievais, no âmbito de uma possível perspetivação da evolução diacrónica das formas sintáticas e textuais/discursivas.

Analisei, nomeadamente, a elevada frequência de uso de morfemas em correlação – que parece constituir uma forma típica, nos textos medievais, de traduzir ligações entre orações – e a presença de fenómenos de inversão da ordem dos constituintes da frase. Trata-se de aspetos que têm nítidas implicações de âmbito discursivo, porque configuram fenómenos de topicalização e de focalização que se repercutem nos mecanismos de retoma e progressão da informação no texto.

Os exemplos (4), (5) e (6) – apresentados no ponto 2.4, sobre a evolução de alguns morfemas contrastivos – ilustram uma típica correlação entre conectores concessivos e adversativos. A construção correlativa é particularmente relevante no caso dos morfemas contrastivos. Nas construções correlativas existe sempre um movimento de reformulação de um princípio geral pressuposto, mas que é explicitado, e esse princípio conduz a uma conclusão que se orienta no mesmo sentido, nas correlações causais-conclusivas e, num sentido diverso, nas concessivas-adversativas. Este fenómeno tem também alguma incidência na questão da evolução de morfemas conclusivos para contrastivos. É numa estratégia global de organização do discurso que se integram as correlações que apresentam, no seu segundo membro, morfemas conclusivos em enunciado negativo que evoluem para *contra-conclusivos*, ou seja adversativos.

Nos textos portugueses medievais observam-se, além da parataxe e justaposição de predicados, novas formas de organização dos enunciados, com explicitude de mecanismos introdutórios. A elevada frequência de morfemas em correlação no português medieval explica-se como uma forma específica de construção, observável em textos desse período da língua, que se afasta não só da anterior fase de predomínio de parataxe com polissíndeto como também das formas de subordinação que irá apresentar o português nas sincronias posteriores, incluindo as que mais imediatamente seguem este período, em que já se encontram exemplos de sintaxe com elaborada hierarquização de predicados, tendência que se acentua consideravelmente ao longo do século XVI.

As estruturas que apresentam morfemas em correlação, para além de constituírem novas combinatórias sintáticas, correspondem a estratégias discursivas específicas. A especificidade histórica manifesta-se, portanto, nas estruturas em que existem traços característicos, quer pela sua diferença formal, quer pelo seu funcionamento nos movimentos de retoma e de progressão da informação no texto. O uso de morfemas em correlação denota o enriquecimento progressivo não só do inventário de morfemas com funções relacionais, mas também das possibilidades combinatórias entre eles (cf. Barros, 2010: 548-557).

Estas construções surgem em textos de diferentes tradições, observando-se uma relativa disseminação da sua ocorrência, sem que me tenha sido possível detetar, até ao momento, um predomínio destes mecanismos de correlação em textos de algum tipo em particular.

3. A *dêixis* espacial no português medieval e tendências da sua evolução

Um outro aspeto do estudo da história do português medieval que ganha em ser analisado em textos de diferentes tradições discursivas é o da evolução da estrutura dos déicticos espaciais ao longo do referido período.

A cronologia desta evolução é um tópico que ganhou visibilidade desde o trabalho de Teyssier (1981) sobre o tema. Na sequência da leitura deste tão

completo e sugestivo estudo procurei alargar a análise aí presente e comparar dados de um *corpus* do 1.º período medieval, maioritariamente de textos jurídicos, com outros textos posteriores dos séculos XV e XVI, tentando precisar o marco cronológico da estabilização dos deíticos espaciais, pela evolução de um sistema predominantemente binário para ternário. Passo a expor, portanto, uma análise da evolução do sistema da dêixis espacial do português, através da observação de textos de diferentes tradições discursivas, numa tentativa de dar um contributo para precisar a cronologia da sua evolução.

A partir das formas latinas originárias, o sistema dos deíticos pronominais e adverbiais refaz-se, sendo o português uma das línguas românicas que conservam a organização em três graus de proximidade da situação de enunciação, enquanto outras, como o romeno ou o francês, apresentam apenas duas dimensões de proximidade (Matos/Muidine, 1997: 214).

No período medieval tardio, o Português apresenta já eventualmente um sistema em três dimensões com formas específicas. Este sistema foi objeto de algumas descrições, que partem sempre de um *corpus* relativamente restrito de textos. Teyssier (1981) refere o sistema do português antigo, nomeadamente o do século XV, a partir do estudo da *Crónica de D. Pedro* e analisa a sua evolução para o sistema observado no século XVI, que descreve baseando-se sobretudo na análise da obra de Gil Vicente. Outros autores se debruçaram sobre este tema como Matos e Muidine (1997) que estudam o desaparecimento de *acó* e de *aló*. Mattos e Silva (2008) retoma a sua proposta de 1983, baseada na análise de um texto apologético e filosófico, *Diálogos de S. Gregório*. É também importante o contributo do estudo de Álvarez e Xove (2008), mas é de notar que tem sobretudo uma dimensão moderna, sincrónica e dialetal.

O estudo que aqui apresento contempla dois intervalos cronológicos, abrangendo os séculos XIII-XIV, e XV-XVI. Utilizei textos de amostras quantitativamente comparáveis, incluindo textos literários e não-literários, mas tentando evitar a subordinação da história da língua ao estudo de grandes obras literárias, como recomenda Company (2014). Esta análise tem como objetivo relacionar a tipologia dos textos com as inovações na configuração do sistema dos deíticos, tentando determinar em que tipo de tradição discursiva se observa melhor a progressiva diminuição da frequência de formas como

acó/aló e *acá/alá*, em confronto com a conservação das formas *aqui/ali* e a frequência crescente da sua utilização. Também se revelou fundamental a observação dos usos da forma *hi* com o aumento da sua ocorrência na construção *há hi*, de utilização progressivamente mais frequente, que prenuncia o aparecimento da forma adverbial *aí*. No período mais ou menos extenso de coexistência de formas, em que há sempre ajustes lentos e graduais, é importante observar quando e em que tipo de textos ocorrem pequenas fraturas e a frequência com que se apresentam as formas mais conservadoras ou mais inovadoras.

O sistema dos deíticos atinge, provavelmente ao longo do século XVI, a forma que irá conservar até aos nossos dias, em que *cá* e *lá* e *aqui* e *ali* surgem já claramente como adverbiais, bem como *aí*, com provável origem no anafórico *hi*. A evolução apresenta sempre uma constante transformação que se insere na continuidade e de que nos apercebemos pela observação dos dados de cada sincronia e de sincronias sucessivas. Nos casos de coexistência de formas, considere o aumento de frequência relativa das formas como um indicador da sua vitalidade, e a diminuição da frequência de algumas formas tradicionais como sinal de decadência de uso.

Há, na história do português, a evolução de um sistema predominantemente binário para ternário. A questão central a equacionar neste domínio consiste em estabelecer quais os primeiros textos em que o sistema moderno aparece estabilizado com abandono das formas especificamente medievais.

3.1. A estrutura da *dêixis* espacial no português medieval do 1.º período

No primeiro período da língua portuguesa a estrutura da *dêixis* espacial parte sem dúvida de um sistema binário:

esto/aquesto aquele	
aqui	ali
acó	aló
acá	alá

Não está aqui integrada a forma *hi*, embora seja muito frequente em textos deste período, porque não tem ainda função deítica: o seu valor é anafórico. Dois valores que virão a coexistir no sistema moderno. Outros deíticos, como *alá* e *lá*, podem já apresentar também um valor de retoma anafórica como se vê no exemplo sugestivo de uma conhecida cantiga de Romaria de Pero de Viviaez:

(13) Pois nossas madres **van a San Simón**

de Val de Prados candeas queimar

nós, as meninas, punhemos d'andar

con nossas madres, e elas entón

queimen candeas por nós e por si,

e nós, meninas, **bailaremos i.**

Nossos amigos todos **lá irán**

por nos veer e andaremos nós

bailand'ant'eles, fremosas, en cos,

e nossas madres, pois que **alá van,**

queimen candeas por nós e por si,

e nós, meninas, **bailaremos i.**

Alá e *lá* indicam geralmente direção e são usados com verbos de movimento. No texto referem anaforicamente *San Simon de Val de Prados*.

Os pares *acó/aló* e *acá/alá*, embora surjam ainda com alguma frequência na tradição da poesia trovadoresca, estão já em declínio, como comprova o escasso número de ocorrências patente quer nos textos jurídicos que analisei, quer no texto *Diálogos de São Gregório* analisado por Mattos e Silva (1989 e 2008): esta autora regista apenas uma ocorrência de *acó* e de *acá*; no que toca ao par *aló/alá* é registada uma ocorrência de *aló* e quatro de *alá*, face a 53 ocorrências de *aqui* e 94 de *ali*⁶; é também muito frequente o uso do anafórico *hi* (131 ocorrências).

⁶ O objeto de análise de Matos e Muidine (1997) é precisamente a diminuição de uso de *acó* e de *aló*, além da explicação da sua origem, partindo dos textos analisados por Mattos e Silva, Teyssier e Álvarez.

É de notar também, neste texto do século XIV, a frequência elevada do uso de *este* (755)/*aqueste* (297) e de *aquele* (1359), enquanto *esse* é mais raro (61) e quase sempre anafórico. Nos textos jurídicos dos séculos XIII-XIV que analisei, encontro uma situação análoga à observada por Mattos e Silva. As percentagens divergem ligeiramente nos três textos analisados exaustivamente – *Foro Real*, *Flores de Dereyto* e *Primeira Partida*. Os quadros abaixo esquematizam as respetivas ocorrências.

No texto do *Foro Real*:

este(s) 41 esto 53 esta(s) 56	150	esse 1 essa 10 esso 5	16	aquel (es) 252 aquella(s) 47 aquello 48	347
aqueste(s) 3 aquesto 3					
aqui 3		hi 2		aly 5 ala 1	

No texto das *Flores de Dereyto* encontram-se as seguintes ocorrências:

este(s) 30 esto 7 esta(s) 43	80	esse 1 esso 2		aquel (es) 62 aquella(s) 26 aquello 5	93
aqueste(s) 3					
aqui 2		hi 1		aly 1	

Nestes dois textos a frequência de *esso* e *esse* é claramente menos elevada do que a observada para *este/esto* e *aquel /aquele*. Os pares *acó/aló* e *acá/alá* estão já em declínio, como comprova o escasso número de ocorrências: apenas uma única ocorrência de *ala* no *Foro Real*.

No texto da *Primeyra Partida* verificam-se as seguintes ocorrências:

este 542 esto 649 isto 29 esta 269	1489	esso 10 (por esso 85) (esso mesmo 84) 206 ⁷ esse 7 isso 14 essa 6 (essa mesma 3)	aquel aquelle (s) aquela (s) aquillo 2	1399
aquesto 6 aqueste 11 aquisto 2 aquestes 2 aquesta 1 aquestas 5	27			
aqui	33	hi 8 hy 296 (hy ha 62; ha hy 56)	ali 7 aly 16 ala 20	23

Vemos que neste texto, muito mais extenso, da *Primeyra Partida*, se confirmam as tendências de frequência já observadas, sem se registarem usos de *acó/acá* nem de *aló* e observando-se apenas vinte ocorrências de *ala*⁸. A frequência de *hy* é muito elevada: é usado como anafórico e também frequentemente na construção com o verbo *haver* – *hy haver/haver hy*. Embora não seja comparável com a frequência de *este/esta* nem com a de *aquele/aquela*, o deítico *esso/essa* apresenta frequência significativa e surge também reforçado muitas vezes pelo identificativo *mesmo/mesma* – *esso meesmo/essa mesma*.

Os dados dos textos jurídicos do português antigo confirmam os dados estatísticos avançados por Paul Teyssier para o português desse período com base na análise do texto *Diálogos de S. Gregório*, do século XIV.

⁷ De notar que não são representativas, para este estudo, as 85 ocorrências de *esso* no conector conclusivo *por esso*.

⁸ *Acó* e *aló*, bem como *acá* e *alá* irão sobreviver em formas diversificadas. No português moderno, na oposição binária *cá/lá*. Mas no galego moderno observa-se conservação destas formas e uma diversidade de ordem diatópica: são usadas as formas *acó/aló* nas regiões mais a norte e as formas *acá/alá* nas regiões mais a sul, de Ponte Vedra ou Ourense. Em distribuição dialetal como observam Álvarez e Xove (2008).

3.2. A evolução da dêixis espacial nos séculos XV e XVI

Nos textos do século XV o sistema binário parece já não estar a ser utilizado, como também refere Teyssier, baseando-se nos dados da análise do texto da *Crónica de D. Pedro* de Fernão Lopes. Procedi à análise do *Leal Conselheiro*, um texto também do século XV e igualmente em prosa, mas de uma tradição diferente. De acordo com os dados observados nesse texto, *aqui* e *ali* são muito mais frequentes e designam um espaço pontual; *acó/aló* indicam igualmente um espaço pontual, mas são mais raros; *acá/alá*, que não são muito frequentes, indicam zonas extensivas e direções.

A evolução para o sistema ternário, no caso dos adverbiais de lugar, passa então pela evolução do anafórico *hi* para um uso deítico. O sistema binário já não se observa no século XV, em que surgem ocorrências mais ou menos incipientes de *esse*, *esso* e também do anafórico *hi*, sobretudo na construção *bá hi*. Teyssier não encontra essa transição no *corpus* analisado do século XV (o texto da *Crónica de D. Pedro*). Mas refere que no caso de se encontrar uma ocorrência de *hi* não tão claramente anafórico, esse seria o ‘salto’ que faria de *hi* o terceiro termo da micro estrutura *aqui/hi/ali* ⁹. Em relação ao uso de *hi* no século XV, encontrei no *Leal Conselheiro* uma situação análoga: *hi* surge como anafórico, quase sempre com o verbo *haver*. Das 18 ocorrências de *hi* no *Leal Conselheiro*, 17 são da estrutura *haver hi*. Podemos ver alguns exemplos:

(14) E sse pode aver cobro, boa sperança, e contra as cousas grandes e fortes, grande e boo atrevimento. **Outras tres ha hi em contra:** Filhando desordenada sanha ou tristeza onde nom ha cobro nem corregimento.

(L.C., cap. VI Doutra declaraçom que faço sobre as voontades)

(15) E de todallas cousas que som fremosas **nom ha hi outra que o mais seja** que hũa igualdança de toda a vyda. E esso meesmo das obras syngulares

(L.C., cap. LVIII Dos speciaaes notados do livro)

⁹ Cf. Teyssier (1981: 24): «Il est parfaitement possible que ce “saut” se soit produit à l’époque de Fernão Lopes, et même avant, et que seul les limites de notre corpus nous aient empêché de le constater».

(16) E enquanto [se] sentir empachado de ssobegidõe de vyanda, nunca coima outra nehã pera o correger, por que **nom ha hi melhor meezynha** que sofrer tanto o comer que elle per sy se correga, cobrindosse e aqueentandosse em razoada maneira, segundo o tempo for.

(L.C., cap.C Do regimento do estâmagô)

Na análise das ocorrências de *hi*, observa-se um caso em particular em que a função de deítico ou de anafórico fica em dúvida:

(17) E mais saberom cantar as missas que ham de dizer, e leerlas, e registrar o livro, **posto que hi nom estê outro capellam** que o faça.

(L.C., cap. LRVI Do rregimento que se deve teer na capeella pera seer bem regida)

De facto, se o antecedente for ‘capeella’, que é o assunto do capítulo em questão, trata-se de um uso anafórico. Mas se designar agora um espaço nocional mais geral, será deítico; note-se que esta ocorrência de *hi* permite uma leitura moderna com *aí*.

Teyssier diz do demonstrativo *esse* que tem uso incipiente no século XV, o que é evidente nas percentagens encontradas na *Crónica de D. Pedro* (Teyssier, 1981: 20). Trata-se sobretudo de empregos como anafórico simples. O valor de anafórico é sublinhado pela repetição do nome anteriormente mencionado. Noutros casos, o valor anafórico é reforçado por *mesmo*, sendo de regra no caso do neutro *esso*, na forma *esso meesmo*. Surge uma única ocorrência de *esso medês* sinónimo de *mesmo*.

Como está patente na tabela seguinte, no *Leal Conselheiro*, das 36 ocorrências de *esso* que detetei, cinco surgem com *mesmo*, enquanto 23 ocorrem com *medês*; *esso* sozinho só ocorre uma vez, na construção: *som esso que parecem*. As restantes sete ocorrências são do morfema *por esso* (5)/*por isso* (2).

este(s) 180/esto 136 = 316 aqueste(s) 23 esta(s) 408 isto aquesto 69	esso 36 (esso medês 23) (esso mesmo 5) (por esso 5) (por isso 2) esso 1	aquel (es) 153 309 aquella(s) 156
aquy 31 (aqui 3) 34	hi 18	ally 14 (aly 2) 16

Uma das ocorrências específicas de *esso* é um uso complexo com forte reforço do valor anafórico:

(18) Da enveja vem desprazer das advantageens ou igualanças por nosso respeito que veemos em outrem, e prazimento de sseus malles, perdas e abatymentos **E aqesto esso medês se filha** per outras tres partes como a ssoberva e vãa gloria, scilicet das virtudes, cousas meãas e dos malles
(L.C., cap. XV Da enveja)

Da análise das formas no texto do *Leal Conselheiro* parece possível chegar à conclusão que o século XV é um momento de charneira, hipótese que terá que ser confirmada pela análise de mais textos e de outras tradições discursivas. No *Leal Conselheiro* o sistema binário já evolui para ternário pela emergência, embora ainda minoritária, de outras formas, nomeadamente (*há*) *bi* e *esso(a)(s)*. E verifica-se que *aí* e *esse/isso* têm origem em usos anafóricos, nomeadamente no anafórico *bi* e no identificativo *ipse*.

Na história do português há, como vimos, uma evolução de um sistema predominantemente binário para ternário. A evolução também está associada e é marcada pelo facto de o português medieval possuir palavras específicas para traduzir a anáfora, algo que não se verifica no português moderno, que não tem morfemas exclusivamente anafóricos; de facto, observa-se uma alternância no uso e os mesmos termos, adverbiais e demonstrativos, funcionam por vezes como deíticos e por vezes como anafóricos. Uma variação que também se verifica quando aplicada à dimensão temporal e nocional.

Este movimento de transição da dêixis pura para anáfora (e vice-versa) poderá explicar a evolução diacrónica na história dos deíticos do português. Por relações de vizinhança, os identificativos evoluíram para anafóricos e para deíticos, como por exemplo: *ipsum* (= *esse mesmo*) para *esso*. *Esse* e *aí* combinam os sentidos herdados do seu passado de anafóricos com outros sentidos resultantes do seu novo valor de deíticos de 2.^a pessoa. A análise textual-discursiva em unidades mais vastas permite distinguir o uso deítico do uso anafórico com retoma de elemento do discurso anterior.

A estrutura com o sistema ternário será norma a partir do século XVI. O Português europeu conserva a estrutura ternária desde o século XVI ou um pouco antes.

Sistema ternário

este/isto	esse/isso	aquele/aquilo
<i>aqueste (a)(s)</i>	<i>aqueesse</i>	<i>aquiele</i>
aqui	aí	ali
	<i>hi</i>	
cá		lá

Como vimos, Teyssier encontra já um sistema ternário, no século XVI, com alguns usos residuais de *aqueste(s)/aquesta*, *aqueesse* e de *hi*. Não podemos esquecer que o *corpus* utilizado por Teyssier para o século XVI é o dos textos de Gil Vicente em que se observa uma múltipla variação diatópica e diastrática, o que permite observar a coexistência de usos e a sobrevivência de formas tradicionais eventualmente já pouco utilizadas.

No *corpus* em prosa do século XVI que analisei¹⁰ – um texto de cariz narrativo, uma crónica e um texto assertivo/prescritivo (um catecismo do início do século) –, também se observa que o uso de *esse* e de *aí* (1,8%) é ainda minoritário face ao de *aquele/ali* (15%) e sobretudo em comparação com os usos de *este/aqui* (83%).

Encontrei na *Crónica dos Reis de Bisnaga*, do século XVI (sd), a seguinte distribuição das ocorrências:

este 224 esta 225 estes100 estas 95	644	esse 3 essa 2 esses 3 isso 6	14	aquelle 47 (aquele 1) aquella 32 aquelles 29 (aqueles 1) aquellas 6	116
aquy 31 (aqui 2) cá 4	33	ahi 8 (ah 4)	12	aly 36 (ali 3) lá 10	39

¹⁰ Textos do século XVI disponíveis no CIPM (*Corpus Informatizado do Português Medieval*): CRB – *Chronica dos Reis de Bisnaga* (sd), a partir de Lopes (1897); Cat.- *Catecismo* (1504), in Silva (2001). (Edição digitalizada cedida pela editora).

No *Catecismo* de 1504 a distribuição é a seguinte:

este 101 esta 80 242 estes 21 estas 37 isto 3		isso (mesmo) 10	aquelle 22 aquella 12 62 aquelles 20 aquellas 8
aqui 5 cá		hy 3	ali lá

Este é já o sistema que se vai manter até ao português moderno¹¹, na norma do português europeu¹².

4. Análise de aspetos de inovação lexical no português medieval

A abordagem pragmática histórica pode também ser aplicada à análise da evolução das formas lexicais no estudo de diversos tipos de textos, porque nos leva a refletir sobre o contributo que a história das formas textuais poderá ter para a compreensão do enriquecimento lexical e das mudanças de uso dos neologismos em diferentes períodos da história de uma língua. É possível surpreender a entrada de lexemas na língua no decurso da análise de tipos específicos de textos onde a génese da sua utilização se torna evidente.

No *corpus* de textos jurídicos medievais que analisei surgem alguns casos de inovação lexical na história do português, por empréstimo de termos latinos. Estes termos, pertencendo à partida a um domínio concreto, o da linguagem técnica do direito, processual ou canónico, virão a integrar-se, em estádios posteriores, na língua portuguesa culta (e até corrente) e conservam-se na terminologia jurídica moderna. Trata-se de uma definição/delimitação concetual, tendo como ponto de partida um conceito introduzido “en languagẽ” já devidamente definido e explicitado, a que é atribuído um ‘nome’ em latim.

¹¹ No português moderno existe também *acolá*. Mas *acolá* tem restrições: é de uso oral e exige a presença de um contexto situacional.

¹² A norma do PB é um sistema binário. Usos como: *Esse aqui* comprovam o esbater da fronteira entre *este* e *esse* e entre *aqui* e *aí*. Os advérbios *cá* e *lá* mantêm a estrutura binária.

São, portanto, segmentos meta-discursivos. Nestes processos de introdução de neologismos, o Locutor estabelece uma correlação de identidade entre dois termos pondo em relação o vernáculo e o latim, e em alguns casos de inovação lexical por importação de vocábulo latino é mesmo possível encontrar uma dimensão metalinguística e um discurso justificativo desse procedimento.

O uso de termos inovadores, alguns de utilização recente no idioma, é muito elevado em momentos específicos dos textos deste *corpus*, nomeadamente em segmentos em que o desenvolvimento do texto de uma lei considera a eventualidade de ocorrência de circunstâncias diferentes, que motivam acréscimos às designações legislativas antes formuladas, e ainda em segmentos em que a competente gestão do discurso conduz o Locutor a tentar antecipar e prevenir dificuldades de apreensão do sentido. Estes neologismos inserem-se portanto em diferentes estratégias discursivas.

Observando alguns exemplos:

(19) Eslição en latĩ tanto quer dizer en rremãço como scolimêto

(Pr.P., VIII, 470)

(20) Scrutinio chamã en latĩ a primeyra maneyra da eslição que quer tanto dizer en linguagẽ como scodrinhamêto

(Pr.P., VIII, 510)

(21) Honestidade quer tanto dizer en latĩ come conprimêto de boos costumes pera ffazer homẽ bõa vida

(Pr.P., IX, 881-882)

(22) Negligêça tanto quer dizer en latĩ como quãdo homẽ leixa de fazer o que deue e o pode fazer nõ parãdo en elle mêtês.

(Pr.P., XIX, 215-216)

(23) som chamadas en latĩ «liquides» que quer tâto dizer como correntes.

(Pr.P., XXII, 40-41)

Estes casos de importação de termos latinos pelo português constituem o início, muito precoce, de um processo que se alargará no Renascimento. Recorde-se que se trata de textos jurídicos dos séculos XIII-XIV, que inaugu-

ram em língua portuguesa uma determinada tradição de escrita. Têm marcada influência na evolução das formas linguísticas, a todos os níveis. Esta introdução de terminologia constitui um domínio de particular significado no todo do discurso legislativo expositivo, numa vertente doutrinal, já que as terminologias conferem ao discurso legislativo uma feição técnica, que está aí ao serviço do rigor.

A introdução precoce destes neologismos latinos tem como resultado um evidente enriquecimento do léxico. Recorde-se que se trata de textos jurídicos iniciais que inauguram em língua portuguesa uma determinada tradição de escrita. Têm marcada influência na evolução das formas linguísticas, a todos os níveis: surgem novas conjunções, novas fraseologias, novas estruturas e inovações lexicais.

Não se pode esquecer que a análise das diferentes dimensões linguístico-discursivas destes textos nos informa acerca das ‘possibilidades’ linguísticas deste período. A necessidade de traduzir conteúdos por vezes de grande subtilidade, como acontece, por exemplo, no recorte de noções, na definição de termos e na formulação ajustada e rigorosa de determinações legislativas, poderá explicar a competente utilização dos recursos disponíveis na língua e a exploração adequada de modos de organização discursiva.

4.1. Empréstimos de termos latinos no *Leal Conselheiro*

Pode também observar-se uma tentativa de precisar conceitos e de introduzir terminologia no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, que pertence a uma tradição discursiva diferente e a um período mais tardio (século XV). Creio que, no caso deste texto, o uso de latinismos pode ser encarado como um preenchimento de insuficiências semânticas no léxico da época, sobretudo na formulação de conceitos. Sendo o texto de pendor literário e filosófico, a introdução de neologismos faz parte de uma ação refletida, consciente, bem explicitada por vezes no comentário metalinguístico que acompanha a sua introdução.

É evidente a necessidade de exprimir conteúdos de grande subtilidade, como acontece no recorte de noções, na definição de termos e na formulação ajus-

tada e rigorosa de conceitos próprios da uma linguagem mais abstrata. Encontram-se ‘traduções’ com carácter definitório e um objetivo de inovação lexical tendente à criação de um vocabulário da linguagem elaborada. Este processo de ‘tradução’ é mesmo definido no texto como uma atividade de “abryr a intelligencia das cousas”.

Está presente neste texto uma preocupação de rigor com o modo de escrever de forma mais ou menos próxima do latim, como se pode observar no seguinte passo do capítulo XCIX em que se reconhece a possibilidade de existência, em quem escreve, de dois ‘gostos’ diferentes, um mais próximo do Latim e outro menos literal:

(24) scripto ao pee da letera, que chamam os leterados “a contexto”, o qual a algũs nom muyto praz, por seer scripto na maneira latinada

(L.C., cap. XCIX Da maneira pera bem tornar algũa leitura em nossa lynguagem)

Os latinismos proporcionam também a transmissão de nomes dos sentimentos, de novo em linguagem mais abstrata. Lemos, no capítulo XVI, intitulado “Da sanha”:

(25) Da yra seu proprio nome em nossa lynguagem he sanha, que vem de hũu arrevatado fervor de coração por desprazer que sente, com desejo de vyngança

(L.C., cap.XVI Da sanha)

Ocorrem diversos outros casos em que a inovação lexical é aparentemente intralinguística, não havendo mesmo referência à língua latina, embora essa origem latina seja evidente. Podemos observar algumas construções exemplificativas desse modelo nos exemplos seguintes:

(26) E aqueste he o caminho da discliçom que em nossa linguagem chamamos verdadeyro siso.

(L.C., cap. III Da declaraçom das vontades)

(27) o siso, segundo nossa direita linguagem, nom esta no entender e falar soamente, mes em bem e virtuosamente obrar

(L.C., cap. VIII De quatro maneiras que os homẽes som geeralmente)

(28) do odio ou, segundo nossa linguagem, malquerença, que he hũu contynuado desejo de mal, perda, abatymento de bem doutrem per qual quer guisa que viir lhe possa.

(L.C., cap. XVII Do hodyo)

(29) Da occiosidade em nosso linguagem seu nome mais apropriado he priguçya

(L.C., cap. XXVI Da occiosidade)

Os termos introduzidos são os que resultam da adoção de um lexema latino. Observamos então neste texto diversos segmentos de índole definitória e de orientação informativa e também didática. Tais segmentos expõem explicitamente a relação entre o lexema tradicional, vernáculo, e o latino ou derivado erudito do latim.

A definição surge também em estrutura equativa metalinguística, marcada com as fórmulas “em nossa linguagem”, “segundo nossa linguagem” “segundo nossa direita linguagem”, “he seu próprio nome” que operam uma reformulação parafrástica. Mas note-se que os lexemas agora introduzidos, e ‘traduzidos’, embora sejam derivados eruditos do latim, já exibem a adaptação pela qual passam os empréstimos de qualquer língua, e também um tipo morfológico da língua de chegada. Os processos de importação de palavras do latim ocorreram em diversos momentos da história da língua portuguesa, assistindo-se em certos períodos, nomeadamente no período renascentista, a uma significativa entrada de empréstimos, numa efetiva latinização ou talvez ‘relatinização’ do léxico da língua. Essa inovação lexical é fator de elaboração intensiva do léxico como afirma Clarinda Maia que cito: «A intensificação do recurso a nomes abstractos importados do latim é um dos elementos essenciais do processo de elaboração em intensidade» (Maia, 2013^a: 249).

Apesar de serem mais frequentes no período renascentista, estes fenômenos de inovação lexical ocorrem desde períodos recuados, mesmo desde o primeiro período histórico da língua portuguesa e os exemplos de importação de vocábulos latinos são observáveis em textos de diferentes sincronias e tipologia. Clarinda Maia explica como «o processo de selectividade lexical que culminou na centúria de Quinhentos, a avaliar pelos textos escritos, tinha-se já iniciado nos dois séculos precedentes, embora de forma mais acentuada

no século XV» (Maia, 2013^b: 87). A mesma autora refere como «é importante determinar a época e as circunstâncias da introdução e da incorporação dos latinismos e as relações semânticas e de uso entre os dois termos de cada par de formas duplas» (Maia, 2013^b: 86).

Foi possível observar alguns casos dessa transição para o Português moderno no *corpus* que analisei. Tal como os termos introduzidos nos textos jurídicos legislativos de Afonso X, que de modo sistemático integram o léxico do discurso jurídico contemporâneo, os neologismos do *Leal Conselheiro* são ainda usados na língua portuguesa de hoje. Penetraram na língua culta em geral e até na língua corrente, embora por vezes coexistam com o termo tradicional que sobreviveu, como no par *ociosidade/preguiça*. O movimento de evolução que representou a importação de palavras latinas, embora tenha sido muito significativo no decurso do século XVI, não foi exclusivo desse período, tendo ocorrido em diversos momentos da história da língua portuguesa. Esta análise em diversas sincronias permite observar a génese de novos usos lexicais a partir da relação com o Latim, desde os mais antigos textos em português e em diferentes tipologias textuais.

5. Conclusão

Julgo ter podido mostrar que a organização global dos textos mantém uma relação de dependência com o estado histórico do tipo de discurso a que pertencem, que é sempre em certa medida fixo, convencional, normalizado que constitui o estilo, o padrão, a norma daquele tipo de discurso, numa dada época. Mas apresenta também singularidades que definem a sua identidade. É nesta dupla direção que o estudo linguístico de textos do passado pode ser importante para analisar práticas discursivas concretas que se revestem de maior ou menor singularidade.

É possível que uma análise que concilie o levantamento de características específicas da tradição discursiva em que os textos se integram e das suas características singulares dará um contributo importante no âmbito do conhecimento dos textos medievais do ponto de vista do seu funcionamento textual-discursivo, permitindo recortar algumas das características da escrita medieval.

A Pragmática Histórica pode revelar-se, no desenvolvimento da investigação em Linguística Histórica, um quadro teórico-metodológico consistente, seguro e produtivo, capaz de viabilizar o estudo linguístico histórico de formas e da sua evolução, dos modos de organização textual-discursiva (e correspondentes marcadores) e ainda a reflexão sobre tradições discursivas específicas.

A análise de aspetos envolvidos na organização textual-discursiva aponta numa direção que importa ter em conta e explorar de modo alargado e sistemático na investigação linguística histórica: o cenário histórico que envolve a produção dos textos deve ser devidamente considerado, em ordem sobretudo a captar nexos entre a história da língua e a história em geral, nexos que intervem também na construção do sentido.

Procurei sublinhar a importância do estudo das formas textuais para a análise da evolução das formas linguísticas e para uma Linguística Histórica particularmente dedicada aos textos-discursos em português, às suas condições de produção-receção, à construção do sentido que neles se dá, e à mudança/evolução que neles se inscreve e que eles testemunham, porque a língua faz-se e refaz-se também de acordo com as formas textuais.

Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ BLANCO, R./X. Xove Ferreiro (2008): “Os adverbios ‘alá/aló’, ‘acá/acó’. Unha perspectiva dialectal”. In Mercedes Brea López/Francisco Fernández Rei/Xosé Luís Regueira Fernández (coords.), *Cada palabra pesaba cada palabra medía, Home-naxe a Anton Santamarina*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 193-224.
- AZEVEDO FERREIRA, José (1980): *Alphonse X. Primeyra Partida*. Édition et Étude. Braga: INIC.
- AZEVEDO FERREIRA, José (1987): *Afonso X. Foro Real, Edição e Estudo*. Lisboa: INIC.
- AZEVEDO FERREIRA, José (1989): *Jacob de Junta. Flores de Dereyto. Edição, Estudo e Glossário*. Braga: Universidade do Minho.
- AZEVEDO FERREIRA, José (2001): “Edição e Estudo Linguístico dos Tempos dos Preitos”. In Brian Head/Aldina Marques/Aida Lemos (orgs.), *Estudos de História da Língua Portuguesa – Obra Dispersa*. Braga: Universidade do Minho/CEH, 339-375.

- BARROS, Clara (1994): “Convencer ou Persuadir: Análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da *Primeyra Partida* de Afonso X”, *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, XVIII-XIX, 403-424.
- BARROS, Clara (2002): “Alguns aspectos do funcionamento dos contrastivos no Português medieval”. In Brian Head (ed.), *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*. Braga: Universidade do Minho/CEH, 72-82.
- BARROS, Clara (2010): *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo*. Porto: Uporto Editorial.
- BARROS, Clara (2011): “Tradição, normatividade e especificidade: estruturação discursiva de textos legislativos medievais”. In Armada Costa/Cristina Flores/Nélia Alexandre (eds.), *Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 79-97.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2014): “Principios teóricos vs datos de corpus: diálogo o enfrentamiento? Los adverbios en –mente como marcadores de discurso”. In María Marta García Negroni (ed.), *Marcadores de discurso. Perspectivas y contrastes*. London: Routledge, 13-33.
- DIAS, Aida Fernanda (1995): “As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua portuguesa”, in *Revista Portuguesa de Filologia*, 20, 91-124.
- DIONÍSIO, João (ed.) (2012): *Leal Conselheiro: Electronic Text*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin-Madison Libraries, Digital Collections (Ibero-American Electronic Text Series) (<http://digioll.library.wisc.edu/cgi-bin/IbrAmerTxt/IbrAmerTxt-idx?type=header&id=IbrAmerTxt.LealConsel>)
- HOPPER, Paul/Elizabeth Traugott (2003): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JACOB, Daniel/Johannes Kabatek (orgs.) (2001): *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Linguística Iberoamericana, 12).
- JACOBS, Andreas/Andreas Jucker (1995): “The Historical Perspective in Pragmatics”. In Andreas Jucker (ed.), *Historical Pragmatics. Pragmatic Developments in the History of English*. Amsterdam: John Benjamins, 3-33.
- KABATEK, Johannes (2001): “¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos”. In Daniel Jacob/Johannes Kabatek (orgs.), *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descrip-*

- ción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Lingüística Iberoamericana, 12), 97-132.
- KABATEK, Johannes (2006): “Tradições discursivas e mudança lingüística”. In T. Lobo *et al.* (orgs.): *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VI, tomo II. Salvador da Bahia: EDUFBA, 505-527.
- KABATEK, Johannes (2008): “Introducción”. In Johannes Kabatek (ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt am Main/Madrid: Editorial Vervuert, 7-16.
- KABATEK, Johannes, (2016): “Un nuevo capítulo en la lingüística histórica iberorrománica: el trabajo crítico con los corpus”. In Johannes Kabatek (ed.), *Lingüística de corpus y lingüística histórica iberorrománica*. Berlin: de Gruyter, 1-17.
- KABATEK, Johannes (ed.) (2016): *Lingüística de corpus y lingüística histórica iberorrománica*. Berlin: de Gruyter.
- LABOV, William (1994): *Principles of Linguistic Change, Internal Factors*. Oxford: Blackwell.
- LOPES, David (ed.) (1897): *Chronica dos Reis de Bisnaga*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOPES, Graça Videira (ed.) (2016): *Cantigas medievais galego-portuguesas: corpus integral profano*, 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- MAIA, Clarinda (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: INIC.
- MAIA, Clarinda (1995): “Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*”, *Diacrítica*, 10, 3-30.
- MAIA, Clarinda (2013^a): “Sobre a perda de palavras medievais e os comentários meta-linguísticos dos primeiros gramáticos portugueses”. In Emili Casanova/Cesáreo Calvo Rigual (eds.), *Actes del 26é Congrès de Lingüística i Filologia Romàniques*, vol. IV. Berlin: W. de Gruyter, 243-256.
- MAIA, Clarinda (2013^b): “Carolina Michaëlis e o estudo da história do léxico do Português”. In Maria Manuela Gouveia Delille/João Nuno Corrêa Cardoso/John Greenfield (eds.), *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: a sua projecção nas artes e nas letras portuguesas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 69-90.
- MATOS, Maria Manuela/Soraia Aboo Muidine (1997): “Acó e Aló”. In Ivo Castro (org.), *Actas do XII Encontro da APL (XII)*, vol II. Braga, 211-217.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989): *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008): *O Português arcaico – Uma aproximação*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PAIVA, Maria Helena (2002): *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*, 2 vols. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PIEL, Joseph (ed.) (1942): *Leal Conselheiro o qual fez Dom Duarte*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1983): *Traditionen des Sprechens: Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer.
- SILVA, Elsa Branco (ed.) (2001): *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*. Lisboa: Colibri.
- TEYSSIER, Paul (1981): “Le système des déictiques spatiaux en portugais au XIV^e, XV^e et XVI^e siècles”, *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, VI, 5-39.

(Página deixada propositadamente em branco)

MARIA HELENA PESSOA SANTOS

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CELGA-ILTEC

hpessoa@utad.pt/mhpessoasantos@uc.pt

ORCID: 0000-0003-2808-4536

**PARA A HISTÓRIA DE ALGUMAS PERÍFRASES VERBAIS
NO DISCURSO METALINGUÍSTICO PORTUGUÊS:
DE *ESTAR*, *ANDAR* E *ficar* + ‘GERÚNDIO’ A *ESTAR*,
ANDAR E *ficar* + ‘INFINITIVO’ PREPOSICIONADO¹**

**FOR THE HISTORY OF SOME VERBAL PERIPHRASES
IN PORTUGUESE METALINGUISTIC DISCOURSE: FROM
ESTAR, *ANDAR* AND *ficar* + ‘GERUND’ TO *ESTAR*, *ANDAR*
AND *ficar* + FORM OF PREPOSITION A AND ‘INFINITIVE’**

RESUMO: Constituiu nosso objetivo escrutinar um conjunto de obras ou textos metalinguísticos portugueses de índole normativa, descritivo-normativa, descritivo-explicativa, historiológica e/ou reflexiva publicados entre 1536 e 1891, mediante o propósito maior de, por um lado, identificarmos o termo *a quo* de uso tendencialmente ou efetivamente covariante dos termos integrantes dos pares construcionais *estar* + ‘gerúndio’/*estar* + *a* + ‘infinitivo’, *andar* + ‘gerúndio’/*andar* + *a* + ‘infinitivo’, *ficar* + ‘gerúndio’/*ficar* + *a* + ‘infinitivo’ e, por outro lado, traçarmos o trajeto desses termos, em cada um desses pares, no seio das normas reveladas por gramáticos, ortógrafos, lexicólogos/lexicógrafos, glotólogos/linguistas ou simples apreciadores das línguas naturais.

Muito embora tivéssemos tido a preocupação de não olvidar princípios típicos da prática historiológica e historiográfica em Linguística, de entre os quais é digno de menção aquele que estipula a adequação epistemologicamente relativa de modelos terminológicos atuais à fiel reconstrução de arquiteturas terminológicas eventualmente configuradas no âmbito das obras ou textos analisados, foi sob a égide do conjunto de princípios reguladores do estudo da variação e da mudança linguísticas, no quadro do que veio a ser designado por Sociolinguística Histórica, que o nosso trabalho foi produzido.

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito de uma das linhas temáticas do CELGA-ILTEC (Unidade de I&D 4887 financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia), designadamente, “História da Língua Portuguesa e História da Consciência Linguística”, em funcionamento sob a direção científica da Senhora Professora Doutora Clarinda de Azevedo Maia, cuja orientação, que muito agradecemos, se revelou imprescindível.

Palavras-chave: história da língua portuguesa, história da consciência linguística, sintaxe

ABSTRACT: We set out to examine a *corpus* of Portuguese metalinguistic works or texts of a normative, descriptive-normative, descriptive-explanatory, historiological and/or reflective nature published between 1536 and 1891 for the major purpose of, on the one hand, identifying the term *a quo* for the tendentially or effectively covariant use of terms that form part of the constructional pairs *estar* + ‘gerund’/*estar* + *a* + ‘infinitive’, *andar* + ‘gerund’/*andar* + *a* + ‘infinitive’, *ficar* + ‘gerund’/*ficar* + *a* + ‘infinitive’ and, on the other hand, tracing the course of those terms in each of those pairs within the norms revealed by grammarians, orthographers, lexicologists/lexicographers, glotologists/linguists, or by persons who were simply lovers of natural languages.

Although we were concerned not to forget typical principles of historiological and historiographic practice in linguistics, which include the one that stipulates the epistemologically relative adequacy of current terminological models to the faithful reconstruction of terminological architectures that may be configured in the framework of the texts analyzed, our work was produced in keeping with the regulating principles of the study of linguistic variation and change, more specifically, within what is termed historical sociolinguistics.

Keywords: history of the Portuguese language, history of linguistic awareness, syntax

I. Introdução

1. Objetivos

O trabalho que ora apresentamos constitui a primeira parte de um processo de investigação subordinado ao objetivo sintático de escrutinar a ocorrência, em diversos tipos e gêneros do discurso metalinguístico português, de perífrases verbais suscetíveis de concorrer, entre si, numa linha temporal que transcorre entre 1536 e 1891, mediante um tratamento exaustivo de um *corpus* constituído por sessenta obras (sem que se tivessem descartado todos os seus componentes estruturais – índices, erratas, prólogos, cartas abonatórias, licenças –, determinantes para a sua publicação), havendo sete das quais sido apenas parcialmente dissecadas, como clarificaremos no decurso da exposição dos resultados da nossa análise.

Estiveram, assim, sob o nosso escopo, as perífrases constituídas por verbos principais marcados por ‘gerúndio’ e auxiliados por *estar*, *andar* e *ficar*, bem como as perífrases constituídas por formas verbais principais de ‘infinitivo’ precedidas da preposição *a* e semiauxiliadas por *estar*, *andar* e *ficar*. Embora tenham sido registadas todas as ocorrências que envolviam os mesmos verbos *estar*, *andar* e *ficar*, integrando formas verbais de ‘infinitivo’ precedidas de outras formas de outras preposições, foi àqueles três pares perifrásticos que demos primazia.

Pretendemos, por isso, em primeiro lugar, identificar, no discurso metalinguístico português, o termo *a quo* de uso de cada um dos termos dos pares perifrásticos sob análise, ora no quadro da *norma latente*², ora no âmbito das *normas patentes (de primeiro grau e/ou de segundo grau)*³, em conformidade com a terminologia aplicada por Maria Helena Paiva, sob o fito de detetar, assim, as primeiras ocorrências de potenciais ou efetivas covariantes no âmbito dos referidos pares perifrásticos. Em segundo lugar, propusemo-nos refletir sobre o impacto e as consequências do número de ocorrências da referida potencial ou efetiva covariação, eventualmente tendente à instauração de mudanças sintáticas e à manifestação pluricêntrica do que Uriel Weinreich viria a definir, em 1954, como *diassistema*⁴.

Importa, entretanto, salientar que o *corpus* intervencionado não esgota todas as produções metalinguísticas portuguesas publicadas entre as balizas temporais indicadas, permitindo, porém, do nosso ponto de vista, colocar hipóteses sustentadas que faremos questão de reavaliar sempre que nos depararmos com novos factos linguísticos.

² A investigadora classifica assim «a variedade linguística tal como (...) se reflecte (...) [nos] textos e para a constituição da qual eles próprios contribuem, na medida em que desencadeiam processos de imitação não necessariamente conscientes ou pelo menos não plenamente conscientes» (Paiva, 2004: 279), apresentando-se como «uma variedade de língua que o gramático ou o ortógrafo [, ou o lexicógrafo, ou o glotólogo] considera digna não apenas de ser estudada mas [também] de ser aprendida», dado o carácter inevitavelmente pedagógico de todos os tipos e géneros de texto metalinguístico.

³ A *norma patente de grau 1* configura, segundo a mesma investigadora, um conjunto de juízos explícitos que verbalizam as atitudes dos estudiosos relativamente a um determinado aspeto linguístico, assumindo-se tais juízos como *norma patente de grau 2* quando diretamente respeitantes à própria norma linguística descrita ou apologizada (cf. Paiva, 2004: 281-293).

⁴ Obtivemos esta indicação de Silva (1983: 98, nota (129)).

2. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, impôs-se-nos a observância de princípios de índole diversa. Com efeito, muito embora não constituísse objetivo direto do presente trabalho, teve de subjazer ao tratamento efetuado a fiel reconstrução da terminologia pertinente eventualmente concebida e/ou aplicada nas obras analisadas a propósito dos pares perifrásticos em causa – sempre que manifesta fosse –, segundo os paradigmas epistemológicos em que os estudos analisados se enquadrassem ou que desencadeassem, por meio da adequação relativa de modelos terminológicos atuais à arquitetura terminológica a reconstruir.

Por outro lado, no quadro do que entendemos constituir uma importante vertente da Sociolinguística Histórica⁵, levámos, seriamente, em linha de conta um fator determinante para o apuramento de variação gramatical de tipo sintático, a saber: estabelecido o contexto geral das eventuais ocorrências – o discurso metalinguístico escrito de tipos e géneros diferentes – e detetada a emergência de subcontextos ora propulsores da produção de textos de reflexão geral legitimadores do discurso metalinguístico, normalmente em resultado da necessidade de justificação da pertinência da sujeição ao público de determinadas obras, ora resultantes dos intuitos exemplificadores que decorrem da própria descrição metalinguística, podendo ou não remeter-nos para eventuais *normas patentes de segundo grau*, considerámos a necessidade de que os pares perifrásticos em potencial ou em efetiva covariação contribuíssem para a transmissão de um mesmo valor de verdade, em consonância com o defendido por William Labov.

⁵ Muito úteis nos foram, entre outros, os dados apresentados e as reflexões expendidas por Clarinda de Azevedo Maia, em 1995, no artigo “Sociolinguística histórica e periodização linguística: algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*”, *Diacrítica*, 10, 3-30, bem como, em 2017, no texto “O português do Brasil na tradição gramatical portuguesa. A consciência metalinguística das diferenças entre as variedades de Portugal e do Brasil”. In Maria-Arlette Darbord (dir.), *Outras Margens – A vitalidade dos espaços de língua portuguesa/Autres Marges – La vitalité des espaces de langue portugaise*, vol. 15. Bruxelles: Peter Lang, 23-39.

II. Par perifrástico *estar* + ‘gerúndio’ e *estar* + *a* + ‘infinitivo’

1. Discurso metalinguístico quinhentista

No discurso metalinguístico quinhentista, detetou-se a ocorrência, uma única vez e apenas numa das sete fontes analisadas⁶, mais exatamente, na obra de 1576 de Duarte Nunez do Lião (*fl.* 1530-1608)⁷, da construção perifrástica *estar* + ‘gerúndio’, nunca tendo surgido a construção *estar* + ‘infinitivo’ preposicionado por *a*.

De entre as obras analisadas, apenas João de Barros (1496-1570) classifica o verbo *estar*, enquanto “verbo neutro”, não o considerando no âmbito de qualquer «rodeo» que implique o uso do chamado «modo infinito» (Barros, 1971^a: 326, 328) – em que inclui o «*Tempo Presente*» (*v.g.*, «amar»), o «*Tempo Passado per rodeo*» (*v.g.*, «ter amado»), o «*Tempo Vindoiro per rodeo*» (*v.g.*, «[h]aver de amár»), o «*Parteçipio do tempo passado*» (Barros, 1971^a: 339) e o «*Gerúndio*» (*v.g.*, «amando») (Barros, 1540, G: 339), ou «gerúndio do ablativo» (Barros, 1971^a: 332) –, fenómeno [- o tal “rodeio” -] que prevê para suprir a formação da ‘voz passiva’ (que designamos por *analítica*), a formação de tempos compostos – «alguns tempos que dizemos per rodeo» (Barros, 1971^a: 339, cf. 340) –, bem como o equivalente ao «(...) particípio futuro na voz autiva que os Latinos tem de que careçemos, como: Eu [h]ei-de ler os livros (...)» (Barros, 1971^a: 328).

Importa, entretanto, enfatizar o facto de que o termo *rodeo* [*rodeio*], tal como usa João de Barros, pela primeira vez, no discurso metalinguístico português⁸, assume um **caráter gramatical** que não será reconhecido como tal nem pelo *Thesouro da Lingua Portuguesa* de Bento Pereira (1605-1681), na sua edição de 1647, em que a forma linguística surge três vezes – (i) «rodeo»,

⁶ Referimo-nos a obras de Fernão de Oliveira (1507-ca 1581), de João de Barros, de Pero de Magalhães de Gandavo (?-1579), de Duarte Nunez do Lião e de Manuel Baratta (*fl.* 15--).

⁷ Eis a ocorrência: (1) «ainda q̃ liemos hũ grande lpaço pronũciando, & foando» (Lião, 1576: fol. 16, frente; sublinhados nossos). Embora nos deparemos com a coordenação “copulativa” das formas de ‘gerúndio’, contabilizamos uma só ocorrência, procedimento que passaremos a adotar.

⁸ Logo depois de Barros, encontramos o termo equivalente *arrodeo*, também com valor gramatical, atualizado em Lião (cf. 1606: 118, 119), já no século posterior.

enquanto termo representativo dos termos latinos «*Ambitus, us. Circuitio, onis*», (ii) «rodeo de caminho», como correspondente ao termo latino «*Anfractus, us*», e (iii) «rodeo de palavras», que o Autor apresenta como equivalente do termo latino «*Ambages, um*» (Pereyra, 1647: fol. 84, verso) –, nem pela sua edição de 1697, em que a expressão «rodeo de palavras» deixa de aparecer elencada⁹, nem pelo Dicionário de Raphael Bluteau (1638-1734), designadamente, no tomo atinente ao tratamento das letras Q a S, dado à estampa em 1720. Na verdade, depois de se referir ao significado corrente de «Rodeyo» – «Volta no caminho. Retiro da estrada (...)» (Bluteau, 1720^b: 358, col. 2) –, o lexicógrafo apresenta exemplos de aplicação, entre os quais surge «Rodeyo de palavras», expressão cujo uso ilustra, por antítese, no âmbito de uma expressão mais extensa que pretende, portanto, ir ao encontro do que não constituía um “rodeio de palavras”, a saber, «Discurso breve, & sem rodeyos de palavras (...)» (Bluteau, 1720^b: 359, col. 1), logo depois de lhe fazer corresponder expressões latinas de Quintiliano (35 E.C.-96 E.C.) e de Cícero (106 A.E.C.- 43 E.C.) – «*Loquendi ambitus. Quintil. Circuitus verborum. Cic. Circuitio, onis. Fem. Cic. Anfractus orationis. Cic.*» (Bluteau, 1720^b: 358, col. 2-359, col. 1). É interessante, aliás, verificar que, nesse mesmo ano de 1720, vem a lume, da lavra do mesmo Autor, um outro volume da sua obra lexicológica, o qual inclui um verbete sob a entrada «PERÎPHRASIS», termo definido como «(...) palavra Grega, que val o mesmo que Rodeyo de palavras (...)», observação a que Bluteau acrescenta que «(...) às vezes he figura Rhetorica, que declara com muitas palavras o que se podera exprimir com poucas (...)», localizando as formas latinas correspondentes – «*Periphrasis, is Fem. Circumlocutio, onis. Fem. Loquendi ambitus, us. Masc.*» – em Quintiliano, mais exatamente, «no cap. 6 do livro 8» (Bluteau, 1720^a: 432, col. 1) da obra que identifica, em 1712, como «Instituições oratorias» (Bluteau, 1712^a: «Summaria noticia dos antiquos autores latinos citados nesta obra, para exemplares da boa latinidade», [s.p.]). Cabe, adicionalmente, notar que, no seio da entrada «CIRCUNLOCUCAM», ocorrente precisamente em 1712, Bluteau observa que, se tal termo,

⁹ Esta edição foi, por nós, consultada no sítio eletrónico dedicado ao *Corpus Lexicográfico do Português* – <http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes.aspx> –, o qual consubstancia os resultados de um Projeto de investigação desenvolvido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

definido como «Rodeo de muytas palavras, para explicar, o que se podera dizer em huma, ou duas», equivalia ao termo latino «*Circunlocutio, onis. Fem.* à imitação de Quintiliano» (Bluteau, 1712^b: 326, col. 1-col. 2), já não equivalia, em termos absolutos, ao termo «*Periphrasis*», uma vez que este último «não significa[va] todo o genero de circunlocução, mas huma circunlocução figurada, & que [dava] graça, & força, ao que se diz[ia]» (Bluteau, 1712^b: 326, col. 2).

2. Discurso metalinguístico seiscentista

Relativamente às produções ou às breves observações metalinguísticas portuguesas do século XVII, apenas apresentam, no que diz respeito à variedade linguística utilizada pelos seus Autores, escassas ocorrências da construção constituída pelo verbo *estar* seguido de ‘gerúndio’, não sendo atualizada a construção *estar + a + ‘infinitivo’*.

Quanto à construção *estar + ‘gerúndio’*, surge atualizada, uma vez, na obra de 1606¹⁰ de Duarte Nunez de Lião; aparece, depois, em Amaro de Roboredo (século XVI-século XVII), uma vez, em 1619¹¹, e uma outra vez, em 1623¹²; ocorre, também, duas vezes, em Alvaro Ferreira de Véra (16---1677), no ano de 1631^b ¹³; e emerge, ainda, uma outra vez, no âmbito de uma carta da autoria de D. Francisco de Sousa (1649-1712) dirigida, em 1699¹⁴, a D. Raphael Bluteau, de que este dá conta no primeiro tomo da sua obra lexicográfica,

¹⁰ Veja-se a ocorrência da dita construção, por nós sublinhada: (1) «algũs estarão muito espaço de tempo, fallando metaphoricamente» (Lião, 1606: 53; sublinhados nossos).

¹¹ Observe-se a ocorrência: (1) «me atormenta haver homem, que fteja pendendo do que o vulgo diz» (Roboredo, 1619: 223, exemplo n.º 156; sublinhado nosso).

¹² Analisados, por nós, apenas, os textos de acesso livre disponibilizados pelo *Corpus Lexicográfico do Português*, a saber, a Folha de rosto, as Licenças, a Errata, a Dedicatória, o texto intitulado «Ao juiz deste artificio», bem como o «Prologo e [os] capítulos que abrem porta para todas as linguas ordenadas pelo inventor» (<http://clp.dlc.ua.pt/Corpus/Amaro-Roboredo.aspx>), detetámos a seguinte ocorrência: (1) «em todas estas cousas veremos hũa ordem admirável, e medida muito mais admirável, que com voz muda, como pode, está louvando a architectura daquelle immortal Artifice» (Roboredo, 1623: 6; sublinhado nosso).

¹³ Seguem, por ordem, as mencionadas ocorrências da responsabilidade de Véra (1631^b: fol. 44, frente): (1) «eftã elperãdo»; (2) «eftás elperãdo».

¹⁴ Note-se o extrato em que emerge a atualização da dita construção, por nós sublinhada: «mas ifto mefmo pode V.P. já vencer todo o tempo, em que nos efteve enfinando a mefma lingua». (D. Francisco de Sousa, in Bluteau, 1712^a: «Copia de huma carta de D. Francisco de

publicado em 1712^a. Verifica-se, em cada um destes casos, a atualização da construção em causa quer enquanto reflexo das normas latentes dominadas pelos Autores, quer no âmbito das normas patenteadas pelos mesmos.

3. Discurso metalinguístico setecentista

Foi, entretanto, no final da centúria setecentista que detetámos o que parece ser a primeira ocorrência, no discurso metalinguístico português, da construção *estar + a + 'infinitivo'*, plasmada, em 1789, no âmbito do verbete desenvolvido sob a entrada «FICAR», da responsabilidade de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), aquando da reforma e dos acrescentamentos propostos ao Dicionário de Bluteau. Com efeito, a construção frásica utilizada parece refletir a atualização daquele grupo construcional, que voltará a ser usado, exatamente no mesmo contexto, na segunda edição, de 1813, da obra, novamente reformada e acrescentada pelo mencionado lexicógrafo:

(1) «**Ficar** em alguma acção v. g. **em ir, partir, comprar** i.e., estar, ou **vir a ter** a resolução final de ir, partir, &c.» (Silva, 1789: I, «FICAR», «v[erbo] n[eutro]»: 613, col. 1; negritos e sublinhados nossos).

No âmbito dessa ocorrência, não parece que o verbo *estar*, utilizado na definição de «*Ficar em alguma acção*», esteja a funcionar como simples sinónimo relativo de *ficar*, tanto mais que esse sinónimo ocorre, num parágrafo posterior do verbete, sendo ilustrado com expressões que não encerram a característica aspetual-temporal presente no caso em pauta:

(2) «Estar v. g. “fica de saude (...) e (...) “fica em pé a lei» (Silva, 1789: I, «FICAR», «v[erbo] n[eutro]»: 613, col. 1).

Sousa Capitam da Guarda delRey de Portugal ao P. D. Raphael Bluteau estando em Paris com intento de imprimir na dita Cidade o seu Vocabulario, [verso do fol.].

Assim, em última instância, *ficar em ir*, por exemplo, em (1), corresponderia a *estar em ir*, que, por seu turno, equivaleria a *estar a ter a resolução final de ir*, no sentido de ‘chegar a intencionar ir’, diferenciando-se de um outro sentido, atestado em «Concertar fe em alguma coifa» (Silva, 1789: I, 613, col. 1; cf. Silva, 1813: II, 29, col. 2).

No referente à construção ***estar*** + ‘***gerúndio***’, observa-se o seguinte:

- D. Raphael Bluteau utiliza essa construção, duas vezes em 1712^a (uma vez no âmbito do *Prólogo* dedicado ao *Leitor Impaciente*¹⁵ e uma vez no seio do verbete desenvolvido sob a entrada «ANDAR»¹⁶), uma vez em 1713 (no âmbito do verbete da entrada «ESTAR»¹⁷) e duas vezes em 1720^a (no quadro do verbete sob a entrada «PARA»¹⁸), ocorrências que ora refletem o que seria a norma latente ao seu discurso, ora patenteiam, na tradução de exemplos do Latim, o que seria a norma culta de então;
- D. Jeronymo Contador de Argote (1676-1749) atualiza-a, cinco vezes, em 1725, no âmbito do tratamento direto de aspetos linguísticos e na exemplificação de alguns desses aspetos¹⁹;
- D. Luis Caetano de Lima (1671-1757), em 1732, usa a construção uma vez, na tradução portuguesa de uma estrutura linguística do francês²⁰,

¹⁵ (1) «Agora, que depois de tantos trabalhos, estou furgindo, recolhendo as velas, & dezembarcando os effeitos da minha negociação, queixas-te» (Bluteau, 1712^a, «Prologo do Autor a Todo o Genero de Leitores»: «Ao Leitor Impaciente»: [fol. 2, frente]; sublinhados nossos).

¹⁶ (1) «Em quanto estamos falando o dia se vai acabando» (Bluteau, 1712^a: 368, col. 1; sublinhado nosso).

¹⁷ (1) «Calas, que estão cahindo» (Bluteau, 1713: 312, col. 1; sublinhado nosso).

¹⁸ (1) «Está temendo, porque não conhece a vontade do seu amigo para com elle. [Tradução de extrato de Plauto (*ca* 254-184 a.C.).]» (Bluteau, 1720^a: 247, col. 2; sublinhado nosso). (2) «Para que faibamos o que estás fazendo. [Tradução de parte de extrato de Cícero (106-43 a.C.).]» (Bluteau, 1720^a: 247, col. 2; sublinhado nosso).

¹⁹ Vejam-se, por ordem de ocorrência, as atualizações, que sublinhamos, da dita construção em Argote (1725: 44; 232; 233; 271; 317): (1) «significaõ de sorte, que parece estão moltrando a coufa que significaõ»; (2) «A ferida estã correndo sangue»; (3) «*Os vestidos ainda estão escorrendo em agua*»; (4) «em que os participios estão no cafo absoluto, e concordando com o pronome Me»; (5) «naõ devemos estar sempre repetindo o mesmo».

²⁰ (1) «Matarão-no estando ceando» (Lima, 1732: 10; sublinhado nosso).

- e dezasseis vezes, na descrição portuguesa do significado de termos ou expressões de língua francesa²¹;
- Fr. Antonio de Santa Maria utiliza a construção, uma vez, no âmbito de um breve texto destinado a justificar a pertinência da publicação da obra de Lima dada ao prelo em 1736²²;
 - Luiz Antonio Verney (1713-1792), em 1746, atualiza, seis vezes, a construção na representação direta do pensamento que nutre a propósito de aspetos associados à língua²³;
 - D. Luiz Caetano de Lima, em 1734, Bartholomeu Rodrigues Chorro (*fl.* 16--), em 1736, e Fr. Luis do Monte Carmelo (1715-1785), em 1767, não atualizam a construção em causa;
 - Antonio José dos Reis Lobato (17---ca 1804), em 1770, e Bernardo de Lima e Me'lo Bacellar (ca 1736-ca 1787), em 1783, apenas a utilizam na apresentação de exemplos próprios destinados a ilustrar o tratamento metalinguístico de determinados itens, distanciando-se apenas pelo facto

²¹ Observem-se, por ordem, as atualizações ocorrentes em Lima, devidamente destacadas (1732: 60; «Dicionario (...)»: 80; 91; 97; 101; 101; 141; 141; 153; 165; 185; 202; 207; 257; 283; 287): (1) «que se eftà cuidando sempre em alguma pelloa»; (2) «Eftà trabalhando nifto»; (3) «Eftalhe palpitando o coração»; (4) «O que eftà fervendo»; (5) «Efta-fe abrazando nefta caza»; (6) «Eftou arrenbentando por fazer ifto»; (7) «Efta-fe comendo»; (8) «eftà morrendo por fazer ifto»; (9) «Efta-fe regalando na cama até o meyo dia»; (10) «que eftà gritando»; (11) «A acção de eftar latejando»; (12) «que fe eftà apagando»; (13) «que sempre eftà bulindo»; (14) «Efte guifado eftà arrefecendo»; (15) «Eftà raivando dentro de fi»; (16) «que eftão faltando».

²² (1) «O difcurfo, a razão e o juizo eftão dictando» (Santa Maria, in Lima, 1736: «Licenças do Santo Officio», [fol. 2, verso]; sublinhado nosso).

²³ Notem-se as referidas atualizações, sublinhadas: (1) «ifo eftá fucedendo todos os dias» (Verney, 1746: I, «Carta Primeira»: 2); (2) «v.g. *Ouve* pode fignificar, *teve*, e tambem eftá ouvindo» (Verney, 1746: I, «Carta Primeira»: 22); (3) «que eftava rezando» (Verney, 1746: I, «Carta Terceira»: 78); (4) «É laftima, que (...) omens que eftam oje enfinando a outros, e occupam cargos de Letras, e Politica; nam faibam efcrever uma carta!» (Verney, 1746: I, «Carta Terceira»: 81); (5) «Em quanto nam aparece alguma iftoria Portugueza, proporcionada aos rapazes, que eftudam nas efcolas: aos quais bafta dizer, o que é fomite precizo, fem tantos rodeios: o que me dizem eftá atualmente fazendo, um omem douto meu conhecido» (Verney, 1746: I, «Carta Terceira»: 90); (6) «eftamos ouvindo todos os dias, concluzoens publicas e femipublicas, fobre fe a Logica tem por-objeto, os atos do-intendimento, ou as coizas» (Verney, 1746: II, «Carta Decima Sexta»: 262).

de, em Lobato²⁴, a construção surgir quatro vezes, enquanto, em Bacellar²⁵, ocorre vinte e três vezes;

- Moraes Silva aduz dois exemplos da sua lavra no verbete desenvolvido, em 1789, sob a entrada «AUXILIAR», os quais incluem a construção sob

²⁴ Repare-se nas atualizações, ordenadamente transcritas e destacadas, da construção em Lobato (1770: XXVIII; 121; 233; 233): (1) «quando eu digo v.g.: *Eu estou escrevendo huma doutrina contraria á opinião de todos os Grammaticos*, a ordem da oração he: *Eu Antonio estou escrevendo* [etc.]; (2) «Ao verbo *Estar* em todos os seus modos, e tempos se póde ajuntar o particípio do presente acabado em *ndo* de qualquer verbo, como v. gr. *Estou lendo*, *Eftava lendo*, *Estive lendo*, etc.»; (3) «Exemplo. *Eftou tratando da Syntaxe figurada*; (4) «*Eu eftou tratando da Syntaxe figurada*».

²⁵ Registam-se, seguidamente, por ordem, as ocorrências, sublinhadas, da autoria de Bacellar (1783: 51; 54; 58; 56, nota (m); 60; 62; 68; 68; 68; 70; 70; 72; 74; 74; 76; 76; 78; 78; 80; 80; 82; 82; 90): (1) «eltamos lendo» (Exemplo); (2) «Eftou amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Eu amo»); (3) «Eftava amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Eu amava»); (4) «tu te eltas amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” não explicitado); (5) «Eftive amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Eu amei»); (6) «Eftivéra amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Eu amára»); (7) «Eftarei amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente às expressões “ativas simples” «Eu amarei», «Eu me amarei»; «Amar me hei»); (8) «Eftá tu amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Ama tú»); (9) «eltai vos amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Amai vos»); (10) «Efteja amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «que Eu ame»); (11) «Eftaria amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «que Eu amaria»); (12) «Eftivélle amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Eu amasse»); (13) «Eftivéra amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «que Eu amara»); (14) «Eftivér amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «fe Eu amar»); (15) «Eftar amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Amar»); (16) «Eftou, ou eftēja amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Que eu amo, ou ame»); (17) «Eftava, ou eftaria amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Que eu amava, ou amaria»); (18) «Eftive, ou eftivélle amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Que eu amei, ou amasse»); (19) «Eftivéra amando» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente ao “ativo simples” «Que eu amara»); (20) «Eftarei amando» (Exemplo apresentado como constituindo o equivalente a “ativo simples” «Que eu amarei»); (21) «eltando amando» (Exemplo apresentado como constituindo o equivalente composto a «Amando me»); (22) «Eftou movendo» (Exemplo apresentado como constituindo o “ativo composto” equivalente às expressões “ativas simples” «Eu Movo», «Eu me movo»); (23) «Eftou Fundindo» (Exemplo apresentado como sendo o “ativo composto” equivalente às expressões “ativas simples” «Eu Fundo», «Eu me Fundo», «Fundo-me»).

- escopo – **estar** + ‘gerúndio’ –²⁶, apresentando, então, uma diferença significativa relativamente ao verbete da autoria de D. Raphael Bluteau, uma vez que este último lexicógrafo não considerava, explicitamente, o verbo *estar*, do ponto de vista taxinómico, como verbo auxiliar²⁷;
- em 1799, Pedro José da Fonseca (1737-1816) exhibe cinco ocorrências da mesma construção²⁸, enquanto partes integrantes de extratos de obras de referência, utilizadas, pelo Autor, para ilustrar diferentes aspetos linguísticos, designadamente, o que se prendia com o que chama de “ajuntamento de verbos com os participios e gerúndios sem preposição” (cf. [Fonseca], 1799: 241).

4. Discurso metalinguístico oitocentista

A hipótese que colocámos, anteriormente, relativamente à construção **estar + a + ‘infinitivo’**, emergente, do nosso ponto de vista, no âmbito do verbete construído, por Moraes Silva, sob a entrada «FICAR», ganha alguma força pelo facto de ser, precisamente, esse lexicógrafo quem, numa obra que, explicitamente, dá por terminada em 1802, apontará, então, dois significados para a utilização de **estar + a + ‘infinitivo’**, os quais, consignando ora

²⁶ (1) «§ *Verbo auxiliar na Grammatica*, aquelle com que fuprimos as variações fimples, que faltão a alguns verbos; são auxiliares os verbos de exiftencia como v. g. “*ser, eftar*, e os de poſſeſão como *ter, haver*, por que o meſmo he dizer-lhe, que exifte em alguma coifa algum attributo, ou que ella o poſſue. Aos taes verbos ſe ajuntão os participios, e gerundios dos verbos, cujas variações faltão v. g. “*eſtou eſcrevendo, eſtive eſcrevendo, tenbo eſcrito, havia feito*» (Silva, 1789: I, 153, col. 1; sublinhados nossos).

²⁷ Apenas classificava como tais os verbos *Ter* e *Ser* (cf. Bluteau, 1712^a: 687, col. 1).

²⁸ Seguem, por ordem e devidamente sublinhadas, as ditas ocorrências registadas em Fonseca (1799: 95; 106; 213; 241; 338, nota XIX): (1) «*Com a meſma acção, com que Deos creou o Mundo, o eſteve ſempre, eſtá e eſtará conservando até o fim delle*» (Extrato de exemplo de Vieira a propósito dos «Tempos do verbo»); (2) «o eſtão dando» [Extrato de exemplo de António Ferreira (1528-1569), a propósito de os “gerúndios” poderem designar «o estado do ſujeito»]; (3) «*em quanto o eſteve ouvindo*» [Extrato de exemplo de Luís de Sousa (1555-1632), a propósito de uma queſtão de concordância]; (4) «*eſtão vendo nelles*» [Extrato de exemplo de Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680), ilustrativo da junção de verbos com “gerúndios” sem utilização de qualquer forma de *preposição*]; (5) «[“]Assi a fermosa, e forte *companhia*, O dia quaſi todo eſtão paſſando Nũa alma, doce, incognita alegria[”]» [Exemplo extraído de uma obra de Luís Vaz de Camões (ca 1524-1580), para ilustrar a silepse de número].

‘proximidade do termo de uma situação’, ora ‘estado de imperfeição de uma situação’, resultarão, em parte, de uma interpretação diferenciada do papel sintático assumido pelo verbo *estar*, percecionado ora como verbo “neutro”, e, portanto, pleno, ora como verbo “auxiliar”, respetivamente.

Com efeito, no âmbito do tratamento da sintaxe de regência, observa Moraes Silva que a preposição *a* apresenta, entre outros significados, «*a proximidade do termo*; v. g. está *a* partir» (Silva, 1806 [1802]²⁹: 94), tudo indicando que o Autor encara, neste caso, *estar* como um verbo «de mero estado», ou «neutro», termo que ancora na tradição gramatical coeva (Silva, 1806 [1802]: 56, 57). É assim que pensa, também, Jeronymo Soares Barboza (1737-1816), cerca de 1803³⁰, o qual atualiza a construção *estar + a + ‘infinitivo’*, em três momentos, transmitindo a ideia de que o verbo *estar* não funciona, aí, como um verbo auxiliar, razão por que permite inferir a ideia de que não exprimiria o mesmo que a construção *estar + ‘gerúndio’*.

Assim, observa Soares Barboza:

(3) «Quando o antecedente da preposição *a* não tem huma significação relativa, que demande um termo para onde, elle não póde ser o verdadeiro antecedente da preposição. Necessariamente se lhe ha de então entender outro de fóra, que por ellipse se oculte» (Barbosa, 2004 [1822]: 376 [320]; *italico* nosso). Poderá, então, significar, por exemplo, «*Juncto, Proximo, ou Immediatamente, como: Está a partir: Está a morrer: Correr ao longo do rio: Sentar-se á direita: Chegar á noite, a o pôr do sol*» (Barbosa, 2004 [1822]: 376 [320]; *sublinhados* nossos).

(4) «Todas estas nove preposições exprimem relações de estado e existencia em algum lugar e situação; e porisso todas ellas se podem juntar, e se accommodão

²⁹ Esta obra integra a indicação seguinte: «Acabou-se este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15 de Julho de 1802.» (Silva, 1806 [1802]: 163.) Essa observação continua a surgir na reprodução do mesmo *Epitome*, à guisa de introdução à segunda edição, vinda a lume, na cidade de Lisboa, em 1813, do *Diccionario da Lingua Portugueza* do mesmo Autor (cf. Silva, 1813: I, XLVIII). Persiste, entretanto, ainda, da sua pena, no âmbito de uma outra reprodução do mesmo texto, publicada, no Rio de Janeiro, em 1824, sob o título de *Grammatica Portugueza* (158).

³⁰ Na senda de Leonor Lopes Fávero (1996: 203) e de Amadeu Torres («Ao reencontro da primeira edição», in Barbosa, 2004: 12), consideramos provável que a obra estivesse terminada ou quase terminada na data atribuída à sua ‘Introdução’.

melhor com os verbos substantivos *Ser* e *Estar*, e com todos os mais, que significam existência ou simples, ou qualificada, quales são os verbos intransitivos. Assim podemos dizer: *Estar em*, *Estar sobre*, *Estar sob*, *Estar entre*, &c. Mas não podemos igualmente dizer: *Estar de*, *Estar a*, *Estar para*, &c. se não por ellipse, entendendo-se de fóra algum antecedente proprio ás preposições, que exprimem relações, não já de estado e existencia, mas de acção e movimento, como são estas, e outras» (Barbosa, 2004 [1822]: 383-384 [327-328]; sublinhado nosso).

(5) «a segunda [expressão (*Estou a partir*)] [mostra] proximidade» (Barbosa, 2004 [1822]: 389 [333]; sublinhado nosso).

Francisco Ferreira de Andrade Junior (1806-1881), por seu turno, em 1850, partilhando da ideia de que a construção ***estar + a + ‘infinitivo’*** exprime ‘proximidade’, assevera, contudo, claramente, entender que o verbo *estar* constitui, aí, um verbo auxiliar que enuncia «[e]xistência perfeita no pensamento e futura na execução» (Andrade Junior, 1850: 67), razão por que nos parece que assume um significado que, muito embora eivado de reminiscências lógico-filosóficas, se apresenta já como transportando uma noção gramatical explícita que imbrica um traço temporal com um traço aspetual:

(6) «*estar* seguido de (...) infinitivo [impessoal da forma verbal que exprime ‘existência’], ligado á [forma] auxiliar pela preposição *a*» (Andrade Junior, 1850: 67), é usado «quando denotâmos existencia cuja execução concebemos como proxima» e quando «a proximidade que queremos exprimir é maior (...): vg. “*Está a rebentar* uma guerra []”»³¹ (Andrade Junior, 1850: 68; sublinhado nosso).

Bento José de Oliveira (1814-ca 1890), em 1864, na 2.^a edição, melhorada, da obra que escrutinámos – diferentemente do que apresenta na sua 1.^a edição, –, no quadro do tratamento das relações significadas pela preposição *a*, indica, entre outras, a relação que aponta «Tempo proximo d’um acontecimento» (Oliveira, 1864: 68), a qual ilustra, utilizando, precisamente, o verbo *estar* – «*Está a chegar*» – sem indicar, porém, qual entenda ser, nesse caso,

³¹ [] é por nós utilizado para indicar a supressão de marca de “plural” ou de sinal de pontuação.

o seu estatuto funcional. Mais tarde, na 9.^a (1875) e na 13.^a (1880) edições da mesma obra³², sustenta que «*Estar* [- enquanto verbo auxiliar -], com [a preposição] *a* (...), **tambem** exprime acção futura; mais próxima (...) (está *a* partir)» (Oliveira, 1875: 40; cf. 1880: 40; negrito nosso).

O uso, no seu discurso, da forma de *advérbio* de ‘inclusão’ traz à tona o facto de que, ao longo do século XIX, se vai exibindo, com mais ou menos explicitação, a construção ***estar + a + ‘infinitivo’*** como covariante sintáctica de ***estar + ‘gerúndio’***.

É isso que acontece já em Moraes Silva, em 1806 [1802], o qual, num outro caso, assere o seguinte:

[t]ambem cõbinamos os Infinitos auxiliares com os Gerundios, ou Participios (...): v. g. *Estar sendo, lendo, ouvindo* (...): mas estas cõbinações não se referem a tempo, senão ao estado de imperfeição (...); e são os participios concordando com as pessoas, a quem se attribue a acção, v.g. “*estar eu lendo então*, ou ***a ler***, *me fez não advertir, que passavas*” (Silva, 1806 [1802]: 127, nota (9); negrito nosso)³³.

Moraes Silva parece, assim, já em 1802, quase na finalização da obra em causa, deixar – provavelmente, de forma espontânea, refletindo, genuinamente, a sua norma latente – que se torne evidente uma construção interpretável como verdadeira covariante de ***estar + ‘gerúndio’***, em virtude da aplicação de uma forma da *conjunção coordenativa* ‘alternativa’. Trata-se, porém, de apenas uma ocorrência.

Isso é deveras significativo, dado que, já em 1789, Moraes Silva considerava que o verbo *estar* poderia funcionar como auxiliar de um verbo marcado pelo ‘gerúndio’, observação que replicará em 1813 (cf. Silva, 1789: I, 153, col. 1; 1813: I, 234, col. 2 – 235, col. 1), servindo, dessa maneira³⁴, para, como afirma

³² O Autor publica vinte edições da mesma obra, algumas das quais corrigidas e melhoradas, seguindo-se-lhes, dois anos depois da saída do prelo da vigésima edição, ou seja, a partir de 1892, edições póstumas da responsabilidade de A. A. Cortesão. Na 2.^a edição póstuma, mantém-se a observação oliveiriana acima aduzida (cf. Oliveira, 1893: 45).

³³ Cf. Silva, 1806 [1802]: 67, nota (*), em que a vírgula é – já então – utilizada para isolar um termo que o Autor pretende fazer equivaler a um termo imediatamente antecedente.

³⁴ «Os verbos *Estar, Ser, Ter, Haver*, que ajudam a formar tempos imperfeitos, e perfeitos chamão se auxiliares» (Silva, 1806 [1802]: 63; itálico nosso).

em 1802, «declarar mais o estado da acção significada pelo verbo»: o Autor afirma que, para dar conta de estado “imperfeito” e “incompleto”, «usamos do verbo *Estar* com os participios do presente, *v. g. estou escrevendo, lendo; estava, estive, estivera, estarei lendo, escrevendo*» (Silva, 1806 [1802]: 61). Ora, se estas atualizações da construção **estar + ‘gerúndio’** concorrem, mediante o significado gerado por essa construção, com atualizações da construção **estar + a + ‘infinitivo’**, depreende-se que, também aí, gerando-se o mesmo significado, o verbo *estar* não fosse perçecionado, implicitamente, como verbo com valor lexical próprio, mas, antes, como verbo auxiliar.

Soares Barboza, logo depois, é, entretanto, quem regista o maior número de ocorrências da construção **estar + ‘gerúndio’** – pelo menos, cinquenta e sete –, entendendo que, nesse tipo de construção, o verbo *estar* funciona como auxiliar, por exprimir «hum existencia persistente e continuada»³⁵ (Barbosa,

³⁵ Eis, por ordem, as ocorrências suprarreferidas exibidas por Barbosa, com sublinhados nossos (2004 [1822]: 44 [II]; 253 [197]; 250 [194]; 250-251 [194-195]; 251 [195]; 255 [199]; 259-260 [203-204]; 260 [204]; 261 [205]; 265 [209]; 265 [209]; 267 [211]; 267 [211]; 267 [211]; 269 [213]; 269 [213]; 269 [213]; 269 [213]; 270 [214]; 270 [214]; 272 [216]; 272 [216]; 272 [216]; 274 [218]; 274 [218]; 274 [218]; 274 [218]; 277 [221]; 277 [221]; 278 [222]; 279 [223]; 279 [223]; 279 [223]; 283 [227]; 284 [228]; 228 [284]; 286 [230]; 286 [230]; 286 [230]; 287 [231]; 287 [231]; 288 [232]; 288 [232]; 289 [233]; 290 [234]; 235 [291]; 292 [236]; 292 [236]; 293 [237]; 294 [238]; 294 [238]; 317 [261]; 340 [284]; 341 [285]; 446 [390]; 455 [399]; 464 [408]): (1) «semelhantes aos de que ainda agora se estão servindo os Chinos»; (2) «Assim quando digo *Hei de amar, Estou amando, Tenho amado*; he o mesmo que dizer: *Hei de ser amante, Estou sendo amante, Tenho sido amante*, onde do verbo *Amar* não entra se não o adjectivo participio activo *Amante*, que he o attributo destas proposições»; (3) «Sou no seu tempo presente simples não explica a mesma idea de existencia, que explicão os presentes compostos do mesmo verbo com seus auxiliares, *Hei de ser, Estou sendo, Tenho sido*»; (4) «Taes [Auxiliares] são os tres verbos *Haver, Estar, e Ter*, combinados com o infinito impessoal, e participios do verbo *Ser*, deste modo: *Haver de ser, Estar sendo, Ter sido*»; (5) «*Estou amando* não he o mesmo que *Sou amante*»; (6) «A [conjugação] composta consta da conjugação de duas até tres, como *Heide [sic!] ser, Estou sendo, Tenho sido*»; (7) «foi muito natural o fixa-la no acto mesmo da palavra, isto he, no espaço e duração em que qualquer está falando, ou escrevendo»; (8) «o *Presente*, que he o [tempo] em que se está falando, ou escrevendo»; (9) «em respeito ao presente actual, que he o [tempo] em que se está falando; (10) «*Estando sendo*»; (11) «*Estou sendo amante, ou Estou amando*, que he o mesmo (*sum amans*)»; (12) «*Estou sendo* [a propósito do «Presente Imperfeito Absoluto»]; (13) «*Ha muito tempo que Sou mestre, que Estou sendo mestre, ou ensinando* [Linguagem significativa de uma existência presente (- daí que seja considerada absoluta -) não acabada («imperfeita»)]; (14) «Estas Linguagens (...) Está tu sendo vigia ou vigiando, Estai vós vigiando, são imperativos de presente, e não acabadas quanto á execução. Pertencem pois á classe dos presentes imperfeitos. São relativas, porque notão hum mandato presente, e denotão hum execução futura»; (15) «*epocha* (...) em que estou falando»; (16) «*Estava sendo* [- “pretérito” de uma existência continuada, mas não acabada, e, por isso, periódica, cujo espaço vem tocar com período actual -]; (17) «*Hontem estava eu lendo*»; (18) «*Agora estava eu lendo*»; (19) «*Eu estaria sendo* [- a propósito do «Preterito Imperfeito Condicional» -]; (20) «As Linguagens

2004 [1822]: 312 [256]), razão por que, sob um prisma aspetual, o classifica de «continuativo» (Barbosa, 2004 [1822]: 341 [285]). Não coloca, todavia, a hipótese de intercambiar essa construção com a construção **estar + a + infinitivo**.

Por sua vez, Manoel Dias de Souza (1755-ca 1822), em 1804, faz equivaler, seis vezes, a construção **estar + a + infinitivo** à construção **estar + gerúndio**, precisamente nessa ordem, entendendo-as como covariantes integrantes de um verbo auxiliar. Na verdade, (i) considera que os verbos têm, para exprimir o «Tempo presente» (Souza, 1804: 107), uma “forma simples” e várias “formas compostas” (cf. Souza, 1804: 107-108), designadamente, “Eu estou a escrever”

do preterito perfeito relativo, acabadas em *ra*, como *Fôra*, *Houvera de ser*, *Estivera sendo*, põem-se muitas vezes em lugar das condicionaes em *ria*;» (21) «Eu *estive sendo* [a propósito do «Preterito Perfeito Absoluto»-]; (22) «Hoje *estive presente* ou *presenciando* [- a propósito do «Preterito Perfeito Absoluto» -];» (23) «*Estive sendo* mostra a cessação de hum estado ou existencia continuada por algum espaço»; (24) «em que *estou falando*»; (25) «*Estivera sendo* [- a propósito do «Preterito Perfeito Relativo» -];» (26) «*Estivera sendo* [- exprime, no “tempo pretérito”, uma coisa continuada por algum tempo antes de outra, pertencente ao mesmo “tempo pretérito” -];» (27) «como: Sei que tu *estiveras sendo* ouvinte, ou *estiveras* *ouvindo* o meu discurso antes d’hontem»; (28) «em que *estou falando*»; (29) «*Estarei sendo*»; (30) «Pelo que não posso dizer com verdade e exactidão: (...) Agora *estarei escrevendo*»; (31) «e *estão* sempre *pedindo* outra [oração, que lhes determine e complete o sentido];» (32) «*Esteja sendo*»; (33) «*Estimo que esteja* *gozando da companhia dos teus*»; (34) «*Estar sendo*»; (35) «*Tu estás amando*»; (36) «*Vós estais amando*»; (37) «*Estar sendo*»; (38) «*Estar/Estares/Estar/Estarmos/Estardes/Estarem* Sendo»; (39) «*Estando sendo*»; (40) «*Estou/Estás/Está/Estamos/Estaes/Estão* Sendo»; (41) «*Está tu/Estai vós* Sendo»; (42) «*Estava/Estavas/Estava/Estavamos/Estaveis/Estavão* Sendo»; (43) «*Estaria/Estarias/Estaria/Estariamos/Estarieis/Estarião* Sendo»; (44) «*Estive/Estiveste/Esteve/Estivemos/Estivestes/Estiverão* Sendo»; (45) «*Estarei/Estará/Estará /Estaremos/Estareis/Estarão* Sendo»; (46) «*Esteja/Estejas/Esteja/Estejamos/Esteaes/Estejão* Sendo»; (47) «*Estivesse/Estivesse/Estivesse/Estivessemos/Estivesseis/Estivessem* Sendo»; (48) «*Estiver/Estiveres/Estiver/Estivermos/Estiverdes/Estiverem* Sendo»; (49) «*Estou sendo amado*»; (50) «*Estar sendo Amante* (...) he o mesmo que (...) *Estar Amando*»; (51) «*Estou sendo Amante* (...) val o mesmo que (...) *Estou Amando* (...) so com a differença de as primeiras Linguagens serem *analyticas* [a que «[o]s Grammaticos chamão *Compostas*»], e estas *syntheticas* [ou «*Simples*», segundo os Gramáticos];» (52) «nos [tempos] compostos (...) dos auxiliares *Estar*, *Ter*, e dos participios, o pronome nunca vai depois destes, mas sempre com os auxiliares, ou dantes: *Eu me estou louvando*»; (53) «Que sejam [os participios portuguezes] huns verdadeiros adjectivos, se mostra pelas mesmas Linguagens Latinas, donde os houvemos; *Sum amans* (*Estou amando*) *Amante me* (*Amando eu*): e pela analyse da Linguagem Portugueza; pois *Estou amando* he o mesmo que *Estou sendo amante*, e *Amando eu* he o mesmo que *Sendo eu amante*»; (54) «Nossa Lingua emprega os participios imperfeitos activos de dous modos, ou *Conjugando-os*, ou *Conjunctando-os*. Conjugua-os so com hum dos tres verbos auxiliares, ou com o continuativo *Estar*, ou com o frequentativo *Andar*, ou com o *Inchoativo Ir*, como: *Estou escrevendo*, *Ando cuidando*, *Vou convalescendo*»; (55) «*estamos alimentando os homicidas de nossos monarcas*» [Extrato de exemplo de Jacyntho Freire de Andrade (1597-1657), a propósito da concordância de “proposições parciais”]; (56) «de que *estamos falando*»; (57) «*Este homem está sempre lendo, meditando, e escrevendo*, suppl. *lendo escriptos, meditando couzas, escrevendo papeis*» (Exemplo, do Autor, exemplificativo das elipses que tinham por fundamento o uso).

e “Eu estou escrevendo”, as quais «equivalem a *Eu escrevo*», que constituiria a correspondente “forma simples”, “resumindo” aquelas (Souza, 1804:108); (ii) entende, também, que a “forma simples” do denominado «*Passado indefinido*» («Primeira fôrma do Passado») «tem muitas expressões equivalentes, ou análogas de que ela he rezumo» (Souza, 1804: 109), encontrando-se entre essas expressões (ou “formas compostas”) estruturas como “Eu estava a escrever” e “Eu estava escrevendo”, as quais – assevera – «equivalem a *Eu escrevia*» (Souza, 1804: 110); (iii) de igual modo, o «*Passado proximo*» (designado por «Segunda fôrma do Passado») é expresso por uma «fôrma simples», como «*Eu escrevi*», bem como por uma forma «composta com o Presente do Verbo *ter*, *Eu tenbo*, e com o Participio passivo do Verbo conjugado, (...) *Eu tenbo escrito*», a que se juntam outras “formas compostas”, equivalentes, de que são exemplos “Estive a escrever” e “Estive escrevendo” (Souza, 1804: 110); (iv) quanto ao «*Pas-sado remoto*» («Terceira fôrma do Passado»), as “formas compostas” “Estivera a escrever” e “Estivera escrevendo” são dadas como equivalentes da “forma simples” «*Escrevera*» e das “formas compostas” «*Tinha escrito*», «*Tivera escrito*» e «*Houvera escrito*» (Souza, 1804: 110, 111); (v) no respeitante à época posterior mais próxima do “tempo presente”, a chamada «primeira fôrma do tempo futuro», é apresentada como sendo expressa por «*Eu escreverei*», bem como por outras formas, entre as quais se encontram “Estarei a escrever”, “Estarei para escrever” e “Estarei escrevendo” (Souza, 1804: 111, 112); (vi) acrescenta, ainda, que «*Lêio diz tanto só, como estas três: **Eu estou lendo, ou estas: **Eu estou a lêr*****» (Souza, 1804: 196; negrito nosso).

Essa equivalência ocorre, contudo, ao nível do que constitui a chamada *norma patente de primeiro grau*, pois a generalidade do seu discurso não reflete a aplicação do ‘infinitivo gerundivo’³⁶.

³⁶ (1) «Ao verbo *Estar* em todos os seus modos e tempos se pode ajuntar o Participio activo acabado em *ndo* de qualquer Verbo, assim como: *Estou lendo*, *Estou escrevendo*, *Estive lendo*, *Estive escrevendo*, &c.» (Souza, 1804: 79; sublinhados nossos). (2) «*Estou amando*» (Souza, 1804: 115; sublinhado nosso: Exemplo destinado à ilustração do facto de se poder combinar uma forma de “participio ativo” com um verbo auxiliar, para exprimir um “tempo”, neste caso, o “presente”). (3) «*Estou tratando da Sintaxe figurada*» (Souza, 1804: 186; sublinhado nosso: Exemplo do Autor, para ilustrar o que chama de elipse de uma forma reta – *Eu* – de *pronome pessoal*). (4) «*Eu estou tratando da Sintaxe figurada*» (Souza, 1804: 186; sublinhado nosso: Estrutura oracional ilustrativa do elemento elíptico

João Crisóstomo do Couto e Melo (1775-1838), em 1818, apenas atualiza a construção **estar + ‘gerúndio’**, ‘três vezes, no âmbito da tentativa de explicação da formação de verbos³⁷, e Francisco Soares Ferreira (1777-ca 1831), em 1819, opta, também, unicamente, por essa construção³⁸, que usa para fornecer exemplos da sua lavra destinados a ilustrar as noções de *tempo*, de *modo* e de *atributo*.

Em 1831, Francisco Solano Constancio (1777-1846) observa que «*Estar*, com os gerúndios dos verbos, indica continuidade, prolongação de acto, estado ou acção. Ex. *Está sendo o alvo do publico. Estou lendo, escrevendo, pensando, pondo, rindo, ouvindo, pedindo*; expressões equivalentes a – *estou a ser, a ler, a ouvir*, etc.» (Constancio, 1831: 129-130). Daí poder considerar-se que «*Estar a fazer alguma coisa*, [que] significa, no acto de fazer, etc. [- a propósito do tratamento da preposição *a* -]» (Constancio, 1831: 188), reflita a interpretação da construção **estar + a + ‘infinitivo’**, ‘no contexto do pensamento linguístico do Autor, como equivalente da construção **estar + ‘gerúndio’**, que utiliza³⁹

no exemplo anterior). (5) «Os Verbos activos são outras tantas fórmulas elípticas: *Eu lêo* vale por *Eu estou lendo*» (Souza, 1804: 187; sublinhado nosso).

³⁷ (1) «Tempo *Presente* é aquê, em que se-significa a existência atual: v.g. *sôu* ou *estou sendo*, *seija* ou *estêija sendo*» (Melo, 1818: 97; sublinhados nossos). (2) Sugere a hipótese – que não dá como confirmada – de que a forma «Louvo» seja «[d]erivad[a] de *Louvando-sto* contraído em *Lôu-vo*», apresentando, logo de seguida, sob a forma de pergunta, uma possibilidade de fundamentação: «por que antigamente se-dizia e escrevia *sto* por *estou*, por derivação de *sto*, *stas*, *estare* Lat.?» (Melo, 1818: 152.) (3) Coloca, também, a hipótese – que, da mesma maneira, não dá como confirmada, tanto mais que surge sob a forma de pergunta – de que a forma «Louvava» seja «[d]erivad[a] de *Louvando-stava* contraído[a] em *Lôuv-ava*» (Melo, 1818: 153).

³⁸ (1) «O *Presente* mostra que o successo de que se falla se passa actualmente; isto he, no mesmo momento em que se falla, como: *Eu escrevo*, ou *estou escrevendo actualmente*» (Ferreira, 1819: 33; sublinhado nosso). (2) Apresentando como fonte explícita Sicard, afirma o seguinte: «O *Presente* do Indicativo mostra que a acção se faz no momento actual, ou exprime a existência coincidente com o momento em que se falla, como: *Eu amo*, ou *estou amando*, ou *sou amante, actualmente*» (Ferreira, 1819: 47, nota (4); sublinhado nosso). (3) «O *Atributo* he *incomplexo* quando a relação do Sujeito com o modo da sua existência he exprimida por huma só palavra, quer esta existência intelectual seja exprimida ao mesmo tempo, quer seja enunciada separadamente, como: *Eu lêo*; *eu estou lendo*» (Ferreira, 1819: 115; sublinhado nosso). (4) «He *complexo* o *Atributo* quando a palavra que exprime a relação do Sujeito com o modo da sua existência, he acompanhada de algumas palavras accessorias que lhe modifiquem a significação, como: *Lêo com atenção os melhores livros*; *estou lendo as tuas cartas*» (Ferreira, 1819: 116; sublinhado nosso).

³⁹ As atualizações, por Constancio (1831: 131; 132; 132; 132; 133; 134; 134; 235), dessa construção são apresentadas, seguidamente, por ordem de ocorrência e pelo recurso ao sublinhado: (1) «*Estar sendo* [- “infinito impessoal” do verbo auxiliar *Ser*, juntamente com

para exemplificar descrições/explicações metalinguísticas sobre os “tempos” e os “modos”.

A noção da referida covariação confirma-se, plenamente, em 1836, sob a entrada «ESTAR» do Dicionário que Constancio produz. Aí, assinala, de forma inequívoca, o seguinte: «*Estar*, continuar algum acto ou acção, v. g. – *a comer* ou *comendo*, *a dormir* ou *dormindo*, *lendo*, *fallando*, *discorrendo*, etc.» (Constancio, 1836: 521, col. 1). No seio de um outro verbete, constituído sob a entrada «AUXILIAR», Constancio elenca, entre os principais verbos auxiliares em Português, também o verbo *estar*, que «ajudaria a formar os tempos compostos dos mais verbos» (Constancio, 1836: 143, col. 1).

António Manuel da Silva Pinto Abreu (1803-1885), em 1852 [1837]⁴⁰, não regista ocorrências de nenhuma das construções sob escopo.

Luiz Francisco Midosi (1796-1877) utiliza a construção ***estar* + ‘gerúndio’**, quatro vezes em 1831⁴¹ e uma vez em 1842⁴², no âmbito da norma patente de primeiro grau.

baver de ser e ter sido -] indica duração continua, e da mesma maneira todos os gerúndios usados juntamente, como *andando vendo*, *vindo passeando*, *indo olhando*; (2) «*Estou sendo* [- “Presente Composto do Indicativo” -] exprime a continuação do estado da pessoa»; (3) «*Estava sendo* [- “Pretérito Imperfeito Composto do Indicativo” -] denota continuação do estado passado e indeterminado»; (4) «*Estive sendo* [- “Pretérito Perfeito Composto do Indicativo” -] [denota continuação do estado] passado definitivo»; (5) «*Esteja sendo* [- “Presente (não diz que seja “Composto”) do Subjuntivo” -] denota continuação subordinada a hum estado presente ou antecedente»; (6) «*Estivesse sendo* [- “Futuro Anterior do Subjuntivo” -] indica estado supposto de continuação em tempo anterior a outro»; (7) «*Estiver sendo* [- “Futuro Contingente do Subjuntivo” -] [denota futuro contingente e subordinado a outro futuro anterior»; (8) «*Este homem está sempre lendo* (escriptos), *escrevendo* (papeis), *meditando* (cousas)» (Exemplo, do Autor, relativo a complementos de “verbos ativos” que podem estar subentendidos).

⁴⁰ Numa observação dedicada «Ao Leitor», o Autor confessa «ter feito a presente arte em 1837», aduzindo quer a razão que o havia demovido de a dar então ao prelo, quer os motivos por que, em 1852, resolve publicá-la (Abreu, 1852 [1837]: [s.p.]).

⁴¹ Tendo sido escrutinadas a «ADVERTENCIA» e as Secções I, II, III, IV (até à Lição IV) e V (105-110; 126-132) da obra em causa, seguem as ocorrências detetadas, com os nossos sublinhados: (1) «e es-tou tra-tan-do de a-jun-tar mel pa-ra meu sus-ten-to de in-ver-no» (Midosi, 1831: Secção II, «Lições de ler soletrando», Lição I, 46); (2) «Evita quando leres os *ems* e *oms* nasões entre as palavras; procurando ler da mesma maneira que se estivesse fallando» (Midosi, 1831: Secção III, «Lições de ler em periodos», Lição I, 55); (3) «Um dia estando a sua creada arranjando a sala, veio ella mui pé ante pé» (Midosi, 1831: Secção III, «Lições de ler em periodos», Lição II, 56); (4) «Antiocho escutou, sem proferir uma só palavra, a lição que lhe estavam dando» (Midosi, 1831: Secção III, «Lições de ler em periodos», Lição VIII, 68).

⁴² (1) «P. Que é tempo *presente*?/R. Aquelle em que se está falando» (Midosi, 1842: 36; sublinhado nosso).

Andrade Junior, em 1850⁴³, não dá conta da covariação dos termos do par sob escopo, atualizando, oito vezes, a construção **estar** + ‘**gerúndio**’, no âmbito da qual – afirma – «usâmos de *estar* [– enquanto verbo auxiliar –, quando a continuação da existencia leva envolta a idea de permanência» (Andrade Junior, 1850: 67).

Por seu turno, Francisco Evaristo Leoni (1804-1874), em 1858, considera, claramente, a covariação das duas construções, no âmbito de uma circunstância sintática específica⁴⁴, reunindo, afinal, as diferentes possibilidades de uma manifestação aspetual durativa. Para além dessa circunstância sintática específica, a construção **estar** + ‘**gerúndio**’⁴⁵, no seu caso, prevalece, relativamente

⁴³ Atente-se nas atualizações, por nós sublinhadas e ordenadamente apresentadas, de Andrade Junior (1850: 17; 17; 66; 67; 167; 173; 201; 201): (1) «em nossa lingua, nestas locuções: *vou ler, estou lendo, tenbo lido*, as formas: *vou, estou, tenbo* (...) designão a primeira o começo, a segunda a continuação, a terceira o complemento da acção de ler»; (2) «*Está* o lascivo e doce *passarinho*/Com o *biquinho* as pennas *ordenando*,/O verso sem medida, alegre e brando,/Despedindo no rustico *raminho*» (a propósito do emprego do “nome comum diminutivo”, o Autor serve-se do extrato de um soneto de Camões); (3) «Significâmol-a [a “existência continuada”] per alguma destas auxiliares: *ir* ou *var, vir, andar, estar*, seguidas de gerúndio (empregado como radical) da fôrma verbal que exprime a existência cuja continuação queremos enunciar: vg. “*Estou lendo*”; (4) «*Está apontando* o agudo cyparisso/Para onde é posto o ethereo paraíso» (Exemplo ilustrativo do valor do verbo auxiliar *estar* no quadro da construção com “gerúndio”); (5) «J. Freire de Andrade, quando diz: “... ingratos *estamos alimentando* os homicidas de nosso monarca em nossa mesma casa, *gozando* como herança a praça que assegurarão com tão atroz delicto,” omitindo o pronome *elles* sujeito de *gozando*, faz uma elipse viciosa»; (6) «Qualquer das zeugmas apontadas (...) deixa de ter logar, quando importa exprimir as ideas com distincção para as apresentar em toda a sua força: vg. (...) “E se *estava vendo* nas palavras, nos gestos, nas acções e affectos com que fallavão, a verdade do que dizião (...)”; (7) «Se (...) o verbo vier em fôrma auxiliar composta com infinitivo sem preposição ou com gerundio, o pronome enclítico se collocará depois do primeiro elemento da fôrma verbal: vg. “*Estou-me aprestando*.”; (8) «Mas nas excepções d’esses casos, o pronome se collocará antes do primeiro elemento: vg. “Nem deixou de o *estar agasalhando*”».

⁴⁴ (1) «O gerundio dos verbos auxiliares *estar, andar* (...) precede sempre o gerundio dos outros verbos; como por exemplo: *estando dormindo, andando apprendendo*, (...), etc. Este segundo gerundio pode ser substituido pelo supino do respectivo verbo, e dizer-se *estando a dormir, andando a aprender*, etc.» (Leoni, 1858: I, 269; sublinhados nossos).

⁴⁵ Eis as ocorrências, que sublinhamos, da construção **estar** + ‘**gerúndio**’ em Leoni (1858: tomo I, 92; 117, nota (2); 231 [cf. 229]; 240, nota (2); 266, nota (1)/tomo II, 20; 22, cf. 21; 94, nota (3); 114, nota (1); 131, nota (1), e 130; 134, nota (5), e 132; 221; 221; 257; 257; 289; 301): (1) «Como *estejâmos tractando* dos vocabulos portuguezes, devemos incluir no numero d’elles os infinitos dos verbos»; (2) «Estes pluraes sam, sem duvida, um erro; mas *estão revelando o genio da lingua*»; (3) «*Estando* huî dia homeês *soterrando* huî *passado*, ouveram temor dos ladrões» (Extrato de um exemplo retirado de «Ined. D’Alcob. T. 3.º, p. 67», para ilustrar o emprego, como substantivos, de “participios do pretérito” que “tomam significação ativa”); (4) «A esta porta spiciosa *estava pedindo o tolbeito* que o glorioso apostolo S. Pedro sarou» [Extrato de exemplo, a propósito do uso de um ‘**participio**’

à construção **estar + a + 'infinitivo'**⁴⁶, sempre que aduz exemplos extraídos de obras de referência.

A noção de consciência da possibilidade de uso em covariação das duas construções é detetada em Bento José de Oliveira, nas obras dadas à estampa

irregular de *tolher*, retirado de «Itiner., Cap. 42, fol. 139», de Pantalião Daveiro (*fl.* 15--); (5) «O ablativo do infinito, de que no texto estamos tractando, fórma-se também por meio de preposições»; (6) «Tornámos aos nossos que á ponte de Jacob nos estavam esperando» (Exemplo extraído de «Itiner. C. 81, fol. 302v» do autor suprarreferido, para ilustrar um significado atribuído à preposição *a*, designadamente, o de «*Logar onde*»); (7) «Lhe dava verde folha de herva ardente,/Que a seo costume estava ruminando» (Exemplo extraído de Camões, «Lus. C. 7.º E. 58», para ilustrar o significado de *Conforme*, atribuído à preposição *a*); (8) «Como um forno encendido está lançando chamas, etc.» [Exemplo ilustrativo do uso do termo em itálico, extraído de «Dial. 7.º C. 35, fol. 305», de Amador Arraiz (*fl.* 1580)]; (9) «Um dos muitos erros de syntaxe com que actualmente estamos vendo perverter a boa e genuína linguagem em obras de litteratura, é o emprego da preposição por na acceção de referencia»; (10) «á entrada della me esteve esperando, e vendo que eu ao *prepassar* não olhava para elle, escarrrou alto» [Extrato de exemplo destinado a ilustrar o emprego de «PRE», com o significado de «*Anterioridade, antes*», em «*prepassar*», extraído de «Peregr. T. 2.º C. 116, p. 124», de Fernão Mendes Pinto (*ca* 1509-1583)]; (11) «Estiveram as montanhas ... docemente resonando com os suaves acentos que por suas concavidades retumbavam (...)» [Exemplo destinado a ilustrar o emprego de «RE», com o significado de «*Augmento, grandeza e intensidade*», em «resonar», tendo sido extraído de «Lus. Transf. L. 3.º fol. 253», de Fernão Álvares do Oriente (*ca* 1540-*ca* 1595)]; (12) «Vós estaes admirando e pasmando de que entre os homens haja tal injustiça e maldade! *Pois* isso mesmo é o que vós fazeis» (Exemplo ilustrativo do uso do que designa por «conjunção conclusiva», *pois*, retirado de «Serm. T. 2.º p. 328, col. 1.ª, de Vieira); (13) «*Em fim*, veio a tam triste estado que fez uma pocilga juncto de um caminho, onde estava pedindo esmola aos que passavam» [Exemplo ilustrativo do uso do que designa por «conjunção conclusiva», «EM FIM», retirado de «Imag. P. 1.ª Dial. 4.º C. 5.º p. 139» de Heitor Pinto (1528?-1584?)]; (14) «O som (...) da agua que está correndo», a propósito de «MURMURIO»; (15) «Aposto eu que estava agora cuidando alguém (...). Não digo eu esses *arrojamentos*» [Extrato de exemplo ilustrativo do emprego do termo «ARROJAMENTO», retirado de Vieira («Serm. T. 5.º p. 90, col. 2.ª»)]; (16) «Encosta-se no chão: que está cahindo/A cidreira co'os pesos amarelos:/Os formosos limões ali cheirando/Estão virgineas tetas imitando» (Exemplo retirado de Camões, «[Lus.] C. 9.º E. 56», a propósito do estilo resultante do distanciamento das formas verbais e da proximidade das formas nominais); (17) «stá lambendo/Molles vellos» [Extrato de exemplo retirado de «[Os Martyr. L. 6.º] p. 230», de Filinto Elísio, pseudónimo de Francisco Manuel do Nascimento (1734-1819), para ilustrar o estilo onomatopaico].

⁴⁶ Passam a transcrever-se as ocorrências, cujos sublinhados são nossos: (1) «que treme actualmente, que está a tremer [- relativamente ao significado da unidade linguística «Trememente» -]» (Leoni, 1858: I, 159); (2) «Os participios do pretérito denotam o individuo que em tempo anterior soffria ou estava a soffrer a acção que actualmente tem acabado de receber» (Leoni, 1858: I, 220); (3) «A olhos *vistos*; i. é, a olhos que vêem, que estão a ver» [a propósito de muitos «participios do pretérito» terem a propriedade de «tomar significação ativa» (cf. Leoni, 1858: I, 221)] (Leoni, 1858: I, 229); (4) «Palavra (...) que significa *o tempo durante o qual alguma coisa cresce*, ou está a crescer [- em relação ao termo «CRESCENÇA» -]» (Leoni, 1858: II, 262); (5) «É propriamente o tempo durante o qual nasce ou está a nascer

em 1862⁴⁷, em 1864⁴⁸ e em 1880⁴⁹, evidenciando-se a preferência explícita pela covariante **estar + a + 'infinitivo'** nas edições póstumas da mesma obra, da responsabilidade de António Augusto Cortesão (1854-1927), publicadas a partir de 1892⁵⁰. O mesmo se verifica em Francisco Julio Caldas Aulete (1826-1878), no ano de 1864⁵¹, sendo curioso constatar que, na edição de 1874 da

algum individuo [- no atinente ao termo «NASCENÇA» -]» (Leoni, 1858: II, 265); (6) «não nos podemos eximir de dar a conhecer algumas [palavras onomatopaicas], e serão as que 'n este momento nos ocorrem e estão a saltar dos bicos da penna» (Leoni, 1858: II, 301).

⁴⁷ (1) «Além d'estes verbos auxiliares [ter, haver, ser] temos (...) *Estar*, que á idéa primitiva e geral accrescenta a de *estado*, *persistencia* e *continuação* da existencia ou acção já começada (...), como – "Estou lendo ou a ler" (Oliveira, 1862: 24-25, nota 1, iniciada na p. 24; 1864: 24-25, nota 1, iniciada na p. 24; sublinhados nossos). (2) Atribui a «*fumegar*», que classifica de "verbo frequentativo derivado do verbo *fumar*", o significado de «estar a deitar fumo continuamente» (Oliveira, 1862: 42; 1864: 47, sublinhado nosso). (3) «[O infinitivo impessoal] [j]uncto aos verbos auxiliares fôrma as frases verbaes compostas, que exprimem as diferentes modificações do seu significado, como – (...) *persistencia*. Ex.: (...) ["Estou a escrever"]» (Oliveira, 1862: 43; 1864: 47; sublinhado nosso). (4) «Os participios imperfeitos (...) [c]onjugam-se (...) com o continuativo *estar* para exprimir ora a *continuação* ora a *persistencia* da *acção* já começada, como – "estou escrevendo, ou a escrever"» (Oliveira, 1862: 44; 1864: 47; sublinhados nossos).

⁴⁸ Vide nota anterior.

⁴⁹ (1) «**Estar** conjuga-se com o participio imperfeito ou com o infinito impessoal do verbo auxiliado, regido da preposição "[a]", para exprimir estado, permanencia ou continuação de acção começada (...), como: estou lendo ou a ler» (Oliveira, 1880: 39-40; negrito e sublinhado nossos). (2) O Autor regista, ainda, enquanto significado do verbo frequentativo «*gottejar*», «estar a deitar gottas amiudadamente» (Oliveira, 1880: 41; sublinhado nosso). (3) Relativamente ao verbo «*gravitar*», que classifica de "frequentativo", considera significar «estar actuando o grave» (Oliveira, 1880: 41). (4) Muito curiosamente, o Autor afirma: «Nos tempos compostos com o verbo auxiliar *estar* diz melhor o infinito do verbo auxiliado com a preposição *a*, do que o participio imperfeito. E assim é mais usual dizer-se "tenho estado *a estudar*" do que "tenho estado *estudando* []"» (Oliveira, 1880: 42; sublinhado nosso).

⁵⁰ Quer no âmbito da 2.^a edição póstuma (a 22.^a), quer no seio da 6.^a edição póstuma (a 26.^a), reitera-se a mesma ideia, acrescentando A. A. Cortesão que, com o auxiliar *estar*, «é melhor empregar o infinitivo do verbo auxiliado, regido da preposição *a*, do que o participio presente, mormente nos tempos perfeitos, pois é mais usual dizer "tenho estado *a estudar*" do que "tenho estado *estudando*"» (Oliveira, 1893: 46; o nosso sublinhado evidencia o acrescentamento de Cortesão ao apontado, em 1880 – pelo menos, não antes de 1876 –, pelo próprio Oliveira: cf. registo (4) da nota anterior; cf. Oliveira, 1904: 86).

⁵¹ Seguem, ordenadamente, as ocorrências, por nós sublinhadas, que Aulete (1864: 48; 55; 55; 55; 55; 55) apresenta como covariantes: «Chamam-se *tempos compostos* às variações do infinitivo, isto é, ao infinito impessoal, ao participio presente e ao participio passado, quando vem acompanhados por um verbo que lhes determina o modo, o tempo, a pessoa e o numero; exemplo: *tenho amado, hei amado, estou amando ou a amar, ando a amar, acabo de amar, devia de amar*; (2) «Estou [/«*Estás*»/«*Está*»/«*Estamos*»/«*Estais*»/«*E stão*»] amando ou a amar» ("Modo afirmativo", "presente absoluto"); (3) «tenho [/«*tens*»/«*tem*»/«*temos*»/«*tendes*»/«*teem*»] estado amando ou a amar» ("Modo afirmativo", "1.º pretérito composto do presente absoluto"); (4) «tenho [/«*tens*»/«*tem*»/«*temos*»/«*tendes*»/«*teem*»] de estar amando ou a amar» ("Modo afirmativo", "1.º futuro composto do presente absoluto"); (5)

sua *Grammatica Nacional*, este último Autor opta apenas pela construção **estar + ‘gerúndio’**⁵², sem replicar as ocorrências desta mesma construção plasmadas na primeira edição da mesma obra⁵³.

Augusto Epiphany da Silva Dias (1841-1916), em 1870, ora tende a considerar as duas construções equivalentes, ora revela uma interessante consciência da existência de um ainda incipiente grau de gramaticalização do verbo *estar* seguido de uma forma verbal infinitiva preposicionada por *a*. Assim, por um lado, ao tratar do uso do “particípio do presente”, que faz equivaler a ‘gerúndio’, o Autor observa que se emprega «[f]ormando com alguns verbos uma conjugação composta», indicando, de entre eles, como um dos “principais”, o seguinte: «*estar*, para indicar um presente de um modo preciso, ou uma acção na sua continuidade, ex.: *Estou escrevendo (a escrever!)*» (Dias,

«hei [/has]/«ha»/«havemos»/«haveis»/«hão»] estado amando ou a amar» (“Modo afirmativo”, “2.º pretérito composto do presente absoluto”); (6) «hei [/has]/«ha»/«havemos»/«haveis»/«hão»] de estar amando ou a amar» (“Modo afirmativo”, “2.º futuro composto do presente absoluto”).

⁵² Observem-se, na devida ordem, as atualizações, que sublinhamos, ocorrentes em Aulete (1874: 12; 26; 27; 27; 27; 27; 70; 86): (1) «*Integrantes* são as que estão servindo de sujeito ou de attributo ou de complemento objectivo a outra oração»; (2) «*Estava* (...) *em uma pousada cozinhando suas pobres viandas*» (Extrato de um exemplo não identificado, utilizado, um ano antes, no âmbito da sua própria *Selecta Nacional*, mediante o fito de suscitar dos alunos o levantamento de formas verbais); (3) «adverbio [*i.e.*, *lã*], porque está precisando mais o verbo *repousa*»; (4) «adverbio [*i.e.*, *eternamente*]; porque está esclarecendo mais o mesmo verbo»; (5) «adverbio [*i.e.*, *cã*]; porque está determinando mais o verbo *viva*»; (6) «adverbio [*i.e.*, *sempre*]; porque está precisando mais o mesmo verbo *viva*»; (7) «adverbio [*i.e.*, *mais*]; porque está graduando a significação do adjectivo *eloquente*»; (8) «A conjuncção ou quando está servindo de copulativa leva o verbo ao plural»; (9) «Se [os advérbios] estão servindo de complementos de qualidade, de logar, de tempo etc. devem-se juntar antes ou depois do termo a que pertencem».

⁵³ Apresentam-se, de seguida, ordenadamente, as ocorrências identificadas em Aulete (1864: 32; 37; 66; 69; 80; 87; 88; 90; 90), com destaques nossos: (1) «art. masc. sing. [o] está concordando com o substantivo *riso* em genero e numero»; (2) «*Os tempos do infinito* representam uma época vaga que só fica determinada juntando-se-lhe um tempo do modo afirmativo ou do subjunctivo ou do proprio infinitivo; exemplo: *tenho de amar*; *estou amando*, *tivesse amado*, *ter de amar*, *bavendo amado*»; (3) «O discipulo indicará (...) os adjectivos que estiverem servindo de preposições»; (4) «O alumno nestes exercicios reconhecerá (...) as palavras que estiverem servindo de conjuncções»; (5) «quando a oração interrogativa estiver servindo de complemento directo, não se lhe ajunta este signal [*i.e.*, o ponto de interrogação]»; (6) «A primeira está servindo de sujeito oracional da oração fundamental»; (7) «o sujeito é *eu*, o verbo *quero*, modificado pelo adverbio [‘não!'] que lhe está servindo de complemento circumstantial»; (8) «as flores (...) estão forcejando por imitar a formosura do seu auctor» [Extrato de exemplo de uma obra não identificada de Manuel Bernardes (1644-1710), destinado, entre outros, a ser submetido, pelo professor, à análise dos alunos]; (9) «os lirios (...) parece estão gritando: oh ceo! oh alturas!» [Extrato de exemplo da mesma obra de Manuel Bernardes, apresentada com a finalidade mencionada em (8)].

1870: 129). Por outro lado, ao tratar do uso do denominado “infinito impessoal”, salienta que pode funcionar como «complemento especial» do verbo *estar*, «constituindo, com elle[], por assim dizer, uma forma verbal composta», no seio da qual o ‘infinitivo’ seria precedido da preposição *a*: «*estar a*» (Dias, 1870: 136). Note-se que, segundo o Autor, este configura um dos casos «em que convem considerar o[] verbo[] [no “infinitivo impessoal”] como não formando oração, e aggregá-lo[] á oração a que pertence o verbo subordinante» (Dias, 1870: 147-148). Depreende-se, assim, que o verbo *estar* ainda seria encarado, pelo Autor, como semântica e sintaticamente subordinante.

Não é, aliás, por acaso, que denomina essas construções de “formas compostas”, que distingue, em 1870, de “forma perifrástica”, em que enquadra apenas a construção da ‘voz passiva’ que designamos por *analítica* (cf. Dias, 1870: 59).

Quanto a Francisco Adolpho Coelho (1847-1919), em 1868, não apresenta quaisquer ocorrências das construções em causa, surgindo apenas *estar* + ‘*gerúndio*’, em 1871, duas vezes, na sua própria tessitura discursiva⁵⁴ e, uma vez, no âmbito de um exemplo de que se socorre, a partir de uma obra não literária antiga, para ilustrar o significado tido por “antiquado” de um determinado termo⁵⁵. Em 1881 e em 1887, a referida construção é utilizada apenas no âmbito do referido exemplo. Todavia, em 1891, reflete sobre a construção *estar* + ‘*gerúndio*’, detetando-se três ocorrências da sua atualização:

- no âmbito da primeira, destaca-se o facto de que, em «*Carlos está lendo*», «*lendo (...)* exprime[] acção sem referencia ao tempo nem pessoa e equivale[] a – no acto, na acção de ler», constituindo um “particípio do presente”, «ou melhor», como diz, um “*gerúndio*” (Coelho, 1891: 40; sublinhado nosso);

⁵⁴ Atente-se, por ordem, nos registos de Coelho (1871: CXXX, col. 1; CLXXXIII, col. 2; sublinhados nossos): (1) «no caso de que estamos tractando»; (2) «[Wilhelm Paul Corssen (1820-1875)] cujas opiniões sobre o perfeito latino estamos examinando nos fornece meio de o criticarmos n’este ponto».

⁵⁵ (1) «“Esteue esguardando huma grande peça[]”» (Exemplo extraído de «Hist. Geral, c. 6», para ilustrar o uso do termo «Peça», com «sentido de pedaço», que dá como «antiquado» já ao seu tempo (Coelho, 1871: XXII, col. 1; sublinhado nosso; cf. Coelho 1881: 30; cf. Coelho 1887: 67).

- no seio da segunda ocorrência, salienta-se o facto de que *estar*, além de poder ser empregue independentemente, se usa, em certos casos, como auxiliar, «perdendo-se ou modificando-se a sua significação própria» (Coelho, 1891: 54), situação em que «*estar*, seguido do participio do presente ou do infinito presente d'outro verbo, refere uma acção significada pelo segundo verbo a um momento dado»: os exemplos que fornece – «*Pedro estava desenhando quando fui a casa d'elle*, etc. *Pedro está escrevendo* (neste momento em que se falla[])» (Coelho, 1891: 55; sublinhados nossos) – não ilustram, porém, a alternativa aduzida, isto é, o uso do auxiliar *estar* com o 'infinitivo' presente (impessoal) de outro verbo;
- a terceira ocorrência contribui para a exemplificação de um “barbarismo”: «*influencia* no sentido de *affluencia* ou ainda de entusiasmo, gosto, como na phrase *a festa está causando muita influencia*» (Coelho, 1891:127; sublinhado nosso).

Por seu turno, Theophilo Braga (1843-1924), em 1876, apenas utiliza, na obra gramatical que dele consultámos, a construção ***estar* + 'gerúndio'**⁵⁶.

Francisco Pedro Brou (1844-1913), em 1876 [1875], embora registe a construção ***estar* + 'gerúndio'**⁵⁷, no âmbito de exemplos extraídos de obras não literárias e literárias, para dar conta da sua perspetiva sobre o uso de determinados elementos linguísticos, assinala a covariação dos dois termos do par

⁵⁶ Apresentam-se, de seguida, com sublinhados nossos, as ocorrências em causa, de Braga (1876: 71; 88; 111): (1) «se está praticando»; (2) «A cada tempo simples corresponde um tempo composto; Eu *leio*, ou Eu *estou lendo*; Eu *disse*, ou *tenho dito*»; (3) «Conjugam-se [os verbos “neutros”] por meio de tempos compostos com o verbo *Estar* e *Ter*; ex.: Eu *estou andando*, etc.».

⁵⁷ Vejam-se as ocorrências, por nós destacadas, em Brou (1876 [1875]: 11; 60; 74; 111): (1) «“(…) e tudo foy feyto ante os Paços, onde elle pousava, de sorte que comeendo *estava veendo* executar quanto mandava fazer (…)”» [Extrato de parte do capítulo 33 da *Chronica de El-Rei D. Pedro I*, de Fernão Lopes (1380?-1460), destinado a exemplificar a qualidade da prosa do cronista]; (2) «“[“]E os lirios com o seu azul finissimo *parece estão gritando* (…)[“]» [Extrato de *Luz e Calor* (...), de Manuel Bernardes, para ilustração da utilização correta de um verbo classificado, pelo Autor, como “unipessoal”]; (3) «“(…) Um dos muitos erros de Syntaxe com que actualmente *estamos vendo* perverter a boa e genuina linguagem em obras de litteratura, é o emprego da preposição *por* na accepção de referencia (…)”» (Extrato de uma obra não identificada de Leoni, para ilustrar o emprego de algumas preposições em oposição à “índole” da língua); (4) «pois as necessidades sempre crescentes das industrias e do progresso material todos os dias *estão exigindo* novos termos próprios».

perifrástico sob análise, a propósito do uso de *estar* enquanto verbo auxiliar: (i) «O verbo *estar* quando auxiliar, indica continuação de acção; como: Estou estudando» (Brou, 1876 [1875]: 62; sublinhado nosso); (ii) «Junta-se [o “participio do presente”] ao verbo *estar* para exprimir *continuação* ou *presistencia* [sic!] da acção já começada; como: Estou escrevendo; isto é: a escrever» (Brou, 1876 [1875]: 63; sublinhados nossos).

III. Par perifrástico *andar* + ‘gerúndio’ e *andar* + *a* + ‘infinitivo’

1. Discurso metalinguístico de Quinhentos

No século XVI, encontrámos apenas duas ocorrências da construção *andar* + ‘gerúndio’: uma em 1540, da pena de João de Barros⁵⁸, e outra em 1576, da lavra de Duarte Nunez do Lião⁵⁹, não se tendo encontrado a construção *andar* + *a* + ‘infinitivo’.

2. Discurso metalinguístico de Seiscentos

No século XVII, encontrámos apenas três ocorrências da construção *andar* + ‘gerúndio’ – uma em 1606⁶⁰, de Lião, outra em 1623⁶¹, da responsabilidade de Amaro de Roboredo, e uma outra ainda em 1631⁶², da autoria de Alvaro Ferreira de Véra –, não havendo registos de *andar* + *a* + ‘infinitivo’.

⁵⁸ Assere Barros (1540: 407; sublinhado nosso): (1) «andam um ano aprendendo por um feito».

⁵⁹ Encontramos, em Lião (1576: fol. 68, frente), o seguinte registo: (1) «qu’andais dizêdo?».

⁶⁰ Note-se o registado em Lião (1606: 6; sublinhado nosso): (1) «que por o foido enganou a os que andauão bufcando affento a Tubal, & a suas gentes».

⁶¹ (1) «Muito a proposito, Illustrissimo Senhor, se me offereceo esta Porta de línguas andando muitos dias considerando per que via com mais facilidade, e brevidade entraria na Latina» (Roboredo, 1623: «Ao Illustrissimo Senhor D. Francisco de Castelbranco», 4; sublinhados nossos).

⁶² Em Véra (1631^b: fol. 19, frente, com sublinhado nosso), surge a ocorrência que segue: (1) «[et] a letra confoante ve (efcrevo alsi por ficar feo nome introduzido) anda variando com todas as vogaes».

3. Discurso metalinguístico de Setecentos

No século XVIII, apenas Bluteau apresenta a construção **andar + a + ‘infinitivo’**, que detetámos no seio do texto prologal ao *Leitor Impaciente*:

«Andar fẽmpre a tropeçar, he privilegio do fol » (Bluteau, 1712^a: [fol. 1, verso]; sublinhados nossos).

Usa, porém, também, da construção **andar + ‘gerúndio’**, no quadro do *Prólogo* consagrado ao *Leitor Estrangeiro*⁶³ e no dedicado ao *Leitor Douto*⁶⁴.

No âmbito do verbete, sob a entrada «ANDAR», Bluteau não tece quaisquer considerações sobre a possibilidade de o verbo em causa surgir acompanhado de ‘gerúndio’ ou de ‘infinitivo’ preposicionado por *a* (cf. Bluteau, 1712^a: 367, col. 2 – 369, col. 1).

Contador de Argote, em 1725, Chorro, em 1736, Verney, em 1746, Lobato, em 1770, Bacelar, em 1783, e Fonseca, em 1799, não apresentam quaisquer ocorrências.

Encontramos, de novo, atualizações de **andar + ‘gerúndio’** em Lima, no ano de 1732⁶⁵, para esclarecimento de termos e expressões francesas, em Luis do Monte Carmelo (1715-1785), em 1767⁶⁶, para clarificação de alguns termos, bem como, finalmente, em Moraes Silva, em 1789⁶⁷, no âmbito do ver-

⁶³ Veja-se a atualização, que destacamos, da referida construção em Bluteau (1712^a: «Prologo do Autor a Todo o Genero de Leitores»: «Ao Leitor Estrangeiro»: [fol. 6, verso]): (1) «chamou por huma mulher, que andava pellas ruas apregoando leite, & preguntando-lhe em bom Portuguez».

⁶⁴ «[Afclepiodoro] a Philofophos, & artífices andava fẽmpre fazendo perguntas» (1712^a: «Prologo do Autor a Todo o Genero de Leitores»: «Ao Leitor Douto»: [fol. 9, verso]; sublinhados nossos).

⁶⁵ (1) Eis, indicadas por ordem, as ocorrências, por nós sublinhadas, da atualização da dita construção em Lima (1732: «Dicionário (...): 84, 126, 129, 176, 204): (1) «Este homem anda quali dormente, meyo dormindo»; (2) «Anda chocando alguma doença»; (3) «O que anda apregoando pelas ruas»; (4) «Diz-fe dos que andaõ fallando fẽmpre na fua nobreza»; (5) «Andou-fe divertindo toda a noyte».

⁶⁶ Seguem, por ordem, as ocorrências detetadas em Monte Carmelo (1767: 209; 257, col. esquerda; 675; sublinhados nossos): (1) «*Nubívaga, as*, Poet. Coíla, que anda vagueando nas nuvens, ou pelos ares»; (2) «*Circumcelliam, oês*. Monge ociofo, que andava de cella em cella vagueando»; (3) «andar efpiando [enquanto significado de *remeirinhar, meirinhar* (vulg.)]».

⁶⁷ (1) «Andava-fe trás ella efpreitando-a» (Silva, 1789: I, «ANDAR», «v[erbo] n[eutro]», 81, col. 2; sublinhado nosso).

bete sob a entrada «ANDAR», sem informação adicional do uso da construção apresentada, exceto a de que *andar* era encarado como um “verbo neutro” e não como um verbo auxiliar, informação que será replicada em 1813 (cf. Silva, 1813: I, «ANDÁR», «v[erbo] n[eutro]»: 132, col. 1).

4. Discurso metalinguístico de Oitocentos

No século XIX, Moraes Silva, em 1802, não apresenta quaisquer ocorrências.

Soares Barbosa, provavelmente a partir de cerca de 1803, observa que «[p]ara supprir sua falta [ou seja, a falta dos chamados “verbos adjetivos” (transitivos ou intransitivos) frequentativos], usamos muitas vezes do verbo *Andar*, como Auxiliar, com os participios imperfeitos dos verbos, que queremos fazer frequentativos, como *Ando cuidando*, *Ando lendo*, &c.» (Barbosa, 2004 [1822]: 298 [242]; sublinhados nossos). É no âmbito desse tratamento e no seio de extratos ilustrativos de observações metalinguísticas que utiliza, várias vezes, a construção *andar* + ‘gerúndio’⁶⁸.

⁶⁸ Expõem-se, por ordem de ocorrência, as atualizações, por nós sublinhadas, que da construção faz Barboza (2004[1822]: 254 [198]; 298 [242]: *vide* 505 [449]; 341 [285]; 441 [385]: *vide* 504 [448]; 489 [433]; 489 [433]; 491 [435]: *vide* 493 [437]): (1) «*Ando* (...) *escrevendo*»; (2) «*Ando cuidando*, *Ando lendo*, &c.»; (3) «Nossa Lingua emprega os participios imperfeitos activos de dous modos, ou *Conjugando-os*, ou *Conjunctando-os*. Conjuga-os so com hum dos tres verbos auxiliares, ou com o continuativo *Estar*, ou com o frequentativo *Andar*, ou com o Inchoativo *Ir*, como: *Estou escrevendo*, *Ando cuidando*, *Vou convalescendo*; (4) «... Que forão dilatando/A Fe, o Imperio, e as terras viciosas/D’Africa e d’Asia *andárão devastando*» (Exemplo de Camões, a propósito de discordâncias ou solecismos nos termos de uma “proposição”: aí, do ponto de vista do Autor, a *conjunção* ‘copulativa’ ajuntaria “complementos” pertencentes a diferentes verbos); (5) «*anda vagando*» (Exemplo traduzido de uma obra latina por Ioam Franco Barreto); (6) «*anda vagando*»; (7) «*andárão devastando*» (Extrato de exemplo de Camões, para apresentação de uma proposta de análise geral e de uma proposta de análise particular). É, entretanto, digno de menção o facto de o Autor, na sua descrição do uso dos «verbos auxiliares» *andar*, *vir* e *ir*, que – afirma – «exprimem tambem os tres differentes modos de acção e movimento, pelos quaes hum agente passa para mostrar ou a duração de huma acção, ou a sua proximidade no tempo, quer anterior, quer posterior» (Barboza (2004[1822]: 253[197]; 253[197]-254[198]), restringir, explicitamente, a combinação de *andar* com, mais propriamente, um “verbo adjetivo” marcado pelo, por si, designado “particípio imperfeito”, na sequência do uso de uma expressão – «deste modo» (Barboza (2004[1822]: 254 [198]) – que, sendo semântica e funcionalmente equivalente ao advérbio de ‘modo’ generalizante *assim*, introduz os exemplos de uso a ter, paradigmaticamente, em mente. Com efeito, a reconstituição da totalidade de significação conformada pelo seu texto metalinguístico permite convergir, claramente, para este entendimento.

Em 1804, Dias de Souza exhibe cinco ocorrências de **andar + a + ‘infinitivo’** e de **andar + ‘gerúndio’**, nessa ordem, as quais apresenta como covariantes. Na verdade: (i) considera que também servem para exprimir o «Tempo presente» (Souza, 1804: 107) as “formas compostas” “Eu ando a escrever” e “Eu ando escrevendo”, as quais «equivalem a *Eu escrevo*», que constituiria a sua “forma simples resumida” (Souza, 1804: 108); (ii) observa que o «*Passado indefinido*» («Primeira fôrma do Passado») (Souza, 1804: 109) pode ser expresso pelas “formas compostas” “Eu andava a escrever” e “Eu andava escrevendo”, as quais faz equivaler a «*Eu escrevia*» (Souza, 1804: 110); (iii) entende que também o «*Passado proximo*» (designado por «Segunda fôrma do Passado») pode ser expresso pelas “formas compostas”, equivalentes, “Andei a escrever” e “Andei escrevendo” (Souza, 1804: 110); (iv) para manifestação do «Passado remoto» («Terceira fôrma do Passado»), indica, adicionalmente, as “formas compostas” “Andara a escrever” e “Andara escrevendo” (Souza, 1804: 110, 111); (v) a «primeira fôrma do tempo futuro» (Souza, 1804: 111) é apresentada como sendo, também, exprimível pelas “formas compostas” “Andarei a escrever”, “Andarei para escrever” e “Andarei escrevendo” (Souza, 1804: 112).

Couto e Melo, em 1818, e Soares Ferreira, em 1819, não apresentam ocorrências.

Constancio afirma, em 1831, que «[e]star sendo, indica duração continua, e da mesma maneira todos os gerundios usados juntamente, como andando vendo, vindo passeando, indo olhando» (Constancio, 1831: 131; sublinhado nosso). Em 1836, apresenta essa combinação sob a subentrada «ANDAR-SE» da entrada «ANDAR», sob a qual observa o seguinte: «v. r. ant., andar; it. impessoal e usado. Anda-se dizendo, corre voz: andão-se tramando grandes intrigas, estão-se dispondo, preparando» (Constancio, 1836: 77, col. 2). Com efeito, *andar* não figura no seu elenco de verbos auxiliares, embora não dê a sua lista como esgotada (cf. Constancio, 1836: «AUXILIAR», 143, col. 1).

Midosi exhibe uma ocorrência da construção **andar + ‘gerúndio’** em 1831⁶⁹; já não em 1842.

⁶⁹ Segue o extrato que encerra a dita ocorrência: (1) «em quan-to el-las an-da-vam pas-tan-do pro-cu-ra-va di-ver-ti-las com os ma-vi-o-sos sons da su-a a-ve-na» (Midosi, 1831: Secção II, «Lições de ler soletrando», Lição X, p.52; sublinhado nosso).

Abreu, em 1852 [1837], não exhibe quaisquer ocorrências.

Andrade Junior, em 1850, observa que a “existência continuada”, enquanto um dos pontos de vista sob os quais se considera a ideia de ‘existência’ enunciável pelo verbo, era significanda por várias formas verbais auxiliares, entre as quais *andar*,

seguidas de gerúndio (empregado como radical) da forma verbal que exprime a existência cuja continuação queremos enunciar (...). Empregâmos **andar**, quando queremos exprimir existencia cujos momentos vão successivamente progredindo, talvez com interrupção: vg. “*Ando estudando* latim.” (Andrade Junior, 1850: 65, 66; negrito e sublinhado nossos.)

Apresenta, ainda, a mesma construção no âmbito de um exemplo alheio não identificado, fornecido a propósito dos “radicais ativos e neutros” (cf. Andrade Junior, 1850: 29).

Leoni, que, em 1858, exhibe quatro ocorrências de **andar + a + ‘infinitivo’**⁷⁰ e quinze ocorrências de **andar + ‘gerúndio’**⁷¹, sendo estas últimas totalmente extraídas de obras de referência, observa, a certa altura, o que passamos a transcrever:

⁷⁰ Transcrevem-se, a seguir, por ordem, as mencionadas ocorrências registadas em Leoni (1858: tomo I, 28; 295 [294]/tomo II, 11; 11), por nós sublinhadas: (1) «Da mesma raiz [- de «*Lautus*, esplendido, magnifico» -] provém a palavra portugueza *louça*, (...) a qual, por uma parte, denota os utensilios *que se lavam, que andam a lavar-se*; (2) «Cabrejar [- «[d]e *Cabra*» -] (...) [d]iz-se dos rapazes que andam a correr e a saltar [a propósito do tratamento do que denomina de “verbos imitativos”, ou seja, *verbos* que, «derivando-se dos nomes[,] significam imitar, ou usurpar as qualidades inherentes ás coisas que os mesmos nomes indicam (...)]»; (3) «Andam a ganhar por toda a Persia levando as mercadorias de umas cidades para outras» [Exemplo extraído de «Itiner. C. 3.º p. 12», de António Tenreiro (*fl.* 152-), para ilustrar um dos significados adscritos à preposição *a*, designadamente, o de «*Acto e tempo seguido, duração, continuação e repetição*»]; (4) «Ladrões que por ali andam a roubar» (Exemplo extraído de «Dec. 3.ª L. 5.º C. 6.º p. 59», de João de Barros, para, igualmente, ilustrar um dos significados atribuídos à preposição *a*, designadamente, o de «*Acto e tempo seguido, duração, continuação e repetição*»).

⁷¹ Igualmente identificadas na obra de Leoni (1858: tomo I, 216-217; 287 [cf. 282];

O gerundio do[verbo[auxiliar[(...) andar (...) precede sempre o gerundio dos outros verbos; como por exemplo: (...) andando aprendendo, (...), etc. Este segundo gerundio pode ser substituído pelo supino do respectivo verbo, e dizer-se (...) andando a aprender, etc. (Leoni, 1858: I, 269; sublinhados nossos).

Parece não restar dúvida sobre o entendimento de que essas construções constituíam, segundo o Autor, covariantes sintáticas, que diziam exatamente o mesmo.

297; 337; 342; 342; 342/tomo II, 13; 93 [92]; 99, nota (1); 189; 267; 285 [284]; 288; 288), exibem-se, abaixo, as atualizações da construção em causa, sublinhadas: (1) «Pois tudo aquillo é andarem buscando os homens como ham de comer, e como se ham de comer» (Extrato de um exemplo de Vieira, a propósito do uso de «*aquillo*»); (2) «E com este desengano espedido elle del-rei, se foi para Castella, onde tambem andou ladrando este requerimento» [Extrato de exemplo retirado de João de Barros, que considera ser digno de imitar, a propósito de verbos “neutros” empregados pelos «AA, beneméritos da lingua» como “ativos”]; (3) «Alli andava eu sandejando/E suacendo e cançando» [Exemplo, de Gil Vicente (1465?-1537), ilustrativo dos chamados “verbos imitativos”]; (4) «Os que andavam prégando pelo reino, como então se costumava» (Exemplo, de Luís de Sousa, avançado a propósito da formação de novos verbos); (5) «Andava garramando e cobrando suas dividas» (Exemplo, de Luís de Sousa, para obviar ao mesmo objetivo); (6) «Tomaram duas negras que andavam mariscando» (Exemplo, de João de Barros, aduzido com a mesma finalidade); (7) «Os pais não querem que andem de continuo os filhos velhaqueando» [Exemplo, de Leonel da Costa (1570-1647), enquanto tradutor das Comédias de Terêncio, sob o mesmo fito]; (8) «Como homem soberbo e confiado andava a uma e a outra mão escaramuçando» (Exemplo extraído de «Dec. 5.^a L. 8.^o C. 7.^o p. 218», de João de Barros, para ilustrar um outro significado adscrito à preposição *a*, designadamente, o de «*Direcção*»); (9) «Quando Saul andava buscando as jumentas de seo pae, Samuel, mandado por Deos, o ungiu *em* rei de Israel» (Exemplo extraído de «Serm. T. 6.^o p. 136, Col. 1.^a», de Vieira, para ilustrar um dos significados apontados à preposição *em*, a saber, o de «*Modo porque alguma coisa se faz, acontece, ou subsiste; como, na forma*»); (10) «Neste tempo florescia muito um mouro (...), que poderosamente andava espancando aquelles mares, e fazendo alguns damnos» (Exemplo extraído de «Dec. 4.^a L. 8.^o C. 12, p. 412», de João de Barros, para ilustrar o emprego do item italicizado); (11) «*Bem* mal póde entender isto que digo/ Quem hade andar seguindo o fero Marte» (Exemplo extraído de Camões – «El. 1.^a» –, a propósito do uso do advérbio *bem*); (12) «Mas neste *passo* assi promptos estando/Eis o mestre, que olhando os ares anda,/O apito toca...» (Exemplo extraído de «Lus. C. 6.^o E. 70», de Camões, a propósito do termo «PASSO»); (13) «as terras viciosas/d’Africa e d’Asia andaram devastando» (Exemplo extraído de «Lus. C. 1.^o E. (...) 2.^a», de Camões, para dar conta da «faculdade de inversão» da língua portuguesa); (14) «A noite, a confusão e o somno, os trazia [*sic!*] a encontrar o perigo de que andavam fugindo errando miseravelmente» (Extrato de exemplo retirado de «Castr. L. 4.^o n.^o 6», de J. Freire, a propósito do estilo resultante da colocação em proximidade de formas verbais); (15) «Eis o mestre, que olhando os mares anda,/O apito *toca*; acordam despertando» (Extrato de exemplo retirado de «Lus.] C. 6.^o E. 70», de Camões, ainda a propósito do estilo resultante da colocação de formas verbais em proximidade).

Quanto a Bento José de Oliveira, apresenta, logo desde a 1.^a edição da sua obra, em 1862, apenas ocorrências em que faz equivaler as duas construções do par perifrástico sob escopo⁷².

Epiphânio Dias, em 1870, ao tratar do uso do “particípio do presente”, que faz equivaler a “gerúndio”, nota que se emprega «[f]ormando com alguns verbos uma conjugação composta», entre os “principais” dos quais indica também o verbo «*andar*, para indicar uma acção na sua continuidade, ex.: *Anda escrevendo (a escrever) uma comedia* » (Dias, 1870: 129; sublinhados nossos). A equivalência construcional verificada não lhe suscita dúvidas, uma vez que não indica qualquer tipo de diferença entre uma e outra construções.

Também Caldas Aulete entende essas construções como covariantes em 1864⁷³, não surgindo quaisquer ocorrências, porém, em 1874.

Francisco Adolpho Coelho não apresenta ocorrências em 1868, nem em 1881 ou em 1887. Só na obra que analisámos de 1871 exhibe uma ocorrência

⁷² (1) «Além d'estes verbos auxiliares [*ter, haver, ser*] temos (...) *Andar*, que declara ora *frequencia*, ora *successiva continuação* da existencia do attributo ou acção do sujeito, como – “*Ando lendo ou a ler*”» (Oliveira, 1862: 24-25, nota 1, iniciada na p. 24; 1864: 24-25, nota 1, iniciada na p. 24; sublinhado nosso; cf. 1880: 40). (2) «[O infinitivo impessoal] [j]uncto aos verbos auxiliares fôrma as phrases verbaes compostas, que exprimem as differentes modificações do seu significado, como – *frequencia* (...). Ex.: “*Anda a cantar* (...)”]» (Oliveira, 1862: 43; 1864: 47; sublinhado nosso). (3) O Autor apresenta, como significado de um verbo frequentativo – *doidejar* – “*andar a fazer ou a dizer* doidices» (Oliveira, 1864: 46; 1880: 41; sublinhado nosso). Nas edições póstumas de 1893 e de 1904, da responsabilidade de A. A. Cortesão, mantém-se a noção de que *andar*, enquanto verbo auxiliar, «com participio presente, ou com infinitivo regido da preposição *a*, exprime frequencia de acção» – “*Ando lendo ou a ler*», “*ando a estudar*” –, constituindo “*locuções verbais*» (Oliveira, 1893: 46, 44; cf. 1904: 86, 29; sublinhado nosso), da mesma forma que também se utiliza a construção com ‘infinitivo’ preposicionado por *a* para esclarecer o significado de verbos ditos “frequentativos” «derivados de adjectivos», tais como «*bravejar, doidejar, andar a fazer-se bravo, doido*» (Oliveira, 1893: 83; 1904: 55).

⁷³ Vejamos os registos de Aulete por nós sublinhados (1864: 55; 56): (1) «*Ando* [/«*Andas*»/«*Anda*»/«*Andamos*»/«*Andais*»/«*Andam*»] *estudando ou a estudar*” (“Modo afirmativo”, “presente absoluto”); (2) «tenho ou hei [/«*tens* ou heis [*sic!*]»/«*tem* ou ha»/«*temos* ou *havemos*»/«*tendes* ou *haveis*»/«*teem* ou *hão*»] *andado estudando ou a estudar*” (“Modo afirmativo”, “1.º pretérito composto do presente absoluto”). Essa noção de covariação justifica que se encontre uma atualização adicional da construção apenas com ‘infinitivo’ preposicionado por *a*, assim como uma atualização da construção só com ‘gerúndio’, tal como segue, pela mesma ordem, mediante o uso de sublinhas: (4) «Chamam-se *tempos compostos* às variações do infinitivo, isto é, ao infinito impessoal, ao participio presente e ao participio passado, quando vem acompanhados por um verbo que lhes determina o modo, o tempo, a pessoa e o numero; exemplo: (...) *ando a amar*» (Aulete, 1864: 48); (5) «a formiga *anda negociando*» (Aulete, 1864: 91: Extrato de exemplo de uma obra não identificada de Manuel Bernardes, destinado a ser submetido, pelo professor, à análise dos alunos).

de *andar* + ‘gerúndio’⁷⁴, que não é da sua lavra, constituindo parte integrante de um extrato de uma obra destinado a ilustrar o uso de um termo antigo. Importa, porém, registrar o que assevera em 1891, sendo de suma importância o facto de encarar o par perifrástico em causa como integrando construções covariantes.

Com efeito, Coelho afirma que *andar*, além de poder ser empregue independentemente, ou seja, como verbo pleno (como diríamos hoje), se usa, em certos casos, como auxiliar, «**perdendo-se ou modificando-se a sua significação própria**» (Coelho, 1891: 54; negrito nosso):

O verbo *andar* seguido do participio do presente ou do infinito presente impessoal, precedido da preposição *a*, de outro verbo, **exprime que o sujeito pratica continuamente a acção significada pelo segundo verbo**; ex.: *Pedro anda aprendendo francez*. *Pedro anda a aprender francez* (Coelho, 1891: 54; negrito e sublinhados nossos).

Importa assinalar, ainda, a sua nota seguinte: «Dá-se o nome de CONJUGAÇÃO [- termo que interpretamos como “combinação” -] PERIPHRASTICA á serie de ligações das fórmulas de cada um dos referidos verbos auxiliares com o infinito presente impessoal ou o participio do presente d’outro verbo, por qualquer dos modos indicados» (Coelho, 1891: 55). Tal termo a que inere, do ponto de vista do significado, uma determinada evolução, em Epiphany Dias, já vinha sendo usado, por este, depois de 1870 e, pelo menos, segundo pudemos apurar até ao momento, desde 1881, com o mesmo significado que Coelho lhe atribui⁷⁵.

Também Brou (1876 [1875]: 62) entende que «*Andar* [- enquanto “verbo auxiliar” -] indica repetição d’acção; como: *Ando decorando* ou *a decorar*»,

⁷⁴ Referimo-nos a (1) «“Andavam pera lide deribando e matando e estroinando”» [Exemplo extraído de «L. Linh. III, p. 187», para ilustrar o uso do termo antigo «estroir», que diz então substituído pelo termo «moderno» *destruir* (Coelho, 1871: XXIV, col. 1-2)].

⁷⁵ «Para exprimir certas ideias acessórias da acção de um verbo, combinão-se certas fórmulas d’esse verbo com os tempos dos verbos auxiliares *andar*, *ir*, *estar*, *ter*, *baver*. Taes circumloquios têm o nome de - conjugação periphraastica» (Dias, 1881: 56; itálico nosso).

registando apenas duas ocorrências da construção *andar* + ‘gerúndio’⁷⁶ no âmbito de exemplos extraídos de uma obra literária e de uma obra não literária de autores de referência, para ilustrar aspetos atinentes à transformação e à natureza da língua.

Em Theofilo Braga, encontramos, em 1876, duas ocorrências apenas da construção *andar* + ‘gerúndio’⁷⁷.

IV. Par perifrástico *ficar* + ‘gerúndio’ e *ficar* + *a* + ‘infinitivo’

1. Discurso metalinguístico da centúria quinhentista

No que à centúria quinhentista diz respeito, detetámos duas ocorrências da construção *ficar* + ‘gerúndio’ na obra de 1574⁷⁸ de Pero de Magalhães de Gandavo e doze na de 1576⁷⁹ de Duarte Nunez do Lião, não se tendo identificado qualquer atualização da construção *ficar* + *a* + ‘infinitivo’.

⁷⁶ (1) «“(…) Onde vos sohia ver/Andar saltando sem medo (…)”» [Extrato de exemplo da lavra de Bernardim Ribeiro (1482-1552), para ilustrar a «considerável diferença que já fazia a lingua portugueza» relativamente ao que designa de «barbara e rude algaravia do primitivo portuguez» (Brou, 1876 [1875]: 8, 9; sublinhado nosso)]; (2) «“(…) tres annos havia que el-rei andava entendendo com grande cuidado em buscar pera a India os pregadores (…)”» [Extrato de reprodução de *Annaes de D. João III*, de Luís de Sousa, destinado a revelar «a pureza, naturalidade, elegância e perfeição do seu estylo» (Brou, 1876 [1875]: 18)].

⁷⁷ (1) «**Ando** lendo» (Braga, 1876: 72; cf. 83: Exemplo fornecido para ilustrar o uso do verbo *andar* enquanto verbo auxiliar do “participio presente” de um outro verbo, entrando na formação do que designa por “Tempo Composto”). (2) «**Ando** lendo (…)(…) **Andar** dá um caracter frequentativo á acção do verbo que auxilia» (Braga, 1876: 88: Exemplo avançado para ilustrar os “Tempos Compostos”).

⁷⁸ Eis as ocorrências detetadas e destacadas: (1) «ficaria (...) parecendo melhor» (Gandavo, 1574: «Prologo ao Lector», [fol. 2, verso]); (2) «fique loando» (Gandavo, 1574: «De como se ha de fazer differença na pronunciação de algũas letras em que muitas peffoas fe coftumão enganar», [fol. 3, frente]).

⁷⁹ Seguem as ocorrências detetadas em Lião, com sublinhados nossos (1576: fol. 3, verso; fol. 3, verso; fol. 7, frente; fol. 7, verso; fol. 12, verso; fol. 15, verso; fol. 15, verso; fol. 16, frente; fol. 20, frente; fol. 27, verso; fol. 42, verso; fol. 51, frente): (1) «& fica parecendo pequeno»; (2) «Por tanto ficamos pronũciando o .a. com aquella differença de pronunciação»; (3) «parece que fica fazendo dous»; (4) «que fica loando»; (5) «ficarião dizendo»; (6) «fica parecendo»; (7) «fica parecendo»; (8) «fica logo loando de differente maneira»; (9) «E a penas o poderão pronunciar como lingello, que não fique loando como o .z.»; (10) «Por que fição loando»; (11) «fica feruindo ao accufativo»; (12) «Mas antes quanto nos defuimos da Latina, tanto fica teendo mais graça, & lendo mais nollã como tambem dizem os Italianos da sua».

2. Discurso metalinguístico da centúria seiscentista

No século XVII, encontramos duas ocorrências da construção *ficar* + ‘gerúndio’ em Lião, em 1606⁸⁰, sete em Roboredo, distribuídas pelas três obras publicadas em 1615⁸¹, 1619⁸² e 1623⁸³, respetivamente, doze em Véra, em 1631^b ⁸⁴, e uma em Bento Pereira, em 1666⁸⁵. Apenas se não verificam quaisquer ocorrências dessa mesma construção na obra de Véra intitulada *Breves Louvores da Lingua Portuguesa*, igualmente publicada em 1631^a, e na obra de Ioam Franco Barreto (1600-após 1674) de 1671.

Quanto à construção com ‘infinitivo’ preposicionado por *a*, não ocorre em nenhuma das obras seiscentistas analisadas.

⁸⁰ As ocorrências da referida construção são as seguintes: (1) «fica parecêdo outra» (Lião, 1606: 2; sublinhado nosso); (2) «ficão parecendo outras» (Lião, 1606: 26; sublinhado nosso).

⁸¹ Vejam-se as ocorrências identificadas e sublinhadas: (1) «fique fabendo» (Roboredo, 2007 [1615]: [penúltima página do *Prólogo*]); (2) «na voz passiva fica fendo nominativo declarado, ou entendido» (Roboredo, 2007 [1615]: 41 [90]).

⁸² (1) «Fica fendo segunda parte de Cópia» (Roboredo, 1619: «Mostrador da Matéria», [fol. 1, verso]; sublinhado nosso). (2) «A terceira parte, que fica fendo a segunda de Cópia he hum exemplo Latino» (Roboredo, 1619: «Prólogo», [fol. 9, frente]; sublinhado nosso). (3) «Fica fendo segunda parte de Cópia» (Roboredo, 1619: 182; sublinhado nosso). (4) «Flicarà fendo a terceira parte de Cópia» (Roboredo, 1619: 183; sublinhado nosso).

⁸³ Observe-se a ocorrência: (1) «o qual traduzido ao pé da letra em outra língua fica servindo» (Roboredo, 1623: «Ao Juiz deste Artificio», 13; sublinhado nosso).

⁸⁴ Expõem-se, a seguir, por ordem, as ocorrências, sublinhadas, da responsabilidade de Véra (1631^b: fol. 1, verso; fol. 2, verso; fol. 8, verso; fol. 9, frente; fol. 9, verso; fol. 11, verso; fol. 12, verso; fol. 12, verso; fol. 20, verso; fol. 21, frente; fol. 31, verso; fol. 39, verso): (1) «Depois de compostas, [et] unidas as letras ficão, sêdo syllabas, [et] as syllabas juntas ficão sêdo dicções»; (2) «antes fica sêdo mais perfeito»; (3) «que muitas vezes o não fica sêdo»; (4) «ficale dando a cada letra o que he leu»; (5) «porque fica foando mal»; (6) «com que ficamos expremendo todas as vogaes de hũa mefma pronunciação»; (7) «ficarião dizendo»; (8) «não fica fêdo dous ll; fe não hum só»; (9) «[et] alsi ficarão escrevendo pax [et] lex; [et] não pacs, legs»; (10) «não nos fica fervindo o .x. dos Latinos»; (11) «que com aquelle til ficão fazendo ditthongo»; (12) «fica moitrando».

⁸⁵ Note-se a ocorrência: (1) «claramente fe fica diftinguindo do i» (Pereira, 1666: 71; sublinhado nosso).

3. Discurso metalinguístico da centúria setecentista

No que concerne à centúria de Setecentos, encontramos duas ocorrências da construção **ficar + ‘gerúndio’** na obra de Contador de Argote de 1725⁸⁶, as quais são da responsabilidade do Conde da Ericeira, outras duas na obra de 1733⁸⁷ de Lima, dando conta de questões sintáticas com repercussões classemáticas, uma em Chorro, em 1736⁸⁸, e uma outra mais em Verney, em 1746⁸⁹, destacando-se do conjunto Fonseca, em cuja obra de 1799⁹⁰ surgem nove ocorrências da mencionada construção, de entre as quais apenas duas representam exemplos extraídos de obras não cabalmente identificadas.

Da construção **ficar + a + ‘infinitivo’**, não há atualizações no *subcorpus* analisado.

⁸⁶ Repare-se nas ocorrências: (1) «ficavaõ labendo» (Conde da Ericeira, in Argote, 1725: [s.p.]; sublinhado nosso); (2) «pelo odio, que (...) ficavaõ tendo às letras» (Conde da Ericeira, in Argote, 1725: [s.p.]; sublinhado nosso).

⁸⁷ (1) «Monfieur Defmarais diz que quando *Quelque* se ajunta a hum Adjectivo (...) fica fendo Adverbio» (Lima, 1733: 114-115; itálico e sublinhados nossos); (2) «e que ajuntando-se a hum Substantivo (...) fica fendo Adjectivo» (Lima, 1733: 115; sublinhado nosso).

⁸⁸ «Diz que quando a preposição não tem calõ na oração, fica fendo adverbio» (Chorro, 1736: 158; sublinhado nosso).

⁸⁹ Observe-se: «mas agora fico formando melhor conceito deles» (Verney, 1746: I, «Carta Primeira», 33; sublinhado nosso).

⁹⁰ Registam-se, seguida e ordenadamente, as atualizações, destacadas, da construção em causa em Fonseca (1799: X; XIII; 14; 36; 144; 192; 258; 296; 328): (1) «nem o exemplo ficará sendo infructuoso»; (2) «sobejamente venturosa ficaria sendo a diligencia»; (3) «pois que as sobreditas palavras ficão sendo neste caso tão somente daquelle genero, que lhes determinão os articulos, ou adjectivos»; (4) «ficarão sendo puramente Portuguezes»; (5) «ficarão retendo»; (6) «que fica parecendo hum só vocabulo»; (7) «“(…) fica sendo riso (...)”» [Extrato de um exemplo de uma obra de Diogo Bernardes (ca 1530-1596), o qual se destinava a dar conta de um dos usos de uma *preposição*]; (8) «“(…) não o [=boas] ficão sendo (...)”» [Extrato de um texto de Francisco Rodrigues Lobo (ca 1580-1622), citado a propósito de «vocabulos (...) já hoje antiquados, e obsoletos»]; (9) “Este todavia a ficou sempre conservando na locução plebea, *dixeme, dixeme*» [a propósito de formas antigas do “pretérito perfeito” do ‘indicativo’ que Rodrigues Lobo reprovava, embora as mantivesse – por exemplo, na *Comedia Eufrosina*, de Jorge Ferreira de Vasconcellos (1515-1585), cuja terceira edição imprimiu e emendou em 1786 – em situações de comunicação representativas de um uso dito “plebeu”].

4. Discurso metalinguístico da centúria oitocentista

No século XIX, não detetámos ocorrências de nenhum dos membros do par perifrástico em causa em Moraes Silva (1806 [1802]).

Já em Soares Barbosa encontramos sete ocorrências da construção **ficar** + ‘**gerúndio**’⁹¹, não definindo o Autor o papel funcional de *ficar* nem o significado decorrente da construção que esse elemento integra.

Dias de Souza, em 1804, exhibe quatro ocorrências de **ficar** + **a** + ‘**infinitivo**’ e de **ficar** + ‘**gerúndio**’, fazendo equivaler essas construções. Com efeito, (i) afirma que servem, igualmente, para exprimir o «Tempo presente», as “formas compostas” “Eu fico a escrever” e “Eu fico escrevendo”, as quais «equivalem a *Eu escrevo*», que constituiria a sua “forma simples resumida” (Souza, 1804: 107, 108); (ii) aduz que o «*Passado indefinido*» («Primeira forma do Passado») também pode ser expresso pelas “formas compostas” “Eu ficava a escrever” e “Eu ficava escrevendo”, as quais faz equivaler a «*Eu escrevia*» (Souza, 1804: 109, 110); (iii) da mesma maneira, entende que o «*Passado proximo*» (designado por «Segunda forma do Passado») pode ser expresso pelas “formas compostas” “Fiquei a escrever” e “Fiquei escrevendo” (Souza, 1804: 110); (iv) para a expressão do «Passado remoto» («Terceira forma do Passado»), indica, em adição, as “formas compostas” “Ficara a escrever” e “Ficara escrevendo” (Souza, 1804: 110, cf. 111).

Couto e Melo, em 1818, apresenta duas ocorrências de **ficar** + ‘**gerúndio**’⁹².

Soares Ferreira, em 1819, Midosi, em 1831 e em 1842, bem como Constançio, em 1831, não se socorrem de nenhum dos elementos construcionais do par perifrástico em causa.

⁹¹ Apontam-se, por ordem, as ocorrências, sublinhadas, da autoria de Barbosa (2004 [1822]: 43 [I]; 44 [II]; 90 [34]; 97 [41]; 131 [75]; 242 [186]; 370 [314]): (1) «a Escripura (...) ficou sendo pintura e symbolo ao mesmo tempo»; (2) «ficou servindo so de symbolo»; (3) «de modo que esta fica valendo dois tempos»; (4) «ficão tendo dois usos entre nós os signaes do Accento Agudo e Circumflexo»; (5) «As vogaes finaes accentuadas ficão sendo signal proprio para mostrar a sua agudeza»; (6) «ficarão sendo puramente Portuguezes»; (7) «e com ella ficão sendo o mesmo que erão».

⁹² Eis, indicadas por ordem e sublinhadas, as ocorrências da construção em Melo (1818: 145, nota (1); 246, nota (1)): (1) «o referido verso ficaria sendo (...)»; (2) «verdade é que se-tem liberdade Poética para contraír duas sílabas breves n’uma só, a qual por isso fica sendo longa».

Depois, só no Dicionário de 1836, sob a entrada «FICAR-SE», Solano Constancio classifica esse verbo, que faz seguir de ‘gerúndio’, de «reflexo», significando «ficar, demorar-se, não partir. (...) *Fiquei-me divertindo com a criação dos bichos da seda*» (Constancio, 1836: 560, col. 1; sublinhado nosso). Não surge, contudo, qualquer elucidação adicional sobre o papel sintático do verbo *ficar*, que não prevê no quadro dos auxiliares, nem sobre o significado resultante da combinação de elementos linguísticos na construção em causa.

Abreu, em 1852 [1837], apresenta apenas uma atualização de *ficar* + ‘gerúndio’⁹³, aquando do tratamento da ‘voz passiva’ que temos por *analítica*.

Andrade Junior, em 1850, apresenta três ocorrências de *ficar* + ‘gerúndio’⁹⁴, duas das quais no âmbito de extratos de obras não identificadas, os quais utiliza para ilustrar determinados usos linguísticos.

Em 1858, Leoni exibe mais de vinte ocorrências de *ficar* + ‘gerúndio’⁹⁵, integrando apenas uma das quais um extrato de uma obra de António Vieira

⁹³ Segue o extrato em que se localiza a atualização da construção: (1) «ficão servindo de verbos passivos» (Abreu, 1852 [1837]: 50; sublinhado nosso).

⁹⁴ Exibem-se, de seguida e por ordem, as atualizações da construção ocorrentes em Andrade Junior (1850: 32; 181; 220), por nós sublinhadas: (1) «Toda a vez que um substantivo designar um individuo ou porção de individuos indeterminadamente, não levará artigo (...) O mesmo se ficará entendendo a respeito do comum adjectivado: vg. “Homem de *bonra*”»; (2) «Com o adverbio nunca, usão bons classicos, para dar mais energia á phrase, do adverbio *jamaiz*: vg. “O Turco fica fazendo em Constantinopla e Candia os maiores apparatus que nunca *jamaiz* se virão[.]”» (Extrato de exemplo não identificado); (3) «[“Sancho, forte mancebo, que ficára/imitando seu pae na valentia; E que em sua vida *ja se experimentára* (...)”]» (Extrato de exemplo não identificado, usado para ilustrar a utilização do ponto e vírgula).

⁹⁵ Seguem, na devida ordem e com o devido destaque, as ocorrências detetadas em Leoni (1858: tomo I, VI; XI; XIII; XV; XXI-XXII; 9; 86; 99; 105; 154; 161; 189; 233 [cf. 232]; 274; 274/tomo II, 7, nota (1); 103; 116; 224; 225; 244) (1) «[os Romanos] conseguiram subjugar a Hispanha e tirar ás povoações que ficaram subsistindo não só a possibilidade de se rebellarem, senão tambem a propria vontade de o fazerem»; (2) «[a língua portuguesa] se formou da corrupção que na latina rustica produziu a successiva invasão dos suevos e arabes, principalmente a dos primeiros, que lhe viciaram muitas de suas formas, e lhe alteraram as desinencias dos vocabulos, sem, todavia, lhe extinguir o genio, que ‘n ella devia ficar prevalecendo»; (3) «Uma vez ignorada a verdadeira origem da lingua portugueza, de força havemos de ficar ignorando as duas partes essenciaissimas da respectiva grammatica, quaes são a *etymologia* e a *syntaxe*»; (4) «porque a idéa typo que produziu as da oração latina se não perdeu e ficou conservando nas portuguezas»; (5) «exporemos não só o que de então para cá se ficou conservando, senão a maneira porque se ficou conservando»; (6) «A lingua portugueza (...) se distingue da castelhana, que ficou conservando muitas d’estas syllabas nos vocabulos que recebeu dos arabes»; (7) «eram essas [as terminações do ablativo do singular], portanto, as que naturalmente deviam ficar existindo»; (8) «genero [*neutro*] que (...) se não ficou distinguindo em portuguez do masculino»; (9) «confundidos os casos dos

(1608-1697), utilizado como exemplo para ilustrar o uso do verbo *boquear*, que o Autor classifica como “frequentativo”. Nenhuma observação direta constata o Autor sobre o papel de *ficar* na construção sintática em que surge nem sobre o significado que a construção permite computar.

Em 1862 e em 1864, Bento José de Oliveira, abordando a questão da mudança da voz ativa para a ‘voz passiva’, utiliza apenas a construção ***Ficar + a + ‘infinitivo’***. Repare-se no que diz o Autor:

A oração activa muda-se para a passiva d’este modo:

1.º O *complemento objectivo* na activa sobe para *sujeito* na passiva; e o *sujeito* na activa desce para complemento *de causa eficiente* na passiva: 2.º o verbo na activa decompõe-se no verbo *ser* (...) que ficará no mesmo tempo e modo a concordar com o novo sujeito, e [decompõe-se] no participio *perfeito passivo*, que lhe servirá de atributo (Oliveira, 1862: 60; 1864: 66-67; sublinhados nossos).

Nessas edições, não se debruça, em qualquer momento, sobre a questão da construção em causa. Já a 13.^a edição da obra de Oliveira, dada ao prelo em 1880, ao apresentar, antes mesmo de Epiphanyo Dias, *ficar* como verbo que

nomes com a corrupção da lingua latina, ficaram estes conservando somente a desinencia do ablativo do singular»; (10) «alguns [vocábulos] ficaram conservando a desinencia latina *ario*, considerada a portugueza *eiro* como indicativa de exercicio ou emprego menos nobre; excepto em *conselheiro*, *cavalleiro*, e em poucos mais»; (11) «Temos (...) grande copia de vocabulos que (...) ficam mostrando o *individuo* ou *unidade*»; (12) «já mostrámos como com a corrupção do latim se alteraram e perderam essas fórmãs terminativas de que apenas ficámos conservando os vestigios nos pronomes pessoas»; (13) «Muitos substantivos portuguezes tomaram a fôrma d’estes participios [“ativos do futuro”]; sendo notavel que quasi todos ficaram conservando uma tal ou qual idéa de acção futura»; (14) «a duvida que havia a respeito (...) fica subsistindo»; (15) «o peixe (...) fica preso e boqueando» (Extrato de exemplo retirado de Vieira, para ilustrar o uso do verbo *boquear*, que o Autor classifica de “frequentativo”); (16) «Modo é *uma especie de movimento*. E’ tambem a fôrma que ficou resultando de um certo movimento, ou *impulso dado* (...)» (- a propósito da preposição *a* -); (17) «Preposição latina inseparável em portuguez [- *OBS*, *OB* -], onde se ficou conservando na composição de muitos vocabulos em que entra já com uma e já com outra fôrma»; (18) «A preposição portugueza *por* foi alterada da latina *pro*, cuja fôrma ficou conservando em composição com os verbos e nomes»; (19) «e só fica apparecendo o que [a conjunção *que*, que designa por “subjuntiva”,] tem de subjunctivo»; (20) «Veremos (...) comprovada esta procedência [do latim] não só nas fórmãs materiaes que ficaram conservando, senão nas proprias fórmãs das idéas que representam [certas interjeições peculiares, do ponto de vista do Autor, à lingua portuguesa]; (21) «É memorável, e ficou mesmo sendo proverbial aquelle dicto do Conde de Abranches (...): “*Fartar, fartar*, vilanagem!”» (Extrato de exemplo ilustrativo do valor do uso de “palavras agudas”, retirado de Duarte Nunes de Leão, «Chro. De D. Affonso 5.º C. 122»).

pode servir como auxiliar, «denota[ndo] persistencia num certo estado» – «Ex.: *Ficou* estudando ou a estudar» –, deixa, simultaneamente, claro o uso covariante das duas construções, com ‘gerúndio’ ou com ‘infinitivo’ preposicionado por *a* (Oliveira, 1880: 41, cf. 40; cf. Oliveira, 1893: 46; cf. Oliveira, 1904: 87).

V. Considerações Finais

É em Moraes Silva (1806 [1802]) que localizamos uma ocorrência do uso covariante das construções *estar* + ‘gerúndio’ e *estar* + *a* + ‘infinitivo’, uso que o Autor já anuncia em 1789. Não podemos esquecer-nos de que, citando Ataliba Teixeira de Castilho (2010: 401), «[s]egundo [Célia Maria] Moraes de Castilho (...), a perífrase [*estar* + *a* + ‘infinitivo’], embora pouco frequente, já ocorria no século XIII»⁹⁶, havendo sido, também, identificada a sua atualização num texto da primeira metade do século XV⁹⁷.

O segundo termo do par perifrástico, ou seja, *estar* + *a* + ‘infinitivo’ apresentou duas possibilidades de interpretação, ao longo do século XIX, em vários autores, a partir de Moraes Silva.

É Dias de Souza quem estabelece, em 1804, a covariação, no quadro do tratamento metalinguístico direto, das construções *estar* + ‘gerúndio’ e *estar* + *a* + ‘infinitivo’, o mesmo acontecendo relativamente aos restantes pares perifrásticos, a saber, *andar* + ‘gerúndio’/*andar* + *a* + ‘infinitivo’ e *ficar* + ‘gerúndio’/*ficar* + *a* + ‘infinitivo’. Vale, porém, salientar o facto – já apontado, anteriormente – de que Bluteau, em 1712, já utilizara a construção *andar* + *a* + ‘infinitivo’, cujo sentido correspondia à atualização do significado que se lhe adscreveria, explicitamente, mais tarde, do ponto de vista aspetual.

⁹⁶ Célia Maria Moraes de Castilho publicou, em 2005, *O processo do redobramento sintático no português medieval: o redobramento pronominal e a formação das perífrases de estar + ndo/-r*. Trata-se de uma Tese de Doutoramento (Campinas: Universidade Estadual de Campinas) que não conseguimos localizar em Portugal.

⁹⁷ É Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008: I, 444; cf. II, 623) quem recupera informação veiculada, por Tânia Lobo & Dante Lucchesi, num trabalho manuscrito de 1990 sobre a morfologia verbal do suprarreferido texto. Esse estudo mostrava, igualmente, a identificação da alternância dos termos do nosso segundo par perifrástico.

Quanto à covariação do par perifrástico *estar* + ‘gerúndio’ e *estar* + *a* + ‘infinitivo’, Souza, depois de Moraes Silva, é seguido por Constancio, Leoni, Oliveira, Aulete (em 1864), Epiphanio, Brou e Coelho (em 1891).

Em relação à covariação do par perifrástico *andar* + ‘gerúndio’ e *andar* + *a* + ‘infinitivo’, Souza é seguido por Leoni, Oliveira, Epiphanio, Aulete (em 1864), Brou e Coelho (em 1891).

No respeitante à covariação do par perifrástico *ficar* + ‘gerúndio’ e *ficar* + *a* + ‘infinitivo’, Souza é apenas seguido por Oliveira.

Relativamente ao facto de alguns autores não apresentarem quaisquer ocorrências dos termos dos pares perifrásticos em causa, traz à tona uma observação encontrada no *Grande Diccionario Portuguez* de Domingos Vieira (?-ca 1854), que saiu, postumamente, do prelo, entre 1871 e 1873, numa edição “inteiramente revista e consideravelmente aumentada”, sob a direcção de F. Adolpho Coelho e de Theophilo Braga. Aí, no âmbito do verbete com a entrada «Auxiliar, *adj*, 2 *gen.*» (Vieira, 1871: 669, col. 1), diz-se o que segue:

Em Grammatica, *verbos* auxiliares [são] aquelles que servem para conjugar os outros, formando com eles diversos tempos; [é um] facto privativo das linguas romanas que no periodo de rusticação perderam a flexibilidade das desinencias latinas, e apenas conservaram as modalidades dos verbos *Ser*, *Estar*, *Haver* e *Ter*. A estes verbos se ajuntam os participios e gerundios dos outros verbos, supprimindo assim as flexões perdidas.

Na linguagem moderna, considera-se como um grande defeito o uso dos *verbos* auxiliares, que denotam certa pobreza e rudeza de estylo. Assim, deve-se dizer *Amei*, em vez de *Tenbo amado*,/ha porém casos em que o verbo auxiliado exprime um acto mais reflectido e calculado (Vieira, 1871: 669, col. 2).

Depois, sob «Auxiliaridade», surge a definição de «(...) systema dos que admittem o uso dos verbos auxiliares» (Vieira, 1871: 669, col. 2), pressupondo-se que nem todos admitem esse sistema.

Finalmente, em 1890-1892, Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna (1840-1914) assinalava a tendência, «mormente na conversação e no estilo espontâneo», de as construções *andar* + *a* + ‘infinitivo’ e *estar* + *a* + ‘infinitivo’ substituírem os respetivos pares *andar* + ‘gerúndio’ e *estar* + ‘gerúndio’ (Vianna, 1890-1892: 77). Interessante é verificar que o insigne linguista não contempla o verbo *ficar*.

Referências bibliográficas

- ABREU, A[ntónio] M[anuel] da S[ilva] Pinto (1852 [1837]): *Novo Methodo para aprender a Grammatica Portugueza*. Porto: Typografia de F. P. d'Azevedo.
- ANDRADE Junior, Francisco Ferreira de (1850): *Grammatica das Grammaticas da Lingua Portugueza* ou principios e preceitos compilados dos mais acreditados autores que sobre este assumpto tem tratado até o presente, e explicados de modo a serem compreendidos por pessoas de todas as inteligências. Lisboa: na Typographia das Sciencias e Artes.
- ARGOTE, Jeronymo Contador de (1725): *Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, muyto accrecentada, e correcta, segunda impressão. Lisboa Occidental: na Officina da Musica.
- AULETE, F[rancisco] J[ulio] Caldas (1864): *Grammatica Nacional*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.
- AULETE, F[rancisco] J[ulio] Caldas (1874⁸): *Grammatica Nacional*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira – Editor.
- BACELLAR, Bernardo de Lima e Me'lo (1783): *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*. Lisboa: na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
- BARATTA, Manuel (1590): *Exemplares de diversas sortes de letras*, tirados da poligraphia de Manuel Baratta, escriptor portugues, acrecentados pello mesmo autor, pera comum proveito de todos. Acoftados a elles hum tratado de Arifmetica [sic!], & outro de Ortographia Portugueſa. Em Lisboa: por Antonio Aluarez.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (2004 [1822]). *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*. Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- BARRETO, Ioam Franco (1671): *Ortografia da Lingua Portugueza*. Em Lisboa: na Officina de Ioam da Costa. A culta de Antonio Leyte Mercador de Livros, na Rua Nova.
- BARROS, Ioam de (1540): *O dialogo da viçioſa vergonha*. Olissipone: *Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum*.
- BARROS, João de (1971^a): "Gramática". In João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por

Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BARROS, João de (1971): “Diálogo em louvor da nossa linguagem”. In João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BLUTEAU, Raphael (1712^a): *Vocabulario Portuguez, e Latino*, [A]. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

BLUTEAU, Raphael (1712^b): *Vocabulario Portuguez, e Latino*, [B-C]. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

BLUTEAU, Raphael (1713): *Vocabulario Portuguez, e Latino*, [D-E]. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

BLUTEAU, Raphael (1720^a): *Vocabulario Portuguez, e Latino*, [O-P]. Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

BLUTEAU, Raphael (1720^b): *Vocabulario Portuguez, e Latino*, [Q-S]. Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

BRAGA, Theophilo (1876): *Grammatica Portugueza Elementar* fundada sobre o methodo historico-comparativo. Porto/Rio de Janeiro: Editora Livraria Portugueza e Estrangeira de Joao E. da Cruz Coutinho/A. A. da Cruz Coutinho.

BROU, Francisco P[edro] (1876 [1875]): *Grammatica Particular ou Estudos sobre as Principaes Difficuldades da Lingua Portugueza* coordenada segundo o programma official para o estudo d'esta lingua nos lyceus. Lisboa: Typographia Progressista de P. A. Borges.

CARMELO, Luis do Monte (1767): *Compendio de Orthographia, com sufficientes catalogos, e novas regras paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Profodia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portugueza: accrescentado com outros novos catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se-devem usar em Discursos eruditos; das Frazes, e Dicções Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se devem introduzir em Discursos graves, ou férios; e fina'mente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhe-*

cidos, e contrarios ao noſſo Idioma, os quaes ſempre ſe-devem corrigir, ou evitar.

Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

CASTILHO, Ataliba T. de (2010): *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.

CHORRO, Bartholomeu Rodrigues (1736): *Curiosas Advertencias da Boa Grammatica no Compendio, e Exposição do Padre Manoel Alvares em Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impreſſor do Santo Officio, À culta da Irmandade de Santa Catharina.

COELHO, Francisco Adolpho (1868): *A Lingua Portugueza: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

COELHO, Francisco Adolpho (1871): “Sobre a Lingua Portugueza”, In *Grande Dictionario Portuquez ou Thesouro da Lingua Portugueza* pelo Dr. Frei Domingos Vieira, publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Primeiro Volume. Porto/Rio de Janeiro/Pará: em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes/A. A. da Cruz Coutinho/Antonio Rodrigues Quelhas, IX-CCVI.

COELHO, Francisco Adolpho (1881): *Curso de Litteratura Nacional para uso dos lyceus centraes. I – A Lingua Portugueza: Noções de Glottologia Geral e Especial Portugueza*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores.

COELHO, Francisco Adolpho ([1887]): *Curso de Litteratura Nacional para uso dos lyceus. I – A Lingua Portugueza: Noções de Glottologia Geral e Especial Portugueza*, segunda edição, emendada e augmentada. Porto: Magalhães & Moniz, Editores.

COELHO, Francisco Adolpho (1891): *Noções Elementares de Grammatica Portugueza*. Porto: Lemos & C.^a – Editores.

CONSTANCIO, Francisco Solano (1831): *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, oferecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil. Paris/Rio de Janeiro: em casa de J. P. Aillaud/em casa de Souza, Laemmert e C.^a.

CONSTANCIO, Francisco Solano (1836): *Novo Dictionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*. Paris: na Officina Typographica de Casimir; Editor, Angelo Francisco Carneiro.

DIAS, Augusto Epiphania da Silva (1870): *Grammatica Practica da Lingua Portugueza* para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus. Porto: Typographia do Jornal do Porto.

- DIAS, Augusto Epiphanio da Silva (1881): *Grammatica Portugueza Elementar*, quarta edição, revista. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1996): *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp.
- FERREIRA, Francisco Soares (1819): *Elementos de Grammatica Portugueza*, ordenados segundo a doutrina dos melhores gramáticos para aplanar a' mocidade o estudo da sua lingua. Lisboa: na Impressão Regia.
- [FONSECA, Pedro José da] (1799): *Rudimentos da Grammatica Portugueza, cómodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons autores*. Lisboa: na Off. de Simão Thaddéo Ferreira.
- GANDAVO, Pero de Magalhães (1574): *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portugueza, com hum Dialogo que a diante se segue em defenjam da mesma lingua*. Em Lisboa: na Officina de Antonio Gonfalvez. [Seguimos a edição fac-similada da 1.^a edição, com uma introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu: Gândavo, Pêro de Magalhães de (1981): *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Edição fac-similada da 1.^a edição. Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Biblioteca Nacional.]
- LEONI, Francisco Evaristo (1858): *Genio da Lingua Portugueza*, ou causas racionais e philologicas de todas as formas e derivações da mesma lingua, comprovadas com innumeraveis exemplos extrahidos dos auctores latinos e vulgares. Tomo I/Tomo II. Lisboa: Typographia do Panorama.
- LIÃO, Duarte Nunez do (1576): *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Em Lisboa: per Ioão de Barreira Impressor delREI N.S.
- LIÃO, Duarte Nunez de (1606): *Origem da Lingoa Portuguesa*. Em Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck.
- LIMA, Luis Caetano de (1732): *Grammatica Franceza, ou Arte Para Apprender o Francez Por Meyo da Lingua Portugueza*, regulada pelas notas e refflexoens da Academia de França, Parte II. Lisboa Occidental: na Officina da Congregação do Oratorio.
- LIMA, Luis Caetano de (1733): *Grammatica Franceza, ou Arte Para Apprender o Francez Por Meyo da Lingua Portugueza*, regulada pelas notas e refflexoens da Academia de França, Parte I. Lisboa Occidental: na Officina da Congregação do Oratorio.

- LIMA, Luis Caetano de (1734): *Grammatica Italiana, e Arte Para Apprender a Lingua Italiana Por Meyo da Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: na Officina da Congregação do Oratorio.
- LIMA, Luis Caetano de (1736): *Orthographia da Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Isidoro da Fonfeca.
- LOBATO, Antonio José dos Reis (1770): *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: na Regia Officina Typographica.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008): *O Português Arcaico. Uma Aproximação*. Vol. I, *Léxico e Morfologia*; Vol. II, *Sintaxe e Fonologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MELO, João Crisóstomo do Couto e (1818): *Gramática Filósofica da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: na Imprensa Régia.
- MIDOSI, Luiz Francisco (1831): *O Expositor Portuguez, ou Rudimentos de Ensino da Lingua Materna*. Londres: impresso por R. Greenlaw, Chichester Place, King's Cross.
- MIDOSI, Luiz Francisco (1842): *Compendio de Grammatica Portugueza para Instrução da Mocidade e Uso das Escólas*. Lisboa: na Imprensa Nacional.
- OLIVEIRA, Bento José de (1862): *Nova Grammatica Portugueza* compilada de nossos melhores auctores (...) para uso dos alunos das escolas de instrução primária e dos que se habilitam para o exame/de portuguez. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- OLIVEIRA, Bento José de (1864): *Nova Grammatica Portugueza* compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolas, segunda edição melhorada. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.
- OLIVEIRA, Bento José de (1875): *Nova Grammatica Portugueza* compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolas, nona edição [com um acrescentamento, segundo o 'Prólogo' correspondente]. Coimbra: Livraria de J. A. Orcel.
- OLIVEIRA, Bento José de (1880): *Nova Grammatica Portugueza* compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolas, decima terceira edição [com melhoramentos, retoques e correções, segundo indicado no 'Prólogo']. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.
- OLIVEIRA, Bento José de (1893): *Nova Grammatica Portugueza* compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolas, vigesima-segunda edição

(segunda edição posthuma) corrigida e muito aumentada. Coimbra: Francisco França Amado – Editor. <https://archive.org/details/novagrammaticap00olivgoog-novagrammaticap00olivgoog.pdf> [09.02.2018].

OLIVEIRA, Bento José de (1904): *Nova Gramática Portuguesa* acomodada aos Programas oficiais, para uso das escolas e dos institutos de ensino literário e dos que se habilitam para o magistério, 26.^a edição (sexta edição póstuma) emendada e acrescentada por A. A. Cortesão. Coimbra: Francisco França Amado – Editor.

OLIVEIRA, Fernão de (2000): *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres & Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (GLP)

PAIVA, Maria Helena (2004): “Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentistas”. In Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo & Clara Barros (org.), *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva* (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-6 de Novembro de 2003). Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 275-300.

PEREIRA, Bento (1666): *Regras geraes, breves, e comprehensivas da melhor orthografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, e portugueza. para se ajuntar à profodia* ordenadas pelo author della. Em Lisboa: por Domingos Carneiro.

PEREYRA, Bento (1647): *Thefouro da Lingoa Portugueza*. Em Lisboa: na Officina de Paulo Craesbeeck, & à sua culta.

PEREYRA, Bento (1697): *Thefouro da Lingua Portugueza*. Évora: Tipografia da Academia. <http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes.aspx>. (<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Ler&Serie=1054>.) [Consultado em 2017 e em 2018]. [*Thesouro da Lingua Portugueza*. In *Profodia in Vocabularium Bilingue, Latinum, et Lusitanum, Digesta, in Qua Dictionum Significatio, et Syllabarum Quantitas Expenditur. Opus Omnino Necessarium Professoribus Sacrarum, et Humaniorum Literarum, Medicis, Juristis, [et] omnibus cuiuscunque facultatis Studiosis; tum propter innumeras dictiones, quas à Sacris, [et] profanis Auctoribus decerptas exponit; tum propter recondita carmina omnium veterum Poetarum, [et] Recentiorum clari nominis, quos omnes Auctor ad expendendas syllabas perlegit*. Septima Editio Auctior, et

Locupletior ab Academia Eborenſi. Eboræ: cum facultate Superiorum, ex Typographia Academiæ.]

- ROBOREDO, Amaro de (1615): *Verdadeira Grammatica Latina*, para se bem saber em breue tempo, ſcritta na lingua portugueſa com exemplos na latina. Em Lisboa: na Officina de Pedro Crasbeeck. [Roboredo, Amaro de (2007[1615]). *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua portuguesa com exemplos na latina* (edição facsimilada). Prefácio de Amadeu Torres e estudo introdutório de Gonçalo Fernandes, Rogelio Ponce de León & Carlos Assunção. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.]
- ROBOREDO, Amaro de (1619): *Methodo grammatical para todas as linguas*. Em Lisboa: per Pedro Craesbeeck.

ROBOREDO, Amaro de (1623): *Porta de linguas ou modo muito accomodado para as entender* publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a Portuguesa com numeros interliniais, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro, para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejão a Portuguesa, e Espanhola. Lisboa: Pedro Crasbeeck. <http://clp.dlc.ua.pt/Corpus/AmaroRoboredo.aspx>. [Extratos.] [Consultado em 2017 e em 2018.]

SILVA, Antonio de Moraes (1789): *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau*, reformado, e accrescentado, por Antonio de Moraes Silva, Tomo Primeiro [I] – A=K –/Tomo Segundo [II] – L=Z –. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

SILVA, Antonio de Moraes (1806 [1802]). *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

SILVA, Antonio de Moraes (1813): *Diccionario da Lingua Portuguesa*, recopilado dos vocabularios impressos ate' agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado, por Antonio de Moraes Silva, Tomo Primeiro [I] – A=E –/Tomo Segundo [II] – F=Z –. Lisboa: Typographia Lacerdina.

SILVA, Antonio de Moraes (1824): *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: na Typographia de Silva Porto.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1983⁵): *Teoria da Literatura*, vol. I. Coimbra: Almedina.

SOUZA, Manoel Dias de (1804): *Grammatica Portugueza* ordenada segundo a doutrina dos mais celebres gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para

facilitar á mocidade portugueza o estudo de lêr e escrevêr a sua propria lingua, e a intelligencia das outras em que se quizer instruir. Coimbra: na Real Imprensa da Universidade.

VÉRA, Alvaro Ferreira de (1631^a): *Breves Louvores da Lingua Portuguesa*, com notáveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua Latina. Em Lisboa: per Mathias Rodriguez.

VÉRA, Alvaro Ferreira de (1631^b): *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua Portugueza*. Com hum trattato de memoria artificial: outro da muita semelhança que tem a lingua Portugueza com a Latina. Em Lisboa: Per Mathias Rodriguez.

[VERNEY, Luiz Antonio] (1746): *Verdadeiro Metodo de Estudar*, para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estylo, e necessidade de Portugal. Exposto em varias cartas, escriptas polo R. P.*** Barbadinho da Congregação de Italia, ao R. P.*** Doutor na Universidade de Coimbra. Tomo Primeiro [I]./Tomo Segundo [II]. Valença: na Oficina de Antonio Balle.

VIANNA, A[niceto] [dos] R[eis] Gonçalves (1890-1892): “Emprêgo dos verbos auxiliares **estar**, **ir**, **vir**, seguidos de jerundio”. In *Revista Lusitana*, Vol. II, 76-77.

VIEIRA, Domingos (1871): *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Primeiro Volume. Porto/Rio de Janeiro/Pará: em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes/A. A. da Cruz Coutinho/Antonio Rodrigues Quelhas.

MARIA HELENA PAIVA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

mhelenapaiva@netcabo.pt

ORCID: 0000-0001-7051-9068

TIPOLOGIA E ÂMBITO DOS CULTISMOS NO PADRÃO LINGUÍSTICO QUINHENTISTA

TYPE AND SPHERE OF CULTURAL BORROWINGS IN THE LINGUISTIC STANDARD OF SIXTEENTH CENTURY PORTUGUESE

RESUMO: Com base no tratamento informático do *corpus* metalinguístico quinhentista (exaustivo para a primeira sincronia – 1536-1540 – e por amostra ampla para a segunda (1574 – 1606), relacionam-se os juízos dos dois primeiros gramáticos (Fernão d'Oliveira e João de Barros) sobre cultismos com conceções gerais de *língua/linguagem*, e relação português – latim e observam-se as práticas linguísticas relativamente ao eixo do tempo (ancestralidade *versus* modernidade), selecionando-se, relativamente a ambos os aspetos, vocábulos representativos cujas ocorrências são quantificadas. O confronto com as conceções e as práticas dos metalinguistas da segunda sincronia (Pêro Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão) revela a grande amplitude da relatinização e, relativamente aos contrastes entre Oliveira e Barros, o acentuado predomínio dos usos vernaculares característicos do primeiro. Assim sendo, no padrão linguístico inscrevem-se não só fatores socio-culturais determinantes da relatinização, mas também marcas inerentes a determinados meios sociais, cuja amplitude importará avaliar em futuras investigações.

Palavras-chave: linguística computacional, sociolinguística histórica, história da gramática, português quinhentista, variação e mudança

ABSTRACT: Based on the computational treatment of the metalinguistic *corpus* of the sixteenth century – which was exhaustive for the first synchronicity (1536-1540) and was achieved with large sampling for the second one (1574-1606) – the opinions of the two first grammarians about cultural borrowings are related to general concepts of *língua/linguagem* and relationships between Portuguese and Latin. The linguistic practices are observed about the time axis (ancestry *versus* modernity), and the representative words are selected whose occurrences are quantified. The comparison between the concepts and practices of the authors of the second synchronicity reveals the wide extent of the rapprochement with Latin and, regarding the contrasts between Oliveira and Barros, the strong prevalence of the

vernacular practices of Oliveira. Therefore, it is not only the sociocultural factors operating in relatinization but also the inherent marks of certain social groups that delineate the linguistic standard. It will be important to evaluate the extent of this factor in future research.

Keywords: computational linguistics, historical sociolinguistics, history of grammar, Portuguese in the sixteenth century, variation and change

1. Preâmbulo

Partindo o desenvolvimento do tema de trabalho anterior da A. (Paiva, 2002) e, sendo a constituição do *corpus* fortemente condicionante de todos os juízos, sintetizam-se no quadro seguinte as características gerais:

Primeira sincronia, tratada exaustivamente:

1. Fernão d'Oliveira		
<i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i> (1536)	23 538ocs.	35,8 %
2. João de Barros		
<i>Cartinha</i> – Texto contínuo (1539)		
<i>Grammatica da lingua portuguesa</i> (1540)		
<i>Diálogo em louvor da nossa linguagem</i> (1540)	24 549ocs.	37,4 %
<u>Total da primeira sincronia</u>	48 087ocs.	73,3 %

Segunda sincronia, tratada por amostra:

3. Pêro de Magalhães de Gândavo		
<i>Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa [...] (1574)</i>		
<i>Dialogo em defesa da lingua Port.</i> (1574)	2 097ocs.	3,1 %
4. Duarte Nunes de Leão		
<i>Orthographia da Lingoa Portuguesa</i> (1576)	8 698ocs.	13,2 %
5. Duarte Nunes de Leão		
<i>Origem da Lingoa Portuguesa</i> (1606)	6 684ocs.	10,1 %
<u>Total da segunda sincronia</u>	17 479ocs.	26,6 %
<u>Total do corpus</u>	65 566ocs.	

O primeiro conjunto, tratado exaustivamente, engloba as *Gramáticas* de Fernão d'Oliveira (1536) e de João de Barros (1540), completadas, neste caso, pelas obras que se inserem no conjunto pedagógico delineado pelo A.

O segundo, tratado por amostra aleatória ampla, reúne as obras metalinguísticas publicadas por Pêro de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão, em 1574 e 1576, a que se agregou, em consequência da identidade de

autor e de parciais identidades de conteúdo, a primeira obra sobre a história da língua portuguesa, publicada em 1606.

Considerou-se que a proporcionalidade entre as obras da segunda sincronia deveria ser assegurada e que a retenção de um quarto de cada obra garantiria a representatividade do conjunto. Relativamente a Pêro de Magalhães de Gândavo, cada uma das obras reunidas no volume publicado em 1574 foi delimitada autonomamente e, quanto ao diálogo bilingue, só o texto em português foi retido. Os inconvenientes de distorções resultantes de intenções implícitas de escolha foram eliminadas por utilização de uma tabela de números ao acaso (Müller, 1973: 169) correspondente à numeração dos fôlios, e alargada por recuo ou avanço à delimitação da frase.

A amostra foi ampliada por inclusão de dois tipos de fragmentos: o primeiro reúne dedicatórias e prólogos, tipos de paratexto decorrentes de estratégias discursivas próprias determinantes de opções que importa comparar com as que se projetam nos textos propriamente ditos. O segundo engloba, nas obras de Leão, três listas de palavras que veiculam informação pertinente sobre o próprio cerne da pesquisa em curso: na *Orthographia*: «Reformação de algũas palavras que a gente vulgar usa & screve mal» (69v-71v); na *Origem*: «De algũs vocabulos antigos Portugueses que se achão em scripturas, & sua interpretação» (110 22 – 115 3) e «De algũs vocabulos que usão os plebeios, ou idiotas que os homens polidos não devem usar» (115 5 – 117 3).

Estes fragmentos podem sempre ser identificados, o primeiro porque a referência indica a parte da obra em que a ocorrência se integra, o segundo porque os juízos explícitos foram objeto de codificação específica¹.

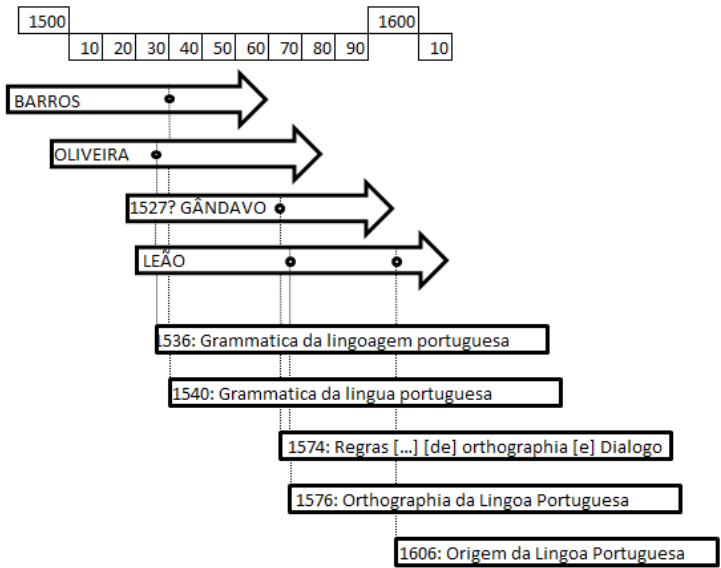
Assim sendo, a pergunta latente no título deste estudo deve ser interpretada, relativamente à segunda sincronia, à luz das restrições que uma pesquisa por amostra deve suscitar; contudo, quando há coincidência na informação colhida em Gândavo e Leão, a probabilidade de essa coincidência refletir fatores gerais sai fortemente reforçada; por outro lado, não é irrelevante que de Leão sejam tratadas duas obras, e que entre elas haja um intervalo de 30 anos; finalmente, enquanto o estudo da variação exige conjuntos amplos de preferência não seletivos, a definição de traços gerais a partir da amostra, tal como

¹ Sobre o assunto, veja-se Paiva, 2004, 2007.

foi caracterizada, afigura-se exequível num tipo de textos relativamente homogêneos, em que juízos explícitos referentes à variação foram codificados.

2. O eixo do tempo

Fortemente influenciadas pela época, as obras metalinguísticas devem ser perspectivadas por inserção na linha do tempo, o que é indispensável para detetar identidades e diferenças de concepções e de práticas, e avaliar a recesão e a expansão de usos: entre a publicação da primeira obra analisada (1536) e a última (1606) medeiam 70 anos, separados por um hiato de 34 anos e, não obstante não ser aplicável à pesquisa em curso o conceito laboviano de *tempo aparente*², a idade (ainda que aproximada) dos autores não é um dado descurável. Sintetizámos por isso no quadro seguinte a informação cronológica pertinente.



² A distinção entre o *tempo real*, ou seja, a cronologia objetiva definida pelo calendário, e o *tempo aparente*, o da idade do informante relativamente a uma mudança em curso, é uma constante na obra de W. Labov (cf. Labov, 1972, 1994 e 2001); a aplicabilidade do conceito restringe-se a mudanças fonéticas em curso diretamente observáveis e cujo início e expansão, localizáveis no tempo real, são medidos também em função da idade dos inquiridos.

2.1. Oliveira escreveu na Gramática: «muy poucas são as cousas que durão por todas ou muitas idades em hũ estado quanto mais as falas, que sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juyzos & tratos dos homens» (OGR 50 2-5)³.

Embora o conteúdo da frase seja universal, não há talvez nenhuma época como o Renascimento em que tão claramente se manifestem as relações entre mentalidades e língua e entre variação e standardização.

O conjunto de traços que definem a dinâmica antropocêntrica renascentista traduz-se, entre outras manifestações, pela alteração do estatuto dos vernáculos, cujo redimensionamento passa pela associação ao poder: assim, em França, onde Francisco I, pelo edito de Villers-Cotterêts, de 1539, torna obrigatória, nos textos jurídicos, a língua da província de Paris (Delumeau, 1983, I: 48); e em Espanha, com a política de unificação de que a gramática de Nebrija dedicada à rainha «Doña Isabel», «Señora natural de España» constitui um símbolo: como afirma o Autor no prólogo, «siempre la lengua fue compañera del imperio»⁴; extravasando do âmbito românico e da esfera diretamente política, na Alemanha, a ação de Lutero para tornar os textos bíblicos acessíveis a todos os letrados passa pela utilização, e relativa unificação, dos falares alemães (Delumeau, 1983, I: 48).

2.2. A projeção dessa dinâmica nos conteúdos de *linguagem* e *língua* e consequente nova delimitação relativa dos conceitos é indiciada pela quantificação das ocorrências dos dois vocábulos, representada a seguir:

	T	O	B	G	LRT	LRI
linguagem	108	11	84	7	3	3
língua	253	130	36	16	25	46
‘órgão bucal’	[25]	[22]	[2]	–	[1]	–

³ Os critérios de edição adotados na obra anteriormente referida (V. N. 1) decorreram do propósito de reduzir ao mínimo a perda de informação contida nas edições *princeps*, motivo por que as intervenções praticadas podem ser sempre identificadas, quer pelo uso do itálico, quer, no que se refere à delimitação da palavra, por vários processos que se quiseram transparentes. Esses critérios foram objeto de algum aligeiramento nesta contribuição. Assim sendo, o itálico enquanto meio de destaque de unidades linguísticas em contexto assinala todas as modificações introduzidas pela A. Quanto às formas que figuram em quadros, foram eliminadas as particularidades gráficas não pertinentes para a questão em estudo.

⁴ Nebrija, 1492 (cf. Quilis, 1989: 109); sobre o tema, ver também Asencio, 1974.

A observação das respetivas concordâncias revela, relativamente a *língua*, apenas dois conteúdos, que foram acima assinalados, mas *linguagem* apresenta uma acentuada polissemia que é necessário ter em conta para interpretar a amplitude do uso na época.

Linguagem designa ‘a faculdade humana de comunicação mediante sistema de signos vocais’ (1) e também ‘o conjunto de atributos ou unidades comuns à generalidade das línguas’ (2) e ainda ‘o conjunto ou tipo de manifestação verbal própria do teor ou da situação de comunicação ou de traços individualizantes do locutor (3), (4):

(1) *A lingoagem é figura do entendimento: & assi é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração* (OGR 4 2-4)

(2) E a esta formaçam [«letera»] chamã elles [«latinos» e «gregos»] primeiros elementos da *linguágem* (BGR 3R 6-7)

(3) E tirando [a] cada nome destes o seu Pronome: dizendo Ioam de Bárros escrêvo Grãmática pera Antonio, fica esta *linguágem* imperfeita. (BGR 15R 19-22)

(4) [Após os versos latino-portugueses ⁵] «F[ilho] – Parece que vay essa *linguagem* hum pouco retorcida, e fóra do comũ uso que falámos? (BDL 54V 9-10)

Estes conteúdos mantêm-se ao longo do tempo e importa por isso cingir as diferenças que refletem alterações em curso.

Em primeiro lugar, a observação dos contextos revela que, das 108 ocorrências de *linguagem*, só num caso a palavra é associada às línguas clássicas: «como vemos em muitos vocábulos gregos, hebraicos, e latinos, que foram as três linguágẽes a que podemos chamár princesas do mundo» (BDL 53v 15-17»; relativamente ao latim, ao grego e ao hebraico, a palavra usada, é *língua*: assim, omitindo particularidades gráficas, *lingua latina* (OGR 26 2, BGR 19R 25, GDD 68 8, LRT 39V 16, LRI 4 5), *lingua grega* (OGR 35 22) «a sua *lingua* [dos gregos] (BGR 9R 21), *lingua Hebraea* (BDL 52R 19), «*lingoas Grega, Hebraica, & Latina*» (LRT 7- 5-6).

⁵ Ver, adiante, § 3.3.

A deriva tem como ponto de partida a indiscriminação dos conteúdos de *língua* e de *linguagem* no sentido de ‘idioma’, processando-se a evolução pela repartição semântica dos conteúdos. É esse ponto de partida que está documentado nos passos seguintes, em que *linguagem*, como termo oposto ao latim, designa especificamente um sistema de comunicação de base oral, diversificado a partir da origem:

(5) [definição de «Cacosyntheton»] quando [...] alguém ordena a linguagem segundo o latim jáz: como hũa óraçâm a qual eu vy tiráda *em linguagem* (BDL 37R 15-18)

(6) os męstres [...] tinham cartipáceos de latıis *em linguagem*.(BDL 58V 8-10)

(7) Hum dos primeiros latıis que me elle [o «męstre»] mandou fazer, foy este, Ó fermósa Maria nóva ára com tua váca nóva E eu cuidava que em isto ser *linguagem* não podia ser latim (BDL 54V 15-18)

Relativamente aos dois primeiros Gramáticos, o uso de *linguagem* e de *língua* em referência ao Português pode ser avaliado pela combinação de cada um dos vocábulos com o possessivo *nossa*:

	Oliveira	Barros
linguagem	11	84
nossa linguagem	2	30
língua	130	36
nossa língua	47	2

O quadro revela claramente que, neste contexto, em Oliveira, o uso de *linguagem* é residual e que a quase exclusividade de *língua* reflete a viragem caracteristicamente renascentista acima referida (Cf. §2.1.); na segunda sincronia, representada no quadro anterior, a mudança não se encontra consumada, mas a dinâmica prevalecente é a que se depreende em Oliveira. Quanto a Barros, a situação é diametralmente oposta. Assim sendo, tratando-se de uma mudança em que concepções culturais se cruzam com o estado de língua que o desempenho de cada um dos primeiros gramáticos traduz, cabe formular a pergunta expressa a seguir.

2.3. Como se situam os dois primeiros gramáticos relativamente ao tempo, no plano da língua em ato?

Ter-se-á em conta que Barros é cerca de 11 anos mais velho que Oliveira e que tem 44 anos quando é publicada a *Gramática*, enquanto Oliveira tem 29 anos quando publica a sua.

No plano do léxico, a resposta deverá ter em conta a quantificação da variação relativamente a evoluções em curso atestadas em vocábulos considerados representativos, como os que figuram no quadro seguinte: *cá* (< lat. QUIA), conjunção conclusiva, que cairá em desuso, *leixar/deixar* e *pera/para*.

	T	O	B	G	LRT	LRI
<i>leixar/deixar</i>	40	12	18	3	2	5
<i>leix-</i>	18	–	18	–	–	–
<i>deix-</i>	22	12	–	3	2	5
<i>cá/qua</i>	54	1	46	0	5	2
<i>ca/cá</i>	49	1	46	–	1	1
<i>qua</i>	5	–	–	–	4	1
<i>pera/para</i>	225	55	108	12	28	22
<i>p^a.</i>	18	18	–	–	–	–
<i>pera</i>	128	8	107	9	1 a),b)	3c)
<i>para</i>	97	47	1	3	27 a)	19 c)

Alguns esclarecimentos são indispensáveis para depreender sem falseamento o significado da quantificação.

Em primeiro lugar, é necessário ter em conta contextos que alteram a informação que os números indiciam: assim, relativamente a *cá/qua* em Leão, 3 das ocorrências figuram em contexto metalinguístico (correção da grafia *ca* para *qua* (LRT 70R 6), proveniência do fr. *car* (LRI 74 16).

Em segundo lugar, relativamente a *pera/para*, importa esclarecer que as abreviaturas, mantidas nas pré-edições sob a forma de *p^a.*, se mantêm como um conjunto específico, e que os elementos constitutivos de unidades pluri-verbais como *pera que/para que* foram contadas no vocábulo-base.

Finalmente, deve ser explicitado o conteúdo das ocorrências assinaladas:

- a) Na *Orthographia [...]* de Leão, a ocorrência de *pera* no sub-título – «Obra útil, & necessaria, assi *pera* escrever a lingoa Hespanhol, como a Latina»

- (1- 4-5) – constitui uma exceção aos hábitos do A. que fornece matéria informativa não descurável sobre o trânsito que vai do manuscrito originário ao produto saído da casa de imprensa;
- b) duas outras ocorrências são particularmente esclarecedoras: *pera* encontra-se no capítulo intitulado «Reformação de algũas palavras que a gente vulgar usa & screve mal» (69V 1-3), na coluna das «Erradas», «*para*» na das «Emendadas» (71R 21).
- c) Na *Origem*[...], no cap. IX, «Dos vocabulos que tomamos dos Gregos», também estruturado em duas colunas, *pera* é já considerado um plebeísmo: «*Para* preposição, que significa acerca dos latinos .*ad.* porque os vulgares dizem *pera*» (LRI 60 27).

Mais relevante que o plano lexical é o facto de, no plano da morfologia, se constatarem idênticos contrastes, representados no quadro seguinte:

	T	O	B	G	LRT	LRI
<i>poer/por</i>	140	35	78	5	19	3
inf.:	17					
<i>poer</i>	11	1 a)	7	–	3	–
<i>por</i>	6	4	–	2	–	–
ger.:	6					
<i>poendo</i>	3	–	3	–	–	–
<i>pondo</i>	3	1	–	1	–	1
ind.:	4					
<i>poemos</i>	3	–	3	–	–	–
<i>pomos</i>	1	–	1 b)	–	–	–
fut.:	7					
<i>poerei</i>	3	–	2	–	1	–
<i>porei</i>	1	–	1	–	–	–
<i>poeremos</i>	1	–	1	–	–	–
<i>poremos</i>	2	–	2	–	–	–
	T	O	B	G	LRT	LRI
<i>todos</i>	62	–	55	–	5	2

Mas é principalmente quanto aos dois casos seguintes que a informação contextual é importante: relativamente a *poer/pôr*: quando Oliveira usa a forma *poer*, assinalada no quadro por *a*), não se trata de uma exceção a hábito dominante, mas de uma informação decisiva sobre a questão em análise: «este

verbo *ponho pôes* faz o seu infinitivo em *.or.* dizendo *pôr* o qual todavia já fez *poer* & ainda o assi ouvimos a *alghũs velhos* » (OGR 72 7-9); quanto a *poemos/pomos*, o ocorrência *poemos* em Barros, assinalada no quadro por *b)*, insere-se no capítulo consagrado às «Figuras» de retórica, e ilustra o fenómeno de «Dieresis [que] quer dizer apartamento [como] quando dizemos, *poemos*, por *poemos*.» (BGR 35R 3-5). Assim sendo, em Barros, o uso das variantes que serão prevaletentes restringe-se às variantes do futuro *porei* (1 oc.) e *poremos* (2 oc.) em variação, no uso pessoal do A., com as formas em regressão, *poerei* (2 ocorrências) e *poeremos* (1 ocorrência). Quanto a *todolos*, o lema agrupa as formas do masculino e do feminino.

Respondendo à pergunta formulada no início deste subparágrafo, pode afirmar-se globalmente que, relativamente aos usos vernaculares dos dois primeiros gramáticos, ou seja, quando não está em causa a relatinização, Oliveira é predominantemente moderno e Barros predominantemente antigo, o que se encontra de acordo com a formulação adotada pelo Pai, cujo ponto de vista dificilmente poderá ser diferente do de Barros, quando, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, afirma:

(8) A my muito me contentão os termos que se confôrnam com o latim, dádo que sejam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo não acharmos serem tão corrutos, que este labço lhe faça perder sua autoridade. Nã sômête os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quáes algũs indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nácẽ. (56V 15-23)

3. Ideal linguístico e importações ao latim

3.1. Sendo que a variação se inscreve axialmente no funcionamento da língua, que a normalização consiste na eleição de uma entre as variantes concorrentes e, finalmente, que o padrão linguístico se apresenta consolidado nas obras paralinguísticas em análise, a indagação seguinte incide na explicitação dos conceitos de ideal linguístico.

Em Oliveira, são muito numerosas as afirmações que são tendencialmente juízos de valor ou se inserem no que viria a ser chamado sociolinguística,

como sublinha E. Coseriu (2000), mas também filosofia da linguagem, pela amplitude do debate sobre temas cruciais nessa área, o que pode ser ilustrado pelo passo seguinte em que se condensa problemática essencial relativamente ao tema em estudo:

(9) «a primeira & principal virtude da lingua é ser clara & que a possão todos entender & pera ser bem entêdida há de ser a mais acostuada antre os milhores della & os milhores da lingua são os que mais lerão & virão & viverão continoando mais antre primores sisudos & assentados & não amigos de muita mudança.» (OGR 53 10-16).

Em Barros as concepções deste tipo são em geral latentes, mas no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, quando o «Filho» pergunta, referindo-se às línguas provenientes do latim, «Quál destas á por melhór, e mais elegante» (BDL 54R 1-2), a resposta do «Pai» não deixa dúvidas: «A que se mais confórma com a latina, assi em vocábulos como na orthografia.» (ID, 54R 2-4).

O juízo de Barros situa a questão no ponto imediatamente seguinte, a relação português-latim.

3.2. Como se compreende numa época em que as línguas vernaculares devem tornar-se aptas a exprimir todas as formas de cultura verbal, incluindo aquelas de que o latim tinha sido o instrumento exclusivo, gramáticos, ortógrafos e metalinguistas tomam necessariamente posição sobre a importação de termos ao latim.

No ponto extremo da cadeia situa-se Oliveira, cujas concepções são claramente expressas, em geral e no passo seguinte, também nas diferentes dimensões da questão e na pertinência dos exemplos selecionados:

(10) As dições que trazemos doutras linguas escrevelas emos co as nossas letras que nellas soão como *ditôgo. filosofo. gramatica*: porque todo o mais é empedimento aos que não sabem essas lingoas donde ellas vierão: se não quando ainda forem tão novas antre nós que seja necessareo pronuncialas co a melodia de seu nascimento: mas nós trabalhemos quanto poderemos de as amasar & conformar co a nossa. *autor. rector.* e outras com”estas não nas escreveremos cõ .c. âtes de. t. como os latinos fazê: porque a nossa lingua não cõsinte acabar as nossas syllabas em .c. ou em outra alghũa letra muda: como .ac. ab. & ad. & mays poys nos taes

lugares soa antre nós . *u.* ou .*i.* misturado em ditongo coa vogal que antes estava assi o escrevamos. » (GR. 29 26 – 30 7).

Merece destaque a articulação entre o tema e o conceito de *conformação*, ou seja, de adaptação ao português, por integração nos traços fonológicos dominantes, o que é expresso, conforme os contextos, por recurso aos termos *melodia* e *música*:

(11) As dições gregas quando vem ter antre nós tã longe de sua terra: já lhes não lembra a sua ortografia: & nós as fazemos conformar com a *melodia* das nossas vozes: e com as nossas letras lhes podemos servir. (OGR 14 13-17)

(12) podemos usár dalgũus termos latinos que a orelha bẽm receba porque ella julga a linguagem e musica e ẽ censor dambas: e como os cõsintir hũ dia ficarãm perpetuamente. (BDL 56V 5-8)

As ocorrências, nos dois primeiros gramáticos, em que estes vocábulos têm esse conteúdo estão representadas no quadro seguinte; as ocorrências com alguma ambiguidade foram assinaladas por parênteses retos:

	T	O	B
<i>melodia</i>	11	11	-
<i>música</i>	8	6	2
[música]	[5]	[1]	[4]

Em síntese, o contraste essencial entre a primeira e a segunda sincronia consiste no tratamento das importações ao latim que, na primeira sincronia sofrem a adaptação característica das formas semicultas, e que na segunda conservam o cariz originário; podem servir de exemplo, entre muitos outros, os vocábulos representados nos dois quadros seguintes:

	T	O	B	G	LRT	LRI
<i>contrairo</i>	25	6	15	0	3	1
<i>/contrario</i>						
<i>contrairo</i>	18	6	12	–	–	–
<i>contrario</i>	7	–	3	–	3	–

***significação* (T=33), *significado* (T=16), *significar* (T=54),
significativo (T=2)**

	T	O	B	G	LRT	LRI
	105	41	40	8	7	9
<i>senif-</i>	2	1	1	–	–	–
<i>sinif-</i>	71	40	31	–	–	–
<i>signif-</i>	32	–	8	8	7	9

3.3. Definidos os traços gerais no plano das concepções, importa indagar qual a relação entre concepções e práticas.

Pode afirmar-se que a relação geral é de coerência, mas as práticas não são perfeitamente homogêneas, e as exceções às concepções dominantes revelam-se particularmente informativas.

Assim, comparando os exemplos apresentados por Oliveira no excerto Nº 10, *ditôgo*, *filosofo* e *gramatica* com a concretização prática da doutrina, constata-se que, relativamente a «ditongo», nas 39 ocorrências do vocábulo não existe dispersão gráfica relativamente à questão, mas quanto a «filosofo», das 3 restantes ocorrências do vocábulo, 1 é conforme à norma preconizada (GR.4 15), enquanto 2 lhe são alheias: *philosopho* (GR 9 17, 9 31); quanto a *gramatica*, das 11 restantes ocorrências do vocábulo, só 1 é claramente conforme (*gramatica* – GR 8 11), distribuindo-se as restantes por *grammatica* (5 ocorrências) e *grãmatica* (5 ocorrências).

A inexistência de normalização projeta-se na distância que separa o que é preconizado, de acordo com princípios gerais, e o que é posto em prática em função de hábitos individuais ou imagens gráficas correntes, quando a atenção é solicitada noutras direções.

A escrita de Oliveira é dominada pelos princípios acima expostos (Cf. excerto Nº 10), que incluem contudo uma gradação: quando se trata de termos recém-importados, a conservação das formas originárias pode impor-se: «quando ainda forem tão novas antre nós que seja necessario pronunciálas co a melodia de seu nascimento» (29 30-32).

O grau de conservação do cariz originário é contudo relativo; os traços discursivos característicos do paratexto, que se projetam na «Dedicatória»,

determinam a seleção de um vocabulário culto importado do latim e que, apresentando embora modificação dos traços fonológicos característicos da evolução, não apresenta as fortes marcas de importação que caracterizam os latinismos da segunda sincronia. Acresce que a pesquisa sistemática efetuada indicia como não documentados antes do séc. XV ⁶ um muito elevado número de latinismos; assim, seguindo a ordem do texto, entre outros: *immortal*, (2 19), *intento* (2 22), *ânimo* (2 23), *exercício* (2 26), *prosperare* (3 2), *cárrago* (3 4), *resplandece* (3 7), *prólogo* (3 12), *presumo* (3 13), *notação* (3 13), *aquir-em* (3 17), *necessarias* (3 20), *particularizar* (3 21), *favorecerá* (3 26).

Relativamente a Oliveira pode afirmar-se que as exceções aos princípios preconizados são pontuais; um determinado número situa-se na esfera de influência eclesiástica, relacionada com o seu passado de frade dominicano; assim *rector* (V. excerto 10), *christão/s* (6 30, 6 32, 7 6), *egípto* (5 23, 8 15) ou *drago* ‘dragão’ (28 20).

Quanto a Barros, o carácter bipolar das suas conceções de ideal linguístico – por um lado o princípio de integração dos termos importados ao latim na «música» do português (Cf. quadro anterior) e por outro a valorização da língua por aproximação do latim – repercute-se numa prática não só fortemente oscilante, como de extremos distanciados, de um lado, pelo pendor ancestral, do outro pela heterogeneidade das relatinizações efetuadas.

O carácter insólito de determinadas modificações reside no facto de estas afetarem a esfera de uso, o que as torna particularmente reveladoras do critério de valorização idiomática: P. Teyssier (1966: 186) destaca «la curieuse forme *minimo* (qui rappelle le latin *minimus*), à côté de *minino* ou *menino*». Acrescente-se que, das 18 ocorrências do vocábulo, sempre no plural, 2 têm a forma *meninos*, 14 a forma *mininos*, com a inflexão vocálica característica do A. e as duas restantes apresentam a forma *minimos*. A tendência a nobilitar o português por aproximação com o latim deve ser enfatizada pelo facto de as ocorrências se situarem, a primeira no paratexto da *Gramática*, princípio absoluto da obra, a «introdução» propriamente dita, ainda que a designação

⁶ Cf. Paiva, 2002, vol. IV: cap. II, «Importações ao latim não documentadas antes do séc. XV», 38-104.

falte, e a segunda no que é também a área introdutória da parte da *Gramática* intitulada «Orthografia» (40R 1-2): «Em a cartinha passáda, dêmos árte pera os *minimos* fáclmente aprenderê a ler», «nóssa tençám ẽ fazer algũ proveito aos *minimos* que per esta árte aprenderem» (40R 8-9). De teor análogo é o uso de *causa* por *cousa*, a que pode não ser alheio o contexto definitório: «Chamamos nome Possessivo, aquelle que se nomea do possedor da *causa*, como doutrina christã, de Christo.» (7V 9-10).

No plano da estrutura fonológica do vocábulo, o sector porventura mais imediatamente revelador é o da terminologia gramatical de base que regista um número de ocorrências susceptível de dar apoio a juízos gerais. Finalmente, o sector permite um confronto rápido com Oliveira e, embora de forma não constante, com a segunda sincronia.

No quadro seguinte, os lemas, colocados entre « », representam o português padrão contemporâneo; as particularidades gráficas não pertinentes no âmbito da questão em análise foram reduzidas a um denominador comum.

	T	O	B	G	LRT	LRI
«adjectivo»	32	6	26	–	–	–
ajetivo	–	6	26	–	–	–
adjectivo	–	–	–	–	–	–
«advérbio»	33	9	21	–	3	–
averbio	–	9	20	–	–	–
adverbio	–	–	1	–	–	–
«substantivo»	33	7	25	–	–	1
sustantivo	–	7	25	–	–	–
substantivo	–	–	–	–	–	1
«letra»	433	186	138	9	94	6
letra	–	186	2	9	94	6
letera	–	–	136	–	–	–
«plural»	106	38	60	–	7	1
plural	–	37	–	–	4	1
plurar	–	–	59	–	–	–
plurais	–	1	–	–	3	–
plurales	–	–	1	–	–	–

Os três primeiros vocábulos configuram globalmente o panorama: verna-
culização dos termos latinos na primeira sincronia e posterior restituição do

cariz latino na segunda, quando os vocábulos constam da amostra ou, em caso contrário, do português padrão contemporâneo. O testemunho é quase monolítico, com uma exceção, em Barros, na enumeração das partes do discurso: «Assy que podemos daquy entêder, ser a nóssa linguagem cõpõsta destas nove pârtes: Artigo [...], Nome, Pronome, Vêrbo, Advêrbio, Participio, Cõjunçam, Preposiçam, Interjeçam» (BGR 2V 6-10).

Os dois últimos vocábulos contrastam com os anteriores pelo carácter incomum de relatinizações privativas de Barros: relativamente à primeira, há apenas 2 ocorrências de *letra*: «E assy temos esta *letra* .ç. que parece ser inventada pera pronúciaçã Hebraica ou Mourisca» (3v 12 – 13); a segunda figura como ilustração de um caso de «Bárbarismo» (34R 9) , «Sincopa, quêr dizer cortamento, ca se córta do meo da diçã letera ou syllaba [...] como quando dizemos, consirár, por considerár, viço, por vicio, *letra* por *letera*.» (34 v 17-20).

Quanto à segunda, o contraste é máximo entre a forma constante no singular, *plurar*, documentada desde o séc. XV na *Vita Christhi* e a ocorrência única *plurales*: «Elle, esse cõ seus *plurâles* chamã relativos» (15v 13-14). A projeção da *Grammatica de la lengua Castellana* de Antonio de Nebrija, publicada em 1492, nas obras dos dois primeiros gramáticos não pode ser ignorada, mas é notoriamente muito menos relevante em Oliveira do que em Barros, que o segue de perto, desde o plano da obra e dos conteúdos até à forma de expressão. O confronto entre as obras revela contudo não haver projeção da forma castelhana correspondente neste passo.

São de teor análogo a variação de *escola* (9 ocorrências) ~ *eschola* (7 ocorrências), < lat. SCHŒLA < gr.skholê, e, de *simples*, sing. e plur., (14 ocorrências), a par das 2 ocorrências de *simplex* (sing.) < lat. SIMPLEX, -ĬCIS.

Em matéria de relatinização, a língua de Barros contrasta frequentemente com as dominantes da primeira sincronia (era já o caso de *adverbio*), pelo uso de uma variante que constitui uma antecipação da standardização patente na segunda sincronia ou posteriormente, como acontece com os vocábulos representados a seguir:

	T	O	B	G	LRT	LRI
	54	14	11	7	15	7
rezão	–	13	–	–	2 a)	–
razão	–	1	11	7	15b)	7
	13	3	5	1	3	1
estormento	–	1	–	–	1a)	–
estromento	–	1	–	–	–	–
instrumento	–	1	5	1	2b)	1
	17	2	15	–	–	–
construção	–	2	14	–	–	–
construção	–	–	1	–	–	–

a) «Reformação de algũas palavras que a gente vulgar usa & screve mal»,
coluna das «Erradas»

b) Idem: Coluna das «Emendadas».

Será necessário reter ainda a amplitude de um vocabulário culto de importação recente ao latim, e decorrente da latitude temática, que torna privativos de Barros, entre outros, e por ordem alfabética: *compleissam*, *eficácia*, *exemplificar*, *generalidade*, *preeminencia*, *primicias*, *prolaçam*, *vehemencia*.

O culminar da interseção entre conceções relatinizantes e práticas relatinizadas é representado pelos versos latino-portugueses⁷ que Barros inclui no *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*, como resposta à pergunta do «Filho»:

(13) Que se póde desejar na lingua portuguesa que ela tenha? conformidade com a latina? nestes versos feitos em louvor da nossa pátria, se pode ver quanta tem, porque assi são portugueses que os entende o português e tam latinos que os não estranhará quẽ souber a lingua latina.

Segue-se uma oitava, de que transcrevemos os três primeiros versos: «O quam diuinos acquiris terra triumphos/Tam fortes animos alta de sorte creando./De numero sancto gentes tu firma reseruas.» (BDL 54R 20- 54V 3).

⁷ O primeiro exemplo conhecido deste tipo de textos foi o discurso em prosa que o embaixador dos Reis Católicos, Garcilaso de la Vega (pai do poeta) proferiu em 1498, perante o papa Alexandre VI, e que devia comprovar, pela proximidade entre o castelhano e o latim, a superioridade desta língua sobre o francês e o toscano, o que os respetivos embaixadores procurariam igualmente comprovar relativamente às suas línguas (Buceta, 1924: 88).

A vogal contagia Gândavo que, no *Diálogo em defesa da língua portuguesa* os reproduz, como argumento de Petrónio, português, contra Falêncio, castelhano, comprovativo de que a língua portuguesa é superior à língua castelhana.

Na *Origem da Língua Portuguesa* é desenvolvido o mesmo esquema argumentativo, agora enquadrado pela afirmação de ser o português, de entre as línguas românicas, a que mais próxima é do latim – «por a muita semelhança que a nossa lingoa tem com ella, que hé a maior que nenhũa lingoa tem com outra» – o que é comprovado pela afirmação de «que em muitas palavras e piriodos podemos fallar, que sejam juntamente latinos & portugueses, como muitos curiosos já mostrarão em algũs poemas» (LRI 143 9-14) como o que é transcrito a seguir, e de que reproduzimos também os três primeiros versos: «Canto tuas palmas famosos canto triumphos,/Ursula diuinos martyr concede fauores,/Subiectas sacra nimpha feros animosa tyrannos. » (LRI 144 10-12).

3.4. Em síntese, a segunda sincronia caracteriza-se pela adoção, como critério de valor, da semelhança entre o português e o latim, constituindo a forma gráfica a expressão dessa semelhança e factor de valorização da língua.

A questão subjacente, constante relativamente a grafias latinizantes, é abordada por Leão a propósito principalmente dos resultados de <CT> latino, cuja representação no *corpus* sintetizamos a seguir, mediante a seleção de vocábulos afetados pela mudança.

		CT- > <it>, <ut>, <t>, <tt>, <ct>					
lemas e variantes	Doc.	T	O	B	G	LRT	LRI
douto		16	2	4	–	7	3
douto	1572	6	2	4	–	–	–
docto	1570	10	–	–	–	7	3
noite		5	–	1	–	4	–
noite	XIII	3	–	1	–	2	–
noute	XV	1	–	–	–	1	–
nocte		1	–	–	–	1	–
respeito		12	7	2	3	–	–
respeito	XV	9	7	2	–	–	–
respecto		3	–	–	3	–	–

tratar		63	13	37	4	2	7
<i>trautar</i>	XIV	–	–	–	–	–	–
<i>traitar</i>	XV	–	–	–	–	–	–
<i>tratar</i>		61	13	37	4	–	7
<i>tractar</i>		2	–	–	–	2	–

Embora as observações de Leão sejam frequentemente falseadas por um preconceito gráfico-latinizante, quando o que diz revela a dupla não coincidência entre fonia e grafia e entre português e latim, a informação deve ser considerada credível.

(14) E escreveremos docto, doctor, doctrina, precepto. preceptor, pecto, pectoral, perfectio, cōtracto, usufructo, & outros taes. E se algũus de orelhas mais mimosas dixerem, que lhe soa melhor, pronunciar-se estes como corruptos, & dizer douto, doutor, doutrina, noute, ou noite, peito, perfeito, não lho estranharia. Porque na verdade, a pronunciação daqueles vocabulos, & de outros semelhantes, algũus a fazem sem .c. Mas por estarem tam inteiros na forma Latina, eu os não screveria senão per .c. que o uso tudo vem amollêtar, & fazer corrête. Polo que a cada hum fique, se crevelos como os pronuncia. (LRT 52R 23-52V 10).

Os tipos e graus de oralização de grafias latinizadas é indescernível relativamente à época, mas a importação lexical massiva projeta-se na alteração da estrutura da sílaba e do vocábulo: o número de esdrúxulos aumenta exponencialmente, os hiatos, que a evolução fonética tinha eliminado, são reintroduzidos, o consonantismo regista um número elevado de combinações novas de fonemas: «os grupos de constritiva labial seguida de /l/, pl-, fl- cl- «e os grupos /gn/ e /l/ ou /n/ seguido de /i/ assilábico» ou ainda os grupos de «*muta cum muta*» articulados de modo diferente do que acontecia em latim: a primeira consoante «ligou-se à sílaba seguinte, como fonema crescente» e passou a haver «uma disjuntura entre a primeira e a segunda oclusiva, que cria foneticamente um ligeiro elemento vocálico intermediário.» (Câmara, 1985: 60). A conservação de compostos latinos formados por preposições-prefixos terminados em consoante aumenta consideravelmente as sequências consonânticas. O *Índice Geral de Vocábulos* (Paiva, 2002) regista o movimento em

curso. Relativamente aos compostos de *ad-*, o grupo consonântico está representado, ainda que não de forma constante, em *adjectivo*, *admirativo*, *admitir*, *adverbial*, *advérbio*, *adversidade*, *advertir*, mas a consoante foi eliminada na totalidade dos lemas *amoestar*, *aquirir*, *averbial*. Quanto aos compostos de *sub-*, a consoante terminal mantém-se, no total ou em parte das ocorrências, em *súbdito*, *subjecto*, *subjunctivo*, *substantivo*, *subterfúgio*, mas não ocorre nunca em *someter*, *sustância*, *sustancial* e *sotil*.

4. Da variação à standardização

Desde os primeiros textos, é reconhecível, como fator condicionante da seleção de vocábulos e de variantes, a avaliação subjetiva cuja importância decisiva na expansão e consolidação da mudança as pesquisas de Labov⁸ comprovaram, no plano de mudanças fonéticas em curso diretamente observáveis na sociedade americana.

A projeção de juízos valorativos latentes, relacionados com diferentes graus de autodomínio e consciência metalinguística, manifesta-se na diversificação do paratexto relativamente ao texto e deverá ser tida em conta na análise dos diferentes componentes do discurso descritivo, como a definição e o paradigma; ou seja, há que ter em conta que o texto em si deve constituir um exemplo, se não um modelo, que não pode contradizer o que Barros define como gramática: «hũ módo certo e justo de falar, & escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos» (BGR. 2R 8- 10); este estrato, que designei de «norma latente» distingue-se do que designei de «norma patente»⁹, conjunto de juízos explícitos codificados em função de eixos diversificatórios referentes ao tempo, ao espaço, à amplitude de uso, à aceitabilidade e à diastratia/diafasia¹⁰. É a diferença de graus de autocontrolo linguístico que explica que variantes condenadas aflorem à superfície do texto, como acontecia em vários casos anteriormente assinalados.

⁸ Vejam-se principalmente W., Labov, 1972, cap. XXX e 2001, cap. VI.

⁹ Ver Paiva, 2004 e 2007.

¹⁰ Ver Paiva, 2004 e 2007.

A normatividade do discurso metalinguístico, mínima em Oliveira e máxima em Leão, caracteriza-se não apenas por um acentuado crescendo, como pela dimensão social que Leão lhe comunica ao elaborar as listas anteriormente referidas (§ 1) em cujo pólo negativo figuram «a gente vulgar» (LRT 69v e sgs) ou «os plebeios, ou idiotas» (LRI 115 e sgs) e no pólo positivo «os homens polidos». Os juízos de Leão poderiam servir de ilustração ao que Labov considera o sinal de consumação dos processos de mudança: a estratificação social da variação, e a associação estável de juízos valorativos às variantes que, no pólo negativo passam a funcionar como “estereótipos”, ou seja como objeto de estigmatização e no pólo positivo como marcas de prestígio. Em Leão, a constituição de pares opostos por uma fronteira desenhada por colunas gráficas encimadas por etiquetas de conteúdo performativo no tempo situado entre os dois contínuos temporais, ou seja, entre 1540 e 1574 e, para além dos fatores culturais referidos ou, em conexão com eles, importará fazer a indagação ampla e sistemática dos fatores sócio-históricos principalmente atuantes.

5. Outros rumos da deriva

Externamente à esfera dos cultismos, a observação da variação conduziu à constatação de divergências que, relativamente a metalinguistas de idade próxima, o tempo se revela insuficiente para explicar, e também os espaços geográficos, às vezes referidos como condicionantes dos comportamentos linguísticos, mas de relevância limitada a traços fonológicos, como a evolução do sistema de sibilantes, ou a diferenças genéricas entre áreas conservadoras e áreas inovadoras.

Um determinado número de diferenças relativas aos usos vernaculares dos dois primeiros gramáticos foi sintetizada (cf. § 2.3.) sob as caracterizações de modernidade (Oliveira) e de ancestralidade (Barros); relativamente à segunda sincronia, apesar do tratamento por amostra, os quadros anteriormente apresentados revelam diferenças entre Gândavo e Leão que deverão ser interpretadas, para além de sobrevivências esporádicas de formas rejeitadas explicáveis em contextos de menor autodomínio discursivo; Leão é por

vezes mais conservador que Gândavo, como o atestam sobrevivências de *cá/qua, poer, todos*.

A probabilidade de que, então como hoje, os usos individuais apresentem marcas inerentes a meios sociais originários ou de adoção é suficientemente elevada para que a hipótese seja trabalhada.

Relativamente a Oliveira, deverão ser ampliadas as observações que ele próprio faz à sua origem, numa «sextilha em hexâmetros latinos» (Gaspar, 2009: 33) de cuja tradução reproduzo os dois primeiros versos: «Aveiro é a localidade onde me geraram os pais./Da classe equestre, condição modesta e diminutos haveres». Ele próprio se declara, no prólogo da *Gramática*, «hum homẽ baixo» (GR. 2 22). A sua vida é minuciosamente conhecida até 1547-1551, data do processo que lhe é movido pela Inquisição, publicado por H. Lopes de Mendonça (1898).

O contraste é grande com João de Barros, oriundo da «nobreza funcionária e de corte» e tendo vivido ele próprio na corte, segundo a sua própria expressão, «desde a idade do peão», como moço de guarda-roupa do futuro rei D. João III; desde 1525 foi tesoureiro da Casa da Mina e, a partir de 1533, feitor da Casa da Índia (Coelho, 1992: 19, 28, 40).

Quanto à segunda sincronia, muito provavelmente são os usos de Gândavo que, excetuando traços relacionados com a sua origem bracarense, têm carácter mais geral; relativamente a Leão, haverá que indagar em que medida a sua situação de cristão novo afeta o seu desempenho linguístico, em que se projeta também eventualmente a sua carreira jurídica.

6. Concluindo

Perspetivar a língua em devir permanente na relação entre quem a usa, as circunstâncias em que é usada e o para quê da sua utilização, evoca a permanência de fatores determinantes da mudança no passado e no presente que se projetam no que Labov designou de «princípio uniformitarista» (I, 1994: 21 e ss.). *Mutatis mutandis*, o que torna a questão particularmente interessante, é a especificidade da mudança a que assistimos em Portugal, mas comum a outros países, entre 1536 e 1606, e que se traduz pela consolidação de uma

conquista: se é certo que não há palavras para conceitos inexistentes e se tudo pode ser expresso ao nível da frase ou do discurso, a conquista para o vernáculo da aptidão a exprimir um muito alargado número de conceitos fez-se mediante a aquisição de instrumentos monoverbais que passam a pertencer à consciência coletiva de que a língua é o testemunho histórico.

Referências bibliográficas

- ASENCIO, Eugenio (1974): “La lengua compañera del Imperio, Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal”. In *Estudios Portugueses*. Paris: F. C. Gulbenkian, 1-16.
- BUCETA, E. (1924): “La tendencia a identificar el español con el latín”. In *Homenaje a Menéndez Pidal*, 85-108.
- CÂMARA JR., J. Mattoso (1985⁴): *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão.
- COELHO, A. Borges (1992): *Tudo é mercadoria. Sobre o percurso e a obra de João de Barros*. Lisboa: Caminho.
- COSERIU, E. (2000): “Apreciação global”. In Amadeu Torres/Carlos Assunção, *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536) de Fernão de Oliveira. Edição crítica, semi-diplomática e anastática*. Lisboa: Academia das Ciências, 27- 60.
- DELUMEAU, Jean (1983): *A Civilização do Renascimento*, 2 vols. Lisboa: Estampa, 1983. (Trad. de *La Civilisation de la Renaissance*. Paris, B. Arthaud, 1964).
- GASPAR, Mons. João Gonçalves Gaspar (2009): “Fernão de Oliveira: humanista insubmisso e precursor”. In Carlos Morais (ed.), *Fernando Oliveira, Um Humanista Genial (V Centenário do seu nascimento)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 31-82.
- LABOV, William (1994, 2001): *Principles of Linguistic Change*, 2 vols. Oxford/Cambridge: Blackwell.
- LABOV, William (1972): *Sociolinguistic Patterns*. Filadélfia: Universidade da Pensilvânia.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de (1898): *O Padre Fernão d'Oliveira e a sua obra náutica*. Lisboa: Academia das Ciências, 1898.
- MÜLLER, Charles (1973): *Initiation aux méthodes de la statistique linguistique*. Paris: Hachette.
- NEBRIJA, Antonio de [1492]: *Gramática de la lengua castellana*. Ver Quilis, Antonio.

- PAIVA, Maria Helena Pinto Novais (2002): *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre variação, funcionamento e mudança*. Vol. I – *Objecto e método*; Vol. II – *Pré-edições*; Vol. III – *Índice geral de vocábulos. Índices alfabéticos de formas de outras línguas*; Vol. IV – *Conclusões*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PAIVA, Maria Helena (2004): “Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentistas”. In Ana Maria Brito/Clara Barros (orgs.), *Actas do Encontro Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*. Porto: Universidade do Porto, 275-300.
- PAIVA, Maria Helena (2007): “Norma patente e norma latente nos gramáticos portugueses quinhentistas”. In Pablo Cano López (ed.), *Actas del VI Congreso de Lingüística General (Santiago de Compostela, 2004)*, Madrid: Arco Libros, 2961-2974.
- QUILIS, Antonio (1989³): *Antonio de Nebrija, Gramática de la lengua Castellana. Estudio y edición*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.
- TEYSSIER, Paul (1966): “La prononciation des voyelles portugaises au XVI siècle d’après le système orthographique de João de Barros”. In *Annali* [Napoli, Istituto Universitario Orientale], VII, 1, 127-198.
- VERDELHO, Telmo (1995): *Origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Lisboa: INIC.

ISABEL ALMEIDA SANTOS

FLUC/CELGA-ILTEC

imas@fl.uc.pt

ORCID: 0000-0002-6276-4239

CODIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO DO HOMEM SOBRE A LÍNGUA: COM QUE AUTORIDADE?

CODIFICATION AND CONSCIOUS INTERVENTION OF MEN OVER LANGUAGE: A MATTER OF AUTHORITY?

RESUMO: As línguas naturais são, desde as primeiras reflexões metalinguísticas conhecidas, perspectivadas como entidades que aliam sistematicidade e variação; também o seu valor identitário, patrimonial e simbólico é recorrentemente afirmado. Traduz-se, assim, a consciência de que a utilização de uma dada língua natural e histórica não se esgota na dimensão estrutural inerente ao seu valor funcional, já que envolve uma dinâmica interacional à qual se associam julgamentos de valor, atitudes e crenças. Não surpreende, portanto, a existência de uma também intemporal *complaint tradition* e o desenvolvimento, ao longo do tempo e sob diferentes formatos, de ações conscientemente orientadas para a língua; pelo impacto que têm nos processos de dignificação, unificação e preservação dos idiomas e pela autoridade de que, tipicamente, os seus mentores se revestem, os projetos codificatórios apresentam, neste contexto, particular relevância.

Assente nestes pressupostos, o presente trabalho procede à análise de um conjunto de textos metalinguísticos que, escritos em português ao longo do séc. XVI e no início do séc. XVII, tomam inovadoramente este idioma não só como instrumento, mas também como objeto. Trata-se, como sabemos, da época em que surgem os primeiros documentos codificatórios para o português e, nesse âmbito, a gramatização do idioma arrasta um discurso legitimador do qual faz parte a definição da autoridade. Esta autentica não só o processo de codificação do vernáculo, mas também as opções descritivas que, tomadas pelo gramático, o convertem num *language manager*.

Palavras-chave: codificação gramatical, estandardização linguística, autoridade, *language management*

ABSTRACT: Since the first metalinguistic studies, natural languages have been regarded as entities that combine systematicity and variation; their identity, heritage and symbolic value are also repeatedly noted. It has been obvious since then that usage of a historical language overrides its structural dimension; in fact, the interactional dynamics of languages

leads to value judgements, attitudes and beliefs. A timeless complaint tradition and the development of variable forms of conscious intervention over language (language management) are therefore understandable. Given the authority typically exhibited by their mentors, codification projects are particularly relevant in this context; indeed, their impact on language dignification, unification and preservation is considerable.

Considering these assumptions, metalinguistic texts will be analysed in this work. In selected grammars and orthographic studies (written throughout the sixteenth century and the beginning of the seventeenth century), the Portuguese language is innovatively taken not only as instrument but also as the descriptive object. This process brings with it a legitimating discourse which includes the definition of authority. In this context, authority supports not only vernacular codification process, but also descriptive options of the grammarian, who becomes a language manager.

Keywords: grammar codification, linguistic standardization, authority, language management

1. Introdução

A consciência da complexidade estrutural da linguagem e das línguas atravessa a história da reflexão metalinguística e é evidente desde os seus primórdios. A descrição, sob a forma de Arte, de um qualquer idioma resulta, precisamente, da percepção do seu carácter regulamentado e modular, isto é, da noção de que os idiomas são sistemas comunicativos assentes em regras e padrões e de que é precisamente essa sistematicidade estruturada (implícita nos conceitos de *ratio* e de analogia) que os torna descritíveis¹.

Igual ancestralidade se pode atribuir, por um lado, à consciência da diversidade interlinguística e, por outro, ao reconhecimento de que as línguas naturais são diversamente usadas pelos homens, estando algumas das suas formas na base de produtos (normalmente, monumentos literários) altamente valorados pela comunidade. Com a mesma intemporalidade se manifesta ainda o reconhecimento do valor identitário e patrimonial das línguas, um bem coletivo que é transmitido ao longo do tempo por gerações sucessivas; dessa apropriação resulta, por um lado, a sua preservação, mas, por outro, a sua transformação. O sentimento, concomitante, de que é preciso atuar para

¹ A história do pensamento linguístico mostra que a ideia da linguagem como entidade *rule-governed* é, mesmo, o parâmetro fundamental em determinados contextos epistemológicos, como o das gramáticas filosóficas medievais e setecentistas (Garner, 2014: 111).

a sua salvaguarda está na base de uma também antiquíssima *complaint tradition* (Milroy, 2001: 538), «an evergreen phenomenon, with the substance of complaints remaining remarkably similar across time and setting» (Edwards, 2014: 418) e motiva práticas que podemos globalmente descrever como sendo de intervenção consciente sobre a língua.

2. Questões preliminares

2.1. A Língua e o Homem, utilizador e *manager*

Na sua relação com a língua, o homem não é apenas um utilizador, tendo a capacidade de sobre ela refletir e intervir. O uso das línguas envolve, portanto, duas dimensões (uma das quais é de natureza metalinguística) e comportamentos orientados para a língua ou processos de *language management* (gestão/controlo da língua), constituem, tal como a *complaint tradition*, um dos mais antigos fenómenos observados na história da humanidade (Edwards, 2014: 418).

O conceito de *language management* foi programaticamente introduzido por Jernudd e Neustupný em 1986, embora, na altura, já tivessem sido dados a conhecer os fundamentos essenciais de uma *Language Management Theory* (Jernudd/Nekvapil, 2012: 33). Desenvolvida no âmbito da reflexão suscitada pelos projetos de planificação linguística, normalmente vinculados a realidades sociais muito concretas, esta configura-se como uma teoria geral² em cujo âmbito se postula a necessidade de distinguir dois tipos de processos: «(a) the generation of utterances, and (b) the management of utterances» (Jernudd/Nekvapil, 2012: 33). Assim, enquanto o objetivo das teorias da gramática é apreender estruturas que deem conta da totalidade dos enunciados possíveis, «management theory ultimately aims to help explain how a speaker makes

² Nas palavras de Jernudd e Nekvapil (2012: 33), trata-se de uma teoria que «delimits its relationships to grammatical theory, and considerably extends its scope to include all behaviours toward language. While formulated as a discipline of linguistics, it opens towards an interdisciplinary account of the societal context».

use of grammatical competence to generate utterances» (Jernudd/Nekvapil, 2012: 33).

A definição deste objetivo leva a distinguir, no âmbito do quadro teórico em causa, formas simples (*simple management* ou *discourse-based management* ou *on-line management*) e formas organizadas (*organized management* ou *directed management* ou *off-line management*) de intervenção sobre a língua. No primeiro caso, a regulação ocorre no domínio do discurso, da produção individual de enunciados; trata-se de «*management of problems as they appear in individual communication acts*» (Neustupný/Nekvapil, 2003: 181). No segundo caso, essas atividades desenvolvem-se de forma organizada, envolvendo diferentes tipos de instituições, e apresentam como características principais a participação de mais de uma pessoa, a produção de discurso sobre a regulação e a intervenção de coordenadas ideológicas. São exemplos paradigmáticos deste segundo tipo de atividade os projetos de reformas linguísticas e a introdução de línguas num sistema de ensino (Neustupný/Nekvapil, 2003: 185; Jernudd/Nekvapil, 2012: 33).

Com a expressão *language management* referimos então aqui, seguindo Spolsky (2007: 4), «the explicit and observable effort by someone or some group that has or claims to have authority over the participants in the domain³ to modify their practices or beliefs»⁴.

Esforços deste tipo assumem formas diversas e a atitude orientadora ou prescritiva que, em qualquer dos casos, lhes subjaz, alinha-se num *continuum*, «from dictatorial fiat to broadly accepted standardization» (Edwards, 2014: 418), e envolve agentes com distinto poder de intervenção. Em função do seu perfil, também estes se posicionam, ainda segundo Edwards (2014: 418), ao longo de um *continuum*, «anchored at one end by uninstructed indi-

³ Salientando a vagueza da expressão e do conceito de *comunidade linguística*, Spolsky recorre ao conceito *fishmaniano* de *domínio* para referir o espaço social no âmbito do qual se definem políticas linguísticas próprias, «with some features controlled internally and others under the influence or control of external forces» (Spolsky, 2007: 2).

⁴ Trabalhando no sentido da definição de uma teoria da política linguística e do *management*, Spolsky assume, por um lado, a dimensão social desses processos e, por outro, integra a convicção de que práticas linguísticas (comportamentos observáveis e escolhas), crenças (valores atribuídos a variantes) e *language management* são três componentes interrelacionados, mas autonomamente analisáveis (Spolsky, 2007: 2-3).

vidual desires for intervention or change and, at the other, by formal agencies and scholarly concerns».

Se, numa das extremidades deste *continuum*, podemos posicionar o falante comum, que age motivado por um conjunto de crenças sobre a língua e sobre as suas variedades e variantes, na outra extremidade posicionam-se agentes (pessoal, institucional ou academicamente) *autorizados*. Entre os produtos/ferramentas da ação destes últimos encontramos, precisamente, projetos de codificação gramatical, muitas vezes instrumentos ao serviço da política e planificação linguísticas. Tradicionalmente orientados para a promoção da invariância e uniformidade na estrutura linguística, os textos codificatórios ocupam, então, um espaço importante nos processos de *organized language management* concebidos para a standardização e definição de uma dada norma ou para a afirmação simbólica e institucional de um idioma.

2.2. *Language management* e os estudos sobre a linguagem

Sabemos que atitudes de natureza normativo-prescritiva são dificilmente conciliáveis com o princípio da objetividade que a análise científica da linguagem reivindica para si na atualidade. Assim, vulgariza-se nos estudos linguísticos a ideia de que o prescritivismo, enquanto interferência não natural que limita de modo arbitrário a variabilidade inerente das línguas, representa uma atitude negativa e condenável (Milroy/Milroy, 1985, *apud* Cameron, [1995] 2000: 94). O título de Robert Hall, *Leave your Language Alone*, surgido em 1950⁵, dá expressivamente conta desse contexto epistemológico.

Rejeitando abranger na análise das línguas a questão dos julgamentos de valor, a este tipo de posição associa-se a desconsideração de fenómenos e processos como o da standardização e definição de norma, intimamente relacionados com as atividades de *language management*, mas considerados extralinguísticos e marginais.

⁵ Na verdade, trata-se de uma edição de autor, já que, de acordo com a notícia de Newmeyer (1986: 43), nenhum editor aceitou publicar o texto nessa época. Só 10 anos depois, a Doubleday aceitou torná-lo público, sob o novo título de *Linguistics and your Language*.

A valorização da dimensão social e interacional dos idiomas que, entretanto, ocorre no âmbito dos estudos sobre a linguagem torna, todavia, claro que os julgamentos de valor sobre a língua fazem parte integrante do seu uso, sendo os sistemas de crenças e atitudes, bem como o seu impacto sobre os usos, igualmente passíveis de análise objetiva. É assim que, por exemplo, em 1971, Fishman (no trabalho *The Sociology of Language*) fala de «behaviour towards language» e, em 1972 (na obra *The Ecology of Language*), Haugen lança as bases de uma ecologia da linguagem, colocando o foco na coexistência e interação de línguas, comunidades e culturas (Garner, 2014: 112)⁶.

Por outro lado, também a importância crescente da planificação linguística, acompanhada da premência de, na modernidade, regulamentar e autorizar esse trabalho associando-o à linguística acadêmica, obriga a equacionar de modo diferente o conceito de prescritivismo. A intervenção dos planificadores tem de refletir os resultados da reflexão sobre a dimensão social da linguagem e legitima-se evocando o direito de indivíduos e povos a formas socialmente reconhecidas de comunicação verbal. A codificação de línguas minoritárias é, simultaneamente, causa e efeito dessa alteração de perspectivas.

Compreende-se, assim, o título que Fishman apresenta, em 2006, *DO NOT Leave your Language Alone* e o que o autor escreve no prefácio:

⁶ Na verdade, a valorização teórica da dimensão social, cultural, interacional, mas também bioneurológica das línguas tem vindo a traduzir-se na elaboração de diferentes propostas teóricas e terminológicas; é nesse contexto de reflexão que surge o conceito de *linguaging* com que Thibault (2011: 211), por exemplo, refere o «focus on the dynamics of real-time behavioral events that are coconstructed by coacting agents rather than the more usual view that persons “use” a determinate language system or code». Neste quadro de análise, «*linguaging* -language as an activity- is promoted as a *first-order* phenomenon, whereas what is usually referred to as language within linguistics -language as a symbolic and rule-governed system- is seen as a *second-order* construct or constraint on *linguaging* behavior. The term “language” therefore becomes an umbrella term encompassing both first and second order as two different but intimately related dimensions in this specific kind of behavior. Importantly, this approach entails an *inversion* of the traditional ontological order of language saying that firstly we have a “language system” which is then turned into use by “language users.” This is rejected arguing that first of all there is *activity*, and out of this *linguaging* activity “grows,” on longer evolutionary as well as socio-cultural timescales, language as a symbolic system-like constraint that highly influences *linguaging* behavior. (...) In that sense the term “language use” implies a pre-established system whereas *linguaging* designates activity or behavior as the primary ontological feature of language while also acknowledging the socio-cultural constraints making this activity something distinct—or different from other types of activity or behavior» (Jensen, 2014: 2).

In earlier and more innocent times, it was widely believed that language, just as any other gift from God, could neither be “planned” nor “improved”. (...) Today (...) [languages] are increasingly viewed as scarce national resources (not unlike flora and fauna, agricultural or environmental resources, and all other such improvable or alterable resources whose quality can be influenced by planned human intervention) (Fishman, 2006: ix)⁷.

Na verdade, e como salienta Cameron ([1995], 2000: 94 e 97), tanto o prescritivismo como o discurso antiprescritivista dependem de julgamentos de valor e se baseiam em noções particulares de como as línguas devem funcionar. Por outro lado, e não obstante o caráter estremado com que, por vezes, em determinados contextos epocais e epistemológicos, se manifestam as posições, é ténue a linha que separa as atitudes descritivas e as atitudes prescritivas. No primeiro caso, a circunscrição do *corpus* a sujeitar a uma descrição, que se advoga neutra, não fica isenta de um processo de seleção de variantes. Por outro lado, e do mesmo modo, as atitudes prescritivas só se compreendem na sequência da constatação da diversidade (Santos, 2016: 47-49 e 93-94).

É pela consciência desta fluidez e da dimensão sociológica e multiforme dos usos que os projetos mais recentes de descrição gramatical das línguas históricas tendem a legitimar-se explicitando a dinâmica variacionista das línguas para, a seguir, justificarem a seleção das variedades e variantes a partir das quais a língua histórica será descrita. Veja-se, na mais recente *Gramática do português*, a clarificação que é feita no capítulo introdutório da obra:

As línguas não são entidades monolíticas; ou seja, não são faladas do mesmo modo por todos os seus utilizadores. Pelo contrário, são entidades altamente diversificadas (...). Por motivos sociológicos, metodológicos e práticos, esta *Gramática* tem principalmente como objeto de estudo o português-padrão (Raposo *et al.*, 2013: XXV).

⁷ «An ecological approach sees language as an integral part of the complex of human behaviour, which comprises patterns that are learned through interaction within a community of users» (Garner, 2014: 112).

A opção por um determinado conjunto de variantes é defensável em vários planos: tem frequentemente razões históricas, promove a unificação, favorece a intercompreensão e é um requisito em áreas como a do ensino de língua ou a do tratamento computacional da língua (Peres/Móia, 1995: 36-40). É precisamente por esse processo de discriminação de formas concorrentes que os produtos codificatórios podem ser perspectivados como instrumentos de *language management*.

3. *Language management* e as primeiras produções gramaticais portuguesas

3.1. Objetivos e dados

No âmbito deste trabalho interessa-nos, então, observar o modo como os autores dos primeiros textos codificatórios portugueses (indivíduos instruídos, segundo os padrões da época) construíram e legitimaram a sua função de *language managers*, participando numa dinâmica de mudança de paradigmas e colaborando nos processos históricos de standardização e definição de uma norma.

Para tal, consideraremos não só textos gramaticais e ortográficos (formatos de delimitação então pouco precisa), mas também os textos apologéticos que acompanharam o processo de codificação (gramatização) do vulgar. A nossa análise resulta, concretamente, da leitura do texto *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), de dois textos de João de Barros (*Grammatica da lingua Portuguesa* e *Dialogo em louvor da nossa linguagem* [1540]), dos trabalhos *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa* e *Dialogo em defensam da mesma lingua*, de Pêro de Magalhães de Gândavo (1574), e dos textos *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576) e *Origem da lingoa portuguesa* (1606), de Duarte Nunes de Leão.

3.2. O início da codificação do português e a legitimação da descrição

A *Grammatica da lingoaem portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira e publicada em 1536, é o primeiro trabalho codificatório que, redigido em português, toma como alvo o português; esta língua histórica serve, portanto, de instrumento num domínio de uso muito particular e ascende, nesse momento, e pela primeira vez, a objeto de *notação*⁸.

Esse texto surge na época em que se vive, no espaço românico, a chamada *questão da língua*, em cujo âmbito se equaciona e defende a emancipação simbólica e funcional dos vulgares relativamente ao latim, língua até então dominante ou exclusiva em determinados espaços de uso.

Naquele contexto, em que a codificação da língua vernacular se torna premente, proclama-se insistentemente que, tal como as línguas clássicas, o vulgar constitui um sistema comunicativo estruturado que obedece a regras e que exhibe padrões reconhecíveis, sendo, por isso, igualmente passível de apresentação e fixação sob a forma de Arte. O português distingue-se, assim, do latim e dos restantes idiomas românicos, definindo-se, nos termos difundidos por Kloss (1967), como uma *língua por distanciação*.

São, então, recorrentes, e desde Fernão de Oliveira, formas de referir o português que traduzem esse *grito de independência* e enfatizam o valor identitário e patrimonial reconhecido ao idioma. Referimo-nos a expressões como: (i) *nossa linguagem* (Oliveira; Barros; Gândavo); (ii) *nossa gramática* (Barros); (iii) *nossa língua (portuguesa)* (Gândavo; Leão); (iv) *nossa linguagem portuguesa* (Gândavo).

Traduzem a mesma linha de argumentação excertos como os seguintes, nos quais os autores claramente atribuem ao idioma uma função decisiva na unificação e construção da identidade nacional:

⁸ Não obstante a designação de *Grammatica*, Fernão de Oliveira apresenta a obra como uma *notação*, a primeira da língua portuguesa. Escreve este autor (Oliveira, 1536: 2): «[esta] é a primeira anotação que Fernão d'Oliveira fez da Lingua Portuguesa».

Nas referências à obra de Oliveira e nas respetivas transcrições indicar-se-á a página da *Grammatica* indicada na respetiva edição crítica, aqui seguida, e não a página da obra editada em 2000 que inclui aquela (cf. Bibliografia).

(i) a lingua e a unidade della é mui certo apellido do reino, do senhor e da irmandade dos vassalos (Oliveira, 1536: 44);

(ii) sendo a nossa língua corrupta da Latina, e fazendo nós desta corrupção nova língua própria, e peculiar nossa (Leão, 1576: 51[v.]⁹).

Provada a individualidade do idioma, o gramático empenha-se na demonstração de que ao vulgar não ficam vedados domínios de uso. Não ausente dos textos codificatórios, a questão da superior qualidade da língua vulgar, que cumpre com eficácia e assinalável versatilidade estilística todas as funções comunicativas, constitui a ideia matriz de trabalhos apologéticos como os que escreveram Barros e Gândavo. Veja-se como essa ideia se exprime e fundamenta:

(i) E assi como a nossa lingua faz tudo quanto essoutras [o latim e o grego] com mais brevidade e facilidade e clareza, assi também é mais de louvar sua perfeição (Oliveira, 1536: 71);

(ii) ao idioma português cabe uma prerrogativa «sobre todas as linguágens presentes: magestade pera cousas gráues, e hũa eficácia baroíl que representa grandes feitos. (...) A linguágem Portuguesa, que tenha esta grauidade, nã p̃rde a força pera declarár, mouer, deleitár, e exortár a p̃arte â que se enclina: seia em quál quẽr gẽnero de escritura» (Barros, 1540 – *Dialogo em louvor*¹⁰: 54[v.]-55[v.]);

(iii) a língua portuguesa «para tudo tem graça e energia, e he capaz de nella se escreuerem todas as materias dignissimamente, assi em prosa como ã verso» (Leão, 1606: 132).

⁹ Com [v.] indica-se o verso da página cuja numeração se apresenta. Em todos os casos em que se trata de uma secção não numerada no texto, indica-se, o respetivo título (por vezes, e pela sua extensão, apresentado sob uma forma abreviada).

¹⁰ Nas referências à obra de Barros e nas respetivas transcrições, indicar-se-á não só o ano de publicação da edição original, mas, igualmente, o texto em causa (*Grammatica* ou *Dialogo em louvor*). O número de página que então virá indicada corresponde ao da edição original de cada texto.

Assim, a elaboração do texto codificatório sobre o vulgar representa, por si só, um ato de *language management*, na medida em que reflete, mas também promove, uma mudança de paradigma ideológico (de crenças) e de práticas.

O nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, é, então, um *language manager* e mostra perfeita consciência do interesse da Arte para o aperfeiçoamento ou elaboração do idioma, ao mesmo tempo que lida com a ideia, estruturante, de que são os homens (seus utilizadores) que fazem a língua (Oliveira, 1536: 7). A importância que Oliveira atribui ao papel interventivo do falante fica bem patente na afirmação de que «as linguas grega e latina primeiro foram grosseiras; e os homens as poseram na perfeição que agora têm» (Oliveira, 1536: 7-8).

No contexto epocal em que este trabalho se desenvolve, a autoridade dos agentes codificadores começa por emanar do carácter de missão com que se apresenta a gramatização do vulgar.

Assim, Fernão de Oliveira afirma dever essa tarefa à qualidade da língua portuguesa («nossa antiga e nobre lingua» [Oliveira, 1536: 8]) e à nobreza dos homens que a falam (o português é a «lingua de tão nobre gente e terra como é Portugal» [Oliveira, 1536: 2]). De modo mais enfático ainda, Nunes de Leão enaltece a tarefa de dar a uma língua, pela primeira vez, a forma de Arte, escrevendo: «reduzir a regras geeraes, e poer em arte hũa lingoa, que atequi não teue arte, he cousa ardua, e grauissima, e se se bẽ faz, heroica» (Leão, 1576: *Ao muito illustre [...]*).

O reconhecimento do valor da língua na construção do Império e no trabalho, *glorioso*, de cristianização colabora igualmente no desenho desta ideologia de missão. Deste modo, e tal como vemos em Nebrija, Oliveira argumenta que o estudo da língua vulgar, o seu cultivo e unificação é garante da perpetuidade do reino, dos feitos dos seus homens e um contributo para a unificação harmónica do Império:

apuremos tanto a nossa [língua] com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes. E sempre seremos dellas louvados e amados, porque a semelhança é causa do amor e mais em as linguas (Oliveira, 1536: 10).

Com a mesma intenção, escreve Barros:

As armas e padrões portugueses póstos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas (...), materiâes sam, e podeâs o tempo gastar: però nã gastará doutrina, costumes, linguágem, que os portugueses nestas tẽrras leixárem» (Barros, 1540 – *Dialogo em louvor*: 58).

Por outro lado, e porque a codificação do vulgar decorre da sua emancipação relativamente ao latim, o uso/o costume, que tem *gram força acerca das cousas* (Barros, 1540 – *Grammatica*: 14) e *não carece de razão* (Leão, 1576: 52), é recorrentemente convocado nos primeiros textos gramaticais, servindo inclusivamente para integrar, aceitando como natural esse fenómeno, os resultados de processos de mudança:

Estes [os nomes que fazem o plural em -ãos] guardam sua antiguidade em tudo, e aquelloutros só no plural, cuja mudança assi como doutras muitas cousas não estranhemos, porque também o falar tem seu movimento, diz Marco Varrão, e muda-se quando e como quer o costume (Oliveira, 1536: 68).

Nesta ótica, o codificador assume o papel de *notador* da língua, que é feita pelos homens, como escreve Oliveira, ou em que o povo tem jurisdição, como afirma Leão (1606: 2-3). Da força desse uso extrai o autor a sua autoridade, ao mesmo tempo que assim se estabelecem limites ao discurso gramatical, impedido de se impor de forma arbitrária:

em cada lingua notemos o proprio do costume della [como admoesta Quintiliano]; ca esta arte de grammatica em todas as suas partes (...) é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada despois que os homens souberam falar e não lei posta que os tire da boa liberdade (Oliveira, 1536: 59).

Muito expressivamente, Oliveira considera, então, elementos de validação o *consentimento da orelha*, os *costumes próprios* do português, a *experiência da nossa língua* (argumento que chega a ser superior ao da autoridade de Quintiliano, uma das inspirações do gramático), a *experiência e propriedade das nossas vozes*.

A valorização do uso faz com que, muitas vezes, o costume (a tradição) seja, mesmo, o único fator de legitimação de formas ou estruturas, levando o

gramático a tolerar variantes sobre as quais tem reservas e a aceitar formas que se subtraem ao princípio da razão e à aplicação das regras que enuncia:

(i) Item se ha de aduertir acerca d'estes articulos outra cousa, a que **não se pode dar razão, senão pedilo assi a orelha e costume**, que a algũs nomes de prouincias ajuntamos articulos, e a outros não (Leão, 1576: 65);

(iii) quero dizer que também só de costume, sem mais **outra necessidade** se acrescentam alghũas outras letras em alghũas partes (Oliveira, 1536: 21-22);

(iii) E portanto em *quando* com liquida e em *queixume* e *quina* escrevamos *q*, ainda que o meu parecer era que nestes derradeiros, pois não soa letra liquida, não se escrevesse senão assi: *qeixume* e *quina*, e assi outros semelhantes. E porém o **costume val muito**, sem o qual a escritura por ventura ficaria duvidosa (Oliveira, 1536: 24);

(iv) E pelo costume (que **nisto sempre hemos de seguir**) ficarão fora das dictas regras, taballiães, e scriuães que, por a dicta analogia, houuerão de fazer, taballiões, e scriuãos (Leão, 1576: 30[v.])¹¹.

A consideração do uso confronta, no entanto, o descritor/codificador com *corpora* distintos e coexistentes, desencadeando processos de seleção de variantes que configurarão um *corpus* de referência. Com essa *gramática* se irão confrontar outras, classificadas como *viciosas* ou menos *dignas*.

É no quadro desta diversidade que a reflexão metalinguística, sob a configuração de texto codificatório, se institui como uma forma de *organized management*, tendo como foco os comportamentos linguísticos observados. Remetendo para a conceção de gramática como «arte que ensina a bem ler e falar» (Oliveira, 1536: 8), o codificador atribui-se a função de ajudar os seus contemporâneos a dominarem a melhor forma de falar e escrever e reivindica, para o seu texto, um interesse fundamentalmente prático. É a ideia de uma

¹¹ Os destaques a negrito são da nossa responsabilidade.

função socialmente relevante da obra codificatória que, nesta outra perspectiva, confere autoridade ao *language manager*.

Assim, no seu texto, Oliveira informa que pretende registar (*notar*) os usos da língua portuguesa («o proprio do costume della» [Oliveira, 1536: 59]), mas acrescenta que essa notaçãõ deverá servir para *resguardar* e *ensinar*, competindo à Gramática aperfeiçoar o idioma com *boas doutrinas*:

(i) apliquemos nosso trabalho à nossa lingua e gente (...) apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes (Oliveira, 1536: 10);

(ii) E assi é verdade que a arte nos pode ensinar a falar milhor, ainda que não de novo: ensina aos que não sabiam e aos que sabiam ajuda (Oliveira, 1536: 59).

A esta apresentação da função orientadora da gramática feita por Fernão de Oliveira correspondem, noutros autores, atitudes prescritivas de maior explicitude, assumindo-se que à gramática (e ao gramático) compete não só orientar usos, como também *corrigir* hábitos viciosos. Observamos, aqui, que o codificador se integra numa linha de *complaint tradition*, da qual extrai a legitimação do seu trabalho. Assim, Gândavo escreve:

E porque nesta parte os mais dos Portugueses são muy estragados e viciosos, e com innumeraueis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunçiaõ desta nossa linguagem Portuguesa, quis fazer estas regras da orthographia (...) pera com ellas aproueitar a toda pessoa que as quiser seguir (Gândavo, 1574 – *Regras que ensinam*: 5-6)¹².

No mesmo tom, Nunes de Leão fala de práticas bárbaras, de ignorância e de negligência, no domínio da ortografia e da pronunçiaõ, afirmando que escreve o seu texto (a *Origem da lingoa portuguesa*, neste caso concreto)

¹² Nas referências à obra de Gândavo e respetivas transcrições indicar-se-á não só o ano de publicação das edições originais, mas, igualmente, o texto em causa (*Regras que ensinam* ou *Dialogo em defensam*). O número de página que então virá indicado corresponde ao da obra onde os dois textos são editados (cf. lista final de Bibliografia citada).

«perque de hoje em diante se poderá fallar mais polido, e screuer mais concertado» (Leão, 1606: *Ao invictissimo e catholico [...]*). A expressão *policia*, para se referir ao controlo e aprimoramento da língua, é frequentemente usada por este ortógrafo, para quem a descrição gramatical assume um carácter nitidamente regulamentador.

Os limites deste *corpus* de referência definem-se fundamentalmente, e desde o princípio da codificação do português, por critérios de natureza sociocultural, surgindo a fala como modo de distinção não só dos homens relativamente às outras espécies, mas dos homens entre si¹³:

Hũa das mais apparêtes vantagens, que os homens fazem aos brutos animaes, he a falla, e as palauras com que hũus a outros exprimem seus conceptos. E assi como os homens nisso excedem aos brutos, tanto entre si hũus dos outros se auantajão, quanto na policia, e arte das palauras mostram ser superiores. Estas são o toque, em que se vee o valor das pessoas, e a differença, que ha do nobre ao plebeio, do auisado ao indiscreto, e do vicioso ao bem instituido (Leão, 1576: *Ao muito illustre [...]*).

Assim, reconhecendo no uso, que tudo faz aceitar, um papel fundamental¹⁴, Oliveira previne que considerará, na sua *notação* da língua portuguesa, a língua mais acostumada dos *melhores dela*; estes, esclarece ainda, são os que *mais leram, viram e viveram*. Deste modo, apesar da constatação de que «não ha cousa tão aspera que o uso não abrande», o gramático apela a que

¹³ Esta é uma ideia que ganha destaque no contexto do paradigma ideológico dos finais do século XVIII, como destaca Haßler (2002: 564) relativamente a textos de natureza metalinguística então produzidos em França: «Sin mencionar el nombre de Descartes se acepta la idea cartesiana de que el habla constituye al ser humano, aportando a esta idea una dimensión original e importante: el arte del habla y su ejercicio asegura la perfectibilidad del hombre».

¹⁴ Não obstante o reconhecimento do valor determinante do uso, um princípio que poderemos interpretar como de *patriotismo linguístico* (falar *mais português*) leva o gramático a contestar determinados hábitos, como se pode observar no comentário que Oliveira faz a propósito do emprego do artigo castelhano na expressão *el-rei*: «[não] lhe havíamos de chamar senão *o rei*, posto que alguns doces d'orelhas estranharão este meu parecer, se não quiserem bem olhar quanto nelle vai. E contudo isto abasta para ser a minha melhor musica que a destes, porque o nosso rei e senhor, pois tem terra e mando, tenha também nome proprio e destinto por si; e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal mesturada mas bem apartada» (Oliveira, 1536: 63).

«não se faça lei do costume dos piores, porque as falas dos que não sabem farão escarneio de si mesmo e de quem as faz e usa» (Oliveira, 1536: 51).

O que Oliveira aqui nos oferece é a manifestação da tensão, sempre atual, mas também antiquíssima, e da qual Quintiliano (séc I-II), modelo de Oliveira, fornece um exemplo precoce, entre descritivismo e prescritivismo no quadro da reflexão sobre a linguagem: estabelece-se uma correlação entre a aceitabilidade ou a correção e o uso (Oliveira fala dos *usos mais acostumados*), mas clarifica-se que o uso em causa é o exibido por uma elite educada, que assim passa a funcionar como modelo (Edwards, 2014: 422).

De modo semelhante, Barros fala do uso exemplar dos barões doutos, a quem atribui a autoridade (a gramática é «hũ módo çerto e iusto de falar, e escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos» [Barros, 1540 – *Grammatica*: 2]) e Leão (1576: 54-54[v.]) escreve que os doutos «são os que fazem o costume», ao mesmo tempo que destaca o poder legislador e orientador da corte:

eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palauras, e nos diphtongos, e pronunçiação que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingua Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia e na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, e corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, e pulem, e donde manão pera os outros homẽs, o que nunca honue em Galliza (Leão, 1606: 32).

A corte é, portanto, convocada aqui como uma referência em termos linguísticos e como a fonte, autorizada, a partir da qual se difundem formas e estruturas linguísticas positivamente avaliadas (Santos, 2006: 417). Reconhece-se, assim, a capacidade orientadora e interventiva de entidades não individuais, definindo-se uma linha de *language management* organizado e *institucional*, da qual o texto codificatório se aproxima.

O reconhecimento de formas autorizadas de intervenção sobre a língua depreende-se, também, da referência explícita em alguns dos textos à atuação e empenho, no domínio das letras e da cultura, de figuras como D. Dinis e D. João III, no caso de Portugal, e D. Afonso X, o Sábio, no caso de Castela. Naturalmente, mais do que os gestos particulares destas individualidades, está

em causa o impacto das suas iniciativas legislativas e das suas práticas, no que à língua diz respeito. Considerem-se, a este propósito, os seguintes excertos:

(i) se com a necessidade dos tempos alghũa hora [a nossa terra] se não acupou tanto em letras por se defender de seus imigos, logo como teve paz em tempo do mui nobre rei dom Dinis tornou aos estudos para que cria os milhores juízos que todas as nossas terras nossas vezinhas (Oliveira, 1536: 9);

(ii) Estes (...) estudos neste tempo deste nosso glorioso principe muito mais favorecidos que em nenhum outro tempo nem terra avivemos nós com gloria de nossos tempos (...) apliquemos nosso trabalho à nossa lingua e gente e ficara com maior eternidade a memoria delle (Oliveira, 1536: 9-10);

(iii) Era a lingoa Portuguesa na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, e mui curta, e falta de palauras, e cousas (...). Polo que sua meninice foi (...) ate o del Rei dom Dinis de Portugal que teue algũa policia, (...), e compos muitas cousas em metro aa imitação dos Poetas Proençaes, como se melhorou a lingoa Castelhana, em tẽpo del Rei dom Afonso o sabio seu auo (...). E assi se foraõ ornando ambas as lingoas, Portuguesa e Castelhana ate a policia em q̃ agora estão (Leão, 1606: 32-33).

Do mesmo modo, participam na validação dos projetos codificatórios e da autoridade do gramático os paratextos que acompanham os trabalhos de gramatização e que os autores dedicam a figuras proeminentes da nobreza e da cultura portuguesas:

- i) Oliveira dedica o seu texto a D. Fernando de Almada, de cujo filho foi mestre e cuja nobreza e antiguidade de linhagem colaborará, crê o gramático, no engrandecimento da língua portuguesa;
- ii) Barros dirige-se, na sua obra, a D. Filipe, príncipe e *rei em esperança* daquela língua que, em tenra e delicada idade, mais natural e mais obediente lhe deveria ser;
- iii) na sua *Orthographia*, Leão escreve considerações introdutórias endereçando-as a Lourenço da Silva, ao serviço de quem coloca os seus préstimos; já em *Origens*, surge uma Dedicatória a D. Filipe II de Portugal, de quem Leão espera aprovação e proteção;

- iv) Gândavo dedica o seu trabalho a D. Sebastião, evocando, para tal, duas razões: a natureza da obra (elaborada para a defesa do idioma vulgar) e a qualidade de que a língua se revestirá por via do uso que dela fará o monarca: este, que a *bonra e engrandece muito* «pella professar e ser senhor da mesma nação» (Gândavo, 1574 – *Regras que ensinam*: 4)

Evocar a autoridade da razão e da analogia, princípios aos quais se deve conformar o costume *vulgar*, é igualmente uma estratégia a que, por outro lado, o gramático recorre para legitimar os seus preceitos e justificar os seus propósitos de intervenção sobre os usos:

Assi q̃ ainda q̃ da vulgar gẽte vejamos, q̃ sta recebido, screueremse d'outra maneira, como não deuem, attreuamonos a os screuer, como deuem sem medo, e por mem-posteiro, digamos mamposteiro, por sorodio, serodio, e por bernio, hybernio, q̃ o vso tudo vem abrãdar, e fazer corrente, e natural. E reuendiquemos, e restituamos a seu lugar os vocabulos, e façamos costume do q̃ consiste ẽ razão, e analogia. Porq̃ em nenhũa cousa pode mais o costume, que na orthographia, e nas palauras, q̃ se mudão, e varião como as moedas (Leão, 1576: 62-62[v.]).

A autoridade do gramático leva-o, mesmo, a condenar usos não exclusivos dos vulgares e a defender que a regra se impõe sobre o uso preferido pela comunidade linguística:

Que tenhamos grande tẽto nos vocabulos, em q̃ entra .c.s. e .z. Porẽ a mais da gente, e não soo a vulgar, se engana na scriptura, confundindo estas letras, e poendo hũas por outras, sem distinção, sendo ellas diferentes, e distantes na pronunciação, e natureza (Leão, 1576: 58).

Na verdade, e não obstante a centralidade que o autor ocupa no texto, Oliveira não deixa de identificar, na *Grammatica da lingoagem Portuguesa*, personalidades suas contemporâneas (que farão parte do grupo dos que *mais leram, viram e viveram*), a quem reconhece autoridade no domínio da legitimação das variantes linguísticas e da regulação idiomática. Mestre Baltasar, Garcia de Resende e João de Barros são apresentados pelo gramático como personalidades «não de pouco respeito na nossa lingua» pelo que «se ha de

fazer muita conta do costume de seu falar» (Oliveira, 1536: 47). Assim, a realização ouvida a mestre Baltasar esclarece a estrutura morfossintática (*como vem a saber*) do que soa, comumente como *convém a saber* e serve para corroborar o que Oliveira dissera acerca de determinadas formas sincopadas ou resultantes de assimilação (Santos, 2006: 404).

No entanto, noutros momentos, Oliveira não se coíbe de exprimir opinião diferente daqueles a quem reconhece erudição e saber, não aceitando que a autoridade destes se sobreponha à do uso comum e ao seu próprio juízo. Assim,

- i) contrapõe à realização *té* –forma que ouviu a Mestre Baltasar, que Barros defendeu e que Oliveira também encontrou no Cancioneiro português- a realização *até*, que considera conforme ao «costume da nossa lingua que é amiga d'abri-la boca» (Oliveira, 1536: 47) e que, portanto, surge devidamente sancionada;
- ii) rejeita determinadas variantes, negativamente avaliadas pelos falantes; no excerto «sendo eu moço pequeno, fui criado em são Domingos d'Evora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assi pronunciava segundo que o aprendera na Beira» (Oliveira, 1536: 71-72), Oliveira questiona a adequação da realização *som*, proposta como correta por Barros, para o resultado da forma latina SUM;
- iii) coloca reservas a opções que não coincidem com as suas: «antre nós eu não vejo alghũa vogal aspirada, se não é nestas interjeições *uba* e *aba* e nestoutras de riso *ha-ha*, *be*, ainda que não me parece ese bo riso português, posto que o assi escreva Gil Vicente nos seus *Autos*» (Oliveira, 1536: 19).

É nos textos apologéticos de Gândavo e Barros que a «excelência de escritores portugueses é convocada como forma não só de confirmar as qualidades (ou grau de elaboração) do idioma nacional, mas também de justificar a necessidade da sua codificação» (Santos, 2006: 540); Sá de Miranda, João de Barros, Frei Heitor Pinto, Luís de Camões, Diogo Bernardes, António Ferreira, são alguns dos escritores mencionados por Gândavo (1574 – *Dialogo em defensam*: 60-62) e cuja obra atesta a *gravidade*, *formosura* e plasticidade

do idioma vulgar. A defesa da língua integra, a partir desse momento, e na expressão de Fonseca (2000: 21-23), a sua legitimidade literária, transferindo-se esta, igualmente, para o produto codificatório, que anota e resguarda o idioma ferramenta de construção do património literário e cultural tomado como modelo.

A legitimação do texto gramatical constrói-se, por outro lado, por via da sua importância para mais uma mudança de paradigma; referimo-nos à valorização do idioma nacional no interior do sistema educativo e à questionação da primazia do latim no primeiro contacto com as letras. O estudo formal da língua materna e o seu cultivo apresenta-se, neste contexto, como devidamente autorizado pelo procedimento dos clássicos e tem uma motivação filosófica: «é pouco saber escoldrinhar as cousas alheas não nos entendendo a nós mesmos», escreve Oliveira (1536: 12), citando Plínio (Santos, 2006: 366). Valoriza-se, para além disso, a ideia de que, face às semelhanças estruturais (*de preceitos*) entre os dois idiomas, a aprendizagem do latim se tornará mais simples quando precedida da aprendizagem, por Arte, da língua materna. Transcrevemos o excerto da Dedicatória ao príncipe D. Filipe onde o gramático expõe o seu ponto de vista:

os mininos destes reinos, por lhe ser mãe e nam madrásta, mãe e nam ama, uóssa e nam alhea: com tanto amor receberam os preceitos della, que quando forem aos da grãmática latina e grega, nã lhe serão trabalhósos os que cada hũa destas tem, por a conformidãde que antrellas á. Como se pôde uer nestes preceitos da grãmática da uóssa lingua portuguesa (Barros, 1540 – *Grammatica: Ao muito alto* [...]).

Estamos, então, perante um tema em cuja abordagem Barros é o pioneiro e que vem a constituir, desenvolvendo-se pelos séculos seguintes, uma verdadeira *causa*.

Observe-se, por exemplo, que, em 1619, Amaro de Roboredo procede à descrição gramatical do português explicitando que o conhecimento, por Arte, da língua materna não só conduz a um domínio aprimorado desta, como é um facilitador da aprendizagem de qualquer outro idioma (Santos, 2006: 441). Um século mais tarde, em 1725, Argote, autor de *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, considera igualmente que a aprendizagem formal da

língua materna (ao serviço da qual se coloca a codificação do idioma) é um facilitador da aprendizagem do latim. Afirma, aliás, que a sua obra «he Portuguesa no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina» (Argote, 1725: *Prologo*), sendo o seu intuito «ensinar as regras da lingua Portuguesa para facilitar aos meninos a percepção, e o uso da Grammatica Latina» (Argote, 1725: *Introducçam [...]*). Por outro lado, ainda na segunda metade do séc. XVIII, Lobato prossegue a defesa do ensino da língua materna, assim justificando igualmente a necessidade de codificar a língua portuguesa. Escreve este autor (Lobato, 1802: VII):

[a] muitos parecerá desnecessaria a presente Grammatica, por entenderem, que para se fallar perfeitamente a lingua Portuguesa basta sómente o uso, sem necessidade de recorrer a regras, a que só lhes parece que estão sujeitas as línguas Grega, e Latina (...). Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros: segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente.

O codificador é, então, e desde o início da gramatização do português, o promotor desta outra forma de validação do idioma nacional, estando a sua atividade ao serviço do que hoje chamaríamos uma forma de política linguística e de *organized management*.

O trabalho de definição do *corpus* a considerar e a explicitação de propósitos interventivos junto dos contemporâneos tornam, em suma, o gramático (desde Oliveira) um agente fundamental num processo de *language management* orientado para a fixação e aprimoramento do idioma. Ao longo dos textos gramaticais observados surgem, então, manifestações explícitas, mais ou menos modalizadas, de uma autorresponsabilização, que representa, na verdade, a assunção da própria autoridade:

(i) O **remedio** que **eu a isto posso dar** é este (Oliveira, 1536: 13);

(ii) a **interpretação** que já demos deste nome *liquido* é melhor (Oliveira, 1536: 21);

(iii) Ainda que nesta nossa linguagem pela corrupção dos vocábulos, vsão muito poucas vezes, ou quasi nunca de c, ante t: mas quando o vocabulo o tem de sua

origem, e assi inteiramente foy vsurpado do latim pera nosso vso, não sera desnecessario, nem inconueniente vsallo (como algũs querem dizer) antes vsandose (**como digo**) nos taes vocabulos, sera muita perfeição (Gândavo, 1574 – *Regras que ensinam*: 22-23);

(iv) E ainda que destas duas maneiras se vse, e a pronunciação toda seja hũa, todavia **como eu digo** sera melhor vsado, pois estas são as letras de sua natural origem com que se deuem escreuer (Gândavo, 1574 – *Regras que ensinam*: 30)¹⁵.

4. Conclusão

A extrema complexidade que envolve o uso das línguas naturais permite, entre outros questionamentos, distinguir duas orientações nos estudos linguísticos. Jernudd e Nekvapil (2012: 16) confrontam do seguinte modo dois tipos de enfoque: de um lado, trabalham aqueles que constroem gramáticas procedendo a generalizações a partir dos dados fornecidos pelos enunciados linguísticos; do outro lado, colocam-se os estudiosos que analisam o comportamento dos indivíduos para com os enunciados e as línguas, que observam o modo como os falantes gerem (*manage*) o seu discurso, avaliam a língua e os seus traços e idealizam ou procedem a ajustamentos.

A este segundo objeto de trabalho aplicam os autores a expressão *language management behaviour* e foi a observação das formas assumidas pelas suas manifestações que orientou a nossa leitura das obras codificadoras portuguesas selecionadas.

Considerámos, então, que entre os agentes dos processos de *language management* encontramos indivíduos e entidades com diferentes perfis e finalidades e que os projetos codificatórios, pela sua natureza, facilmente funcionam como instrumentos ao serviço de uma causa de unificação e standardização.

Num contexto em que a gramatização do português é desencadeada por uma mudança profunda de paradigmas e em que essa iniciativa se coloca explicitamente ao serviço da dignificação e elaboração da língua vernácula,

¹⁵ Os destaques a negrito são da nossa responsabilidade.

a figura do codificador ganha uma considerável centralidade: o gramático apresenta-se ao serviço de uma causa e a sua autoridade decorre fundamentalmente da missão que assume e da qualidade simbólica do *corpus* (do uso) que elege. Embora, em determinados casos, se reconheça o prestígio cultural e linguístico de alguns, o gramático não deixa de exercer o seu papel de mediador, contrapondo-lhes opiniões e usos socialmente validados.

Em qualquer dos casos, ao longo do século XVI, o *language manager* assume duas funções essenciais: promover a elaboração da língua, dando conta dos seus recursos e estimulando atitudes positivas, e orientar usos, corrigindo vícios.

Referências bibliográficas

- ARGOTE, Contador de (1725): *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Muyto accrecentada, e correcta. Segunda impressão. Lisboa occidental, na Officina da Musica.
- BARROS, João de (1540): *Grammatica da lingua Portuguesa*. Olyssippone. Apud Lodouicum Roriguï Typographum. In Leonor Buescu (1971): João de Barros. *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CAMERON, Deborah ([1995] 2000): “Problems of ‘Prescriptivism’”. In: Lucy Burke *et al.* (eds.), *The Routledge Language and Cultural Theory Reader*. London/New York: Routledge, 93-99.
- EDWARDS, John (2014): “Language management agencies”. In: Bernard Spolsky (ed.), *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 418-436.
- FISHMAN, Joshua, 2006: *DO NOT Leave your Language Alone*. Mahwah: Lawrence E. A. Publishers.
- FONSECA, M. do Céu Brás da (2000): *Historiografia linguística do século XVII: as unidades de relação na produção gramatical portuguesa*. Dissertação de doutoramento em Linguística Portuguesa, apresentada à Universidade de Évora.

- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1574): *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*. Em Lisboa, na Officina de Antonio Gonsaluez. Edição fac-similada da 1.^a edição, com Introdução de M. Leonor Buescu. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- GARNER, Mark (2014): “Language rules and language ecology”, *Language Sciences*, 41, 111-121.
- HÄBLER, Gerda (2002): “Textos de referencia y conceptos en las teorías lingüísticas de los siglos XVII y XVIII. In Miguel Ángel Esparza Torres *et al.* (eds.), *SEHL 2001. Estudios de Historiografía Lingüística*. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 559-586.
- JENSEN, Thomas W. (2014): “Emotion in languaging: languaging as affective, adaptive, and flexible behaviour in social interaction”, *Frontiers in Psychology*, 5, 1-14.
- JERNUDD, Björn/Jiří Nekvapil (2012): History of the field: a sketch”. In Bernard Spolsky (ed.), *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 16-36.
- KLOSS, Heinz (1967): “Abstand languages and ausbau languages”, *Anthropological Linguistics*, 9, 7, 29-41.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1576): *Orthographia da lingoa portuguesa*. Em Lisboa, per João de Barreira impressor delRei N. S.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1606): *Origem da lingoa portuguesa*. Em Lisboa: Impresso per Pedro Crasbeeck.
- LOBATO, António José dos Reis (1802): *Arte da grammatica da lingua portugueza*. 5.^a impressão. Lisboa na Regia Officina Typografica. Edição crítica por Carlos Costa Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- MILROY, James (2001): “Language ideologies and the consequences of standardization”, *Journal of Sociolinguistics*, 5/4, 530-555.
- NEUSTUPNÝ, J. V./JIŘÍ NEKVAPIL (2003): “Language management in the Czech Republic”, *Current Issues in Language Planning*, 4, 3-4, 181-366.
- NEUMEYER, Frederick J. (1986): *The Politics of Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática, por Amadeu Torres e Carlos Costa Assunção. Lisboa:

- Academia das Ciências, 2000 (para os excertos transcritos no texto, recorre-se à edição crítica).
- PERES, João Andrade/Telmo Mória (1995): *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- RAPOSO, Eduardo *et al.* (orgs.) (2013): *Gramática do português*, vol. I. Lisboa: FCG.
- ROBOREDO, Amaro de (1619): *Methodo grammatical para todas as linguas*. Em Lisboa per Pedro Craesbeeck. Fac simile editado por Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- SANTOS, Isabel A. (2006): *Norma e codificação. A produção linguístico-gramatical portuguesa*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, apresentada à Universidade de Coimbra.
- SPOLSKY, Bernard (2007): "Towards a theory of language policy", *Working Papers in Educational Linguistics*, 22/1, 1-14.
- THIBAUT, Paul J. (2011): "First-order languaging dynamics and second-order language: the distributed language view", *Ecological Psychology*, 23, 210-245.

(Página deixada propositadamente em branco)

SECÇÃO III

(Página deixada propositadamente em branco)

MARILZA DE OLIVEIRA

Universidade de São Paulo

marilza@usp.br

ORCID: 0000-0003-3279-3423

**MUDANÇA, ESTANDARDIZAÇÃO E O
SIGNIFICADO SOCIAL DA ÊNCLISE PRONOMINAL
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

**CHANGE, STANDARDIZATION AND SOCIAL
MEANING OF PRONOMINAL ENCLISIS
IN BRAZILIAN PORTUGUESE**

RESUMO: Nos últimos anos surgiu um grande número de trabalhos sobre a colocação pronominal no Português Brasileiro dentro da abordagem da sociolinguística. Alguns exploraram o uso vernacular (a próclise); outros focaram o padrão linguístico (ênclise), e argumentaram que as elites brasileiras adotaram a gramática do Português Europeu (Pagotto, 1998). Este artigo pretende defender que essa interpretação se assenta mais como efeito que as gramáticas normativas produzem nos falantes do que como realidade. Comparando os usos de escritores portugueses e brasileiros, e os usos destes com os do grupo político mostramos a construção de uma orientação de mundo compartilhada por seus integrantes, uma comunidade de prática. Desenvolvendo a ideia de que a prática linguística produz e reproduz significados sociais, propomos que as elites oitocentistas usavam diferentes variáveis – usos locais – para alcançar uma identidade de grupo. Esta pesquisa explora a colocação pronominal em discursos parlamentares e mostra que o uso da ênclise em sentenças infinitivas preposicionadas carrega em nível local um significado social. Argumentamos que a ênclise é um índice social de um modo distintivo de falar pautado nas relações entre os grupos estabelecidos e *outsiders* (Elias, 2000).

Palavras-chave: colocação pronominal, variação, discurso parlamentar

ABSTRACT: In recent years an increasing number of papers have used sociolinguistic approaches to clitic placement in Brazilian Portuguese. Some papers have explored the vernacular use (proclisis); others have focused on standard use (enclisis) and argued that the upper classes have adopted European Portuguese grammar (Pagotto, 1998). This paper argues that this interpretation relies more on being an effect that the grammars produce that are different from reality. Comparing Portuguese writers' uses to those of Brazilians ones, and these to political groups, we show the construction of a shared orientation to the world

around them, a community of practice. Drawing on the idea that linguistic practice produces and reproduces social meaning, we propose that the upper classes in the eighteenth century used different variables – local ones – to achieve a group identity. This research explores clitic placement in parliamentary discourse and shows that the use of enclisis in infinitive sentences preceded by a preposition carries a social meaning on a local level. We argue that the enclisis is a social index of a distinctive way of speaking that is based on the relationships between established group and outsiders (Elias, 2000).

Keywords: clitic placement, variation, parliamentary discourse

1. Introdução

Em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto joga no ventilador as mazelas da imprensa carioca na virada do século XIX para o XX. Dentre as tantas críticas acerbas feitas pelo escritor à imprensa à qual atribuía o epíteto de “quarto poder fora da Constituição” lá estava a língua portuguesa em impagável cena que desmascarava o ambiente hostil e a pretensa harmonia das divisões de funções:

De seção para seção, a guerra era terrível. A revisão dizia que a redação era analfabeta; a tipografia acusava ambas de incompetentes; e até a impressão, que não lia nem via originais, tinha uma opinião desfavorável sobre todas as três.

A redação não perdoava a menor falha da revisão. (Barreto, 2010:199)

Em um período em que o jornal acolhia os puristas em suas colunas de consultoria gramatical e publicava versos, folhetins e crônicas de literatos que também se dedicavam à composição de anúncios publicitários, a língua era a ponta de lança nos ataques aos colegas dentro de um mesmo jornal e entre os concorrentes.

Por creditar o aumento da tiragem do jornal rival ao uso do português popular, o diretor-proprietário de *O Globo* ordenou que se passasse a régua na língua padrão culta: «_ Não quero mais gramática, nem literatura aqui!... Nada! Nada! De lado essas porcarias todas... Coisa para o povo, é o que eu quero!» (Barreto, 2010: 208). Ao ser retrucado pelo gramático de plantão que insistia no uso da variante culta para não empobrecer o “idioma de Barros e Vieira”, o diretor reagiu prontamente afastando esses modelos em favor do

vernáculo brasileiro: «Qual Barros, qual Vieira! _ Isso é brasileiro _ coisa muito diversa!» (Barreto, 2010: 208)

A opção pelo vernáculo brasileiro forneceu artilharia para o *Jornal do Comércio* que denunciou o concorrente como inimigo declarado da colônia portuguesa assentada na capital brasileira de então, o Rio de Janeiro. Alegava que *O Globo* rejeitava redatores portugueses, fornecendo como prova da denúncia o material linguístico local refletido nos textos.

Essa acusação que caiu como uma bomba, afinal, a colônia portuguesa dominava o comércio mais alto na Capital e, por consequência, era o maior cliente em anúncios publicados na imprensa, alterou os planos do diretor que encomendou a contratação de um redator diretamente de uma livraria em Lisboa¹: «Vocês sabem, sem português, nada aqui vai adiante. Os patrióticos exigem, é justo: eles são talvez trezentos mil, pagam rios de dinheiro em anúncios_ É justo!» (Barreto, 2010: 213)

A pressão da colônia portuguesa, sem dúvida, impedia o alçamento do vernáculo brasileiro como variante modelar. Se o Brasil acolhia levas e levas de população portuguesa analfabeta, também abria suas portas a um corpo altamente letrado de republicanos que escapando às perseguições monarquistas² encontravam asilo empregatício na imprensa brasileira, formando uma bancada defensora – ainda que tacitamente – do Português Europeu.

A discussão sobre o padrão linguístico a ser usado pela imprensa sinaliza o reconhecimento já naquele período de diferenças entre as variedades de Português Europeu (PE) e Brasileiro (PB), as quais foram confirmadas pelas pesquisas linguísticas que apontam o final do século XIX como marco da normatização linguística (Pagotto, 1993, 1998, entre outros) e da formação de uma variedade linguística brasileira (Tarallo, 1983) que passaria a modelar a norma literária brasileira (Maia, 2017).

Os estudos que enfocam o vernáculo e têm por temática a colocação pronominal identificam a singularização da variedade brasileira na escolha da próclise generalizada em oposição à preferência pelo uso enclítico da varie-

¹ O escritor diz que só anos após o evento seria mais fácil contratar o português letrado no Brasil.

² Com a mudança de regime, os monarquistas perseguidos passaram a aportar no Brasil.

dade lusitana que licencia a próclise em apenas alguns contextos linguísticos (Cyrino, 1993, entre outros), além de vários outros fenômenos sintáticos (Kato, 1993).

No que concerne à normatização linguística da modalidade escrita, os trabalhos estão fundamentalmente voltados para a colocação pronominal (Pagotto, 1993, 1998; Schei, 2000; Pagotto/Duarte, 2005; Oliveira, 2011, 2013; Silva, 2012). Esses estudos têm mostrado a preferência, não pela próclise vernacular, mas pela ênclise.

Um importante referencial para a compreensão do quadro linguístico no Brasil oitocentista é a comparação da gramática dos textos constitucionais do Império (1824) e da República (1891). Pagotto (1998) interpretou a padronização linguística como um processo contrário à individuação brasileira: segundo o autor, a primeira Constituição traz sedimentos linguísticos mais próximos ao vernáculo brasileiro, como é o caso da próclise, da relativa cortadora, do locativo “aonde” e do quantificador “todo o”; já o texto republicano adota a ênclise, a relativa padrão, o locativo “onde” e o quantificador “todo”. Assumindo que a ênclise seja um traço de colocação pronominal notadamente lusitano, o autor defende a ideia de que as elites brasileiras em finais do século XIX em seu projeto de nação teriam adotado o Português Europeu (PE) como modelo linguístico, dando às costas ao vernáculo como forma de se afastarem dos demais segmentos da população. Teria havido, assim, uma escolha deliberada da colocação pronominal enclítica.

Mesmo sendo reconhecida pela originalidade a tese de que a colocação pronominal refrata as desigualdades sociais, a leitura de que as elites republicanas teriam aderido ao PE é objeto de controvérsia. Há sim, como bem lembra Pagotto, o aprofundamento do abismo que separa o vernáculo do padrão culto. Há também uma diferença entre os dois textos constitucionais brasileiros que deixam vaziar o abandono da próclise em favor da ênclise. Entretanto, não se pode extrair dessas rupturas a conclusão de que a identidade imposta pelas elites brasileiras tivesse operado com contornos lusitanos.

Se há uma filiação ao modelo linguístico português, essa deve ser buscada na Carta Imperial que foi lastreada na Constituição portuguesa de 1822, resultante do movimento constitucionalista do Porto (Cunha, 1987). Esse emparelhamento jurídico repercute na esfera linguística. Em uma rápida sondagem

da Carta Portuguesa detectamos o uso reiterado do quantificador “todo o” e da próclise em início de oração principal posposta a uma adverbial, tal como na Carta Imperial brasileira. Trata-se dos primeiros anos da autonomia política brasileira e não do conturbado período republicano em que não faltaram levantes contra a comunidade lusa em inúmeras províncias pelo fato de os portugueses ocuparem posições chave na administração civil e militar, e por dominar o comércio. Com efeito, a campanha antilusitana se intensifica na segunda metade do século XIX e avança no século seguinte (Ribeiro, 1994; Rowland, 2001; Souza, 2005; Carvalho, 2012; Marson, 2013), apesar dos esforços da Academia de Ciências de Lisboa em criar uma Confederação Lusobrasileira e do engajamento de João de Barros e de João do Rio na criação da revista *Atlântida* que congregava escritores brasileiros e portugueses, com a balança pendendo para o lado dos portugueses (Miranda, 2009).

Estranhamente a consolidação da autonomia política caminhava *pari passu* com o triunfo da ênclise, razão pela qual Pagotto insiste na dependência linguística com Portugal instanciada pelas elites brasileiras. Se, de fato, se deve falar em “elites brasileiras”, no plural, então a atitude linguística também deve vir no plural. Se o segmento que dominava a imprensa, que tinha por alvo o público da colônia portuguesa, pode ter se dobrado às exigências da presença de um redator lisboeta, as outras podem ter seguido trajetória diferente. A elite política teria o mesmo padrão modelar adotado pela imprensa? Há que se convir ainda que, do ponto de vista estritamente linguístico, a ênclise não é uma regra geral no PE; há vários contextos que facultam a próclise e outros que a exigem (Martins, 2000, 2013, entre outros).

Puxando a brasa para a nossa sardinha, pretendemos mostrar que a ênclise produzida por algumas elites brasileiras é balizada por uma norma de solução local usada como índice de marcação social do segmento que detinha os plenos direitos de cidadania – “grupo estabelecido”, nos termos de Elias e Scotson (2000). Dessa perspectiva, a ênclise potencializada na virada do século XIX-XX é mais um capital simbólico do grupo estabelecido do que o reflexo da pressão normativa que tomava como modelo o Português Europeu moderno. Por oposição, a próclise era a colocação pronominal dos *outsiders* às instâncias político-administrativas, como é o caso dos literatos que desfilavam nas esferas jornalísticas.

2. A codificação linguística: contornos indefinidos

Um rápido escrutínio do objeto linguístico nas gramáticas de Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1889) e Eduardo Carlos Pereira (1907)³ aponta uma diferença no tratamento da colocação pronominal. As regras de ordenação dos clíticos em Júlio Ribeiro são tabuladas pelo viés morfológico, com especial atenção ao modo e tempo verbal, às formas simples ou compostas do verbo e à marcação de pessoa (infinitivo pessoal). Da perspectiva sintática são elencadas o veto à presença do clítico na primeira posição da oração e a obrigatoriedade da próclise em orações finitas negativas. Dos exemplos acostados pelo autor, depreendemos a liberdade de colocação dos pronomes em contexto de infinitivas preposicionadas (sem *o* ter/sem tê-lo; sem *nos* poder ver/sem poder ver-*nos*/sem poder-*nos* ver).

Um traçado diferente é proposto por João Ribeiro (1889), que usa a lente da sintaxe para o tratamento da colocação pronominal. Focando apenas os casos da próclise, assinala as frases negativas, as orações subordinadas introduzidas pelo pronome relativo ou pelas conjunções subordinativas, a presença de quantificadores e de advérbios aspectuais. A atenção voltada exclusivamente para os contextos de obrigatoriedade de próclise dá pistas, por contraposição, do emprego da ênclise nesses contextos tal como registrou o gramático português, Júlio Moreira (1913), na variedade brasileira de língua portuguesa. Ribeiro não preceitua nem exemplifica o contexto de infinitivas preposicionadas.

Seguindo a trilha da sintaxe, Pereira (1907), que explicita a adoção dos clássicos portugueses como modelo e assinala o distanciamento dos escritores brasileiros a essas regras, investe no veto à próclise em início de oração e na sua imposição em frases negativas e em orações subordinadas. Acrescenta o emprego da ênclise em contexto de infinitivas preposicionadas encabeçadas por “a” e da próclise com as demais preposições, de forma modalizada: «É mais comunmente enclítico com os infinitivos regidos da preposição *a*. (...) Com as outras preposições é comum a próclise» (Pereira, 1907: 244).

³ As gramáticas de Júlio Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira foram utilizadas no Ginásio de São Paulo e a de João Ribeiro era adotada pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Ainda da perspectiva sintática, outros gramáticos, tais como Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), Otoniel Mota (1911) e Maximino Maciel (1918), apontam para a preferência do uso da próclise no contexto de infinitivas preposicionadas, sem atentarem para o tipo de preposição ou pronomes envolvidos.

Esse breve panorama indicia que as regras de colocação pronominal, a despeito das polêmicas linguísticas travadas nas últimas décadas do século XIX, não estavam bem assentadas. Para os propósitos deste estudo, sobressalta a falta de descrição da colocação dos clíticos em contexto de infinitivas preposicionadas nas gramáticas de Júlio Ribeiro (1881) e João Ribeiro (1889), e sua codificação – pela variação linguística – nas demais gramáticas. Essa variação encontra ressonância no português clássico, claramente evocado como modelo pelo gramático Pereira (1907), repelindo qualquer referência ao PE lusitano, não obstante assinalasse a existência de diferenças entre os usos linguísticos brasileiro e português.

Esses desenhos linguísticos ganham expressividade quando focamos as lentes para visualizar nas produções textuais a ordenação pronominal no contexto das orações infinitivas preposicionadas. Assim, nos limites desse ambiente sintático, passamos a descrever e analisar um conjunto de dados extraídos de discursos parlamentares proferidos no curso do século XIX. A amostra é constituída de 9 discursos parlamentares proferidos na Câmara Legislativa entre 1870 e 1880, integralizando o total de 365 páginas. Para a primeira metade do século, compusemos uma amostra de dois discursos proferidos nas duas primeiras décadas, em um total de 37 páginas.

Como objeto de investigação linguística, recortamos a ordenação dos complementos verbais na forma de pronomes átonos, doravante clíticos pronominais. Escolhemos como contexto sintático as infinitivas preposicionadas, como: começou a X falar-X; terminou de X falar-X; depois de X falar-X; para X falar-X em que o clítico, representado por X, pode ocupar a posição pré- ou pós-verbal. Foram levantados 164 dados, dos quais 143 em posição pré-verbal.

A seleção do contexto sintático das infinitivas preposicionadas obedeceu à necessidade apontada por Labov (2008) de recortar um ambiente saliente para o linguista, mas não para os falantes, para evitar distorções conscientes. Com efeito, na segunda metade do século XIX várias polêmicas e críticas surgiram em torno do tema da colocação pronominal, com foco na posição

inicial absoluta da oração e nas orações subordinadas. No contexto das infinitivas preposicionadas, como mostramos nesta seção, a variação era percebida pelos gramáticos, mas não era condenada ou incentivada, o que sugere um ambiente promissor para observar o comportamento real da ênclise.

Para evitar leituras enviesadas, eliminamos os tempos compostos, as ocorrências precedidas de negação, os contextos de locução com o verbo *haver* (*de*) e as infinitivas flexionadas. Como fatores condicionantes adotamos, do ponto de vista linguístico, o tipo de preposição e o tipo de pronome. Como este não se mostrou condicionante, concentramo-nos no tipo de pronome. Como fator extralinguístico, focamos a atenção na tendência política e na diferença entre grupos políticos e intelectuais.

Esses cuidados que tipificam a sociolinguística variacionista foram úteis para endossarmos o paradigma indiciário de Ginzburg (1989) que privilegia o olhar sobre “os dados negligenciáveis” somado à tese de que «o homem está amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu» (Geertz, 2011: 4). Estas duas orientações nos levam a buscar na ênclise nas infinitivas preposicionadas o marcador social da distinção da elite política brasileira, em contraste com as demais elites letradas que circulavam no Brasil.

3. Trajetórias de individuação do português culto brasileiro

Um dos trabalhos mais instigantes sobre a colocação pronominal no PB toma por amostra um conjunto de cartas pessoais oitocentistas entre os componentes de uma família de elite brasileira vivente na Capital federal do oitocentos (Rio de Janeiro). As cartas de Cristiano Ottoni, senador do Império e depois da República, e de sua esposa Bárbara aos netos trouxeram à luz o peso do gênero (Pagotto/Duarte, 2005). Bárbara faz uso de uma sintaxe peculiar ao vernáculo contemporâneo, como próclise em início (absoluto ou não) de oração, próclise ao verbo não flexionado de grupos verbais e próclise em orações infinitivas preposicionadas (2/2)⁴. Por sua vez, o senador faz uso

⁴ As duas ocorrências de próclise repetem a exortação “Continue para nos dar muitos gostos”, também usada pelo senador.

da ênclise nos mesmos contextos, inclusive nas infinitivas preposicionadas (89%): “Continua a aplicar-te para nos dar gostos”. Tudo leva a crer que o emprego da próclise pela mulher reflete o vernáculo brasileiro; já a preferência pela ênclise pelo senador foi interpretada pelos autores, seguindo a linha de raciocínio da comparação entre os textos constitucionais português e brasileiro, como uma opção pela norma linguística lusitana.

Apesar da diferença entre a gramática da mulher e a do esposo, como dois ponteiros de um mesmo relógio – a variante brasileira, não é inquestionável a aderência ao meridiano zero de Lisboa na unificação da gramática enclítica dos homens cultos da elite brasileira. Para desfazer esse equívoco comparamos as cartas pessoais do senador brasileiro com as do imperador D. Pedro I (IV em Portugal) dirigidas à marquesa de Santos, tomando como diastímetro a ênclise pronominal. Restringindo o olhar às construções infinitivas preposicionadas, os resultados levam a refletir sobre a tábua de medição da colocação pronominal:

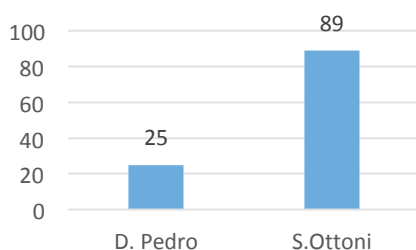


Gráfico 1 – Ênclise: o imperador e o senador

Além de desmentir a ideia de que o PE foi modelo para as elites brasileiras, o desenho gráfico surpreendentemente revela que a gramática do imperador, no que concerne ao ambiente das infinitivas preposicionadas, é marcadamente proclítica (75%) ao passo que a gramática do senador é acen-tuadamente enclítica (89%), o que sugere que o quadro linguístico do período examinado é diferente do efeito que nos provoca (Baxandall, 2006), devido ao olhar culturalmente turvado pela assunção tradicional de que a gramática portuguesa é enclítica, apesar de exibir contextos em que a próclise é obrigatória (Martins, 1994, 2000, 2013). Em suma, os resultados acima mostram que,

no contexto de infinitivas preposicionadas, a ênclise é muito mais presente no padrão culto brasileiro do que no do PE.

Há, porém, que se perguntar por que motivo em um ambiente aparentemente livre para a variação, como as infinitivas preposicionadas, a gramática do imperador retém a próclise. Integrando a noção de heterogeneidade linguística (Labov, 2008) e de variação como prática estilística (Eckert, 2008), analisamos a colocação pronominal em discursos parlamentares, acostando os resultados com aqueles obtidos para as cartas pessoais de escritores portugueses e brasileiros ao longo do século XIX (Oliveira, 2011), com os das cartas de circulação pública (Oliveira, 2013) e do teatro (Oliveira, 2014).

Considerando que os debates nacionalistas giravam em torno do estranhamento e da alteridade, de um lado, e da semelhança de outro, tomamos o quadro do PE como norteador da análise:

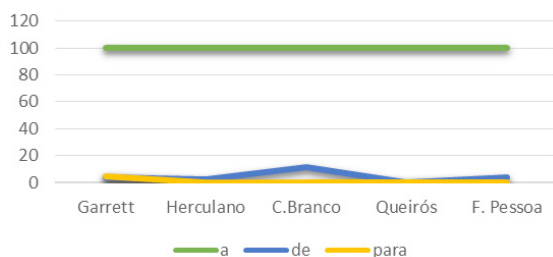


Gráfico 2 – Ênclise: literatos portugueses (cartas pessoais)
(Adaptado de Oliveira, 2011)

A gramática dos escritores portugueses traz uma particularidade: o emprego categórico da ênclise em presença da preposição *a* e uso quase absoluto da próclise diante das demais preposições, independentemente do tipo de pronome como seu complemento. Trata-se, portanto, de um sistema dual. A pequena densidade da ênclise na gramática do imperador se deve ao fato de que ela, assim como no caso dos demais escritores, está reduzida ao contexto da preposição *a* (Oliveira, 2011).

O comportamento especular da colocação pronominal por tipo de preposição não é, entretanto, observado nas cartas pessoais dos escritores brasileiros nascidos no século XIX:

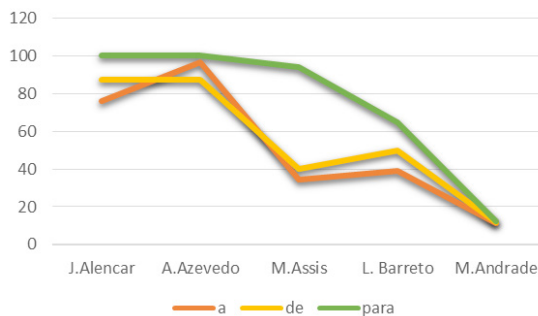


Gráfico 3 – Ênclise: literatos brasileiros (cartas)
(Adaptado de Oliveira, 2011)

A projeção estatística evidencia que a especificidade da preposição *a* não é acolhida pelos literatos brasileiros em suas cartas pessoais. Quando não fosse pela menor força da ênclise dessa preposição cujo percentual nas cartas alencarianas está abaixo de 80%, as demais preposições também forçam a colocação enclítica do pronome. Daí se pode extrair forte argumento em favor da tese de que os usos linguísticos de literatos portugueses não serviam de modelo aos brasileiros que lhes eram contemporâneos. Afora isso, o desenho mostra que a ênclise vai sendo abandonada ao longo do século em direção ao modelo vernacular, tal seja da próclise generalizada.

A justificativa da troca da ênclise pela próclise ao longo do século XIX está na mudança geracional e no fato de que os grupos sociais são diferentes. Na geração dos escritores românticos não se fazia distinção entre vida política⁵ e intelectual, no sentido de que os escritores ocupavam cargos políticos ao mesmo tempo em que participavam de atividades intelectuais, publicando versos, crônicas e romances. A passagem pela literatura era o caminho certo para uma carreira política brilhante. Na década de 1870 se verifica uma mudança geracional para a qual o elo entre atividade política e intelectual é desfeito: os intelectuais formavam grupos sociais diferentes da classe política e dificilmente galgavam ao parlamento:

⁵ Embora Álvares Azevedo não fosse político, devido à morte prematura, era filho de pais ilustres e estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, lócus de formação da classe política.

O entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas. As faculdades de direito davam sobretudo o treino retórico e erudição em história e literatura. Estes saberes eram nucleares da tradição imperial. Assim, a imprensa, os opúsculos, a poesia e a oratória eram parte do processo de socialização da elite política, contemplando a assimilação do universo mental do Império que os cursos de direito começavam. Os novos liberais passaram por todos estes degraus, formando sociedades literárias, políticas e filosóficas, escrevendo poesia e se batendo em polêmicas. (Alonso, 2002: 113)

Tendo esse cenário em vista, a projeção estatística acima mostra uma mudança no padrão culto da língua e não propriamente no vernáculo ao qual não podemos aceder por falta de dispositivos que recuperem o material falado do período. O novo padrão linguístico culto se deve à rotação de atores sociais na esfera das atividades intelectuais, os quais, por virem de extratos sociais mais baixos, deixavam vaziar traços linguísticos mais próximos do que teria sido o vernáculo da época. Diferente é o caso do grupo dos políticos cujo padrão culto passou a exibir potencialização do uso da ênclise, na presença de qualquer tipo de preposição ou pronome:

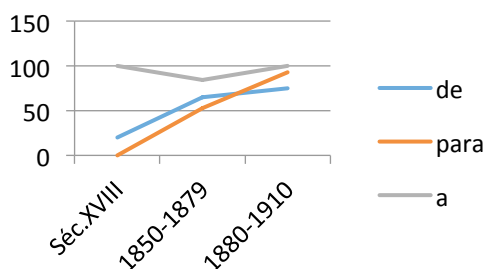


Gráfico 4 – Ênclise: cartas de circulação pública
(Adaptado de Oliveira, 2013)

Com efeito, a análise de correspondência de políticos nos séculos XVIII e XIX mostra que a partir da Independência política o padrão linguístico culto no Brasil não refletia o Português Europeu, grelha para os textos públicos

no Brasil colonial. Além disso, evidencia que a ênclise não entra em queda, ao contrário, tem a sua presença intensificada abrindo o ângulo de distância entre o padrão culto e o vernacular da variante brasileira.

A gramática enclítica dos literatos da primeira metade do século XIX tem continuidade na segunda metade do século entre os políticos, tal como se observou nas cartas do senador Ottoni. Não se toma, porém, o modelo lusitano como bússola: a mudança parece ter sido acionada pela preposição *para*, afinal, é o elemento que mais resiste à próclise nos textos dos literatos e o contexto que exhibe uma ascendência vertiginosa do padrão enclítico do grupo político. A considerar o registro histórico, essa preposição é como um cadinho em que flutuam a próclise e a ênclise, como mostram as fortes oscilações nos índices percentuais de ênclise nas infinitivas preposicionadas introduzidas por “para” nos textos de representantes do português clássico (Melo 19,4%; Brochado 70,3%; Gusmão 51,1%; Cavaleiro 12,9%; Costa 86,2%) (Godoy, 2006).

Ao puxar o fio da ênclise dos escritores do período romântico da literatura, se recupera a trama de uma sintaxe que bem antes já competia com o Português moderno. É o que mostra o desenho gráfico que remete ao uso da ênclise em peças teatrais de António José da Silva (o Judeu), no início do século XVIII, e de Martins Pena cerca de um século depois:

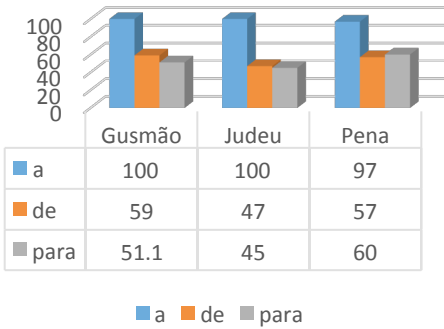


Gráfico 5 – Ênclise: da colônia ao período independente

Comparando os teatrólogos com o diplomata, também brasileiro, Alexandre de Gusmão cujos textos (cartas) são da última década do setecentos, observa-se um padrão linguístico culto em que a ênclise ganha relevo e será

explorada pelos escritores românticos e pelo grupo político no período pré e pós republicano.

Os dados aqui alinhavados confirmam que no PB culto havia preferência pela colocação enclítica que não respeitava as mesmas condicionantes da ênclise do PE. Se lhe déssemos voz, ela aproveitaria a deixa para entrar em cena como o camaleônico Iago (*Otelo*, Shakespeare) e prevenir: “Não sou quem pareço ser”.

4. A posição do pronome no cenário parlamentar

Para reforçar a tese de que a ênclise no português brasileiro culto do oitocentos era um marcador social, investigamos esse objeto linguístico em discursos parlamentares proferidos ao longo do século. Tomando por base a Sociolinguística variacionista, procurou-se seguir a mesma metodologia adotada em trabalhos anteriores para o mesmo fenômeno, como explicitado mais acima.

O *corpus* é constituído de 7 (sete) discursos parlamentares proferidos na Câmara Legislativa – 1870 e 1880, completando o total de 365 páginas. Para completar o estudo, efetuamos a análise de dois discursos das duas primeiras décadas, com mais 37 páginas. Dos discursos do final do século foram coletados 164 clíticos, dos quais 143 (86,98%) se apresentaram na posição enclítica ao verbo, com a seguinte distribuição: *a* (100%), *de* (90%) e *para* (81,96%):

(1) Se esta reforma fosse elucubrada em Campos (já vejo), bem póde ser que a usura negra lhes apontasse ao coração a faca de Shylock, **para lhes cobrar** em retalhos de carne ou no sangue vivo das veias o feijão, a tanga e a cama da enfermaria. O projeto 12 de maio, porém, é mais humano. Constrange o senhor **a proporcionar-lhes** de graça o torresmo, a aniagem e o medico. (Rui Barbosa, 1885: 31)

(2) Sempre que falava um de nós oradores catholicos, era saudado por aplausos unanimes: ali estava a mocidade da academia **para animar-nos**, ali estava o fanatismo de uma certa porção do povo **para admirar-nos**. (Nabuco, 1873: 7)

(3) Logo que este Presidente chegou, hum dos seos primeiros actos foi a convocação do Jury extraordinario para julgar a Madeira; o Advogado, que comppareceo **para defendel-lo**, foi ameaçado de ser morto, e desapareceo; huma testemunha, que ousou depor em seu favor, foi espancada, e nenhuma mais teve o arrojo **de apresentar-se** em sua defesa, defeição que ele foi julgado indefeso, e sem ser aca-reado com seo cumplice. (Ribeiro de Andrada, 1827: 13-14)

O tipo de clítico e de preposição teve peso irrelevante no condicionamento da ênclise, ainda que o comportamento não fosse idêntico para cada preposição. Entretanto, o fator extralinguístico tendência política foi vital para compreender a sintaxe da colocação pronominal dessa variante linguística, como mostra o desenho gráfico:

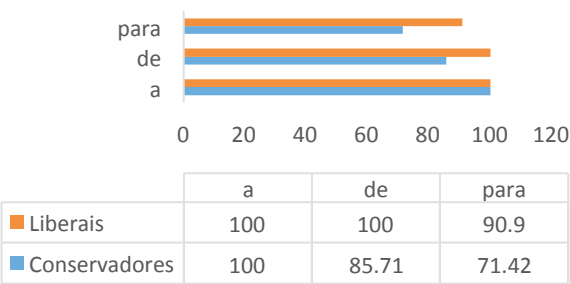


Gráfico 6 – Ênclise: da colônia ao período independente

O comportamento enclítico é quase categórico entre os novos liberais para os quais apenas no contexto da preposição *para* é possível o uso da próclise. Esses resultados são bastante semelhantes aos dos discursos dos intelectuais paulistas republicanos Alberto Sales, Campos Sales e Prudente de Moraes cuja sintaxe admite próclise apenas quando do emprego de *para* (94,7%, 84,6% e 85,7%, respectivamente (Silva, 2012; Silva/Oliveira, 2015).

Além de ser baixo o índice percentual de próclise, essa colocação aparece nos discursos dos novos liberais como expressão do *pathos*, ou seja, tem um valor puramente estilístico:

(4) Não é preciso, porém, senhores, que eu me sirva de semelhantes argumentos nem da lição da história, **para vos mostrar** que a tolerância religiosa é a melhor das políticas; basta-me penetrar no fundo da consciência e reconhecer que a liberdade de crença é um direito da alma para dizer que essa política é a melhor de todas, porque a verdadeira utilidade está na justiça. (Nabuco, 1873: 36)

(5) Se esta reforma fosse elucubrada em Campos (já vejo), bem pôde ser que a usura negra lhes apontasse ao coração a faca de Shylock, **para lhes cobrar** em retalhos de carne ou no sangue vivo das veias o feijão, a tanga e a cama da enfermaria. (Rui Barbosa, 1885: 31)

(6) Mas, se, quando, no círculo da vossa bem-aventurança íntima, vos estiverdes revendo nos olhos da esposa, e acariciando os filhos estremecidos, um escravo, andrajoso, seviciado, espavorido, irrompendo súbito, vos cair de joelhos entre as criancinhas, que vos afagam, e a mãe, que vos sorri, é preciso esmagar o coração, afogar as lágrimas, carregar o semblante, e expelir o miserável, ou amarral-o, **para o entregar** á justiça; que assim se prostitue este sagrado nome aos beaguins da instituição maldicta. (Rui Barbosa, 1885: 41)

Do ponto de vista social, os novos liberais e os republicanos compartilhavam o estatuto de *outsiders* do poder político nacional. Estes, filhos de cafeicultores políticos, estavam não somente à margem das principais atividades econômicas, como eram estranhos às famílias tradicionais do Império; aqueles eram provenientes de famílias decadentes economicamente. Além do difícil acesso à carreira política, esses dois grupos compartilhavam a mesma formação intelectual, tendo passado, bem como os conservadores, pelos bancos da Faculdade de Direito de São Paulo, ambiente que propiciou a organização de várias sociedades e jornaizinhos dos quais participaram ativamente (Alonso, 2002).

Deste modo, a ênclise ganhava musculatura entre os marginalizados politicamente, tornando-se um marcador social que os afastava dos conservadores que privilegiavam uma maior flutuação na colocação pronominal. Essa mesma leitura pode ser feita para os liberais do período da independência política. Os irmãos José Bonifácio e Ribeiro de Andrada, cujos discursos

foram proferidos em 1825 e 1827 respectivamente, também sobrelevam o emprego da ênclise:

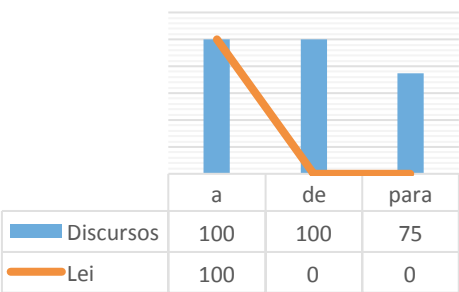


Gráfico 7 – Ênclise *versus* gênero textual

Além de sinalizar o mesmo uso estilístico entre os liberais, comparativamente aos novos liberais do final do século, as informações contidas no desenho gráfico mostram a concentração da gramática lusitana nos dispositivos de lei, muito provavelmente copiados de legislação portuguesa. Já na expressão do parlamentar brasileiro despontava a ênclise que, desde Alexandre de Gusmão, vinha conformar a variante culta brasileira. Os liberais a exasperaram ao passo que os conservadores se mantiveram nivelados à sintaxe do português clássico.

5. O naipe político e seus espaços sociais

A Academia de Direito de São Paulo produziu, ainda que indiretamente, militantes políticos (Adorno, 1988), constituindo-se no *locus* simbólico da associação de intelectuais, «espaço social no qual certas relações se ativaram» (Alonso, 2011: 120). Sob a perspectiva de que os escritores românticos tiveram formação bacharelesca, salvo-conduto para a vida pública, a escola superior poderia ser interpretada como espaço social para a escolha seletiva da ênclise como marcador linguístico do grupo:

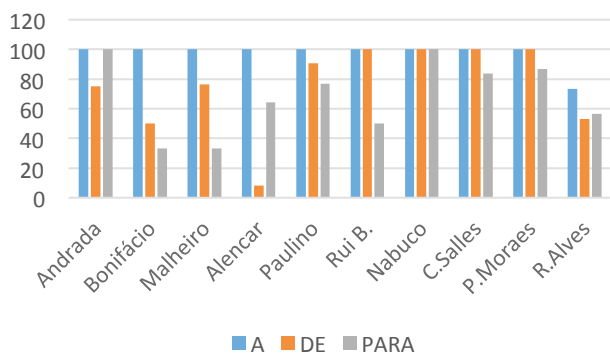


Gráfico 8 – Ênclise: discursos parlamentares⁶

Tanto os políticos de linha conservadora (Malheiro, Alencar e Paulino), quanto os novos liberais (Rui Barbosa e Joaquim Nabuco) e os republicanos (Campos Sales, Prudente de Moraes e Rodrigues Alves) passaram pelos bancos da Academia de Direito. Nabuco cursou os três primeiros anos em São Paulo e deu continuidade aos estudos na Faculdade de Direito de Recife; Rui teve a mesma trajetória, mas em sentido contrário: cursou os três primeiros anos em Recife para terminar o curso em São Paulo.

Entretanto, a passagem pela Academia como o *locus* de implementação e de difusão da ênclise não explica a queda significativa nos usos de Rodrigues Alves que também ocupou os bancos da escola paulista. No máximo, a Academia pode ser vista como espaço que congrega grupos sociais que têm por foco a vida pública (Alonso, 2002: 144). Nesse diapasão, a identidade do grupo que passou pelos bancos da Academia de Direito se fez pelo projeto de ocupação de espaços públicos, como de fato aconteceu com os intelectuais cujos textos assinalaram forte tendência ao emprego da ênclise, o que sugere que a seleção da ênclise foi um marcador social, um vazo típico da gramática de agentes políticos.

Como, então, se justifica a variação na colocação pronominal de alguns políticos e a preferência pelo uso absoluto ou quase da ênclise pronominal na

⁶ Para compor esse gráfico, usamos os resultados obtidos por Silva (2012) para a análise dos discursos dos presidentes da República (Campos Sales, Pedroso de Moraes e Rodrigues Alves).

gramática de outros? Afinal, todos os parlamentares elencados se formaram em Ciências Jurídicas pela Academia paulista (ou tiveram passagem por ela) e ocuparam posição de estadistas!

Uma alternativa de análise pousa nos esquemas de ideologias conceptuais dos diferentes grupos (Irvine/Gal, 2000). Os resultados apresentados no gráfico acima indicam que o repertório dos conservadores tinha como espinha dorsal a variação na colocação pronominal. As produções textuais de Perdigão Malheiro, José de Alencar e Paulino de Sousa apresentam um sistema dual, bastante semelhante se bem que não idêntico ao PE. A preposição *a* aciona categoricamente a ênclise e as demais favorecem a variação, em geral com tendência à ênclise. Essa gramática, mais do que encontrar identidade no PE, tem como suporte uma tradição gramatical que remete ao período colonial, como alertava Pereira (1907) a respeito da adoção dos clássicos portugueses pelos escritores brasileiros.

Quanto aos liberais e republicanos, os resultados apresentados no gráfico acima indicam que o seu repertório ampliava o uso da ênclise categórica para o contexto da preposição *de*. Nabuco o faz também no caso da preposição *para*. Rodrigues Alves, porém, quebra essa regra optando pela variação linguística para todas as preposições.

É o exame da posição de Rodrigues Alves que indicia o esquema ideológico que atravessa a prática da colocação pronominal. Apesar de ter ocupado cargo da presidência da República, Rodrigues Alves era filiado ao Partido Conservador, ocupou cargo político no Império e «representou a mais harmoniosa e consequente articulação entre a tradição do Império, os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional» (Sevcenko, 2003: 65). Embora abusasse da ênclise, sua gramática era modulada pela variação inclusive no ambiente da preposição *a*.

A julgar pela análise realizada, o conservadorismo ideológico encontra paralelo no conservadorismo linguístico, marcado pela variação linguística. Assim, por iconicidade, a estabilidade da variação na colocação pronominal, traço linguístico do período colonial, converge com a estabilidade dos conservadores no poder cujo domínio, no curso do século XIX, foi ininterrupto entre 1848 e 1878. Desse modo, a maior intensidade no uso da ênclise pelos novos

liberais e republicanos dava-lhes uma identidade por contraste aos conservadores e guardava uma unidade de sentido: oposição ao *status quo*.

Além dos parlamentares que frequentaram a Academia de Direito de São Paulo, há os que estudaram Ciências Jurídicas na Universidade de Coimbra, como os irmãos Ribeiro de Andrada e José Bonifácio. Integrando família de forte cunho liberal, Ribeiro de Andrada intensificou o emprego da ênclise tanto no contexto da preposição *a*, quanto no da preposição *para*, atingindo 100% de frequência. Entretanto, a gramática do também liberal José Bonifácio tem comportamento mais similar ao da dos conservadores. Com longa carreira de serviços prestados à Coroa, José Bonifácio viveu mais de 30 anos fora da América Portuguesa. Apesar de sua longa permanência em Portugal (a maior parte dos 30 anos), Bonifácio não assimilou o esquema da colocação pronominal lusitana, permanecendo fiel à gramática do português clássico identificado na escrita do diplomata setecentista, também santista, Alexandre de Gusmão. Entretanto, usa bem menos ênclise de que seu irmão. Talvez a sua longa permanência na Europa ou o caráter contraditório de seu programa – «politicamente conservador, mas avançado no nível econômico e social» (Viotti, 1998), ou as duas coisas juntas sejam condicionantes de um conservadorismo linguístico em relação ao uso acentuadamente enclítico de Ribeiro de Andrada.

Em qualquer dos casos, o uso da ênclise nas orações infinitivas preposicionadas pelos políticos brasileiros não segue o modelo do PE que lhes é contemporâneo. Além disso, sua frequência é aumentada ao longo do século XIX, à medida em que o espaço político vai se dilatando para acolher grupos que se achavam marginalizados da vida política, como é o caso dos novos liberais e dos republicanos.

O movimento intelectual da geração de 1870, que contribuiu para minar o regime imperial e alterar as peças do tabuleiro da política brasileira, de forma a rearranjar os grupos estabelecidos e os marginalizados, se manteve fiel à tradição:

O movimento [reformista] manteve diálogo com a tradição imperial: preservou traços românticos, em especial na oratória, deu novo conteúdo ao americanismo, reviu a história e os símbolos nacionais, desencavando as rebeliões regenciais. A

filiação mais importante do movimento à tradição consistiu em incorporar a preferência da elite imperial pela reforma em vez da revolução. Embora de novo tipo, o movimento comungou o elitismo político com o Segundo Reinado. (Alonso, 2002: 333)

A fidelidade à tradição imperial atinge os esquemas linguísticos, adotando a ênclise pronominal como símbolo do elitismo político. A aderência a um uso intensificado da ênclise se opõe à colocação proclítica do vernáculo dos escritores da geração de 1870 em diante, cujo perfil era marcado pela enorme diversidade social.

Considerações finais

O gramático do jornal *O Globo*, que escrevera um fascículo de 36 páginas sobre colocação pronominal e que não admitia em hipótese alguma a construção “vieram lhe chamar”, vestia habitualmente uma sobrecasaca preta, curta e desusada, e terminou seus dias enlouquecido e internado em um hospício! À miopia exagerada do Lobo, o diretor-proprietário optou pelo vernáculo brasileiro. Entretanto, a pressão da colônia portuguesa o fez contratar um redator lisboeta, o qual, em sua recepção, respondeu a um brinde que lhe haviam feito: “Me falece competência para falar de si”.

Era a próclise em início absoluto de oração uma possibilidade também em Lisboa? Uma leitura alternativa é a de que o redator quisesse mostrar o seu engajamento à sociedade brasileira por meio dessa colocação pronominal, tão condenada pelos gramáticos.

Coan (2016), ao estudar a colocação pronominal em infinitivas preposicionadas de textos produzidos no Colégio Culto à Ciência, observou que o diretor, um português, já não observava mais a sintaxe dual portuguesa, pois usava em torno de 30% de ênclise na presença das preposições *de* e *para*, aproximando-se da sintaxe dos alunos em que a ênclise girava em torno de 43% e 59%, respectivamente. Esses resultados sugerem a tendência à adaptação dos portugueses à gramática local, uma forma de participar dos grupos estabelecidos. Nesse sentido, por maior que tenha sido a pressão da colô-

nia portuguesa nas disputas pela hegemonia da variedade lisboeta, o padrão culto brasileiro tendia a se descolar gradualmente do PE.

A oposição ênclise-próclise era gerada pela dinâmica das relações sociais brasileiras. No que diz respeito especificamente aos parlamentares, o seu critério seletivo privilegiava a ênclise generalizada, avançando em contextos não previstos pelo PE. Não se tratava de hipercorreção, mas de uma variedade linguística local motivada pelas condições sociais de produção linguística, isto é, pela disposição social e política desses sujeitos.

Na onda do conflituoso discurso cultural acerca da autonomia da língua e da literatura brasileiras, iniciado no século XIX e prolongado por várias décadas, os usos linguísticos desses sujeitos marcariam o distanciamento dos portugueses, repercutiriam as diferenças linguísticas entre conservadores e liberais, e se afastariam dos literatos que aderiam ao vernáculo em formação.

Em suma, os resultados acostados mostram que a colocação pronominal, no PB, é um ambiente linguístico que propicia a formação de múltiplas variantes originárias de usos coletivos distintos e chanceladas pelos segmentos letrados que a cada momento histórico articulam novos sentidos para perpetuar a distribuição desigual de poderes (Bourdieu, 2005).

Discursos parlamentares

BARBOSA, Ruy (1885): Conferencia abolicionista realizada a 7 de junho de 1885 no Theatro Polytheama da Corte. Bahia: Typ. Do “Diario da Bahia”, Biblioteca Brasileira.

BONIFÁCIO, José (1825): Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a Escravatura. Paris: Typ. Firmin Didot. Biblioteca Brasileira.

COTEGIPE, Barão (1887): Discurso proferido na 10.^a Sessão da Câmara em 18 de maio de 1887 sobre Forças de Terra. Biblioteca Brasileira.

COTEGIPE, Barão (1887): Discurso proferido na 10.^a Sessão da Câmara em 23 de maio de 1887 sobre Questão Militar. Biblioteca Brasileira.

MACHADO E SILVA, José Bonifácio de Andrada. (1885): Debate da Resposta à Falla do Trono. Gratidão de um abolicionista. São Paulo: Typ. Largo de S. Francisco. Biblioteca Brasileira.

- MALHEIRO, Perdigão (1871): Discurso proferido na Sessão da Câmara Temporária de 12/7/1871 sobre a proposta do governo para reforma do estado servil. Rio de Janeiro: Typ. E Const. De J. Villeneuve & C. Biblioteca Brasileira.
- NABUCO, Joaquim (1879): Discursos Parlamentares (1879-1889). Orçamento da Agricultura (Discurso de 22/03/1879). São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A. Biblioteca Brasileira.
- NABUCO, Joaquim (1873): A invasão ultramontana. Discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brasil em 20/5/1873. Rio de Janeiro: Typ. Franco-Americana. Biblioteca Brasileira.
- NABUCO, Joaquim (1884): Confederação Abolicionista: Conferência do Sr. Joaquim Nabuco a 22 de junho de 1884 no Theatro Polytheama. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos. Biblioteca Brasileira (<http://www.brasiliana.uspd.br/bbd/ha>).
- RIBEIRO DE ANDRADA (1837): Discussão do Orçamento do Império, em 27/7/1827. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de P. Brito. Biblioteca Brasileira.
- SOUZA, Paulino José Soares de (1871): Discurso proferido na sessão de 23/8/1871 sobre a proposta do governo relativa ao elemento servil. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve & C. Biblioteca Brasileira.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio (1988): *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ALONSO, Ângela (2002): *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- BARRETO, Lima (2010): *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BAXANDALL, Michael (2006): *Padrões de intenção. A explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre (2005): *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- CARNEIRO Ribeiro, Ernesto (1890⁵): *Serões grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*. Salvador: Livraria Progresso Editora.
- CARVALHO, José Murilo de (2012): "A vida política". In J. M. de Carvalho (coord.), *A construção nacional: 1830-1889*, vol. 2. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 83-129.

- COAN, Giovanna Ike (2016): *Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CYRINO, Sonia M. L. (1993): “Observações sobre a mudança diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos”. In I. Roberts/M. Kato (orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 163-183.
- ECKERT, Penelope (2008): “Variation and the indexical meaning”, *Journal of Sociolinguistics*, 12, 453-476.
- ELIAS, Norbert/John Scotson (2000): *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GEERTZ, Clifford (2011): *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GINZBURG, Carlo (1989): “O paradigma indiciário”. In C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GODOY, Mahayana (2006): “A colocação dos clíticos no ambiente das orações infinitivas introduzidas por preposição no Português Clássico”. www.gel.org.br/estudos-linguisticos/vol32/... [01/09/2010].
- IRVINE, Judith/Susan Gal (2000): “Language ideology and linguistic differentiation”. In V. Kroskrity (ed.), *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: School of American Research Press, 35-84.
- KATO, Mary/Ian Roberts (1993): *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 185-206.
- LABOV, William (2008): *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- MACIEL, Maximiano (1918⁷): *Língua Portuguesa. Grammatica descritiva baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Aillaud, Alves.
- MAIA, Clarinda (2017): “O português do Brasil na tradição gramatical portuguesa”. In Marie-Arlette Darbord (ed.), *Outras margens*. Bruxelas: Peter Lang, 23-39.
- MARTINS, Ana Maria (2000): “A minimalist approach to clitic climbing”. In João Costa (ed.), *Portuguese syntax. New comparative studies*. Oxford: Oxford University Press, 169-190.
- MARTINS, Ana Maria (2013): “A posição dos pronomes pessoais clíticos”. In Eduardo P. Raposo *et al.* (eds.), *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2231-2302.

- MARSON, Izabel (2013): “Figurações de Portugal no Brasil: manifestações de lusofobia e lusofilia no embate entre republicanos ‘jacobinos’ e monarquistas no contexto da ‘questão portuguesa’”(1894-1899). 27º Simpósio Nacional de História, ANPUH. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370885843_ARQUIVO_IAMarson-FiguracoesdePortugalnoBrasilvf.pdf [07/02/2018].
- MIRANDA, Luciana (2009): “Proximidades e distanciamentos nas relações político-culturais entre Brasil e Portugal no final do XIX e início do XX”. In *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1-11.
- MOREIRA, Júlio (1913): *Estudos da língua portuguesa*, vol.II. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- MOTA, Otoniel (1941⁵): *Lições de português*. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.
- OLIVEIRA, Marilza (2011): “Pluricentrismo na arena linguística”. In Augusto Soares da Silva/Amadeu Torres/Miguel Gonçalves (orgs.), *Pluricentric languages: linguistic variation and sociocognitive dimensions*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 681-694.
- OLIVEIRA, Marilza (2013): “Colocação pronominal: índice social da elite intelectual”. In: *Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos-SINEFIL*. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
- PAGOTTO, Emílio (1993): “Clíticos, mudança e seleção natural”. In I. Roberts/M. Kato (orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 185-206.
- PAGOTTO, Emílio (1998): “Norma e condescendência, ciência e pureza”, *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 3, 49-68.
- PAGOTTO, Emílio/M. Eugênia Duarte (2005): “Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX”. In Célia Regina Lopes (org.), *A norma brasileira em construção. Fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj, 67-81.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1907): *Grammatica Expositiva*, São Paulo: Weiszplog irmãos & Co.
- RIBEIRO, Gladys (1994): “‘Por que você veio encher o pandulho aqui?’ Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha”, *Análise Social*, XXIX, 127, 631-654.
- RIBEIRO, João (1889): *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Miguel Melillo Editor.

- RIBEIRO, Júlio (1881): *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler.
- ROWLAND, Robert (2001): “Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses”, *Etnográfica*, V, 1, 157-172.
- SCHEI, Ane (2000): *A colocação pronominal na língua literária contemporânea do português brasileiro*. Tese de Doutorado, Estocolmo, Academitryck.
- SEVCENKO, Nicolau (2003²): *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHAKESPEARE, William (2015): *Otelo. O mouro de Veneza*. São Paulo: Martin Claret.
- SILVA, Hosana Santos (2012): *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP.
- SILVA, Hosana Santos/Marilza de Oliveira (2015): “Questões de língua no Brasil oitocentista”, *Fórum Linguístico*, 12, 872-882.
- SOUZA, Ricardo (2005): “O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”, *Politeia: História e Sociedade*, 5, 1, 133-151.
- TARALLO, Fernando (1983): *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado, Universidade da Pensilvânia.
- VIOTTI, Emília (1998): *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. São Paulo: Unesp.

ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO

Universidade do Porto/Centro de Linguística da Universidade do Porto

rromeo@letras.up.pt

ORCID: 0000-0002-2392-1422

**CRITÉRIOS DESCRITIVOS E PRESCRITIVOS
NA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS
NA GRAMATICOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
DURANTE O SÉCULO XIX**

**DESCRIPTIVE AND PRESCRIPTIVE CRITERIA IN THE
PLACEMENT OF UNSTRESSED PERSONAL PRONOUNS
IN THE PORTUGUESE GRAMMATICOGRAPHY
OF THE 19TH CENTURY**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as propostas e os juízos sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos (tendo em conta as três modalidades: ênclise, próclise e mesóclise) nas gramáticas que descrevem a língua portuguesa, publicadas, durante o século XIX, em Portugal e no Brasil, bem como estudar a evolução do pensamento gramatical, no período cronológico referido, sobre este aspeto da língua, especialmente no sentido de configurar – ou não – critérios de tipo prescritivo e normativo sobre as três posições dos clíticos. Neste sentido, põe-se em relevo, quando há – nos textos metagramaticais – critérios prescritivos, o grau de afastamento entre a gramaticografia do português que se publica em Portugal e aquela que sai dos prelos brasileiros.

Palavras-chave: pronomes pessoais átonos, gramaticografia da língua portuguesa, século XIX

ABSTRACT: The present work analyzes the proposals and judgements on the placement of unstressed personal pronouns (considering the three modes: enclisis, proclisis and mesoclis) in Portuguese grammars published in the 19th century in Portugal and Brazil. It also studies the development of grammatical thinking about this aspect of language in that period, especially in the sense of setting – or not – prescriptive criteria for the three positions of the clitics. We thus focus on when the prescriptive criteria appear in meta-grammatical texts, the degree of separation between the grammaticography of the Portuguese that is published in Portugal and that which comes from the Brazilian presses.

Keywords: unstressed personal pronouns, grammaticography of the Portuguese language, 19th century

1. Considerações iniciais

Em *O idioma nacional na escola secundária* (São Paulo, 1935), Antenor Nascentes defende aquilo que designa como *dialeto brasileiro* como um sistema linguístico com variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas próprias, e, conseqüentemente, com uma norma padrão própria. O filólogo brasileiro defende, com efeito, na primeira metade do século XX, uma norma do português do Brasil, diferente da norma do português europeu: «[d]ivergindo as linguas nos dois países, é claro que a gramatica tambem variará e portanto o criterio de correção gramatical» (Nascentes, 1935: 14). Mais à frente, Nascentes insiste na mesma ideia de desenvolvimento de uma norma brasileira perante a do português europeu:

Falemos certo, sem precisar exprimirmo-nos à moda de Portugal.

Gramaticas ha e muitas que capitulam de vicio de linguagem o *brasileirismo* como se fosse vergonha falar à moda do país.

No Brasil, o *brasileirismo* só é erro quando constitue um *solecismo* e, neste caso, é errado por ser um *solecismo* e não por ser um *brasileirismo*.

Ao contrario, será improprio *lusitanismo* ou *portuguesismo*, isto é, a expressão embora certa, mas que não corresponde à linguagem usada no Brasil (Nascentes, 1935: 15-16).

Um dos aspetos que diferenciam a norma brasileira da portuguesa é, refere Nascentes, a colocação dos clíticos: «[o] caso mais carateristico, o grande cavalo de batalha é a colocação dos pronomes pessoais oblíquos» (Nascentes, 1935: 16).

É precisamente da colocação dos pronomes pessoais átonos que tencionamos tratar no presente trabalho, considerando a descrição – *lato sensu* – que, deste aspeto, é realizada pelos gramáticos da língua portuguesa que publicam as suas obras tanto em Portugal como no Brasil, durante o século XIX. É, por este motivo, o nosso objetivo determinarmos eventuais diferenças, relativamente às observações metalinguísticas sobre a posição dos clíticos – dos quais alguns aspetos foram já por nós analisados recentemente, mas abrangendo períodos cronológicos anteriores (Ponce de León, 2015; Ponce de León,

2018) –, entre aquilo que poderia ser designado como *linha gramaticográfica* portuguesa e a correspondente brasileira.

2. Os pronomes clíticos no discurso metagramatical oitocentista

2.1. Apresentação do *corpus* e determinação da questão de estudo

Como foi dito na secção anterior, o nosso *corpus* é constituído por gramáticas da língua portuguesa, publicadas em Portugal e no Brasil¹. São as seguintes:

i) *Linha gramaticográfica* portuguesa:

- Manuel Dias de Sousa, *Gramatica portugueza*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1804. [= Sousa]
- António de Morais Silva, *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1806. [= Morais Silva]
- João Crisóstomo do Couto e Melo, *Gramática filosófica[sic] da linguagem portugêza*, Lisboa, Impressão Régia, 1818. [= Melo]
- Francisco Soares Ferreira, *Elementos de grammatica portugueza*, Lisboa, Impressão Régia, 1819. [= Ferreira]
- Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, Lisboa, Tipografia da Academia das Ciências, 1822. [= Barbosa]
- Francisco Solano Constâncio, *Grammatica analytica da lingua portugueza*, Paris, J. Aillaud, 1831. [= Constâncio]
- Bento José de Oliveira, *Nova grammatica portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862. [= Oliveira]
- Francisco Júlio Caldas Aulete, *Grammatica nacional*, Lisboa, Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa, 1864. [= Aulete]
- Teófilo Braga, *Grammatica portugueza elementar*, Porto, Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1876. [= Braga]
- Francisco José Monteiro Leite, *Grammatica portugueza dos lyceus*, Porto, Livraria Civilização, 1887. [= Leite]

¹ À exceção da gramática de Francisco Solano Constâncio, que foi publicada em Paris.

- Francisco Adolfo Coelho, *Noções elementares de grammatica portugueza*, Porto, Lemos & C.^a Editores, 1891. [= Coelho]

ii) *Linha gramaticográfica* brasileira:

- António da Costa Duarte, *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*, Maranhão, Typ. do Frias, 1859 (4.^a ed.) [1829]. [= Duarte]
- Manuel Soares da Silva Beserra, *Compendio de grammatica philosophica*, Ceará, Typographia Social, 1861. [= Beserra]
- Francisco Sotero dos Reis, *Grammatica portugueza*, Maranhão, Typ. de R. d'Almeida & C., 1871 (2.^a ed.) [1866]. [= Reis]
- Augusto Freire da Silva, *Grammatica portugueza*, São Paulo, Augusto Siqueira & Comp., 1906 (9.^a ed.) [1875]. [= Freire da Silva]
- Júlio Ribeiro, *Grammatica portugueza*, São Paulo/Belo Horizonte, Teixeira & Irmão Editores, 1885 (2.^a ed.) [1881]. [= Júlio Ribeiro]
- Maximino Maciel, *Grammatica descriptiva*, São Paulo/Belo Horizonte, Francisco Alves & C.^a; Paris/Lisboa, Aillaud, Alves & C.^a, 1914 (5.^a ed.) [1887]. [= Maciel]
- João Ribeiro, *Grammatica portugueza. Curso superior*, Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1920 (19.^a ed.) [1887]. [= João Ribeiro]

Tendo, por conseguinte, como objeto de análise as gramáticas apresentadas², a nossa intenção é perspetivar o problema de uma forma abrangente, tratando de analisar não apenas a evolução do objeto de estudo no *corpus*, como também as eventuais divergências no discurso metagramatical – que abrange regras, observações, exemplos e paradigmas – dos autores que publicam os seus manuais em Portugal ou no Brasil. Estes aspetos, de maneira mais ou menos geral, foram estudados, para a gramaticografia da língua portuguesa publicada em Portugal, entre outros autores, por Barbara Schäfer-Priess

² Parece-nos conveniente realçar o facto de as fontes do presente estudo – enquadrado no âmbito da historiografia gramatical – serem, de forma exclusiva, as gramáticas da língua portuguesa oitocentistas. Interessará, por conseguinte, analisar as considerações (observações, juízos explícitos e implícitos, apresentação de exemplos, critérios de inclusão em quadros ou paradigmas...) dos gramáticos sobre a colocação dos pronomes clíticos. Por isso, não analisaremos – apesar das eventuais limitações... – o objeto deste trabalho numa perspetiva diacrónica, por tal exceder as fontes selecionadas (as gramáticas da língua portuguesa oitocentistas) e o âmbito de investigação (a historiografia gramatical).

(2000) – até 1822 – e Helena Santos (2010), embora estas autoras se ocupem desta questão de forma fragmentária; por seu turno, Jéssica Santos, na sua dissertação de mestrado³ (2011), analisou este aspeto no âmbito da gramatocografia do português publicada no Brasil.

2.2. Estatuto categorial (fragmentário) dos pronomes pessoais átonos

Antes de passar a analisar as propostas dos gramáticos oitocentistas sobre a posição dos clíticos, parece-nos pertinente realçar que a descrição das formas que hoje conhecemos como pronomes pessoais átonos, nas obras analisadas da primeira metade do século XIX – à exceção da *Grammatica philosophica*, de Jerónimo Soares Barbosa, e do *Compendio da grammatica philosophica*, de António da Costa Duarte –, ainda não está estabilizada em termos categoriais, sendo aquelas integradas em diferentes subclasses de palavras e, consequentemente, ocupando, como designei em trabalhos anteriores, uma *zona gramatical intercategorial* (Ponce de León, 2016: 149; Ponce de León, 2018), segundo se pode observar no seguinte quadro:

Sousa 1804	formas da 1. ^a e 2. ^a pessoas e ‘lhe’/‘se’ → <i>pronomes passivos e recíprocos</i>
	formas acusativas da 3. ^a pessoa → <i>artigos</i>
Morais Silva 1806	formas da 1. ^a e 2. ^a pessoas → <i>nomes ou substantivos</i>
	formas da 3. ^a pessoa → <i>adjectivos articulares</i>
Melo 1818	formas da 1. ^a e 2. ^a pessoas e ‘lhe’/‘se’ → <i>substantivos</i>
	formas acusativas da 3. ^a pessoa → <i>adjectivos articulares</i> [?]
Ferreira 1819	formas da 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a pessoas → <i>pronomes passivos</i> [mas atenção: as formas acusativas da 3. ^a também são analisadas como <i>pronomes relativos</i>]
Constâncio 1831	formas da 1. ^a e 2. ^a pessoas e ‘lhe’/‘se’ → <i>designativos pessoais</i>
	formas acusativas da 3. ^a pessoa → <i>artigos definitos</i>
Beserra 1861	formas da 1. ^a e 2. ^a pessoas e ‘lhe’/‘se’ → <i>pronomes</i>
	formas acusativas da 3. ^a pessoa → <i>artigos definitos</i>

³ Agradeço à autora e ao seu orientador, Prof. Ricardo Cavaliere, o facto de me terem facultado uma cópia eletrónica do trabalho.

Reis 1866	formas da 1. ^a e 2. ^a pessoas e 'lhe'/'se' → <i>pronomes pessoais</i>
	formas acusativas da 3. ^a pessoa → <i>adjectivos pronominais</i>
Braga 1876	formas da 1. ^a e 2. ^a pessoas e 'lhe'/'se' → <i>pronomes pessoais</i>
	formas acusativas da 3. ^a pessoa → <i>artigos definidos</i>

Quadro 1 – A *zona gramatical intercategoria* dos pronomes pessoais átonos no discurso metagramatical oitocentista

Com efeito, da informação registada no Quadro 1 pode observar-se que estes autores (de tendência racionalista) separam as formas pronominais acusativas da 3.^a pessoa dos restantes clíticos, analisando aquelas, *grosso modo*, como artigos, na linha da gramática filosófica francesa (Schäfer-Priess, 2000: 177) – por exemplo, Nicolas Beauzée (1767, I: 327), ou Condillac (1775, I: 231). Por sua vez, Ferreira gramatiza⁴ em duas subclasses a série de acusativos átonos da 3.^a pessoa, o que mostra, em certo modo, a natureza intercategoria reconhecida a estas formas, ainda muito viva na primeira metade do século XIX. Já na gramaticografia da segunda metade, predomina a reorganização intracategoria, na subclasse dos pronomes pessoais, de todas as formas clíticas; há, no entanto, exceções, como a proposta apresentada por Beserra, Reis ou Braga.

Outra característica no discurso metagramatical sobre estas formas pronominais átonas que se regista em parte das obras do nosso *corpus* é a natureza fragmentária da exposição. Isto é, as considerações realizadas (em forma de preceitos, introdução de quadros, observações...) sobre aquelas são apresentadas em capítulos diferentes – critério que se pode apreciar também em parte da gramaticografia portuguesa do século XVIII (Ponce de León, 2018).

⁴ Utilizamos, sempre no domínio da historiografia gramatical, os termos “gramatizar” e “gramatização” para exprimir que um facto de língua fica registado – ou melhor, fixado ou codificado – num texto metagramatical, habitualmente em forma de preceitos e de registo no paradigma. Sobre a gramatização como processo – no quadro da fixação das línguas vernáculas – podem consultar-se, entre muitos outros, os trabalhos pioneiros de Silvain Aurox (1994) e Pierre Swiggers (1997).

A este respeito, é possível que estas duas questões (o estatuto intercategorial e a natureza fragmentária da exposição) tenham constituído, como se verá nas páginas seguintes, um obstáculo para uma rápida gramatização dos critérios de colocação na gramaticografia da língua portuguesa publicada no século XIX.

2.3. Em torno da colocação dos pronomes pessoais átonos: parâmetros de análise

Para o estudo do processo de gramatização dos critérios de colocação das formas pronominais átonas, parece-nos pertinente determinar os seguintes parâmetros de análise:

A – Descrição da colocação dos pronomes pessoais átonos:

- i) Ausência de critérios. *Padrões implícitos* sobre a posição dos pronomes clíticos:
 - no discurso metalinguístico sobre os pronomes pessoais;
 - nos exemplos correspondentes à matéria sobre os pronomes pessoais;
 - nos paradigmas da conjugação (verbos reflexivos, pronominais...);
 - na apresentação da mesóclise como posição *extraordinária*.
- ii) Explicitação de critérios:
 - grau de extensão da análise aos três tipos de colocação (ênclise, próclise, mesóclise);
 - grau de fragmentação no discurso metalinguístico;
 - propriedades relevantes: prosódicas, estilísticas, morfológicas, sintagmáticas.

B – Juízos normativos sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos:

- i) De tipo diafásico ou diastrático.
- ii) De tipo diatópico: juízos normativos sobre a posição dos pronomes clíticos no Brasil.

Com efeito, podem distinguir-se dois parâmetros centrais: as observações descritivas sobre a colocação dos pronomes clíticos e os juízos normativos sobre as tendências de colocação em variedades do português (geográficas

e/ou sociais)⁵. O registo, nas obras do *corpus*, deste segundo parâmetro pressupõe a presença do primeiro; já a explicitação da colocação pode não ir seguida de juízos normativos.

Relativamente ao primeiro parâmetro, naquelas obras – numerosas – em que os critérios de colocação não aparecem explícitos, julgo relevante deduzir, como foi acima apresentado, tendências subjacentes (ou padrões implícitos) ao discurso metalinguístico dos autores, às amostras de língua que ilustram as observações gramaticais, aos paradigmas verbais e ao tratamento da mesóclise como uma *anomalia*. Quanto ao primeiro aspeto, certos autores fazem apenas menção da posição dos pronomes pessoais átonos como informação complementar e, em certo modo, subsidiária da matéria gramatical principal (por exemplo, a explicação dos verbos reflexivos). É o caso de Oliveira a propósito dos verbos reflexivos:

Reflexos são todos os verbos activos, quando exprimem a acção do sujeito reflexa sobre si mesmo, e porisso têm por complemento algum dos pronomes *me, te, se*, posto antes, no meio ou depois dos mesmos verbos. Ex.: «Eu *me* julgo feliz. Julgas-*te*. Julgar-*te*-ás (por julgarás-*te*) (Oliveira, 1862: 37).

Note-se que, nesta ilustração, não há qualquer referência a critérios de colocação, nem à posição prototípica do pronome clítico – que parece ser, nessa sincronia, a enclítica, como no português europeu contemporâneo (Brito/Duarte/Matos, 2003: 851-852). Outros gramáticos, por seu turno, realçam a ênclise, como é o caso de Leite:

As formas complementares *o, a, os, as*, sendo enclíticas (1) e precedidas das desinências nasaes dos verbos, tomam um *n* eufónico, resultando a voz *no, na, nos, nas*, ex.: *amam-n'o, tremem-n'a*, em vez de – *amam-o, tremem-o*. [Em nota de

⁵ Na elaboração metagramatical, podem ser apresentadas considerações de diversa índole. Muitas delas referem-se a comentários de explicação gramatical sem intenção normativa, aos quais subjaz aquilo que designamos como “critérios descritivos”; noutros casos, os autores determinam uma forma como aquela que deveria ser utilizada, introduzindo juízos normativos. Estes últimos, habitualmente, concretizam o processo de gramatização, tal como foi analisado a propósito da *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lião, 1672) do jesuíta Bento Pereira (Ponce de León, 2010: 192-197).

rodapé: (1) Chamam-se *enclíticas* ás particulas d'uma lingua, as quaes se reúnem a uma palavra antecedente, de tal maneira que não parecem formar na pronunção senão uma unica palavra com aquella a que está unida. As enclíticas dos verbos são todos os casos oblíquos dos determinativos relativos, como: *me, nos, te, vos, si, o, a, os, as, lhe, lhes*] (Leite, 1887: 45).

Seja como for, a enunciação dos três tipos de colocação não é habitual nas obras do *corpus* que não explicitam critérios, a não ser que – vê-lo-emos mais à frente – a posição do pronome pessoal átono produza alterações na forma do verbo e do clítico, tal como, na verdade, se apresenta, a propósito da ênclise, no passo citado de Leite.

Como foi referido, outro dos aspetos que se podem ter em consideração é a dedução de certas tendências de colocação a partir dos exemplos com que se ilustram as regras. Vejam-se, a este respeito, as seguintes passagens de Melo, Ferreira e Braga:

i) As significações passivas na Linguagem Portuguêsa, quando se referem aos *Pro-nômes* ou *Substantivos* pessoaes, *eu, tu, êle* ou *ela; nós, vós, êles* ou *elas*, são significados, ordinariamente, por um Verbo *concreto*, e uma das *variações* dos mesmos substantivos: v. g. me-arrependo, em *Não me-arrependo de fazer bem (...)*.

São igualmente significações passivas as expressões *unes-te, unis-vos* em *¿une-ste[sic] aos bons? serás um d'êles: unis-vos aos maos? sê-lo-eis tam-bem (...)* (Melo, 1818: 89-90).

ii) Chamão-se *Terminativos* os pronomes, quando representam as pessoas como termo das nossas acções, e esta especie de personalidade se designa ainda por *me, te, lhe, nós, vós, lhes*, como v. g. *manda-me este livro*, isto he, manda a mim: *eu te mandarei o livro*, isto he, mandarei a ti: *eu lhe mandarei o livro*, isto he, mandarei a elle ou *ella: manda-nos*, isto he, manda a nós: *eu vos mandarei*, isto he, mandarei a vós: *eu lhes mandarei*, isto he, mandarei a elles, ou a *elles* (Ferreira, 1819: 25).

iii) O Artigo *o, a, os, as*, serve tambem de Pronome *Relativo*, e se emprega muitas vezes como tal; como quando dizemos: *o livro que te mandei he muito bom, le-o, e depois de o ler manda-mo*, isto he, *manda-me-o*: onde se vê que o primeiro *o*, que precede a livro, he artigo indicativo; os outros em *le-o*, em *o ler*, e em *manda-mo*, são pronomes relativos que se referem ao livro de que se falla (Ferreira, 1819: 27).

iv) Quando o pronome *o* representa um estado, uma função ou qualidade, torna-se invariável: Quem é a rainha? Eu *o* sou. – Estaes pobre? Eu *o* estou. – Sois mãe? Sou-*o* (Braga, 1876: 135).

Nos passos reproduzidos – bem como no de Oliveira, apresentado mais acima –, pode inferir-se o fenómeno que propicia a variação na colocação do pronome clítico: a forma verbal em posição inicial absoluta na oração – o que determina o uso enclítico, ou o mesoclítico no caso das formas de futuro ou condicionais – ou a anteposição de uma palavra ou constituinte, incluindo a explicitação do pronome pessoal sujeito, que favorece a próclise. Estes padrões gerais podem ser também deduzidos se se tiver em consideração o terceiro subcritério acima enunciado, isto é: a análise dos paradigmas de conjugação – nomeadamente, dos verbos reflexivos. Uma ilustração esclarecedora é aquela que se regista no paradigma da 1.^a conjugação da gramática de Ferreira⁶:

MODO INDICATIVO.			Composto.	
<i>Presente.</i>				
Eu me amo.	Amo-me.	Eu me tenho	} amado.	Tenho-me
Tu te amas.	Amas-te.	Tu te tens		Tens-te
Elle se ama.	Ama-se.	Elle se tem		Tem-se
		Nós nos temos.		Temos-nos
		Vós vos tendes.		Tendes-vos
		Elles se tem		Tem-se
			(Ferreira, 1819: 92, 23)	
<i>Futuro.</i>				
Eu me amarei.	Amar-me-hei.			
Tu te amarás.	Amar-te-hás.			
Elle se amará.	Amar-se-há.			
Nós nos amaremos.	Amar-nos-hemos.			
Vós vos amareis.	Amar-vos-heis.			
Elles se amarão.	Amar-se-hão.			
		Ama-te.		
			IMPERATIVO.	
			Amai-vos, (a)	
			(Ferreira, 1819: 94, 96)	

⁶ Reproduzimos o modelo respeitante ao presente, (perfeito) composto e futuro do indicativo, e ao imperativo, dada a colocação característica dos pronomes clíticos a respeito destas formas verbais.

No exemplo selecionado, é preciso pôr em relevo as consequências do registo da dupla série de formas verbais para cada tempo, na qual se apresenta o uso proclítico perante o enclítico ou o mesoclítico, que se deve explicar a partir de sequências sintagmáticas implícitas, como aquelas que, por exemplo, subjazem aos exemplos integrados nas passagens reproduzidas das gramáticas de Melo, Ferreira, Oliveira ou Braga. Convém, contudo, sublinhar que a sistematicidade que apresenta Ferreira não é habitual na gramaticografia da língua portuguesa do século XIX, como se pode observar no seguinte quadro:

	Presente do indicativo	Pretérito perfeito composto do indicativo	Futuro imperfeito do indicativo	Imperativo
Sousa 1804	Eu me declaro	Tenho-me declarado	Eu me declararei	Declara-te tu
Silva 1806	--	--	--	--
Melo 1818	--	--	--	--
Ferreira 1819	Eu me amo/ Amo-me	Eu me tenho amado/Tenho-me amado	Eu me amarei/ Amar-me-hei	Ama-te
Barbosa 1822	Eu me amo/Eu entendo-me	Eu me tenho louvado/tenho-me louvado	Amar-me-ei	Louva-te tu
Constâncio 1831	Amo-me/Eu me amo	--	Offerecer-me- hei	--
Duarte 1829	--	--	--	--
Beserra 1861	--	--	--	--
Oliveira 1862	Eu me julgo/ Julgas-te	--	Julgar-te-ás	--
Aulete 1864	--	--	--	--
Reis 1866	--	--	--	--
Silva 1875	--	--	--	--
Braga 1876	--	--	--	--
Ribeiro 1881	Eu me queixo	Eu me tenho queixado	Eu me queixarei	Queixa-te tu
Maciel 1887	--	--	--	--
Ribeiro 1887	Eu me digno	--	Eu me dignarei/ Dignar-me hei	Digna-te tu

	Presente do indicativo	Pretérito perfeito composto do indicativo	Futuro imperfeito do indicativo	Imperativo
Leite 1887	Eu abstenho-me ou me abstenho	Eu me tenho abstido	Eu me absterei/ Abster-me-hei	Abstem-te tu
Coelho 1891	--	--	--	--

Quadro 2 – A posição do clítico no paradigma verbal

De acordo com a informação apresentada no Quadro 2, pode verificar-se que não parece haver, entre os gramáticos, unanimidade quanto aos critérios subjacentes na posição das formas átonas, nem se pode estabelecer uma tendência geral; fora o caso reproduzido de Ferreira, há apenas, para a gramaticografia publicada em Portugal, uma exceção, a de Barbosa, cujos critérios – registados com pormenor (Barbosa, 1822: 156-158, 260-262) – não parecem coincidir com as tendências deduzidas dos exemplos e do paradigma registados na gramática de Ferreira. Por seu turno, no que toca à gramaticografia publicada no Brasil, as obras de Júlio Ribeiro e João Ribeiro parecem materializar, nos modelos de conjugação, critérios claros de colocação, determinados, em certo modo, pela variedade do português do Brasil, se bem que, como se verá mais adiante, não haja coincidência entre estes dois autores.

Interessa, por outro lado, realçar a análise que, em muitas das gramáticas que não explicitam critérios de colocação das formas pronominais átonas, é feita da mesóclise como uma *anomalia*, sendo explicada, regra geral, no tratado sobre as figuras da dicção – na esteira da gramaticografia setecentista (Ponce de León, 2018). Assim acontece, por exemplo, em Sousa, Ferreira ou Oliveira:

i) Usa-se da figura Sincope em todas as pessoas assim do singular como do plural do Passado Indefinido do Indicativo do Verbo *Haver*, quando se propõe a vos infinita do Presente de qualquer Verbo dividindo-se pela figura Tmezis alguma das seguintes palavras: *Me, Te, Se, Se, Lhe, Nós, Vós, Lhes, O, Os, A, As*; porque dizemos por exemplo: *Amalo-bia, Amalo-bias, Amar-te-bião* em lugar de *Ama-lo-ba-via[sic], Ama-lo-bavias, Amar-te-bavião* (Sousa, 1804: 153).

ii) A figura *Tmesis* serve para dividir uma palavra em duas pondo-lhe outra de permeanho como nos exemplos indicados acima [*dir-te-hei, dir-me-hão, fa-lo-hei*] (Ferreira, 1819: 112).

iii) Faz-se a transposição pelos modos seguintes: [...] 2.^a por *thmese*, dividindo uma palavra para interpôr-lhe outra, como – “*dir-me-ás, far-te-ei, dever-se-ia*” por – *dirás-me, farei-te, deveria-se* (Oliveira, 1862: 76).

Nesta perspectiva, poder-se-á afirmar que esta posição fica gramatizada, mas como um fenómeno que ultrapassa as regras da gramática, consideração esta que também, com o decorrer do século, será reformulada.

A lacuna relativa à explicitação de critérios no atinente à colocação dos pronomes pessoais átonos vai diminuindo à medida que avança o século. Tal não quer dizer que não haja obras nas quais, na primeira metade do século XIX, estes padrões fiquem gramatizados. É o caso de Barbosa, que, para além de indicar a colocação prototípica – a ênclise:

Os casos *Me, Nos* do Pessoal da I.^a Pessoa, os da II.^a *Tê, Vos*, e o do Recíproco da III.^a *Se*, todos com acento grave enclíticos, nunca admitem preposições, e são complementos já objectivos, já terminativos segundo o demanda a significação do verbo ou so activa, ou também relativa (Barbosa, 1822: 157),

na secção dedicada à matéria sobre os verbos reflexivos (que Barbosa designa como *voz media, ou reflexa*), apresenta uma extensa observação sobre as propriedades que favorecem cada uma das três posições dos pronomes pessoais átonos (Barbosa, 1822: 260-262). Outros autores, já na segunda metade do século, dedicam comentários mais reduzidos a esta questão, como Adolfo Coelho, em cuja gramática nada parece ser preceituado sobre a mesóclise (1891: 118). Por sua vez, no âmbito da gramaticografia portuguesa publicada no Brasil, Júlio Ribeiro apresenta a ênclise como padrão de colocação básico – «*O, a, os, as, me, te, se, lhe, nos, vos, lhes* chamam-se pronomes *enclíticos* por isto que sempre se acostam ao verbo depois do qual vêm, ex.: “*Viu-a – dizem-me*, etc.”» (1885 [1881]: 116) –, ao passo que outros autores optam por atenuar a observação sobre a ênclise como posição prototípica dos elementos pronominais átonos – como João Ribeiro, que os denomina *pronomes*

obliquos (1920 [1887]: 229), ou Maciel, que os designa como *formas pronominaes syncliticas*⁷. Estes três gramáticos brasileiros, na análise da colocação, abrangem os três tipos, se bem que, em algum deles, como Júlio Ribeiro, os padrões normativos parecem orientar-se para supressão da mesóclise, se temos em consideração os paradigmas da conjugação. Esta observação ganha maior interesse se se comparar a proposta de Júlio Ribeiro com aquela que se regista na *Grammatica portugueza* de João Ribeiro – registadas as duas no Quadro 2 –, na qual se reproduz a dupla série de formas verbais com os pronomes em posição proclítica e mesoclítica.

No que toca aos critérios de colocação – que habitualmente, nas obras do *corpus*, integram uma secção no limite entre o capítulo sobre a sintaxe e os tratados que abordam aspetos estilísticos –, estes costumam ser, segundo os autores, de diversa índole. Barbosa parece condicionar a colocação a quatro parâmetros:

a) aspetos prosódicos (de acentuação) que, segundo os contextos, favorecem a próclise, como se pode apreciar na seguinte observação:

Nos tempos, em que o acento da primeira pessoa do plural passa á antepenultima, o pronome sempre he enclítico nesta especie de conjugação, se se puzesse adiante, viria a ficar o accento antes da antepenultima na primeira pessoa do plural deste modo: *Amavamos-nos, Amaramos-nos, Amariam-nos, Amassemos-nos*. Devemos por tanto dizer: *Eu me amava, Tu te Amáras, Elle se Amaria, Nós nos Amassemos, Vós vos Amaveis, Elles se Amarião* (Barbosa, 1822: 261);

ou a indistinção:

nos tempos simples, em cuja primeira pessoa do plural o accento nunca passa para traz da penultima, he couza indifferente pôr dantes ou depois do verbo o pronome, não havendo nisto alguma cacophonia, ou equivoco. Assim pôde-se dizer

⁷ «As variações pronominaes – *me, te, se, nos, vos, lbe, lbes, o, a, os, as* são fórmulas syncliticas que, por não terem accentuação tónica, giram em torno do *verbo* a que pertencem, de sorte que se antepõem (proclise), se interpõem (mesoclise) e se pospõem (enclise)» (Maciel, 1914 [1887]: 372).

igualmente bem: *Eu louvo-me* ou *Eu me louvo*, *Tu louvas-te* ou *Tu te louvas*, *Elle se louva* ou *Elle louva-se*, *Nós louvamos-nos* ou *Nós nos louvamos*, *Elles louvãõ-se* ou *Elles se louvãõ* (Barbosa, 1822: 260);

b) critérios de tipo morfológico, respeitante a combinação do pronome clítico com algum dos *tempos compostos*:

Nos tempos compostos do auxiliar *Haver* e dos infinitos do verbo adjectivo, o pronome póde ou preceder áquelle, ou seguir-se a estes: *Eu me beide louvar*, ou *Eu beide louvar-me*; nos compostos porêm dos auxiliares *Estar*, *Ter*, e dos participios, o pronome nunca vai depois destes, mas sempre com os auxiliares, ou dantes: *Eu me estou louvando*; ou dantes e depois: *Eu me tenbo louvado*, ou *Eu tenbo-me louvado* (Barbosa, 1822: 261);

c) variáveis que se poderiam designar como sintagmáticas, mas que, na proposta de Barbosa, apenas se aplicam às orações condicionais: «[e]m todas as proposições condicionaes quer do indicativo, quer do subjunctivo o pronome sempre vai antes do verbo *Se eu me Amo*, *Se eu me Amar*» (Barbosa, 1822: 261);

d) condicionamentos estilísticos, que se prendem com a cacofonia ou a dissonância da ênclise ou da próclise, ou com a elegância do uso na posição mesoclítica: «[n]as linguagens condicionais, e nas do futuro imperfeito do indicativo he elegante metter o pronome no meio, entre a fôrma primitiva em *ar*, *er*, *ir*, e a terminação final» (Barbosa, 1822: 261).

A proposta de Barbosa constitui a primeira descrição sistemática dos critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos, com certo impacto na gramaticografia posterior, porquanto alguns dos critérios são assumidos por certos autores oitocentistas; por exemplo, as questões estilísticas (concretamente, a eufonia) são invocadas por Duarte para explicar a variante fónica ‘lo’ em contextos como “amal-o”, em vez de “amar-o” (1859 [1829]: 19). Por outro lado, a mesóclise é relacionada por outros autores, como faz Barbosa, com o uso elegante; assim acontece com Oliveira: «Nas linguagens do futuro imperfeito do indicativo e nas condicionaes é mais elegante metter o pronome

no meio entre a forma primitiva *ar, er, ir* e a terminação final; como: – “amar-*me*-ei, amar-*te*-ás, amar-*se*-á [...], por amarei-*me*, amarás-*te*, amará-*se*” (1862: 37); ou Leite:

As formas complementares *me, te, se, nos, vos* podem ir antes ou depois do verbo, excepto no imperativo, em que devem ir depois; nos futuros do conjuntivo em que vão antes; e nos futuros do indicativo e no condicional, em que, por elegância de phrase, podem colocar-se no meio (Leite, 1887: 71).

Relativamente a estas formas, nos últimos anos do século, há autores (Júlio Ribeiro, João Ribeiro ou Maciel) que integram, de forma natural, as variantes fónicas, surgidas da combinação em ênclise com certas formas verbais (infinitivos e formas na 2.^a pessoa do singular, na 1.^a do plural ou na 3.^a do plural), no capítulo sobre a colocação.

Por seu turno, Freire da Silva e Júlio Ribeiro seguem parcialmente Barbosa; em concreto, o critério determinado por questões prosódicas (Silva, 1906 [1875]: 313; Ribeiro, 1885 [1881]: 246). Não obstante, observa-se, na proposta destes gramáticos, um claro desenvolvimento do critério sintagmático. Apesar de ser um dos pontos que condicionam a posição do pronome pessoal átono, parece central a observação segundo a qual:

i) Nunca deve começar o período ou uma proposição absoluta por um pronome no caso obliquo, excepto si está regido de preposição. Por tal motivo incorre em erro quem diz: “*Me* parece”, ao passo que se permite: “*A mim* me parece” (Silva, 1904 [1875]: 312).

ii) O pronome objecto, o pronome em relação objectiva adverbial e a particula apassivadora *se* nunca devem começar a sentença: Seria incorrecto dizer «*Me* *que-rem lá* – *Te* *vejo sempre* – *Nos* *parece* – *Vos* *offereço* – *Lhe* *digo* – *Lhes* *peço* – *Si* *contam cousas feias* – *Si* *diz que elle vai*, etc.» Deve-se dizer «*Querem-me lá* – *Vejo-te sempre*, etc.» (Ribeiro, 1885 [1881]: 247).

Este critério, de tipo claramente prescritivo e favorecedor da ênclise, tem como contrapartida o uso proclítico quando algum dos seguintes constituintes ocupa a posição inicial da oração: a negação, as conjunções com verbo no

modo indicativo ou no conjuntivo ou as frases de infinitivo introduzidas por preposição. Quanto à explicitação do pronome pessoal sujeito, há disparidade nas propostas de Freire da Silva e Júlio Ribeiro: o primeiro defende a próclise das formas pronominais átonas neste contexto sintagmático: «Antepõe-se sempre o pronome ao verbo: (...) Si o sujeito é um pronome, e está antes do verbo: [“] Elle *me* chama.” “Eu *me* condoo de ti.” “Tu *te* feriste.”» (Silva, 1906 [1875]: 312); por sua vez, como viu também Jéssica Santos (2011: 68), para Júlio Ribeiro, na esteira de Barbosa, a anteposição do pronome pessoal sujeito pode não atrair o pronome clítico: «nos tempos simples, excepto o futuro, antepõe-se ou pospõe-se indifferentemente, ex.: “Eu TE *amo* ou *amo*-TE”» (Ribeiro, 1885 [1881]: 246). Nesta última observação, enuncia-se uma restrição que se prende com o futuro e o condicional, com os quais, no caso de se explicitar o pronome pessoal sujeito, é prescrita a próclise⁸: «[s]i o sujeito do verbo nestes casos está claro e é representado por pronome substantivo, melhor será construir “ELLE TE *amará* – ELLE TE *veria*”» (Ribeiro, 1885 [1881]: 248). Esta observação de Júlio Ribeiro parece-nos esclarecedora da tendência à gramatização do uso proclítico das formas pessoais átonas, reforçada pela combinação registada nos paradigmas dos verbos pronominais:

Futuro	Singular	1. ^a	Eu me queixarei
		2. ^a	Tu te queixarás
		3. ^a	Elle se queixará
	Plural	1. ^a	Nós nos queixaremos
		2. ^a	Vós vos queixareis
		3. ^a	Ellos se queixarão

(Ribeiro, 1885 [1881]: não paginado)

⁸ Sem a expressão do pronome sujeito, Júlio Ribeiro, com o futuro do indicativo e o condicional, prescreve, como “construção especial”, a mesóclise: «Com verbos no indicativo futuro e no condicional imperfeito usa-se de uma construção especial: insere-se por tmese o pronome objecto entre o radical do verbo e a sua terminação, ex. “Amar-TE-á – Ver-TE-ia”» (1885: 248). No que diz respeito a Freire da Silva, há próclise com aqueles tempos quando se explicita o pronome pessoal sujeito: «[antepõe-se sempre o pronome ao verbo:] (...) Achando-se o verbo no futuro absoluto e no futuro simples do condicional, si por elle não começa a phrase. Exemplos: “Eu *te* darei.” “Tu *me* amarias.”/No caso de principiar a phrase por alguma forma destes tempos, para se não infringir a regra primeira, deve-se dizer por tmese: “Dar-*te*-ei.” “Amar-*me*-ias.”» (Silva, 1906 [1875]: 312-313).

Por outro lado, nas últimas décadas do século XIX, observa-se um predomínio de parâmetros de tipo sintagmático (por exemplo, a presença do pronome pessoal sujeito anteposto ao verbo, ou, de forma mais habitual, a anteposição de segmentos de composição diversa, como os referidos acima); tendência esta que pode ser apreciada, de forma pormenorizada, nas gramáticas de João Ribeiro (1920 [1887]: 229-234) e Maciel (1914 [1887]: 372-380) no Brasil, e, em Portugal, de forma bem mais sucinta, na de Coelho⁹. Interessa ainda realçar a plena gramatização dos critérios de colocação dos pronomes pessoais átonos nestas duas gramáticas brasileiras, através de uma secção dedicada de forma explícita a este aspeto e, na gramática de Maciel, também com a introdução de uma expressão metalinguística para o designar: o *synclitismo pronominal*¹⁰. Estes critérios na elaboração metagramatical poderão revelar uma preocupação dos autores perante a evolução divergente na colocação dos pronomes clíticos no português do Brasil, a respeito daquela que se dava no português europeu.

Nas gramáticas do *corpus* que registam critérios de colocação das formas pronominais átonas, um traço mais ou menos geral é constituído pela inserção de juízos de tipo prescritivo que, em nossa opinião, tratam de configurar uma norma. Nas obras publicadas em Portugal, a prescrição relaciona-se com questões estilísticas; atente-se, por exemplo, nos comentários, sobre a mesóclise, de Barbosa (1822: 261) ou de Leite (1887: 71), reproduzidos mais acima. Já nos autores brasileiros a mesóclise é caracterizada, de forma neutra, como “construção especial” (Ribeiro, 1885 [1881]: 247) ou “caso especial” (Ribeiro, 1920 [1887]: 229), sem repercussões de tipo expressivo ou estilístico¹¹; João

⁹ «A colocação d'outros elementos secundários pode variar, mas em parte segundo regras determinadas; é o que se dá com os pronomes complementos, que ora precedem ora seguem o verbo, segundo este é ou não precedido de certas palavras, tais como pronomes relativos, interrogativos e indefinidos, p. ex.: *Quem te viu?* (e não *Quem viu-te?*) *Ninguém m'o disse*» (Coelho, 1891: 118).

¹⁰ Que a expressão surge no pensamento gramatical de Maciel pode deduzir-se de uma nota de rodapé que faz referência à colocação: «[e]ssa teoria é o resumo do nosso trabalho publicado na «Revista Pedagógica», no qual systematizamos a colocação de pronomes sob o título de *synclise*» (Maciel, 1914 [1887]) (Negrito do original). O estudo, com efeito, começou a publicar-se na *Revista de Pedagogia*, tomo I, 1-2, págs. 30-35, em 1890.

¹¹ Maciel, por seu turno, não caracteriza do ponto de vista prescritivo a mesóclise (1914 [1887]: 375-376).

Ribeiro talvez avance na normativização – mas em sentido diferente daquela que apresentam os autores portugueses – quando defende que a mesóclise «[é] um caso especial da posposição, porque, se não é de uso dizer *farei-te, dirá-te*, a anteposição é sempre de bom uso: *te direi, te fará*» (Ribeiro, 1920 [1887]: 229). Importa, por fim, realçar os juízos (negativos) sobre certos traços do português do Brasil que se prendem com a colocação das formas clíticas. Eles não aparecem, segundo os nossos dados, na gramaticografia publicada em Portugal, mas naquelas gramáticas que saem dos prelos brasileiros; em concreto, na de João Ribeiro. Atente-se, a este respeito, na observação deste autor sobre o uso proclítico com formas de imperativo: “Nunca se começa phrase ou periodo com o pronome obliquo. “*Me dê*”, “*me faça*”, etc., são brasileirismos que devem ser evitados (Ribeiro, 1920 [1887]: 231).

3. Considerações finais

Nas considerações finais do presente trabalho, parece-nos conveniente relembrar as palavras de Ana Maria Brito, Inês Duarte e Gabriela Matos a propósito da ênclise como padrão básico:

A tradição gramatical luso-brasileira produziu, no final do século XIX e princípios do século XX, uma bibliografia abundante e rica sobre as condições que presidem à selecção do padrão enclítico ou do padrão proclítico no português moderno (Brito/Duarte/Matos, 2003: 849).

As autoras, com efeito, sublinham a abundante reflexão metalinguística sobre o objeto do presente estudo, ainda que apresentem fontes, especialmente, da primeira metade do século XX. Com efeito, no atinente à gramaticografia da língua portuguesa de Oitocentos, podemos delinear a evolução do pensamento metalinguístico sobre a colocação das formas pessoais átonas: nas obras publicadas durante a primeira metade do século – com a exceção da gramática de Barbosa – não parece haver critérios claros ou mesmo explícitos sobre a questão em análise, embora se possam deduzir, a partir dos parâmetros que determinámos para o presente estudo, certas tendências, como são a

ênclise quando o verbo assume a posição inicial na oração, a próclise quando uma forma – incluindo o pronome pessoal sujeito, se bem que não haja unanimidade nos autores – se antepõe ao verbo, e a mesóclise como construção conotada em termos estilísticos. Neste contexto, o caso de Barbosa é, como dissemos, excecional, porquanto desenvolve com pormenor, no início do século XIX, os critérios de colocação, os quais serão parcialmente assumidos por uma parte dos gramáticos posteriores, quer portugueses, quer brasileiros.

No âmbito da gramaticografia do português publicada no Brasil, se comparada com o conjunto de obras editadas em Portugal, parece-nos que desenvolve – especialmente aquelas gramáticas que se publicam no último quartel do século – uma análise cuidada da colocação dos pronomes clíticos, ao ponto de ficar plenamente gramatizada em João Ribeiro e Maciel. É possível que esta preocupação dos autores brasileiros deva relacionar-se com a divergência que começava a acentuar-se na colocação dos pronomes clíticos, entre a variedade do português europeia e a brasileira. A este respeito, julgamos esclarecedora a consideração da mesóclise, em Júlio Ribeiro e João Ribeiro, como uma construção ou caso *especial* sem qualquer caracterização de tipo estilístico – como habitualmente se regista nos autores portugueses –, em substituição da qual se vai gramatizando a próclise, se atentarmos nos paradigmas verbais do futuro e do condicional ou nos juízos normativos. No entanto, na gramaticografia brasileira dos últimos anos do século, deteta-se certa tensão, talvez produzida pela consciência linguística do afastamento entre o português europeu e o do Brasil, ao ponto de começarem a registar-se juízos normativos negativos sobre certos usos proclíticos – *brasileirismos* –, como acontece na gramática de João Ribeiro.

Julgamos, em suma, que a reflexão metalinguística sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia da língua portuguesa de Oitocentos é (mais) uma manifestação da riqueza do património gramatical e do pensamento linguístico do português.

Referências bibliográficas

- AULETE, Francisco Júlio Caldas (1864): *Grammatica nacional*. Lisboa: Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa.
- AUROUX, Sylvain (1994): *La révolution technologique de la grammatisation. Introduction à l'histoire des sciences du langage*. Liège: Mardaga.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1822): *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências.
- BEAUZÉE, Nicolas (1767): *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*, 2 vols. Paris: J. Barbou.
- BESERRA, Manuel Soares da Silva (1861): *Compendio de grammatica philosophica*. Ceará: Typographia Social.
- BRAGA, Teófilo (1876): *Grammatica portugueza elementar*. Porto: Livraria Portugueza e Estrangeira.
- BRITO, Ana Maria/Inês Duarte/Gabriela Matos (2003⁵). “Tipologia e distribuição das expressões nominais”. In M. Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramatica da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 795-867.
- COELHO, Francisco Adolfo (1891): *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.^a Editores.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de (1775): *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parme [...]. Tome premier. Grammaire*. Parme: Imprimerie Royale.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano (1831): *Grammatica analytica da lingua portugueza*. Paris: J. Aillaud.
- DUARTE, António da Costa (1859⁴ [1829]): *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. Maranhão: Typ. do Frias.
- FERREIRA, Francisco Soares (1819): *Elementos de grammatica portugueza*. Lisboa: Impressão Régia.
- LEITE, Francisco José Monteiro (1887): *Grammatica portugueza dos lyceus*. Porto: Livraria Civilização.
- MACIEL, Maximino (1914⁵ [1887]): *Grammatica descriptiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves & C.^a; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & C.^a
- MELO, João Crisóstomo do Couto e (1818): *Gramática filosófica [sic] da linguagem portugêza*. Lisboa: Impressão Régia.

- NASCENTES, Antenor ([1935]): *O idioma nacional na Escola Secundária*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- OLIVEIRA, Bento José de (1862): *Nova grammatica portugueza*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2010): “Gramática e defesa da língua: o Castelhana na *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (1672) de Bento Pereira (S. I.)”. In Annette Endruschat/Rolf Kemmler (orgs.), *Portugiesische Sprachwissenschaft: traditionell – modern – innovativ*. Tübingen: Calepinus, 189-200.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2015): “O tratamento dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia do português (séculos XVI-XVII)”, *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 49, 142-162.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2018): “Os pronomes pessoais átonos na gramaticografia portuguesa setecentista”. In João Veloso *et al.* (eds.), *A Linguística em diálogo. Volume comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 321-342.
- REIS, Francisco Sotero dos (1871² [1866]): *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. d’Almeida & C.
- RIBEIRO, João (1920¹⁹ [1887]): *Grammatica portugueza. Curso superior*. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.
- RIBEIRO, Júlio (1885² [1881]): *Grammatica portugueza*. São Paulo/Belo Horizonte: Teixeira & Irmão Editores.
- SANTOS, Jéssica Tavares dos (2011): *A descrição do pronome nas gramáticas brasileiras do século XIX*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF.
- SANTOS, Maria Helena Pessoa (2010): *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822. Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer.
- SILVA, António de Moraes (1806): *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira.

- SILVA, Augusto Freire da (1906⁹ [1875]): *Grammatica portugueza*. São Paulo: Augusto Siqueira & Comp.
- SOUSA, Manuel Dias de (1804): *Gramatica portugueza*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- SWIGGERS, Pierre (1997): *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.

(Página deixada propositadamente em branco)

CARLA SOFIA SILVA FERREIRA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

carlasoff@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5193-3682

TRATAMENTO DO PARTICÍPIO PASSADO DUPLO EM TEXTOS NORMATIVOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX

DOUBLE PAST PARTICIPLE ANALYSIS IN NORMATIVE TEXTS OF THE 18TH AND 19TH CENTURIES

RESUMO: O objetivo do presente estudo é analisar alguns textos normativos dos séculos XVIII e XIX, período posterior à gramaticalização do contexto de tempos compostos, no sentido de (i) saber se os casos de dupla forma participial constituíam um tópico abordado pelo discurso gramatical, (ii) compreender como se faria a prescrição para o uso de formas participiais de verbos abundantes e, ainda, de (iii) procurar a expressão de atitudes linguísticas sobre os usos da época.

A descrição codificatória mostrou-se plural, havendo não só divergências na listagem de verbos abundantes, como ainda atitudes diferentes por parte dos agentes normalizadores. Averbaram-se, ainda, passagens que testemunham usos variantes (Barbosa, 1822: 299). Monte Carmelo (1767: 58-59), por exemplo, prescreve o uso do particípio regular em tempos compostos da voz ativa e, simultaneamente, regista que alguns eruditos utilizariam a forma participial irregular de alguns verbos em todos os contextos.

Encontraram-se, portanto, evidências de que, nos séculos XVIII e XIX, já se prescrevia a distribuição sintática que ainda hoje é considerada normativa (Lobato, 1770; Monte Carmelo, 1767; Souza, 1804); porém, simultaneamente, também já se verificava uma forte modalização na apresentação dessa distribuição sintática (Barbosa, 1822: 299). Aliás, confirmou-se a existência de variação nos usos participiais de vários verbos abundantes.

Palavras-chave: particípio passado duplo, gramáticas, variação diacrónica, variação sincrónica

ABSTRACT: The aim of the present study is to analyze some normative texts of the 18th and 19th centuries, a period after the grammaticalization of the context of compound verb tenses, in order (i) to know if the cases of double past participle form were a topic addressed by the grammatical discourse, (ii) to understand how the use of past participle forms in abundant verbs was prescribed, and (iii) to look for possible linguistic attitudes about the uses in those centuries.

The codifying description of this time was found to be differentiated, with not only divergences in the list of verbs with double participial form, but also different attitudes made by standardizing authorities. Some writings provide evidence of variant uses (Barbosa, 1822: 299). Monte Carmelo (1767: 58-59), for example, prescribes the use of the regular participial form for the active voice in compound verb tenses, and simultaneously notes that some scholars would use the irregular participial form of some verbs in all contexts.

Therefore, there is evidence that in the 18th and 19th centuries the syntactic distribution that is still considered normative had already been prescribed (Lobato, 1770; Monte Carmelo, 1767; Souza, 1804), but a strong modalization of this syntactic distribution already existed at the same time (Barbosa, 1822: 299). In fact, the presence of variation in the past participle uses of several 'abundant verbs' was confirmed.

Keywords: double past participle, grammars, diachronic variation, synchronic variation

1. Introdução

Segundo o princípio da economia linguística (Martinet, 1955), a língua não precisa de manter vivas duas unidades para uma mesma função¹. Ora, provavelmente, um dos casos de abundância morfológica mais duradouros na língua portuguesa é o do particípio passado. Com efeito, a coexistência de duas formas participiais para um mesmo verbo remonta ao Latim e continua a ocorrer com vitalidade. Ainda que, para muitos verbos abundantes, subsistam as duas formas participiais, noutros casos, a seleção da forma votada ao desaparecimento ocorreu há já alguns séculos². Ora foi preterida a forma irregular (cf. verbos *tolher* e *comer* – *tolhido/tolheito*; *comido/comesto*), ora foi a forma regular aquela que entretanto desapareceu, como aconteceu com os particípios de *abrir* e de *cobrir* (*abrido/aberto*; *cobrido/coberto*). Veja-se que tanto sobreviveram formas etimológicas como formas inovadoras. Nos quatro exemplos indicados, as formas irregulares eram as etimológicas, porém

¹ Cf. *Blocking effect* (Kroch, 1994; Lightfoot, 1999). Mark Aronoff (1976: 43) é o criador do termo e do princípio morfológico de *Blocking effect*. Duarte (2010: 19) explica o princípio de economia linguística do seguinte modo: «perante formas concorrentes que exerçam as mesmas funções, o processo de mudança acaba por privilegiar uma delas e eliminar a outra».

² Na verdade, em vários estudos (Laurent, 1999; Barros, 2000; Barros, 2002; Villalva/Almeida, 2005) se refere o facto de, em diacronia, terem existido não só casos de eliminação de formas participiais, como igualmente casos de duplicação destas. Portanto, se já existiam casos de duplas formas participiais etimológicas, mais situações de abundância foram criadas na língua portuguesa. Como sabemos, muitas mantiveram-se em uso até aos dias de hoje.

tiveram destinos diferentes. Ainda assim, muitos outros casos de abundância participial ainda permanecem por resolver na língua portuguesa.

Lightfoot (1999) e Kroch (1994) referem ainda outro possível destino para a dupla morfologia, que consiste no fim da situação de equivalência entre as variantes. Caso ocorra uma distribuição por distintos contextos pragmáticos ou sintáticos, duas formas deixam de ser equivalentes. Assim, assegura-se a necessidade de ambas as formas, dado já não serem redundantes.

Ora, nos textos gramaticais da língua portuguesa, assinala-se, embora com modalizações, uma distribuição funcional das duplas formas participiais, facto que poderia, precisamente, pôr termo à situação de redundância. Ainda assim, no caso dos duplos participios do português, a resolução da abundância não ocorreu, já que, na realidade, a distribuição sintática das formas participiais não é estável, nem unívoca, na medida em que não se aplica de modo igual a todos os verbos abundantes. Para além de diferentes grupos de verbos apresentarem comportamentos distintos em cada um dos vários contextos de ocorrência do participio – facto que é assinalado em alguns textos gramaticais contemporâneos (por exemplo, Cunha/Cintra, 1995: 441-442) –, um mesmo verbo regista usos participiais variantes num mesmo contexto. Com efeito, dados sincrónicos recentes comprovam a *concorrência* de variantes participiais para alguns verbos abundantes (Móia, 2005; Villalva/Almeida, 2005; Duarte, 2010), concretamente no contexto de tempos compostos da voz ativa (Ferreira, 2012).

Na verdade, à parte da dupla morfologia, só por si, o participio passado é de natureza bastante complexa³. Com efeito, as suas múltiplas utilizações originaram, desde há muito, várias discussões em torno da sua categorização ambígua⁴, o que, em última análise, se relaciona com situações de variação.

³ A categoria de participio passado foi, por isso, objeto de múltiplas investigações, que incidem sobre propriedades diversas (morfológicas, sintáticas e semânticas) do seu funcionamento sincrónico, assim como sobre aspetos respeitantes ao seu percurso diacrónico. Para obter mais pormenores e bibliografia, *vide* Ferreira (2012: 9-39). Em especial, sobre a diacronia do participio na língua portuguesa, recomenda-se a leitura dos estudos de Barros (2000; 2002), realizados a partir de *corpora* extensos e diversificados.

⁴ A categorização sintática dos participios é bastante controversa. Efetivamente, embora pertença ao paradigma verbal, o participio passado partilha inúmeras características com o adjetivo (*vide* Ferreira, 2012: 24-28).

Senão, vejamos: o particípio passado é usado em contextos adjetivais, predicativos, passivos e ativos (hoje em dia, fazendo parte de um bloco verbal, no caso dos tempos compostos). Nalgumas dessas situações, a concordância com um nome é absolutamente necessária; noutras, a forma surge invariável. Assim, características adjetivais e traços verbais vão dominando, em diferente grau, as formas participiais. Tendo em conta que os tempos verbais compostos surgiram de um processo de gramaticalização em que a concordância com o nome se foi perdendo, interessa, então, saber como era analisada a existência de duplas formas participiais nos textos normativos, imediatamente após a estabilização do contexto de tempos compostos da voz ativa.

2. Estabilização do contexto de tempos compostos da voz ativa

O processo de gramaticalização de tempos compostos da voz ativa e a consequente estabilização deste contexto ter-se-á dado por volta dos séculos XVI/XVII (Silva, 1989; Harre, 1991; Silva, 1994; Smith, 1995), pelo que, após esse período, em princípio, seria mais notória a distinção entre as estruturas verbais sem concordância e as estruturas em que a forma participial se aproxima mais das formas adjetivais, estabelecendo concordância com um nome.

Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989) investigou as estruturas trecentistas e averbou ocorrências em que o particípio passado de verbos transitivos surgia em concordância com o objeto direto do verbo *ter* ou do verbo *haver*. Das 39 ocorrências de formas participiais recolhidas no seu *corpus* (1989: 439), apenas quatro são de uma forma variável irregular (*aberto*, *coberto*, *feito* e *preso*). Analisando documentos do século XV, Mattos e Silva (1994: 64) assinala uma alteração nestas estruturas, na medida em que já surgem ocorrências de verbos intransitivos no particípio passado e, portanto, necessariamente, na sua forma invariável, facto que assinala o adensar do percurso de gramaticalização.

Também Harre (1991) e Smith (1995) observam a diminuição progressiva da concordância do particípio em género e número com o objeto direto de *ter*, a par da perda gradual do sentido pleno deste verbo, descrevendo, pois, o trajeto percorrido pelo particípio passado ao colocar de parte as caracte-

rísticas que o aproximam do adjetivo e ao salientar as suas especificidades verbais.

Ao estudar o desenvolvimento histórico da construção com o verbo *ter* seguido do particípio passado na língua portuguesa, Harre (1991: 129-147) encontra muito frequentemente, nos textos mais antigos que investiga (século XIV), concordância do particípio passado com o objeto direto e, à medida que o tempo vai passando, nota uma tendência para que esta concordância deixe de ocorrer. Naturalmente, a frequência das construções em que existe esta concordância não desceu abruptamente, mas foi diminuindo consideravelmente, ao passo que o número de construções com o particípio passado invariável – ou seja, a estrutura que hoje identificamos como sendo a dos tempos compostos – aumenta muito, sobretudo a partir dos textos de Padre António Vieira (século XVII) e, de modo ainda mais robusto, nos textos de Luís António Verney, no século XVIII (Harre, 1991: 132-133). Inicialmente, apenas verbos transitivos eram utilizados nesta construção; porém, no século XVII, Harre regista um maior número de ocorrências com verbos intransitivos (Harre, 1991: 132).

Havendo ainda, durante os séculos XVI/XVII, variação entre uma forma variável e uma forma invariável (Silva, 1989; 1994) em construções com o verbo *ter*, não podemos considerar que se trate, plenamente, de um tempo composto. Contudo, após o século XVII, os documentos atestam uma estabilidade muito maior dessa estrutura.

Poderia, portanto, nessa altura, tornar-se mais clara a oposição entre um contexto em que surge uma forma participial *invariável* e outros contextos onde aparece um particípio *variável*, clarificando-se a distribuição funcional que garantiria a sobrevivência de ambas as formas participiais.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo é, precisamente, examinar alguns textos normativos dos séculos XVIII e XIX, período ulterior à gramaticalização do contexto de tempos compostos, com o intuito de (i) saber se, nesse momento, os casos de dupla forma participial constituíam um assunto abordado pelo discurso gramatical, tentando, também, (ii) compreender quais seriam os preceitos orientadores do uso de formas participiais de verbos abundantes e, ainda, (iii) apreender eventuais atitudes linguísticas sobre os usos da época.

3. Análise de textos codificatórios dos séculos XVIII e XIX

Depois de analisados alguns dos vários textos de cariz gramatical dos séculos XVIII e XIX, apresentam-se, por ordem cronológica, apenas os que contêm dados relevantes no que concerne aos verbos com participios passados duplos e aos seus usos.

3.1. Textos codificatórios do século XVIII

Comecemos, então, pelo *Compendio de orthografia* de Frei Luís do Monte Carmelo (1767), onde se registam oito verbos com participio passado duplo e se prescrevem as formas irregulares, a que se chamam «abreviaturas», para usos passivos.

Advirto, que os Participios *Cegado, Entregado, Enxugado, Gastado, Matado, Pagado, Seccado, e Sujado* (...) tem diverso uso a respeito dos outros Participios semelhantes. Quando aqueles tem significação passivas, usamos destas abbreviaturas, *Cega, as, Cego, os, Entregue, es, Enxuta, as, Enxuto, os, Gasta, as, Gasto, os, Morta, as, Morto, os, Paga, as, Pago, os, Secca, as, Secco, os, Suja, Sujo*, e nam de *Entregada, Enxugada, as, &c.* (...) Dizemos v.g. *O velludo foi entregue: As baetas foram entregues pelo Mercador: O panno estava enxuto pelo fogo: as camisas foram enxutas pelo calor dos corpos: O ferro foi gasto pela ferrugem: As espadas estavam gastas pela humidade: A Vanguarda foi reta, e morta pela cavallaria, &c.* (Monte Carmelo, 1767: 58).

Logo de seguida, Carmelo (1767: 58) afirma que se usam as formas participiais regulares para a significação ativa: «quando tem significação activa, ou *transitiva*, usamos delles extensamente, como v.g. *Eu tinha entregado o velludo; Os corpos tinham enxugado as camisas: Os Militares tinham gastado os seus soldos: Os Granadeiros tinham ja matado o primeiro Esquadrám, &c.*». O verbo auxiliar é, em todos os exemplos, o verbo *ter*.

Apesar de Monte Carmelo prescrever a distribuição sintática de ambas as formas, salienta que outros eruditos utilizam a forma *irregular* em todos os contextos.

Alguns Eruditos reprovam estes Participios extensos, e usam em ambas as significações dos abbreviados *Cego*, *Entregue*, *Enxuto*, *Gasto*, *Morto*, &c. e destes derivam os *Adjectivos passivos*, e transitivos *Entregue*, *Enxuta*, &c. De semelhante Frase usamos nos Participios dos Verbos *Romper*, e seus *Compostos*; porque em lugar de *Rompido*, *Corrompido*, se pode dizer *Rota*, *Rotas*, *Roto*, *Rotos*, *Corrupta*, *as*, *Corrupto*, *os*, v.g. *A Infantaria foi rota pela cavallaria*; *A cavallaria tinha roto os Granadeiros*. (Monte Carmelo, 1767: 58-59)

Caso esta tivesse sido a posição unânime dos utilizadores da língua, a situação de abundância participial poderia ter tido a sua resolução, mas não existiu essa uniformidade. Embora Carmelo descreva uma atitude de forte reprovação por parte de alguns falantes cultos da língua em relação às formas participiais regulares, pessoalmente, demarca-se e salvaguarda a sua posição a favor da distribuição sintática até haver uma confirmação «por maior numero de *orthólogos*» (Monte Carmelo, 1767: 59).

Já no que diz respeito ao verbo *ganhar*, Monte Carmelo apresenta *ganbado* como o único participio correto. Ainda assim, regista o uso da forma irregular *ganbo*, desta vez não por eruditos, mas por parte do povo.

A *Plebe* tambem abbrevia o Participio *Gánbádo* do Verbo *Ganbár*; porque diz v.g. *O jogo esta ganbo por mim: Os jornaes foram ganbos pelos officiaes*, &c. **mas isto he um erro**; porque *Ganbo* he *Nome* substantivo, e nunca pode ser *adjectivo Participio* com significacão passiva, pois **nam podemos dizer** v.g. *As luvas foram ganbas, e estão ganbas por Francisco*, &c. Peloque **devemos dizer**: *As luvas estão gánbadas*, &c. (Monte Carmelo, 1767: 59; negritos meus).

É de salientar a atitude fortemente prescritiva deste gramático. No seu discurso, várias vezes utiliza expressões como as destacadas na citação anterior, que denotam um juízo de valor muito marcado.

Na obra *Arte da grammatica da lingua portugueza*, depois de uma introdução sobre o participio e depois de apresentar alguns verbos para exemplificar as formas participiais de cada conjugação, António José dos Reis Lobato (1770) refere exceções na respetiva morfologia. Na 1.^a conjugação, refere os verbos *matar*, *pagar* e *soltar*, que têm uma forma irregular. Refira-se que a forma *matado* não é mencionada por Lobato. As palavras exatas do gramá-

tico são as seguintes: «Excepção III [1.^a conjugação] Dos Verbos, que mudão no Participio. *Matar* faz no preterito *Matei*, e toma o Participio *Morto*, *Morta* do verbo *Morrer*» (Lobato, 1770: 161). As outras duas exceções apresentadas são referentes aos verbos *pagar* e *soltar*. A lista inicial exhibe, para ambos os verbos, apenas a forma participial irregular no masculino e no feminino. No entanto, imediatamente de seguida, surge a explicação de que estas formas são contrações das formas regulares: «*Pagar*, *Paguei*, *Pago*, *Paga*. *Soltar*, *Soltei*, *Solto*, *Solta*. O Participio *Pago*, *Paga* do verbo *Pagar* he contracção de *Pagado*, *Pagada*. Também *Solto*, *Solta* he contracção de *Soltado*, *Soltada*» (Lobato, 1770: 161). Deste modo, Lobato deixa em aberto duas possibilidades: (i) a de as formas *pagado* e *soltado* ainda existirem; (ii) a de as formas regulares terem sido *substituídas* pelas irregulares correspondentes. Assim, Lobato opta por não produzir juízos de valor a propósito de nenhuma das formas, explicando apenas que uma teria nascido da outra.

Entretanto, sob um título à parte, Lobato (1770: 164-165) indica os verbos da 2.^a conjugação que têm dois participípios: *romper* (*rompido*, *roto/rota*), *morrer* (*morrido*, *morto/morta*), *incorrer* (*incorrido*, *incurso/incursa*), *suspender* (*suspendido*, *suspenso/suspensa*), *eleger* (*elegido*, *eleito/eleita*). Para além disso, acrescenta em nota que a forma *morrido* existe: «O Participio *Morrido* acha-se usado» (Lobato, 1770: 164). Nesta expressão, assim como noutras, o gramático faz-nos crer que a sua recomendação é baseada no uso registado. Numa advertência em que explica a distribuição das duas formas participiais pelos tempos compostos da voz ativa e pelos contextos de voz passiva, Lobato também diz que «se usa» assim e que «costumamos dizer» dessa maneira. Não se registam em Lobato expressões de cariz tão prescritivo como acontecia no discurso de Carmelo.

Advertencia.

Nos verbos que tem dous Participios, (...) como v.g. no verbo *Romper* o Participio indeclinavel *Rompido* se usa nos tempos compostos da voz activa, porque dizemos v.g. *Pedro tinha rompido o segredo*; e o Participio declinável *Roto*, *Rota* junto com o verbo auxiliar *Ser* se usa na voz passiva, porque costumamos dizer v.g. *O segredo foi roto por Pedro*, e não *rompido por Pedro* (Lobato, 1770: 164-165).

Segundo Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783: 83), «dizemos *cégo, entrégue, enxuto, ganho, gasto, morto, pago, secco, sujo*, e não *cegado &c*». Este preceito, averbado na sua *Grammatica philosophica*, não fica, porém, bem esclarecido, já que Melo Bacelar não identifica o(s) contexto(s) em que se deve dizer assim, permitindo inferir que a recomendação será válida para todos os contextos. Nas 2.^a e 3.^a conjugações, acrescenta a esta lista de verbos com participios irregulares *dizer, querer, ver* e *fazer*, apenas com as formas *dicto, quisto, visto* e *feito*, respetivamente. A propósito do verbo *corromper*, tece um comentário semelhante ao que fez sobre o conjunto de formas irregulares dos verbos da 1.^a conjugação, acrescentando a informação sobre a frequência de uso: «Dizem *Corrupto, morto*; e poucas vezes *corruptido &c*» (Bacelar, 1783: 91). Se, na primeira citação, Melo Bacelar se inclui nos usuários das formas participiais irregulares, no caso de *corromper*, opta por mudar a pessoa verbal, tornando a forma impessoal («Dizem»).

Quanto a *eleger*, averba as formas *elegido* e *eleito* (Bacelar, 1783: 88).

3.2. Textos codificatórios do século XIX

No *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*, após uma introdução em que se descrevem as desinências dos participios regulares e se exemplificam alguns dos verbos das três conjugações, João Casimiro (1803: 23-55)⁵ apresenta as exceções. A primeira diz respeito ao verbo *matar*, para o qual se identifica apenas uma forma irregular proveniente do verbo *morrer* (Casimiro, 1803: 56).

À semelhança de António Lobato (1770), relativamente a *pagar* e a *soltar*, o discurso de Casimiro não é completamente explícito no que diz respeito à identificação das formas que, na sua época, estão em vigor, na medida em que o participio irregular é referido como sendo contração do regular, não se tendo a certeza se Casimiro considera as formas regulares também formas usadas ou a usar: «Pagar, Paguei, Pago, Paga. Contracção de Pagado, Pagada»;

⁵ A edição citada do *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza* é a segunda. A primeira data de 1792.

«Soltar, Soltei, Solto, Solta. Contracção de Soltado, Soltada» (Casimiro, 1803: 56).

Há um outro conjunto de verbos que João Casimiro explicita, neste caso de modo inequívoco, ter duas formas participiais. Trata-se dos verbos *romper*, *morrer*, *incorrer*, *suspender* e *eleger*: «Romper, Rompi, Rompido, a, Roto, a. Morrer, Morri, Morrido, Morto, Morta. Incorrer, Incorri, Incorrido, Incurso, a. Suspender, Suspendi, Suspendido, Suspenso, Suspensa. Eleger, Elegi, Elegido, Eleito, Eleita. Tem dous participios» (Casimiro, 1803: 57). Atente-se no facto de que, ao colocar a possibilidade de haver o feminino de *rompido*, Casimiro deixa implícito o seu uso em contextos predicativos ou de voz passiva. Ainda assim, esta situação não acontece para mais nenhum verbo, o que pode indicar que se tratou apenas de um lapso.

É ainda de referir que *frigir* e *imprimir* surgem a par de *cobrir* e *abrir*, como verbos a que Casimiro reconhece apenas uma forma participial irregular (Casimiro, 1803: 58). Como veremos, outros gramáticos contemplam *frigir* e *imprimir* entre os verbos que têm dupla forma participial.

Manoel Dias de Souza (1804: 103-105) aduz, conjugação a conjugação, uma lista, bem mais longa, de 45 verbos com duas formas participiais: 15 verbos da 1.^a conjugação (*aceitar*, *entregar*, *enxugar*, *excetuar*, *expressar*, *expulsar*, *gastar*, *exemptar*, *livrar*, *manifestar*, *matar*, *pagar*, *professar*, *soltar*, *sujeitar*); 13 verbos da 2.^a conjugação (*absolver*⁶, *absorber*, *acender*, *corromper*, *eleger*, *encher*, *escrever*, *incorrer*, *morrer*, *prender*, *romper*, *suspender*, *torcer*), para além dos vários compostos de *escrever*, como *prescrever*, *proscrever*, *subscrever*; 17 verbos da 3.^a conjugação (*abrir*, *afligir*, *concluir*, *contrair*, *cobrir*, *distinguir*, *distrair*, *erigir*, *exaurir*, *expelir*, *extinguir*, *frigir*, *imprimir*, *possuir*, *reprimir*, *submergir* e *suprimir*), a que acrescem os compostos de *cobrir*, como *descobrir*.

Especificamente para os verbos *pagar* e *soltar*, Souza adiciona uma nota de rodapé em que indica que «os Participios *Pago*, *Paga* he [sic] contração de *Pagado*, *Pagada*; *Solto*, *Solta* o he também de *Soltado*, *Soltada*» (Souza, 1804: 103). Recorde-se que já Lobato (1770) e Casimiro (1803) registavam esta

⁶ Para o verbo *absolver* surgem três formas participiais possíveis: «Absolto, ou Absoluto, ou Absolvido» (Souza, 1804: 104).

informação. Todavia, Lobato e Casimiro não tinham a forma regular na lista inicial, ao passo que Souza averba de imediato as quatro formas para cada um dos verbos em causa e deixa a informação sobre a contração apenas secundarizada numa nota.

Souza adverte claramente que «nos verbos que tem dois Participios, o Participio indeclinavel de huma só fôrma acabado em *o* serve para a vós activa; e o declinavel de duas fôrmas serve para a vós passiva» (Souza, 1804: 106). Apresenta ainda um exemplo idêntico ao de Lobato (1770: 164-165): «No verbo *Romper*, o Participio declinavel *Rompido* uza-se na vós activa, porque dizemos: *Pedro tinha rompido o segredo*; e o Participio declinavel *Roto*, *Rota* uza-se na vós passiva; porque costumamos dizer: *O segredo foi roto por Pedro*, e não *rompido por Pedro*» (Souza, 1804: 106). Note-se que mesmo as expressões introdutórias ao exemplo são análogas, reforçando também, como vimos, a legitimidade advinda do *uso* e do *costume*.

Por seu lado, em 1806, António de Morais Silva, natural do Rio de Janeiro, regista uma lista considerável de verbos abundantes. Silva (1806: 53) começa por explicar que os «participios do preterito, ou passado» funcionam como «attributo do verbo passivamente, completo e acabado: v.g. o livro está *lido*, a casa *cauada*, *paramentada*» ou, alternativamente, como formas invariáveis «paciente[s] dos verbos *Haver* e *Ter*», a que dá o nome de *supinos*. Os exemplos dados por Morais Silva (1806: 53) são os seguintes: «tenho *lido* livros, *acabado* obras, *visto* Cidades».

Em nota, aquando da explicação das estruturas apassivantes, Morais Silva (1806: 59) explica mais detalhadamente que «quando se apassivão os Supinos, são invariáveis: v.g. *Tem se impresso*⁷ livros; *sentido falta de gente*; *tem se feito muita obra*». Em tempos compostos a existência de concordância «é erro», mas, pelo contrário, quando o verbo *ser* está acompanhado do participio passado, a concordância é necessária na medida em que o participio funciona como um adjetivo (Silva, 1806: 59). Assim, os exemplos «*as casas tem-se avaliado*, ou, *tem sido avaliadas por vezes*» «são exemplos correctos, porque os adjectivos, que modificão o infinito *ser*, e os seus *gerundio*, e *supino* concor-

⁷ Repare-se no uso da forma participial *irregular* do verbo *imprimir*, considerado abundante por Morais Silva (1806: 158-160), como veremos de seguida.

dão com o sujeito: v.g. *o seres bella; em sendo minha te servirei melbormente; as casas tem sido avaliadas*» (Silva, 1806: 59).

Já no capítulo III, ao concluir a enumeração de algumas «composições viciosas», António Silva (1806: 117) comenta que, na sua contemporaneidade, não seria correto usar os participios nas suas formas variáveis em tempos compostos, como se fazia em tempos idos, e recomenda o uso dos supinos, formas invariáveis. Ainda assim, não aduz nenhum exemplo com verbos que considere abundantes, caso em que não haveria apenas a presença de concordância a notar, mas, em princípio, a própria forma participial poderia ser diferente.

hoje seria um Solecismo supprir os tempos compostos dos verbos, com participios passivos, em vez dos supinos. Os nossos Autores clássicos muitas vezes o confundirão dizendo: v.g. “Tinhão uns *vendidas*, e *deixadas*, outros *trocadas as armas* pela mercancia, e *posto a fortaleza* naquelle estado” (*Lucena, folio 375. Col.I.*) “Depois que tivesse *vista* a Rainha; e depois de *a ter visto*.” (*A. Pinto Pereira, L. I.c.19.*) “Não tem elRei meu Senhor *ganbadas* as Indias, e *quantos reinos tem ganbado*” (*Comment. D’Albuq. P. I.c. 60.*) Hoje compomos os tempos complexos com os supinos, que são nomes verbaes invariaveis: v.g. *tinhão vendido, deixado, trocado* as armas: depois que *tivesse visto* a Rainha: *tem ganbado* as Indias: &c. (Silva, 1806: 117-118).

Veja-se que Silva escolhe exemplos em que surgem verbos que têm apenas forma regular (*vender, deixar, trocar* e *ganbar*⁸) ou verbos cuja única forma participial é irregular (*ver*). Assim, ao usar verbos não abundantes, neste capítulo, Silva coloca o foco apenas na variabilidade ou na invariabilidade da forma participial, não cotejando, para já, casos de verbos com formas duplas.

Morais Silva esclarece que, para além dos tempos compostos, há uma outra situação em que o participio passado surge com o verbo *ter*. Só neste caso, em que o verbo *ter* mantém o seu sentido pleno de *posse*, é que se permitiria o uso das formas variáveis. No início do século XIX, a diferença entre os tempos

⁸ Como veremos, o verbo *ganbar* não está na lista dos verbos a que Silva reconhece abundância participial.

compostos e esta outra estrutura de tipo predicativo era, portanto, reconhecida por alguns gramáticos com toda a clareza.

Só usamos dos participios, quando não queremos significar o complemento da acção verbal, mas queremos qualificar a coisa, que possuímos, ou temos: v.g. tenho ainda as armas *compradas* para aquella occasião; (...) tenho (*posso*) *duas moradas de casa feitas*, e *acabadas*, por mim, ou por outrem (Silva, 1806: 118).

Posteriormente, ao apresentar os verbos irregulares de cada uma das conjugações, António de Moraes Silva enumera os *supinos* – ou seja, formas invariáveis a usar nos tempos compostos que, no caso de verbos abundantes, correspondem a formas regulares –, e os *participios* – formas variáveis que, no caso de verbos com dupla forma participial, correspondem a formas irregulares – de 82 verbos. Para muitos dos verbos, Moraes Silva fornece abonações em que se confirma a distribuição sintática de ambas as formas. Veja-se, apenas a título de exemplo, o caso dos verbos *descalçar* e *vagar*: «tendo descalçado os sapatos; estou descalço» (Silva, 1806: 134); «está *vago* o officio; tem *vagado* muitos beneficios» (Silva, 1806: 136).

No caso da 1.^a conjugação, os 29 verbos registados com dupla forma participial são os seguintes: *anexar*, *cativar*, *cegar*, *descalçar*, *entregar*, *enxugar*, *escusar*, *excetuar*, *expressar*, *expulsar*, *fartar*, *infestar*, *inquietar*, *isentar*, *juntar*, *limpar*, *manifestar*, *matar*, *molestar*, *ocultar*, *pagar*, *professar*, *quietar*, *salvar*, *secar*, *segurar*, *sepultar*, *suspeitar* e *vagar* (Silva, 1806: 133-136). Quanto à 2.^a conjugação, Moraes Silva identificou 23 verbos abundantes: *absolver*, *absorver*, *acender*, *agradecer*, *atender*, *caber*, *convencer*, *converter*, *corromper*⁹, *defender*, *eleger*¹⁰, *envolver*, *incorrer*, *interromper*, *nascer*, *morrer*, *prender*, *preverter*, *querer*, *resolver*, *romper*, *suspender*, *torcer* (Silva, 1806:

⁹ Ao verbo *corromper*, Silva reconhece o supino *corrompido* e, como participio, igualmente a forma regular, mas, também, «talvez *corrupto*» (Silva, 1806: 141). É interessante notar que, hoje em dia, diríamos que *corrupto* é adjetivo, ao passo que *corrompido* é a forma a usar na voz passiva.

¹⁰ Para o verbo *eleger*, Silva (1806: 141) aduz as duas formas *elegido* e *eleito*, fazendo, no entanto, a ressalva de que «os Antigos dicerão *elegido* no participio».

140-142)¹¹. Na 3.^a conjugação, Morais Silva regista 30 verbos abundantes: *abrir, abstrair, afligir, cobrir, concluir, confundir, contrair, difundir, dirigir, distinguir, dividir, erigir, exaurir, expelir, exprimir, extinguir, extrair, frigar, imprimir, incluir, infundir, inserir, instruir, oprimir, possuir, reprimir, submergir, suprimir, surgir, tingir* (Silva, 1806: 158-160)¹².

Assinale-se que, para alguns verbos em particular, Morais Silva considera que a forma irregular é destinada não só a contextos adjetivais e à voz passiva, como também aos tempos compostos. É o caso das formas *roto*, *junto* e *morto* (*matar*) e, também, *impresso*, como veremos mais à frente.

- *roto* também é partic. e sup. o *roto alumno*; *as rotas velas*; *vão rotos os Reis* de Sevilha e Granada: tem *roto*, e destróçado. Supin (*Lusiada*, Canto 8) (Silva, 1806: 142).
- se tinham *junto* muitos varões em Veneza. (*Severim, Notic.*) (Silva, 1806: 134).
- *Matado* de Matar? Dizem: a peste *tem morto* muita gente; João *foi morto* na briga; depois de *haver morrido*, ou *ser morta* muita gente. *Morrido* participio não de diz: v.g. *estou morrido*; mas *morto* (Silva, 1806: 135).

Note-se ainda, a propósito do verbo *matar*, que Morais Silva (1806: 135) ilustra os tempos compostos com a forma participial irregular *morto*: «a peste *tem morto* muita gente». Apesar da possibilidade de existência da forma regular *matado* levantada por Silva, o gramático não chega a exemplificar o seu uso. O ponto de interrogação utilizado faz crer que Silva a considera possível, mas, na prática, ele não a ilustra. Na verdade, Morais Silva não faz juízos de

¹¹ Para além dos verbos acima identificados, Morais Silva integra na lista de «supinos e participios diferentes, dos verbos que tem os infinitivos em *er*» (Silva, 1806: 140) alguns verbos aos quais, na realidade, só reconhece um dos participios, o regular. É o que sucede com *apprazer, caber, conhecer, encender, estender, haver, saber* e *ter*. O verbo *escrever* surge igualmente nestas tábuas de verbos; porém, Silva (1806: 141) regista apenas a forma irregular, anotando que a forma «*escrevido* é antiq.». Acrescenta ainda *jazer* e *ser* (Silva, 1806: 141-142), que carecem de participio e têm apenas supino, isto é, forma regular a usar em tempos compostos. Há ainda o registo de que as formas *convicto* e *interrupto* são pouco usadas (Silva, 1806: 141).

¹² Apesar da sua integração nesta lista, há cinco verbos, *dividir, instruir, oprimir, reprimir* e *suprimir*, para os quais se apresenta a forma irregular como pouco usada (*diviso, instructo, opresso, represso* e *supresso*, respetivamente).

valor sobre nenhuma das formas, apenas apresenta o que se diz e o que não se diz, aparentemente com base nos usos.

Mais adiante, relativamente ao verbo *morrer*, Morais Silva (1806: 141) confirma que «*morrido* nunca é particípio, poisque não dizemos *sou*, nem *estou morrido*, ainda que digamos c'ò Supino: *tem morrido* muita gente», pelo que essa forma regular é apenas destinada aos tempos compostos.

Quanto a *imprimir*, salienta que «*Imprimido* é antiquado», pelo que «dizemos: “*Tem se Impresso* muitos Livros: foi o Livro *impresso* em Lisboa:” *chitas impressas; palavras impressas; &c*» (Silva, 1806: 159).

Na *Grammatica philosophica da língua portugueza*, Jerónimo Soares Barbosa (1822) começa por referir questões de categorização do particípio passado: o particípio tem como original a natureza adjetival; a forma participial verbal nasceu a partir do seu uso adjetival passivo (Barbosa, 1822: 289-290)¹³.

Seguidamente, distingue a estrutura de tempos compostos (com o verbo auxiliar *ter*) da estrutura predicativa do particípio com o verbo *ter*, evidenciando que o processo de gramaticalização estava já bem sedimentado.

quando (...) participios passivos se juntão com o verbo *Ter*, então este deixa de ser auxiliar, e passa á sua significação natural, e primitiva de verbo activo no sentido de *Possuir*; e então em vez do substantivo, em que se exercita a acção do participio activo, ir adiante deste, passa para traz delle. Porque he couza mui differente dizer: *Tenho escripto hum papel, Tenho feito huma carta, Terei concluido esta obra*, do que *Tenho hum papel escripto, Tenho huma carta feita, Terei esta obra concluida* (Barbosa, 1822: 292-293).

¹³ A dificuldade de categorização sintática dos participios também já foi objeto de investigações elaboradas numa perspetiva diacrónica. Ao referir os participios fortes de origem latina que sobreviveram na língua portuguesa, como, por exemplo, *aceso, aceito, bento, enxuto, impresso, junto, nado, preso, roto* ou *tinto*, já Williams (1961 [1.^a ed. 1938]: 189) aludia ao processo de recategorização dos participios em adjetivos e à consequente dificuldade de os distinguir das formas verbais, sublinhando que «é difícil determinar se muitas das formas fortes sobreviventes são ainda realmente participios, por causa da distinção entre o uso verbal e o uso adjectival, que é extremamente despiante em português e ainda não foi definida». Da mesma forma, Laurent refere a relação quer sincrónica quer histórica entre o particípio passado e o adjetivo: «[across] Romance, there has been an ebb and flow between adjectival and grammaticalized past-participial function through time» (Laurent, 1999: 352).

Barbosa (1822: 293) esclarece ainda que «nas primeiras expressões o verbo *Ter* he auxiliar, e os participios são activos; nas segundas o mesmo verbo he adjectivo passivo, e os participios são passivos; que porisso concordão em genero e numero com os substantivos, que os precedem, e devem preceder para evitar o equivoco». A ordem é, portanto, um fator importante na distinção de ambas as construções sintáticas.

Posteriormente, Jerónimo Soares Barbosa (1822: 295-298) regista uma lista com 96 verbos abundantes: 38 verbos da 1.^a conjugação (*aceitar, afeiçoar, agradar, anexar, aprontar, arrebatat, cativar, cegar, descalçar, entregar, enxugar, escusar, excetuar, expressar, expulsar, fartar, gastar, ignorar, infestar, isentar, juntar, limpar, manifestar, matar, misturar, molestar, ocultar, pagar, professar, quietar, salvar, secar, segurar, sepultar, soltar, sujeitar, suspeitar, vagar*); 28 verbos da 2.^a conjugação (*absolver, absorver, acender, agradecer, atender, convencer, converter, corromper, defender, eleger, encher, envolver, escrever, conter, escurecer, estender, incorrer, interromper, manter, morrer, nascer, perverter, prender, resolver, reter, romper, suspender, torcer*); 30 verbos da 3.^a conjugação (*abrir, abstrair, afligir, concluir, confundir, contrair, cobrir, difundir, dirigir, distinguir, dividir, erigir, exaurir, expelir, exprimir, extinguir, extrair, frigir, imprimir, incluir, infundir, inserir, instruir, oprimir, possuir, reprimir, submergir, suprimir, surgir e tingir*).

Quanto ao uso das duas formas participiais, Barbosa (1822: 299) explica que «não se pôde estabelecer huma regra fixa e universal» e acaba por modular bastante a apresentação da distribuição sintática ainda hoje maioritariamente indicada pelos gramáticos: «So sim se pôde dizer em geral, que os da primeira forma regular são ordinariamente os verdadeiros participios, ou activos e indeclinaveis, conjugados com o auxiliar *Ter*; ou passivos e declinaveis, conjugados com o verbo substantivo *Ser*».

Também Soares Barbosa considera que, «pela maior parte», os participios irregulares são «contrahidos» a partir da forma regular. As formas irregulares são «mais huns adjectivos verbaes do que participios» e, normalmente, «indicação huma qualidade subsistente no sujeito», e, por isso, «atribuem[-se] aos sujeitos melhor com os verbos *Ser* ou *Estar*, do que com o verbo *Ter*, como: *Sou aceito, Sou grato, Estou prompto, Estou afflicto*» (Barbosa, 1822: 299).

Na verdade, Jerónimo Soares Barbosa decide não apenas relativizar a regra descrita, como ainda aponta inequivocamente usos diferentes para um conjunto específico de verbos:

Isto não obstante, alguns destes adjectivos verbaes se usão em sentido activo junc-tos ao auxiliar *Ter*, como: *Tenho entregue, Tenho farto, Tenho escripto, Tenho gasto, Tenho juncto, Tenho morto, Tenho pago, Tenho acceito*; e outros em sentido pas-sivo, como: *Ter Aberto, Coberto, Expulso, Extincto, Eleito, Morto, Preso, Roto, Solto, &c.* (Barbosa, 1822: 299).

O gramático explica até que alguns antigos não conheciam as formas irre-gulares de alguns verbos, razão pela qual usavam as correspondentes formas regulares. Barbosa reitera ainda que, em contextos adjetivais e de passiva, os participios têm de estabelecer concordância com um nome. Neste caso, no entanto, o exemplo que aduz não é de um verbo abundante; contém uma forma regular («premiados»), uma vez que é esta a única forma participial do verbo.

Muitos destes participios contractos não erão conhecidos de nossos antigos Escrip-tores, como *Afflicto, Acceito, Erecto, Gasto, Isento, Impresso, Pago, &c.* e em lugar deles usavão dos regulares Affligido, Acceitado, Erigido, Gastado, Isentado, Impri-mido, Pagado, &c. Seja como fôr, estes participios passivos conjugados com o verbo substantivo em todas suas Linguagens e de seus auxiliares, e concordados em genero e numero com os sujeitos pacientes das mesmas, fazem a voz passiva dos verbos activos, como: *Se vossos serviços são mal premiados, basta-vos...* (Barbosa, 1822: 299).

Mais tarde, já em 1864, Caldas Aulete integra na sua *Grammatica nacional* uma lista com 25 verbos abundantes: 12 da 1.^a conjugação (*cativar, entregar, enxugar, expressar, expulsar, fartar, isentar, juntar, matar, pagar, salvar, soltar*), 4 da 2.^a conjugação (*eleger, escrever, romper, suspender*) e 9 verbos da 3.^a conjugação (*abrir, cobrir, erigir, exaurir, expelir, frigir, imprimir, inserir e tingir*). É, no entanto, de notar que Caldas Aulete não chega a explicitar qual o uso de cada uma das formas participiais.

3.3. Consensos e divergências

Após a análise de textos normativos dos séculos XVIII e XIX, verifica-se que, apesar da existência de algumas tendências comuns, as diferenças no tratamento dos casos de abundância participial sobressaem.

A comparação da lista de verbos abundantes fornecida pelos oito gramáticos permite apurar que *pagar* é o verbo que suscita mais unanimidade, surgindo com dupla forma em todos os textos, à exceção do de Bernardo Bacelar (1783: 83), que lhe identifica apenas a forma participial irregular.

Noutros casos, no entanto, a disparidade é marcante. Lobato (1770) e Casimiro (1803) afirmam que *matar* e *enxugar* têm apenas as formas *morto/morta* e *enxugado*, respetivamente, ao passo que Monte Carmelo (1767: 58-59), Souza (1804: 103-105), Barbosa (1822: 289-299) e Aulete (1864: 48) integram ambos os verbos na lista dos abundantes. Pelo contrário, Bacelar (1783: 83) reconhece apenas a forma irregular a *enxugar*¹⁴. Por seu turno, Morais Silva (1806: 135), ao usar um ponto de interrogação à frente do participípio regular *matado*, pondera – mas questiona – a possibilidade de a forma existir.

Algo semelhante acontece com *frigir* e *imprimir*, a que Casimiro reconhece apenas as formas irregulares (*frito/frita*; *impresso/impressa*)¹⁵, enquanto Souza (1804: 103-105), Barbosa (1822: 289-299) e Aulete (1864: 48) contemplam também as formas regulares para os dois verbos. Silva (1806: 159) regista todas as formas, mas ressalva que a forma regular *imprimido* é antiquada.

Há, portanto, várias situações de discrepância no que diz respeito ao reconhecimento de formas participiais dos verbos. Se em muitos textos codificatórios dos séculos XVIII e XIX nem sequer se referem casos de verbos com dupla forma participial, nos textos de cariz gramatical que integram o assunto, não só o número de verbos abundantes é muito variável (entre 7 e 96 verbos), como o tratamento da questão também é muito diverso. Bernardo Melo

¹⁴ A forma *enxuto* é a etimológica (Williams, 1961 [1ª ed. 1938]: 189).

¹⁵ As formas *impresso* e *frito* são as etimológicas (Williams, 1961 [1ª ed. 1938]: 189). O verbo que deu origem a *frigir* tinha uma forma participial forte (FRICTUM), mas, posteriormente, foi criada a forma fraca (*frigido*) através da flexão (Laurent, 1999: 368). Por sua vez, criado o verbo *fritar* (FRICTUM > *frito* → *fritar* → *fritado*), este passou a disponibilizar duas formas participiais.

Bacelar (1783: 83 e 88), por exemplo, apresenta formas participiais irregulares de alguns verbos como preferenciais em relação às correspondentes regulares, dando a entender que esta preferência é válida para todos os contextos, enquanto, para um outro verbo (*eleger*), indica duas formas participiais sem pormenorizar os contextos de uso de cada uma delas. Caldas Aulete (1864) também não esclarece a utilização a dar às duas formas dos 25 verbos que identifica como abundantes. Do lado oposto, Barbosa (1822) e Monte Carmelo (1767) explicam detalhadamente os usos das duplas formas participiais.

Encontraram-se evidências de que, nos séculos XVIII e XIX, já se prescrevia a distribuição sintática que ainda hoje é considerada normativa (Lobato, 1770; Monte Carmelo, 1767; Souza, 1804; Silva, 1806); porém, também se atesta variação nos usos participiais. Com efeito, apesar da maior definição da oposição entre o uso verbal e os usos adjetivais do participípio, averbaram-se algumas passagens que comprovam a existência de usos variantes nessa altura.

Tome-se o exemplo de Monte Carmelo (1767: 58-59), que atesta a opinião de outros eruditos de que era possível utilizar a forma irregular em todos os contextos. Apesar desta constatação, este autor sublinha que o seu juízo é contrário. A par da objetividade da descrição linguística, Monte Carmelo não hesita em prescrever a distribuição sintática das formas participiais.

Pelo contrário, Bernardo Bacelar (1783: 83 e 91) é, precisamente, um dos que optam por defender o uso da forma participial irregular de verbos como «*cêgo, entrégue, enxuto, ganho, gasto, morto, pago, secco, sujo*» e «*corrupto*». Não identificando, ao certo, nenhum contexto para o uso destas formas, nem apresentando nenhum exemplo, Bacelar leva-nos a concluir que advoga a utilização da forma irregular em *todos* os contextos.

Monte Carmelo (1767: 58-59) dá conta de variação para o verbo *ganbar*. Defende a construção «*As luvas estão ganbadas*» e, simultaneamente, atesta o uso da forma participial irregular pela plebe nestes contextos.

Morais Silva (1806) atesta, igualmente, o uso de formas participiais irregulares, como *roto, junto, morto (matar)* e *impresso*, em frases com tempos compostos da voz ativa, sem, no entanto, tomar uma atitude prescritiva como fez Monte Carmelo. Moraes Silva opta por registar usos.

O texto de Jerónimo Soares Barbosa (1822: 299) é também revelador da situação de variação que ocorria no século XIX no que concerne aos verbos

abundantes, pois, para além de relativizar a regra de distribuição sintática apresentada, o autor atesta claramente o uso de «*Tenbo entregue, Tenbo gasto, Tenbo juncto, Tenbo morto, Tenbo pago, Tenbo acceito*».

4. Conclusão

Conclui-se, portanto, que a descrição não é convergente e as atitudes linguísticas de cada um dos gramáticos também não o são. Para além disso, há divergências na lista de verbos abundantes considerada pelos diferentes autores. Naturalmente, discrepâncias deste tipo no discurso normativo facilmente potenciam a situação de variação que parece ter raízes remotas.

Nalguns textos codificatórios, defende-se a distribuição sintática das formas participiais, sendo a regular destinada aos contextos de tempos compostos da voz ativa, ao passo que a forma irregular é indicada para construções passivas e adjetivais. No entanto, noutros textos gramaticais registam-se, em tempos compostos da voz ativa, usos da forma *irregular* de verbos considerados abundantes e, noutros contextos, usos da forma irregular de verbos a que outros autores reconhecem apenas uma forma regular. Também as atitudes perante as situações de variação que retratam são distintas entre si, na medida em que alguns gramáticos defendem acerrimamente os usos que prescrevem, enquanto outros apresentam as diferentes práticas sem defenderem nenhuma em particular. Outros, ainda, referem *apenas* o uso da forma irregular em todos os contextos, ao contrário do que é prescrito pela maioria dos gramáticos.

Verificou-se, pois, que apesar de o processo de gramaticalização de tempos compostos já estar ultimado, a distribuição sintática das formas participiais não se tornou necessariamente mais clara nem estável para os usuários da língua.

De facto, como pudemos constatar, a perda de concordância que deu origem aos tempos compostos não promoveu uma situação unívoca de uso só da forma participial regular ou só da forma irregular de verbos abundantes nesse contexto. Ambas as formas participiais surgem atestadas, desde que invariáveis. Aliás, dada a existência de verbos não abundantes, sempre tivemos a presença de formas regulares e de formas irregulares no contexto de

tempos compostos da voz ativa. Para os muitos verbos não abundantes que têm apenas uma forma regular, é esta a forma que surge invariável em tempos compostos da voz ativa. Por outro lado, no caso dos verbos não abundantes que apresentam apenas um particípio irregular, é essa forma que ocorre, invariável, em tempos compostos da voz ativa. Vimos que, nalguns textos gramaticais, a apresentação do contexto referido coloca o foco precisamente na invariabilidade das formas participiais (Silva, 1806: 53; 117-118), a partir de exemplos com verbos não abundantes. Podemos, portanto, considerar que este tipo de verbos desempenha um papel importante na continuidade da redundância participial. Esta situação pode mesmo ter potenciado a situação de variação no caso dos verbos abundantes.

É conhecido que a redundância participial tem origens muito longínquas e que não se resolveu até ao século XXI. Sabemos, também, que o percurso histórico dos vários verbos abundantes é bastante diversificado: uns verbos têm uma forma regular etimológica (ex.: *encarregado*), para outros é a forma irregular a mais antiga (ex.: *eleito*; *preso*), e outros, ainda, já possuíam dupla forma participial desde a origem latina (ex.: *aceite* e *aceitado*). Os tempos compostos estabilizaram-se com um estatuto verbal apenas nos séculos XVI/XVII. Assim, sabendo que, durante o processo de gramaticalização, a variação entre forma variável e invariável já existia, e que só podemos considerar que haveria uma forma prescrita para o contexto em foco depois de este estar estabilizado, o facto de, logo nos séculos XVIII e XIX, se registar variação entre formas participiais regulares e formas participiais irregulares nas descrições que encontrámos nos textos codificatórios é revelador da histórica propensão do particípio passado duplo para a situação de variação que, em certa medida, impede a resolução da situação de abundância.

Referências bibliográficas

- ARONOFF, Mark (1976): *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts e London: Massachusetts Institute of Technology (MIT) Press.
- AULETE, Francisco Julio Caldas (1864): *Grammatica nacional*. Lisboa: Typ. da Soc. Typ. Fronco-Portugueza.

- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo (1783): *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza*. Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1822): *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Tipographia da Academia das Sciencias.
- BARROS, Anabela (2000): *O particípio passado: Aspectos da sua morfologia do século XIII ao século XVI*, 2 vols. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARROS, Anabela (2002): “A adopção de particípios passados fortes por verbos da 1.^a conjugação”. In Anabela Gonçalves/Clara N. Correia (orgs.), *Actas do XVII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, 53-67. <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2001-5.pdf> [17.08.2018].
- CASIMIRO, João Joaquim (1803²): *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*. Porto: Offi. de António Alvares Ribeiro.
- CUNHA, Celso/Lindley Cintra (1995¹¹): *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa (1.^a ed.: 1984).
- DUARTE, Inês (2010): “Mudam-se os tempos, muda-se a gramática”. In Ana Maria Brito (org.), *Gramática: história, teorias, aplicações*. Porto: Fundação Universidade do Porto – FLUP, 11-28.
- FERREIRA, Carla (2012): *Usos do particípio passado duplo no português europeu contemporâneo: padrões de variação numa amostra de população escolar*, 2 vols. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- HARRE, Catherine E. (1991): *Tener + past participle: a case study in linguistic description*. London: Routledge.
- KROCH, A. (1994): “Morphosyntactic variation”. In K. Beals *et al.* (eds.), *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*. Chicago: Chicago Linguistics Society.
- LAURENT, R. (1999): *Past participles from Latin to Romance*. California: University of California Press.
- LIGHTFOOT, David (1999): *The development of language: acquisition, change and evolution*. Malden/Massachusetts/Oxford: Blackwell.
- LOBATO, António José dos Reis (1770): *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

- MARTINET, André (1955): *Économie des changements phonétiques – traité de phonologie diachronique*. Francke: Berne.
- MÓIA, Telmo (2005): “Norma, variação e desvio na gramática do português contemporâneo: Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística – disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização”. In Inês Duarte/Isabel H. Faria (orgs.), *Actas do XX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri, 107-125.
- MONTE CARMELO, R. P. M. Fr. Luis do (1767): *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, (...)*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- SILVA, António de Moraes (1806): *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Offic. de Simão Tadeu Ferreira.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1989): *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1994): *O Português arcaico: morfologia e sintaxe*. S. Paulo: Ed. Contexto. Coleção: Repensando a Língua Portuguesa.
- SMITH, John Charles (1995): “Perceptual factors and the disappearance of agreement between past participle and direct object in Romance”. In John Charles Smith/Martin Maiden (eds.), *Linguistic theory and the romance languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 161-180.
- SOUZA, Manoel Dias de (1804): *Gramatica portugueza*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- VILLALVA, Alina (2009): “A categoria ‘particípio’ e questões adjacentes”. In *Anais do VI Congresso Internacional da Abralin*. João Pessoa, Brasil. http://www.clul.ulisboa.pt/files/alina_villalva/ppassado.pdf [17.08.2018].
- VILLALVA, Alina/Marta Almeida (2005): “Verbos abundantes: usos, desusos e alguns abusos”. In Inês Duarte/Isabel H. Faria (orgs.), *Actas do XX Encontro Nacional da APL*, 281-295. Disponível com anexos em http://www.clul.ul.pt/files/alina_villalva/2004Lisboa_verbos_abundantes.pdf [25.01.2018].
- WILLIAMS, Edwin Bucher (1961): *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro (traduzido por Antônio Houaiss; original: (1938) *From Latin to Portuguese. Historical phonology and morphology of the Portuguese language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, Oxford: Oxford University Press).

(Página deixada propositadamente em branco)

AMÉRICO VENÂNCIO LOPES MACHADO FILHO

*Universidade Federal da Bahia*¹

americovenancio@gmail.com

ORCID: 0000-0001-7584-0598

**VARIAÇÃO, MUDANÇA, ESTANDARDIZAÇÃO
LINGUÍSTICA E ENSINO DO PORTUGUÊS:
FACES DE UM PARADOXO**

**VARIATION, CHANGE, LANGUAGE
STANDARDIZATION AND THE TEACHING
OF PORTUGUESE: FACETS OF A PARADOX**

Dedicado à memória de Luiz Antônio Marchuschi

RESUMO: Existe, no Brasil, uma descalibrada polarização sociolinguística que criou um efeito perverso no que se refere ao processo de socialização do ensino da língua portuguesa em suas escolas, especialmente nas públicas, já que engendra uma situação de desequilíbrio danoso no que concerne ao acesso democrático ao processo de letramento. O grau de variação, decorrente dos aspectos deveras singulares da sócio-história brasileira, tem, sobretudo no nível diestrático, contribuído para o fracasso do processo de standardização linguística, que se desejasse supranormal, e, consequentemente para o domínio da norma-padrão por parte de grande parte das comunidades de fala. É sobre esse aparente paradoxo que se pretende discorrer e, consequentemente, buscar apontar possíveis saídas, procurando discutir possibilidades de orquestração para o desafinado cenário hoje existente entre o ensino da língua portuguesa no Brasil e seu real efeito sobre seu público-alvo, a grande maioria das camadas da população que, provavelmente, gosta de samba e cuja fala se manifesta de forma tão distante das normas de prestígio e do padrão escrito que se pretende alegadamente ensinar. Apresenta-se, então, um esboço de proposta para seu ensino, com base em atividades reais de retextualização.

Palavras-chave: variação, mudança linguística, standardização linguística, ensino do português no Brasil

¹ No momento de elaboração deste trabalho, era bolsheiro de Estágio Sênior da CAPES, Processo 88881.119211/2016-01, na Universidade de Coimbra – Portugal.

ABSTRACT: There is a biased sociolinguistic polarization in Brazil that has had a perverse effect on the socialization of Portuguese language teaching in its schools, especially in the state ones, since it generates a situation of damaging imbalance with regard to democratic access to literacy. The degree of variation, stemming from the very singular aspects of Brazilian socio-history, has contributed to the failure of the linguistic supranormal standardization process, especially in the diastatic dimension, and consequently to the non-appropriation of the standard norm by many of the speech communities. This apparent paradox is what we intend to discuss and then to point out possibilities, as we try to discuss orchestration possibilities for the unsettling scenario found today between the teaching of the Portuguese language in Brazil and its real effect on the target audience, the vast majority of the population that probably enjoys samba and whose speech is so far from the norms of status and the written standard that are allegedly intended to be taught. An outline of the proposal for its teaching is presented, based on real retextualization activities.

Keywords: variation, linguistic change, linguistic standardization, teaching of Portuguese in Brazil

1. Introdução

Haroldo Barbosa e Janet de Almeida, na canção intitulada *Pra que discutir com Madame* – magistralmente interpretada ao violão por João Gilberto (2010) –, registam em alguns de seus versos, através da não-tão-ficcional-assim protagonista da música:

a raça não melhora, que a vida piora por causa do samba, (...) que o samba tem pecado, que o samba, coitado, devia acabar, (...) que o samba tem cachaça, mistura de raça, mistura de cor, (...) que o samba é democrata, é música barata, sem nenhum valor.

Mesmo para quem não acredite na existência de um ser divino, o clássico e antiquíssimo provérbio, *vox populi, vox Dei*, pode, ainda e sempre, trazer algum proveito de ordem prática. De toda a música que emana do povo no Brasil – que desce os morros ou desapeia dos trens em seus subúrbios de caixotes e latas ou em seus bairros alagados –, as notas mais audíveis são, certamente, as de sustenidos e bemóis dissonantes da fala de algumas de suas comunidades.

Senão pelos explícitos “politicamente incorreto”, “racismo” e “desprezo”, relacionáveis ao samba, por que, ademais, insistir em “discutir com Madame”?

Primeiro, porque aqui música e fala se confundem e partilham o mesmo desacato. Porque, na sociedade, a fala, assim como o samba, tem alegadamente “pecado”, tem “mistura de raça” e, na maioria desses casos, alega-se que também não “tem valor”, conquanto – para não já esquecer do provérbio citado acima – possa ainda ser “a voz de Deus”. Depois, porque, além disso tudo, existe a escola e, dentro dela, há modelos a serem seguidos, padrões a serem eleitos e conteúdos a serem ensinados.

É sobre esse aparente paradoxo que se pretende discorrer e, consequentemente, buscar apontar possíveis saídas, procurando discutir possibilidades de orquestração para o desafinado cenário hoje existente entre o ensino da língua portuguesa no Brasil e seu real efeito sobre seu público-alvo, a grande maioria das camadas da população que, provavelmente, gosta de samba e cuja fala se manifesta de forma tão distante das normas de prestígio e do padrão escrito que se pretende alegadamente ensinar.

2. O português popular brasileiro, normas cultas e norma-padrão

Desde que a linguística moderna refinou o conceito de norma linguística, introduzido, tricotomicamente, por Eugênio Coseriu, a partir do modelo essencialmente binário saussuriano, e posteriormente revisto pela sociolinguística laboviana, norma-padrão e norma culta não se confundem. Como se sabe, atribuem-se a esta o caráter de hábitos da fala da população plenamente escolarizada, isto é, detentora de nível superior, e àquela as práticas de letramento, relacionadas exclusivamente à modalidade escrita da língua. Aos hábitos de fala de outros utentes da língua com escolarização incompleta ou sem qualquer grau de educação formal, convencionou-se chamar de norma vernácula ou popular.

O cenário sócio-histórico e a situação de multilinguismo generalizado, existentes nos primeiros momentos de transplantação da língua portuguesa para o Brasil, fizeram com que o fosso sociolinguístico entre os falantes escolarizados e não escolarizados fosse «estruturando-se/como o frio dentro de um poço» – com a licença da poetisa – (Meireles, 1983: 107), desembrumando, hoje, uma situação de pluralidade e polarização diastrática deveras peculiar

(cf. Lucchesi, 1994), se se comparar essa realidade com a sua matriz europeia hoje em uso.

Essa polarização sociolinguística criou um efeito perverso no que se refere ao processo de socialização do ensino da língua portuguesa nas escolas do país, especialmente nas públicas, já que engendra uma situação de desequilíbrio danoso no que concerne ao acesso democrático ao processo de letramento.

Considerando que as estruturas linguísticas das normas cultas, sobretudo em seus aspectos morfossintáticos, estejam relativamente mais próximas das características reguladoras do padrão escrito do que daquelas das normas vernáculas, torna-se, obviamente, muito mais plausível o sucesso escolar para um aluno que tenha pais plenamente escolarizados e que esteja diariamente submetido a suas características de norma, do que para o aluno que conviva em comunidades onde, por exemplo, a regra seja a não concordância interna do sintagma nominal ou a falta de acordo entre este e o sintagma verbal, como em “Os menino_ fala_”, ou a construção de orações relativas cortadoras, por vezes com pronome-cópia, como em “A menina _ que eu briguei com ela”, ao contrário de “A menina com quem briguei”, formatos morfossintáticos tão comuns no Brasil e não menos em África (que se acrescente). Isso para não se falar da questão socioeconômica, o acesso a bens e serviços e seus efeitos em cada um.

A figura 1, abaixo, representa diagramaticamente a polarização linguística do português brasileiro e a tensão existente entre normas vernáculas e normas cultas, em face do acesso e do aprendizado do modelo proposto pela norma-padrão. Enquanto os grupos sociais pertencentes às normas cultas ou a ela mais expostos aproximam-se muito mais das estruturas linguísticas do padrão escrito, as comunidades de fala de normas vernáculas situam-se no polo oposto dessa realidade linguística, enfrentando dificuldades de diferente ordem para sua apropriação. As portas servem de boa metáfora.

Registe-se que, estatisticamente, «menos de 10% da população adulta tem escolaridade superior» (Faraco, 2008: 49). Ademais, a distância torna-se ainda maior se se compreender que «a norma-padrão brasileira codificada no século XIX não conseguiu se estabelecer de fato, isto é, não conseguiu orientar o modo como falamos ou escrevemos a língua portuguesa no Brasil» (Faraco, 2008: 84), tampouco, plenamente, em relação aos falantes ditos cultos.

Polarização e pluralidade do português brasileiro

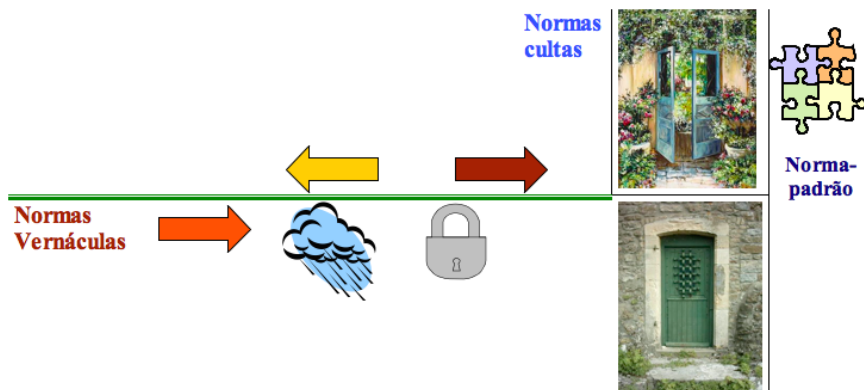


Figura 1 – Polarização de normas do português brasileiro em relação à norma-padrão

As gramáticas normativas contemporâneas existentes, por mais que tenham apregoadado, ultimamente, ter absorvido os avanços da linguística moderna, nomeadamente os apresentados pela sociolinguística, exibindo, normalmente, em seus preâmbulos, noções de diversidade linguística, no sentido de desonerar, por assim dizer, o falante do incômodo peso do erro, continuam, com raras exceções, operando, em suas páginas seguintes, com a mesma pedagogia coercitiva ou, para retomar o termo cunhado por João de Barros – o primeiro gramático² da língua portuguesa –, *preceitiva*, apresentando regras de modelos engessados, descritos sem qualquer fundamentação de ordem científica.

Não obstante, são os ditames das gramáticas normativas confundidos com a própria gramática da língua, como se representassem o uso legítimo e indefectível do idioma pátrio, fazendo com que a autoestima do falante se submeta a seus caprichos ou mesmo sucumba, como tem parecido sucumbir, perante eles.

² Observe-se que o brilhante e socialmente insubordinado Fernão de Oliveira, que publicou sua gramática, em 1536, quatro anos da de João de Barros, não deva ser considerado um gramático na acepção que o termo assume aqui.

Napoleão Mendes de Almeida (1985: 7) chega a afirmar, em sua *Gramática metódica*, que «se outra for a orientação de ensino, vamos cair na *língua brasileira*, refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância». Posição preconceituosa assumida na primeira edição na década de 1940 e jamais revista por si nas mais de quatro dezenas de novas edições publicadas, mesmo depois de a linguística ter aportado no Brasil na década de 1960.

Faraco (2008: 61), baseado em dados oficiais, adverte que «dos 10 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 17 anos, metade está fora da escola». Sabe-se, entretanto, que um dos motivos para o abandono escolar é o insucesso em disciplinas como Português e Matemática. Napoleão Mendes de Almeida e muitos que seguiram suas pegadas são ainda referências para o aprendizado da língua portuguesa em muitas escolas nacionais.

Ademais, como bem registra Soares (2014: 157), «o que é considerado problema de aprendizagem dos alunos resulta, na verdade, de faltarem às professoras conhecimentos sobre os processos cognitivos e os fundamentos linguísticos de aprendizagem da língua escrita».

3. Retomando as ideias do *continuum* entre fala e escrita, de Marcuschi

Luiz Antônio Marcuschi (2001), um dos mais expressivos linguistas brasileiros coetâneos, em seu conhecido livro, *Da fala para a escrita*, crê que as modalidades de uso da língua estabelecem-se em um *continuum* tipológico, que se pode atestar através de práticas de produção textual, nomeadamente se observados a partir dos gêneros. Isso se pode comprovar se se contrapuserem meio de produção, isto é, sonoro ou gráfico, e concepção discursiva, oral ou escrita, como traços norteadores de suas características, como melhor se pode vislumbrar na figura 2.

Considerando-se o gênero, o meio de produção e a concepção discursiva em uma *conversação espontânea*, que exhibe os traços [+sonoro] e [+oral], contrapondo-a a um *artigo científico*, cujas características seriam [+gráfico] e [+escrita], por exemplo, identificar-se-iam realizações prototípicas de cada uma das duas modalidades, língua falada e língua escrita, situando-se cada um

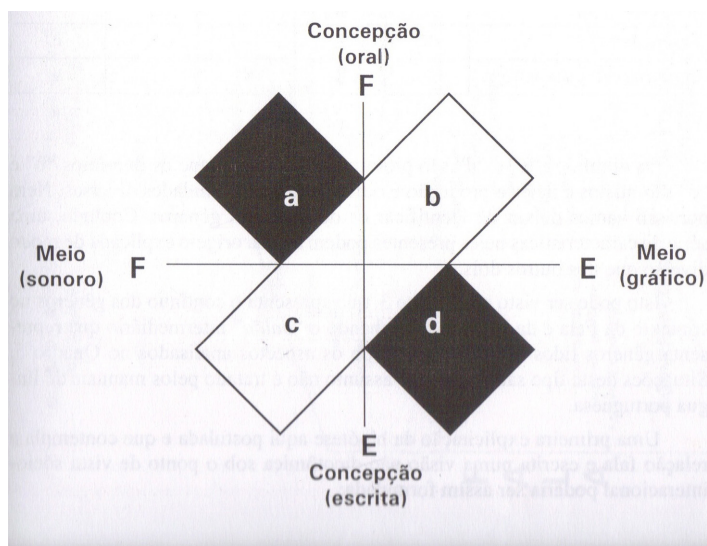


Figura 2 – Concepção discursiva *versus* meio de produção (Marchuschi, 2001: 39)

dos gêneros nos eixos **a** e **b**, respectivamente. Por outro lado, se se considerar uma *entrevista publicada em um periódico* [+gráfico] [+oral], em oposição a uma *notícia de TV* [+sonoro] e [+escrita], observa-se, com base na figura acima, que não se trata de gêneros prototípicos de nenhuma das modalidades, mas construtos híbridos pertencentes aos eixos **b** e **c**, respectivamente.

Em síntese, observe-se a figura 3, abaixo.

Gênero textual	Meio de produção		Concepção discursiva		Domínio
	Sonoro	Gráfico	Oral	Escrita	
Conversação espontânea	X		X		a
Artigo científico		X		X	d
Notícia de TV	X			X	c
Entrevista publicada na <i>Veja</i>		X	X		b

Figura 3 – Gêneros textuais, em função do meio e concepção (Marcuschi, 2001: 40)

Essas considerações permitem assegurar que língua falada e língua escrita distribuem-se em um *continuum*, observável a partir dos produtos textuais que são gerados no processo das práticas sociais de interação linguística, oralidade e letramento. A figura 4, a seguir, demonstra as bases desse posicionamento.

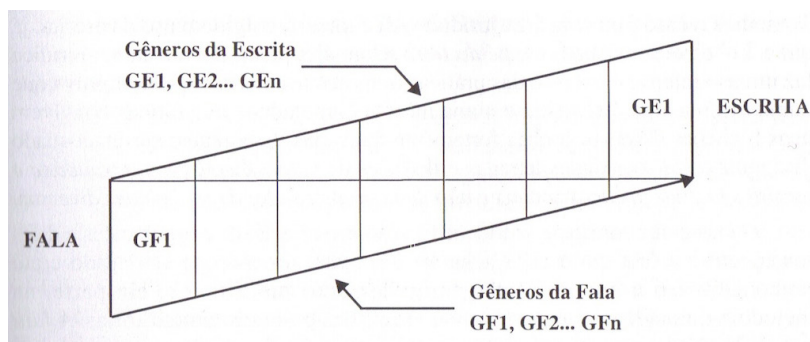


Figura 4 – Gêneros textuais e as modalidades da língua (Marchuschi, 2001: 38)

O quadrilátero marcuschiano, acima, representa o contínuo existente entre os gêneros textuais e, conseqüentemente, entre língua falada e língua escrita. O entendimento desse modelo é crucial para a defesa de que se pode transitar da fala para a escrita e vice-versa, enquanto estratégia de ação pedagógica cujo modelo se pretende propor como alternativa à correção do processo de ensino do português que se tem praticado nas escolas públicas brasileiras, indistintamente.

4. Por uma proposta alternativa de ensino do português

Marcuschi (2001) discorre em seu livro sobre o que denomina de “atividades de retextualização”, no intuito de conjugar as duas modalidades da língua, fala e escrita, em um contínuo transversal de reformulações sucessivas, com vistas a permitir que o aluno construa habilidades no uso desta, *i.e.* da escrita, através de exercícios repetitivos e hierarquicamente condicionados a partir de registros da fala ou mesmo de algum outro gênero textual escrito que pretenda transfigurar.

Embora de formulação estimulante, as operações propostas não revelam, suficientemente, de que maneira o aluno seria levado a compreender a estrutura linguística que estaria sendo convidado a conhecer (ou reconhecer), já que não lhe são fornecidas regras incontestes de equivalência, prevalência, movimento ou substituição das peças do sistema, como seria comum no aprendizado do jogo de xadrez, por exemplo.

Mas, como o mais importante de uma ideia é a possibilidade de despertar acrescentamentos e outras reflexões, o trabalho é um alento para aqueles que têm procurado saídas para o ensino do português na sociedade brasileira moderna, em especial para as camadas da população que sequer comida têm para articular entre os dentes, ao invés das palavras.

As tentativas iniciais de aplicação do modelo marcuschiano indicaram, logo *a priori*, a necessidade de uma distinção terminológica fundamental: *retextualizar* e *reescrever* se referem a atividades distintas, embora sejam ambas confundidas, por alguns, nas práticas de letramento. Uma metáfora pode servir para desembaraçar esses conceitos: o *texto* metaforicamente interpretado como uma *rede de pesca*.

Se se imaginar uma rede que apresente algumas falhas teciduais, por onde possam escapar alguns peixes, quer originadas do processo de fabricação, quer decorrentes de seu natural desgaste, cabe ao pescador providenciar sua recuperação, em razão de sua plena adequação para o uso, ou seja, para o melhor aproveitamento de sua habilidade pesqueira. É assim na reescrita, as inadequações formais do texto são identificadas pelo professor que sugere refazimentos pontuais em sua estrutura, seja na perspectiva lexical, morfológica ou sintática, seja nos aspectos pontuacionais, nos indicadores formais³ ou em função de marcas de uso. Essa é uma estratégia didática comum no ensino de vários vernáculos no mundo.

Retextualizar, entretanto, pressupõe uma outra dimensão de trabalho. Seria como se o pescador se visse diante de um novo desafio na vida, em razão das alterações das condições do ecossistema da região em que desenvolvesse sua profissão. Antes utilizada para a captura de peixe, a rede perde sua função em

³ Elementos de formatação, em caso de texto digitado, como itálicos ou negritos, ou “aspas”, traços e elementos do gênero, no caso do texto manuscrito.

face de uma alegada inconsequente pesca predatória que teria inviabilizado economicamente essa atividade: coisas do destino!

No rescaldo pela sobrevivência, lhe resta, naquele habitat, como única possibilidade de pesca, o siri, vendo-se obrigado a desfiar suas redes e reutilizar os fios resultantes desse processo para a construção de *jererés*⁴. Isso equivale dizer que o professor na atividade de retextualização deve, junto com seu aluno, identificar, dentro do possível, todos os valores dos elementos presentes na estrutura original, sobre a qual quer intervir, e, com base nas operações propostas por Marcuschi (2001) em consonância a regras claras de equivalências, movimentos e substituições, propor novos formatos, utilizando como novelo ou fio-condutor o sentido expresso na proposição original, sem qualquer alteração no conteúdo semântico do enunciado ou enunciados.

5. De analfabeto funcional a letrado: o valor linguístico da fala nas atividades de retextualização

O trabalho de retextualização deve assumir, inicialmente, o pressuposto de que a competência linguística do indivíduo, isto é, sua fala, assim como sua intuição de falante, pode ser um ótimo material de consumo para as aulas de língua portuguesa, notadamente de redação, e para o desenvolvimento de novas habilidades de escrita. Não se pode negar que a depender da norma linguística a que se sujeite o aluno ou alguns grupos de alunos, haverá, ainda, mais ou menos dificuldade de acompanhamento do processo. Mas como a dinâmica didática envolve um aspecto bastante lúdico, no sentido de exigir a participação ativa da turma nas hipóteses a serem levantadas, o aproveitamento tende a ser satisfatório, mesmo nessas situações.

Em termos práticos, observe-se o fragmento abaixo, adaptado de uma transcrição de uma entrevista realizada com um indivíduo analfabeto, cuja identidade se omitiu no processo de coleta de dados, que procurou obedecer as orientações metodológicas da sociolinguística moderna:

⁴ *Jereré*, palavra originada do tupi, indica uma rede de formato cilíndrico e côncavo, utilizada para a pesca de crustáceos decápodes.

É (...) não aprendi nada (...) fui pra o colégio mais ou menos assim uns sete a oito meses (...) cheguei lá no colégio a professora passava assunto no colégio no quadro assim (...) explicava (...) eu fazia tudo (...) esforçava bastante pra ver que entrava alguma coisa assim na minha mente (...) mas não entrava nada (...) eu ia (...) chegava lá no colégio (...) muitas pessoa muitos mais novo do que eu (...) novinho assim pequeno (...) eu um galalau daquele ficava sem saber nada (...) ficava todo assim meio envergonhado.

Para Marcuschi (2001: 77) a primeira operação de retextualização, que considera como de “regularização e idealização”, prevê a «eliminação de marcas estritamente operacionais, hesitações e partes de palavras». Nesse “jogo inicial”, o aluno deve ser orientado para a prudência, verificando se não sofreria o texto qualquer oscilação de conteúdo se um outro elemento lhe fosse subtraído. Uma proposta possível de eliminação é a que se apresenta a seguir:

~~É~~ ~~(...)~~ não aprendi nada (...) fui pra o colégio mais ou menos ~~assim uns~~ sete a oito meses (...) cheguei lá no colégio a professora passava assunto no colégio no quadro ~~assim~~ (...) explicava (...) eu fazia tudo (...) esforçava bastante pra ver que entrava alguma coisa ~~assim~~ na minha mente (...) mas não entrava nada (...) eu ia pra casa pensando naquilo ~~##~~ (...) outro dia quando eu ia pra o colégio ficava pensando naquilo ~~##~~ (...) chegava lá no colégio (...) muitas pessoa muitos mais novo do que eu (...) novinho ~~assim~~ pequeno (...) eu um galalau daquele ficava sem saber nada (...) ficava todo assim meio envergonhado.

mantendo, para já, o seguinte formato provisório:

não aprendi nada (...) fui pra o colégio mais ou menos sete a oito meses (...) cheguei lá no colégio a professora passava assunto no colégio no quadro explicava (...) eu fazia tudo (...) esforçava bastante pra ver que entrava alguma coisa na minha mente (...) mas não entrava nada (...) eu ia pra casa pensando naquilo (...) outro dia quando eu ia pra o colégio ficava pensando naquilo (...) chegava lá no colégio (...) muitas pessoa muitos mais novo do que eu (...) novinho pequeno (...) eu um galalau daquele ficava sem saber nada (...) ficava todo assim meio envergonhado.

O que interessa didaticamente nessa operação é alertar o aluno para a possibilidade de identificar elementos que, normalmente classificados como advérbios ou conjunções pela ótica tradicional, possam representar, no contexto, meros marcadores conversacionais ou encadeadores discursivos, de função meramente interativa, prototípicos da fala, portanto.

A segunda operação sugerida pelo autor, «introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas», uma estratégia considerada de inserção, pareceu, na sua aplicação prática, bastante contraproducente, no sentido em que pode levar o aluno ao erro, sobretudo porque a prosódia tende a contrariar comumente as regras da escrita, a exemplo da separação entre sujeito e predicado, tão comum em textos escolares, tendo sido, portanto, desconsiderada.

Não obstante, a terceira operação, voltada para o que chama o autor de “condensação linguística”, prevê a «retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos», é uma das mais ricas para o treinamento de redação em discurso indireto, para o estudo da morfologia verbal e excelente oportunidade para conhecimento e fixação do paradigma pronominal, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos falantes de normas populares na tentativa de emprego do padrão.

A estratégia sugerida aqui é a de se procurar indexar todos os elementos que necessitam ser *transfigurados*, valendo-se de números sobrescritos e subscritos, em que estes indicam o elemento morfológico a ser alterado e aqueles, a raiz ou radical que acolherá o novo formato. Números entre colchetes indicam outras relações morfossintáticas necessárias, nomeadamente em casos de extração de elementos egóticos. Note-se que a indexação é obrigatória para que o aluno não esqueça de “tratar” um ou outro elemento. As repetições, reduplicações ou redundâncias são eliminadas por um tachado simples. Embora não se possa neste trabalho se perceber como de fato funcionaria a dinâmica em sala de aula, o resultado aproxima-se do que se vê abaixo:

não ¹aprendi₁ nada (...) ²fui₂ pra o colégio mais ou menos sete a oito meses (...) ³cheguei₃ lá ~~no colégio~~ a professora passava assunto ~~no colégio~~ no quadro explicava (...) [4]eu ^{4/5}fazia₅ tudo (...) ^{4/6}esforçava₆ bastante pra ver que entrava alguma

coisa na [7]minha mente (...) mas não entrava nada (...) [8]eu ^{8/9}ia₉ pra casa pensando naquilo (...) outro dia quando [10]eu ^{10/11}ia₁₁ pra o colégio ^{10/12}ficava₁₂ pensando naquilo (...) ^{10/13}chegava₁₃ lá ~~no~~ colégio muitas pessoa muitos mais novo do que [14]eu (...) novinho pequeno (...) [15]eu um galalau daquele ^{15/16}ficava₁₆ sem saber nada (...) ^{15/17}ficava₁₇ todo assim meio envergonhado.

Note-se que marcadores de quadro branco coloridos são requeridos e, se possível, o texto original deve ser projetado, com a utilização de *data-show* ou recurso similar. Ademais, os elementos que, porventura detenham mesmo formato morfológico da nova unidade que se quer atingir, como nos casos de *eu fazia* (linha 3), cuja morfologia verbal de 3.^a pessoa é homógrafa, mesmo homófona, à da 1.^a pessoa, têm de ser indicados e trabalhados com os alunos, já que a intenção é discutir como morfologia, sintaxe, léxico, enquanto níveis de estruturação linguística, se articulam, a partir de uma atividade de identificação, substituição e equivalências. Nessa fase, classificar ou denominar os elementos seria ainda precoce.

As operações seguintes cumprem a mesma lógica de trabalho, quer as que envolvam a “introdução da paragrafação e pontuação detalhada”, “reconstrução de estruturas truncadas e reordenação sintática”, quer as que introduzam “novas opções léxicas”. O texto de fala, antes grafematicamente transcrito, pode assumir, ao final do processo, diferentes formatos, como o que se vê abaixo, proposto por um aluno, mesmo que ainda passível de alteração:

Diz que não aprendeu nada. Foi para o colégio durante sete ou oito meses, mais ou menos. A professora explicava o assunto no quadro mas, embora ele se esforçasse, para ver se entrava alguma coisa em sua mente, ele não aprendia nada. Ia para casa pensando nisso. Outro dia, ao se dirigir ao colégio...

6. Concluindo

Foi função deste trabalho discutir a dificuldade que muitos falantes de normas populares no Brasil enfrentam no estudo da língua portuguesa, sobretudo na aquisição de uma competência escrita, assim como apresentar um esboço de proposta para seu ensino, com base em atividades reais de retextualização.

Obviamente, a compreensão do modelo que se apresenta só pode ser melhor alcançada a partir do detalhamento de cada uma das operações, *in medias res*, ou seja, em plena ação.

Não obstante, funda-se o trabalho na certeza de que as estruturas linguísticas da fala, mesmo aquelas mais distantes das normas de prestígio, servem, se devidamente aproveitadas, de excelente material de consumo para aulas de português, permitindo com que léxico, morfologia, morfossintaxe, sintaxe e semântica revelem-se ao aluno a partir da sua própria intuição linguística. É claro que o sucesso de todo o processo se apoia na habilidade, conhecimento e treinamento do próprio professor.

Magda Soares (2000: 30) afirma que a

discriminação das crianças das camadas populares na escola – indicada pelos altos índices de repetência e evasão – aparece, nas sociedades capitalistas, como uma ameaça ao ideário que as fundamenta e justifica. O princípio básico desse ideário – a “igualdade de oportunidades” – vê-se negado, quando se evidencia que a escola não serve igualmente a todas as crianças: crianças das classes favorecidas obtêm sucesso, enquanto crianças das camadas populares enfrentam dificuldades de aprendizagem, fracassam, abandonam o sistema de ensino mal iniciam o período de escolarização obrigatória.

Essa falta de oportunidades das crianças pertencentes às camadas menos privilegiadas da população está diretamente associada à questão de ordem linguística, assim como os resultados negativos da ação escolar.

Para além da óbvia falta de condições socioeconômicas que comprometem a manutenção dos estudantes desfavorecidos nas escolas, como insuficiência de recursos para transporte, alimentação e aquisição de material didático, são as diferenças estruturais entre as normas vernáculas e cultas e entre aquelas e a norma-padrão, associadas à base de ensino ainda centrada na utilização indiscriminada dos modelos da gramática tradicional, o que dificulta a compreensão dos estudantes do que se pretende ensinar, fazendo com que se perpetue esse quadro.

A escola brasileira precisa ser pluridialetoal, na dimensão em que possa cumprir com seus reais desígnios. Primeiro, reconhecer e legitimar as dife-

rentes normas de uso, como imanentes à própria natureza linguística, já que não existem línguas sem variação e sem diferentes normas de fala. Depois, assegurar o acesso democrático ao padrão linguístico que todos os cidadãos devem efetivamente dominar.

Isso só se dá se se reconhecer que no Brasil há efetivamente uma situação de «língua e sociedades partidas», para se citar Lucchesi (2015: 14), que diz, ao comentar uma recente polêmica gerada por um livro aprovado pelo MEC, em que se apresentava como *normal* a estrutura “nós pega o peixe”, que a

aceitação da diversidade linguística, recomendada pelos pcns e adotada pelo livro *Por uma vida melhor*, não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para melhor inserção do indivíduo em uma sociedade dominada pelo letramento. Como enfatizado no texto dos pcns, o reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição *sine qua non* para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural.

Enquanto, então, não se alterarem as estratégias de ensino da língua, em um país em que o fosso sociolinguístico só tem tendido a aumentar, não obstante todo o esforço empreendido pelos pesquisadores da língua, acastelados nas universidades, a apropriação de uma norma padrão continuará inalcançável por grande parte da população brasileira.

Pedro Mexia (2016), poeta contemporâneo português, em entrevista recente disse que «a função da poesia é aproximar-se da fala». Não seria essa também uma das funções da escola? Não seria a fala a fonte dos saberes sociais, das diferentes normas linguísticas?

Fica, então, a ideia de retextualização, discutida neste texto, como proposta.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1985³³): *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- BARBOSA, Haroldo/Janet Almeida (2010): “Pra que discutir com madame”. In João Gilberto, *Eu sei que vou te amar*. [S.I.]: Sony-BMG, 1 CD.

- FARACO, Carlos Alberto (2008): *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- LUCCHESI, Dante (1994): “Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12, 17-28.
- LUCCHESI, Dante (2015): *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2001²): *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- MEIRELES, Cecília (1983): *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- MEXIA, Pedro (2016): “Entrevista”. <http://www.comumonline.com/2016/03/a-funcao-da-poesia-e-aproximar-se-da-fala/> [12.12.2017].
- PESSOA, Fernando (1977): *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- SOARES, Magda (2014): “Formação de rede: uma alternativa de desenvolvimento profissional de alfabetizadores(as)”, *Cadernos Cenpec*, 4, 2, 146-173.
- SOARES, Magda (2000¹⁷): *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática.

ANABELA LEAL DE BARROS

Universidade do Minho

aldb@ilch.uminho.pt

ORCID: 0000-0002-2959-9200

**APONTAMENTOS LEXICAIS SOBRE O “LIVRO
DAS PROPRIEDADES” OU TOMBO DA MITRA
ARQUIEPISCOPAL DE BRAGA: DESIGNAÇÕES DE
TERRAS E OUTROS ASPETOS DAS PROPRIEDADES**

**LEXICAL NOTES ON THE *LIVRO DAS PROPRIEDADES*
[BOOK OF ESTATES] *TOMBO DA MITRA*
ARQUIEPISCOPAL DE BRAGA: LAND DESIGNATIONS
AND OTHER ASPECTS OF PROPERTIES**

RESUMO: Analisam-se neste trabalho alguns aspetos lexicais relativos à tipologia do terreno, das terras e das casas no códice inédito que se conhece como o “Livro das Propriedades”, ou Tombo da Mitra Arquiepiscopal de Braga, no qual abundam formas como *campo*, *lata*, *leira*, *chão*, *chãozinho*, *pedaço de chão*, *bouça*, *boucinha*, *devesa*, *lameira*, *vinha*, *lamela*, *cortinha*, *veiga*, *agra*, *outeiro*, *outeirinho*, *souto*, *casal*, *monte*; ou ainda, numa área semântica mais ampla, *corte colmada*, *eira*, *eirado*, *rossio*, *pombal*, *pardieiro*, *sobrado*, *casa sobradada*, *estrada*, etc. Albergando nos seus quase setecentos fólios de tamanho grande, compactamente preenchidos em português, e passados a limpo, uma extensa e pormenorizada relação das propriedades emprazadas e das rendas da Mesa Arcebispal de Braga, que se estendem, em alguns casos, até bastante longe desta cidade, sobretudo nas regiões do Minho e de Trás-os-Montes, são no manuscrito abundantíssimas e muito sistemáticas as referências aos tipos de terreno – agrícolas, construídos, arranjados ou de mato –, aos nomes de ruas, lugares, povoações, proprietários, e também os apontamentos biográficos e genealógicos, as indicações dos produtos semeados, dos tipos de árvores existentes, e ainda valiosa descrição das casas rústicas e suas características. A edição do manuscrito, em curso, permitirá completar e enriquecer o estudo geográfico, sociocultural, agrícola, económico, arquitetónico, religioso e linguístico de Braga e do Minho nos séculos XVII- XVIII. A sua transcrição tornará possível a criação de uma ampla base de dados, de um glossário, que promete ser muito rico, dos termos usados nessa relação, incluindo longas listas de nomes das terras e respetivos proprietários, emprazadores e cultivadores, importantes para a genealogia das famílias bracarenses, minhotas e transmontanas – entre outras, já que

as propriedades da Mesa Arcebispal de Braga se estendiam a lugares tão distantes como Santarém, onde povoações, pessoas e propriedades foram igualmente objeto de inventário.

Palavras-chave: história do léxico, designações de terras, português setecentista

ABSTRACT: This work focuses on some very rich lexical aspects related to the typology of land and houses in the unpublished codex known as the *Book of Estates*, or *Tombo da Mitra Arquiepiscopal de Braga*. Its nearly seven hundred large pages, compactly filled in Portuguese, contain an extensive and detailed list of leased properties and incomes of the *Mesa Arquiepiscopal de Braga*, which in some cases extend quite a long way from this city, especially in the regions of Minho and Trás-os-Montes. The publication of the manuscript, now in progress, will complete and enrich the geographical, socio-cultural, agricultural, economic and religious study of Braga and the Minho in the 17th-18th centuries. Its transcription will make it possible to create a broad database and a glossary of the terms used in this inventory. This promises to be very rich and should include long lists of the names of plots of land and their owners, long-term holders and farmers, important for the genealogy of families in Braga, the Minho and Trás-os-Montes, among others, since the estates of the *Mesa Arquiepiscopal de Braga* extended to places as far away as Santarém, where settlements, people and estates were also subject to inventory.

Keywords: history of the lexicon, land designations, 17th century Portuguese Language

1. Introdução

Aquele que se conhece como o *Livro das Propriedades* ou Tombo da Mitra é um códice de tamanho e peso notáveis, de resistente encadernação em madeira e pele, com pesados ferros decorativos de ambos os lados e fechos de encaixe em pele e metal. No seu interior abrigam-se seiscentos e quarenta e quatro fólios: dezanove iniciais dedicados ao índice, dois dos quais em branco; seiscentos e vinte e dois com o miolo da obra, ostentando numeração no rosto, e três finais em branco, dois deles posteriormente preenchidos por outras mãos. O volume foi rubricado em praticamente todos os fólios, encerrado e assinado por José de Brito Castel-Branco, ou Brito. No original, *Jose Ph. Debrito Castelbr.co*. Nos fólios 623 a 624v. (inumerados), os acrescentos de mãos diversas apresentam as assinaturas de João da Costa, M.el Gomes Barboza e Ignacio Jozé Roiz' da Rocha. Iniciam-se deste modo esses acrescentos, com informação que os justifica: “não estão carregadas neste tombo, as casas e campo cito na rua das agoas em q' viue Aleixo Me'dis da corda (?)...” .

A imponência, resistência e qualidade do volume relacionam-se facilmente com a importância do seu conteúdo e com o seu valor legal e patrimonial, de referência. Daí também o facto de ser uma obra passada a limpo e de apresentação cuidada e rigorosa, embora manuscrita. Sendo raras, as emendas no texto limpo apresentam-se sempre sem rasura, como é comum nos documentos notariais (sublinhados meus):

- por nomeação que nella fez a emprazadora Margarida da Rocha **sua filha digo sua tia** (291)
- leuará de sementeira **dous digo seis** alqueires (292v)
- que entesta do sul co' Casa delle Martim alres', e **do poente co' Cortes delle João Lopes digo do poente co' Caminho da igreya** (381)
- A Leyra de So o Mato, que tem **de comprido de Nacente a poente vinte digo nouenta e duas varas de comprido** (570v)

É, pelo mesmo motivo, excecional o acrescentamento de alguma informação em momento posterior, seja em espaço deixado em branco, surgindo a letra mais apertada e menor, a tinta diferente, como parece ter acontecido no primeiro exemplo abaixo apresentado, seja na margem e na entrelinha, como no segundo (mesma mão e tinta) ou ainda no final do parágrafo relativo a uma propriedade, como no terceiro:

- que entesta no Monte de Pytansinhos, e do Norte com o **Caminho de Goaltar pera Prado** (570)
- emprazar esta dita Bouça Juntamente cõ o Casal do Pynhejro sito na Comarca de são Martinho do Valle do termo de Barcellos <a **Fr^{co} alres' Barroso**<→ (571)
- <foy feito este prazo ao[s] **trinta de Março do sobredito anno**>→ (571)

Como seria de esperar, ao estilo notarial pertence uma língua informativa, culta, com o léxico e as fórmulas expectáveis no inventário e descrição de propriedades, e com pouca evidência de variação – essencialmente gráfica, sem relevância fonética, e provavelmente lexical, o que só ganhará evidência com o aprofundamento do estudo completo do manuscrito.

É ainda evidente nesse tipo de texto o valor atribuído à palavra, ao conhecimento comum, ao testemunho oral e popular, sobretudo quando sancio-

nado e partilhado pela comunidade, durante a visita aos locais. Veja-se esta passagem relativa ao couto de S. Mamede de Riba-Tua, em Trás-os-Montes (mais precisamente no Alto Douro):

Titulo do Couto de São Mamede de Ribatua.

Item. **Dicerão os ajuramentados**, que a Jurisdição deste couto era dos Arcebispos de Braga e sempre o fora, **e assi o ouuirão a seus antepassados**, no que não auia duuida, e que as terras deste couto erão tambem da Meza Arcebispal e nellas tinhão os Arcebispos o dereito senhorio e que assi como estauão dos limites adentro forão antigamente emprasadas a Foão Carneiro em tres Vidas e que os moradores do dito couto e possuidores delle pagauão ao dito Foão Carneiro inquilino da Meza e a seus successores durante o seu prazo, quinhentas e setenta medidas, e quatro queiyos e elle pagaua a Meza Arcebispal o contheudo em seu Prazo, e que os Moradores do dito couto não pagauão outra cousa alqua' ao snor' Arcebpo' senão os disimos a igreja... (237)

Muito frequentemente, não são exibidos documentos notariais, ou outros, atestando a posse e os empraçamentos, bastando a palavra, a sua confirmação comunitária e a tradição. Nos casos em que existiam prazos, de data bastante recuada com respeito ao momento do inventário, esses documentos permitem-nos a recolha de dados importantes, como as respetivas datas e os nomes dos arcebispos e escrivães envolvidos – para além da eventual conservação de traços arcaicos como o notarial particípio passado em *-udo* acima reproduzido (*contheudo*), conservado até tarde neste documento transmontano, mas já incomum a partir do século XVI (Barros, 2000). Os prazos antigos não são, contudo, reproduzidos neste código, mas unicamente mencionados, por norma com referência ao ano, ao arcebispo e ao escrivão:

Arcebispo Dom Jorge da Costa	10-5-1490, Goncallo pacheco
Arcº Dom Diogo de Sousa	24-3-1530, yão Frejre
	7-1-1531, Symão frejre
Arcebispo Dom Balthasar limpo/Baltasar limpo	1-2-1554; 15-5-1554, Manoel de Lemos
Arcebpo Dom frey Bertolameu dos Martires	30-3-1563; 30-4-1571; 10-6-1573, 24-10-1581, Manoel de Lemos

Arcebp'o Dom João Afonso de Menezes	11-3-1585, Manoel de Lemos
Arcebispo Dom frey Agostinho de Jesus	18-2-1594; 2-8-1597, Manoel de Lemos
	8-10-1600, Feleciano Carualho

Assim, apesar de a transcrição do código se encontrar ainda no seu início, podemos desde logo reunir os nomes de vários desses escrivães e observar que pelo menos um, Manuel de Lemos, atravessou vários arcebispos ao serviço da Meza:

Gonçalo Pacheco	1490	D. Jorge da Costa
João Freire	1530	D. Diogo de Sousa
Simão Freire	1531	D. Diogo de Sousa
Manuel de Lemos	1554	D. Baltazar Limpo
	1563 a 1581	D. Frei Bartolomeu dos Mártires
	1585	D. João Afonso de Meneses
	1594 a 1597	D. Frei Agostinho de Jesus
Feliciano Carvalho	1600	D. Frei Agostinho de Jesus

As referências aos prazos são habitualmente sumárias, passando-se de imediato à inventariação e descrição das propriedades:

*S. Jorge de Fauayos. Couto de São Mamede de Riba tua
Titulo da Quebrada de São Jorge.*

Esta quebrada está iunto ao Assento de são yorge de que atras se faz menção possuea, yorge Teixra per titulo de prazo que apresentou em que he terceira Vida, sobescrito per yão Freyre aos vinte e quatro dias do Mez de Marco. de Mil quinhentos e trinta pello qual constaua o snor' Arcº Dom Diogo de Sousa emprazar esta quebrada e montes propriedade de sua Meza Arcebispal a Pero Teixeira, clérigo e a duas pessoas depos elle. e pagaua de foro e penção a elle e a seus soccessores per dia de são Yoão Bautista de cada hu' anno, cento e vinte rs' e as propriedades da dita quebrada e demarcação della, todo he o que abaixo se segue. (237)

Para além das referências a esses escrivães ("Manoel de lemos escriuão dos prazos da Mesa Arcebispal"; "feleciano de Carualho escriuão dos prazos da

Meza”, etc.), menciona-se igualmente como escrivão do *Livro das Propriedades* ou Tombo da Mitra o nome de Gaspar de Medeiros: ”por me constar por fe de Gaspar de Medeyros escrivão deste tombo” (572v).

2. Apontamentos sobre as designações de terras ou terrenos

São abundantíssimos neste arrolamento de propriedades os antropónimos e topónimos, e, no tocante a estes últimos, para além dos relativos a povoações, estradas, caminhos e cangostas, pontes, fontes e fontelas, rios, ribeiros, ribeiras e regos, aproximando-nos do objeto de estudo deste trabalho, abundam muito em especial os nomes de terras, particularmente aplicados a substantivos comuns mais generalistas, vagos ou polivalentes como *campo*. Vejam-se apenas alguns exemplos:

- Campo a q' chamão Bouça fria
- campo a que chamão a Costa
- Campo a que chamão a lamelinha
- Campo a que chamão a vinha Uelha
- Campo a que chamão de Rendejros
- Campo chamado da seara
- Campo chamado do Palhejro
- campo da Banda de cima
- campo da Bouça de baixo
- Campo da Cancellia
- Campo da Cansinoga de cima
- Campo da Capella
- Campo da Carualha
- Campo da fonte
- Campo da fonte Cerual
- Campo da fonte de Medados a que chamão o campo do Couello
- Campo da heijra
- Campo da Iostega
- campo da Iostiga de baixo
- Campo da Lamella fria/a Lamella
- campo da lauandeira de cima

- campo da Maceira
- Campo da Madanella
- Campo da Paurda
- Campo da Rabadeira
- campo da Refeita
- Campo da Sobresa
- Campo da synoga
- campo de Ardegões
- Campo de Bracelleiros [?]
- Campo de Cansinoga de baixo
- campo de Carualha
- Campo de Cernados de baixo
- Campo de Domes
- Campo de freyos
- Campo de Paula
- campo de Pereiras
- Campo de Ribas
- Campo de Santa Anna
- Campo de Seposa e so a longra
- Campo de So a longra
- Campo de So a Regueira
- Campo de Valinho/Balinho
- Campo de Villar
- Campo do Amarelal
- Campo do ameal de Baixo
- Campo do Barreiro
- campo do Cortinhal (outro)
- Campo do Cortinhal de cima
- campo do Couello
- Campo do enxido
- campo do foyo de cima
- Campo do heido Velho
- campo do Paneleiro
- Campo do Picoto
- campo do Redolho
- Campo do Rio

- campo dos Merlões
- Campo dos Moinhos
- Campo que se chama da Lauandejra de Baixo
- Campo que se chama de Rendejros (*vd.* Casal...)
- Campo que se chama fojo de Baixo
- Campo sobre sy a que chamão a lamella grande
- Campos das Portellas
- Campos de Casais

Enquanto hiperónimo, o substantivo *campo* admite a coexistência com outras designações de terras, mais específicas – mesmo quando é essa propriedade, mais ampla, a incluí-lo –, como *campo da bouça*, *campo do cortinhal*, *campo do eido*, *campo da eira*; por outro lado, a especificação do tipo de campo pode surgir no próprio nome por que é conhecido, como é o caso do *campo a que chamam a lamela*, *a lamelinha* ou *a vinha*, etc. Todavia, ele mesmo pode ganhar alguma especificidade quando acompanhado de adjetivo; veja-se mais adiante *campo lavradio*, *campo raso*, etc.

Outro vocábulo de valor geral é, por exemplo, *agra*, que retomaremos mais adiante, presente desde logo em topónimos como os seguintes:

- Agra da agrella, que no prazo Velho se chamaua da Barrosa
- Agra da Barroza
- Agra da Ceposa
- Agra da Senra
- Agra de cento figuejra
- agra de Domes
- Agra de Mouris (*vd.* Veiga de Mouris)
- Agra de São Sebastião
- Agra do Sopipe
- Agra e campo do Paneleiro

2.1. Tipologia das terras ou terrenos, variedade lexical

Achando-se a transcrição do manuscrito ainda no seu início, é já especialmente significativa a variedade lexical no tocante às designações das

propriedades rurais, incluindo ou não casas. No que respeita às terras ou terrenos, opta-se nesta abordagem inicial pela mais vaga apresentação alfabética, embora sendo já evidente que, transcrito todo o códice, será muito produtiva a sua organização e estudo por campos semânticos e lexicais de menor âmbito, já que as terras recebem designações determinadas pelo seu formato (como *chave*, *manguela* ou *bico de terra*); divisíveis pelo tipo de plantas ou espécimes botânicos que nelas se encontram ou cultivam (como *ameal*, *feijoal*, *nabal*, *rabaçal*, *linbar*, *pomar*, *touça*, *bacelo* ou *vinha*); doseadas pelo seu tamanho (*bouça*, *boucinha*; *chão*, *chãozinho*; *campo*, *campinho*; *cortelbo*, *cortelbinho*; *lamella*, *lamelinha*; *leira*, *leirinha*); condicionadas pelos acidentes do terreno (*chão*, uma terra plana, de PLANUM; *comaro*, *combro*, *cumarejro*, em forma de lomba), pela existência ou não de água, etc. São os seguintes aqueles que se recensearam até à data:

- agra

Na lexicografia portuguesa conhece-se-lhe frequentemente apenas um sentido geral e vago, enquanto ‘terreno cultivado ou cultivável’ – em latim, *ager*; *agrī* designa a ‘terra cultivada, campo, terreno’, representando *agrāris* o ‘agricultor’ e *agro*, de AGRUM, ‘campo, brejo’. Corominas e Pascual (1980: s.v. **agro**) referem atestações de *agro* em castelhano desde 1645, como cultismo, tendo-se a forma tornado popular apenas na Galiza, na primeira aceção de ‘extensión de tierra labrantía’, a que se segue a de ‘territorio de una ciudad’. Em galego e em português consideram-nos frequentes nos séculos XIV-XVI, dando *agra* também como muito usada em Santiago por *vega* y ‘grandes heredades’ (*la agra de Padrón*, *la agra de Seaia*). Pode incluir várias *leiras*.

No *Dicionario da Real Academia Galega*, o substantivo *agra*, sempre diferente de *agro*, remete para uma forma antiquíssima de aproveitamento comunal dos terrenos agrícolas: ‘Grande extensión de terra de cultivo dividida en leiras ou agros que pertencen a distintos donos’ – *Todas as aldeas de Galicia teñen a súa agra*.¹

¹ <https://academia.gal/dicionario/-/termo/busca/agra>

Documentação antiga em galego pode achar-se no *Dicionario de Dicionarios de Galego Medieval*: http://sli.uvigo.es/DDGM/ddd_pescuda.php?pescuda=agra&tipo_busca=lema

- (1) Título das propriedades que estão na **Agra** da Barroza // Item Hua' Leira, que parte do Nacente co' o Caminho... (297)
- (2) Na dita **Agra** da Ceposa outra leira que esta ao longo do Mato (293v)
- (3) Na **Agra** de Mouris a leira chamada de Gostim (381v)

- agro

Em Bluteau (1712-21), 'campo de terra frutifera'. Na parte já transcrita do códice figura apenas como topónimo.

parte do nacente co' terra de Belchior ledó e co' o Caminho que uay pera Redondello, e do poente co' a Veiga do **Agro** (298)

- ameal

'Lugar ou terreno povoado de amieiros', *amieiral*. No *Dicionario de Dicionarios* registam-se em galego as variantes *ameal*, *amial*, *amenal*, *almenal* e *amieiral*.

(1) do poente parte com terra da ygreja e do Norte co' outro Campo, e do sul co' **ameal** e co' a Veiga (293)

(2) parte do Nace'te com outro ameal, e do poente co' **ameaes** de fran^{co} da Rocha (293v)

- bacello

Machado (1967²) regista *bacelo*, do latim BACILLU-, desde 1001, todavia, apenas refere o sentido original de 'pequeno bastão' e 'vara conduzida pelos lictores'. Como propriedade menciona apenas *bacelar*, 'plantação de bacelo', todavia, no códice em estudo o substantivo parece designar já o 'terreno plantado de bacelo ou vides com raiz que se transformarão em videiras', isto é, *vinha* ou 'terreno destinado a vinha'. Bluteau (1712-21) reserva *bacello* para a 'vide (plantada ou a plantar)' e *bacellada* para o 'lugar plantado de bacello'.

(1) e Na mesma Cortinha outro **bacello**, parte co' Martim goncalves e co' caminho da portella tem de comprido oytenta e quatro uaras, e de largo quarenta e duas. leuara de Caua cinco homes (240)

(2) Dentro deste campo esta hu' **bacello** que se uaj fazendo, aonde se desfez hu' pardiejro e hu' repartim^{to} de horta (381v)

(3) E logo ahi contra o Nacente hum **bacello** cerrado Sobre sy (...) te' quatro oliveyras (573)

- bico de terra (*vd. chave, manguela*)

E em fundo de Villa dous **Bicos de terra**, que levarão de semente meo alqueyre e andão iuntos co' o Campo acima ao longo do Rio (385v)

- bouça

Machado (1967²) atesta *bauza* em 944 e *bouça* em 1098, propondo como étimo BALTEA, o plural neutro do adjetivo BALTEUS, substantivado ('o que cinge'). Mencionado como termo minhoto na acepção de 'terreno onde se cria mato para adubo, por não ser próprio para cultura', tem, a seu ver, sentido mais lato, já que também se lhe atribui o fornecimento de mato e lenha, noutra fonte. Também é termo corrente em Trás-os-Montes. Ora, neste códice a *bouça* é claramente 'pedaço de terra cultivada e cercada, onde crescem cereais':

(1) Hua' **Bouça** logo acima cercada de Parece com carualhos ao Redor (384v)

(2) Laura estas **Bouças** frutoso dias laurador e Morador em Villarinho (571v)

(3) tem esta **Bouça** chamada *de Santo Estevão* e por outro nome *o casal Novo* (572)

(4) iunto a esta **Bouça** outra **Bouça** toda cercada sobre sy. Parte do Nacente co' o Mo'te e do poente com terras deste casal e do Norte com terras do cabido, e do sul tambe' leuara de semente dez alquejres de centeo pouco mais ou Menos tem Uuejras ao Redor (572v)

- boucinha

Duas **Boucintas** pegada hua' na outra co' hu' Mato pello meo trazenas os herdeiros de João Antunes, leuarão ambas de semente oito alquejres (294)

- campo

Do lat. CAMPUS, etimologicamente 'planície; praça, na cidade de Roma; campo livre, espaço largo' (Machado, 1967²). Substantivo que designa no códice vários tipos de terra ou de terreno de cultivo.

hum **Campo** a que chamão do Salguejral, (...) leuara de Semeadura seis alquejres tem dous repartimentos pello meo (574v)

- campinho

(1) Vai por entre ele pelo caminho abaixo, e entre o **campinho** da eyra Velha do terço (573)

(2) hu' **campinho** a que chamão *de traz a Adega* (575)

- Campo Lauradio

esta Deuesa leuara doze pera quatorze alquejres fazendose e' **Campo Lauradio** (382)

- campo linhar (*vd.* linhar)

E o **Campo linhar**, que leuara de semeadura tres alquejres de linhassa (240)

- campo Razo

parte do Nacente co' a lamella e do poente co' **campo Razo** (293)

- casal

Machado (1967²) documenta *casal* desde 870. Derivado de *casa* (< lat. CASA, 'choupana, casebre'), o substantivo CASALE- transporta o significado de 'relativo, pertencente a casa' e, substantivamente, 'limites de uma propriedade; quinta, fazenda, herdade, granja', a que se veio somar, por extensão, o par dos donos dessa propriedade rural, marido e mulher'. Corominas e Pascual (1980: *s.v.* **casa**) documentam-no desde o século XIV, nas acepções de 'conjunto de casas, casa solariega', 'ruínas, lugar que había estado habitado'. Nessa mesma linha se apresenta o seu significado no *Dicionario da Real Academia Galega*: "**casal** *s.m.* **1.** Casa de campo con todas as súas terras e pertenzas. *Moitas xeracións se criaron nese casal.* **2.** Conxunto de casas que forman un pequeno grupo no campo ou dentro dun pequeno núcleo de poboación. *Os veciños do casal xúntanse na pequena praza.* SIN. **quin-teiro, rueiro.** SIN. **casar³, casarío**".

e as propriedades do dito **casal** são as que se seguem. // Item as Casas em que Viue' as ditas Viuuas que são oito alguas' dellas telhadas e sobradadas e Junto dellas hua' heira palheiro e horta. e Ao freixo hu' pedaço de terra (...)

e Ao Valecinho hua' terra, que leua de sementeira oito alqueires (...) e Ao Mesmo Ribeiro do Moinho hua' Vinha que leua seis homes' de Caua (240v)

- **chão**

Do latim PLANU-, designa uma 'terra plana, não acidentada'.

(1) As Carreiras outro **chão**; que leuara de Sementeira quatro alqueires de centeo (239)

(2) e No lugar do Salgueiro hu' **chão**. que leua de Sementeira doze alq^{res} (240v)

(3) Hum pedaço de chão que se chama das formigas (291v)

- **chãosinho** (*vd.* pedaço de chão)

hu' pedaço de **deueza** Cortadia com hu' **chãosinho** que se chama das formigas (291v)

- **chaue**

Não se achou nas obras lexicográficas esta acepção de 'tira ou faixa de terra em forma de ferrolho, chave ou barra de lagar (?)' dos termos *llave* ou *chave*, do lat. CLAVE-.

(1) faz hua' **chaue**, e hua' Manguella ao longo do Caminho (296v)

(2) te' ao longo delle Ameeiros & faz hua' **chaue** que uay dar a fonte de Medados (381v)

- **comaro, combro, comareiro**

García de Diego (1989³) refere *cómaro* no asturiano e no galego como 'linde elevado de una heredad'. Machado (1967²) refere as variantes *cômaro*, desde 925; *cômore*, em 986 e *combro*, em 1813, do latim CUMULU-, 'montão, acervo, acumulação', etc. Bluteau (1712-21) define *cômaro* ou *comoro* como 'huma terra levantada nas bôrdas de hum rio para a agoa não inundar os campos'; em Morais Silva (1990⁶: *s.v.* **cômore**), 'pequena elevação do terreno; montículo, outeiro', mas também 'socalco, botaréu' e 'canteiro, alegrete'.

(1) e dahi uay partindo do poente co' a dita quebrada ate o Canto da parede da quebrada que se mudou mais abaixo do que era, e uay pello **combro** e parede, ao caminho que uay da igreya (236v)

- (2) parte do Norte co' Mato e do sul co' terras da Igreja de santa locaya e **Comarejro** e do Norte co' terras e Mato de Antonio Soejro (298v)
- (3) per hu's penedos grandes Redondos q. estão no **Comaro** do sul hum defronte do outro (570)
- (4) Esta Bouca chamada da Costa de Baixo está tapada e cercada sobre sy per **comaros** e Matos (571)

- cortelho

Apesar de provir do diminutivo latino COHORTICULA/-U, de COHORTE, 'curral, pocilga', não aparenta nomear em português um terreno especialmente pequeno, diminutivo de *corte*, já que pode apresentar um tamanho maior do que outros tipos de terreno (*vd. ex. 1*), incluindo *leiras*, e tendo em atenção que estava em uso em português a sua forma diminutiva *cortelhinho*. Segundo Corominas e Pascual (1980: *s.v. corte*), a forma feminina parece ser a primitiva. Referem *cortijo* no cast. desde o século XIII, atestando *cortelbo* e *cortelha* no português e *cortello* no galego. García de Diego (1989³) define o cast. *cortijo* como 'finca rural' e 'tierra de labor con casa'. Machado (1967²) atesta *cortelbo* desde 1299, precisamente num documento do âmbito das propriedades que revertiam para a Igreja: "Mando a mha casa, e hum *coitello* (*sic*), ao Cabidoo por pitança".

- (1) O **Cortelho**, que se chama *o talbo* todo cercado sobre si per uallo, parte do Norte com estrada que uay pera Villa de Conde, e de Nacente poente e sul co' terras do mostrº de Villa de Conde tem de Nacente a poente vinte e oito uaras, e de largo pella parte do poente quatorze varas e pella do Nacente hua', leuara de semente tres quartos de centeo (382)
- (2) Junto a Agra de São Sebastião está hum **Cortelho** q' chamão o **Cortelho** do Rego de Rilho no qual esta hua' leira desta propriedade (298v)

- cortelhinho

Logo abaixo caminho em Meo hu' **Cortelhinho** cerrado sobre si (...) tem de comprido de Norte a sul trinta e tres Varas e de largo Vinte hua' e leuara de Semente alqueire e meo. digo hu' alqueire. Regasse E limasse co' a sobre dita agoa (573v)

- cortinha

De *corte*, 'terreno cercado ou tapado, junto da habitação'; 'courela lavradia estreita e alongada' (Costa e Melo, 1982). Em Morais Silva (1990⁶), 'leira de

terra'. Corominas e Pascual (1980: *s.v.* **corte**) referem, em galego, *cortiña*, 'tierra cercada, para el cultivo de legumbres y cereales' e *curtiña* ('pequena huerta cerrada'; e já desde o século XIII *cortynna*, com o mesmo significado ou o de 'quinta de placer'; no trasmontano e no minhoto registam, de Leite Vasconcelos e Viterbo, *cortinha*, 'campo junto da povoação', 'terra de sementeira, cercada de parede'. García de Diego refere o gal. *cortiña* (de COHORS, COHORTIS, 'curral'), na acepção de 'prado'.

(1) e hua' **Cortinha** pegado nas casas tapado de parede, que leuara de sementeira tres alques (136v)

(2) a torgueda hua' **Cortinha**, que leua de Sementeira des alqueires (240v)

- cortinhal

Tanto pode corresponder a uma cortinha como a várias: 'propriedade dividida em cortinhas; cortinha vedada' (Costa e Melo, 1982⁵); Corominas e Pascual (1980, *s.v.* **corte**) registam apenas *cortinal* no castelhano, oferecendo a definição de Covarrubias: 'pedazo de tierra cercada, cercano al Lugar'. Em Morais Silva (1990⁶), 'terra aproveitada e adubada, cercada de paredes; à maneira de horta ou jardim'. No códice pode conter vários *campos*:

(1) parte do Nacente co' Vinha de Antonio enes, e do poente co' Diogo pereira, e do Norte co' o dito Domingos Afonso e do sul co' campos do **Cortinhal** (294v)

(2) parte do Nacente co' as suas casas e do poente co' terra de Catarina fernandes, e do Norte co' o souto e do sul co' Caminho que uay pera os **cortinhaes** (295)

- couto

Substantivo formado por via popular, atestado desde 1082 (e com variante *coito* conhecida desde 1311) e que tem o adjetivo *cauto* como forma divergente culta, do latim CAUTU- (Machado, 1967²). Propriedade ampla, englobando diversos tipos de terras e casas, incluindo o *casal*.

(1) Segue-se as Propriedades que a Meza Arceb'pal tem no Seu **Couto** da feitosa (291)

(2) Este Casal dos Paços esta Sito no mesmo <**Couto**> da feitosa (291)

(3) parte de todas as partes co' monte do Mesmo **Couto** (292v)

- **devesa**

Corominas e Pascual (1980) registam *debesa*, 'terra destinada a pastos', e oferecem documentação medieval de *defesa* e *dehesa* no castelhano, em português *defesa* e *devesa*, sendo esta a única forma atestada no galego; do lat. tardio DEFENSA, na acepção medieval de 'proibição', "porque la dehesa está comúnmente acotada". No *Dicionario da Real Academia Galega* põe-se em evidência a florestação de tal terreno, todavia, as atestações do código em estudo ora no-lo apresentam florestado ora semeado (seja totalmente livre das primitivas árvores ou apenas delimitado por elas): "**devesa**. s.f. Terreo extenso, poboado de árbores non moi mestas, normalmente valado ou cercado. *Cortaron as últimas faias que quedaban na devesa*". Machado (1967²) oferece atestação de *devesa* desde 961.

(1) e semeandosse esta na forma **Deuesa** leuara doze pera quatorze alquejres fazendose e' Campo Lauradio (382)

(2) hu' pedaço de **deueza** Cortadia com hũ **chãosinho** (291v)

(3) outro pedacinho de **Deueza**, que serão cincoenta pés de Carualhos e Castanjeiros (574v)

- **eido**

Do latim ADITU-, 'acesso, entrada', sendo forma divergente da culta *áditio*; documentada desde o século XIII, apresenta no século XIX a variante *aido*, em Eça de Queirós; regista-se também em galego na acepção de 'morada, terra nativa' (Machado, 1967²). Em Morais Silva (1990⁶), 'recinto para animais, anexo às casas aldeãs; pátio; quinteiro, quintal'; em Costa e Melo (1982⁵) figura também 'sítio'. No dicionário manuscrito de 1769 correspondente ao código 2126 da Livraria, Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, que acabo de editar (Barros, 2018), o significado é, de facto, mais abrangente: "**Eido**, ou **heido** – A minha quinta, o meu eido" (fl. 173).

(1) o Campo do **heido** Velho todo cerrado sobre sy (294)

(2) Tem Hu'a leira de terra no Campo de so os **eidos** (373v)

- eira (*vd. recio; recio dejra*)

Do latim AREA, que possuía não apenas o significado de ‘espaço para bater cereais, ou eira’, mas também os de ‘superfície, solo unido, plano’; ‘local para edificações’; ‘canteiro’, etc. (Machado, 1967²).

(1) Item o Pumar e a **Eira** que ficou de João Antunes que agora está de Vinha leuara de sementeira dous alquejres (294v)

(2) da parte do sul entesta com o Recio e portello por onde passão pera a igreja e do Nacente co’ o Recio da **ejra** (381)

(3) logo pegado com a **eyra** hum campo cerrado sobre sy, que também se chama **da eyra**, parte do Nacente com a dita **eyra** (573)

- eirinha

O Campo da **eyrinha** cercado sobre sy parte todo a Roda com Caminhos públicos (573)

- eirado (*vd. recio; recio dejra*)

De *eira*, atestado por Machado (1967²) desde o século XV.

E Hum **eirado** aonde viue’ estes casejros que he seruentia delles e seruese pera o Norte aonde esta a ejra deste assento, e laurandosse este Recio leuara de sementeira hu’ alquejre de pão

- ermida (*vd. quebrada*)

Este assento da **Hermida** de são yorge está sito na Camara de são Domingos de fauayos (136v)

- feijoal

Derivado de *feijão*.

Item So o **feiyoal** no campo da Refeita hua’ Leira Marcada por Marcos (297)

- fojo

Do lat. FODIU-, de FODERE (Machado, 1967²); ‘cova, buraco’ ou ‘terra que evidencia uma’.

parte' do Nacente co' o Monte do Pombal, e do poente co' caminho da Villa, e do Norte co' Caminho da Veiga, e do sul co' **foyos** (294)

- herdade

Morais Silva (1990⁶) define-a como 'prédio rústico, vulgarmente constante de montados e terras de sementeira; quinta grande'. De HEREDITATE-, 'herança, acto de herdar e o que se herda'. Em Bluteau (1712-21) tem acepções vagas quanto ao tipo de propriedade, sendo de tamanho grande no contexto alentejano: 'quinta, campo, cerro, que se tem herdado de seus pays'; no Alentejo, 'campos, que constão de montados, sorvaes, & terras de pão, e por serem dilatadas, e renderem muito, se chamão *Herdades*'.

(1) Outra **herdade** de Cortinha (...) e Mais outra **herdade** centeejra (238)

(2) hum Campo a que chamão do Salguejral, que parte do Nacente co' propriedade de feliipe de coimbra, (...) e do Norte com **herdade** de Belisenda de Olivejra (574v)

(3) E No meo deste campo está hu' pedaço de **herdade** dizimo a Deos (575)

- horta

De *horto* (< HORTU-, 'horta, pomar', cujo plural, HORTA, também significava 'parque; casa de campo, herdade'); documentada por Machado (1967²) desde 1064.

Iunto a este pardieyro está hua' Vinha pumar **horta** e prado tudo cercado sobre sy de parede e Mato, a qual Vinha era antes pumar e **horta** (296)

- lamejra

De *lama*.

e uay partindo do poente por Marcos, ate a **lamejra** das favas co' a terra do dito yorge teijejra e encerra a dita **lamejra** pello cimo (236v)

- lamejro

De *lama*. Pode subdividir-se em *leiras*:

(1) No mesmo **lamejro** outra leira centeejra, que leuara de sementeira cinco alquejres de Centeo (239)

(2) E o Campo das quintans de Baixo todo cercado sobre sy (...) tem algum Monte e alguns ameejros, e hu' **lamejro** e hua' fonte no fim do **lamejro** (382)

- lamella

Provém provavelmente do diminutivo latino LAMELLA, que Machado (1967²) atesta desde 1094, marcando a forma comprida do terreno, retangular e direito, não acidentado, como a *lata*. Ou então um derivado de *lama*, como *lameiro* e *lameira*.

parte do Nacente co' Bouça de Perejra, e do poente co' **lamella** dos herdeiros de João Antunes, e do Norte co' a **lamella** de tras e do sul co' a propria **lamella** dos herdeiros de João Antunes (293)

- lamelinha

E outro Campo a que chamão a **lamelinha** que tras Catarina fernandes e leuara de semente[ra] dous alquejres de Centeo (293)

- lata

Corominas e Pascual (1980: s.v. **lata**) refere o caráter autóctone de *lata* em hispano-português e considera provável que esta palavra, do termo do baixo latim LATTA, comum ao céltico e ao germânico, e espalhada por toda a Península Ibérica, França, Alpes Centrais e partes de Itália, tenha origem no celta. Além do sentido original de 'vara o palo largo', apresenta outros (como 'chapa de metal, lâmina', etc.), mas nenhum referente a propriedades ou terrenos. A mais próxima é uma das que refere para o português *lata*, citando Moraes: 'renque de videiras altas, dispostas em armação, aos dois lados do caminho', provavelmente decorrente da primeira aceção, 'cada uma das varas ou canas transversais da parreira'. E daí também *latada*, já em Bluteau. Menciona ainda *lato*, em Viana do Castelo ('caibro ou vara de madeira apodrecida na vinha e que só serve para queimar'). Em mirandês continua a utilizar-se correntemente *llata* na aceção de 'terreno cultivado, ou cultivável, direito (não acidentado), mais comprido do que largo, geralmente retangular', podendo ser horta ou lameiro. É comum o seu uso no plural, *llatas*, surgindo contiguamente diversas parcelas dessa natureza.

(1) Iunto aos ditos pardiejros da parte do Nacente e Norte hua' **lata**, que parte do Nacente e Norte co' o Caminho que uay pera as portellas, e das mais partes co' a emprazadora (291v)

(2) Defronte destas Casas pera a parte do Poente ao longo da estrada hu' pedaco de pomar e **lata** (574)

- leira

De origem obscura, Machado sugere o lat. GLAREA ou, com Corominas e Pascua, AREA, documentando *larea* em 870, *laria* em 921 e *leira* em 984. A aceção relativa a propriedades em Morais Silva (1990⁶) é bastante vaga: 'extensão maior ou menor de terreno'. Bluteau é mais preciso (1712-21): "He hũ taboleiro de terra, estreito, & comprido, o qual a divide de outro comarosinho de terra, que tem pelas ilhargas'.

(1) Na Mesma Veiga, acima da terra de São Romão estão cinco **leiras** (293v)

(2) Na Agra de Mouris a **leira** chamada de Gostim (...) leuara de sementeira vinte alqueijres (381v)

(3) esta hua' **leira** a que agora chamão a **leira** dos açucres que antigam^{te} não tinha este Nome [aonde Mora Pero Glz açucres] (382)

- leirinha

E logo abaixo outra **leirinha**, que tem de comprido de Nacente a poente Sesenta e quatro varas, e de largo quatro e Mea, leuara de sementeira quarto e meo de centeo (571)

- linhar (vd. campo linhar)

'Campo semeado de linhaça'; *linhal*, com dissimilação.

Hua' leira de terra junto a ellas, que serue de **linhar** (240v)

- lugar

Forma divergente popular, ao lado da culta *local*, ambas de LOCALE-, mas somente a primeira usada nesta aceção de 'propriedade', 'terra', seja a 'terra com casas e moradores, localidade, povoação', seja o mero 'terreno de cultivo, propriedade rural'. No *Diccionario da Real Academia Galega* surge neste sentido apenas como sinónimo de *aldea*: "2. Núcleo pequeno de poboación

em que se divide unha parroquia, con poucos veciños e de carácter rural. *No meu lugar vivimos quince familias*. SIN. **aldea**". No entanto, no *Dicionario de Dicionarios* acham-se reunidos sentidos vários e até opostos, como os de 'aldea', 'población pequena menor que villa y mayor que aldea' ou 'tierras de labor con casa vivienda' (*lugar acaseirado*). Em Portugal e em algumas partes da Galiza é ainda o 'núcleo habitado mais pequeno, inferior à *aldeia/aldea*, e podendo corresponder às construções de uma única propriedade'. No Tombo da Mitra surgem atestações de tipos de *lugar* que incluem *terras, casas, casais, hortas, vinhas, pombais, devesas, latas, leiras e eiras*, e que por vezes se dizem transformados ou transformáveis em *vinha* ou *campo*, figurando também lado a lado com divisões populacionais designadas como *aldea, villa e cidade*.

- (1) Camara de Santa Maria d'Aluara Sita no **lugar** das choças termo da Villa dos Arcos de Val devez (44v)
- (2) Titulo de certas Casas que a Meza Arcebpal' tem No **lugar** de S^{to} Esteuão (238)
- (3) parte do Nace'te com a estrada que uay pera chaues, e do poente co' terras deste **lugar** (239)
- (4) Este Casal possuem fran^{ca} fernandes e Isabel Rodrigues do Mesmo **lugar** de são Pedro (240)
- (5) e o **lugar** que ficou de fernão Afonso e Agora he de Antonio pires ferreiro Gaspar fernandes e Domingos Roiz' todo cerrado sobre sy e leuara de sementeira oito alquejres esta posto de Vinha (293v-294)
- (6) O **lugar** de Isabel pires, que leuara cinco alquejres de centeo de sementeira (294)
- (7) E o **lugar** de baixo que ficou de João Antunes está cercado de parede e cheo de Vinha e tem casas e pombal e deueza terrestre [*sic*] leuara todo de sementeira quinze alquejres (294v)
- (8) E o **lugar** de Maria da Rocha em que ella Viue esta todo cerrado sobre sy per parede. e sendo campo leuara de sementeira quatro alquejres de Centeo (294v)
- (9) O **lugar** de Domingos anes, que leuara de sementeira tres alquejres de centeo que são casas horta e Vinha, parte do Nacente co' yão pires [...] E o **lugar** de João pires, latas e Ejra (294v)

(10) O **lugar** de Domingos Coelho e Gaspar Goncalves leuara de sementeira seis alques' entrando Vinha Casas e Ejra parte do Nacente co' Souto e caminho da Villa, e do poente co' **lugar** de João pires, e do Norte co' o Mesmo Souto e do sul co' a Mesma Aldea. E o **lugar** de Isabel fernandes Viuuu que está cerrado sobre sy e leuara de sementeira meo alq^{re} (294v)

(11) Outro **lugar** que ficou de João Antunes, que está todo cercado sobre si de parede e tudo Vinha e lata, e leuara de Sementeira tres alqueires (295)

(12) No **lugar** da Mata que he Na ferguesia de Touguinhó aonde Mora Pero Glz' açucres. esta hua' leira a que agora chamão a leira dos açucres que antigam^{te} não tinha este Nome (382)

- manguella

Parece tratar-se do diminutivo de *manga* < MANICA, 'manga', derivado de MANUS, 'mão'. Corominas e Pascual (1980) não recenseia, porém, *manguella* s.v. *manga*. Na primeira atestação que oferece de *manga* (comum a todos os romances e épocas), de 1104, refere aparecer aplicado a um campo, podendo ter o mesmo significado dos termos usados em espanhol, e nomeadamente na Argentina, no Chile e em Cuba, de 'espacio comprendido entre dos estacadas que van convergiendo hasta la entrada de un corral'.

faz hua' chaue, e hua' **Manguella** ao longo do Caminho (296)

- mato, matos (substantivo contável)

(1) Duas Boucinhas pegada hua' na outra co' hu' **Mato** pello meo (294)

(2) Esta Bouca chamada da Costa de Baixo está tapada e cercada sobre sy per comaros e **Matos** (571)

- monte (*um monte* e *o monte*)

(1) Mais Outro **Monte** a que chamão a deueza do Couco (...) leuara de sementeira cento e cincoenta alques de centeo, tem Vinha (237)

(2) parte de todas as partes co' **monte** do Mesmo Couto (292v)

- monte maninho

parte do poente com herdejros que ficarão de Briatis Martins e do Nacente co' Yoão Afonso, e das mais partes com **Monte Maninho** (239v)

- outeiro

e dali ao **Outeiro** de Val de meão (238)

- outeyrinho

e dali ao **Outejrinho** pegado na Cortinha (238)

- pedacinho de deveza
- pedaço de chão
- pedaço de deueza
- pedaço de Monte
- pedaço de terra
- pedaco de terra que se laura
- pequena de terra
- piquena de vinha

- prado

Do lat. PRATU-, ‘prado, pradaria’. Documentado desde 959 por Machado (1967²).

Junto a este pardieiro está hua’ Vinha pumar horta e **prado** tudo cercado sobre sy de parede e Mato, a qual Vinha era antes pumar e horta (296)

- propriedade

Do lat. PROPRIETATE-, é provavelmente a designação mais geral no código, indicando a ‘coisa possuída’, neste caso, ‘qualquer tipo de terra possuída ou emprazada, com ou sem casa’.

(1) Na Agra do Sopipe hua’ Leira desta **propriedade** parte do Nacente co’ terras de Go’callo Barbosa (297v)

(2) parte do Nacente co’ o Monte Maninho, (...) e do sul co’ **propriedades** deste casal (383v)

- pumar

Machado (1967²) pressupõe um lat. *POMARE-, equivalente a POMARIU- e com o mesmo sentido, e documenta *pumares* desde 803. Pode englobar uma *lata*.

- (1) Iunto a este pardieyro está hua' Vinha **pumar** horta e prado tudo cercado sobre sy de parede e Mato, a qual Vinha era antes pumar e horta (296)
- (2) logo pegado com as Cortes pera o Nacente e Norte hum **Pomar** cercado sobre sy (...), tem hu' poco e hua' lata (573)

- quebrada (*vd. ermida*)

De *quebrar*. Atestado desde 1220 (*quebradas*); em 1085, *crepata*, no mesmo contexto geográfico e do terreno.

- (1) e dahi pella estrada acima partindo sempre co' a dita **quebrada** ate cerrar no canto da Vinha della (236v)
- (2) Titulo da **Quebrada** de São Jorge. // Esta **quebrada** está iunto ao Assento de são yorge de que atras se faz menção (237)
- (3) e as propriedades da dita **quebrada** e demarcação della, todo he o que abaixo se segue (237)

- recio (*vd. eirado*)

'Baldio', 'o que resta por cultivar, fora do terreno de cultivo'. Machado (1967²) documenta o substantivo *rissios* em 1227, *resio* desde 1258 e até 1813, *apud* Moraes (*recio*), e *rossio* apenas em 1516, partilhando a hipótese de Leite Vasconcelos de que provenha do adj. RESIDUUS, 'remanescente', derivado do verbo *resideo*.

- (1) Pegado co' estas casas pera a parte do poente está hua' lata e **Recio** que tem de co'prido de Nacente e poente quatorze uaras, e de largo oito (295).
- (2) e laurandosse esse **Recio** leuara de sementeira hu' alqueire de pão (381v)
- (3) parte do Nacente co' o **Recio** que uay pera o pumar, e do sul co' o Adro da igreya (381)
- (4) e Mais ahi hu' **Recio**, em que estão dous Carualhos, e diante da porta do Vigairo outros dous e outro **Recio** em que estão Uejras e neste **Recio** estiverão antigam^{te} Casas (384)

- recio da eira, recio dejra (*vd. eirado*)

- (1) parte do Nacente co' a Casa de yôão Lopes', e do poente co' a seruentia da ygreja, e do Norte co' o **Recio dejra** (381)

(2) da parte do sul entesta com o **Recio** e portello por onde passão pera a igreya e do Nacente co' o **Recio da ejra** (381)

- relho

Do latim REGULUM, 'parte do arado que rompe a terra'. Em Bluteau (1712-21) é o 'cinto com que se cingiam as mulheres nobres da Lusitânia', sem qualquer referência a terras; no código, porém, parece indicar uma 'faixa ou tira de terra'.

parte do Nacente co' o **Relho** dos ditos herdejros, e do poente co' Caminho da Villa, e do Norte co' o lugar de Bastião fernandes, e do sul parte com o lugar de Isabel pires (294)

- repartimento

De *repartir*. Machado (1967²) atesta-o desde o século XV, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

hum Campo a que chamão do Salguejral (...) leuara de Semeadura seis alquejres tem dous **repartimentos** pello meo (574v)

- repartimento de horta

Dentro deste campo esta hu' bacello que se uaj fazendo, aonde se desfez hu' pardieyro e hu' **repartim^{to} de horta** (381v)

- sitio

De origem obscura, Machado (1967²) só o documenta desde o século XVI.

(1) Dicerão os ajuramentados, que nesta freiguesia de São Pedro auia hu' **Sítio** apartado cuias p'priedades pagauão alem do disimo a Meza Arcebispal tambem o quarto das Nouidades de pão, e Vinho, e linho (238)

(2) E que outrosi dentro neste Mesmo **sítio** auia casais que pagauão foro ao dito snor' Arcebispo (...) E que o dito **Sítio** comecaria aonde chamão *as Campinas* (238)

- terço

Do lat. TERTIU-, 'terceiro', representa 'um terço', ou a 'terça parte'.

(1) parte do Nacente com a dita eyra, e do poente com campo do **terco** do prior (573)

(2) parte do Nacente co' o prado E com o **terço** do Priorado, e do poente com o Caminho da fonte de Capim, e do Norte com Payo gonçalues çapatejro, e do sul com estes dous **terços** (573v)

- terra

Do lat. TERRA, designação geral para 'prédios ou propriedades rurais', atestado por Machado (1967²) nesta acepção desde 924.

(1) e Hua' Vinha a Calhelha com hua' pequena de **terra** e lamejro tudo yunto (238)

(2) e Ao Val de Bugalho hua' **terra** q' tras a dita Maria gonçalues, leuara de Semeadura tres alqres (240v)

(3) O Campo da Maceira que esta Marcado e circuitado sobre sy parte de todas as partes co' **terras** do Mosteiro de Villa de conde (382v)

- terra Dizimo a Deos

o Campo sobre sy a que chamão a lamella grande cerrado todo sobre sy (...) leuara de semeadura quinze alquejres de Centeo ten en sy **terra Dizimo a Deos** (293)

- terrasteira

Derivado de *terrestre*, com dissimilação (como também *terreste*). Machado (1967²) não dá conta desta forma.

tem dentro en sy seis ou sete **terrastejras** de Castanjeiros e hu' pedaço de Deueza de Castanjeiros terrestes (296v)

- touça

De *TAUCIA, pré-romano, segundo Machado (1967²); 'moita', 'maciço de árvores', englobando, aparentemente, 'a terra em que se encontram'.

(1) te' [a vinha] doze Carualhos, e no meo hu' Pombal sem Pombas e hua' **touça** de castanho (296)

(2) tem na cabeça do Norte trinta varas e dous pinheiros e alguas' **touças** de Carualhos (383)

3. tem [o campo] **touças** de castanjeiros e outras Aruores (385)

- Vallado (*vd.* vallo)

Alonso (1986) regista **Vallado**, de *vallatus*, p.p. de *vallare*, 'fortificar', atestado desde o séc. XV na acepção de 'cerco que se levanta y forma de tierra apisonada, o de bardas, estacas, etc., para defensa de un sitio e impedir la entrada en él'. Em português atribuem-se-lhe as acepções de 'vala, sebe, elevação de terra que cerca uma propriedade' e de 'propriedade cercada por valado'. Bluteau (1712-21) refere que no meio do *vallado*, ou 'terra levantada para cercar um campo ou outra propriedade', se metiam silvas, e em cima estacas.

(1) e dali ao Outeiro do Prado, por onde uay hu' **Valado**, está hu' Marco (238)

(2) Na Agra de Mouris a leira chamada de Gostim que parte do Nacente co' **Vallado** e terra do Mosteiro de santa clara (381v)

- valle

Valle, de VALLIS, em Corominas e Pascual (1980): "En latín se decía VALLIS o VALLES, siempre como femenino, género conservado hasta hoy en cat. y demás romances; sólo el fr. y el port., con el cast., cambiaron el género, seguramente por influjo del contrapuesto MONS". Mantém o fem. em topónimos antigos na França (*Vautorte*), Espanha (*Valbuena*) e Portugal (*Valle Pequena*, *Vall Boa*, *Da Balle*). Machado (1967²) documenta-o desde 897 (*ualongo*). No códice *valle* alterna com a forma apocopada *val* nos topónimos, seguido de consoante.

(1) e daly ao Outeiro de **Val** de meão (238)

(2) Hua' vinha No mesmo **valle** que tem de comprido cento e quarenta uaras, e de largo setenta (239v)

(3) No **Valle** do Bugalho hu' pedaço de terra, que tem de comprido trezentas uaras e de largo ce'to e sesenta (240)

(4) e Ao **Val** de Bugalho hua' terra q' tras a dita Maria gonçalues, leuara de Semeadura tres alqres (240v)

- valesinho

- (1) Outra leira Centeejra ao **Vallesinho** (239)
- (2) e Ao **Valecinho** hua' terra, que leua de sementeira oito alquejres (240v)

- valinho

- (1) Campo de **Valinho** (292)
- (2) Vinhas do **Valinho** (292v)
- (3) Outro campo do **Balinho**, que traz'e João pires Antonio fernandes Gaspar fernandes Baltesar fernandes e Gaspar Goncalves, este campo está ora de vinha (292v)

- vallo (*vd.* vallado)

Corominas e Pascual (1980) incluem apenas **valla**, do lat. VALLA, pl. de VAL-LUM, 'empalizada', 'muralla de tierra o de piedra', de uso tardio. Machado atesta *vallo*, de VALLU-, 'estacada, trincheira', em documento espanhol de 842, e em português desde o século XIII. 'Terra levantada ao redor de um campo', em Bluteau (1712-21) 'fosso, valado, barranco'.

- (1) e Ao Campo da Paurda cerrado sobre sy per Mato e **Vallo** (292v)
- (2) Na dita Agra outra leira, que parte do poente co' o Rego e terra dos herdeiros de Afonso Caminha, e do Nacente co' terra e **Vallo** dos herdeiros de Diogo Jacome (297v)
- (3) tem hu' **Vallo** pello meo que faz serem dous campos (383v)

- veiga

Do vasco-ibér. IBAIKA. Morais Silva (1990⁶) refere as aceções gerais de 'várzea; planície cultivada e fértil' e uma regional, precisamente do Minho: 'terra de cultura de centeio ou de milho serôdio'. Pode incluir *vessadas*, *leiras*, etc.

- (1) A **Veiga** de Cernados que serão tres veçadas de terra as duas dos herdeiros de João Antunes, e hua' de Bastião glz' leuarão de sementeira Mais de trinta alquejres (292)
- (2) Na Mesma **Veiga**, acima da terra de São Romão estão cinco leiras (293v)

- vessada/veçada

De *vessar* < **versare**, 'virar repetidamente', 'lavar fundo; lavar para semear'. Documentada desde o séc. XIII (Machado, 1967²), usa-se nas aceções de

‘terra fértil e regadia’; ‘terra que uma junta de bois lavra num dia; jeira, vessadela’ e ainda, como regionalismo, ‘terra que se lavra antes da sementeira’, (Morais, 1990).

(1) A Veiga de Cernados que serão tres **veçadas** de terra as duas dos herdeiros de João Antunes, e hua’ de Bastião glz’ leuarão de sementeira Mais de trinta alqueires (292)

(2) Os Campos de Casais, que serão **Veçada e mea** (293)

(3) Os Campos das Portellas que são quatro **Vessadas** são de João Barbosa de Carreiras são dous e tem hum Mato pello meo (294)

- vinha

Do lat. VINEA, tanto no sentido de ‘vinha, terra plantada com videiras’, como de ‘pé de vinha, cepa’.

(1) Começa no Canto da **Vinha**, da quebrada de São Yorge propriedade também da Meza (236v)

(2) e entesta na dita parede da **Vinha** Velha no fundo da dita lameira (237)

Dos elementos lexicais acima apresentados e respetivos contextos rapidamente se depreende a necessidade de estabelecer distinções e categorias de propriedades com base na sua dimensão, formato, acidentes do terreno, adequação ou dedicação a certas culturas, etc. No tocante ao tamanho das terras, para além das formas diminutivas, observa-se o recurso a sintagmas ou perífrases como *pedaço de*; *pequena de*; *repartimento de*; *bico de*; *vessada de*.

Sendo já por si variados, estes nomes oferecem ainda mais variação pelo facto de muitos deles registarem certa flutuação, devido à relativamente grande fragmentação das propriedades minhotas (e, em geral, do norte do país) e à polivalência que revelavam os terrenos. Isso mesmo testemunham passagens como estas:

(1) Item Iunto a este pardieiro está hua’ Vinha pumar horta e prado tudo cercado sobre sy de parede e Mato, a qual Vinha era antes pumar e horta (296)

(2) A Bouça da sobrejra acima das casas a qual agora esta de Vinha (291v)

(3) este campo está ora de vinha (292v)

Os nomes por que foram ficando conhecidas as propriedades são desde logo um bom indício dessa miscelânea de categorias, prometendo adensar a problemática da destrição e organização deste campo lexical: ***Campo da Bouça*** (572v); Os ***campos dos ameaes*** (293v); ***Bouça chamada de Santo Estevão e por outro nome o Casal Novo*** (572); a ***Bouça da lamella de tras*** (293); ***Campo sobre sy a que chamão a lamella grande*** (293), etc.

A evidente mistura desses tipos de terras, que nos são descritas umas encaixadas nas outras, torna bastante complexa a sua distinção com vista ao estabelecimento de definições rigorosas num glossário amplo, pelo menos antes de completa a transcrição do código; vejamos casos como os seguintes:

- (1) No **Campo** que se chama de **Casal** esteufe hu' **pedaço de deueza** Cortadia com hũ **chãosinho** que se chama das formigas (291v)
- (2) e esta parede uen a hua' **chaue**, e dahy uai pello dito **campo**, pella dita **chaue** entestar com o caminho que uem pera a igreya (381v)
- (3) No **Campo da lameira** hua' **leira**, que possuem os Caseiros deste asento (382v)
- (4) Dentro desta **cerca** esta a **Boucinha** Noua, que de Nacente a poente tem oitenta varas e de Norte a sul quatorze leuara de semente a **terra q' se semea** dentro desta **Deuesa** cinco alqres, e semeandosse esta **Deuesa** leuara doze pera quatorze alqueijres fazendose e' **Campo Lauradio** (382)
- (5) Item Iunto desta Vinha pera a parte do poente está hu' **campo** co' hu' **pedaço de deueza** (296)

Em torno desses tipos de propriedade, fornece e revela o código um conhecimento muito pormenorizado das terras (tal como das casas), que contribuirá certamente para aferir e refinar essas definições e conceitos, bem como a sua organização em categorias:

- está cerrada sobre sy, por Matos & Comaros, e a Muito tempo, que não se semea segundo della se mostra (570)
- Item o Pumar e a Eira que ficou de João Antunes que agora está de Vinha (294v)
- Iunto a este pardieiro está hua' Vinha pumar horta e prado tudo cercado sobre sy de parede e Mato, a qual Vinha era antes pumar e horta (296)
- A Leyra de So o Mato (...) he terra fraca (570v)
- tem agoa de Regar que lhe ue' do valle e he terra arrezoadá e da Nouidade (298v)

- leuara de sementeira quarto e meio de centeo. he terra arrezoadá (571)
- he terra, que da toda a Nouidade (297v)
- a seruentia deste campo he por lourido e he bom campo (298v)
- A Bouça que está no Monte Soejro (...) esta cerrada sobre si. He Muito Roim terra (570)
- e dahi uay partindo do poente co' a dita quebrada ate o Canto da parede da quebrada que se mudou mais abaixo do que era (236v)
- Hua' Vinha toda cercada sobre sy co' hu' pedaço de Deueza (...) e leuara de Caua cinco homes (296)
- te' doze Carualhos, e no meio hu' Pombal sem Pombas e hua' touça de castanho e algus' Marmeleiros, leuara a Vinha de Caua oito homes' na primejra Caua (296)
- tem agoa de lima, e leuara de sementeira cinco alquejres (570v)
- he terra não muito boa' tem em si hua' fonte d'Agoa. tem este campo e Vinha agoa de Rega, que uem dos enxertos (296v)
- leuara de sementeira a terra lauradia, e a que não se laura tudo tres Alquejres. tem agoa de Regar e he onesta terra (297v)

3. Tipologia das terras *vs.* casas

As designações relativas aos terrenos entrelaçam-se frequentemente com as das casas neles construídas, ou, mais rigorosamente, dos espaços construídos ou povoados, daí resultando, por exemplo, um vocabulário relativo a extensões de terra relativamente grandes, como o *casal* – propriedade rural com casa ou casas e com o respetivo *casal* que as habita ou trabalha, os *caseiros* – e o *lugar*, unidade mínima do aglomerado populacional com terrenos, casas, casario e mais ou menos população, desde o *casal* aos agrupamentos superiores a ele (*vd. lugar* enquanto tipo de terreno no ponto 2.1):

- Casal da fonte boa (*vd. Casal de fonte boa*)
- Casal da Nugueira
- Casal da Vrtigueira/casal da Vrtigueira (no *lugar da Vrtigueira*)
- casal de fonte boa (*vd. Casal da fonte boa*)
- casal de Pytansinhos
- casal de Rego

- Casal de Rendejros (*vd.* Campo)
- Casal do Castanhal
- Casal do Pynhejro
- Casal dos Paços
- lugar da Mata
- Lugar da Moeda
- lugar da Vrtigueira
- lugar das choças
- lugar de baixo
- lugar de Gostem
- lugar de Paradella
- lugar de Penegate
- lugar de São Pedro
- lugar de Sesmil
- lugar de S^{to} Esteuão
- lugar de Ventozello
- lugar do Couello
- lugar do Salguejro
- lugares de Villaça e São Pedro do Rio

As casas, por sua vez, são também detalhadamente descritas no Tombo da Mitra, o que tem especial interesse para a História da Arquitetura, bem como para a História da Língua, da própria Construção Civil, da Agricultura, etc. São de vários tipos as construções que essas propriedades albergam, conforme a finalidade a que se destinavam, o tipo de espaço construído, o género de cobertura que apresentavam, etc.:

- Casas
- Casas de herdade
- Casas de Morada Sobradadas e telhadas
- Casa torre
- Casas de Palheyros
- Casinha
- Colmaça que serue de Palhejro [casa colmada]
- Casa toda colmada que serue de despeyo
- hua' Corte toda colmaça

- Casa grande, que serue de Cosinha duas partes colmadas e hua' telhada. e tem a seruentia pera a ejra
- Casa que serue de Cosinha e viuenda (...) e esta a mayor parte della telhada
- Casa pequena que serue de adega
- Adega
- Casa que serue de despeyo e Celejro
- Corte colmada
- Cortes colmadas (...) pegadas hua' Na outra
- Casa que serue de Gado que são tres Casas que tem tres repartimentos está a seruentia pera a ejra
- Casa que serue de Corte de Gado toda Colmada e seruese por duas portas e tem hua' parede no meo e a serventia pera o Caminho que uay pera a igreya
- e Pegado a esta casa outra casa que serue de lagar e forno
- Curral terrejro telhado E bem Repairado
- Curral de Gado telhado
- Moinhos
- paço; paços
- Pardiejros Velhos
- hu' Pardiejro que foy casa
- Pombal
- torre de dous sobrados

Observa-se, desde logo, o uso no plural de *casa* sempre que designa a habitação de alguém, como referem Corominas e Pascual (1980, *s.v. casa*), e sobretudo porque frequentemente envolvia outras edificações (cozinha, adega, corte ou curral, celeiro, lagar, forno, palheiro, torre, etc.); com origem no substantivo CASA, inicialmente reservado para o 'casebre ou choupana' habitado pelo povo, generalizou-se no latim vulgar em detrimento de *domus*, a 'mansão familiar' típica da Roma monumental, evoluindo então aquele termo semanticamente para 'casa'. Neste códice, todavia, são frequentes também reforços como *casa de morada* e *casa que serve de vivenda*.

Chama a atenção ainda, por exemplo, o substantivo *pardieiro*, proveniente de um derivado de PARIETINU-, provavelmente * PARIETINARIU-, 'casa tosca e pobre' ou 'casa arruinada', no manuscrito com uso em ambas as aceções em

pardieiros velhos e *pardieiro que foi casa*, a investigar comparativamente no conjunto do *corpus*.

É ainda digno de nota se a casa era sobradada, telhada ou colmada, entre outras indicações do seu valor, tamanho, formato, estilo e traços decorativos.

Não cabe, porém, na economia deste trabalho a exploração de todo o léxico relativo às casas, que se mostra, contudo, merecedor de aprofundamento, dada a sua variedade e variação, não somente no códice, mas também em relação ao português contemporâneo.

4. Conclusão

O códice do Arquivo Distrital de Braga conhecido como Livro das Propriedades, ou Tombo da Mitra, constitui só por si uma ampla base de dados relativa a uma parte muito considerável do território do norte de Portugal e a um número elevado dos seus habitantes (mas estendendo-se também até Santarém e abarcando terras da Galiza). A sua edição semidiplomática virá permitir a caracterização geral da língua setecentista, culta e corrente, com eventuais traços do Minho ou do Norte, e ainda a elaboração de um amplo glossário, divisível em glossários especializados e estudos monográficos por campos lexicais. Por seu turno, a edição interpretativa, com a simples atualização da ortografia, facilitará a consulta por parte dos cidadãos interessados em pesquisar elementos da família e factos biográficos; traçar a sua genealogia; identificar propriedades e seus limites, etc. Da transcrição, edição e estudo do Livro resultará uma base de dados com organização cronológica e geográfica (Braga; Minho; Norte; Galiza; Santarém, etc.), incluindo milhares de antropónimos; topónimos; profissões, cargos e dignidades; tipos de terras ou terrenos; caracterização das casas; aspetos socioculturais e económicos; unidades de medida; moedas; árvores, plantas, frutos e cereais cultivados, etc.

No que concerne à determinação do campo lexical e semântico das designações de terras, o seu recenseamento exploratório e o breve estudo e contextualização acima apresentados servem apenas o desígnio de deixar evidente a necessidade de completar o *corpus* – a edição do manuscrito – para uma tentativa menos ociosa de arrumação do léxico por categorias e de deter-

minação rigorosa e comparativa de aceções, sendo notório o carácter vago e algo divergente da informação contida nas obras lexicográficas consultadas. A variedade de designações aumenta, contudo, a cada novo fólio transcrito, pelo que se foi já tornando inegável a importância do *Livro das Propriedades* da Mesa Arcebispal de Braga para uma definição mais precisa do campo lexical e semântico das designações de terras, com ou sem casas, e de parcelas ou unidades de terreno.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Martín (1986): *Diccionario Medieval Español. Desde las Glosas Emilianenses y Silenses (s. X) hasta el siglo XV*, Tomo I A-C; Tomo II CH-Z. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.
- BARROS, Anabela Leal de (2000): *O Particípio Passado, Aspectos da sua morfologia do século XIII ao século XVI*, 2 vols. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARROS, Anabela Leal de (2018): *Das Palavras de que os Dicionários não Rezam. Um Dicionário Inédito da Língua Portuguesa. Edição do manuscrito 2126 da Livraria, Arquivos Nacionais-Torre do Tombo*, com Introdução, Anotações e Índices, V.N. de Famalicão: Húmus/CEHUM.
- BLUTEAU, Raphael (1712-1721): *Vocabulario Portuguez, e Latino...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos...*, vols. I, II (1712), III e IV (1713), Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; vols. V (1716), VI, VII (1720) e VIII (1721). Lisboa: Pascoal da Sylva.
- BLUTEAU, Raphael (1727-1728): *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino...*, Parte I (1727), Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva; e Parte II (1728), Patriarcal Officina da Musica.
- COROMINAS, Joan/José Pascual (1980): *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Gredos.
- COSTA, J. Almeida/A. Sampaio e Melo (1982⁵): *Dicionário da Língua Portuguesa*, 5.^a edição muito corrigida e aumentada. Porto: Porto Editora.

- GARCÍA de Diego, Vicente (1989³): *Diccionario Etimológico Español e Hispánico*, tercera edición considerablemente aumentada con materiales inéditos del autor a cargo de Carmen García de Diego. Madrid: Espasa-Calpe.
- MACHADO, José Pedro (1967²): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 2.^a edição com modificações à de 1952, 5 vols. Lisboa: Livros Horizonte, 1995⁷.
- MORAIS SILVA, António de (1990⁶): *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, 6.^a ed. (1.^a de 1961, com base na 10.^a, revista, do *Diccionario da Lingua Portuguesa...*). Lisboa: Editorial Confluência.

Referências situgráficas

- Diccionario da Real Academia Galega*, disponível em <https://academia.gal/diccionario> (consultado a 23-11-2018).
- Diccionario de Dicionarios, Corpus lexicográfico da lingua galega*, Instituto da Lingua Galega. <http://sli.uvigo.es/DdD/index.php> [23-11-2018].
- Diccionario de dicionarios do galego medieval, Corpus lexicográfico da lingua galega*, Instituto da Lingua Galega. <http://sli.uvigo.es/DDGM/index.php> [23-11-2018].

Fontes manuscritas

- Tombo da Mitra* ou *Livro das Propriedades*, manuscrito sem cota do Arquivo Distrital de Braga, Mitra.
- Manuscrito 2126 da Livraria, Arquivos Nacionais-Torre do Tombo (ANTT 2126), *Dictionario. Ou Vocabolario da Lingoa Portuguesa...* (editado por Barros, 2018).

CLEMILTON LOPES PINHEIRO

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*¹

clemiltonpinheiro@hotmail.com

ORCID: 0000-0003-4285-9932

**DIACRONIA NO NÍVEL DO TEXTO: UMA DISCUSSÃO
A PARTIR DA ANÁLISE DOS MECANISMOS
DE ARTICULAÇÃO TÓPICA NA HISTÓRIA
DA CARTA DO LEITOR NA IMPRENSA DO RIO
GRANDE DO NORTE-BRASIL**

**DIACHRONIC STUDY OF TEXT: AN ANALYSIS OF
TOPICAL ARTICULATION IN READER'S LETTER IN
THE PRESS OF RIO GRANDE DO NORTE – BRAZIL**

RESUMO: Nosso objetivo, neste trabalho, é propor uma discussão sobre o estudo diacrônico de fenômenos de natureza textual e defender que deve ser considerado um aparato teórico específico para esse tipo de estudo. Nesse sentido, a partir da proposta de Eugenio Coseriu sobre os níveis da linguagem, entendemos que um processo de construção textual como tal não pertence a nenhuma língua (nível histórico), mas ao nível individual dos textos. Assim, um dado processo de construção pode, ao longo do tempo, se repetir em um conjunto de textos relacionados a um gênero, e se configurar como uma tradição discursiva, e apenas nesse sentido pode ser analisado em perspectiva diacrônica. Como ilustração, analisamos permanências, modificações ou exclusões dos mecanismos de articulação tópica em um conjunto de cartas de leitor pertencente ao *corpus* do projeto *Para a história do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte* (PHPB-RN).

Palavras-chave: articulação tópica, diacronia, tradições discursivas

ABSTRACT: Our objective in this work is to propose a discussion about the diachronic study of textual phenomena and to argue that it should be considered a specific theoretical approach for this type of study. In this respect, we consider Eugenio Coseriu's conception about the levels of language and we understand that a process of textual construction as such does not belong to any language (historical level), but to the individual level of texts.

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras.

Seen in these terms, a given process can be repeated over time in a number of texts related to a genre and be configured as a discursive tradition. By way of illustration, we analyze the continuance, modification, or exclusion of mechanisms of topical articulation in a set of reader's letters contained in the *corpus* of the *Project History of Brazilian Portuguese in Rio Grande do Norte* (PHPB-RN).

Keywords: discursive tradition, diachrony, topical articulation

Introdução

No Brasil, os estudos históricos e diacrônicos receberam um grande impulso com o surgimento do projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), em 1997, sob coordenação geral do professor Ataliba Teixeira de Castilho. O Projeto vem desenvolvendo, desde sua fundação, estudos com base nos *corpora* levantados, com o objetivo de conhecer e descrever a realidade linguística do português brasileiro. É um projeto nacional que agrega pesquisadores de diversas universidades e envolve equipes de diferentes estados das cinco regiões do país (Castilho/Hora, 2010; Castilho, 2011).

O PHPB trabalha com um banco de dados composto por dois tipos de *corpora* que são comuns a todas as equipes filiadas ao projeto: o *corpus* comum mínimo – manuscritos e o *corpus* comum mínimo – impressos. O primeiro grupo é composto por: 1) testamentos; 2) processos-crime; 3) atas de câmara; 4) cartas particulares; 5) cartas da administração privada; 6) cartas oficiais. No segundo grupo encontramos: 1) cartas de redatores/editoriais; 2) cartas de leitores; 3) anúncios. Além desses dois *corpora*, há ainda um *corpus* comum diferencial, composto por: 1) inventários; 2) memórias/relatos históricos e diários históricos de viagem; 3) entremezes e outros textos teatrais; 4) inquéritos orais. As análises empreendidas abarcam diferentes domínios: história social do português brasileiro, mudança fônica, mudança sintática, léxico histórico, diacronia dos processos constitutivos do texto.

Este trabalho focaliza o domínio da diacronia dos processos constitutivos do texto. Pretendemos propor uma discussão sobre o estudo diacrônico no que diz respeito a fatos de natureza textual e defendemos que deve ser considerado um aparato teórico específico para esse tipo de estudo. Nesse sentido, a partir da proposta de Eugenio Coseriu sobre os níveis da linguagem,

entendemos que um processo de construção textual como tal não pertence a nenhuma língua (nível histórico), mas ao nível individual dos textos. Assim, um dado processo de construção pode, ao longo do tempo, se repetir em um conjunto de textos relacionados a um gênero, e se configurar como uma tradição discursiva, e apenas nesse sentido pode ser analisado em uma perspectiva diacrônica.

Os mecanismos de articulação tópica, entendidos como os diferentes recursos para articular os tópicos e subtópicos de um texto de forma a que eles continuem e progridam (Pinheiro, 2005), foram tomados como um caso particular para discussão. Nesse sentido, analisamos permanências, modificações ou exclusões dos mecanismos de articulação tópica em um conjunto de cartas de leitor pertencente ao *corpus* do projeto *Para a História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte* (PHPB-RN), um dos subprojetos vinculados ao PHPB.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um trabalho que se insere no âmbito da pesquisa qualitativa. Portanto, não recorremos a recursos e técnicas estatísticas. Dado o caráter propositivo, o trabalho se situa também no campo da pesquisa exploratória.

A discussão se textualiza em três momentos: abordamos, de início, a noção de diacronia de processos de construção do texto; em seguida, situamos os mecanismos de articulação tópica como um desses processos em diacronia; e, por fim, apresentamos o resultado a que chegamos com a análise das cartas de leitor.

1. Diacronia de processos de construção do texto no contexto do PHPB

O estudo da diacronia de processos de construção textual no contexto do PHPB segue a proposta teórica para a análise textual denominada de *Perspectiva textual-interativa* (PTI) (Jubran, 2006). A base dessa perspectiva é o conceito de linguagem como interação, como atividade verbal impregnada pelo contexto espaço-temporal e sócio-histórico em que os interlocutores se relacionam. A interação verbal é vista como resultado do exercício de uma

competência comunicativa, que se manifesta na contingência da efetivação da atividade linguística do sujeito e é caracterizável a partir de regularidades, observáveis no texto e nas operações envolvidas em sua produção, que evidenciam um sistema de desempenho linguístico constituído de vários subsistemas: o fonológico, o morfossintático e o textual. Através dos dados presentes no texto, é possível identificar os indícios do modo de funcionamento desse sistema de desempenho (Jubran, 2006).

Seguindo o percurso de análise que toma o texto como objeto global, para dele serem apreendidas regularidades configuradoras das estruturas e das formas de processamento das estratégias de composição e inferidas funções pragmáticas relativas a essas estratégias, desenvolveu-se uma série de estudos que dizem respeito às atividades de formulação e elaboração do texto. Essas atividades de formulação e elaboração, interacionalmente situadas, são, então, entendidas como os processos de construção do texto: repetição, correção, paráfrase, parentização, topicalidade e referenciação (Jubran/Koch, 2006).

Para abordar diacronicamente esses processos, Jubran (2010) propõe acrescentar o “filtro” da noção de gêneros textuais.

A adoção do “filtro” de gêneros textuais tem implicações fundamentais no conceito de diacronia aqui adotado. Isto porque, em coerência com os princípios teóricos expostos, entendemos que ocorrência ou não de certos processos constitutivos do texto, bem como permanência ou mudança de propriedade formais e/ou funcionais desses processos estão diretamente associadas à manutenção ou alteração de práticas discursivas consubstanciadas nos gêneros (Jubran, 2010: 270-71).

Considerando, portanto, a PTI como base teórica fundamental, acrescida da noção de gênero textual, a autora resume em três objetivos o que constitui a tarefa de uma abordagem diacrônica dos processos de construção textual:

a) verificarmos que processos são propiciados por cada gênero sob estudo, e se eles permanecem estáveis ou não, em decorrência da determinação que o gênero exerce na possível ocorrência ou exclusão de determinados processos textuais, em virtude de alterações ou não dos usos sociais do gênero;

b) descrevermos as funções textuais-interativas dos processos de elaboração de texto que se mostrarem significativas para a caracterização do gênero estudado, a fim de verificarmos correlações entre elas e a finalidade comunicativa do gênero;

c) observarmos, sempre no contexto do gênero, se há modificação, permanência ou exclusão das funções textuais-interativas e dos recursos linguísticos dos diferentes processos constitutivos do texto (Jubran, 2010: 171).

No entanto, algumas questões teóricas e metodológicas essenciais relativas aos estudos diacrônicos merecem ser observadas com mais atenção nesses objetivos. Parece-nos, de início, que há, aí, o pressuposto de que os processos de construção textual podem ser estudados diacronicamente da mesma maneira como são os elementos do sistema linguístico. Segundo estudos de Coseriu ([1980] 2007) e Kabateck (2005), a noção de historicidade e, consequentemente, a de diacronia, não podem ser consideradas da mesma maneira em todos os planos de uso da linguagem.

Segundo Coseriu ([1980] 2007), existem três níveis de conhecimento envolvidos na linguagem: a) o nível universal ou nível do falar em geral; b) o nível histórico das línguas; c) o nível individual dos textos. O nível universal diz respeito aos fenômenos comuns a todas as línguas. A primeira propriedade universal das línguas é o seu caráter *sígnico*, ou seja, a possibilidade de referir-se a algo que não se identifica com ela mesma. A segunda propriedade que Coseriu atribui ao nível universal da linguagem é a faculdade universal de falar, não determinada historicamente. «Trata-se de um saber falar que não coincide simplesmente com o saber falar alemão, francês, etc., mas que vale para *toda* língua e para *todo* falar» (Coseriu, [1980] 2007: 131)².

O segundo nível autônomo do falar é o nível histórico das línguas. Cada língua particular dispõe de um léxico estruturado de forma diferente, possui sua própria gramática e seu sistema fonológico.

O nível individual corresponde ao «ato linguístico (ou a série de atos linguísticos conexos) de um determinado indivíduo numa dada situação» (Coseriu, [1980] 2007: 93) cujo produto é o texto (falado ou escrito). Nesse caso,

² Texto original em espanhol (tradução nossa).

os textos são influenciados pelos universos de discurso – o que não acontece com as línguas – e têm tradições particulares, diferentes das tradições das línguas históricas.

Considerando essas noções, Coseriu ([1980] 2007) distingue ainda dois conceitos de texto: o texto como nível autônomo da linguagem e o texto como nível de estruturação idiomática, superior à oração, ao sintagma, à palavra e aos elementos mínimos portadores de significado. Consequentemente, a análise do texto em cada um desses níveis pressupõe um método diferenciado.

Kabatek (2005) retoma a proposta de Coseriu sobre os três níveis de conhecimento envolvidos na linguagem para fazer uma discussão específica sobre como os diferentes autores situam a noção de tradições discursivas nesses níveis, que, em última análise, relaciona-se à noção de historicidade. Nesse sentido, ele julga fundamental, antes de tudo, esclarecer as diferentes concepções de historicidade, também propostas por Coseriu, quando discute a questão da historicidade dos atos de linguagem (Kabatek, 2005: 151):

- a) a historicidade linguística no sentido restrito (historicidade de uma língua particular);
- b) a historicidade como tradições de certos textos ou de certas formas de texto (ou seja, como possibilidade de serem repetidos);
- c) a historicidade geral no sentido de «fazer parte da história»³.

Kabatek reconhece como problemático discutir as relações que há entre certas tradições textuais (ligadas à historicidade dos textos) e a tradição linguística (ligada à historicidade de uma língua particular). No entanto, ele também não deixa de reconhecer que há uma diferença fundamental entre elas. O sujeito locutor não percebe a tradição linguística como tradição. E mesmo que percebesse, isso seria secundário. A língua, como sistema funcional, serve de instrumento da fala e permite ao sujeito criar novos textos que não correspondem necessariamente a nenhum enunciado emitido anteriormente. Além

³ Citação original em francês (tradução nossa).

disso, há também uma diferença qualitativa entre uma língua particular e as tradições textuais.

Um texto, mesmo se compreende várias línguas, é sempre intralinguístico. Ele não pode ser mais ou menos intralinguístico. Em relação às tradições textuais, ao contrário, isso é gradual: um soneto é uma forma fortemente definida, já uma conversa informal em um bar parece ser bem mais aberta e menos fixada a uma tradição textual (Kabatek, 2005: 154)⁴.

O autor pretende mostrar que a historicidade da língua apresenta suas especificidades e, por isso, não pode ser colocada no mesmo plano de outras historicidades ou tradições. Nesse sentido, destacamos que essa distinção é importante para a abordagem diacrônica de fenômenos no nível do texto.

Uma outra questão que deve ser observada nos objetivos de uma abordagem diacrônica dos processos de construção textual do trabalho de Jubran (2010) é a própria relação gênero-texto. A noção de gênero é central no âmbito dos estudos sobre os textos e atravessa diferentes enquadramentos teóricos. Para não entrarmos nas particularidades da discussão de cada um desses enquadramentos, retomamos algumas ideias de Coutinho (2007) sobre a questão.

A autora defende a possibilidade de descrição dos gêneros sob pena de se ficar com um modelo de organização dos textos que não apresenta relação com os formatos de que dependem, mesmo que de forma mais ou menos rígida e mais ou menos criativa. Além disso, ela também defende, na esteira de vários outros estudos, a necessidade de distinguir estabilidade e mudança na problemática do gênero.

Face à problemática da relação gênero/texto (a multiplicidade de fatores e de critérios que podem intervir na tarefa de descrição e na natureza mutável que caracteriza o gênero, a relação que todo texto tem com um gênero, que o reproduz de forma mais fiel ou mais livre), a autora apresenta uma proposta de análise que objetiva operacionalizar a duplicidade de planos necessariamente envolvidos na produção e interpretação textual:

⁴ Citação original em francês (tradução nossa).

O plano da genericidade, que assegura “ares de família” (sem incluir, sublinhe-se, obrigatoriedades nem ambições universalizantes) e o plano da singularidade, através do qual cada texto se constitui como um caso único (semelhante, em última análise, ao texto literário, cuja singularidade se evidencia em primeiro lugar por razões de ordem estética). Deste ponto de vista, trata-se de definir instrumentos de análise que permitam lidar, de forma controlada, com a entidade não ontológica que é o gênero e com a duplicidade de objectos de análise – gênero e texto(s) (Coutinho, 2007: 639-40).

Em outras palavras, Coutinho (2007) chama a atenção para o fato de que se faz necessária uma análise capaz de dar conta de dois objetos diferentes, embora muito próximos: os gêneros, que são destituídos de realidade ontológica e que funcionam como fatores de estabilidade e normatividade; e os textos, que são casos singulares e aproveitam as possibilidades de variação dos gêneros. Parece-nos, portanto, que essa distinção é uma condição para uma análise coerente tanto dos gêneros como dos textos.

Essa condição não parece estar contemplada nos objetivos de Jubran (2010), já que ora se reportam apenas ao gênero como instância propiciadora dos processos de construção textual (é o caso do objetivo a)), ora aos processos de construção textual como caracterizadores do gênero (é o caso do objetivo c)). A falta de clareza sobre como tratar a duplicidade de planos inerente à relação gênero-texto cria, no mínimo, uma duplicidade de análise da estabilidade ou mudança, se do gênero ou do texto.

Com base no que refletimos até aqui, assumimos que não é possível submeter a análise diacrônica de processos de construção textual nos mesmos parâmetros e segundo os mesmos princípios aplicados no âmbito dos sistemas linguísticos. Como bem assinala Jubran (2010: 264), «a abordagem diacrônica desses processos requer a formulação de princípios teóricos específicos».

Defendemos que um ponto de partida para pensar esses princípios é a proposta de Coseriu ([1980] 2007) acerca dos níveis da linguagem. Um dado processo de construção textual (pensemos na topicalidade, por exemplo) não pertence a nenhuma língua em particular e, conseqüentemente, não é determinado historicamente por essa língua. Também não é uma característica de um gênero textual (todo gênero apresenta um assunto, um tópico, por exemplo),

que pode se tornar como tal uma tradição textual. Segundo Coseriu ([1980] 2007: 302), «há procedimentos comuns para todos os textos em geral que são definidos apenas no nível dos textos como tais»⁵, ou seja, são traços universais dos textos através dos quais um texto é um texto e não outra coisa. Nesse sentido, como princípio geral de construção textual, a organização tópica de um texto é imutável e atemporal. Não se pode, portanto, falar em diacronia.

Algumas características relativas à construção do texto, como o grau de complexidade do tópico, por exemplo, parecem ser determinadas pela situação comunicativa e, por isso, pertencem ao nível individual dos textos. Nesse sentido, uma forma mais ou menos complexa de desenvolver um tópico pode, ao longo do tempo, se repetir em um conjunto de textos e se configurar uma tradição discursiva.

Segundo Kabatek (2006), as tradições discursivas são formas ou estruturas recorrentes em determinadas situações comunicativas com fins pragmáticos específicos. Essas formas não são específicas de uma língua particular, pois são transferidas por grupos culturais, contrariamente a fatos puramente linguísticos, que são transferidos por comunidades linguísticas. Nessa perspectiva, o grau de complexidade do tópico de um texto pode ser tratado como tradições no nível individual dos textos.

Finalmente, pode-se pensar ainda em mecanismos que são próprios de uma língua e que atuam na construção do texto. Pensemos, por exemplo, nos marcadores discursivos como mecanismos regulares de articulação textual em português. Trata-se de um recurso gramatical que atua no nível textual da língua, ou seja, um recurso que faz parte das relações constitutivas que caracterizam uma ordem própria do texto. O texto, nesse caso, é tomado como um nível gramatical da língua (Coseriu, [1980] 2007). Nesse caso, pode-se falar de historicidade linguística e o uso de um marcador discursivo pode ser estudado na perspectiva da diacronia da língua: um dado marcador discursivo pode atuar na articulação textual em uma determinada época e deixar de atuar em outra.

⁵ Citação original em espanhol (tradução nossa).

1.1. Os mecanismos de articulação tópica

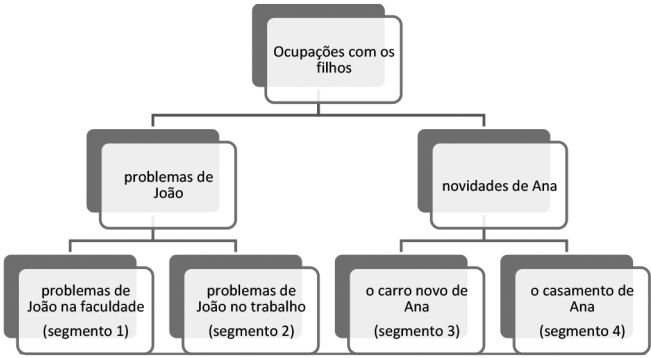
O tópico discursivo é uma categoria abstrata, primitiva, que se manifesta «na conversação, mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem» (Jubran *et al.*, 1992: 361). O tópico, nessa perspectiva, é particularizado por duas propriedades: a centração e a organicidade. A centração abrange a concernência (relação de interdependência que integra os enunciados em um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis), a relevância (proeminência desse conjunto de referentes) e a pontualização (localização do mesmo conjunto proeminente em determinado momento do texto) (Jubran *et al.*, 1992; Jubran, 2006).

Considerando que, em um texto (seja ele falado ou escrito), podem ser desenvolvidos vários assuntos e, portanto, vários tópicos, é possível abstrair-se daí uma dada organicidade, expressa na distribuição dos assuntos em quadros tópicos. Para Jubran *et al.* (1992) e Jubran (2006), a organização tópica pode ser observada em dois níveis: no plano hierárquico e no plano sequencial. No plano hierárquico, as sequências textuais se desdobram em supertópicos e subtópicos, dando origem a quadros tópicos, caracterizados, obrigatoriamente, pela centração num tópico mais abrangente e pela divisão interna em tópicos coconstituintes; e, possivelmente, por subdivisões sucessivas no interior de cada tópico coconstituinte, «de forma que um tópico pode vir a ser ao mesmo tempo supertópico ou subtópico, se mediar uma relação de dependência entre dois níveis não imediatos» (Jubran *et al.*, 1992: 364). No que diz respeito ao plano sequencial, dois processos básicos caracterizam a distribuição de tópicos na linearidade discursiva: a continuidade e a descontinuidade. A continuidade se caracteriza por uma relação de adjacência entre dois tópicos, com abertura de um tópico subsequente somente quando o anterior é esgotado. A descontinuidade se caracteriza por uma perturbação da sequencialidade linear, causada ou por uma suspensão definitiva de um tópico, ou pela cisão do tópico, que passa a se apresentar em partes descontínuas.

Em termos analíticos, identificam-se e delimitam-se, no texto, os segmentos tópicos, que são as unidades textuais concretas que atualizam as proprie-

dades do tópico. O segmento tópico é, portanto, a unidade textual que, em termos de centração, revela concernência e relevância no conjunto de seus elementos e se localiza num determinado ponto do texto.

Apenas para ilustrar, tomamos um exemplo hipotético de texto cujo tópico central ou supertópico é *ocupações com os filhos*. Esse tópico apresenta, em um primeiro nível da organização tópica hierárquica, dois subtópicos: *problemas de João* e *novidades de Ana*. Cada um desses tópicos apresenta ainda um segundo nível de desdobramento: o tópico *problemas de João* se desdobra em *problemas de João na faculdade* (atualizado no segmento 1) e *problemas de João no trabalho* (atualizado no segmento 2); o tópico *novidades de Ana* se desdobra em *o carro novo de Ana* (atualizado no segmento 3) e *o casamento de Ana* (atualizado no segmento 4). O quadro 1 resume a organização hierárquica desse texto hipotético.



Quadro 1 – Organização tópica hierárquica de texto hipotético

Segundo Pinheiro (2005), a forma como os segmentos tópicos, nível inter-tópico, e as partes e subpartes que compõem esses segmentos, nível intra-tópico, se vinculam linguisticamente na materialidade do texto constitui um processo de construção textual denominado de articulação tópica. O autor aponta regularidades nesses diferentes expedientes articulatórios e propõe cinco tipos de mecanismos de articulação tópica: a) marcadores discursivos, b) formas referenciais, c) formulações metadiscursivas, d) perguntas e e) paráfrases.

No que diz respeito a marcadores discursivos, Pinheiro (2005) acompanha a definição de Risso, Silva e Urbano (1996: 55-56): «mecanismos verbais da enunciação, atuam no plano da organização textual-interativa, com funções normalmente distribuídas entre a projeção das relações interpessoais (...) e a proeminência da articulação textual». Os marcadores discursivos são elementos que exercem a função de unir segmentos tópicos ou unidades intratópicas, contíguos ou não, na superfície textual. A essa função de organizador da estruturação do texto se congregam outras, de natureza pragmática.

Em relação às formas referenciais, o autor se situa nos recentes estudos sobre referenciação e defende que os referentes são construções complexas que ocorrem no processo comunicativo, negociadas pelos locutores e interlocutores. Os processos referenciais fundam duas funções gerais de expressões referenciais: introduzir formalmente um novo referente no universo discursivo e promover a continuidade referencial. Considerando esse ponto de vista, Pinheiro (2005) identifica três tipos de processos de referenciação que atuam na articulação tópica: a) encadeamento de referentes vinculados a um contexto central, b) reiteração de um mesmo referente e c) conferição de estatuto de referente a um conjunto de informações difundidas no cotexto anterior.

O terceiro tipo de mecanismo de articulação tópica, sugerido por Pinheiro (2005), acontece pelo emprego de formulações metadiscursivas, ou seja, construções com propriedades autorreflexivas, que reúnem, por vezes, traços sequenciais dos marcadores discursivos e traços de retomada e mudança das formas referenciais. As formulações metadiscursivas se dobram sobre o próprio dizer na medida em que remetem o interlocutor para determinados pontos da superfície textual, ao mesmo tempo em que podem retomar referentes e acrescer conteúdos a eles. Sinalizam para a reintrodução de um dado (sub)tópico, assim como anunciam um novo (sub)tópico a ser desenvolvido.

As perguntas, como componentes do denominado par adjacente Pergunta-Resposta, considerado uma unidade dialógica mínima, são comumente definidas como um enunciado que pode exigir uma resposta. Na sua proposta, Pinheiro (2005) entende pergunta como um enunciado atualizado em um contexto particular, caracterizado por pronomes interrogativos, entonação ascendente, no caso de texto falado, e o ponto de interrogação, no caso de texto escrito.

A paráfrase, concebida como relação de equivalência semântica entre um enunciado de origem, a matriz, e um enunciado reformulador, a própria paráfrase, constitui mais um mecanismo de articulação tópica. Segundo o autor, as paráfrases ocorrem em contextos de sequenciação e mudança tópica, articulando tópicos e enunciados e marcando diferentes objetivos interacionais.

2. Diacronia de mecanismos de articulação tópica em cartas de leitores

Nas seções anteriores, discutimos acerca do nosso entendimento sobre a noção de diacronia de processos de construção do texto e situamos os mecanismos de articulação tópica como um desses processos em diacronia. Assim, propomos que os mecanismos de articulação tópica devem ser tratados como tradições no nível individual dos textos. A hipótese a ser verificada, portanto, é a de que um determinado mecanismo pode, ao longo do tempo, se repetir em um conjunto de textos relacionados a um gênero, carta pessoal, no nosso caso, e se configurar uma tradição discursiva (Kabatek, 2006).

Para discutir essa hipótese, analisamos 20 cartas de leitores, organizadas em três grupos de 5.000 palavras, conforme o intervalo de tempo em que foram escritas: segunda metade do século XIX e primeira e segunda metades do século XX. Essas cartas compõem o *corpus* mínimo impresso da equipe do PHPB-RN⁶. Cada carta foi analisada individualmente, com base no critério da centração, para identificação e segmentação dos tópicos constituintes.

De início, a análise revelou uma primeira característica recorrente: a existência de apenas um tópico, sem desdobramentos em subtópicos. Nesse caso, não foi possível analisar a organização tópica hierárquica, ou seja, as relações de super e subordenação, já que só existe um tópico. Observamos, então, a constituição interna dos segmentos que compõem as cartas, ou seja, a organização intratópica.

⁶ Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/corpora-impressos>.

De acordo com Penhavel e Diniz (2014: 25), os segmentos tópicos mínimos que compõem as cartas de leitores estão vinculados ao seu propósito central: «discorrer sobre determinada situação, exposta como sendo um problema, e solicitar que alguma medida seja tomada no que se refere a tal situação». Trata-se, nesse sentido, de uma unidade que envolve a construção de uma situação-problema e, por essa razão, compreende quatro subunidades: *abertura*, *explicação*, *avaliação* e *interpelação*. Essa forma de estruturação constitui uma regra geral de estruturação intratópica prototípica. É possível, no entanto, haver cartas que não apresentam todas as subunidades.

Há, ainda, segundo Penhavel e Diniz (2014: 31), uma segunda regra possível baseada no princípio de que os segmentos «são estruturados internamente com base em uma alternância entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos de enunciados que constroem referências subsidiárias em relação à ideia nuclear». Essa segunda regra está, nesse sentido, fundada na relação posição-suporte, que são as duas subunidades a partir das quais se estrutura o segmento.

Vejamos a carta 01⁷. O autor inicia o segmento, apresentando o tópico: *prestação de contas do prefeito* («deixa de | fazer a necessária **prestação de** | **contas** de importância recebida | do Tesouro Estadual, quando | no exercício de Prefeito do Mu- | nicipio de São Rafael»). Os enunciados que se seguem constituem o desenvolvimento desse tópico, que é tratado como uma situação-problema. Nesse caso, a estruturação interna do segmento obedece à primeira regra e apresenta as quatro subunidades: *abertura*, *explicação*, *avaliação* e *interpelação*. Já a carta 02 apresenta como tópico *natureza religiosa da yoga*. A estrutura do segmento segue a segunda regra: uma unidade de posição e outra unidade de suporte. A posição é a de que a yoga não é uma religião. Na unidade de suporte, figuram as evidências para essa posição.

Reproduzimos, a seguir, os dois textos de modo que essa subdivisão seja visualizada.

⁷ Para a análise, não consideramos local e data, saudação inicial e despedidas, porque essas são componentes da estrutura retórica da carta não relacionados à categoria do tópico.

Carta 01

Natal, 8 de maio de 1957 || Ilmo Snr. || Redator-Chefe de “A Tribuna | do Norte
|| NESTA:

abertura

|| Tendo o Jornal do Comér- | cio desta Capital, em edição de | 7 do corrente mês,
sob o títu- | lo “Notas de um repórterpo- | lítico”, procurado demonstrar | perante
a opinião pública dê- | te Estado, de que deixa de | fazer a necessária prestação
de | contas de importancia recebida | do Tesouro Estadual, quando | no exerci-
cio de Prefeito do Mu- | nicípio de São Rafael, venho | pela presente, solicitar do
ilus- | tre Redator, transcrever nas | colunas dêsse conceituado ma- | tutino, como
formal desmenti- | do, os esclarecimentos abaixo:

explicação

|| Efetivamente, ao assumir o | cargo de Prefeito de São Ra- | fael, em princípios
do mês de | junho de 1951, recebi do Tesou- | ro Estadual, a importancia de | Cr\$
15.000, 00 (quinze mil cru- | zeiros), para ocorrer ao paga- | mento das despesas
com a cons- | trução do cêrco do perímetro | urbano da Cidade de São Ra- | fael.
||

avaliação

A mencionada importancia, | foi totalmente empregada no | referido serviço, con-
forme com- | provantes devidamente auten- | ticados e escriturados às fls. | 24
do livro caixa numero 2, da- | quêla municipalidade, justamen- | te no momento
em que fazia a | transmissão do cargo de Prefei- | to ao meu ilustre sucessor,
Ca- | pitãoHeraclito Pinheiro, cu- | jo testemunho poderei invocar | a qualquer
momento.

interpelação

|| Não tenho, portanto, moti- | vos para temer qualquer de- | vassa em minha
curta vida pu- | blica, o que talvez não acon- | teça com o meu gratuito des- |
conhecido caluniador, que, não | tendo coragem de me atacar | pessoalmente,
procura guarida | nas colunas de um jornal para | atraçalhar a honra de um cida-
| dão que jamais lançou mão de | expedientes escusos em seu | proveito ou de
quem quer que | sêja. ||

Agradecendo, de antemão, a | atenção que vier dispensar ao | assunto, valho-me
da oportuni- | dade para apresentar-lhe os | meus protestos de elevada es- | tima
e devida consideração. || Cordialmente | Pio Marinho de Sousa”

Carta 02

YOGA || Senhor Editor, ||

posição

Sou leitor assíduo deste | Jornal corajoso e imparcial | na notícia de nosso Estado.
|| Quero através desta | fazer comentários a respeito | das declarações prestadas
| pela Professora de Psicoló- | gia, Senhora Maria de Fátima Cortez, ora descri-
tas no comentário sobre os | Mercenários da fé, com- | parando grosseiramente os
| praticantes de YOGA como seita religiosa | ou “coisa” parecida. ||

suporte

Queria deixar claro que | YOGA não é religião e | muito menos seita religio- | sa.
Yoga é sim uma filoso- | fia milenar que teve sua | origem no século III A.C. E que
é praticada em todos | os países do mundo, seja | capitalista ou socialista, | seus
praticantes de di- | versas religiões e que tem | sua formação hoje asse- | gurada
pelas Universidades | onde são preparados os | futuros instrutores desta filosofia.
É comum nas nossas práticas encontrar | adeptos de várias religiões | entre elas
os católicos, pa- | dres, freiras, pastores e protestantes. Gostaria muito que o |
meu esclarecimento fosse | aceito no espaço de cartas | destinadas aos leitores. ||
Carlos Alberto Honorato de | Carvalho || Rua Pte Pamplona, 1834 || Candelária

Na carta 01, observamos o emprego de expressões referenciais concer-
nentes ao tópico *prestação de contas do prefeito*, ou seja, expressões referen-
ciais que mantêm entre si uma inter-relação criada a partir de um contexto
textual-discursivo determinado. A articulação entre as unidades constituintes
do segmento tópico é estabelecida através do encadeamento dessas expres-
sões referenciais na superfície textual. A unidade *abertura* se articula à uni-
dade *explicação* através do encadeamento das expressões *cargo de prefeito*,
a importância, *pagamento das despesas*. A unidade *explicação* se articula à
unidade *avaliação* através da expressão *a mencionada importância*, *cargo de*

prefeito. Esse mecanismo textual permite também que se instaure um movimento pragmático, que é a indicação da forma contínua e progressiva como as informações devem ser assimiladas. O interlocutor é orientado a perceber a montagem do texto, ou seja, apresentação do tópico e seu desenvolvimento em unidades contínuas.

Já a articulação entre as unidades *avaliação* e *interpelação* é estabelecida pelo marcador discursivo *portanto*. A unidade *interpelação* faz o texto avançar através do estabelecimento de uma relação de conclusão. Além de indicar a sequenciação textual, esse marcador exerce a função pragmática de assinalar a maneira como o locutor pretende que o interlocutor perceba a relação entre informações, nesse dado contexto (Pinheiro, 2005).

Na carta 02, a articulação entre as unidades *posição* e *suporte* é estabelecida pela reiteração dos referentes *yoga* e *religião*. Essa reiteração está atrelada ao objetivo de aumentar o efeito de presença do tópico. Salientando a presença do tópico, o locutor prepara o interlocutor para o desenvolvimento do tópico, no processo de sequenciação tópica (Pinheiro, 2005).

As formas referenciais e os marcadores discursivos foram os mecanismos de articulação tópica mais frequentes em todas as cartas analisadas. Os contextos de emprego desses mecanismos são também os mesmos. No quadro da primeira regra de estruturação intratópica, as formas referenciais são o mecanismo de articulação entre as unidades *abertura*, *explicação* e *avaliação*. O expediente empregado na articulação entre a *avaliação* e a *interpelação* é o marcador discursivo. No quadro da segunda regra, a articulação entre as duas unidades (*posição* e *suporte*) é realizada basicamente por formas referenciais.

As cartas 01 e 02 foram escritas na segunda metade do século XX. A carta 03 foi escrita na segunda metade do século XIX. Reproduzimos esse texto, a seguir, para mostrar a recorrência do mesmo procedimento no quadro da regra 01. O tópico da carta é *recusa de pagamento de vencimento da professora* (na qual- | dade de inspector da thesouraria pro- | vincial, recusar-me injusta e capri- | chosamente a mandar **pagar os venci- | mentos da professora** da Ribeira, D. | Izabel Gondim). A articulação entre as unidades *abertura*, *explicação* e *avaliação* é estabelecida por formas referenciais que reiteram os referentes *professora* e *vencimentos*. Esse procedimento textual, como na carta 01, apresenta também uma função pragmática: apontar a forma

de montagem do texto. O marcador discursivo *portanto* marca a articulação entre a *avaliação* e a *interpelação* e orienta o interlocutor para a interpretação de relação discursiva específica entre as informações.

Convém assinalar que, apesar de o mesmo marcador ser usado nos dois casos, não é o marcador *portanto* que nos interessa, mas o mecanismo em si, que é um fato textual. A discussão acerca do marcador utilizado compete à análise de fatos propriamente linguísticos, pertencentes ao nível histórico da língua portuguesa.

Carta 03

abertura

Sr. Redactor. –No noticiario do | penultimo numero do jornal Ceará | mirim, sob a epígraffe –Injustiças – | sou [ilegível] acusado de, na quali- | dade de inspector da thesouraria pro- | vincial, recusar-me injusta e capri- | chosamente a mandar pagar os venci- | mentos da professora da Ribeira, D. | Izabel Gondim, que de balde tem al- | legado o seu direito perante mim. || Zelando a minha reputação de em- | pregado publico, não posso deixar de | vir á imprensa restabelecer a verdade | dos factos tam impudentemente adul- | terados, e patentear ao publico de que | lado está o capricho e a obstinação.

explicação

|| Quando assumi o exercicio do car- | go de inspector da thesourariaprovin- | cial o *Senhor tent.* coronel Urbano Gon- | dimfallou-me para pagar os | vencimentos d'essa professora, sua fi- | lha, dizendo-me logo que só lhe servia | o pagamento integral. || Eu lhe fiz ver que à vista da falta | de numerario me era impossível fazer | esse pagamento de sua filha nos ter- | mos em que exigia,accrecentado | que as entradas de dinheiro eram in- | significantes, e havião despesas ur- | gentes a satisfazer, como diarias de | presos pobres, pagamento da força po- | licial, hospital da caridade &. Que | á vista disto só lhe podia mandar pa- | gar alguns mezes. A tudo isto me | foi respondido que só convinha e acei- | tava o pagamento integral, – ou tudo, | ou nada. – || Passarão-se os tempos, e essa pro- | fessora,bem longe de renunciar a sua | [ilegível] [ilegível], continuou a | insistir, obtendo sempre a mesma res- | posta de minha parte. || Já tenho declarado por mais de uma | vez ao senhor Antiocho de Almeida, pro- | curador d'essa professora, que lhe mandarei pagar de 3 a 4 mezes e es- | se cavalheiro, reconhecendo a razão | que

me assiste, declarou-me ultima- | mente que aceitaria o pagamento par- | cial, e depois que reunisse uma quan- | tia mais avultada, faria a competente | entrega.

avaliação

|| Importa não esquecer que não é de | hoje que essa professora [ilegível] essa pre- | tenção, tal sendo a razão por que se | acha em grande atraso. || Sou informado, que o Sr. Major Pi- | nheiro, quando inspector da thesoura- | ria, lhe mandara pagar a quantia de | 800\$ rs,. Que foi regeitada. || O mesmo se deu com o Sr. Joaquim | Peregrino quando esteve interinamente | na inspeçtoria.

interpelação

|| Veja, por tanto, o publico de que | lado está o capricho, se da parte do | inspector da d'essa professora, que, | sem attender á penuria do cofre, quer | receber de uma só vez um ou dous | contos de reis., ficando os outros em- | pregados sem um vintem. || Sou felismente muito conhecido, o | sabem quantos me conhecem que não | tenho caprichos quando se trata do | cumprimento dos meus deveres; sobre | tudo para com uma senhora que nunca | me offendeo. || José Alves da Silva.

Os resultados da análise global dos mecanismos de articulação tópica do conjunto de cartas de leitor permitem pensar que elas mobilizam propriedades formais comuns vinculadas a efeitos pragmáticos. Em outras palavras, essas propriedades criam um padrão mais geral ao qual pertence esse conjunto específico de textos. No contexto do uso social e histórico desse conjunto de textos, não ocorrem modificações ou exclusões, ou seja, trata-se de um padrão permanente. A ligação de um texto com outros, aqui, de forma particular, de uma carta com outra, as relações de retomada e repetição constituem, portanto, a nosso ver, uma tradição. No caso das cartas em questão, trata-se de uma tradição estável.

Nesse sentido, os mecanismos de articulação tópica não pertencem à realização tradicional do sistema de uma língua, não são uma característica da língua portuguesa em particular. Trata-se de um procedimento, de fato, realizado segundo as regras do português, mas que pertence a uma certa tradição de falar, que pode ser repetida e acrescida de um valor que resulta em seu caráter de signo autônomo e na sua repetibilidade. Estamos falando, assim, de

um fenômeno da *segunda historicidade*, para a qual, segundo Kabatek (2015: 198), o conceito de tradição é, sem dúvida, muito apropriado: «essa repetibilidade pode ser tanto de expressões curtas como de expressões complexas e longas. Ela pode ser integral ou parcial e se reportar tanto a elementos formais (fórmulas ou formas textuais) como a elementos de conteúdo (topoi, etc)»⁸.

A noção de tradição discursiva fornece, portanto, um quadro teórico adequado para interpretar as permanências, modificações ou exclusões de fenômenos próprios da construção do texto, concebido como nível autônomo da linguagem.

Considerações finais

Nosso ponto de partida para este trabalho foi a proposta de análise diacrônica de fenômenos textuais desenvolvida no contexto do PHPB. Ao discutirmos essa proposta, defendemos que o estudo diacrônico, no que diz respeito a fatos de natureza textual, requer um aparato teórico específico. O pressuposto segundo o qual uma concorrência de formas de valor igual ou semelhante pode acarretar a substituição de uma por outra ao longo do tempo não se aplica à análise de processos de construção textual. Por outro lado, a partir da proposta de Coseriu sobre os níveis da linguagem, entendemos que um processo de construção textual como tal não pertence a nenhuma língua. Constitui um traço universal dos textos através do qual um texto é um texto e não outra coisa. Nesse sentido, é imutável e atemporal. Não se pode, portanto, falar em diacronia.

Outros processos de construção podem, ao longo do tempo, se repetir em um conjunto de textos relacionados a um gênero e se configurar como uma tradição discursiva, e apenas nesse sentido podem ser estudados em uma perspectiva diacrônica. Os mecanismos de articulação tópica foram tomados como um caso particular para ilustrar o raciocínio.

Isso posto, analisamos os mecanismos de articulação tópica em 20 cartas de leitores de jornais do estado do Rio Grande do Norte, organizadas em três

⁸ Citação original em francês (tradução nossa).

grupos de 5.000 palavras, conforme o intervalo de tempo em que foram escritas: segunda metade do século XIX e primeira e segunda metades do século XX. Constatamos que o emprego de formas referenciais e de marcadores discursivos se repete no conjunto das cartas como expedientes articulatórios, vinculado a funções pragmáticas, o que constitui uma tradição discursiva e, no caso em questão, uma tradição estável.

Considerando a natureza propositiva deste trabalho, não podemos defender o caráter geral desse resultado. Preferimos tomá-lo apenas como uma reflexão sobre a possibilidade de aplicação da noção de tradição discursiva ao tratamento diacrônico de fenômenos textuais. Esperamos que a relevância e o alcance dessa proposição sejam avaliados em trabalhos futuros.

Referências bibliográficas

- CASTILHO, A. T./D. da Hora (orgs.) (2010): *História do português brasileiro*: versão preliminar. João Pessoa: UFPB.
- CASTILHO, A. (2011): “História do português de São Paulo”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, 13 (1), 57-61.
- COSERIU, E. ([1980] 2007): *Lingüística del texto. Introducción a la hermenéutica del sentido*. Edición, anotación y estudio previo de Óscar Loureda Lamas. Madrid: Arco/Libros.
- COUTINHO, A. (2007): “Descrever gêneros de texto: resistências e estratégias”. In *Anais eletrônicos do Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (SIGET)*. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina. <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/index1.htm>.
- JUBRAN C. C. A. S. *et al.* (1992): “Organização tópica da conversação.” In R. Ilari (org). *Gramática do português falado*, vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 322-384.
- JUBRAN, C. C. A. S. (2006): “A perspectiva textual-interativa” In C. C. A. S. Jubran/I. G. V. Koch (orgs.), *Gramática do português culto falado no Brasil – a construção do texto falado*, v. I. Campinas: Editora da UNICAMP, 27-36.
- JUBRAN, C. C. A. S./I. G. V. Koch (2006): *Gramática do português culto falado no Brasil – a construção do texto falado*, v. I. Campinas: Editora da Unicamp.

- JUBRAN, C. C. A. S. (2010): “Abordagem diacrônica dos processos constitutivos do texto – Introdução”. In A. T. Castilho/D. da Hora (orgs.). *História do português brasileiro: versão preliminar*. João Pessoa: UFPB, 268-273.
- KABATEK, J. (2005): “A propos de l’historicité des textes”. In A. Murguía (ed.), *Sens et références*. Tübingen: Mélanges Georges Kleiber, 149-157.
- KABATEK, J. (2006): “Tradições discursivas e mudança linguística”. In T. Lobo *et al.* (orgs.). *Para a história do português brasileiro*, 6. Bahia: EDUFBA, 513-554.
- PENHAVAL, E./T. C. G. Diniz (2014): “O processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores mineiras do início do século XXI”, *Revista (Con)Textos Linguísticos*, 8, 11, 21-38.
- PINHEIRO, C. L. (2005): *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL.
- RISSO, M. S./G. M. de O. Silva/H. Urbano (1996): “Marcadores discursivos: traços definidores”. In I. V. Koch (org.), *Gramática do português falado*, vol VI. Campinas: UNICAMP, 21-94.

ALEXANDRA MARIA FERNANDES BALTAZAR

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

xanasuai@gmail.com

ORCID: 0000-0003-2566-012

**PARTICULARIDADES LINGUÍSTICAS NUMA ALDEIA
DO INTERIOR NORTE DE PORTUGAL:
O LÉXICO DO MEIO RURAL**

**LINGUISTIC SPECIFICITIES IN A VILLAGE IN
THE NORTHERN HINTERLAND OF PORTUGAL:
THE LEXICON OF THE RURAL ENVIRONMENT**

RESUMO: Este estudo procura identificar particularidades linguísticas, mais especificamente no domínio do léxico referente a atividades do meio rural, numa aldeia do interior norte de Portugal, a aldeia de Vila Novinha, pertencente à freguesia de Rio de Mel, concelho de Trancoso e distrito da Guarda, tendo como referência a norma europeia do português. A investigação levada a cabo nasce da observação empírica de fenómenos particulares na utilização da língua portuguesa, por parte dos falantes desta pequena aldeia do interior norte de Portugal e pretende contribuir para o conhecimento mais aprofundado do fenómeno da variação e mudança linguísticas e consequente conhecimento de fases mais recuadas desta língua. O inquérito aplicado aos 90 habitantes desta aldeia permitiu-nos recolher léxico distinto, da esfera do mundo rural, resultante, entre outros fatores, do contacto de línguas. A vitalidade deste léxico, nas diversas faixas etárias, bem como a atitude dos informantes perante o seu comportamento linguístico são alvo de análise nesta investigação, permitindo-nos apreender sintomas de uma mudança linguística em curso.

Palavras-chave: sociolinguística, contacto de línguas, variação e mudança

ABSTRACT: This study aims to identify linguistic particularities, more specifically in the field of the lexicon relating to activities in rural areas, in the village of Vila Novinha, in the parish of Rio de Mel, municipality of Trancoso and district of Guarda. European standard Portuguese is taken as reference. The research work was based on the empirical observation of particular phenomena in the use of the Portuguese language, by the residents of this small village in the hinterland of northern Portugal, and aims to improve understanding of the phenomenon of variation and linguistic change and thus our knowledge of earlier phases of this language. The survey applied to the 90 inhabitants of this village provided us with a distinct lexicon from the sphere of the rural world that results from the contact

of languages and from other factors of the language itself. The vitality of this lexicon in the various age groups together with the attitude of the informants towards their linguistic behavior are analyzed, enabling us to consider the symptoms of an ongoing linguistic change.

Keywords: sociolinguistics, language contact, variation and change

1. Introdução

O estudo tem como objetivo principal identificar particularidades linguísticas, mais especificamente no domínio do léxico, no falar de uma aldeia do interior norte de Portugal, a aldeia de Vila Novinha, pertencente à freguesia de Rio de Mel, concelho de Trancoso e distrito da Guarda, tendo como referência a norma europeia do português. A investigação levada a cabo enquadra-se na área da linguística aplicada, mais especificamente no domínio da sociolinguística.

Trata-se de um estudo que nasce da observação empírica de fenómenos particulares na utilização da língua portuguesa, por parte dos informantes desta pequena aldeia do interior norte de Portugal e pretende contribuir para o conhecimento mais aprofundado do fenómeno da variação linguística e consequente conhecimento de fases mais recuadas desta língua.

Para o cumprimento destes objetivos, recorre-se a um inquérito aplicado a 90 habitantes desta aldeia. Pretende-se, com este estudo, obter resposta para as seguintes perguntas de investigação:

- Que seleções lexicais fazem os habitantes da aldeia de Vila Novinha para referirem realidades do meio rural?
- Admitindo que existe um léxico diferenciado, qual será a vitalidade deste léxico no seio dos falantes das diversas faixas etárias?
- Que fatores de ordem linguística e extralinguística estão na origem deste falar diferenciado?
- Qual o sentimento dos falantes perante o seu comportamento linguístico? Como é que os informantes se posicionam perante este falar diferenciado?

1.1. Contextualização: a língua portuguesa no território português

Como refere Ivo Castro (2004: 84), a língua portuguesa não nasceu ao mesmo tempo em todos os espaços que hoje ocupa, tendo tido como berço a Galécia Magna (que inclui a Galiza atual, parte do norte de Portugal e o ocidente das Astúrias).

Refletindo a história da ocupação do território, a língua portuguesa, em contacto com outras línguas, foi enriquecendo e mudando no seu léxico, na pronúncia, na morfologia e na sintaxe, pelo que habitualmente são reconhecidos, neste processo evolutivo, quatro períodos ligados por épocas de transição (desde o *português antigo* ao *português moderno*) (Mateus, 2005: 5). Embora este modelo de compartimentação da história da língua seja frequentemente adotado pela literatura da área, também é necessário referir, tal como expõe Carvalho (2002: 25), que qualquer divisão acarreta artificialidade, precisamente se atentarmos numa «conceção de língua em constante devir e que adquire contornos mais definidos quando do presente se lança um relance pelo passado».

Nesta excursão pela história da língua portuguesa, deparamo-nos, pois, com momentos que marcaram uma viragem no curso desta língua. Falamos, por exemplo, da separação que hoje se verifica entre o português e o galego, ocorrida por volta dos séculos XIV-XV. Enquanto alguns especialistas (Monteagudo, 2002) consideram a existência de duas línguas, outros (Cintra, 1971) admitem uma unidade (galego-português), dividida em dois grupos de dialetos (dialetos galegos e dialetos portugueses).

Com efeito, uma das constatações acerca das variedades nacionais de uma língua é o facto de não apresentarem uniformidade interna, mas serem constituídas por variedades geográficas, os *dialetos*, isto é, diferentes formas de falar uma língua conforme a região a que pertence o falante. Ao contrário das descrições linguísticas de cariz estruturalista (baseadas no pressuposto saussureano da homogeneidade do sistema), é hoje teórica e metodologicamente integrada a evidência de que qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe variações, estando sujeita às transformações advindas da relação entre o homem e a sociedade.

No que à variação geográfica diz respeito, ao percorrermos o nosso país – falamos não só de Portugal continental, mas também das ilhas da Madeira e dos Açores – apercebemo-nos da existência de especificidades no falar¹ de cada região: estas especificidades são não só de índole fonética, fonológica, mas também de índole sintática, semântica, morfológica e lexical. Algumas destas atualizações linguísticas distintas provêm de épocas mais antigas, tendo sobrevivido devido ao menor contacto dos informantes com a norma culta e permitindo-nos conhecer um pouco mais sobre a história da nossa língua (Gouveia, 2011: 1). Veja-se, a este propósito, o exemplo: i) de algumas aldeias fronteiriças que conservam variedades dialetais do português e que são examinadas por Clarinda de Azevedo Maia em *Os falares fronteiriços do Concelho de Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla* (1977); ii) da região de Olivença, descrita por Maria de Fátima Resende Matias em *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola* (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença) (1984); iii) da região de Barrancos, que se distingue por ser uma vila onde existe um falar fronteiriço, matizado com elementos portugueses e espanhóis (Castro, 2004: 26).

Não procuramos com este trabalho traçar áreas e limites lexicais. Contudo, na senda daquelas investigações, procuramos também nós, ainda que numa escala bastante mais reduzida, debruçar-nos sobre o léxico utilizado numa aldeia em particular, a aldeia de Vila Novinha, situada no distrito da Guarda. Não sendo necessariamente exclusivo desta aldeia, o léxico em causa reflete toda uma herança cultural de uma comunidade e perpetua aspetos de uma vida mais rural, mais próxima de um tempo passado, mas que nos poderá fornecer pistas para o entendimento da heterogeneidade linguística, no tempo presente.

¹ Para Boléo/Silva (1962), o termo *dialeto* é utilizado para designar a fala de uma determinada região que apresenta um elevado número de características distintas da norma padrão, pelo que nos casos em que as diferenças são menos evidentes é utilizada a designação de *falar*. No âmbito do nosso trabalho, utilizaremos a designação de *falar* para nos referirmos à fala dos habitantes da aldeia de Vila Novinha.

2. Enquadramento teórico

2.1. A constituição do léxico português: fatores internos e externos

Muitos foram os elementos que contribuíram para a constituição do património linguístico português, elementos europeus e outros, entrando, assim, em linha de conta praticamente todas as línguas com que os portugueses, no decorrer da sua história, estiveram, direta ou indiretamente, em contacto.

É este contacto com outras línguas e com outras realidades sociais, culturais e políticas uma das principais causas da variação e da mudança linguísticas. Destacamos, neste domínio, a obra paradigmática de Uriel Weinreich, *Languages in contact: findings and problems* ([1953] 1979) e o conceito de *interferência*² lexical como a forma de influência interlinguística mais comum. Sendo certo que o léxico espelha a cultura de um povo, e embora esta permeabilização também possa atingir outros domínios diferentes da língua, como os níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico, é natural que o lexical seja o domínio mais permeável sempre que exista contacto de línguas.

Não surpreende, assim, que Paul Teyssier (1993⁵: 73) nos apresente, com recurso ao léxico, exemplos paradigmáticos dos reflexos que dois séculos e meio de bilinguismo³ luso-espanhol (de meados do século XV até ao fim do século XVII) tiveram na nossa língua. Veja-se, por exemplo, a introdução, nessa época, de palavras como *gana* e *granizo*, ainda hoje com vitalidade (Teyssier, 1993⁵). Ao olharmos para a língua hodierna, e para além de léxico maioritariamente de origem latina e outro de origem árabe, encontramos, então, uma língua portuguesa semeada de castelhanismos, francesismos/galicismos, anglicismos, bem como de formas trazidas da Ásia e de África, o que nos permite constatar que o contacto de línguas foi um fator externo importante para a constituição do léxico português.

² Conceito cunhado por Uriel Weinreich ([1953] 1979: 1): «those instances of deviation from the norms of either language which occur in the speech of bilinguals as a result of their familiarity with more than one language».

³ Para Uriel Weinreich ([1953] 1979: 1), «the practice of alternately using two languages will be called bilingualism, and the persons involved, bilinguals».

Embora as causas exteriores ajudem a explicar grande parte do léxico português, é nas forças internas evolutivas do sistema linguístico, valorizadas desde cedo pelo estruturalismo diacrónico (Martinet, Jakobson), que encontramos explicação para muitos dos vocábulos em uso. Não há dúvida de que encontramos, frequentemente, léxico criado com recursos formais próprios, ou ainda resultante de associações semânticas, surgindo designações mais expressivas que substituem, muitas vezes, designações mais correntes. É prova deste processo de criação/inação lexical o vocábulo *escova terra*, atualizado pelos informantes da aldeia alvo do nosso estudo, em detrimento da designação comum de *toupeira*.

2.2. As variáveis sociais na caracterização de processos de variação e mudança linguística

Assumindo a perspectiva de que é impossível entender a variação e mudança linguísticas fora da vida social da comunidade, Labov, com o trabalho realizado em Nova Iorque, *A estratificação social do inglês na cidade de Nova Iorque* (1966), dá corpo ao que habitualmente se designa por sociolinguística variacionista e que «consiste no estabelecimento de relações (...) entre coordenadas linguísticas e extralinguísticas, sendo o grupo demográfico a base da análise estatística dos dados» (Santos, 1997: 35).

A sociolinguística considera, então, as inter-relações entre fatores sociais e língua, distinguindo-se, desta forma, não só das análises estruturalistas centradas na homogeneidade do comportamento linguístico, como da dialetologia, disciplina que assume também a variação linguística como objeto de trabalho (Santos, 1997: 32). A relação da língua com as comunidades de fala, com as variáveis sociais como a idade, o sexo, a ocupação, a origem étnica, a classe social, bem como os contextos de uso são vistos como determinantes do funcionamento das línguas.

Contudo, e apesar de estas variáveis sociais serem essenciais para a obtenção de um retrato mais fiel do funcionamento da língua, é também verdade que, na análise do comportamento linguístico, é fundamental avaliar uma outra dimensão, mais precisamente aquela que se prende com as atitudes

dos falantes para com as línguas e/ou variedades em uso nas comunidades e a que Julio Borrego Nieto (*apud* Cardoso, 1997: 135-136) chama de “imagen lingüística”:

Los hablantes de una comunidad no sólo valoran positiva o negativamente su propia variedad y aquellas con las que se relaciona, sino que además tienen una *imagen lingüística* de ellas, es decir, una serie de ideas acerca de (...) sus semejanzas y diferencias.

Na origem de fenómenos de mudança linguística e do estabelecimento da norma linguística estão fatores como o prestígio sociocultural. As variantes que podem ocorrer numa determinada comunidade linguística deixam transparecer, em muitos casos, informações de tipo social, como é o caso das formas verbais *botar* e *prantar*, no caso específico do falar da aldeia de Vila Novinha.

Sabemos, pois, que a geração mais jovem apresenta, normalmente, traços linguísticos que a distinguem da população média ou idosa, pelo que é fundamental identificar a atitude linguística dos informantes para depois se avaliar se um determinado cenário de variação se tende a resolver em função de uma determinada variante, efetivando-se a mudança linguística, ou se as variantes identificadas mostram uma tendência para coexistir no uso linguístico da comunidade, exibindo uma distribuição específica, o que caracterizaria uma situação de variação estável. Pelo exposto, fica claro que um estudo sociolinguístico, como aquele que pretendemos traçar, procurará estudar a língua no seu contexto social, tomando, assim, em consideração as relações entre factos de língua e condições extralinguísticas.

3. Metodologia e análise de dados

3.1. Caracterização dos informantes

Com o objetivo de identificarmos particularidades linguísticas no falar de uma aldeia do interior norte de Portugal, a aldeia de Vila Novinha, e averi-

guarmos a atitude dos informantes perante o seu falar, procedemos à realização de um inquérito por questionário, aplicado no seio da comunidade de falantes⁴ que integra a referida aldeia.

Importa desde já salientar que estamos perante uma aldeia do interior norte de Portugal, situada no distrito da Guarda, no concelho de Trancoso e freguesia de Rio de Mel⁵, onde as atividades económicas dominantes são a agricultura, a pecuária e a construção civil.

Destacamos a importância estratégica de Trancoso, um dos pontos mais avançados da reconquista cristã para sul, tendo sido uma das mais importantes vilas medievais portuguesas. Quanto à freguesia, Rio de Mel, o nome aparece já citado em documentos do século XIII, como na doação feita em 1293 por D. Aldara Pinhel ao Convento de Salzedas (Costa, 1992). À semelhança da sede de freguesia, também a aldeia alvo do nosso estudo, isto é, Vila Novinha, se localiza junto ao Rio Távora, e tem a sua origem num grupo de pessoas que ali se estabeleceram após a destruição da vila romana dos Quartos, destruição causada pelas invasões francesas⁶. Tratando-se de uma aldeia anexa, Vila Novinha apresenta uma dimensão reduzida, quer em termos geográficos, quer em termos populacionais. Referimo-nos a um total de 90 informantes (41 do sexo masculino e 49 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 7 e os 90 anos).

3.2. Recolha de dados: o inquérito

Optámos pela realização de um inquérito linguístico por se afigurar, neste contexto, como o instrumento mais adequado para a obtenção de materiais linguísticos mais completos e representativos da fala desta comunidade, mais especificamente no que diz respeito a léxico do âmbito das atividades e rea-

⁴ De notar que não são incluídas neste estudo quatro crianças cujas idades se situam entre os dois e os quatro anos de idade.

⁵ Rio de Mel é uma freguesia portuguesa do concelho de Trancoso, com 23,31 km² de área e 323 habitantes.

⁶ Informação disponível em <http://municipiosefreguesias.pt/index.php/show/junta/3507/rio-de-mel> [23.5.2017].

lidades do meio rural. A formulação das questões do inquérito obedeceu ao princípio da clareza (perguntas claras e concisas), de modo a assegurar-se a sua compreensão.

Para a elaboração do referido inquérito, socorremo-nos do nosso conhecimento da realidade etnográfica desta comunidade, em particular do conhecimento de vocábulos/expressões em uso naquela comunidade, tendo também consultado a base de dados lexical *Tesouro do léxico patrimonial galego e português* (Álvarez – coord.) para verificarmos até que ponto algumas destas formas linguísticas poderiam ser atualizadas, ou não, noutras áreas geográficas. Em primeiro lugar, optámos pela apresentação de algum léxico, distribuído por secções, com o intuito de percebermos se o mesmo continua em uso e é conhecido pelos elementos que integram as diversas faixas etárias da comunidade. Em segundo lugar, consideramos que o confronto com esse léxico nos permitirá também recolher, junto dos informantes, outras formas linguísticas, relacionadas com aquelas que integram o inquérito.

O inquérito encontra-se organizado em três partes: i) a primeira parte possibilitar-nos-á obter informações para caracterizarmos os informantes em estudo (idade, sexo, habilitações académicas e profissão); ii) a segunda parte encontra-se estruturada em secções, cada uma correspondendo a áreas lexicais específicas, relacionadas com as atividades agrícolas, nomeadamente, animais, alimentos, recipientes, instrumentos agrícolas, extensões de terreno, entre outras. A última parte do inquérito corresponde a uma pergunta de resposta aberta, visando, assim, a obtenção da opinião dos informantes relativamente ao seu falar.

3.3. Resultados e discussão

Os dados apresentados resultam da observação atenta do comportamento linguístico dos habitantes da aldeia de Vila Novinha e são fruto das informações recolhidas no inquérito linguístico por nós aplicado.

Como podemos verificar, é na faixa etária dos 61-70 que encontramos o maior número de informantes, seguida da faixa etária dos 71-80.

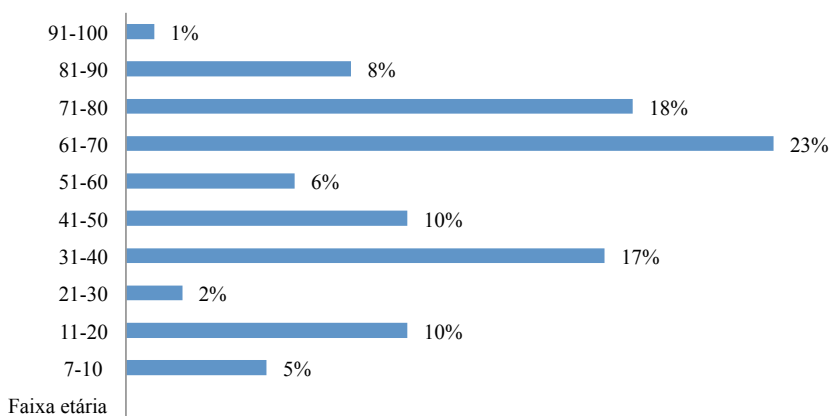


Gráfico 1 – Distribuição dos informantes por faixa etária

A distribuição dos informantes por sexo em cada grupo etário é apresentada no gráfico 2.

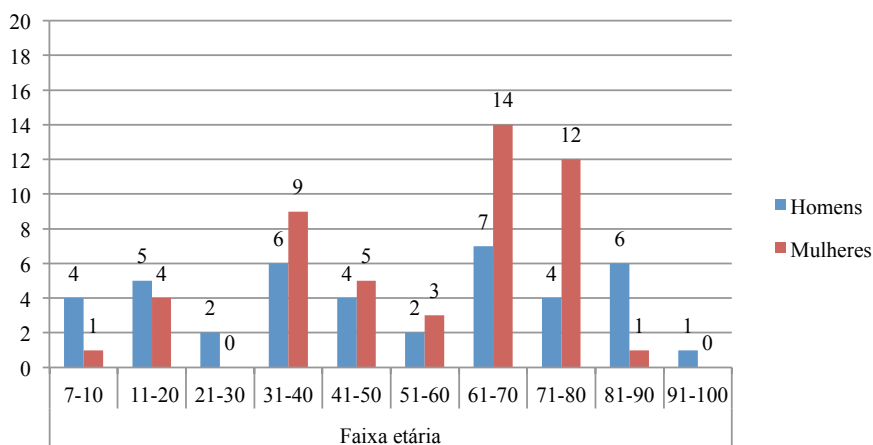


Gráfico 2 – Distribuição dos informantes por faixa etária e sexo (em valores absolutos)

Posteriormente, ao considerarmos o fator habilitações acadêmicas, verificamos que uma larga percentagem dos informantes concluiu apenas a 4.^a classe antiga (64%) e outros 11% não concluíram a mesma, pelo que estamos perante informantes com uma escolaridade reduzida e de nível sociocultural baixo.

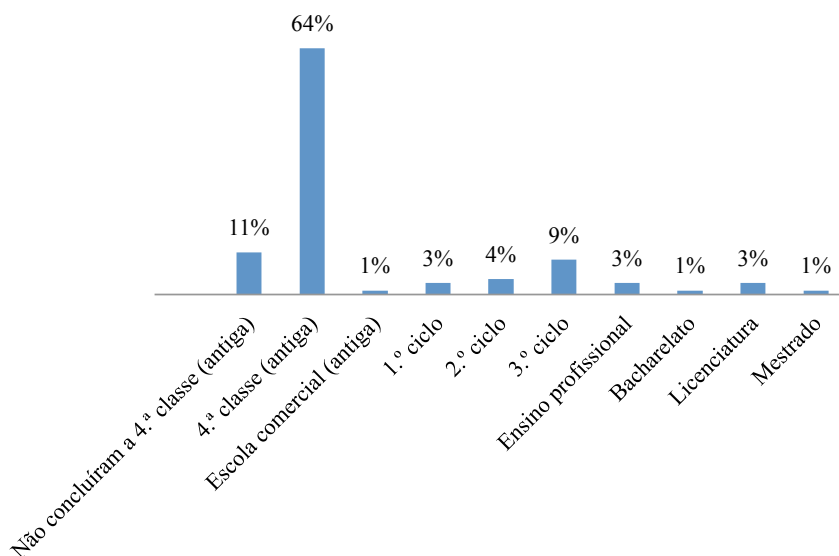


Gráfico 3 – Habilitações académicas dos informantes

Relativamente à profissão, e como já mencionámos anteriormente, as atividades económicas dominantes são a agricultura, a pecuária, a construção civil e também a silvicultura. De salientar que uma larga percentagem da população se encontra reformada (31%), embora continue a praticar uma agricultura de subsistência. No seio desta população reformada, encontramos informantes que desempenharam atividades no setor da construção civil (4%), no setor fabril (3%), no transporte de mercadorias (1%), bem como no setor agrícola (16%). Para além destes, encontramos informantes que já foram emigrantes (na França e na Suíça), estando, agora, de regresso à aldeia (7%) (cf. gráfico 4).

Centrando, agora, a nossa atenção na segunda parte do inquérito, mais especificamente no léxico atualizado pelos informantes desta aldeia para referirem realidades da esfera rural (atividades, instrumentos, animais, alimentos, recipientes, extensões de terreno), observamos a utilização de vocábulos em muitos casos distintos dos utilizados noutras regiões do país, para designar as mesmas realidades.

A análise dos inquéritos permitiu-nos averiguar se este léxico é ainda do domínio do conhecimento/compreensão dos informantes das diversas faixas etárias e se continua a ser utilizado.

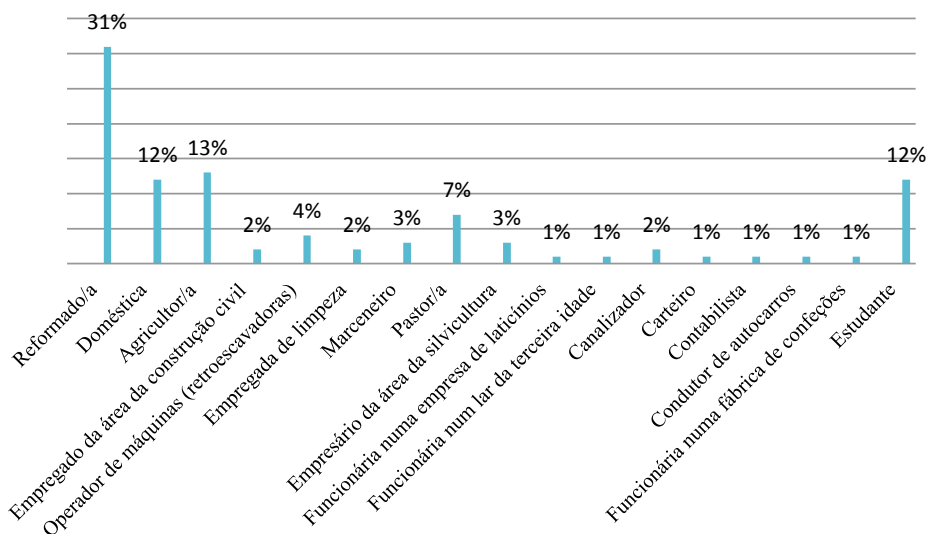


Gráfico 4 – Profissões dos informantes

O sentimento de estranheza perante vocábulos e expressões como *prantar*⁷ a mesa, *badana*, *gravanço*, *gachos*, *almotriga* e *abrir ao chapuço* foi evidente nos informantes das faixas etárias mais jovens, que referiram desconhecer o significado deste léxico, reagindo de forma jocosa perante estes vocábulos. De realçar ainda que estes informantes afirmaram conhecer e utilizar a forma *cacho* e não *gacho* para designar ‘um cacho de uvas’. Por outro lado, todos os informantes destas faixas etárias (7-10,11-20, 21-30 e 31-40)

⁷ Para além de particularidades no domínio do léxico, encontramos outros aspetos no domínio da fonética. Como mostra Gouveia (1998: 6), estamos perante «fenómenos fonéticos de alteração ou perda de sons vocálicos e consonânticos por facilidade de pronúncia, hipercorreção». Estes fenómenos foram ocorrendo «na mutação do latim ao romance ou deste à língua atual» e, como podemos observar, mostram-se ainda presentes no falar de alguns habitantes desta aldeia, como sobrevivências de épocas passadas. No que respeita ao vocábulo *prantar*, assistimos a uma permuta entre as consoantes /l/ e /ʎ/ e, no caso do vocábulo *gacho*, entre /k/ e /g/. De salientar outros fenómenos fonéticos, nos vocábulos aqui apresentados, nomeadamente a *prótese* em vocábulos como *agradar* (a terra), *ainxada* (onde encontramos também a alteração de vogais, neste caso de /e/ para /i/), entre outros. Para além destas, encontramos outras particularidades de caráter fonético e fonológico como a preferência pela realização do ditongo *oi* em detrimento do ditongo *ou* em palavras como *seitoira* (como é sabido, a alternância entre estes dois ditongos advém do duplo tratamento que teve em galego-português o grupo consonântico latino -CT-, com vocalização da consoante oclusiva velar, respetivamente em -it e -ut).

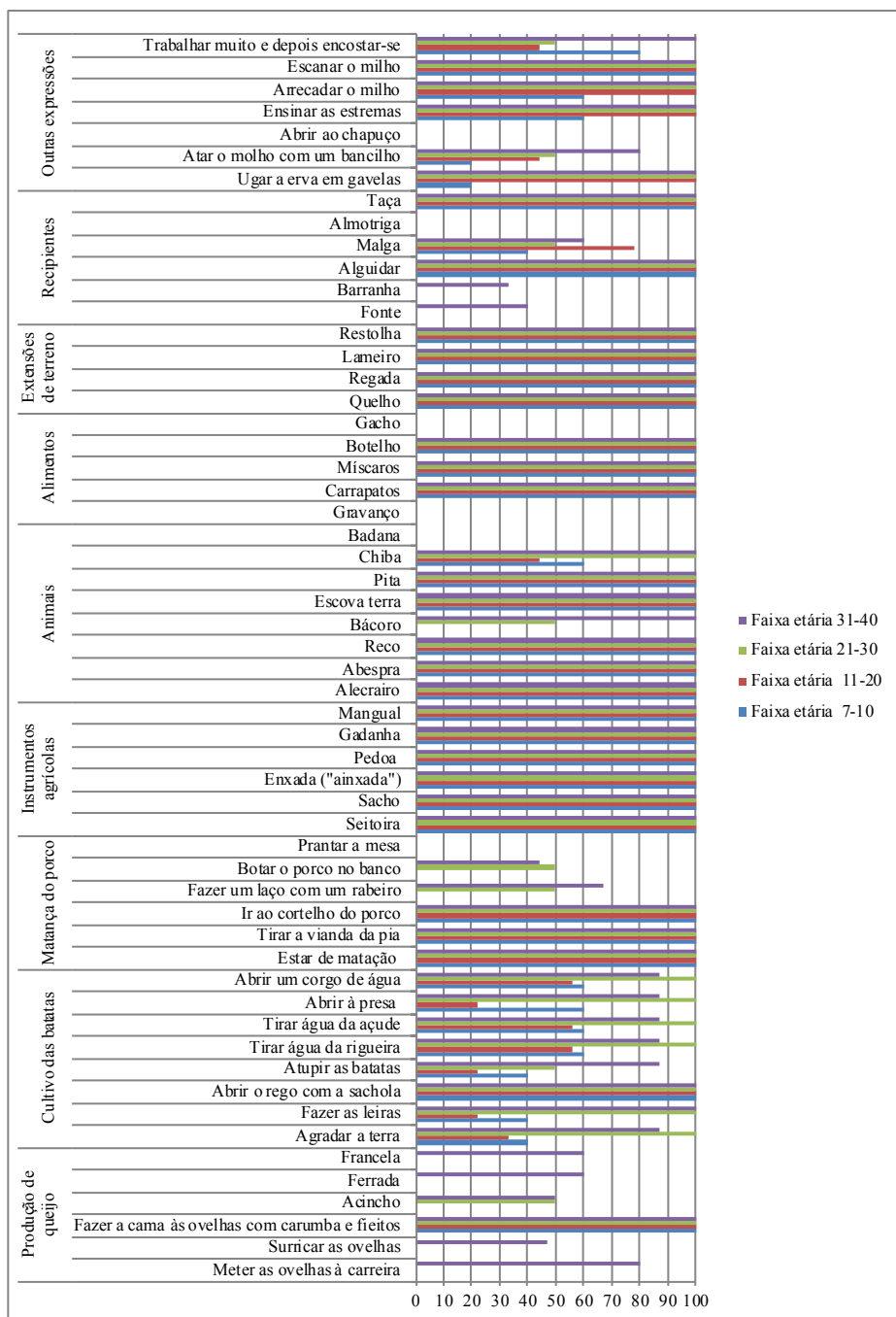


Gráfico 5 – Informantes que reconhecem e compreendem léxico da esfera rural (faixas etárias 7-10/11-20/21-30/31-40) (valores percentuais)

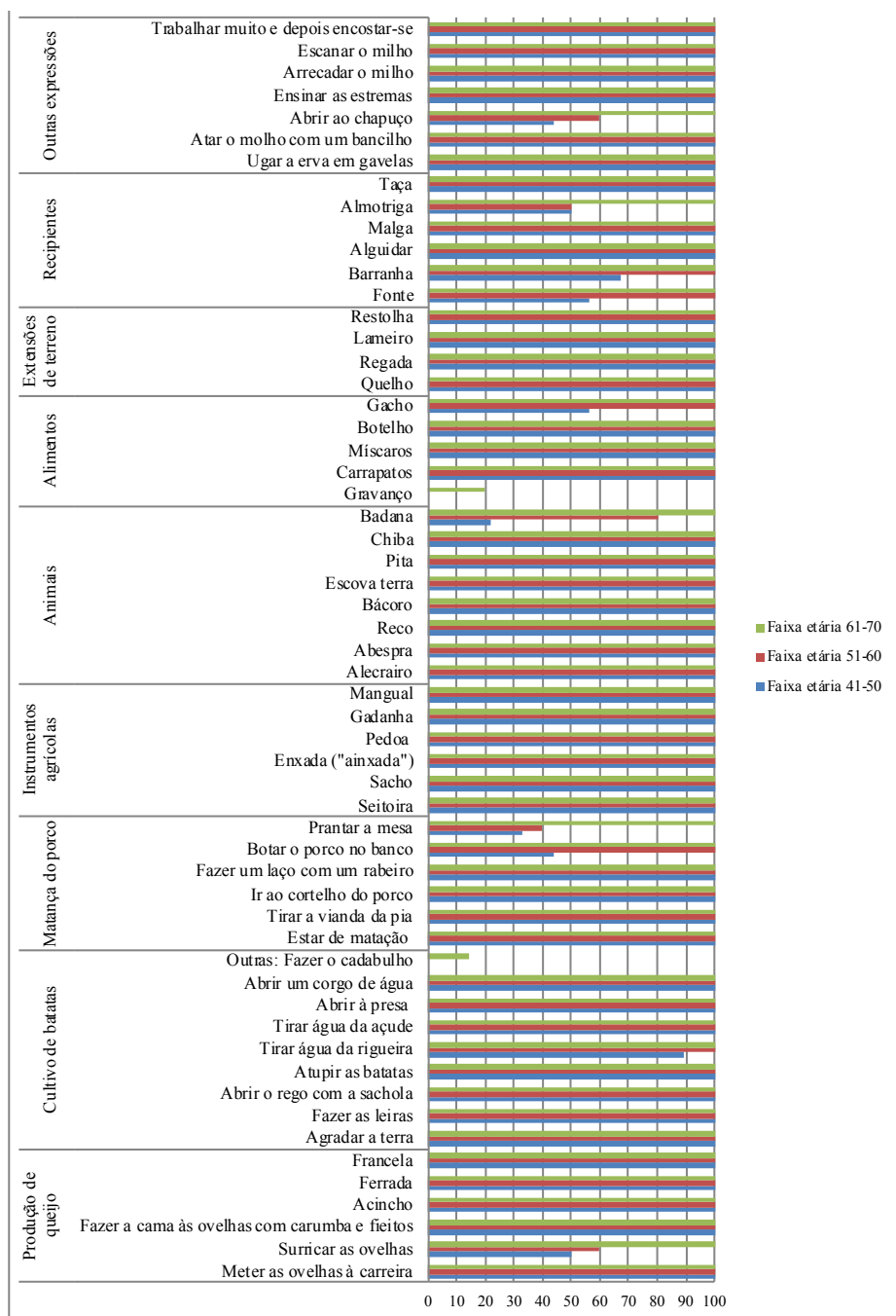


Gráfico 6 – Informantes que reconhecem e compreendem léxico da esfera rural (faixas etárias 41-50/51-60/61-70) (valores percentuais)

revelaram conhecer e utilizar os vocábulos que integram a secção dos instrumentos agrícolas (cf. gráfico 5). Tal facto não é de estranhar tendo em conta que estamos numa região onde uma das principais atividades económicas é a agricultura e onde praticamente toda a população continua a desenvolver uma agricultura de subsistência.

À medida que avançamos nas faixas etárias dos informantes (41-50/51-60/61-70), é notória a vitalidade deste léxico, estando bem presente no dia a dia destes habitantes. Quando questionados sobre atividades agrícolas como o cultivo das batatas, a matança do porco, os informantes demonstraram, na generalidade, um conhecimento profundo do léxico que apresentamos no gráfico 6. Leia-se o relato de uma informante, situada na faixa etária dos 61-70 anos, sobre a atividade do cultivo das batatas:

Primeiro agrada-se a terra para ficar direita. Ó depois, é preciso fazer as leiras. Fazem-se os regos com a sachola e ó depois pega-se no caldeiro e deitam-se as batatas no rego. Se for com a máquina de semear batatas é mais depressa, mas ó depois é preciso fazer o cadabulho com a sachola e às vezes tem que se atupir as batatas para a sementeira ficar bem feita.(...) Dantes regava-se com a água da rigueira (...) porque havia água na açude, mas agora temos a água do poço.

Por último, no que concerne às faixas etárias mais elevadas (71-80, 81-90, 91-100), verifica-se que os informantes reconhecem e dominam os vocábulos/expressões apresentadas, embora vocábulos como *prantar*, *gravanço* e *cacho* não sejam reconhecidos por alguns informantes. De notar que os informantes situados na faixa etária dos 81-90 mencionaram atualizar outro vocábulo no domínio dos instrumentos agrícolas, *alfanje*⁸, que consideram ter o mesmo significado que o vocábulo *gadanba*. O mesmo se verificou na secção respeitante ao cultivo de batatas onde os informantes da faixa etária dos 71-80 referiram conhecer e atualizar outra expressão, nomeadamente *fazer o cada-bulho*⁹, como se pode verificar no gráfico seguinte.

⁸ *Alfanje*: [Do árabe *al-kbanjal*.] s.m. 1. Sabre de folha larga e curta. 2. Brasil. Foice, roçadeira (Ferreira, 1986²: 82).

⁹ *Cadabulho*: s.m. Reg. Porção de terra onde o arado não chega e que tem de ser cavada (Simões, 1984: 602).

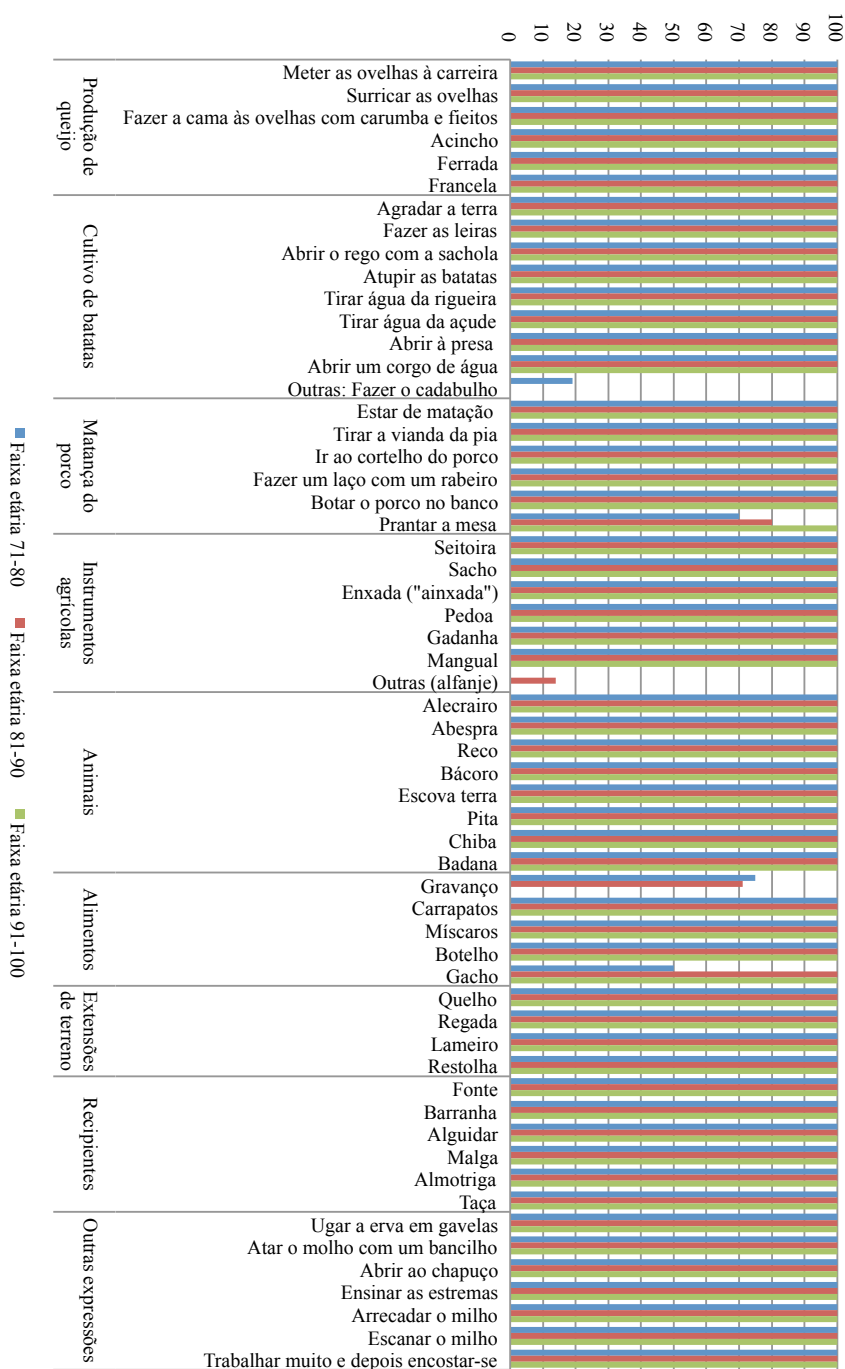


Gráfico 7 – Informantes que reconhecem e compreendem léxico da esfera rural (faixas etárias 71-80/81-90/ 91-100) (valores percentuais)

Os dados apresentados, associados ao nosso conhecimento desta realidade linguística, permitem-nos afirmar, de um modo geral, que estamos perante léxico que revela ainda muita vitalidade nas diversas faixas etárias.

Considerando que muito do léxico aqui apresentado se afasta da norma culta do português europeu, importa desde já analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que estão na origem deste falar diferenciado (cf. 2.1. A constituição do léxico português: fatores internos e externos).

Desta forma, foi possível identificar vocábulos de origem latina (ex. *acinchó*, *leira* e *sacho*), vocábulos de origem árabe (ex. *badana*, *almotriga*, *açude*), bem como francesismos/galicismos (ex. *vianda*) e castelhanismos (ex. *carra-pato*, *gravanço*).

Entre o léxico recolhido, encontramos ainda outras formas linguísticas identificadas como regionalismos, nas fontes consultadas¹⁰ (ex. *chapuço*, *reco*, *rabeiro*), notando, contudo, que os materiais lexicográficos consultados apresentam, muitas vezes, origens distintas para a mesma forma.

Porém, é inegável que estamos perante léxico salpicado de influências diversas, que resulta, principalmente, do contacto de línguas (vocábulos como o verbo *ensinar*, presente na expressão *andemos a ensinar as estremas*, acusam um processo de substituição semântica, neste caso de influência castelhana, significando ‘mostrar’), mas também revelando aspetos inovadores que emanam, muitas vezes, da capacidade criadora dos falantes. Veja-se, a este propósito, e a título de exemplo, o recurso à composição para a criação de novas palavras (ex. *escova terra*¹¹, para ‘toupeira’, revelando a associação mental dos informantes à ação realizada pelo animal – escovar/escavar a

¹⁰ Foram consultados os seguintes materiais lexicográficos: 1. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa (2001) 2. *Grande dicionário da língua portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (23.^a edição, 2.^o vol., 1996) 3. *Dicionário de expressões populares portuguesas*, de Guilherme Augusto Simões (1984) 4. *Tesouro do léxico patrimonial galego e português* (Álvarez – coord.).

¹¹ Para além desta, encontramos também outras designações semelhantes, por exemplo a de *escava-terra*, nas áreas geográficas de Sernancelhe, Sátão e Meda (áreas relativamente próximas do concelho de Trancoso), bem como a forma *iscoba-terreirê*, na área geográfica do Sabugal (cf. *Tesouro do léxico patrimonial galego e português* [Álvarez – coord.]). Note-se que a aldeia alvo do nosso estudo e a cidade do Sabugal pertencem ao mesmo distrito: a Guarda.

terra), ou ainda o vocábulo *rigueira*¹², significando, nas palavras dos informantes desta aldeia, ‘o rego por onde corre a água que vem da ribeira’.

No léxico em análise, encontramos também formas linguísticas que sofreram alterações de género¹³. Veja-se, a este propósito, o vocábulo *o açude*, atualizado pelos informantes desta aldeia como *a açude*, levando-nos a colocar a hipótese, tal como refere Gouveia¹⁴ (1998), que a vogal inicial possa ter influenciado a atribuição do género. Outros vocábulos como *o restolho* e *a botelha* apresentam também género divergente, face ao consagrado pela norma, sendo atualizados como *a restolha* e *o botelho*, muito possivelmente como resultado da analogia (*a restolha*, para os habitantes da aldeia de Vila Novinha, designa o terreno onde existe *o restolho*¹⁵) e da associação de aspetos linguísticos com a vida real, como a repartição macho/fêmea que se verifica na natureza (*a botelha/o botelho*). O género parece aqui funcionar como mecanismo para distinguir grandezas, sendo que *a botelha* é maior quando comparada com *o botelho*, na aceção dos informantes desta aldeia¹⁶.

Centrando agora a nossa atenção na última parte do inquérito, isto é, na atitude dos informantes perante o comportamento linguístico, realçamos o entusiasmo e o sentimento de orgulho com que os informantes mais velhos descreveram estas atividades do mundo rural, reconhecendo que os seus *netos de Lisboa* desconhecem tais realidades.

¹² Também na área geográfica de Sernancelhe encontramos este vocábulo, significando ‘rego aberto pelo homem para escoamento das águas das chuvas’ (cf. *Tesouro do léxico patrimonial galego e português* [Álvarez – coord.]). Na mesma fonte, encontramos ainda a designação de *rigueira/regueira* em áreas geográficas como Ourém, Baião, Arcos de Valdevez, Fundão e Idanha-a-Nova. No que à Galiza diz respeito, os vocábulos *rigueira/regueira* também podem ser encontrados nas regiões de Guitiriz, significando ‘baltrón curto de auga’ e na região de Touro.

¹³ Cf. Gouveia, 1998: 339-349.

¹⁴ Gouveia (1998) refere que «a ilustrar esta situação estão, por exemplo, *o ocasião*, *o opinião*, *o oração* e *a açude*, etc., comuns a todas as zonas na linguagem popular e regional».

¹⁵ *Restolho*: s.m. Parte inferior do caule das gramíneas, que ficou enraizada depois da ceifa (Figueiredo, 1996: 2204).

¹⁶ Veja-se a este propósito Botelho de Amaral (1950) que demonstrou haver uma relação entre o formato dos objetos designados e o género das palavras que os expressam, tais como *bacia* e *bacio*, *jarra* e *jarro*, entre outras, em que a palavra feminina remete para objetos bojudos, lembrando a maternidade. Com efeito, nestes casos, os signos lexicais exemplificados são, de algum modo, motivados.

Apesar de afirmarem que estes vocábulos/expressões fazem parte das suas tradições e da sua identidade cultural, quando interpelados no sentido de emitirem um juízo de natureza valorativa sobre o comportamento linguístico da aldeia, os informantes foram explícitos na subvalorização destes recursos linguísticos, afirmando que estamos perante um *português rural, atrasado, pouco apurado*, numa clara atitude depreciativa face a *este português* que associam a um mundo rural, distante dos centros de poder. Uma das constatações foi, também, a aguda consciência linguística das mulheres, que optaram por adjetivos como *maltratado* e *pouco apurado*, por oposição aos homens que preferiram adjetivos como *diferente* e *mais antigo*.

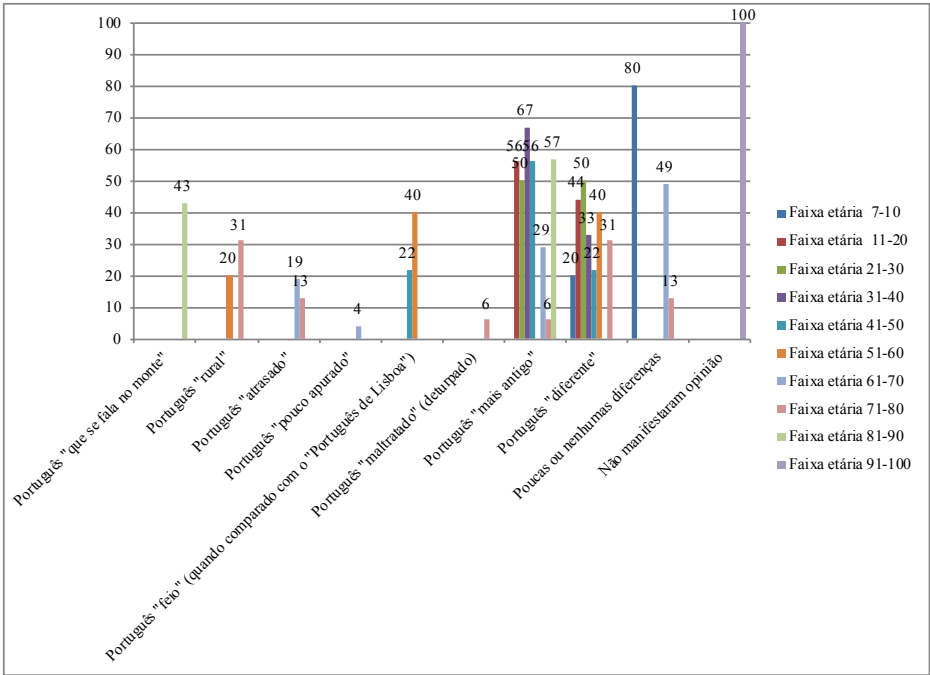


Gráfico 8 – Atitudes dos informantes, em valores percentuais, relativamente ao comportamento linguístico da comunidade

É na faixa etária acima dos 41 anos de idade que se verificam atitudes mais negativas, inclusivamente de natureza estética, uma vez mais por parte das mulheres (*feio* por oposição ao português de Lisboa, que é *bonito e melodioso*).

No que concerne às faixas etárias mais baixas, estas optaram, principalmente, pelos adjetivos *antigo* e *diferente*. De salientar que 80% dos informantes da faixa etária dos 7-10 anos referiram encontrar poucas ou nenhuma diferença. É importante notar que estamos perante jovens ainda numa fase inicial da sua formação, denotando-se ausência de uma consciência linguística.

4. Conclusões

No início deste estudo (cf. 1.1. Objetivos do estudo), questionámo-nos sobre o léxico utilizado pelos habitantes da aldeia de Vila Novinha para se referirem a realidades do meio rural. A análise dos dados, associada ao nosso conhecimento da realidade enquanto elemento integrante desta comunidade, permitiu-nos a recolha de léxico particular próprio da esfera rural e, portanto, que se afasta da norma culta do português europeu.

Ao averiguarmos o conhecimento e compreensão deste léxico por parte das diversas faixas etárias, pudemos verificar que é sobretudo acima dos 61 anos de idade que este vocabulário sobrevive na sua plenitude, continuando a ser atualizado. Por outro lado, os informantes pertencentes às faixas etárias entre os 7 e os 40 anos revelaram um desconhecimento total de alguns dos vocábulos mencionados pelos informantes mais velhos (ex. *prantar*, *almo-triga*, *badana*, *chapuço*), apresentando, por outro lado, outros vocábulos ou realizações diferentes para os mesmos vocábulos (ex. *colocar* em vez de *prantar* e *cachos* em vez de *gachos*).

A análise cuidada deste léxico permitiu-nos constatar que o contacto de línguas constitui um dos fatores principais que está na origem da variação linguística. Encontramos, na verdade, léxico de origem latina, de origem árabe e ainda castelhanismos, bem como francesismos/galicismos. Se os fatores extralinguísticos ajudam a explicar grande parte do comportamento linguístico desta comunidade, outros fatores há, como os fatores internos à própria língua, que ajudam a explicar designações mais expressivas que substituem as designações convencionais de determinados vocábulos (ex. *escova terra*).

Ao questionarmo-nos sobre as atitudes dos informantes perante este léxico, pudemos aperceber-nos duma subvalorização dos recursos linguísticos desta

aldeia. De facto, os jovens demonstraram uma atitude depreciativa perante vocábulos mais antigos, levando-nos a inferir que valorizam o seu comportamento linguístico em detrimento destas realizações linguísticas. A ausência de conhecimento de algum deste léxico, por parte das faixas etárias mais jovens, associada a uma valoração negativa destas formas, poderão ser sintomas de uma mudança linguística, ainda que lenta, tendo em conta que estamos no seio de uma população que se caracteriza por um modo de vida sedentário e que se encontra ligada por fortes laços afetivos.

Acreditamos que a reflexão apresentada sobre o comportamento linguístico deste microcosmo rural, poderá ajudar a aprofundar o conhecimento, não só sobre a história da língua portuguesa, como também sobre os processos linguísticos a que os falantes frequentemente recorrem para conferir maior expressividade a determinadas realidades.

Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ, Rosario (coord.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega. <http://ilg.usc.es./Tesouro> [02.05.2017].
- BOLÉO, Paiva/Maria Helena Silva (1962): “Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental”. Separata de *Atas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, *Boletim de Filologia*, XX, 85-112.
- BOTELHO DE AMARAL, Vasco (1950): *Mistérios e maravilhas da língua portuguesa*. Porto: Simões Lopes.
- CARDOSO, João Nuno P. Corrêa (1997): “A freguesia de Almalaguês «par elle-même»”. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 21, 127-156.
- CARVALHO, Maria José (2002): “Periodização da língua portuguesa num contexto social: uma contribuição para a Sociolinguística Histórica”, *Revista Galega de Filoloxía*, 3, 11-27.
- CASTRO, Ivo (2004): *Introdução à história do português*. Lisboa: Edições Colibri.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1971): “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”, *Boletim de Filologia*, XXII, 81-116.
- COSTA, Fernando Jorge Santos (1992): *Trancoso: história e tradições – Almanaque*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.

- DICIONÁRIO DA ACADEMIA (2001): *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986²): *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1996²³): *Grande dicionário da língua portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Bertrand.
- GOUVEIA, Maria Carmen de Frias e (1998): “Algumas observações sobre a linguagem popular e regional no que se refere à categoria de género. Reflexos do género gramatical do português antigo na linguagem popular”. In *Atti del XXI Congresso internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, vol. 2. Università di Palermo: Centro di studi filologici e linguistici siciliani, 339-349.
- GOUVEIA, Maria Carmen de Frias e (2011): “O português popular e regional como ‘reservatório linguístico’ de épocas pretéritas da língua”. In Teresa Mingocho/Fátima Gil/Esmeralda Castendo (orgs.), *Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*, vol.1. Coimbra: FLUC/Centro de Investigação em Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras de Coimbra/Minerva Coimbra, 629-642.
- LABOV, William (1966): *The social stratification of English in New York city*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1977): “Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla”. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*.
- MATEUS, M. Helena Mira (2005): “A mudança da língua no tempo e no espaço”. In M. Helena Mira Mateus/Fernanda Bacelar (orgs.), *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Editorial Caminho, 15-30.
- MATIAS, Maria de Fátima de Rezende F. (1984): “Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença”. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 18 e 19.
- MONTEAGUDO, Henrique (2002): “O porvir do idioma galego”. In M. Helena Mira Mateus (coord.), *As línguas da Península Ibérica*. Lisboa: Edições Colibri, 19-34.
- SANTOS, Isabel (1997): “Dialectologia e sociolinguística: delimitação e limitações na abordagem ao fenómeno da variação”. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 21.

- SIMÕES, Guilherme Augusto (1984): *Dicionário de expressões populares portuguesas*. Lisboa: Perspetivas & Realidades.
- TEYSSIER, Paul (1993⁵): *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- WEINREICH, Uriel ([1953]1979): *Languages in contact: findings and problems*. The Hague: Mouton.

(Página deixada propositadamente em branco)

ROBERTO FRANCISCO NASI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

betonasi@gmail.com

ORCID: 000-0002-4559-0329

**ALTERNATIVA DE INTERPRETAÇÃO DO GRAFEMA
COMO INDÍCIO DE ELEVAÇÃO DE VOGAIS MÉDIAS
PRETÔNICAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
SUL-RIO-GRANDENSE DO SÉCULO XIX**

**ALTERNATIVE INTERPRETATION OF GRAPHEMES
AS A REPRESENTATION OF PRETONIC MID-VOWEL
RAISING IN SUL-RIO-GRANDE BRAZILIAN
PORTUGUESE IN THE 19TH CENTURY**

RESUMO: Este trabalho propõe investigação do processo fonológico de alçamento de vogais médias pretônicas /e/ e /o/ no português brasileiro sul-rio-grandense, através de escritos do século XIX, iniciada em Nasi (2012), com base na ideia de que o grafema sinaliza processos fonológicos conforme Marquilhas (2000) e Monaretto (2005). Acredita-se que alguns casos de presença de vogais <i> e <u> no lugar de <e> e <o>, com base na ortografia atual, sejam indícios do alçamento de modo similar à fala. Retrata-se a elevação vocálica no Rio Grande do Sul e propõe-se metodologia para trabalho em Fonologia Diacrônica, através de levantamento e organização de *corpora* escritos oitocentistas, com base em estudiosos da Linguística Histórica como Romaine (1982), Lass (2000), Schneider (2002) e Montgomery (2007). O levantamento de dados em *corpora* baseou-se em fenômenos estudados em pesquisas sobre elevação de pretônicas, tais como harmonia vocálica, elevação em sílaba inicial e elevação sem motivação aparente, abordados em Bisol (1981), Battisti (1993), Schwindt (1995), Casagrande (2003) e Klunck (2007). *Corpora* variados são disponibilizados de forma digitalizada (fotografia) e inédita para a comunidade. Discute-se se as formas encontradas refletem oralidade ou são possíveis ajustes a uma ortografia brasileira oitocentista em construção ao confrontarem-se ocorrências em gramáticas, dicionários e vocabulários oitocentistas.

Palavras-chave: português oitocentista sul-rio-grandense, vogais médias pretônicas, fonologia diacrônica

ABSTRACT: This research investigates the phonological process of pretonic mid-vowel raising /e/ and /o/ in Sul-Rio-Grande Brazilian Portuguese through written records from the 19th Century. The work started in Nasi (2012) based on the belief that graphemes indicate the phonological processes in accordance with Marquilhas (2000) and Monaretto (2005). It is believed that some cases where the vowels <i> and <u> replace <e> and <o> based on the current spelling are indicators of a vowel-raising process, like the one found in spoken language. The raising of the pretonic mid-vowels in Rio Grande do Sul is described, and a methodology for working in diachronic phonology is proposed through written *corpora* from the 19th century based on historical linguistics researchers such as Romaine (1982), Lass (2000), Schneider (2002) and Montgomery (2007). Data collection was based on the phonological phenomena studied by Bisol (1981), Battisti (1993), Schwindt (1995), Casagrande (2003) and Klunck (2007), such as vowel harmony, vowel raising in the initial syllable and vowel raising with no apparent motivation. Written text *corpora* are available in a digital archive. The article discusses whether the words found in the nineteenth century *corpora* reflect the spoken language or the first modifications to Brazilian Portuguese orthography from that time, by examining data in contemporaneous grammar books and dictionaries.

Keywords: sul-rio-grande Brazilian Portuguese; nineteenth century, pretonic mid-vowels, diachronic phonology

1. Introdução

Para Bisol (2015: 199), o século XIX é um marco na história do português, pois, nesta época, a harmonização vocálica está presente na variedade brasileira do português, mas ausente no português europeu. Estes, dentre outros aspectos, afastaram as duas variedades. As diferenças, que vão da fonologia à sintaxe, não mudaram o sistema básico. Grande parte dos estudos de fonologia histórica do português brasileiro analisa estágios anteriores de língua até o século XVIII, tornando necessárias mais descrições acerca do crítico período do século XIX, principalmente sobre a fonologia do português brasileiro.

Da intenção de descrever o comportamento histórico, através da descrição de um fenômeno fonológico por nós conhecido hodiernamente como elevação de vogais médias pretônicas em um recorte oitocentista, nasceu esta pesquisa¹. Sabe-se que trabalhos de investigação em sincronias passadas

¹ Meus sinceros agradecimentos à Profa. Dra. Valeria Neto de Oliveira Monaretto, que me apresentou e orientou à pesquisa em Linguística Histórica.

enfrentam certas dificuldades. Uma das que mais se destaca é a dificuldade na formação e obtenção de *corpora*, o que parece implicar numa metodologia específica apropriada a cada tipo de texto que os constitui.

Análises de estágios passados da língua contribuem para a formação histórica e linguística da variedade brasileira da língua portuguesa (doravante PB). Pesquisas brasileiras como as de Tarallo (1983), Mattos e Silva (1989) dentre outros, retratam o comportamento linguístico do português brasileiro de forma histórica através de textos escritos. Além destes, especificamente, Bisol (1981, 1983), Monaretto (2005, 2013) e Nasi (2012, 2016) realizam análises linguísticas da variedade regional sul-rio-grandense do português brasileiro por meio de dados escritos de um passado linguístico.

Em Nasi (2012), por exemplo, foram analisados alguns títulos de jornais do acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho em Porto Alegre, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Foram coletados, em 275 exemplares de jornais, 154 ocorrências de registros escritos sobre os quais acredita-se possuírem algum valor fonológico em relação a diversos fenômenos já descritos na fala. Em Nasi (2016), pesquisa que norteia este artigo, foram coletadas, em 240 periódicos e 118 manuscritos, 179 ocorrências escritas que podem ser consideradas indícios de registro da elevação das vogais médias pretônicas no século XIX. Um exemplo do tipo de dado selecionado pode ser visualizado na figura a seguir:

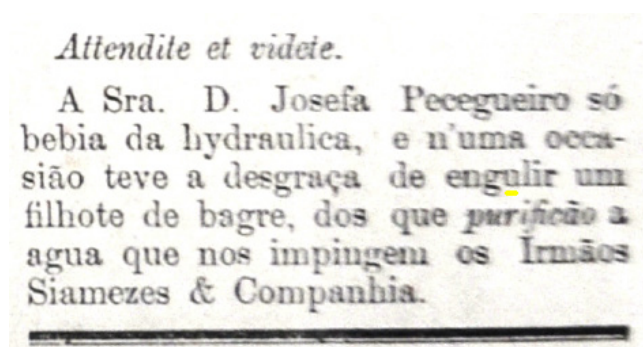


Figura 1 – Trecho do jornal *O Século* (Porto Alegre, 2 de novembro de 1884) com elevação vocálica em *engulir*. Fonte: do autor

A presença de registros escritos de variação de <e> grafado como <i> e de <o> grafado como <u> em diversos documentos, atesta uma série de formas que figuram como indícios de possíveis casos de alçamento vocálico de médias átonas em que /e,o/ realizam-se respectivamente como [i,u]. Estes casos parecem se enquadrar como vestígios de um processo fonológico corrente na variedade falada do português do Brasil, conhecido como *alçamento ou elevação da vogal média átona*. Segundo pesquisadores como Bisol (1981), Battisti (1993), Schwindt (1995), Casagrande (2003), Klunck (2007), Silva (2012) e Monaretto (2013), inúmeros fatores motivam esse processo. Com base em pressupostos teóricos da Sociolinguística Histórica de Romaine (1982) e em uma coleta de dados fonologicamente significativos, conforme Lass (2000), expomos a seguir os objetivos e hipóteses desta pesquisa.

1.1. Objetivos

Dados de escrita para ilustrar a um fenômeno fonológico no português sul-rio-grandense podem ser analisados com base variacionista (sob a qual o fenômeno em questão já é bastante conhecido por meio de diversos estudos de sincronias recentes) além de uma base histórica (sob o qual este fenômeno já é conhecido como existente em sincronias passadas acerca do português utilizado em outras regiões brasileiras). Buscamos, desse modo, investigar especificamente o fenômeno de elevação das vogais /e/ e /o/ pretônicos no português brasileiro sul-rio-grandense oitocentista e, principalmente, propor uma alternativa de interpretação para o trabalho em Fono-logia Diacrônica por meio de organização de *corpora* de textos escritos no Rio Grande do Sul durante o século XIX, com base em nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica, de Romaine (1982), do Princípio de Remoção do Filtro, de Schneider (2002) e da realização da coleta de dados fonologicamente significativos, segundo Lass (2000). Estes dados retratam, em algum ponto, indícios da pronúncia subjacente de uma variação significativa através de uma seleção criteriosa de *corpora*, conforme Montgomery (2007).

Além disso, esta pesquisa pretendeu formar *corpora* digitalizados de textos oitocentistas produzidos no Rio Grande do Sul através de fotografia para oferecer em formato de mídia para a comunidade em geral. Através destes corpora, propõe-se um retrato da elevação de vogais médias pretônica no português sul-rio-grandense do século XIX, além da construção de uma metodologia de análise nos *corpora* de língua portuguesa escrita no Rio Grande do Sul, Brasil. O retrato é feito através da coleta de registros dos grafemas em textos oitocentistas que possam ser representativos de vestígios de oralidade sobre o fenômeno de alçamento de vogais médias pretônicas através da análise qualitativa destas ocorrências de acordo com os tipos de elevação já conhecidos na língua falada em sincronias recentes, com base em estudos sobre elevação de vogais médias pretônicas como por exemplo os de Bisol (1981), Battisti (1993), Schwindt (1995, 2002), Casagrande (2003), Klunck (2007), Silva (2012) e Monaretto (2013).

Este retrato também é feito por meio da verificação se o referido processo de alçamento vocálico já se manifestava no português brasileiro oitocentista como um possível reflexo de oralidade ou se este poderia se tratar de uma aplicação de certo padrão gráfico existente na época dentro de um período histórico no qual se tentava a construção de uma norma brasileira. Para tal, buscaram-se evidências metalinguísticas sobre a realização linguística das vogais em obras tais como gramáticas, dicionários e glossários de língua portuguesa publicadas entre os séculos XVIII e XIX. Pretendeu-se, desse modo, inferir se as ocorrências grafemáticas das vogais pretônicas altas <i> e <u> ao invés do emprego de médias <e> e <o> (contrastantes com a ortografia atual) podem ser consideradas casos de reflexo de oralidade ou interpretadas como tentativas de ajustes a uma norma escrita em construção na época, isto é, não formalizada até então. O exame de ocorrências foi feito em dicionários oitocentistas de forma semelhante ao feito em Barbosa (1999) e Lima (2014) nos quais verificaram-se escritas etimológicas.

A escolha do processo de elevação de vogais médias pretônicas como objeto deste estudo se justifica pela presença bastante conhecida do fenômeno na fala do português brasileiro sul-riograndense, assim como sua presença na escrita do português brasileiro sul-rio-grandense no século XIX, conforme Nasi (2016). A seguir, expomos as hipóteses que nortearam esta pesquisa.

1.2. Hipóteses

Como primeira hipótese deste trabalho, acreditou-se, conforme o já atestado em estudos de língua falada, que há maior variação de <e> grafado como <i>, e menor variação de <o>, grafado como <u> nos *corpora* do século XIX. Desse modo, infere-se que a língua escrita refletiria situação semelhante à da língua falada.

Além disso, conforme pesquisas de Barbosa (1999) e Lima (2014), ocorrências grafemáticas podem ser atestadas em evidências metalinguísticas diretas (tais como dicionários e gramáticas de época) sobre o fenômeno e podem constituir-se como um registro de tentativas de se construir norma ortográfica da época.

Por fim, esperou-se que determinados casos de indício de alçamento no exame grafemático fossem coincidentes com as realizações da língua falada, o que demonstra que contextos favorecedores do alçamento das vogais médias pretônicas na fala apresentam-se visíveis na grafia do português brasileiro do Rio Grande do Sul oitocentista.

Registros de <i> e de <u> como indícios de elevação podem ser interpretados como favorecidos pela presença de vogal alta /i/ nas sílabas seguintes, por exemplo, constituindo-se na manifestação do processo de harmonia vocálica ou podem ser interpretados, além disso, como indícios de elevação sem motivação aparente e alçamento em sílaba inicial dependendo da ocorrência encontrada. Esta interpretação revela a possível relação entre grafema e fonema existente na grafia das vogais médias pretônicas na história do português brasileiro e, mais especificamente, na variedade regional sul-rio-grandense desta língua através da pesquisa em Linguística Histórica de uma sincronia passada por meio de *corpora* escritos.

A seguir, tratamos da revisão bibliográfica de análises histórico-linguísticas de estudos que contemplam fenômenos fonológicos no Brasil realizada para este trabalho.

2. A Linguística Histórica através da Fonologia Diacrônica no Brasil: estudos recentes

Especificamente, foram revisadas pesquisas que contribuem historicamente acerca da descrição das vogais médias pretônicas do português tais como Barbosa (1999); Monaretto (2005, 2015); Oliveira (2005); Da Hora *et al.* (2007); Da Hora/Telles (2010); Battisti (2010, 2014); Fonte (2010); Magalhães (2013); Telles (2014) e Nasi (2012, 2016).

Dentre estes trabalhos, verificam-se a seguir algumas ocorrências coletadas por Barbosa (1999), Monaretto (2005), Oliveira (2006), Magalhães (2013), Keller e Costa (2014) e Bençal/Altino (2015) que figuram como registros escritos que demonstram o emprego gráfico de vogais altas em contextos pretônicos nos quais se esperava o emprego de médias no português brasileiro oitocentista.

Tabela 1 – Grafias de Vogais Altas em Estudos de Sincronia Passada do Português Brasileiro Oitocentista. Fonte: do autor.

Barbosa (1999)	Monaretto (2005)	Oliveira (2006)	Magalhães (2013)	Keller e Costa (2014)	Bençal e Altino (2015)
<i>sirtificamos,</i> <i>discuberta,</i> <i>antecipação</i>	<i>ligítimu,</i> <i>custume,</i> <i>acustumados</i>	<i>isclaricido,</i> <i>falicida,</i> <i>guverno</i>	<i>repitir,</i> <i>pruduto,</i> <i>imprego</i>	<i>virificadas,</i> <i>mutivo,</i> <i>descubrir</i>	<i>atriviria,</i> <i>cimiterio,</i> <i>custume</i>

As análises, muitas vezes, apresentam diferenças quanto à metodologia e à natureza de seus *corpora*. Entretanto, registram-se ocorrências acima como exemplos de grafias que sugerem elevação vocálica de acordo com descrições teóricas deste fenômeno fonológico. Existem formas cuja grafia sugere a atuação da harmonização vocálica (*sirtificamos*, *custume*, *repitir*) e casos de elevação sem motivação aparente (*guverno*) e de elevação em inicial de sílabas travadas por nasal (*imprego*). Outros exemplos de ocorrências gráficas no emprego das médias pretônicas podem ser vistos nos registros fotográficos a seguir.

til-o, dór indiscriptivel con-
templar os resultados de taes
oscillações. Calemos e traba-

Figura 2 – Trecho de *Echo do Palmar* (Santa Vitória do Palmar, 31 de dezembro de 1892) com elevação vocálica em *indiscriptivel*. Fonte: do autor

de despachos...
praga, que os fazem com unico inter-
resse de disporem de seos negocios a
pretexto de enviarem para esta villa
surtimento para o que disem ter: de
maneira que a mor parte destes espi-
culadores apresentam cada um immen-
sos requerimentos com despachos; e

Figura 3 – Trecho de *O Século* (Porto Alegre, 2 de novembro de 1884) com elevação vocálica em *surtimento* e *espículadores*. Fonte: do autor

Insistiundo o nobre deputado nos arranjos e-
leitoraes de que o Sr. Vice Presidente é accu-
sado, teve occasião de fazer alardo do grande
prestigio e popularidade que disfruta, negando
ao Sr. Dr. Bello iguaes vantagens: e para cor-
roborar a necessidade que tem este de exercer

Figura 4 – Trecho de *Correio do Sul* (Porto Alegre, 19 de outubro de 1852) com elevação vocálica em *disfruta*. Fonte: do autor

— Realizou-se no 6, o
primeiro dos concertos clas-
sica, que promove a societa-
cal Vinte e quatro de Julho, e o di-
rigidos pelo imminente maest-
pathol Francisco A. Barbieri. hes-
currencia era numerosa e selec- on-
chendo quasi completamente o va- en-
lão da Trindade. No concerto dos sa-
didos nunca em Lisboa s mu-
sica classica com tão ma- rec-
ção e tão perfeita unid. stro

Figura 5 – Trecho de *Correio Mercantil* (Pelotas, 8 de maio de 1879) com elevação vocálica em *imminente* e *concurrência*. Fonte: do autor

As ocorrências acima ilustradas, trazidas em Nasi (2016), apontam grafias alternativas das vogais médias pretônicas <e> e <o>, sendo grafadas como <i> e <u> no período oitocentista em diversas localidades do Rio Grande do Sul, exemplos tais como *imminente* e *concurrência* (Pelotas, 1879), *disfruta* (Porto Alegre, 1852) *surtimento*, *espiculadores* (Porto Alegre, 1884) e *indiscriptível* (Santa Vitória do Palmar, 1892). Os registros encontrados apontam vestígios de harmonia vocálica no português sul-rio-grandense do século XIX.

Estes registros são semelhantes a certos casos encontrados na fala desta variedade regional do português. Considerações teórico-fonológicas acerca do fenômeno, além dos estudos de fala, são expostas na seção a seguir.

3. As vogais no Português Brasileiro: o processo de elevação das médias pretônicas

Conforme Câmara Jr. (1980: 41), as vogais do Português Brasileiro (doravante PB) podem ser dispostas em um sistema triangular, em cujo vértice inferior se encontra a vogal mais baixa /a/, conforme a figura a seguir:

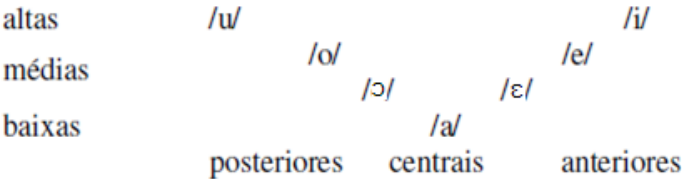


Figura 6 – Pauta vocálica tônica segundo Câmara Jr. (1999: 44)

Essas sete vogais são plenamente realizadas em posição tônica, diferentemente da pauta pretônica. Conforme a figura a seguir:

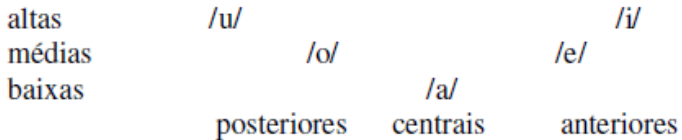


Figura 7 – Pauta vocálica pretônica segundo Câmara Jr. (1999:44)

Nesta representação, percebe-se que a realização de sete vogais não é mantida devido ao processo de neutralização, que é a perda do traço que distingue dois fonemas. O sistema de sete vogais tônicas do português brasileiro reduz-se a cinco vogais, tendo /e/ e /o/ como vogais médias.

O processo de elevação vocálica das médias, isto é, quando uma vogal média realiza-se como alta na língua, é descrito pelas teorias fonológicas por meio da geometria de traços na fonologia autosssegmental. Nesta, para Clements (1989) é necessário um traço que diferencie as vogais quanto à abertura além da altura. O traço de abertura possui marcação binária, sendo esta representada pela presença da marcação (+) ou sua ausência (-).

Bisol (2013: 50) analisa a harmonização vocálica como um processo de assimilação regressiva do nó de abertura, que é flutuante. O gatilho do processo é uma vogal alta, sendo o alvo a vogal média em contexto pretônico.

Ocorre a assimilação vocálica do nó de abertura da vogal posterior. Desse modo, seu nó de abertura é desligado. Isso acontece em palavras que possuem em seu interior contexto de vogal média seguida por alta, por exemplo na pronúncia de ‘pepino’ por *pipino*, de ‘coruja’ por *curuja*, de ‘peregrino, peregrinação’ por *pirigrino*, *perigrinação*, de ‘educar’ por *iducar* e ‘engolir’ por *engulir*.

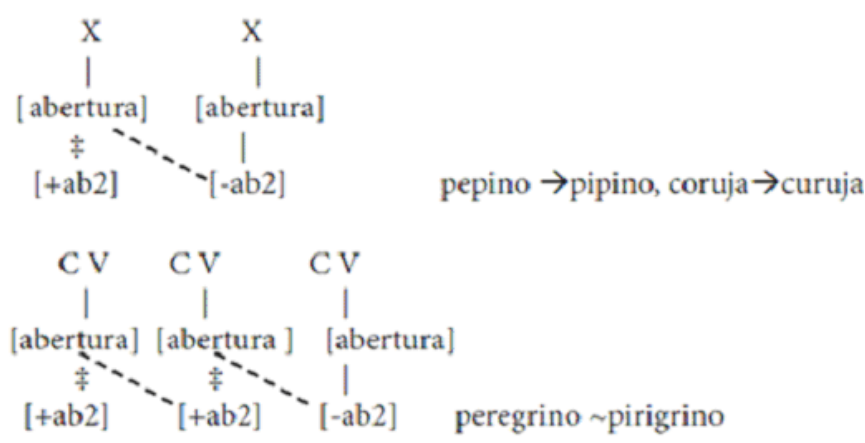


Figura 8 – Harmonização vocálica segundo Bisol (2013: 50) e exemplos coletados em jornais oitocentistas.

O primeiro trimestre de sua publicação, melhor dito de sua perigrinação, terminou; — solemne desmentido á aquelles, que lhe vaticinaram a morte, antes da America alcançar o meio do caminho que se propuzera explorar !

Figura 9 – *perigrinação*, de *America* (Rio Grande, 7 de novembro 1870)

Com uma filha quase ~~impossível~~
e mais filhinhos para iducor
A bacia neste sentido está triste
e desgostosa por não passar o tempo
por ^{mais} iducção da educação de sua
filha neste lugar e mesmo é

Figura 10 – *iducar* e *iducção*, de Carta de Carolina Prates de Castilhos ao seu filho Júlio; São Martinho, 25 de julho de 1894, fol.1 v

A seguir vê-se outro tipo de processo que ocorre na elevação das médias pretônicas, a redução vocálica sem condicionador fonético. Neste, a elevação sem motivação aparente apresenta-se como um caso de elevação sem a presença de vogal alta na palavra, como por exemplo em *colégio~culégio*, *coração~curação*. Segundo Bisol (2009: 79), este é um processo categórico de neutralização no qual os traços da vogal média pretônica são desligados e preenchidos por *default* por uma vogal alta. Pronúncias como *fumenta* para *fomenta* demonstram que alguns vocábulos parecem ser mais atingidos que outros em relação à alternância da pretônica. Segundo Bisol, este é um processo categórico de neutralização no qual os traços da vogal média pretônica são desligados e preenchidos por *default* por uma vogal alta, conforme a figura exposta.

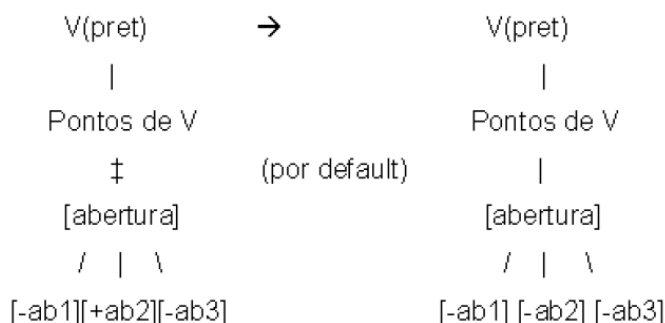


Figura 11 – Elevação sem motivação aparente, segundo Bisol (2009)

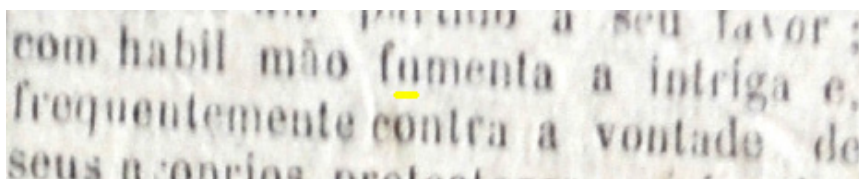


Figura 12 – *fumenta*, do jornal *O Brado do Sul* (Pelotas, 17 de março de 1860)

Segundo os pressupostos teóricos apresentados, o processo de elevação vocálica de médias pretônicas depende da ocorrência de determinados contextos e apresenta comportamento fonológico específico. Existem estudos que analisam este fenômeno do alçamento vocálico condicionado por fatores sociais, isto é, com base no comportamento variacionista do falante do português brasileiro. Trataremos, a seguir, destas pesquisas sociolinguísticas que analisaram o fenômeno da elevação em caráter variacionista em diversas regiões do Brasil.

3.1. A fala: análises sociolinguísticas brasileiras

A Sociolinguística Quantitativa analisa as línguas humanas por meio do tratamento estatístico de identificação de variáveis linguísticas conectando a variação a fatores sociais relevantes.

Em relação ao alicamento vocálico de pretônicas no Brasil, foram revisados os trabalhos sociolinguísticos sobre o fenômeno no português brasileiro em sincronias recentes, a fim de se verificar as relações existentes entre grafias significativamente fonológicas e alguns fatores condicionantes da variação na fala. Foi revisado 1 trabalho por região, com exceção do Rio Grande do Sul, do qual foram revisadas 7 pesquisas.

Os estados brasileiros contemplados em nossa análise foram Rio de Janeiro, conforme Callou/Leite/Coutinho (1991); Distrito Federal, conforme Bortoni/Gomes/Malvar (1992); Pará, conforme Campos (2008), São Paulo, segundo Tenani/Silveira (2008); Piauí, conforme Silva (2009); Acre, com a pesquisa de Hosokawa/Silva (2010); Minas Gerais, segundo Rezende/Magalhães (2011); Goiás, conforme Silva (2013) e Rio Grande do Sul, conforme as pesquisas de Bisol (1981), Schwindt (1995, 2002), Casagrande (2003), Klunck (2007), Silva (2012) e Monaretto (2013).

Embora se verifiquem algumas diferenças notáveis entre os trabalhos, como o número de informantes, por exemplo, verifica-se que o alicamento vocálico de pretônicas brasileiro, em linhas gerais, é uma regra que ocorre, em maior ou menor grau, em todas as regiões do Brasil, não possuindo condicionamento extralinguístico relevante, conforme os trabalhos de Callou/Leite/Coutinho (1991); Bortoni/Gomes/Malvar (1992); Tenani/Silveira (2008), Silva (2009) e Rezende/Magalhães (2011).

Percebe-se que a vogal /e/ eleva-se, geralmente, mais do que /o/, sendo a presença de vogal alta na sílaba seguinte fator que favorece a elevação da vogal média pretônica. Em relação aos sons consonantais envolvidos nos contextos, palatais precedentes favorecem a elevação de /e/, conforme Bortoni/Gomes/Malvar (1992) e Silva (2009). Além disso, palatais seguintes favorecem a elevação de /o/, segundo Tenani/Silveira (2008) e Silva (2009).

Como a presente análise tem como objeto o português brasileiro oitocentista utilizado no Rio Grande do Sul, faz-se mister apresentar – com maior ênfase – os trabalhos feitos acerca do comportamento variável das vogais médias pretônicas no dialeto sul-rio-grandense.

3.1.1. *Características do açamento no português brasileiro sul-rio-grandense e considerações históricas sobre Rio Grande do Sul*

O Rio Grande do Sul apresenta-se historicamente como um estado de colonização tardia. Além disso, etnicamente, além dos portugueses e espanhóis em épocas de missões jesuíticas, recebeu imigrantes alemães (1824) e italianos (1875), além de russos e poloneses nos primeiros anos do século XX. Percebem-se então, práticas bilíngues que contribuem na definição do português sul-rio-grandense (Barbosa, 2013).

Em relação às pesquisas sociolinguísticas variacionistas, foram revisados os trabalhos de Bisol (1981), Schwindt (1995, 2002), Casagrande (2003), Klunck (2007), Silva (2012) e Monaretto (2013). Verifica-se, nos trabalhos que compararam a variedade metropolitana com a interiorana, que quanto mais o falante se afasta da capital, mais se preservam as médias em contextos conhecidos como propícios à elevação. Isto torna a fala da capital, Porto Alegre, com maior índice de elevação das vogais médias pretônicas.

Além disso, parece que a elevação vocálica de pretônicas está mais relacionada a fatores estruturais, ou seja, intralinguísticos. Percebe-se maior elevação de /e/ do que de /o/, com exceção àqueles trabalhos que analisaram a elevação vocálica sem motivação aparente, conforme as pesquisas de Klunck (2007) e Monaretto (2013). Em relação a estes trabalhos, a presença de palatal precedente às vogais favorece o processo, como por exemplo, em *d[i]spertar*.

Ademais, a presença de vogal alta na sílaba seguinte configura-se como principal fator para a elevação por meio de harmonia vocálica, como em *m[u]chila*. A vogal alta contígua /i/ favorece a elevação tanto de /e/ quanto de /o/. Além disso, a tônica alta imediata demonstrou-se um dos principais condicionadores da harmonia, como em *s[u]zinho*, conforme Bisol (1981), Schwindt (1995, 2002), Casagrande (2003) e Silva (2012). Vogais pretônicas orais são mais elevadas do que as nasais. Em relação a /e/, são as nasais que mais favorecem a elevação segundo Bisol (1981). Já em relação a /o/, a nasal parece inibir a regra de harmonia.

As análises constatarem que quanto mais próxima da tônica, maior a probabilidade de elevar-se a média por harmonização. Velares e alveolares seguintes

favorecem a elevação por harmonia vocálica. As átonas permanentes demonstraram ser mais propícias a este tipo de elevação.

Além disso, palavras do mesmo paradigma tendem a elevar-se regularmente. Em relação a sufixos, a probabilidade de harmonização é maior quando há presença de sufixos verbais com vogal alta.

Em relação à elevação de vogais médias em posição inicial, em hiato e em prefixo, sílabas fechadas por /n/, a presença de vogal alta na sílaba seguinte e das dorsais /k/ e /g/ seguintes favorecem a elevação das médias, conforme Battisti (1993).

Vários fatores condicionadores foram verificados nas pesquisas sociolinguísticas de língua falada. Embora não possamos aplicar os fatores sociais a *corpora* linguísticos escritos desta pesquisa, acreditamos que condicionadores linguísticos como a presença de vogal alta na palavra possam auxiliar na explicação de ocorrências escritas oitocentistas como reflexos de oralidade.

Após tratarmos de sincronias recentes, trataremos a seguir da construção de metodologia para análise linguística de *corpora* escritos.

4. Metodologia para análise de textos escritos

A Sociolinguística Laboviana inovou o conhecimento linguístico acerca de variação e mudança com análise de fatores sociais e linguísticos intervenientes e ganhou destaque nos estudos a partir da segunda metade do século XX, priorizando-se a língua falada vernacular.

O passado na perspectiva da Sociolinguística Laboviana era, de certo modo, alcançado através do chamado *Uniformitarismo* ou *Princípio Uniformitarista*, estudado por meio do presente. Diacronia e sincronia estavam juntas na análise. O *Uniformitarismo* é um conceito que foi emprestado à Linguística de ciências como a Geologia e a Biologia e fora utilizado por neogramáticos do século XIX.

Este princípio concebia as forças que atualmente causam mudanças na natureza como semelhantes às que causavam modificações naturais em passados distantes. Desse modo, sabendo-se hoje que, por exemplo, o movimento das placas tectônicas pode explicar a existência dos terremotos, pressupõe-se

que este movimento também causou o mesmo fenômeno há milhares de anos. Uma interpretação linguística do princípio uniformitarista é a de Whitney (1874: 184), vista a seguir:

A natureza, os usos da fala e as forças que sobre ela atuam e produzem suas mudanças não podem, senão, serem essencialmente as mesmas durante todos os períodos de sua história, em meio a todas as suas circunstâncias de mudança e fases variáveis; e não existe modo no qual seu passado desconhecido possa ser investigado, exceto por meio de um estudo cuidadoso de seu presente vivo e de seu passado registrado, além da extensão e da aplicação de remotas condições de leis e princípios deduzidas através deste estudo².

Para Lass (2000: 26), faz-se mister um aperfeiçoamento deste princípio ao defini-lo como ligado ao conceito de possibilidade/ probabilidade ou não de acontecimentos, ao afirmar um *Princípio da Uniformidade Geral*, que postula que «nada que, *em princípio*, é agora impossível o foi no passado»³. Entretanto, o mundo de tempos longínquos não é o mesmo de agora e, aplicar um princípio utilizado em ciências exatas às ciências humanas como a linguística requer cuidados.

Muitas vezes não há como certificar que um habitante de uma determinada região em um determinado tempo era um falante de uma determinada língua, dialeto ou variante e, conquanto, de que forma esta língua/ variante era realmente utilizada; i.e, há dificuldades de definir o usuário de língua ou a língua/dialeto *per se*.

Desse modo, trabalha Lass (2000: 26) com a *viabilidade* por meio de um *Princípio de Probabilidades Uniformes*, que afirma que «a distribuição geral de probabilidade em um dado domínio foi a mesma no passado como o é

² Traduzido de: «The nature and uses of speech, and the forces which act upon it and produce its changes, cannot but have been essentially the same during all the periods of its history, amid all its changing circumstances, in all its varying phases; and there is no way in which its unknown past can be investigated, except by the careful study of its living present and its recorded past, and the extension and application to remote conditions of laws and principles deduced by that study».

³ Traduzido de: «General Uniformity Principle: Nothing that is now impossible in principle was ever the case in the past».

agora». Igualmente, a escolha de domínio geral da *Uniformidade* ou *Probabilidade* mostra-se também dependente da qualidade e detalhamento da informação pelo pesquisador obtida acerca do presente de língua.

Ao pesquisar o passado pelo presente linguístico, percebe-se um retorno deste tempo pretérito – priorizado até então pela Linguística Histórica (doravante LH) – ao centro das atenções dos estudos sociolinguísticos através da *Sociolinguística Histórica*. Romaine (1982) acredita que esta sociolinguística seja uma disciplina mais integrativa metodologicamente com outras áreas do conhecimento linguístico. Conforme Romaine (1982: 9) os sociolinguistas que analisam a fala vernacular do presente não detêm monopólio no estudo da variação. Ademais, a Sociolinguística Histórica considera a escrita um meio tão legítimo quanto à fala para estudo variacionista, sendo fala e escrita consideradas manifestações de uso discursivo de um mesmo *continuum* linguístico, mesmo que cada meio possua suas especificidades.

Trabalhar com testemunhos do passado para pesquisa linguística implica na composição e formação de *corpora* de textos escritos, tema sobre o qual trataremos a seguir.

4.1. Composição dos *corpora*: tentativas e problemas

Sabe-se, conforme Berber Sardinha (2000: 349), que embora representativo, o *corpus* sempre apresenta limites, podendo ajudar a responder apenas alguns tipos de perguntas. Para a pesquisa em Sociolinguística Histórica, isto significa limites quanto à origem social/geográfica ou etária dos usuários da língua que escreveram determinados textos, por exemplo, passando por fatores característicos dos escritos que formam determinado *corpus*, como ano de produção ou estado de conservação física dos documentos. Tais problemas mostraram-se presentes tanto na composição de *corpora* de impressos (jornais) quanto de manuscritos (cartas) oitocentistas sul-rio-grandenses.

Primeiramente, são aqui expostos problemas ou limites percebidos na composição do *corpus* de jornais oitocentistas gaúchos. Foram enfrentadas dificuldades de ordem física, como letras apagadas e exemplares rasgados, conforme a figura a seguir.

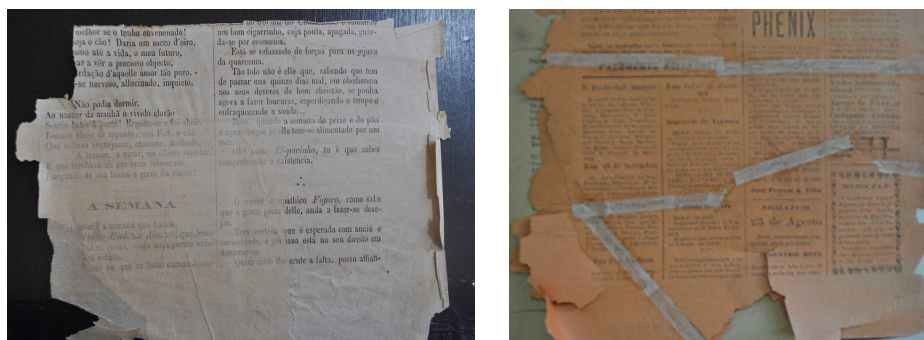


Figura 13 – exemplar rasgado de *Album de Domingo* (Porto Alegre, 1878) e *O Pharol* (Porto Alegre, 2 de setembro de 1897)

Ademais, o armazenamento inadequado deste tipo de material mostrou-se uma constante durante o tempo de pesquisa: muitos títulos estavam sem encadernação, enrolados em papéis não apropriados para conservação em arquivo e, em muitas ocasiões, fora de acesso à pesquisa por não estarem na prateleira destinada na descrição dos instrumentos de pesquisa.

Outra limitação, acerca da catalogação dos periódicos, também mostrou-se presente. A consulta aos títulos existentes em acervo foi feita através de uma Listagem de Revistas e Jornais Raros. Esta lista é apresentada pelas categorias “Título”, “Ano de Publicação”, “Número”, “Ano”, “Cidade”, “Armário” e “Prateleira”. A lista apresentava, muitas vezes, rasuras e alterações, além de datação equivocada de alguns periódicos: títulos como *Gazeta de Alegrete*, da cidade de Alegrete (1893) e *Gazeta de Notícias*, do município de Canoas (1859) não apresentam exemplares dos anos registrados, mas sim de 1916 e 1959, respectivamente. Seções incompletas que dificultaram o acesso aos periódicos oitocentistas gaúchos em acervo também ocorrem na listagem.

Por fim, conforme o exposto inicialmente nesta seção houve a questão relacionada à seleção/separação de ambos os *corpora* em sua composição e, além disso, o que se revelou um dos elementos mais desafiadores para a pesquisa: a formação de um *corpus* uniforme que possibilitasse uma análise de variáveis através da Sociolinguística Histórica. Além das dificuldades já citadas, percebeu-se que os periódicos não possuíam número regular de exemplares em suas respectivas coleções.

Desse modo, as tentativas de preparação de um *corpus* para análise foram diversas. As variáveis extralinguísticas que desejávamos formar a partir do que se dispunha de material eram as seguintes:

- a) época de produção: 1.^a metade (1800 a 1850) e 2.^a metade (1851 a 1900) do século XIX;
- b) local de produção: metropolitanos (Porto Alegre) e cidades do interior do estado.

Ainda outros problemas foram levantados quando se tentou a categorização não somente dos textos impressos, mas também dos manuscritos. As tentativas de divisão de *corpus* sempre almejaram categorias que pudessem ser interpretadas linguisticamente e relacionadas a fatores sociolinguísticos como localidade geográfica do jornal, por exemplo.

Entretanto, o que se observa é que reconstruir variáveis sociais de documentos oitocentistas apresenta uma série de limitações: como determinar o grau de letramento de um redator na época? Há dados biográficos disponíveis em outras fontes para determinar a idade exata de um redator específico, sendo este redator de um jornal ou de um documento manuscrito? No caso de jornais, como especificar redatores em textos dos quais há vários autores?

Uma solução foi buscar documentos relacionados a pessoas célebres, como o político Júlio de Castilhos, por exemplo, dos quais há dados biográficos suficientes em parte para determinar um perfil de redatores de uma família sul-rio-grandense do século XIX para se tentar construir variáveis sociais, como gênero, faixa etária e grau de escolaridade. Todavia, faz-se mister um futuro aperfeiçoamento metodológico em relação a especificidades históricas dos redatores deste *corpus* para que haja possibilidade de uma análise linguística sócio- histórica apropriada do fenômeno fonológico aqui abordado por meio do *corpus* manuscrito em questão.

Em relação ao *corpus* de jornais impressos, observou-se que sua divisão por período, época e lugar (capital/interior) pareceu não ser significativa em termos de distribuição de casos (tokens). Os tipos de palavras (types), no entanto, podem talvez evidenciar que o fenômeno de elevação da oralidade se reflita em parte na grafia. Devido a todos esses problemas, o conjunto de

periódicos deste *corpus* foi tratado como um todo. Como solução final, foram contados manualmente os exemplares de jornais e foi consultado o máximo de títulos possíveis de periódicos – assim como o número de manuscritos – durante o tempo disponível de pesquisa. Além disso, os documentos foram fotografados para que uma leitura minuciosa sem o limite de tempo autorizado em um turno de pesquisa nos museus (muitas vezes restrito a apenas seis títulos diários durante uma tarde de pesquisa) fosse possível. Maiores especificações sobre as fontes escritas em instituições gaúchas podem ser vistas na seção seguinte.

4.1.1. Fontes escritas em arquivos públicos

Apresentamos a seguir as fontes escritas em arquivos públicos de Porto Alegre. Conforme a tabela 2, no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa encontra-se uma extensa hemeroteca com 153 títulos de jornais gaúchos produzidos entre 1827 e 1900 em Porto Alegre e em algumas cidades do interior. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, foram encontradas as primeiras cartas pessoais da família Prates de Castilhos. No Museu Júlio de Castilhos, tivemos acesso aos documentos da família Prates de Castilhos que foram transcritas na obra de Santos (2013). No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul encontramos as Cartas da Revolução Federalista.

Verifica-se que uma quantidade significativa de instituições não possui exata noção da quantia total de seus documentos acerca de categorias que compõe o seu acervo. Observou-se, em grande parte, que a troca de informações com funcionários⁴ destas instituições foi mais valiosa do que os próprios instrumentos de pesquisa lá existentes, pois estes estão, muitas vezes, desatualizados ou incompletos.

⁴ Expresso meu profundo agradecimento a Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite, Coordenador do Setor de Imprensa do MUSECOM.

Tabela 2 – Memória escrita oitocentista nos arquivos de Porto Alegre.

Fonte: do autor

MUSECOM	AHRS	MJC	IHGRGS
• Periódicos sul-rio-grandenses (1827 – 1900) das cidades de Porto Alegre, Alegrete, Rio Grande, Quaraí, Encruzilhada do Sul, São Jerônimo, São Sebastião do Caí, Pelotas, dentre outras.	• Coleções particulares de cartas: Varela e Ferreira Rodrigues • Jornais; • Doc. religiosos; • Doc. dos governantes; • militares; • polícia; • imigração; • requerimentos.	• Cartas pessoais de Júlio de Castilhos; • Atas de reuniões, • Documentos administrativos.	• Arquivos pessoais; • Rascunhos das cartas do Visconde de São Leopoldo (100 documentos manuscritos entre 1700 e 1800); • Documentos da Revolução Federalista.

Da pesquisa de periódicos impressos no Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e dos Documentos Manuscritos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, resultou a amostra de textos escritos selecionados nos *corpora* encontrados nas instituições acima referidas, conforme a seção seguinte.

4.1.1.1. Amostra de impressos e manuscritos para análise de médias pretônicas

A amostra de jornais e documentos manuscritos para análise da vogal média pretônica consiste em 62 títulos e 240 exemplares de jornais, dos quais fora lida a primeira página. A análise da primeira página de um jornal é passível de análise linguística conforme Campos *et al* (2011: 2), pois possibilita “verificar as ideologias, vozes sociais que, inseridas num determinado contexto sócio-histórico-cultural, possibilitam a relação entre os sujeitos da comunicação” assim como para Salvaterra Magalhães (2012: 225), a primeira página de um jornal significa a circulação de vozes institucionais que dão o tom de toda uma edição, ou seja, a primeira página é compreendida como um chamamento à leitura pelos editores.

Além destes, foram analisados 73 documentos da Família Prates de Castilhos e 45 documentos da Revolução Federalista. Todos os manuscritos foram lidos na íntegra.

A composição desta amostra envolveu os processos de fotografia e digitalização, o que resultou no material acessório a esta pesquisa, do qual se veem exemplos de documentos completos ilustrados na figura que segue.

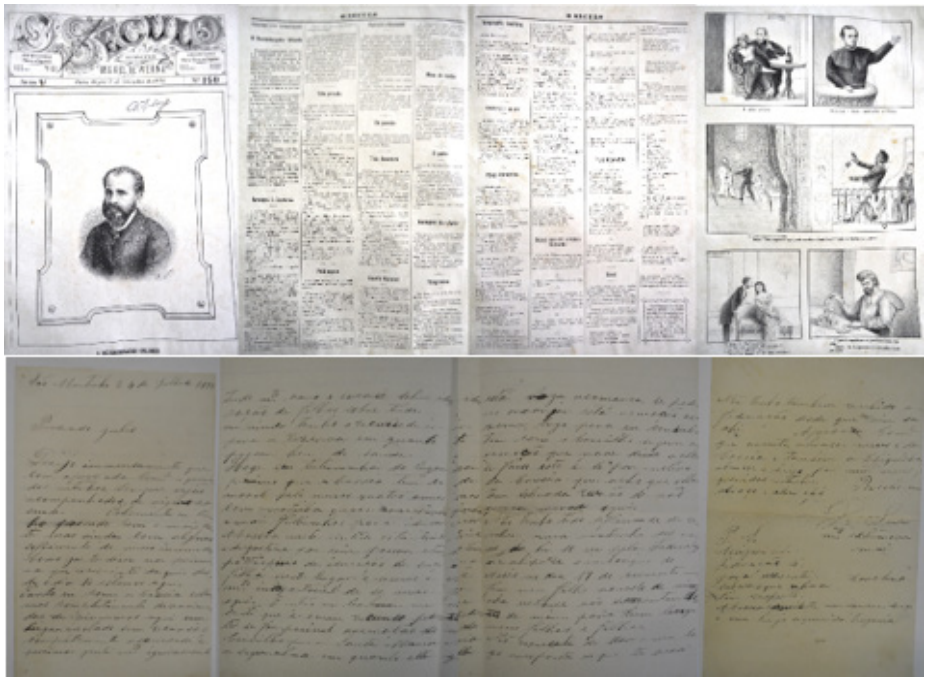


Figura 14 – Documentos digitalizados na íntegra: jornal *O Século* (Porto Alegre, 02 de setembro de 1883, N.º 140) e carta de *Carolina Prates de Castilhos ao seu filho Júlio* (São Martinho, 25 de julho de 1894)

Esta amostra parcial em fac-símile totalizou 5.18 gigabytes de 170 exemplares de jornal e 12 documentos manuscritos da Família Prates de Castilhos, a serem disponibilizados futuramente em um formato de mídia digital para a comunidade geral.

A seguir, trataremos da interpretação fonológica das formas grafemáticas encontradas nos escritos e os aspectos que norteiam sua interpretação como reflexos de oralidade.

4.2. Interpretação fonológica de grafemas: indícios de um processo fonológico

Quanto à reconstrução da fala na grafia, para a tarefa de “ouvir o inaudível”, Lass (2000: 62) criou a taxonomia para *desvios* de escrita, que possibilita a coleta de dados fonologicamente significativos. Para tal, o autor especifica:

- **Lixo/Garbage** – são aquelas formas de escrita tão ruins de interpretar que não podem ser outra coisa a não ser erro de grafia visível a olho nu, como por exemplo a escrita equivocada de ‘convicções’ aqui exposta.

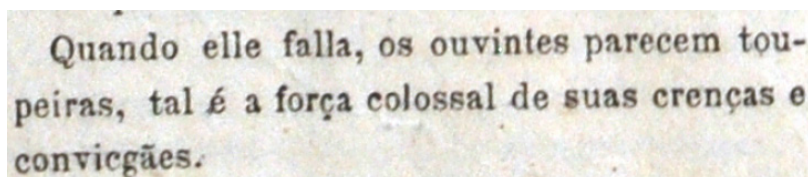


Figura 15 – Exemplo de lixo: *convicgães* (convicções). Fonte: do autor

- **Variação puramente gráfica/Purely graphic variation** – são as formas de escrita resultantes de uma tradição escrita ou de regras existentes na escrita da época passada. No caso do português brasileiro oitocentista, vemos variação na duplicação de grafemas, como *falla*, o uso de *y* e *th* em *sympathia*, e a terminação plural *-es* em *mortaes*.

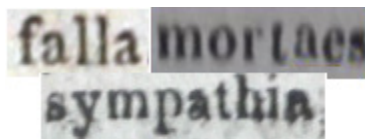


Figura 16 – Exemplos de variação gráfica: *falla*, *mortaes*, *sympathia*

- **Grafia significativamente fonológica/ Phonologically significant spellings** – é a grafia que pode expressar ou sugerir processos fonológicos, tornando-se a informação relevante para a pesquisa fonológica.

Estas grafias devem possibilitar o levantamento da seguinte questão: um falante de um determinado local e inserido em certo contexto social e histórico do passado pôde produzir palavras tais como *purpurio*, *bagens* e *muchila*? Acredita-se, com base na fala atual, que seria possível.

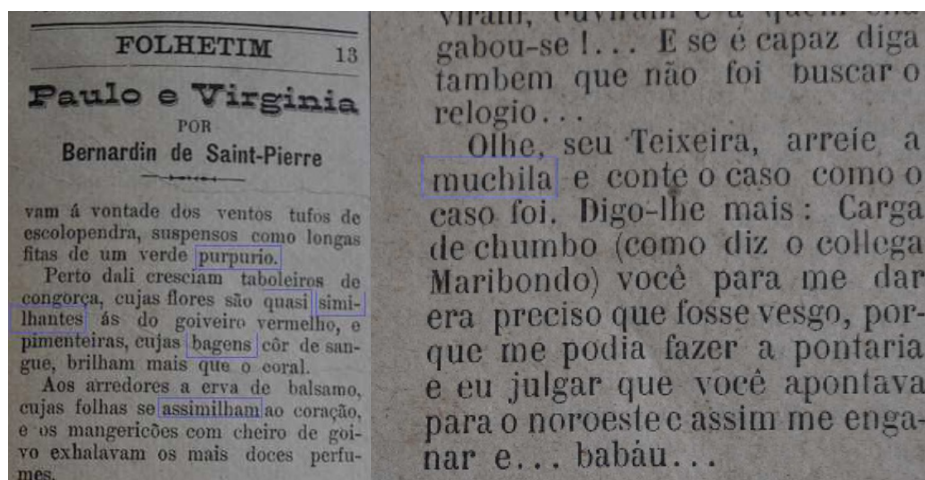


Figura 17 – Exemplos de grafia significativamente fonológica: *purpurio*, *bagens*, *muchila*. De *A Gazetinha* (Porto Alegre, 15 e 22 de novembro de 1891)

Montgomery (2007) também propõe uma distinção similar à de Lass na qual define *variação não significativa* (grafias ocasionais ou egressas de tradição) e *variação significativa* (pistas da pronúncia subjacente).

Também Schneider (2002) propõe que a reconstrução de aspectos da oralidade por meio da escrita exige *remover filtros*, pois o texto escrito constitui-se em uma espécie de filtro que representa o ato de fala ‘supostamente ouvido’. Desse modo, o pesquisador deve tentar reconstruir o que é mais previsível para a representação de fala através da escrita. Conforme Schneider (2002: 68):

Princípio de Remoção do Filtro: um registro escrito de um evento de fala coloca-se como um filtro entre as palavras faladas e o analista. Como o linguista está interessado no evento de fala ‘per se’ (e, primordialmente, nos princípios de variação

e mudança de língua por detrás dele), uma tarefa primária será ‘remover o filtro’ tanto quanto possível, isto é, acessar a natureza do processo de registro de todas as maneiras possíveis e relevantes; e avaliar e levar em conta seu impacto provável na relação entre evento de fala e registro para reconstruir o próprio evento de fala, de forma tão precisa quanto possível. (Tradução do Autor).

Percebe-se, então, que a grafia traz o ato de fala que gostaríamos de ter ouvido e que, sem registro, teria se perdido totalmente. A seguir, especifica-se o tipo de dado relevante para esta pesquisa: o dado fonologicamente significativo.

4.2.1. Dados fonologicamente significativos: proposta de interpretação da grafia em sincronia oitocentista

Conforme a seção anterior, escrita fonologicamente significativa é a grafia que pode expressar ou sugerir processos fonológicos. Em relação às interpretações fonológicas de grafemas, Labov (1972: 11) afirma que, para se estudar variação e mudança linguística por meio da escrita, é preciso fazer ‘melhor uso de dados ruins’. Entretanto, para Lass (2000: 44) os textos escritos funcionam como principal testemunho de um passado linguístico distante, mesmo que, conforme Schneider (2002: 67), registros escritos constituam filtros que devam ser removidos.

Romaine (1982: 16) entende que a escrita é o meio ou canal tão legítimo quanto a fala para se examinar variação, já que existem símbolos ortográficos condicionados pelo contexto de maneira semelhante à variação alofônica. Também para Marquilhas (2000), a escrita alfabética é interpretada como uma escrita segmental através da qual é possível se perceber fenômenos de variação fonética e fonológica.

Conforme Marquilhas (2000: 229), «as realizações gráficas que contrastem com convenções coevas são uma metalinguagem dos seus autores; no desvio à convenção encontram-se vestígios de uma conceptualização linguística, facto que permite fundamentar hipóteses sobre a natureza de estruturas da língua».

A ideia desta autora dá margem à suposição de que os grafemas podem desempenhar uma função distintiva do sistema alfabético ou apresentar-se como um reflexo da oralidade. Desse modo tomam-se formas alternativas de representação gráfica como evidência de processos fonológicos, o que é abordado a seguir.

5. Análise do acento pretônico das vogais médias

5.1. Coleta de dados fonologicamente significativos

Sumariamente, apresentam-se os resultados:

Tabela 3 – Relação de ocorrências/ palavras encontradas nos *corpora* escritos no Rio Grande do Sul oitocentista. Fonte: do autor

Impressos			Manuscritos	
Jornais			Prates de Castilhos	Revolução Federalista
/e/ como <i>	ocorrências	103	31	8
	palavras	76	21	8
/o/ como <u>	ocorrências	26	8	3
	palavras	19	8	1
N. de Docs	240 exemplares		73 documentos	45 documentos

Conforme a tabela acima, nos 240 exemplares em 62 títulos de jornais gaúchos, em relação à vogal /e/ grafada como <i>, foram detectadas 103 ocorrências em 76 palavras. Nos Documentos Manuscritos Pessoais da Família Prates de Castilhos, foram detectadas 31 ocorrências em 21 palavras, sendo as mais frequentes *despesas* (2x), *educação* (2x), *incommenda* (4x) e *vosmices* (2x). Nos Documentos Manuscritos da Revolução Federalista, foram encontradas oito palavras: *disculpe*, *filicidade*, *filis*, *fornicimento*, *inbora*, *intão*, *siginti* e *siguintes*.

Percebe-se, até então, a confirmação da primeira hipótese: existe maior variação gráfica de <e>, escrito como <i>, e menor variação de <o>, grafado

como <u>, nos *corpora* oitocentistas, conforme se atesta em estudos de língua falada, refletindo situação similar.

Sobre a grafia da vogal /o/ grafada como <u> o *corpus* de jornais registrou 26 ocorrências em 19 palavras, sendo mais frequentes as palavras *concurrentia* (3x), *cuerto* (2x) e *ocurrência* (2x). Nos Manuscritos da Família Prates de Castilhos, registraram-se oito palavras: *cumarca*, *custume*, *Juaquin*, *ocurridos*, *prumessa*, *pudia*, *subrinhos* e *susiedade*. Os Documentos da Revolução Federalista apresentaram somente 3 ocorrências em duas palavras: *pucivel* (2x) e *subrinho*.

Estes dados foram apresentados seguindo categorias como o período de publicação do jornal (1.^a ou 2.^a metade do século), além da década (1820 a 1900) e o local de produção de cada jornal (metropolitanos ou interioranos). Esta categorização proposta não permitiu a realização de grandes conclusões sociolinguísticas do fenômeno estudado, devido à escassez de dados mais imediatos e precisos; porém nos permite afirmar que indícios da elevação de vogais médias pretônicas podem ser encontrados em jornais durante todo o século XIX, de 1820 a 1900.

Desse modo, categorizações extralinguísticas dos jornais foram deixadas à parte, tendo o exame grafológico das palavras encontradas como principal objetivo da análise. Este exame, no qual a ocorrência da palavra foi considerada um dado a ser coletado quando apresentava grafia de <i> para representar <e> e <u> para representar <o>, ilustra indícios da realização de alçamento das vogais médias <e> e <o>, como [i] e [u], respectivamente.

A seguir, expõem-se como evidências metalinguísticas contribuem na interpretação dos registros escritos para que sejam considerados mais próximos do que se espera de um vestígio significativamente fonológico.

5.2. Evidências metalinguísticas para interpretação dos indícios de alçamento

Lima (2014) comparou as normas subjetivas (a prescrição dos gramáticos) e as objetivas (a utilização prática da grafia em periódicos oitocentistas) a fim de identificar possíveis relações entre essas normas. Através da análise do testemunho dos gramáticos acerca do uso etimológico de grafemas, o autor

(2014: 40) percebeu que “a etimologização gráfica era uma categoria importante para os autores da época”.

Embora a Academia fosse mais favorável a uma escrita etimológica do que fonética, o autor observa que, em determinada época, a relação mais próxima entre oralidade e ortografia refletia o período oitocentista, quando havia muitas discrepâncias entre as fontes metalinguísticas existentes acerca da ortografia da LP.

Segundo Lima (2014: 46), «entre o séc. XIX e XX viu-se uma aproximação da ortografia à oralidade. Até 1911 havia grafias, orientações de como deveria ser a ortografia. O resultado das disputas foram as reformas ortográficas do século XX».

Nesta conjuntura, interpretar fonologicamente uma ocorrência escrita como indício de variação baseia-se na equiparação com fenômenos fonológicos frequentes em uma sincronia recente, já descritos em estudos linguísticos. A pronúncia específica de uma das variantes/alternâncias de uma variável fonológica deve ser algo presente na fala e passível de representação gráfica no passado. Desse modo, na interpretação dos indícios de alçamento vocálico, verificamos nossa segunda hipótese, que afirma que evidências metalinguísticas diretas acerca do fenômeno podem atestar ocorrências grafemáticas como registros de tentativas de construção da norma ortográfica da época.

As obras analisadas foram em suma:

Realizou-se, com base em Lima (2014), a comparação da grafia subjetiva das palavras encontradas nos *corpora* com a grafia objetiva dos seguintes dicionários: Bluteau (1712), Cannecatim (1804), Silva (1813) e Coelho (1890).

Foi consultada nos dicionários a grafia das palavras coletadas nos *corpora*, a fim de se examinar se os registros escritos dos *corpora* eram ou não coincidentes ao das fontes metalinguísticas. Este exame não foi realizado em Coruja (1856) e Corrêa (1898) devido à reduzida abrangência lexical das obras, pois esta é constituída somente por vocábulos regionais e aquela possui apenas 32 páginas.

Ademais, foram consultadas nesta pesquisa as gramáticas de Sousa (1804), Melo (1818), Barbosa (1822), Aulete (1864) e Coelho (1868), além de obras variadas acerca de descrições linguísticas como Leão (1878) e Coelho (1881). Em relação a essas obras, Coruja (1856) e Corrêa (1898), além de seus glos-

sários, tratam de referências dialetológicas do português utilizado no Rio Grande do Sul. Leão (1878: 13) propunha uma reforma ortográfica “sônica”, baseada inteiramente na língua falada. Coelho realizou descrições dos dialetos românicos, incluindo o português brasileiro.

A seguir, discutem-se brevemente os resultados da análise proposta.

Tabela 4 – Fontes metalinguísticas acerca da língua portuguesa oitocentista

Ano	Autor	Obra	Origem	Características
1712	Rafael Bluteau	<i>Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico (...), autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos</i>	Portugal	8000 p., 43,6 mil verbetes. 8 volumes. Bilíngue (português e latim)
1804	Bernardo Maria de Cannecatim	<i>Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza e latina</i>	Portugal	744 páginas, 1 volume. Trilíngue (português, latim e angolense)
1813	Antônio de Moraes Silva	<i>Diccionario da Lingua Portuguesa</i>	Brasil	1749 páginas. 2 volumes. Monolíngue (português).
1856	Antônio Álvares Pereira Coruja	<i>Collecção de Vocábulos e Frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no Brazil</i>	Brasil	32 páginas. Monolíngue (português brasileiro sul-rio-grandense; dicionário de regionalismos)
1890	Adolpho Coelho	<i>Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa Contendo a Significação e Prosodia</i>	Portugal	1272 páginas, 2 volumes. Monolíngue (português). Contém etimologia e indicação de pronúncia dos verbetes.
1898	José Romaguera da Cunha Corrêa	<i>Vocabulario Sul Rio-Grandense</i>	Brasil	261 páginas, 1 volume. Monolíngue (português brasileiro sul-rio-grandense; dicionário de regionalismos)

5.3. Discussão dos resultados

Em relação à comparação dos fatores condicionantes da elevação de vogais médias pretônicas apontados em estudos sociolinguísticos de língua falada com as ocorrências escritas encontradas, confirmaram-se certos fatores condicionadores, sendo o principal deles uma maior elevação de <e> do que <o>.

Conforme Bisol (1981) e Schwindt (2002), a vogal alta tônica imediata apresenta-se como favorecedora do processo em palavras tais como *alvidrio*, *dicida*, *disculpa*, *prmissas*, *surtidas tangirina* e *pucivel*.

Além disso, segundo Battisti (1993), o prefixo *des-* motiva o processo, em ocorrências como *disculpe*, *disgosto*, *dispedaçando*, assim como a ausência de contexto precedente em palavras como *inbora*, *intão*, *imprestimos*, *infermidade*, *intendeu*.

O estudo de Monaretto (2013) apresenta a elevação sem motivação aparente abrangendo hiatos, como em *Diodoro*, *cumieira*, *assuada*, *paciar* encontradas nos *corpora*. Outras palavras, que demonstram contexto de labiais precedentes à pretônica também foram encontradas: *pinhorados*, *puderia*, *abilbeira* e *fumenta*.

Ademais, segundo as análises de Bisol (1981) e Klunck (2007), constatou-se que a elevação em questão ocorre regularmente em palavras de mesmo paradigma derivacional tais como [*arripiadoras*, *arripião-se-nos*, *arripiar*], [*cubiça*, *cubiço*], [*disfructamos*, *disfruta*], [*engulir*, *engulideiras*], [*surtidas*, *surtimento*], [*involve*, *involvendo*, *envolver*], [*iducção*, *iducar*] e [*filis*, *filicidade*].

Considerações finais

Em relação aos objetivos de pesquisa, conclui-se que foram atingidos, embora alguns não em sua totalidade. Os *corpora* de textos oitocentistas sul-rio-grandenses digitalizados foram formados em amostra de 170 exemplares de jornais 12 documentos da Família Prates de Castilhos, a serem disponibilizados em mídia futura. Entretanto, em relação à metodologia de análise específica para o trabalho linguístico com estes *corpora*, percebe-se que o século

XIX no Brasil foi um período de tentativas de construção de norma padrão, já que não existiam acordos ortográficos do PB. Especificamente, atingiu-se o objetivo de propor uma alternativa de interpretação para o trabalho em Fonologia Diacrônica por meio de organização dos *corpora* com base na Linguística Histórica.

Entretanto, em relação à proposição de metodologia como um trabalho de Sociolinguística Histórica por meio dos *corpora* em questão, além do acesso restrito aos textos, e a falta de uniformidade em relação aos *corpora* para representatividade de fatores extralinguísticos (históricos e sociais), acredita-se que a metodologia para o trabalho com textos escritos gaúchos oitocentistas deve estar em construção e aperfeiçoamento constantes.

Ao passo que esta pesquisa envolveu coleta de vocábulos nos quais se registraram vogais altas <i, u> em contextos nos *corpora* como ilustração de uso linguístico do português brasileiro no Rio Grande do Sul oitocentista, retratou-se, em parte, o comportamento das vogais médias pretônicas dessa variedade do português nessa época, ao menos nesses *corpora*. Foram coletadas ocorrências gráficas em textos representativos do fenômeno de elevação de vogais médias pretônicas, analisando qualitativamente os registros de acordo com os tipos de elevação já abordados na língua falada, verificando nos dicionários os registros que podem ser considerados ou casos de reflexo de oralidade ou possível ajuste a uma norma escrita.

Grande parte dos estudos de fonologia histórica do português brasileiro detém-se até o século XVIII, tornando necessárias mais descrições acerca do crítico período do século XIX, especificamente descrições fonológicas. Desse modo, esta pesquisa contribui para a descrição histórica da fonologia do português brasileiro oitocentista.

Em suma, percebe-se que alguns registros de indício de elevação no exame grafemático são coincidentes com algumas realizações da língua falada. Isto demonstra que contextos favorecedores do alçamento na fala aparecem na escrita do português brasileiro do Rio Grande do Sul oitocentista. Percebem-se nos registros coletados nos *corpora* analisados vários exemplos de palavras escritas que expressam condicionamentos de casos encontrados na língua falada, abordados em pesquisas sociolinguísticas.

A ocorrência desse tipo de registro torna possível a sua interpretação como fonologicamente significativo, ou seja, como um indício de marca de oralidade supostamente ouvida no passado, que se confirma em tendências do comportamento variável na elevação de vogais médias pretônicas em estudos linguísticos de sincronias mais recentes.

Referências bibliográficas

- AULETE, Francisco Julio de Caldas (1864): *Grammatica Nacional*. Lisboa: Typographia da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.
- BARBOSA, Afrânio (1999): *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UFRJ.
- BARBOSA, Fidelis Dalcin (2013⁴): *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo.
- BARBOSA, Jerônimo Soares (1822): *Grammatica philosophica da língua portugueza ou princípios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, disponível em <http://purl.pt/128>.
- BATTISTI, Elisa (1993): *Elevação das vogais médias pretônicas em sílaba inicial de vocábulo na fala gaúcha*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, PUCRS.
- BATTISTI, Elisa (2010): “A prosodização de clíticos no Português Brasileiro em documentos dos séculos XVIII e XIX”. In Demerval Da Hora/Camilo Rosa da Silva, *Para a história do português brasileiro – abordagens e perspectivas*, v. 8. João Pessoa: Editora UFPB.
- BENÇAL, Dayme Rosane/Fabiane Cristina Altino (2015): “Manuscritos novecentistas da cidade de Casto – PR: o caso dos alçamentos”, *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, 18, 1, 70-101.
- BISOL, Leda (1981) *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Porto Alegre, Tese de Doutorado, UFRJ.
- BISOL, Leda (2009): “O alçamento da pretônica sem motivação aparente”. In Leda Bisol/Gisela Collischonn (orgs.), *Português do sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 73-92
- BISOL, Leda (2013) “Harmonização vocálica: efeito parcial e total”, *Organon*, 28, 54 49-61.
- BISOL, Leda (2015): “A harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica”, *D.E.L.T.A.*, 31,1, 185-205.

- BERBER SARDINHA, Tony (2000): “Linguística de *corpus*: histórico e problemática”, *D.E.L.T.A.*, 16, 2, 323-367.
- BLUTEAU, Raphael (1712): *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero, geographico, geometrico, gnomonico, hydrographico, homonymico, hierologico, ichtyologico, indico, isagogico, laconico, liturgico, lithologico, medico, musico, meteorologico, nautico, numerico, neoterico, ortographico, optico, ornithologico, poetico, philologico, pharmaceutico, quidditativo, qualitativo, quantitativo, rethorico, rustico, romano, symbolico, synonymico, syllabico, theologico, terapeutico, tecnologico, uranologico, xenophonico, zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- BORTONI, Stela/Christina Gomes/Elisabete Malvar (1992): “A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical?”, *Revista Estudos da Linguagem*, 1, 9-30.
- CALLOU, Dinah/Yonne Leite/Lilian Coutinho (1991): “Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro”, *Organon*, 18, 5, 71-78.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim (1980¹⁰) *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim (1999³⁰): *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- CAMPOS, B. (2008): *Alteamento vocálico em posição pretônica no português falado no município de Mocajuba-Pará*. Pará, Dissertação de Mestrado, UFPA.
- CAMPOS, Gabriela Pinini *et al.* (2011): “Os gêneros do discurso jornalístico da primeira página – O caso do jornal impresso: o *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*”, *Revista Eletrônica de Letras*, 4, 1.
- CANNECATIM, Bernardo (1804): *Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza e latina*. Lisboa: Impressão Régia.
- CASAGRANDE, Graziela Pigatto Bohn (2003): *Harmonização vocálica: análise variacionista em tempo real*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, PUCRS.
- CLEMENTS, Nick (1989): *On the representation of vowel height*. Ithaca: Cornell University.
- COELHO, Francisco Adolpho (1868): *A Lingua Portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- COELHO, Francisco Adolpho (1881): *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*. Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia.
- COELHO, Francisco Adolpho (1890): *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa contendo a significação e prosodia*. Lisboa: P. Plantier.
- CORRÊA, José Romaguera (1898): *Vocabulario sul rio-grandense*. Porto Alegre: Echenique & Irmão Editores, Livraria Universal.
- CORUJA, Antônio Alvares Pereira (1856): *Collecção de Vocabulos e Frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no Brazil*. Londres: Trübner e Comp.
- FONTE, Juliana Simões. (2010): *O Sistema vocálico do português arcaico visto a partir das Cantigas de Santa Maria*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, UNESP.
- HORA, Demerval/Stella Telles/Valéria N. de Oliveira Monaretto (2007): “Português brasileiro: uma língua de metátese?”, *Letras de Hoje*, 42, 2, 178-196.
- HORA, Demerval/Camilo Rosa Silva (2010): *Para uma história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa (PB): Ideia/Editora Universitária.
- HOSOKAWA, Antonieta Buriti de Souza/Priscila Souza da Silva (2010): “Harmonização vocálica do /e/ e do /o/ no município de Rio Branco – Acre”, *Cadernos do CNLF*, XIV, 4, t. 3, 2715-2727.
- KELLER, Tatiana/Evellyne Costa (2014): “A instabilidade das vogais pretônicas em cartas pessoais do Rio Grande do Sul do século XIX”, *Sociodialeto*, 4, 12, 61-72.
- KLUNCK, Patrícia (2007): *Alçamento de vogais médias pretônicas sem motivação aparente*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, PUCRS.
- LABOV, William (1972): “On the mechanism of linguistic change”. In John Joseph Gumperz/Dell Hymes (eds), *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. Nova York: Hold, Rinehart and Winston.
- LASS, Roger (2000): *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEÃO, Jozé Barboza (1878): *Representação à Academia Real das Ciências sobre a reforma da ortografia*. Imprensa Nacional: Lisboa.
- LIMA, Alexandre Xavier (2014): *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UFRJ.
- MAGALHÃES, José (2013): “Alçamento das vogais pretônicas nos séculos XVIII e XIX”, *Revista do GELNE*, 15, 31-48.

- MARQUILHAS, Rita (2000): *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989): “Diversidade e unidade: a aventura linguística do português”, *Revista Icalp*, 11, 60-72/12-13, 12-27. <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/diversidade.pdf>.
- MELO, João Chrysostomo do Couto e (1818): *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Régia.
- MONARETTO, Valéria N. de Oliveira (2005): “O estudo da mudança do som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica”, *Letras de Hoje*, 40, 3.
- MONARETTO, Valéria N. de Oliveira (2013). “O alicamento das vogais médias pretônicas /e/ e /o/ sem motivação aparente: um estudo em tempo real”, *Fragmentum* 39, 18-28.
- MONTGOMERY, Michael (2007): “Variation and historical linguistics”. In Robert Bailey/ Ceil Lucas (eds.), *Sociolinguistic variation, theories, methods, and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NASI, Roberto Francisco (2012): *Variáveis fonológicas em jornais gaúchos do século XIX*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, UFRGS.
- NASI, Roberto Francisco (2016): *Elevação de vogais médias pretônicas no português sul-rio-grandense: retrato oitocentista e alternativa de interpretação do grafema como indício fonético/fonológico*. Porto Alegre, Tese de Doutorado, UFRGS.
- OLIVEIRA, Klebson (2006): *Negros e escrita no Brasil do século XIX – sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Salvador, BA, Tese de Doutorado, UFBA.
- REZENDE, Fernanda Alvarenga/José Sueli Magalhães (2011): “O sistema vocálico pretônico do Triângulo Mineiro – enfoque sobre as cidades de Coromandel e Monte Carmelo” *Horizonte Científico*, 5, 2.
- ROMAINE, Suzanne (1982): *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SALVATERRA MAGALHÃES, Anderson (2012): “Concepções de trabalho e a organização identitária de São Paulo: um enfoque dialógico-enunciativo da construção dos sentidos em uma primeira página da folha de S. Paulo”, *Revista Intercâmbio*, XXV, 224-242.
- SANTOS, Keter (2013): *Teu amigo certo, Júlio de Castilhos – Correspondência interna*. Porto Alegre: Edijuc.

- SCHNEIDER, Edgar (2002): "Investigating variation and change in written documents". In Jack Chambers/Peter Trudgill/Natalie Schilling-Estes (eds.), *The Handbook of language variation and change*. Oxford/Malden, MA: Blackwell, 67-96.
- SCHWINDT, Luiz Carlos (1995): *A harmonia vocálica em dialetos do sul do país: uma análise variacionista*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, PUCRS.
- SCHWINDT, Luiz Carlos (2002): "A regra variável de harmonização vocálica no RS". In Leda Bisol/Cláudia Brescancini, *Fonologia e variação, recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 161-182.
- SILVA, António de Morais (1813): *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacérdina.
- SILVA, Ailma (2009): *As pretônicas no falar teresinense*. Porto Alegre, Tese de Doutorado, PUCRS.
- SILVA, Márcia Eliane da (2012). *O alicamento das vogais médias pretônicas na fala de São José do Norte/RS: harmonia vocálica*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, UFRGS.
- SILVA, Wildinara K. Luiz da (2013): *Caracterização linguística do oeste goiano: o uso variável das vogais médias pretônicas na fala de Iporá/GO*. Goiânia, Dissertação de Mestrado.
- TARALLO, Fernando (1983): *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Pensilvannya, Tese de Doutorado, University of Pensilvannya.
- TELLES, Célia Marques (2014): "Reflexos de fala na escrita no Livro Velho do Tombo". In: José Sueli Magalhães (ed.), *Fonologia*. Uberlândia: EDUFU, 91-116.
- TENANI, Luciani/Ana Amélia Menegasso Silveira (2008): "O alicamento das vogais médias na variedade culta do noroeste paulista", *Alfa*, 52, 2, 447-464.
- WHITNEY, William Dwight (1874⁵): *Language, and the study of language: twelve lectures on the principles of linguistic science*. Nova York: Scribner/Armstrong & Co.

Documentos impressos e manuscritos

- A Gazetinha* (Porto Alegre, 15 e 22 de novembro de 1891). Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Album de Domingo* (Porto Alegre, 1878). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

America (Rio Grande, 7 de novembro 1870). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

Correio Mercantil (Pelotas, 8 de maio de 1879). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

Correio do Sul (Porto Alegre, 19 de outubro de 1852). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

Echo do Palmar Século (Santa Vitória do Palmar, 31 de dezembro de 1892). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

O Brado do Sul (Pelotas, 17 de março de 1860). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

O Século (Porto Alegre, 2 de novembro de 1884). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

O Pharol (Porto Alegre, 2 de setembro de 1897). Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS, Brasil.

Carta de *Carolina Prates de Castilhos ao seu filho Júlio* (São Martinho, 25 de julho de 1894). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

(Página deixada propositadamente em branco)

MARIZETE BORTOLANZA SPESSATTO

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/Universidade do Estado de Santa Catarina*¹

spessatto.mari@gmail.com

ORCID: 0000-0003-0213-833X

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTO
DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: O CASO DA
INTERFERÊNCIA DE DIALETOS ITALIANOS NA
FALA EM PORTUGUÊS EM SANTA CATARINA-BRASIL**

**TEACHING PORTUGUESE LANGUAGE IN A CONTEXT
OF LANGUAGE VARIATION: THE INTERFERENCE
OF ITALIAN DIALECTS IN SPOKEN PORTUGUESE
IN SANTA CATARINA-BRAZIL**

RESUMO: Este trabalho discorre sobre a relação entre ensino e variação linguística, por meio da análise das ações de educadores diante da presença em sala de aula de um fenômeno em variação socialmente estigmatizado (Spessatto, 2011). A comunidade na qual se encontra a escola, no interior de Santa Catarina-Brasil, mantém características culturais e linguísticas de descendentes de italianos, com uma acentuada interferência da coíné vêneta (constituída por uma mescla de dialetos do norte da Itália, especialmente o vêneto) na fala em português. Essa interferência se evidencia em aspectos lexicais, mas, sobretudo, em um fenômeno de variação fonológica que leva à produção de tepe em contextos de vibrante múltipla, o que contraria o padrão fonológico do português brasileiro. Bastante comum na região em estudo, esse fenômeno em variação enfrenta o preconceito social. Na análise das ações dos professores, observamos uma lacuna entre a concepção desses acerca do fenômeno em variação e as ações que desenvolvem em sala de aula. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de formação dos educadores para que compreendam e oportunizem aos estudantes a compreensão da diversidade linguística, destituindo-se do preconceito e tornando os estudantes competentes no uso das variedades de prestígio do português brasileiro.

Palavras-chave: educação linguística, português no Brasil, ensino de língua materna

¹ Bolsista PNPd/CAPES-Brasil.

ABSTRACT: This paper discusses the relationship between teaching and linguistic variation by analyzing how educators act when faced by the presence in the classroom of a phenomenon in socially stigmatized variation (Spessatto, 2011). The community in which the school is located, in the interior of Santa Catarina-Brazil, retains the cultural and linguistic characteristics of descendants of Italians, with a marked interference of Venetian *koiné* (consisting of a mixture of dialects of the north of Italy, especially Venetian) in spoken Portuguese. This interference is seen in lexical aspects, but mostly in a phenomenon of phonological variation that leads to tepe production in contexts of multiple vibration, which is contrary to the phonological pattern of Brazilian Portuguese. Quite common in the region under study, this changing phenomenon faces social prejudice. In the analysis of teachers' actions, we noted a gap between the teachers' conception regarding the phenomenon in variation and their actions in the classroom. The results of the research indicate that educators should be trained so that they understand and can then enable students to understand linguistic diversity, thereby eliminating prejudice and giving students the skills to use the prestigious forms of Brazilian Portuguese.

Keywords: linguistic education, Portuguese in Brazil, mother tongue teaching

1. Introdução

Dentro de um barquinho de papel, a longa viagem se refaz. Nele ficou mais fácil cruzar o *grande rio*, chegar a terras distantes e recomeçar a vida. Nas imagens apresentadas no pátio de uma escola pública de periferia, no oeste do estado de Santa Catarina, parte da história da imigração italiana para o sul do Brasil é ressignificada. Nos tropeços da exposição por descendentes de quinta ou sexta gerações de imigrantes, o Atlântico vira rio e o navio, barquinho. Abandono das famílias, mortes a bordo e os receios da chegada a uma terra estranha ficam ofuscados pelos risos provocados pelo que há de cômico em um barco de papel cobrindo parte do corpo de um menino que o segura pelas mãos, nele imerso até a altura da cintura. A tentativa de reaproximação com o passado inclui a presença de palavras da *coiné vêneta*² no contar da

² A *coiné vêneta* possui estrutura fonológica, morfológica e lexical *vêneta* com características estruturais dos dialetos *vicentino*, *padovano*, *trevigiano* e *feltrino-bellunese*, mais a influência dos dialetos *lombardos* e do *português* (Frosi, 1987: 147). A *coiné* teve grande representatividade na fala da população da chamada Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul-RCI, muita da qual migrou mais tarde para o oeste de Santa Catarina, foco deste trabalho (Frosi/Mioranza, 1983: 111). Ao longo deste trabalho, quando se faz referência à interferência deste dialeto na fala em português, também é usada a denominação *dialeto vêneta*.

história por um narrador inibido, que fala com o rosto escondido pela folha de papel manuscrita na qual está o texto da peça.

A apresentação, feita no primeiro semestre de 2008³, organizada sob o acompanhamento de um dos professores do quadro docente daquele ano, faz a conexão entre história e língua. Uma associação também presente neste trabalho que discorre sobre um fenômeno em variação linguística que caracteriza uma comunidade de falantes do português brasileiro. A análise da variação não pode ser feita sem que o processo histórico que a constitui seja, mesmo que brevemente, recuperado e compreendido para, em seguida, analisar-se como (e se) a escola intervém diante desse processo.

Esta análise atém-se a um fenômeno específico de variação linguística, marcado pelo uso de tepe⁴ em contextos de vibrante múltipla, que constitui o falar de comunidades caracterizadas pela predominância de descendentes de italianos no sul do Brasil e, nesse recorte, foi selecionada uma região da cidade de Chapecó⁵, no oeste de Santa Catarina, conhecida pelas manifestações de valorização da cultura italiana deixadas pelos migrantes e seus descendentes. Na escola definida como campo da pesquisa e na qual foram coletados os dados aqui em análise, há a predominância de sujeitos de descendência italiana sobre o grupo escolar, em mais de 80%, de acordo com os registros escolares. O nome da escola também presta uma homenagem a um

³ Os dados empíricos e análise apresentados neste trabalho retomam parte dos resultados da tese de doutorado *Variação Linguística e Ensino: por uma Educação Linguística Democrática*, defendida pela autora deste artigo junto à Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, em 2011.

⁴ Tepe indica o som de “r” produzido quando a ponta ou lâmina da língua se levanta horizontalmente e bate na área alveolar. Por exemplo, o som de *areia* e *prato* é produzido em português do Brasil geralmente como tepe. Tepes são também denominados de vibrantes simples, por serem produzidos com apenas uma batida em um articulador, em oposição à vibrante múltipla “R” que é produzida com várias batidas (Callou/Leite, 2000). Para efeitos de padronização, adota-se neste trabalho a convenção de /r/ para indicar a produção de tepe e de /R/ para a realização de vibrante múltipla. Assim, nas transcrições das falas dos sujeitos entrevistados, será usada essa codificação para marcar as produções da vibrante, da seguinte forma: [rua] e [karo], quando o informante usar a vibrante múltipla ou [rua] e [karo] quando o informante usar o tepe. A vibrante em outros contextos como em encontro consonantal (*prato*), coda silábica (*corda*) e final de palavra (*ensinar*) não será marcada.

⁵ Foram omitidos os nomes da escola e das comunidades/bairros nos quais os sujeitos habitam. Por outro lado, como este trabalho é proveniente de um estudo de tipo etnográfico, procurou-se inserir o maior número de informações possíveis sobre o contexto da pesquisa, assegurando aos leitores a compreensão do cenário no qual a variação linguística está sendo analisada.

colonizador italiano, nascido no Rio Grande do Sul, em 1902, e que passou a habitar no município em 1927, construindo o primeiro prédio da escola da comunidade, em 1933.

Como a coleta de dados envolveu um estudo longitudinal, foi acompanhada uma turma de sétimo/oitavo ano escolar ao longo dos anos de 2008 e 2009 (em 2009, o grupo encerrou as atividades na escola, concluindo o Ensino Fundamental⁶). Os vinte estudantes tinham, durante o período da coleta de dados, idade entre 12 e 16 anos. Nove deles viviam em uma mesma comunidade rural e os demais em dois bairros da periferia da cidade, vizinhos à escola na qual estudavam.

Em acompanhamento do cotidiano da escola, averiguou-se a relação entre a posição adotada pelos educadores frente à variação em estudo na fala dos estudantes e a preservação dessa variedade linguística em um grupo de adolescentes. Em relação à presença do fenômeno em variação linguística, a análise quantitativa dos dados linguísticos mostrou, em primeiro lugar, uma acentuada variação na fala dos estudantes, que produziram tepe em 76% dos contextos de vibrante múltipla tanto em início de palavra, como em *Roma*, quanto em posição intervocálica de vibrante múltipla, como em *terra*. Observou-se, ainda, uma lacuna entre a concepção dos educadores acerca do fenômeno em variação e as ações que efetivamente desenvolvem em sala de aula. Embora os educadores tenham afirmado, em entrevista, a existência de preconceito social em relação à variedade da qual os alunos são detentores, não foram identificadas ações efetivas em sala de aula na explicitação das questões sociais, históricas e políticas que envolvem a variação linguística.

Faz-se, a seguir, a retomada do percurso histórico da imigração italiana para o Brasil e da interferência dos dialetos trazidos pelos imigrantes na fala em português desse grupo étnico e dos demais brasileiros em seu entorno.

⁶ Em fevereiro de 2006, a lei federal 11.274 modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil, estabelecendo a ampliação de oito para nove anos deste nível de ensino. A lei prevê que as crianças iniciem o Ensino Fundamental com seis e não mais com sete anos de idade, finalizando esse nível de ensino aos quatorze anos (www.mec.gov.br). Como a adequação das escolas municipais, estaduais e da rede privada foi estipulada até o ano letivo de 2010, o grupo em estudo concluiu o Ensino Fundamental com o oitavo ano.

2. Migração italiana para o Brasil e as interferências linguísticas no português brasileiro

Mesmo não ocupando uma posição prioritária como destino do contingente migratório, o Brasil acolheu um número significativo de italianos. Foram cerca de um milhão e quatrocentos mil no período de 1880 até 1920 (Manenti, 1987: 397)⁷. O Brasil tinha, no período, grande interesse em receber os europeus que procuravam recomeçar a vida em uma nova pátria. Uma das principais razões para o estímulo à imigração estava na abolição da escravidão (Franzina, 1987). Com a abolição, a mão de obra negra deixou de servir ao capital. Havia um forte preconceito quanto ao modo de vida, crenças religiosas e tradições dos negros, sendo esse o fator que levou à busca de uma nova leva de trabalhadores, dessa vez, livres e europeus. A condição de liberdade, no entanto, não privou os italianos de enfrentarem um quadro de grandes dificuldades, não muito diversas daquelas pelas quais passaram os africanos trazidos para o país na condição de escravos (Truda, 1925, *apud* Frosi, 1987).

No Rio Grande do Sul, aponta Frosi (1987), os italianos tiveram o papel de ocupar áreas que estavam abandonadas, além de garantir a inviolabilidade da fronteira meridional. Assim como ocorreu em outras regiões brasileiras que serviram como destino para os imigrantes, também nesse estado, cita Frosi (1987), foram grandes as dificuldades enfrentadas, especialmente pela falta de infraestrutura tanto para moradia quanto para o trabalho na lavoura ou para o escoamento da produção.

Em relação à imigração vêneta, o estado fechou definitivamente as portas em 1914, período da Primeira Guerra Mundial. Desse período em diante, fortaleceu-se um novo processo migratório. Devido às condições socioeconômicas e à necessidade de encontrar novas terras produtivas, por volta de 1920 deu-se a expansão das colônias italianas para os outros estados do Sul brasileiro (Frosi, 1987).

⁷ Embora com pequenas diferenças, essa é a estimativa de imigrantes que entraram no país, segundo diferentes autores. Balhana (1987: 120) aponta que, até 1914, o Brasil recebeu 1.356.394 italianos.

É assim que se constitui a comunidade apresentada neste artigo, situada na cidade de Chapecó, no oeste de Santa Catarina. A constituição geográfica talvez os tenha atraído, já que não difere em muito das áreas do vizinho estado do Rio Grande do Sul em que habitavam e das cidades do norte italiano, de onde os antecessores vieram. O grupo trouxe na bagagem costumes e tradições e, também, as características linguísticas definidas pela interferência dos dialetos italianos na fala em português.

Quanto às condições linguísticas, os italianos que migraram para o Brasil eram em sua quase totalidade analfabetos e não dominavam o italiano, língua oficial, após o primeiro movimento de imigração em massa. Dessa forma, eles trouxeram na bagagem apenas os dialetos de suas regiões de origem, dando surgimento à *coiné* vêneta, como aqui já descrito. Em solo brasileiro, foram, assim como outros grupos de imigrantes, alvo da Campanha de Nacionalização⁸, que proibiu o uso das línguas estrangeiras em território nacional, levando ao fechamento de escolas e até à prisão daqueles que desrespeitassem essa determinação, usando línguas estrangeiras (maternas para eles, até então).

A partir da Campanha de Nacionalização e em seguida com a Segunda Guerra Mundial, falar os dialetos italianos trazidos pelos imigrantes (assim como as outras línguas de imigração) passou a ser visto como algo não-patriótico. Daí foi um passo para serem considerados *feios*, especialmente porque remetiam ao contexto rural do qual provinham e para o qual se destinaram os imigrantes, na Itália chamados de *contadini*⁹ e, no Brasil, de *colonos*¹⁰.

⁸ A Campanha de Nacionalização fez parte do período político chamado de Estado Novo (1937-1945), no governo do presidente Getúlio Vargas, que visava a constituição de uma identidade nacional, o que passava por *nacionalizar* os imigrantes chegados ao país desde o final do século anterior.

⁹ O verbete *contadino* tem, em italiano, duas funções: a de substantivo, significando ‘camponês’, ‘aldeão’, ‘lavrador’; e de adjetivo (‘camponês’ ou ‘rústico’) (Mea, 2007: 255).

¹⁰ O substantivo *colono* refere-se, em português, ao habitante de colônia, lavrador que trabalha em terra alheia (Houaiss/Villar, 2001: 98). Porém, no uso cotidiano, é empregado com sentido pejorativo. Exemplifica-se com o seguinte depoimento, coletado do diário de campo elaborado nos anos de 2008/2009 na pesquisa que deu origem a este artigo: “*Aff, aff*, eu não aguento esse *aff*. Não entro mais no MSN por causa desse *aff*. A cada trinta palavras uma é *aff*, qualquer colono fala *aff*” (Ana Maria, 24/08/2009). Dessa forma, é empregado o termo *colono* não apenas no sentido original de ‘habitante das colônias’, mas, sobretudo, no sentido de ‘lavrador’, ‘trabalhador da roça’, em oposição ao habitante urbano (Margotti, 2004: 02).

A ameaça aos que falavam línguas estrangeiras gerou um sentimento de inferioridade, especialmente porque o fato de falar outras línguas, até então comuns em contexto familiar e comunitário, passou a ser visto como um sinônimo de negação da condição de brasileiros. Isso explica porque, com o passar do tempo, especialmente a partir da metade do século passado, os dialetos italianos já não foram mais ensinados aos filhos e, também, evidencia o motivo do preconceito repassado às características desses dialetos incorporadas pelo grupo à fala em português.

Pesquisas realizadas com falantes descendentes de italianos residentes em áreas urbana e rural do oeste de Santa Catarina, iniciadas nos anos 1990¹¹, apontam que, nessa região, uma característica, em específico, marca a fala do grupo: esses falantes praticamente não fazem distinção entre a vibrante múltipla /r/ e o tepe /r/. A inexistência das geminadas é uma das características que diferenciam, também na Itália, o vêneto do italiano oficial¹². Dessa forma, entre os imigrantes e seus descendentes, na fala em português, produz-se *caro* tanto para designar o preço de um eletrodoméstico quanto para referir-se ao veículo estacionado na garagem.

Embora esse fenômeno em variação, foco de análise neste texto, seja bastante comum na região em estudo, enfrenta o preconceito social em diferentes contextos. Por um lado, há um discurso explícito de negação da variação em espaços públicos e, por outro, observa-se que a variação característica desse grupo étnico se manifesta de diferentes formas e em falantes de diferentes níveis de ensino.

A pesquisa desenvolvida por Freitas (2006) com estudantes dos anos finais do ensino fundamental na região aqui em análise mostra que esse fenômeno em variação não apenas aparece na oralidade como apresenta reflexos na escrita, em contextos de vibrante múltipla em posição intervocálica, quando há a exigência gráfica de *rr*, como na palavra *bairro*. A pesquisa de Melo (2007) evidenciou também a presença do tepe em contextos de vibrante múltipla na fala de estudantes de graduação. Os informantes da pesquisa disse-

¹¹ Realizadas a partir do Projeto VARSUL – Variação Linguística na Região Sul do Brasil, que conta com a participação de universidades do sul do país.

¹² Cf. Frosi/Mioranza (1983); Margotti (2004).

ram à pesquisadora sofrerem preconceito tanto por parte dos colegas como dos professores por serem detentores dessa variação, mesmo tendo passado mais de 11 anos na escola (somando-se ensino fundamental e médio), sem terem sido alertados para o estigma relacionado à variante da qual são usuários, nem no sentido de *correção*, nem na reflexão para que tenham argumentos para explicitar o uso dessa variante (/r/ para /R/) relacionado a questões familiares, étnicas e históricas. Em pesquisa desenvolvida com professores da educação superior da região (Spessatto, 2007), esses educadores informaram ser comum a presença do fenômeno em variação entre os universitários.

Diante desses dados, observamos que, em relação ao fenômeno específico em variação linguística em análise, o sistema escolar, na maioria das vezes, não possibilita aos sujeitos a apropriação da variante fonológica de prestígio, marcada pela diferenciação entre os usos da vibrante múltipla/tepe, em contextos de início de palavra (*rua*) e posição intervocálica de contexto de vibrante múltipla (*carro*) para uso em situações formais de comunicação. Esses dados justificam a proposta de análise, a ser apresentada na seção que segue.

3. A variação linguística em espaço escolar

“Ai, *Dio*, por que estudar?”, reclama a estudante (Eduarda, 07/04/09¹³). A cabeça apoiada em uma das mãos, com a outra lentamente traça algumas anotações enquanto os olhos fazem o movimento do quadro cheio à folha do caderno praticamente em branco. “*Ma* simplifica por oito, *ciò! Mà porco can!*”¹⁴, exclama o menino diante da dificuldade do colega em resolver uma equação matemática (Elvis, 26/08/09). “Singular, *mamma mia!* Tão custando a cair a ficha hoje! Quem é que ‘*tá* narrando?”, reclama a professora ao perceber

¹³ A fim de preservar a identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, foram criados pseudônimos que dão autoria aos depoimentos de alunos e professores ao longo do trabalho. A data apresentada na sequência indica o dia do registro no Diário de campo ou de gravação da entrevista, dependendo de cada caso.

¹⁴ “*Ma porco can!*”: manifestação bastante comum entre os descendentes de italianos residentes no Brasil. Segundo Stawinski (1987), as palavras *can* (cão) e *porco* (porco) entram na composição de inúmeras exclamações e blasfêmias proferidas pelos descendentes de italianos que habitam o Rio Grande do Sul.

as dúvidas do grupo em uma questão de interpretação de texto (professora Lúcia, 05/10/09). Assim, em manifestações espontâneas como essas, foram registradas interferências lexicais da coíné vêneta na fala em português dos estudantes e dos professores do grupo em estudo.

Em situações do cotidiano da sala de aula ou de eventos culturais realizados na escola, no período de 2008/2009, a ascendência italiana da maioria das pessoas que vive na comunidade sempre foi colocada em destaque. Assim também o foi nas entrevistas de estudantes e professores da turma, gravadas em diferentes períodos do desenvolvimento da pesquisa de campo. “Aqui tudo é italiano, a gente é italiano, que nós é ... como se diz, vamos continuar nossa história, não vamos deixar para trás”, afirma um estudante ao descrever a comunidade onde mora (Leandro, entrevista gravada em 05/12/2009). “Eles têm uma tradição italiana, eles trazem já de berço essa língua que vem para a escola e eles são também ajudados pelos pais, são cobrados e por isso são uma turma bem melhor de trabalhar, com mais educação, mais respeito”, afirma uma das professoras ao descrever a turma durante entrevista (professora Lúcia, entrevista gravada em 11/12/2009).

Essa associação feita entre cultura e língua pode ser uma das razões pelas quais, como será apresentado na sequência, os professores não intervêm na presença do fenômeno em variação na fala dos estudantes, mesmo que eles mesmos, como será apresentado adiante, vejam com preconceito essas características linguísticas do grupo. O fato pode evidenciar, desde já, as lacunas na formação de professores quanto ao papel da escola na formação linguística dos sujeitos que por ela passam.

Pesquisas desenvolvidas a partir da perspectiva sociolinguística têm investigado a posição dos educadores diante da variação linguística em sala de aula. Bortoni-Ricardo (2004: 38) categoriza as ações adotadas pelos professores frente à realização de uma regra não-padrão na fala de estudantes. Para a autora, são quatro as atitudes mais comuns dos professores em casos de variação linguística em sala de aula:

- 1) O professor identifica erros de leitura, mas não faz distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação, ou seja, não intervém para corrigir o aluno.

- 2) O professor não percebe o uso de regras não-padrão, ou porque não está atento ou porque ele próprio usa-as na sua linguagem.
- 3) O professor percebe o uso de regra não-padrão, mas acha melhor não intervir para não constranger o aluno.
- 4) E, por último, o professor percebe o uso dessa regra, não intervém, mas em seguida repete a fala da variante-padrão (Bortoni-Ricardo, 2004: 38).

Compartilha-se com a autora a opinião de que qualquer intervenção desrespeitosa aos conhecimentos linguísticos dos alunos é pior do que a não-intervenção diante da presença da variação. Por outro lado, se a escola não propicia aos sujeitos que por ela passam a aproximação com as variedades de prestígio, isso significa que não está oportunizando a todos condições iguais de acesso ao capital cultural que se manifesta no domínio de uma variedade socialmente prestigiada e exigida em muitos contextos de comunicação, especialmente os formais e, entre eles, aqueles que exigem o uso da modalidade escrita. A partir da categorização feita pela autora, segue-se para a análise das ações adotadas pelos professores diante da variação linguística em sala de aula.

3.1. O professor interlocutor e a oferta da variante de prestígio

Não foi identificada na observação das aulas, de acordo com o que foi apresentado anteriormente, nenhuma discussão específica acerca da presença da variação linguística na fala dos estudantes (e da comunidade na qual vivem). Diante disso, uma forma para que eles visualizem a existência de regras para a produção da vibrante (/r/ e /ʀ/) se dá pelo uso dessa variante pelos professores. Foram observadas situações nas quais isso acontece, em sala de aula, ou seja, o professor percebe o uso da regra não-padrão, não intervém, mas em seguida complementa usando a variante adequada ao contexto:

Carlos: Dentro dos rios [rio].

Professor Joelson: Dentro dos rios [rios], nas redes [redes] de esgoto. (Aula de 11/02/09)

Jandira: Cortar as raízes [**raízes**]?

Professor Matheus: Se eu cortar a raíz [**raíz**], aquela desapareceria. (Aula de 26/08/09)

Jandira: E de Religião [**religião**] também?

Professor Saulo: Religião [**religião**], enfim, são todos primos. (Aula de 26/08/09)

A oferta da variante de prestígio, na sequência da produção do aluno, segundo Bortoni-Ricardo (2004), é uma das atitudes comuns dos professores diante das manifestações de variação linguística em sala de aula. Segundo a autora, uma das estratégias é «o professor percebe o uso dessa regra, não intervém, mas em seguida repete a fala na variante padrão» (Bortoni-Ricardo, 2004: 38).

A posição assumida pelos educadores nos casos descritos acima se configura como o reconhecimento em relação à variação, mas não parece cumprir a função de levar à apropriação da variante pelos estudantes. Especialmente porque essas ações resumem-se a alguns e não a todos os episódios nos quais há o uso da variante em análise. Na maioria dos casos nos quais houve a presença da variação linguística em sala de aula, o que registramos foi a não-intervenção dos professores. É para esses casos que será voltada a atenção, nas seções que seguem, considerando que quando há simplesmente a oferta da variante de prestígio, a atitude responsiva ativa do professor segue o sentido da substituição, pela não aceitação da forma estigmatizada, sem que haja uma manifestação explícita ou censura revelada.

3.2. O professor interlocutor, a continuidade do diálogo e a não-referência à variação

Nesta subseção, são apresentados alguns dos eventos nos quais os professores não fizeram nenhum tipo de intervenção diante da presença da variação linguística na fala dos alunos. Ao dar continuidade ao diálogo com o estudante produtor do enunciado, sem chamar a atenção para o emprego de uma forma desprestigiada, Bortoni-Ricardo (2004: 38) identifica duas posições do

educador. Segundo a autora, ou ele não percebe o uso de regras não-padrão por não estar atento ou por ele próprio usá-las na sua linguagem ou, então, toma essa opção, para não constranger o aluno.

Analisando as ações dos professores, em diferentes contextos da aula, ao longo dos dois anos de observação, reconhecem-se as diferenças entre as duas categorias de ações. Porém, optou-se por não diferenciá-las porque se considera que as razões para a não-manifestação dos professores não modificam o resultado final: a manutenção, na fala dos estudantes, da variedade linguística característica da comunidade, sem a apreensão de uma nova variedade, aquela detentora de prestígio social. A opção também foi feita para evitar a exposição dos professores, quando esses também fazem uso da variante desprestigiada.

Nos casos relatados abaixo, procura-se evidenciar como se dá a continuidade do diálogo, diante da presença da variação na fala dos estudantes:

Diana: Eu acho que tá errada [**erada**].

Professor Matheus: No livro já está dito. (Aula de 05/05/08)

Carlos: Tem que aprender agora para não se arrepender [**arependê**].

Professora: Com certeza. (Aula 11/02/09)

Jandira: Pode ser faxineiro de rua [**rua**]?

Professora Lúcia: Se você quiser colocar gari, tudo bem. (Aula de 06/04/09)

Professora Maura: O líder foi Hitler.

Carlos: Que morreu [**moreu**].

Professora Maura. É, que se suicidou. (Aula de 05/10/09)

O que os exemplos apresentados evidenciam é que, quando há continuidade do diálogo entre professor e estudante, após o uso da variante desprestigiada em sala de aula, a questão linguística não entra em discussão. Na seção seguinte, são apresentados os casos nos quais a produção da variante em análise é seguida de silêncio, com a não-continuidade do diálogo entre professor e aluno.

3.3. O professor interlocutor que não se manifesta diante da variação linguística: a não-continuidade do diálogo

A sala de aula é um espaço dinâmico no qual as ações ocorrem para além do planejado. Interação preocupada com conteúdos, ruídos externos, atividades culturais, discussões entre colegas e assim por diante. Nesse movimento, encontra-se o educador, um mediador sempre em ação, mesmo quando fica em silêncio. É o que ocorre quando não há uma resposta oralizada do professor diante da variação linguística utilizada pelos estudantes. Nos eventos descritos abaixo, o professor não intervém diante da presença da variação, dando continuidade às atividades de sala de aula, sem retomar os enunciados dos estudantes:

Juliano: Alguém faz o risco **[risco]** pra eu, aqui!

(Estão em aula de Artes, o professor não responde e o aluno procura ajuda passando pelas carteiras) (Aula de 05/05/08).

Eduarda: Você fez a rosa **[rosa]**? Ficou legal? A minha ficou *tudo* errado **[erado]**.

(Fala para uma colega) (Aula de Inglês, 16/05/08).

Muitas vezes, não há uma resposta do professor, nem mesmo quando o discurso do estudante é voltado diretamente a ele, como nos dois casos apresentados abaixo:

Jandira: Tu não corrigiu **[curigiu]** a C da 4 (fala para o professor, que continua passando as operações matemáticas no quadro) (Aula de 16/05/08).

Lauro: É a resposta **[resposta]**. Se tu não colocar numa prova a conta tá errada **[erada]**.

(O professor continua fazendo os cálculos no quadro) (Aula de 08/08/08).

Nesses casos, o silêncio do professor diante das manifestações dos estudantes diz respeito à presença da variante desprestigiada e, também, às questões específicas da disciplina que estavam em questão. É preciso que os estudantes interpretem como uma resposta do professor o desenvolvimento

das operações que ele fazia no quadro. A escrita e o silêncio, nesses casos, caracterizaram a resposta do professor.

Já nos exemplos a serem apresentados a seguir, os enunciados produzidos pelos estudantes são dirigidos para a turma, de um modo geral, incluindo colegas e professores. O primeiro caracteriza-se como um comentário a respeito do cotidiano doméstico, o segundo como um apelo para encontrar um objeto desaparecido, enunciado que também ficou sem resposta. Só o terceiro encontrou resposta na atitude de um colega, que atende ao pedido alcançando o objeto solicitado:

Elvis: Lá em casa não tem para onde correr [**corê**]. Se tu corre [**core**] para a rua [**rua**] te atropelam. Tem que correr [**corê**] dentro de casa. (O professor acompanha a conversa, enquanto aguarda a realização de trabalhos em grupos, mas não se manifesta) (Aula de 05/10/09).

Ana: Minha borracha [**boracha**], na sexta pegaram e não me devolveram mais. (Sala está em silêncio, mas ninguém responde) (Aula de 06/04/09).

João: Dá aqui pra eu. Eu não vou recortar [**recortá**] (Pedia papel para a confecção de cestas de Páscoa. É atendido por um colega, que passa o papel) (Aula de 09/04/09).

No exemplo que segue, mesmo em um diálogo com o professor, a manifestação do estudante na qual está presente o fenômeno em variação linguística em análise foi seguido de silêncio:

Professor Júnior: Mas credo, Eduarda, deixa eles se divertirem.

Débora: Mas, também, custava deixar a gente dar dez real [**real**] e ir junto?

(O professor não responde) (Aula de 03/12/09).

O exemplo abaixo foi registrado em dia de prova. Diante da sala em silêncio, a professora faz uma questão, de modo a resgatar nos alunos um conteúdo estudado e presente na avaliação. A pergunta é respondida com uma exclamação, uma avaliação de uma das estudantes e, ainda, com o emprego da variante desprestigiada. Mesmo com a turma em silêncio, não houve nenhuma

manifestação por parte da professora, nem mesmo para evitar o constrangimento diante da afirmação feita pela aluna:

Professora Maura: O que são imigrantes? O que os trouxe para o Brasil?

Eduarda: Quem não souber essa é burro [buro], mesmo! (Aula de 09/07/2009)

Em outra situação de sala de aula, o professor tentava explicar aos estudantes a diversidade fonética que caracteriza a língua inglesa. Possivelmente movido pela percepção da presença de uma maioria de descendentes de italianos na escola e, também, por alguma razão encontrando dificuldades no ensino da língua estrangeira, fez o comentário abaixo, que foi seguido por dois estudantes:

Professor Vilson: O italiano tem mais dificuldade de aprender o inglês. Os alemães mais facilidade porque são línguas irmãs.

Marcos: E os pretos?

Professor Vilson: Os pretos têm mais facilidade para entender inglês.

Débora: Então tá explicado porque eu sou burra [**bura**]. (Aula de 08/07/2009)

Mesmo tendo sido o estimulador do debate, o professor não fez nenhum tipo de comentário acerca da afirmação dos estudantes. Não esclareceu a questão feita pelo aluno (Marcos), ao estabelecer diferenças entre italianos, alemães e negros, nem rebateu a colocação da estudante (Débora), ao denominar-se *burra*, como conclusão do diálogo. Também não pareceu interessante ao professor explicitar, tornar claro o que queria dizer com a afirmação que abriu o debate, de que «o italiano tem mais dificuldade de aprender o inglês».

Ao mesmo tempo, o professor também se omitiu ao debate acerca da variação que caracteriza o falar da adolescente. Assim como não esclareceu as razões do que afirmou ser uma dificuldade no aprendizado da língua inglesa, não fez nenhum tipo de comentário acerca da variação no português, originada da interferência do italiano. Da mesma forma como o fizeram os demais

professores, nos exemplos apresentados anteriormente, apenas o silêncio encerrou o debate. Nesse jogo, os estudantes caminharam para a conclusão do Ensino Fundamental sem refletirem sobre a variedade linguística da qual são detentores.

Se a escola, como espaço de cultura, silencia-se diante das manifestações nas quais os estudantes fazem uso de uma variante desprestigiada, e esse silenciamento pode ser interpretado como um reforço à variedade da qual são usuários, o que dizer desse silêncio quando o emprego de uma variante fonológica desprestigiada se dá em eventos de leitura em voz alta? Nos exemplos encontrados dessa atividade no período de desenvolvimento da pesquisa de campo, não foi identificada nenhuma ação dos professores diante do emprego da variante /r/ em contextos de /R/, como nos casos apresentados abaixo:

Elvis: Fiquei parado, misturando perplexidade, terror **[teror]**, medo. (Fazendo a leitura do texto do livro didático) (Aula de Língua Portuguesa, 16/05/08).

Adiante, uma colega continua a leitura:

Jandira: Leva-nos a repensar **[repensá]** a realidade **[realidade]**. (Aula de Língua Portuguesa, 16/05/08).

E, assim, foram sendo passados os turnos de leitura, sem nenhuma manifestação da professora.

Nos exemplos abaixo, os estudantes colocaram-se em pé, de frente para os demais colegas e para a professora que conduziu a atividade explicando que as leituras mostrariam o resultado de uma estratégia de produção de textos, na qual cada estudante responde a seu modo uma questão (O quê? Quando? Como? Por quê?). Em seguida, as respostas das questões foram agrupadas, formando um texto desconexo, lido por integrantes de cada um dos grupos:

Débora: E quando ela chegou lá tinha um cachorro **[cachoro]** sentado em cima do banco e ela deu o nome do cachorro **[cachoro]** de Bobi. (Aula de 10/07/2009)

Jandira: Aí saí correndo **[corendo]** para a casa da titia. (Aula de 10/07/2009)

Elvis: Chegou *em* um lugar e se assustou: era um terreno [tereno] baldio com um pouco de mato. (Aula de 10/07/2009)

A professora interveio apenas diante de um caso de problema de decodificação:

Suzana: E eu tive que fazer sozinha o trabalho de Artes para *entegrar, etregar....*

Professora: Entregar!

Suzana: ... no dia 30. (Aula de 10/07/2009)

A curiosidade gerada pelo inusitado presente em cada um dos textos fez com que a turma acompanhasse em silêncio, rindo em alguns momentos. A professora interveio apenas ao final, quando solicitou que, aos textos, fossem inseridos conectivos para torná-los coerentes.

Foram registrados eventos nos quais os alunos apresentam trabalhos feitos em uma aula de história sobre o Nazismo e o Fascismo. Para a apresentação, feita em duplas, os estudantes foram à frente da sala, segurando nas mãos cartazes feitos em papel pardo:

Luís: O Benito Mussolini, ele queria ficar cada vez com mais poder, então ele foi falar com o rei [rei] da Itália. (Aula de 28/08/2009)

Juliano: Na Primeira Guerra [guera] Mundial a Alemanha nazista sofreu muito, porque *tocou de* entregar muitas terras para outros países no Tratado de *Varsalbes* (sic). (Aula de 28/08/2009)

Dos registros da oferta da variante de prestígio em fala posterior à do aluno, única interferência feita pelos professores diante do emprego da variante estigmatizada (/r/ em contextos de /R/), nenhum deles esteve relacionado à produção da variante durante a leitura em voz alta. Esperar-se-ia que os educadores estivessem mais atentos à presença da variação nos eventos de leitura e, nesses, alertassem os estudantes acerca da variação existente entre

tepe e vibrante múltipla, em função dos contextos de emprego de cada uma delas, no padrão fonológico da língua portuguesa.

Como as intervenções voltadas especificamente à linguagem nos eventos de leitura só se dão em casos de problemas de decodificação (*integrar* para *entregar*, por exemplo), os estudantes passam a assumir os demais traços característicos da comunidade como os mais prestigiados, incluindo a produção do tepe em contextos de vibrante múltipla, que marca a variação característica da comunidade. É um quadro que ajuda a entender a alta incidência de tepe (76%) em contexto de vibrante múltipla na fala dos estudantes¹⁵.

Os resultados da análise das ações dos educadores diante da variação linguística em sala de aula diferem do que apresenta Bortoni-Ricardo (2006). Para a autora, o padrão de comportamento do professor diante do uso de regras não-padrão pelos alunos depende do tipo de evento em que elas ocorrem, sendo mais presentes em eventos de leitura, os mais monitorados em relação ao uso da língua em sala de aula: «Como regra geral, observamos que quase nunca os professores intervêm para corrigir os alunos durante a realização de um evento de oralidade, que, como já vimos, são realizados sem exigência de muita monitoração» (Bortoni-Ricardo, 2004: 38).

Em entrevistas, foi perguntado aos professores se a influência da cultura italiana, característica da comunidade, aparecia, de alguma maneira, no cotidiano da sala de aula. Os seis professores entrevistados¹⁶ foram unânimes em responder que sim, há características próprias do grupo étnico no cotidiano da sala de aula. Desses, cinco apontaram diretamente a questão linguística como uma característica que diferencia a turma (e a escola como um todo) de outras nas quais trabalham ou trabalharam em anos anteriores. Apenas uma professora iniciou a descrição das características da turma destacando aspec-

¹⁵ Para a análise quantitativa, foi utilizado o programa estatístico VARBRUL (Pintzuk, 1988). Foi controlada a oposição na produção entre vibrante múltipla/tepe em contextos de início de palavra (produção de palavras como *rua*) e posição intervocálica em contextos de vibrante múltipla (em palavras como *carro*) em entrevistas gravadas com os 20 estudantes da turma em análise.

¹⁶ Foram entrevistados os seis professores que desenvolviam atividades com a turma no último semestre de 2009. Outros passaram pela turma nos dois anos da pesquisa, mas não estavam na escola na etapa final das atividades, por terem sido apenas professores substitutos ou terem mudado de escola.

tos gerais como “A maneira de ser, de tratarem o outro. Na maneira de ação deles, na maneira de agirem” (Professora Lúcia).

Um dos professores entrevistados, inclusive, apontou para o fato de que “apenas os que vêm de fora” percebem a diversidade na fala local, “eles estranham a nossa forma de falar. Então eu vejo assim, eu estou habituada nesse meio e às vezes a gente não percebe, não se dá conta porque nós estamos habituados a isso, mas aparece muito, pelos comentários do pessoal de fora” (Professora Suelen).

Até aqui, poder-se-ia avaliar como coerentes as ações dos educadores em sala de aula. Se existe o reforço das características positivas atribuídas à comunidade, de algum modo justifica-se a não-intervenção nas questões linguísticas que a caracterizam, conforme indicaram as análises já apresentadas. Como língua e identidade estão intrinsecamente relacionadas, poder-se-ia avaliar que, mesmo inconscientemente, os professores optam por não intervir diante da variação linguística em respeito à diversidade que constitui a comunidade. Labov (2008) afirma que as comunidades desenvolvem, além dos condicionamentos de classes sociais e castas, categorias mais concretas para situar os indivíduos. «Em comunidades rurais (ou em bairros periféricos), a identidade local é uma categoria de pertencimento extremamente importante – muitas vezes impossível de reivindicar e difícil de conquistar» (Labov, 2008: 343). Dessa forma, é justo que apenas *os que vêm de fora percebam a variação*, em uma paráfrase do que diz a professora.

Porém, a coerência entre discurso e prática dos educadores ficou fragilizada quando, ao longo das entrevistas, eles apontaram, de forma espontânea, (1) a consciência da existência da diversidade entre a variedade de prestígio da língua e a variedade falada na comunidade; (2) a certeza de que os estudantes enfrentarão a necessidade de mudar o seu modo de falar, ao se inserirem em outros contextos, como ao cursar o Ensino Médio fora da comunidade; e (3) a consciência de que há preconceito em relação à variedade que caracteriza o grupo, preconceito este evidenciado até mesmo no discurso de alguns professores.

Três dos seis professores da turma citaram especificamente a variação no uso do fonema vibrante como a principal característica que identifica o grupo, diferenciando-o dos estudantes de outras escolas nas quais trabalham/tra-

balharam. Como não havia sido identificada nenhuma situação de correção ou diálogo dos professores com os estudantes, em sala de aula, sobre essa questão, o fato foi visto com surpresa. Questionado sobre a existência ou não de características que remetem à questão étnica, entre o grupo, um dos professores afirmou:

Prof. Júnior: Tem na fala. Então, na dicção existe a dificuldade na pronúncia para eles pesa bastante, porque eles têm, sim, influência na dicção deles, né? O erre, então, para escrever, a influência dos dois erres é a principal, que mostra direitinho no texto quem tem o italiano bem presente na sua cultura. Trocam na hora de escrever, não escrevem com dois erres. A pronúncia, também, quando eles vão ler, é uma dificuldade enorme, mesmo eles sabendo. A gente fala, repete e eles não conseguem. É a dicção deles que é assim.

Entrevistadora: O quê, em relação à pronúncia?

Prof. Júnior: O erre arrastadinho: “O rato **[rato]** roeu **[roeu]** a roupa **[ropa]** do rei **[rei]** de Roma **[roma]**”.

Outro professor (Prof. Joelson) recuperou um fato, segundo ele, ocorrido em sala de aula, para exemplificar o que considera uma característica étnica do grupo, manifestada através do fenômeno em variação linguística:

Prof. Joelson: Esses dias eu estava na oitava série e um menino empurrou o outro e daí ele disse: “Para de me *empurá*”. E o outro “Fala direito, que coisa feia, parece colono”. Essa contextualização do falar *erado*, esses erres mais puxados para eles é algo errado. Eles não percebem que é um regionalismo, uma característica própria.

A expressão *colono*, usada de forma pejorativa para se referir aos habitantes da área rural e, da mesma forma, usada para classificar a fala marcada pelo uso de tepe em contextos de vibrante múltipla, como em *empurá*, citado pelo professor, não é uma novidade, como evidenciado em pesquisas de linguistas brasileiros e italianos em estudos anteriores sobre o tema e como, também, já apresentado neste trabalho. Em situações do cotidiano da sala de aula, a expressão *colono* também apareceu repetidas vezes de forma pejorativa:

Eduarda: Oh, professor, ficam riscando **[riscando]** o caderno dos outros. Quero enfiar a mão na cara, *colonagem!* (Aula de 09/04/09)

Ana Maria: *Aff, aff*, eu não aguento esse *aff*. Não entro mais no MSN por causa desse *aff*. Cada trinta palavra é *aff*, *qualquer colono fala aff*. (Aula de 24/08/2009)
Eduarda: Olha as *colonada* que pisa no barro [**baro**]. Bando de *colono*. (Aula de 08/07/09)

Observa-se que a expressão *colono* é utilizada para fazer referência às pessoas que moram/vivem na área rural, não têm os mesmos hábitos, costumes e a mesma variedade linguística das pessoas que vivem nas áreas urbanas das cidades. Os dados coletados entre o grupo de adolescentes reforçam o preconceito social diante da variação linguística e da condição social do falante que a detém. Em sala de aula, em nenhum desses episódios verificou-se a intervenção de um professor, discutindo o emprego pejorativo do termo *colono*. Nem mesmo o professor que relatou o episódio no qual afirmou ter identificado o preconceito linguístico disse ter feito alguma intervenção diante do diálogo dos adolescentes, acima relatado. O professor parece ter assumido a conceitualização usada no diálogo entre os estudantes, indicando os *mais urbanizados* como aqueles que reconhecem a existência de variação no uso do fonema e fazem a crítica aos usuários da variante não-padrão:

Prof. Joelson: E, normalmente, a tendência daqueles que se acham mais urbanizados em chamar a atenção daqueles que ainda têm a dicção puxada mais, porque o italiano ele tem a característica de falar *baranco*, de falar algumas palavras. E a gente percebe isso aqui, ainda, só que para o adolescente falar *erado* é fora de cogitação. Não se fala mais *erado*, se fala errado e de preferência bem puxado. Então eles têm essa característica de estarem se corrigindo porque eles julgam ser errado. Ou, tipo esses dias, no próprio teatrinho, a Jandira falou *caroça*. Mas porque estava no texto do teatro, né. Nossa Senhora, foi motivo, riso, riso, assim.

O que mudar? Como mudar? Não aparecem nas entrevistas pistas da existência de ações efetivas desenvolvidas pela escola com o intuito de levar os estudantes a conhecerem uma variedade da língua da qual não são detentores.

4. Considerações finais

É preciso pensar em um caminho que assegure a formação dos estudantes de modo a que compreendam as razões da diversidade linguística que constitui o Brasil e das exigências em relação ao emprego de variedades que, na maioria das vezes, não fazem parte do cotidiano familiar e comunitário do qual provêm. Pode-se pensar a questão pelo viés do contexto no qual a pesquisa que deu origem a este artigo está inserida. Voltando o olhar aos passos dados, recupera-se a história de um grupo escolar que se constitui ao mesmo tempo em que se consolida a história de uma comunidade inteira: descendentes de italianos que vieram ao Brasil no final dos anos de 1800 agarram-se aos resquícios de sua identidade étnica, mantendo na alimentação, na cultura e, porque não, no modo de falar, as raízes de uma trajetória marcada por dificuldades de todo gênero.

Não foi fácil aos imigrantes se manterem e manterem as famílias, por isso os vínculos com a antiga terra natal foram ficando cada vez mais fracos. Nesse percurso, muito se perdeu em termos linguísticos, por razões políticas, como a campanha de Nacionalização, e sociais, como o estigma associado à fala dialetal típica do meio rural. Então, face à identificação de um grupo de adolescentes que expressa, de forma bastante evidente, a presença de interferências fonológicas da coínê vêneta na fala em português, é importante refletir sobre o que isso significa, na relação entre a variação linguística e a sala de aula.

Em contexto escolar, nos dois anos do desenvolvimento da pesquisa de campo, não foram identificadas ações de censura ou de preconceito. Ao contrário: a escola mostrou-se aberta às características étnicas e linguísticas, mesmo que, no seu íntimo, os próprios professores assumam o preconceito à variedade que caracteriza o grupo, como indica a análise das entrevistas gravadas, cujos resultados foram aqui brevemente apresentados. A aceitação da diversidade que constitui o português brasileiro por si só é um avanço. Mas a aceitação passiva não basta. Analisando o que mostra o comportamento dos professores, visualizamos uma atitude de isenção diante das manifestações linguísticas que fazem uso de uma variante desprestigiada. Mesmo quando há a apresentação da variante de prestígio, na fala dos professores, ela é praticamente imperceptível aos estudantes.

Bortoni-Ricardo (2004) chama a atenção para uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos. Diante da realização de uma regra não-padrão pelo aluno, a estratégia deve incluir identificação e conscientização. A identificação da diferença é muitas vezes prejudicada pelo desconhecimento que os professores demonstram a respeito daquela regra. Para muitos professores, principalmente com antecedentes rurais, regras do português próprias de uma cultura predominantemente oral são *invisíveis* – estão em seu repertório. Em relação à conscientização da diferença, afirma a autora, é preciso esclarecer o aluno quanto às diferenças, para que ele possa começar a monitorar seu próprio estilo, sem prejuízo do processo ensino-aprendizagem. É nesse aspecto que se mostrou fragilizada a ação dos educadores aqui em análise.

Tem-se uma escola que valoriza os saberes dos estudantes, incluindo a variedade da língua que os constitui como sujeitos falantes, mas sem nenhum tipo sólido de intervenção capaz de assegurar a esses sujeitos a capacidade de monitoramento. Também, a partir da análise dos dados, pode-se afirmar que os estudantes têm uma frágil segurança linguística, pois não foram conduzidos a reflexões acerca da diversidade linguística da qual são detentores e das razões sociais e históricas de sua constituição. Então, empregam com tranquilidade a variedade da qual são detentores, mas muito provavelmente não saberiam justificar a sua variedade, diante de manifestações de preconceito.

Os dados confirmam o que aponta Faraco (2008), quando indica que falta à educação brasileira a construção de uma pedagogia adequada para o trabalho com a variação linguística em sala de aula: «Parece que não sabemos, de fato, o que fazer com a variação linguística na escola. E o que temos feito é seguramente bastante inadequado» (Faraco, 2008: 179).

Entre uma intervenção desrespeitosa e a não-intervenção, a segunda opção é a mais adequada (cf. Bortoni-Ricardo, 2004). Porém, alerta-se para a preocupação com a formação linguística dos estudantes para que tenham argumentos para defender-se diante de possíveis intervenções preconceituosas diante da fala que caracteriza a comunidade. Os dados não mostraram nenhuma ação nesse sentido. O caminho para uma educação linguística democrática passa por essa possibilidade de acesso a diferentes variedades linguísticas e, como diz Faraco, depende «acima de tudo, de uma pedagogia que sensibilize

as crianças e os jovens para a variação, de tal modo que possamos combater os estigmas lingüísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença lingüística» (Faraco, 2008: 182).

É imprescindível que os educadores tenham a compreensão de que uma educação linguística democrática se caracteriza pela ampliação dos conhecimentos lingüísticos que os estudantes trazem de casa. Somente a partir dessa compreensão compartilhada será possível evidenciar aos estudantes (e, assim, à população brasileira) a compreensão das diferentes variedades que constituem o português falado no país e do valor social atribuído a cada uma delas.

Referências bibliográficas

- BALHANA, A. Pilatti (1987): “Presenza di comunità dialettali italiane in Brasile: aspetti sociali, economici e demografici”. In Vincenzo Lo Cascio (a cura di), 97-130.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2004): *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2006²): *Nós chegemos na escola, e agora? Sociolingüística e educação*. São Paulo: Parábola.
- CALLOU, Dinah/Ionne Leite (2000⁷): *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTILHO, Ataliba (2002): *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto.
- DE MAURO, Tullio (2008¹⁰): *Storia linguistica dell'Italia unita*. Roma: Laterza.
- FARACO, Carlos A. (2008): *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- FRANZINA, Emilio (1987): “L’America degli emigranti: dal Veneto ai ‘nuovi mondi’ latino-americani (1876-1924)”. In Giovanni M. Zilio (ed.), *Presenza, cultura, lingua e tradizioni dei veneti nel mondo – parte I America Latina*. Venezia: Guinta Regionale Veneto, 17-59.
- FROSI, Vitalina (1987): “I dialetti italiani nel Rio Grande do Sul e il loro sviluppo nel contesto socio-culturale ed economico: prevalenza del dialetto veneto”. In Vincenzo Lo Cascio (a cura di), 132-160.
- FROSI, Vitalina/Ciro Mioranza (1983): *Dialetos italianos: um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educ.

- HOUAISS, Antonio/Mauro Villar (2001): *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LABOV, William (2008): *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- LO CASCIO, Vincenzo (a cura di) (1987): *L'italiano in America Latina*. Firenze: Felice le Monnier.
- MANENTI, Angelo (1987): "Presenza culturale italiana e studio dell'italiano in Brasile". In Vincenzo Lo Cascio (a cura di), 382-498.
- MARGOTTI, F. (2004): *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- MEA, Giuseppe (2000²): *Dicionário de Italiano-Português*. Porto: Porto Editora.
- MELO, Andréia A. F. (2007): *A interferência da variável escolaridade na mudança do dialeto não padrão entre os universitários de Chapecó*. Monografia de Pós-graduação em Linguística e Ensino, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, Brasil.
- PINTZUK, Susan (1988): *VARBRUL programs – versão 2s*. (mimeo).
- SPESSATTO, Marizete B. (2001): *Marcas da história: características dialetais na fala dos descendentes de italianos de Chapecó*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- SPESSATTO, Marizete B. (2011): *Variação linguística e ensino: por uma educação linguística democrática*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- STAWINSKI, Alberto (1987): *Dicionário do dialeto Vêneto Sul-Riograndense-Português*. Porto Alegre/Caxias do Sul: Escola Superior de Tecnologia/Educs.

(Página deixada propositadamente em branco)

SUSANA MARGARIDA NUNES

CELGA-ILTEC (Universidade de Coimbra)/IPLeiria

susana.nunes@ipleiria.pt

0000-0003-4425-9535

**O ELEMENTO LEXICAL *SOBRE*- E O SEU
PROCESSO DE HERANÇA, VARIAÇÃO E MUDANÇA
LEXICAL EM PORTUGUÊS**

**THE LEXICAL ITEM *SOBRE*- AND ITS DEVELOPMENT
IN TERMS OF HERITAGE, VARIATION AND LEXICAL
CHANGE IN PORTUGUESE**

RESUMO: Oriundo da preposição latina *super*, o item lexical *sobre*- é utilizado genericamente, em português, com a mesma semântica de localização espacial herdada do latim. No entanto, na fase atual da língua, *sobre*- afigura-se também como um item lexical que, quando acoplado a bases lexicais (geralmente à esquerda da base), desenvolve outros sentidos, inexistentes em latim. O nosso estudo baseia-se na conceção teórica da linguagem de Jackendoff (2002), que defende a articulação estreita entre a estrutura formal e o significado da palavra, assente na interatividade das diferentes componentes da gramática, permitindo adotar a conceção da análise lexical como um domínio dinâmico, construído por componentes de estrutura diversa, o que confere aos itens lexicais uma capacidade geratriz, responsável pelos processos de variação e mudança lexicais. Baseámo-nos num *corpus* com cerca de 400 vocábulos, extraído maioritariamente de fontes lexicográficas de diferentes épocas (do século XVIII até à atualidade). O estudo do *corpus* recolhido evidencia que *sobre*-, quando acoplado a uma base lexical, ainda que denotando maioritariamente o sentido de localização espacial oriundo da preposição latina *super*, desenvolveu, ao longo do tempo, outros sentidos. Esta variação semântica tem repercussões na classificação funcional e categorial deste item lexical, conferindo-lhe um papel de relevo na formação de palavras em geral e na formação de linguagens de especialidade em particular.

Palavras-chave: semântica lexical, variação, mudança, afixo *sobre*-

ABSTRACT: Originating from the Latin preposition *super*, the lexical item *sobre*- is generally used in Portuguese with the same semantics of spatial location inherited from Latin. However, in the present state of the language, *sobre*- is also a lexical item which, when coupled with lexical bases (generally to the left of the base), conveys other meanings not

found in Latin. Our study is based on Jackendoff's (2002) theoretical conception of language, which advocates a close relationship between the formal structure and the meaning of the word, based on the interface of the different grammar components. This approach made it possible to adopt the theory of lexical analysis as a dynamic domain, made up of components from a diverse structure, and imparting to the lexical items a generative capacity responsible for the processes of variation and lexical change. Our study is based on a *corpus* of approximately 400 expressions, mostly taken from lexicographic sources from different periods (from the 18th century to the present). The study of the *corpus* garnered evidence demonstrating that *sobre-*, when coupled to a lexical base, although largely denoting the meaning of spatial location originating from the Latin preposition *super*, conveyed other meanings, over periods of time. This semantic variation has ramifications for the functional and categorical classifications of this lexical item, giving it an important role in the formation of words in general and in the formation of specialized languages in particular.

Keywords: lexico-semantics, variation, change, affix *sobre-*

I – Introdução

Na língua portuguesa, são inúmeros os casos de elementos prefixais que advêm de preposições latinas, coincidindo, na atual fase da língua, com preposições. O elemento prefixal *sobre-*, com que aqui nos ocupamos, é um desses exemplos. Oriundo da preposição latina *super*, o item lexical *sobre-* é utilizado genericamente, em português, com a mesma semântica de localização espacial herdada do latim. No entanto, em português, *sobre-* afigura-se também como um item lexical que, quando acoplado a bases lexicais (geralmente à esquerda da base), desenvolve outros sentidos, inexistentes em latim.

Com este estudo, é nosso propósito (i) aferir a representatividade do item prefixal *sobre-* ao longo dos últimos três séculos, (ii) mostrar a tendência evolutiva da língua relativamente ao seu uso, (iii) elencar as diferentes informações semânticas que este operador ativa, dependentes, também, da(s) base(s) a que se acopla e (iv) demonstrar a sua presença em linguagens de especialidade nas diferentes bases de dados em escopo¹. Para o efeito, baseámos a nossa análise num *corpus* constituído por 414 vocábulos e extraído de oito

¹ Tivemos também em conta (cf. secção 2.2.1. do capítulo III), de acordo com os mesmos parâmetros de análise, e pela relação estabelecida com o prefixo *sobre-*, as formas prefixadas por *super-*, que totalizam cerca de 250 vocábulos, relativamente aos quais tecemos algumas considerações (cf. notas 8, 9 e 12).

bases de dados dicionarísticas, publicadas entre o início do século XVIII e a atualidade.

1. *Corpus*

O nosso estudo baseia-se num *corpus* constituído por 414 vocábulos prefixados por *sobre-*, extraído dos seguintes dicionários:

- Bluteau, Raphael (1712): *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Vieira, Fr. Domingos (1871): *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*. 3.^a edição, Porto: Casa dos editores Ernesto Char-dron e Bartholomeu H. de Moraes.
- Figueiredo, Cândido de (1939): *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*. 5.^a edição, Lisboa: Bertrand.
- Moraes e Silva, António de (1878): *Diccionario da Língua Portuguesa*. 7.^a edição, Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves – Editor.
- *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). Lisboa: Editorial Verbo.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (2001): *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa: dicionário electrónico*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Houaiss, Antônio e Villar, Mauro (2002): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- *Dicionário da Língua Portuguesa* (2007). Porto: Porto Editora.

2. Pressupostos teórico-metodológicos

No nosso estudo, considerámos apenas os produtos lexicais *motivados*, ou seja, aqueles cujas estruturas formal e semântica estejam mutuamente relacionadas e sejam depreendíveis uma da outra.

O referencial teórico que fundamenta a dilucidação desta e de outras questões está ancorado no modelo associativo de formação de palavras desenvolvido por Booij (2000; 2005), Corbin (1991, 2001), Feliu Arquiola (2003^a), Martín García (1998^a), Montermini (2009), Pena (1999), Rio-Torto (1993; 1998), Spencer (2000) e Varela e Ortega (1999) e na concepção de linguagem desenvolvida por Jackendoff (2002), no programa *arquitetura paralela*, adaptado por Rodrigues (2008).

O modelo associativo que aqui adotamos defende a articulação estreita entre a estrutura formal e o significado da palavra. Deste modelo, adotamos a concepção da análise genolexical como um domínio dinâmico em que a geração de produtos derivacionais (neste caso prefixados) não se constrói com base numa relação derivacional entre categorias sintática e semanticamente rígidas, mas entre componentes das diversas estruturas e das fiadas que as constituem, as bases e os operadores afixais, e dos processos de mudança e variação lexicais que lhe estão subjacentes. Neste modelo, a linguagem é uma arquitetura constituída por estruturas com capacidade geratriz. Esta característica equaciona uma concepção de genolexia mais dinâmica, que nos permite explicar as significações dos produtos prefixados do português, partindo do pressuposto de que os operadores afixais transportam uma especificidade semântica própria. Esta especificidade semântica, que se organiza sistemicamente à volta de um determinado operador afixal, é adscrita a traços semânticos do operador prefixal em causa na sua correlação com traços inscritos lexicalmente nas bases. Consideramos assim os operadores afixais como agentes portadores de carga semântica própria, corresponsáveis pela formatação semântica final do produto. Efetivamente, a carga semântica afixal pode, em contacto com a carga semântica dos itens a que se agregam os afixos, desenvolver variações, sendo assim possível que os afixos sejam encarados enquanto unidades semânticas sujeitas a variação e mudança. As peculiaridades semânticas, que se organizam sistematicamente à volta dos operadores afixais, são adscritas a traços semânticos do operador afixal em causa e à sua correlação com traços inscritos lexicalmente nas bases, concebendo-se assim o operador afixal como agente corresponsável pela formatação semântica final do produto e pelo seu processo de variação e mudança lexicais.

II – Análise do *corpus*

De entre os aspetos subjacentes à análise do *corpus* (cujos resultados apresentamos no capítulo seguinte), procurámos aferir (1) a representatividade do operador prefixal *sobre-* nos dicionários consultados. Com base no *corpus* recolhido, dilucidámos (2) as diferentes informações semânticas ativadas por *sobre-*, que espelham quer o processo de herança da semântica da preposição latina *super* (no caso da ativação da semântica locativa), quer o processo de variação e mudança (representado através da ativação de outros sentidos que não o da localização espacial, designadamente a avaliação/gradação, a hierarquia ou a posterioridade). Por último, vimos qual (3) a representação do operador prefixal *sobre-* nas linguagens de especialidade, não só no que diz respeito à representatividade dicionarística (atual e pretérita) deste operador, mas também no que concerne à informação semântica ativada pelo operador e às áreas de especialidade onde este prefixo encontra maior índice de representatividade.

III – Apresentação dos resultados

1. Representatividade dicionarística

De entre os itens em posição prefixal que atualmente coincidem com preposições configuracionalmente homólogas, *sobre-* é o segundo item com maior representatividade lexical (Nunes, 2011; 2018). A observação do gráfico 1 permite-nos verificar que *sobre-*, em posição prefixal, apresenta uma produtividade considerável na língua portuguesa², tendo vindo a registar, nas

² A propósito da representatividade do prefixo *sobre-*, Rio-Torto refere que «no português europeu *sobre-* regista ainda grande adesão, acumulando os valores de “demais, demasiado, excessivo” (*sobre-aquecimento*; *sobre-carga*; *sobre-emissão*, ‘emissão excessiva de papel-moeda, título’; *sobrefacturação*; *sobrelocação*), e os de localização ‘acima de’, ‘por cima de’ (*sobre-capa*; *sobre-casaca*; *sobre-céu*; *sobrecoberta*; *sobrecostura* ‘costura sobre duas peças já cosidas uma à outra’; *sobreclaustró*; *sobrenome*; *sobreporta* ‘a parte superior da porta’; *sobreprova* ‘prova adicional’; *sobre-saia*; *sobretaxa* ‘taxa suplementar ou adicional’; *sobretítulo*; *sobretudo*, *sobreveste*) ou ‘ao fim de’ (*sobre-manhã* ‘o fim da manhã’; *sobretarde* ‘o fim da tarde’). Uma vez mais, sobrepõem-se ou interferem a localização superior ou temporalmente ‘para além de’ e a existência/manifestação de *p* em grau superior».

fases mais recentes na língua (desde o início do século XXI), um crescendo de utilização³.

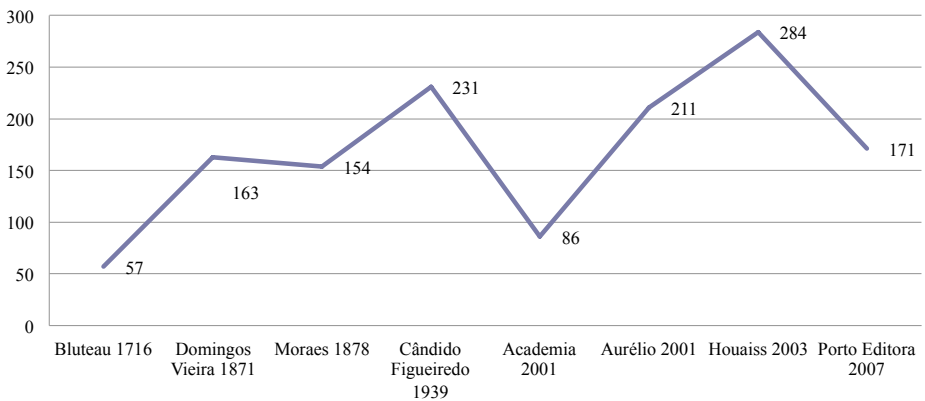


Gráfico 1 – Representatividade dicionarística dos produtos prefixados por *sobre-*⁴

2. Informação semântica: herança e variação

O prefixo *sobre-* exprime, predominantemente, (1) a superioridade espacial, sentido herdado da preposição latina *super* de que é oriundo. Exprime também outros sentidos não espaciais, como (2) a superioridade avaliativa, (3) a superioridade hierárquica ou ainda, de forma pouco frequente, (4) a temporalidade, designadamente a posterioridade.

(1)	(2)	(3)	(4)
sobreasa	sobrealimentação	sobreárbitro	sobreaviso
sobreaxilar	sobreaquecer	sobrejuiz	sobrecarta
sobrecama	sobrecarregado	sobremordomo	sobreceia
sobreclaustro			sobremanhã
sobrecoberta			soberronda
sobrerrenal			sobretaxa

³ Ressalvam-se as discrepâncias decorrentes da dimensão dos dicionários consultados (130.000 entradas registadas no *Aurélio XXI* vs as cerca de 230.000 entradas do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e as 70.000 do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*).

⁴ Os valores referidos no gráfico 1 totalizam as ocorrências comuns aos diferentes dicionários consultados.

2.1. Informação semântica: herança

2.1.1. *Localização espacial*

A observação do gráfico 2 permite-nos afirmar que a semântica locativa, designadamente a localização espacial, é o sentido predominante do operador prefixal *sobre-*. A contribuir para tal não será estranho o facto de este item lexical ser oriundo da preposição latina *super-*, da qual herdou a semântica locativa, visível em cerca de 59% dos produtos atualmente prefixados por este operador.

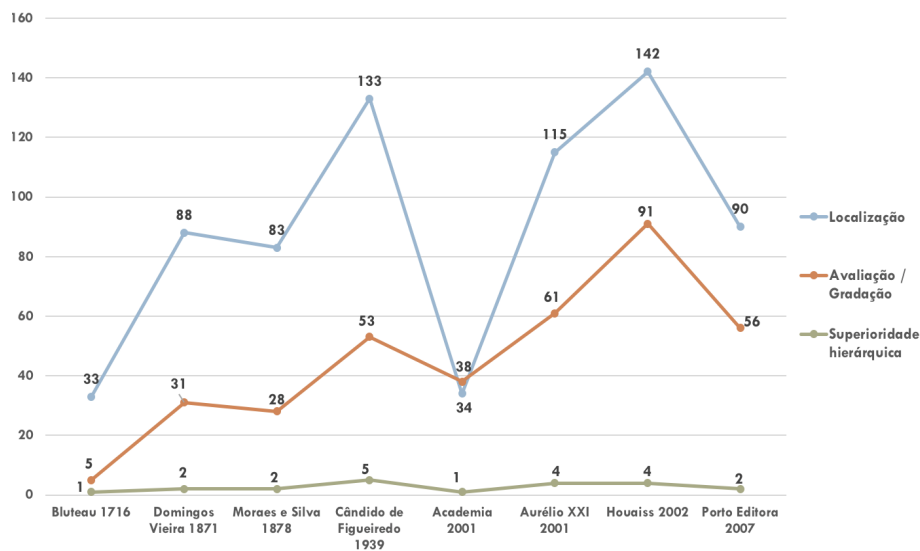


Gráfico 2 – Valores semânticos de *sobre-*: evolução diacrónica⁵

No domínio da espacialidade, sobretudo quando acoplado a bases nominais simples (como acontece em cerca de 49% dos casos), *sobre-* constrói produtos que se interpretam em termos de superioridade, já que o derivado designa maioritariamente algo que se situa ‘por cima’ do designado pela base. Será a partir desta informação de “primitivo valor locativo” (Rio Torto, 1993:

⁵ Os valores referidos no gráfico 2 totalizam as ocorrências comuns aos diferentes dicionários consultados.

386) que se dá uma operação de localização conceptual⁶, efetuada por *sobre-* e considerada por Amiot como o ponto de partida para as operações de variação e mudança de significado (Amiot, 2005: 105), que vão permitir que este item lexical adquira, noutros contextos, outras significações. Afirma, a este respeito, a autora:

Sur est un opérateur qui sert à localiser un élément (le dérivé) par rapport à un autre (la base). Pour que l'opération de localisation puisse avoir lieu, l'opérateur pose la base qui repère (quel que soit le domaine dans lequel s'effectue l'opération de repérage: domaine de la norme ou de la valeur, de la hiérarchie sociale, de l'espace et du temps) sur un axe fictif orienté de bas en haut (du négatif vers le positif) et indique que le dérivé se situe du côté positif de l'axe. Selon le domaine auquel appartient la base, l'effectuation de ces opérations construit une interprétation en termes d'excès, de supériorité quantitative, qualitative, hiérarchique, spatiale ou autre.

Deste modo, e não obstante a localização espacial (sentido herdado da preposição latina *super*) ser o sentido predominante de *sobre-* (sobretudo quando acoplado a bases nominais), este operador evidenciará também outros sentidos, aos quais nos dedicaremos nas secções seguintes.

2.2. Informação semântica: mudança e variação

2.2.1. *Sentido avaliativo*

No gráfico 3 observamos que, em todos os dicionários consultados, a semântica predominantemente instanciada pelo operador prefixal *sobre-* é a semântica locativa (presente em cerca de 59% do *corpus* analisado). A esta segue-se a semântica avaliativa/gradativa, presente em 38,5% do *corpus*, que

⁶ Amiot (2005: 105) considera *sobre-* um prefixo localizador, já que é exemplo de «un opérateur qui sert à localiser un élément (le dérivé) par rapport à un autre (la base à laquelle il s'applique)».

apresenta, sobretudo em algumas bases de dados, uma representatividade considerável.

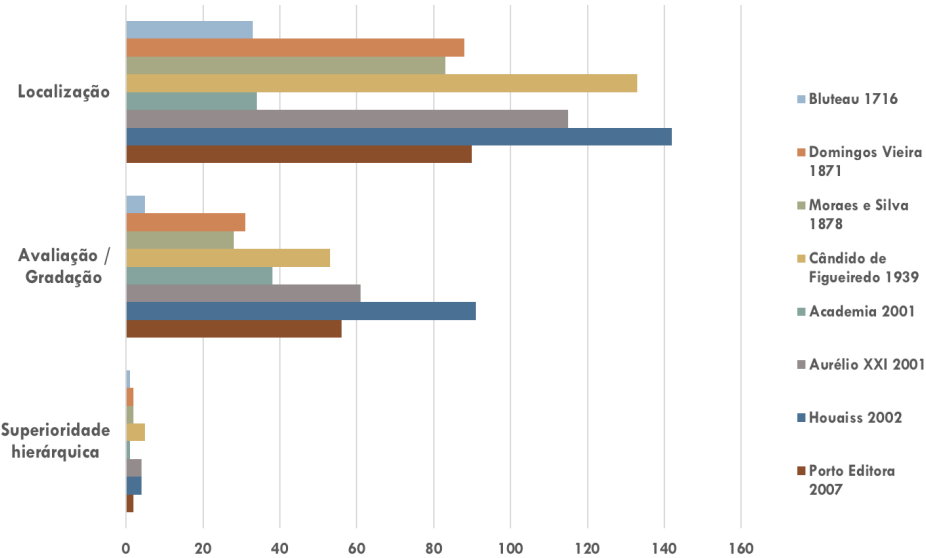


Gráfico 3 – Valores semânticos de *sobre-*: variação e mudança (representatividade dicionarística)

Segundo Rio-Torto, «é o primitivo valor locativo-seriativo de alguns operadores prefixais que explica a sua ulterior utilização como operadores de grau, avaliando o grau de intensidade/manifestação de *p*» (Rio-Torto 1993: 386). Na mesma linha, considera a autora que «da localização espacial (...) facilmente se dá a transferência para a ordenação numa escala de intensidade» (Rio-Torto, 1993: 386).

Neste sentido, o prefixo *sobre-* constrói também palavras que se interpretam com um sentido de superioridade avaliativa⁷, podendo expressar (5) uma avaliação positiva (decorrente do seu sentido de superioridade espacial),

⁷ Martín García (1998^b: 113) considera que «el valor intensivo de *sobre-* procede de significados locativos asociados originariamente al prefijo. Por ejemplo, el prefijo *sobre-* puede dar lugar a formaciones con un claro contenido locativo parafraseable como ‘por encima de’ (*sobrevolar*) o con un valor intensivo como en *sobrecargar*». Também Val Álvaro (1993: 490) considera que, «en este sentido [+avaliativo], el valor aportado por *sobre-* hace abstracción de la noción de superioridad espacial y se produce el paso de una pura rela-

mas também (6) a noção de excesso que ativa, frequentemente, uma avaliação excessiva, de pendor máximo e, por isso, que adquire uma conotação negativa.

(5) sobrecapitalização: valor nominal de capital empresarial estipulado *acima do* verdadeiro custo ou valor;

sobreluzir: brilhar *intensamente*; distinguir-se; fazer-se notar;

sobredotado: pessoa que tem capacidades intelectuais *acima do* que é considerado normal.

(6) sobrealimentação: alimentação *excessiva*;

sobreazedar: tornar *excessivamente* azedo;

sobrecarregado: carregado *em excesso*.

Nos exemplos de (5), o produto expressa algo que ultrapassa o que é convencionalmente tido como norma, mas a interpretação daí resultante não veicula a noção de excesso. Deste modo, a superioridade é aqui vista como algo melhor e não como algo que está ‘em excesso’, daí considerar-se como uma avaliação de pendor positivo⁸. Pelo contrário, nos exemplos de (6), o produto

ción locativa a una expresión gradativa de rango que conlleva superioridad sobre lo ya contenido en el significado de la base».

⁸ Note-se que, com esta aceção avaliativa, de pendor positivo, o prefixo *sobre-* tem vindo a perder terreno relativamente a *super-* que apresenta uma produtividade elevada na fase atual da língua. Sobre a relação *sobre-/super-*, Martín García (1998^b: 110) afirma que «el prefijo *sobre-* con valor de intensidad ha sido desplazado por el prefijo *super-*, por lo que sólo se encuentra en algunos verbos derivados y adjetivos deverbales» e que «las bases verbales que pueden prefijarse con el *sobre-* de intensidad admiten igualmente el prefijo *super-*». Prossegue a autora afirmando que «al tener un mismo origen [la preposición *super* del latín], *sobre-* y *super-* se han especializado para unos determinados usos y significados. Así, *sobre-* expresa la locación (*el avión sobrevuela el lago*) y, en menor medida, la intensidad (*Juan sobrecarga el camión*), valor que presenta productivamente *super-* (*superfeliz*)» (Martín García 1998^b: 113). Também Oliveira (2004) considera que «*sobre-* com o sentido de ‘excesso’ não é um processo produtivo no estágio atual da língua já que se observa, tanto em jornais e revistas como na fala coloquial, que o significado de ‘excesso, intensificação’ está sendo veiculado cada vez mais pela forma *super-*» (Oliveira, 2004: 158). A este respeito, Rodríguez Ponce (2002: 423) afirma que «con el valor nocional intensivo, *super-* se muestra realmente productivo en neología».

expressa algo que ultrapassa, em demasia, os limites da norma, o que, contrariamente aos exemplos de (5), configura uma avaliação de teor negativo⁹.

2.2.2. *Superioridade hierárquica*

Como é possível constatar pelos exemplos de (7), o prefixo *sobre-*, quando acoplado a substantivos que designam profissões ou nomes de pessoa, pode contribuir para a formação de um nome que denota um grau ou hierarquia social mais elevada, sentido responsável pela instanciação do valor modificador deste prefixo.

(7) sobrejuiz: juiz superior aos restantes; juiz *de última instância*

sobremordomo: mordomo *responsável pelos restantes mordomos*; mordomo-*mor*

2.2.3. *Sentido temporal*

Ainda que pouco frequente, *sobre-* pode também ativar uma informação de teor temporal, nomeadamente uma segunda ocorrência do designado pela base. Nestes casos, a base é preenchida por (i) um verbo télico, temporalmente delimitado, ou por (ii) um nome simples que denote uma entidade discreta ligada a um processo. A acoplagem de *sobre-*, como é visível em (8), coloca em relevo a existência prévia de uma ação (designada pela base) ou uma primeira ocorrência de um processo, denotando o produto uma segunda ocorrência, suplementar, do denotado pela base.

(8) sobrecarta: carta enviada *após outra*, para a confirmar;

sobreceia: o que se come *depois da ceia* (aplicável sobretudo a animais);

⁹ Não obstante a maior produtividade de *super-* face a *sobre-*, registre-se, como sublinha Alves (2001), que *sobre-* e *super-* não são exatamente sinónimos já que «*sobre-* imprime à base não apenas uma ‘valorização superior à habitual ou esperada’, (...) mas também uma ‘valorização exagerada’, um ‘excesso de valorização’». Já *super-* atribui uma «qualidade excecionalmente boa» à base, veiculando, por isso, «uma avaliação de teor positivo (ao contrário de *sobre-* que pode desencadear quer uma interpretação de pendor positivo, quer uma interpretação de teor negativo)». Veja-se Alves (2001: 324).

sobrecoser: coser uma *segunda costura*;
sobre-infeção: *segunda* infeção, que ocorre após uma primeira;
sobrepartilha: *nova* partilha feita nos autos de um inventário;
sobrerronda: *segunda* ronda; fiscalização sobre uma primeira ronda;
sobretaxa: taxa adicional; imposto que *acresce a outro* já aplicado.

Conforme mencionámos anteriormente, este é um uso pouco frequente deste operador prefixal e, segundo Amiot, tal reside no facto de o domínio temporal ser estruturado «d'une façon qui ne convient pas à l'instruction sémantique» de *sobre-*, pois «le temps est conçu comme mettant en jeu un axe horizontal, alors que ce préfixe paraît plutôt travailler sur un axe vertical» (Amiot, 2002: 279). Afirma, a este propósito, a autora, que «l'instabilité du sens de ces mots peut être rapportée à la difficulté qu'a ce préfixe à effectuer l'opération de repérage qui est à la base de la construction du sens de supériorité dans un domaine, le domaine temporel, qui n'est pas structuré comme l'exige son instruction sémantique» (Amiot, 2002: 279).

2.3. *Sobre-*: herança, mudança e variação

Pela preposição de que é oriundo, o prefixo *sobre-* tem, globalmente, conforme é visível na tabela 1, um sentido localizador, já que a sua acoplagem permite colocar algo numa posição de superioridade relativamente ao expresso pela base, que é assim considerada como ponto de partida para uma operação de localização espacial ou conceptual. De acordo com o tipo de base a que este prefixo se acopla, o referente pode ser, ou não, uma entidade localizada espacialmente. Assim, verifica-se que:

- se o referente se situa no espaço, apresentando propriedades que nos permitem diferenciar um eixo de verticalidade (isto é, um ponto alto e um ponto baixo), a entidade expressa pelo produto pode apresentar um referente similar ao expresso pela base, diferenciando-se deste apenas no que concerne à posição espacial superior (*sobreclaustra*);
- se o referente não se situa no espaço:

- se o prefixo se acopla a uma base (de)verbal, que tenha por referente uma norma sociocultural de pendor avaliativo, o produto designará uma propriedade ou um processo de qualidade superior (*sobreluzir*, *sobrealimentar*, *sobrecarregado*) ao expresso pela base;
- se a base se situa num eixo de verticalidade e tem como referente um nome que pode ser inserido numa organização hierárquica, o referente do produto situa-se numa escala de superioridade (*sobrejuiz*) relativamente ao expresso pela base;
- se a base é um nome denotador de um processo télico, temporalmente delimitado, o produto explicitará uma segunda ocorrência desse processo (*sobreceia*).

Tabela 1 – Valores proporcionais da informação semântica de *sobre-*

Informação semântica de <i>sobre-</i>		
Localização espacial	41,8%	59%
Localização temporal	17,2 %	
Avaliação/gradação	38,5%	
Superioridade hierárquica	2,5%	

O comportamento deste operador e o processo de variação instanciado pela sua acoplagem a diferentes tipos de base permite-nos afirmar, com base no defendido por Corbin (2001), que este operador afixal tem vindo a ativar as seguintes instruções semânticas¹⁰, evidenciadoras do potencial deste elemento lexical enquanto elemento ao serviço da mudança e variação lexicais:

¹⁰ Sobre a noção de ‘instrução semântica’, Amiot (2002) refere que «un préfixe possède un sens abstrait (une instruction sémantique), apte à se réaliser dans différents domaines pourvus d’un même principe de structuration» (Amiot, 2002: 271). No caso de *sobre-*, este prefixo constrói palavras «qui s’interprètent en termes de supériorité (le dérivé désigne toujours quelque chose qui est situé au-dessus d’un autre élément (...)) et ceci est dû au fait qu’il met toujours en jeu la même instruction sémantique, quels que soient les domaines conceptuels [domaine de l’espace et domaine de la valeur] auxquels peuvent être rattachés les mots auxquels ils s’adjoignent» (Amiot, 2002: 280). Relativamente a esta questão, termina a autora afirmando que «ce préfixe met en oeuvre la même instruction sémantique, quelle que soit l’interprétation (spatiale ou non) du dérivé»: *sobre-* «oblige à poser un repère sur un axe fictif orienté verticalement et ce repère sert de point de départ à une opération de localisation [spatiale ou conceptuelle] vers le pôle positif» (Amiot, 2002: 281).

- (i) quando acoplado a bases com propriedades espaciais, potencia uma operação de localização espacial superior relativamente ao denotado pela base;
- (ii) quando acoplado a bases suscetíveis de serem avaliadas, estabelece uma relação de pendor avaliativo (geralmente) positivo relativamente ao denotado pela base;
- (iii) quando acoplado a bases dotadas de propriedades hierarquicamente estabelecidas, situa o produto num nível superior ao denotado pela base;
- (iv) quando acoplado a bases com propriedades processuais, potencia uma operação de localização temporal posterior relativamente ao processo denotado pela base.

3. Representação de *sobre-* em linguagens de especialidade

Segundo Cabré (1993: 132), a linguagem de especialidade é um subconjunto da língua global que abarca quer os itens lexicais comuns de determinada área científica, quer todos os vocábulos mais específicos, definidos desta forma por fatores pragmáticos como a temática, o usuário, a situação de comunicação e a sua finalidade.

Relativamente a *sobre-*, dos 414 vocábulos recolhidos nas bases de dados dicionarísticas mencionadas na secção 1, 84 (ou seja 20,2%) pertencem a linguagens de especialidade, numa curva de representatividade que ilustramos no gráfico 4.

A partir da visualização do gráfico 4, podemos tomar em linha de conta, relativamente aos produtos prefixados por *sobre-*, não só a representatividade crescente do número de termos pertencente às linguagens de especialidade¹¹, mas também as diferentes tendências verificadas ao longo dos tempos, designadamente os períodos em que se registou um aumento mais exponencial desta realidade, espelho de uma anterior realidade histórica e cultural (como

¹¹ Mais uma vez, ressaltamos aqui as discrepâncias decorrentes da dimensão dos dicionários consultados (130.000 entradas registadas no *Aurélio XXI* vs as cerca de 230.000 entradas do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e as 70.000 do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*).

a reforma pombalina ou a revolução industrial), agora refletida nestes instrumentos de normatização linguística.

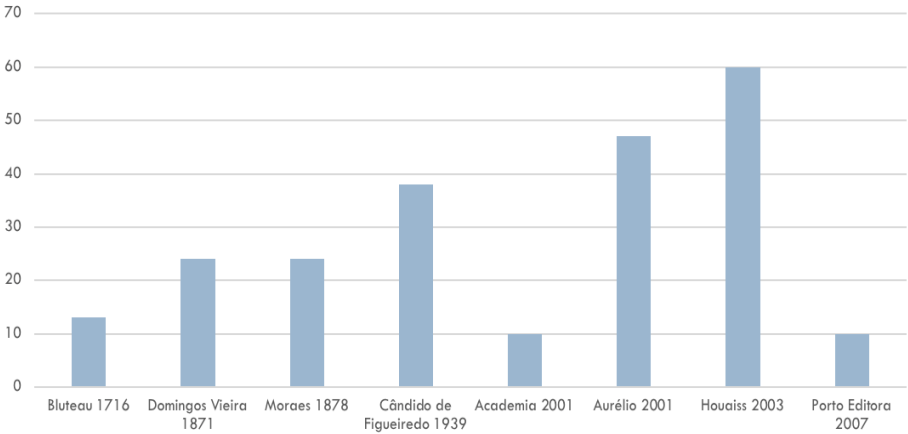


Gráfico 4 – Representatividade de *sobre-* nas linguagens de especialidade

A análise dos vocábulos recolhidos evidenciou também duas grandes tendências: (i) até à publicação do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, em 1939, o sentido predominantemente ativado (em cerca de 43% dos casos), no que diz respeito ao item lexical *sobre-*, é o sentido locativo, designadamente a localização espacial, muito presente em áreas terminológicas como a Zoologia, a Náutica, a Anatomia ou a Botânica; (ii) posteriormente, o sentido predominantemente mais ativado passou a ser (em cerca de 45% dos casos) o da gradação, presente em áreas terminológicas como a tecnologia¹².

¹² Note-se que, com este sentido de avaliação/gradação, *sobre-* sofre, aparentemente, a concorrência de *super-* que, contudo, e a partir da análise aturada que fizemos, podemos clarificar que não se verifica. Efetivamente, *sobre-* e *super-*, na fase atual da língua, têm vindo a manifestar uma distribuição complementar de uso, já que *sobre-* acopla-se predominantemente a bases nominais simples, ativando o sentido locativo originário (em cerca de 59% dos casos) da preposição latina *super*, enquanto que *super-* se acopla predominantemente a bases deverbiais, apresentando predominantemente o sentido avaliativo/gradativo (em cerca de 78% dos casos). Além disso, mesmo nos poucos casos em que *sobre-* desenvolve o sentido gradativo/avaliativo, ele fá-lo também, de forma recorrente, em distribuição complementar relativamente a *super*, já que este operador ativa o sentido gradativo normal, não excessivo, contrariamente a *sobre-*, que ativa um sentido avaliativo excessivo, adquirindo por isso um pendor negativo.

Como referimos anteriormente, dos 414 vocábulos recolhidos nas bases de dados dicionarísticas, 84 (ou seja 20,2%) pertencem a linguagens de especialidade. Aqui, encontramos termos (9) da Náutica, (10) da Jurisdição, (11) da Anatomia, (12) da Marinha, ou (13) da Botânica, entre outros, nos quais o operador ativa predominantemente o sentido locativo (14), oriundo da preposição latina de que é proveniente, havendo, sobretudo no caso da Jurisdição, a ativação de outros sentidos, que não exclusivamente o da localização espacial, como a posterioridade temporal (15) ou a hierarquia (16).

(9) sobrebailéu, sobrequilha

(10) sobreprova, sobressentença, sobrepartilha, sobrejuiz

(11) sobreosso, sobrenervo, sobrebico

(12) sobregata

(13) sobrecapa, sobrefoliáceo

(14) sobreosso, sobrenervo, sobrebico

(15) sobreprova, sobressentença

(16) sobrejuiz

De entre os termos em análise, como referimos anteriormente, ressaltamos o facto de haver um grande número em que o operador ativa o sentido da localização espacial (o que se verificou, sobretudo, até à publicação do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo), preenchendo necessidades lexicográficas em áreas como a Anatomia, a Zoologia ou a Botânica, que sofreram grande desenvolvimento em finais do século XIX e inícios do século XX. Os produtos compostos construídos com *sobre-* vieram dar resposta a esta realidade extralinguística que começou então a surgir, e fazem-no de duas formas distintas:

- constroem uma entidade que pode apresentar um referente similar ao expresso pela base, diferenciando-se desta apenas no que concerne à posição espacial superior (ex.: *sobreclaustró*, que é ‘um claustro espacialmente superior a outro’), o que substantia formações endocêntricas, concebidas enquanto formações em que entidade designada pelo produto se refere a um subtipo do designado pelo Nbase;

- constroem uma entidade que pode apresentar um referente distinto do expresso pela base, estabelecendo contudo uma relação de localização espacial com a mesma (um *sobrenervo* não é um *tipo de nervo que se situa por cima de outro*, mas sim ‘um tumor que se localiza em cima do nervo’), o que substantia construções exocêntricas, concebidas como formações em que entidade designada pelo produto não se refere a um subtipo do designado pelo Nbase.

III – Conclusão

De entre os elementos prefixais coincidentes com preposições configuracionalmente homólogas, *sobre-* é um dos elementos que apresenta maior índice de representatividade dicionarística. Este elemento, originário da preposição latina *super*, é considerado, no âmbito deste estudo, na fase atual e desde, pelo menos, o século XVIII.

Enquanto elemento prefixal, *sobre-* começou por ser representativo com a significação de localização espacial, sentido que herdou da preposição latina *super*. A análise do nosso *corpus* permite-nos concluir que é ainda com este significado – o de localização espacial – que *sobre-* apresenta, na fase atual da língua, maior representatividade, o que é visível também no contributo deste operador na formação de linguagens de especialidade (designadamente na Náutica, na Anatomia, na Marinha ou na Botânica).

Ainda que, genericamente, *sobre-* evidencie herança do significado da preposição latina *super*, a análise do nosso *corpus* permitiu-nos também colocar em evidência o processo de variação e mudança deste operador, sobretudo quando acoplado (i) a bases deverbais ou a bases nominais que designem (ii) profissões ou nomes de pessoa ou (iii) uma entidade discreta associada a um processo. Devido às características próprias espoletadas pela sua acoplagem a bases de natureza diferenciada, *sobre-* ativa, também ele, informações semânticas distintas. No primeiro caso, quando acoplado (i) a bases deverbais, *sobre-* adquire uma significação de pendor avaliativo/gradativo, passando a designar um grau elevado da propriedade designada pela base. Este grau elevado evidencia, não raras vezes, um excesso que, por ultrapassar os limi-

tes da norma, pode, em alguns casos, veicular uma informação de pendor negativo. O segundo caso diz respeito à acoplagem do operador (ii) a bases nominais que designem profissões ou nomes de pessoa. Neste caso, e porque o operador permite colocar o referente no ponto máximo de uma escala, o produto passará a designar alguém de uma hierarquia superior, mais elevada relativamente a outrem. A última situação diz respeito à acoplagem de *sobre-* a (iii) bases nominais que designem uma entidade discreta associada a um processo télico, temporalmente delimitado. Neste caso, o produto designará uma segunda ocorrência do exposto pela base, estabelecendo com a mesma uma relação de posterioridade temporal.

Do seu sentido predominantemente espacial, com valor preposicional (herdado da preposição latina *super*), *sobre-* foi adquirindo outros matizes semânticos (designadamente a avaliação/gradação, a hierarquia e a posterioridade temporal), que fizeram deste operador, nestes contextos, um operador eminentemente modificador. Esta variação e mudança de significado, com apresentação de sentidos inexistentes ou pouco comuns em latim, faz de *sobre-* um elemento multifacetado, com um papel de relevo ao longo da história da língua, não só no que diz respeito à formação de palavras em geral, mas também no que concerne ao contributo para a formação de linguagens de especialidade.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda (2001): “Um estudo sobre a neologia lexical: o microssistema prefixal intensivo do português contemporâneo do Brasil”. In Fernando Sánchez Miret (ed.), *Actas del XXIII Congreso internacional de Lingüística y Filología Románica*. Salamanca: Niemeyer, 317-328.
- AMIOT, Dany (2002): “De l'utilité de la notion de métaphore pour décrire le sens d'un préfixe: le cas de sur-”, *Verbum* 24/3, 269-282.
- AMIOT, Dany (2005): “Sur(-) préposition et préfixe: un même sens instructionnel?”, *Revue de Sémantique et de Pragmatique*, 15/16, 101-119.
- BOOIJ, Geert (2000): *Morphology. An international handbook on inflection and word formation*. New York: Walter de Gruyter.

- BOOIJ, Geert (2005): *The grammar of words*. Oxford: Oxford University Press.
- CABRÉ, M. T. (1993): *La terminología: teoría, metodología y aplicaciones*. Barcelona: Editorial Empúries.
- CORBIN, Danielle (1991²): *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille.
- CORBIN, Danielle (2001): "Préfixes et suffixes: du sens aux catégories", *Journal of French Language Studies*, 11, 41-69.
- FELÍU Arquiola, Elena (2003^a): *Morfología derivativa y semántica léxica: la prefijación de auto-, co- e inter-*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- FELÍU Arquiola, Elena (2003^b): "Los prefijos cuantificadores en español". In Fernando Sánchez Miret (ed.), *Actas del XXIII Congreso internacional de Lingüística y Filología Románica*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 317-330.
- JACKENDOFF, R. (2002): *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press.
- MARTÍN GARCÍA, Josefa (1998^a): *La morfología léxico-conceptual: las palabras derivadas con RE-*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- MARTÍN GARCÍA, Josefa (1998^b): "Los prefijos intensivos del español: caracterización morfo-semántica", *Estudios de Lingüística*, 12, 103-116.
- MONTERMINI, Fabio (2009): *Il lato sinistro della morfologia. La prefissazione in italiano e nelle lingue del mondo*. Milano: Franco Angeli.
- NUNES, Susana (2011): *Prefixação de origem preposicional na língua portuguesa*. Dissertação de doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Coimbra.
- NUNES, Susana (no prelo): "Representatividade dicionarística dos prefixos de origem preposicional na língua portuguesa: do século XVIII à atualidade". In: *Atas do Congresso internacional de Linguística Histórica*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- OLIVEIRA, Solange Mendes (2004): *Derivação prefixal: um estudo sobre alguns prefixos do português brasileiro*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- PENA, Jesús (1999): "Partes de la morfología. Las unidades del análisis morfológico". In Ignacio Bosque/Violeta Demonte (eds.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, vol. 3. Madrid: Espasa Calpe, 4305-4365.

- RIO-TORTO, Graça Maria (1993): *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Dissertação de doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Coimbra.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998): *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação*. Porto: Porto Editora.
- RODRIGUES, Alexandra (2008): *Formação de substantivos deverbais sufixados em português*. München: Lincom Europa.
- RODRÍGUEZ PONCE, M.^a Isabel (2002): *La prefijación apreciativa en español*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- SPENCER, Andrew/Arnold Zwicky (2000): *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell publishers.
- VAL ÁLVARO, José Francisco (1993): “Prefijación verbal en la formación de predicados complejos (a propósito de verbos prefijados com entre-, com- y sobre- en español)”. In C. Martín Vide (ed.), *Lenguajes naturales y lenguajes formales IX*. Barcelona: PPU, 485-492.
- VARELA ORTEGA, Soledad/Josefa Martín García (1999): “La prefijación”. In Ignacio Bosque/Violeta Demonte (eds.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, vol. 3, Madrid: Espasa Calpe, 4993-5038.

Dicionários/Bases de dados dicionarísticas

- Academia das Ciências de Lisboa (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Bluteau, Raphael (1712): *Vocabulario Portuguez e Latino: aulico, anatomico, architectonico (...), autorizado com exemplos dos melhores esxritores portuguezes, e latinos/ offerecido a El Rey de Portugal Dom João V pelo padre D. Raphael Bluteau*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Dicionário da Língua Portuguesa* (2007). Porto: Porto Editora.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (2001): *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa: dicionário eletrônico*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Figueiredo, Cândido de (1939⁵): *Novo Diccionário da Língua Portuguesa: redigido em harmonia com os modernos princípios da sciência da linguagem e em que se contém mais do dôbro dos vocábulo até agora registados nos melhores dos mais*

modernos diccionários portugueses, além de satisfazer a todas as graphias legítimas, especialmente a que tem sido mais usual. Lisboa: Bertrand.

Houaiss, Antônio/Mauro Villar (2002): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Silva, António de Moraes (1878⁷): *Diccionario da Língua Portuguesa*. 7.^a edição melhorada, e muito accrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no Portuguez da India. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves – Editor.

Vieira, Fr. Domingos (1871³): *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*. Porto: Casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2020

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U